



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

(Página deixada propositadamente em branco)

Estados autoritários e totalitários e suas representações

Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória

Coordenação

Luís Reis Torgal

Heloísa Paulo

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
SerSilito • Maia

EXECUÇÃO GRÁFICA
SerSilito • Maia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Foto extraída de desenho de cartaz de Gonçalo Luciano

ISBN
978-989-8074-53-9

ISBN DIGITAL
978-989-26-0810-5

DOI
<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0810-5>

DEPÓSITO LEGAL
281045/08

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

© SETEMBRO 2008, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Actas do Seminário Internacional realizado em Coimbra
no Arquivo da Universidade**

nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2008

ENCONTRO ORGANIZADO NO CONTEXTO DE UM PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO
QUE ENVOLVE AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra
(CEIS20) – Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX”

Departamento de História da Universidade de Bolonha

Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP)

Colóquio acreditado para Professores dos Grupos 200, 400 e 410
(Registo n.º CCPFC/ACC – 48806/07)

CONSELHO CIENTÍFICO

Luís Reis Torgal (CEIS20), Alberto de Bernardi (Universidade de Bolonha) e Maria Luiza
Tucci Carneiro (USP)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Luís Reis Torgal, Heloísa Paulo, Isabel Maria Luciano e Marlene Taveira

APOIOS

Universidade de Coimbra
Arquivo da Universidade de Coimbra
Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Engenheiro António de Almeida

AUTORES

ALBERTO DE BERNARDI – Universidade de Bolonha

LUÍS REIS TORGAL – CEIS20

FERNANDO ROSAS – Universidade Nova de Lisboa

MATTEO PASSETI – Universidade de Bolonha

ANTÓNIO RAFAEL AMARO – Universidade Católica Portuguesa / CEIS20

JOANA BRITES – Doutoranda da Universidade de Coimbra / CEIS20

ÁLVARO GARRIDO – Universidade de Coimbra / CEIS20

SÉRGIO NETO – Doutorando da Universidade de Coimbra / CEIS20

JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA – Instituto Politécnico da Guarda / CEIS20

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO – Universidade de São Paulo

BORIS KOSSOY – Universidade de São Paulo

FEDERICO CROCI – Universidade de São Paulo

ALBERTO PENA – Universidade de Vigo

CARLOS CORDEIRO – Universidade dos Açores / CEIS20

JOSÉ MARIA FOLGAR DE LA CALLE – Universidade de Santiago de Compostela

FERNANDA RIBEIRO – Universidade do Porto

CLARA SERRANO – Doutoranda da Universidade de Coimbra / CEIS20

AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO – CEIS20

MARIA DAS GRAÇAS ATAÍDE DE ALMEIDA – Universidade Federal Rural de Pernambuco

NUNO ROSMANINHO – Universidade de Aveiro / CEIS20

MASSIMO MORIGI – Doutorando da Universidade de Coimbra

STEFANO SALMI – Doutorando da Universidade de Coimbra / CEIS20

ELIZABETH CANCELLI – Universidade de São Paulo

ANDREA RAPINI – Universidade de Bolonha

DANIELE SERAPIGLIA – Doutorando da Universidade de Bolonha

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA – Universidade do Porto

HELOÍSA PAULO – CEIS20

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
Alberto De Bernardi	
IL FASCISMO E LE SUE STORIE.....	9
Luís Reis Torgal	
“O FASCISMO NUNCA EXISTIU...”. REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE SALAZAR.....	17
Fernando Rosas	
O SALAZARISMO E O HOMEM NOVO. ENSAIO SOBRE O ESTADO NOVO E A QUESTÃO DO TOTALITARISMO NOS ANOS 30 E 40.....	31
Matteo Pasetti	
SCRITTI CONTRO IL FASCISMO. NOTE SULLA BIBLIOGRAFIA DELL’ANTIFASCISMO ITALIANO (1926-1943)	49
António Rafael Amaro	
O MODELO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO NOVO (1933-1962).....	65
Joana Brites	
AMAR A PÁTRIA, SERVIR A ARQUITECTURA: FUNÇÕES E PROGRAMAS ICONOGRÁFICOS DAS «ARTES DECORATIVAS» NAS FILIAIS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA	81
Álvaro Garrido	
O ESTADO NOVO E AS PESCAS – A RECRIAÇÃO HISTORICISTA DE UMA “TRADIÇÃO MARÍTIMA NACIONAL”	99
Sérgio Neto	
REPRESENTAÇÕES IMPERIAIS N’ <i>O MUNDO PORTUGUÊS</i>	119
José Luís Lima Garcia	
PROPAGANDA NO ESTADO NOVO E OS CONCURSOS DE LITERATURA COLONIAL. O CONCURSO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS / ULTRAMAR (1926-1974)	131
Maria Luiza Tucci Carneiro / Boris Kossoy	
PROPAGANDA E REVOLUÇÃO – OS CAMINHOS DO IMPRESSO POLÍTICO, 1930-1945	145
Federico Croci	
“ <i>FACCETTA NERA</i> ”. OS PRIMEIROS PASSOS DA PROPAGANDA FASCISTA EM SÃO PAULO 1922-1924.....	167

Alberto Pena	
LA CREACIÓN DE LA IMAGEN DEL FRANQUISMO EN EL PORTUGAL SALAZARISTA	183
Carlos Cordeiro	
“O ESTADO NOVO – COMO O DEVEMOS COMPREENDER”. UM DEBATE RADIOFÓNICO EM 1937	199
José Maria Folgar de la Calle	
EL CONTROL DEL CINE POR EL FRANQUISMO: DE LA GUERRA CIVIL A LOS AÑOS 60	209
Fernanda Ribeiro	
A INSPECÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS E A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO.....	223
Clara Isabel Serrano	
O ESTADO NOVO. (RE)VISITANDO OS MANUAIS DE HISTÓRIA PORTUGUESES.....	239
Augusto José Monteiro	
“AS VERDADES QUE CONVÊM À NAÇÃO”: COMO CARNEIRO PACHECO REESCREVEU OS LIVROS DE LEITURA DO ENSINO PRIMÁRIO	255
Maria das Graças Ataíde de Almeida	
A VERDADE AUTORITÁRIA: DISCURSO, CENSURA E AUTORITARISMO NO ESTADO NOVO VARGUISTA	277
Nuno Rosmaninho	
ANTÓNIO FERRO E A PROPAGANDA NACIONAL ANTIMODERNA.....	289
Massimo Morigi / Stefano Salmi	
ARTE E MODERNITA'. I DUE PERCORSI COMUNI DEL FASCISMO E DELL'ESTADO NOVO	301
Elizabeth Cancelli	
A IRA E A ALTERIDADE: O TESTEMUNHO E O SENTIDO ÉTICO	319
Andrea Rapini	
I GIOVANI NELLA CRISI DI REGIME DEL FASCISMO.....	333
Daniele Serapiglia	
1926. LA CONDANNA DEL VATICANO DELL' <i>ACTION FRANÇAISE</i> IN PORTOGALLO. IL CASO «NEMO» (FERNANDO DE SOUSA).....	343
Armando Malheiro da Silva	
NORTON DE MATOS E A AUTO-DEFESA FACE À HISTÓRIA COEVA E FUTURA .	355
Helóisa Paulo	
UMA MEMÓRIA DOS OPOSITORES SOBRE O REGIME E SOBRE A OPOSIÇÃO..	377

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Os textos aqui apresentados são os originais das comunicações do seminário internacional que teve o mesmo nome do título deste livro.

Foi mais um espaço de debate sobre um tema que, na sua linha básica – “Estados autoritários e totalitários” –, já foi abordado, noutras perspectivas, por esta equipa de investigação, e por outros historiadores, em seminários realizados nos anos de 2005 e 2006, respectivamente em Bolonha e em São Paulo, cujas actas foram publicadas (*Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, Roma, Carocci, 2006) ou se encontram no prelo (*Intolerância em tempos de Fascismo*, São Paulo, EDUSP / Imprensa Oficial / Arquivo do Estado). Desta forma, concluímos o primeiro ciclo destes seminários, que, numa segunda fase, se reiniciarão na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, desta vez sob o tema “Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas. Ideologias, programas e práticas”.

A ideia de chamarmos “seminários” a este tipo de encontros científicos não foi uma mera casualidade verbal. Um seminário é, acima de tudo, um lugar privilegiado para a troca de experiências de investigações e para o debate de ideias, tendo em vista o germinar de novos conhecimentos e de novos problemas. E como o conhecimento não se deve limitar ao meio universitário e deve contribuir para a actualização de quem, noutros sectores de ensino, trabalha com a História, este encontro foi creditado, graças ao apoio do Dr. Nicolau Borges, para a formação de professores do ensino básico e secundário, que compareceram às sessões, formularam interrogações e, depois, apresentaram os seus relatórios, subsequentemente avaliados. Deste modo, o que aqui é publicado não espelha totalmente o que se passou nos dias 28 a 30 de Novembro, no Arquivo da Universidade de Coimbra, onde se verificou, por parte de todos os participantes, um vivo debate. E igualmente não se encontra neste livro o relato de uma visita de estudo intitulada “Museu, casas e ruínas da memória”, que complementou este seminário e que se efectuou no dia 1 de Dezembro. Contou com o apoio das Câmaras Municipais de Penacova (onde se evocou a figura republicana de António José de Almeida) e do Carregal do Sal – Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato, local privilegiado para se recordar Aristides de Sousa Mendes, o que foi feito sobretudo pela Mestre Lina Madeira, que prepara uma tese de doutoramento em que a análise desse diplomata ocupa um lugar fundamental. Também o Museu do Caramulo, da Fundação João e Abel Lacerda, mereceu uma visita guiada.

Os textos aqui publicados são, obviamente, da inteira responsabilidade dos seus autores, pois optámos por não interferir neles sequer do ponto de vista formal, mantendo em cada um a sua língua, a sua escrita e os seus critérios de transcrição e de citação. Apenas tentámos completar o trabalho de revisão de provas que os autores, como é natural, nem sempre levaram a cabo de forma perfeita.

Resta-nos agradecer o contributo das entidades que nos ajudaram a erguer este encontro, preparado, no âmbito do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), coordenado cientificamente pela Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, e do grupo de investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX”, a que pertencemos, o qual teve sequência neste livro, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida pelo Doutor José Faria e Costa e pela Dr.^a Maria João Padez, cuja colaboração, selada institucionalmente por um protocolo geral de colaboração com o Centro, importa registar. Recordemos, assim, o Arquivo da Universidade, dirigido pela Doutora Maria José Azevedo Santos, onde se realizou o encontro e que sempre recebe estas iniciativas com entusiasmo e simpatia, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Universidade de Coimbra, a que o CEIS20 está ligado, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Engenheiro António de Almeida, as quais, com o seu mecenato, permitiram que se realizasse este encontro com a dignidade que o justificava. Finalmente, uma palavra de apreço ao Governo Civil de Coimbra, na pessoa do Dr. Henrique Fernandes, que, confirmando a hospitalidade portuguesa e coimbrã, nos ajudou a retribuir a forma pela qual fomos recebidos nos anteriores encontros, organizados na Universidade de Bolonha e na Universidade de São Paulo. A todos agradecemos a colaboração prestada.

Todavia, o essencial de um livro é a sua recepção por parte do leitor. Esperamos que ele contribua para o esclarecimento das questões aqui sondadas, as quais devem ser analisadas com espírito crítico e não de uma forma passiva, como costuma suceder com leitura de obras de ocasião, que actualmente, como uma espécie de moda, se publicam sobre estes temas de grande complexidade.

Coimbra, 6 de Agosto de 2008

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

IL FASCISMO E LE SUE STORIE

Le modalità con cui abbiamo concepito e mantenuto questi nostri incontri, che si sviluppano tra ascolto, proposta e riflessione attorno ad idee e punti di vista eterogenei, ulteriormente arricchiti dalla periodicità con cui le nostre singole comunità scientifiche hanno scelto di incontrarsi e dalla particolare attenzione nei confronti delle diverse generazioni di storici, anche in quest'occasione mi ha permesso di ripensare, riordinare e mettere nuovamente in discussione sotto una nuova luce idee e pensieri su cui ormai da tempo indugio in veste di storico. Così, arricchito e stimolato nuovamente, cercherò anche in questa occasione di dare contributo e seguito a questo nostro progetto collaborativo, che iniziato ormai da qualche tempo rivela ormai chiaramente il suo duplice destino ed obiettivo: da una parte stimolo alla discussione e alla polemica storica, dall'altro e soprattutto occasione per ottimi risultati in termini di apporto alla conoscenza storica.

Disattendendo il proposito iniziale, ossia offrire un breve ed esaustivo inquadramento sulla storia della storiografia fascista, scelgo, grazie agli spunti dei colleghi, un approccio più specifico e comparativo, tenuto conto sia del fatto che l'esperienza del fascismo è "comune" a molti paesi, quantomeno declinata a diverse realtà, e poi del fatto che è esistita in Italia una storiografia sul fascismo fatta da storici fascisti che non è né semplicemente adulatoria, né scientificamente sterile.

Nel processo di costruzione del regime la definizione di una politica culturale capace di stimolare e promuovere un rapporto sempre più stretto tra gli intellettuali e il fascismo ha ricoperto un ruolo tanto particolare quanto ignorato. L'alta cultura non era infatti impermeabile alla penetrazione dell'ideologia fascista, come per lungo tempo ha sostenuto la storiografia antifascista e come hanno smentito ricerche ormai relativamente recenti, e di questo occorre tener conto soprattutto per prendere atto della complessità e della differenziazione che hanno caratterizzato l'insieme delle relazioni tra il mondo della cultura e il regime mussoliniano. Si tratta di un rapporto biunivoco in cui accanto allo sforzo del regime di conquistarsi il consenso degli intellettuali per inglobarli ed utilizzarli nella sua politica di fascistizzazione della società, sta il groviglio difficilmente districabile dei percorsi soggettivi che hanno portato questi studiosi a scegliere il fascismo e a tendere al medesimo fine fascistizzante col loro apporto propagandistico.

Prese di posizione antifasciste, dunque, non interruppero il flusso di adesioni al fascismo da parte della maggioranza degli intellettuali e degli accademici che proseguì non soltanto perché questi erano tradizionalmente adusi a un rapporto conformista con il potere politico, ma perché erano stati progressivamente persuasi e conquistati dall'autoritarismo nazionalista del fascismo, fino a renderli disponibili a “passare sul corpo della dea libertà” senza eccessivi drammi interiori.

Essi salutarono con unanime entusiasmo la riforma scolastica promossa da Gentile nel 1923, quando assunse la carica di ministro della Pubblica istruzione, così come con fervore parteciparono nel 1925 alla stesura della *Enciclopedia Treccani*, varata dallo stesso Gentile e ritenuta da Mussolini la più significativa impresa culturale del regime, e sottoscrissero il *Manifesto degli intellettuali italiani fascisti agli intellettuali di tutte le nazioni*, lanciato nell'aprile dello stesso anno, infine ad accettare di buon grado di svolgere il loro magistero scientifico all'interno delle nuove istituzioni culturali proposte dal fascismo. Non sarebbe altrimenti comprensibile il fatto che, nel novembre 1931, la totalità dei professori universitari – salvo dodici – giurarono fedeltà al regime, quando essa fu loro obbligatoriamente richiesta.

Da questo punto di vista, la vicenda della cultura storica appare emblematica. Tra il 1923 e il 1930 il regime costruì una vasta rete di istituzioni deputate all'organizzazione degli studi storici, sotto l'alta direzione di Gioacchino Volpe che, in questo ambito, svolse la stessa funzione ricoperta in quello più generale e teorico da Giovanni Gentile attraverso l'Istituto fascista di cultura. Nel 1923 venne costituita la Scuola storica nazionale per la raccolta e la pubblicazione delle fonti medievali; nel 1925, per iniziativa diretta dello stesso Volpe, nacque la Scuola di storia moderna e contemporanea, cui seguirono le fondazioni dell'Archivio storico della Svizzera italiana, dell'Archivio storico della Corsica, dell'Archivio storico della Dalmazia, nonché l'istituto di studi romani. L'opera si compì, con la creazione nel 1934 della Giunta degli studi storici, alle cui dipendenze fu posta l'intera rete di istituzioni culturali attive in questo campo disciplinare, e poi con la definitiva integrazione nell'Istituto fascista di cultura di Trino della più prestigiosa rivista storica italiana, la «Rivista storica italiana» fondata nel 1884 da Costanzo Rinaudo), con un intento dichiaratamente militante a favore del nazionalismo e della difesa della “italianità” della cultura storica nazionale.

Possiamo dunque dire che questa storiografia, nel caso italiano, è stata fatta soprattutto da una scuola storica fondata e diretta da Gioacchino Volpe, che a ragione può essere considerato uno dei più grandi storici italiani del Novecento, valutazione peraltro suffragata dal fatto che le sue idee hanno superato i confini nazionali per emigrare all'estero – troviamo i suoi libri anche tra i volumi della biblioteca dell'Università di Coimbra che ci ospita per questo nostro incontro. Uno storico, dunque, di tutto rispetto, la cui interpretazione del fascismo costituisce senza dubbio un punto di riferimento.

Accanto a Gioacchino Volpe, vorrei proporre alla vostra attenzione un'altra figura di rilievo dell'intellettualità fascista, quella del giurista e politico Francesco Ercole, uno storico meno noto ma non meno importante che ha scritto quella che possiamo considerare la prima storia del fascismo, uscita in Italia nel 1936 col titolo molto interessante di *La rivoluzione fascista*, e ripubblicata nel 1939 in due volumi, con

il nuovo nome di *Storia del fascismo*.¹ Ercole è un personaggio importante anche per il suo “curricula” fascista: iscrittosi nel 1923 al Pnf, fu membro nel 1924 delle commissioni dei Quindici e nel 1925 delle commissioni dei Diciotto per le riforme istituzionali, quindi tra il 1929 e il 1939 deputato, dal 1932 al 1935 membro del Gran consiglio, ma soprattutto fu ministro dell’Educazione nazionale (dal 1932 al 1935) e fondatore della “Giunta di Studi Storici”, un organismo di controllo, promozione ed organizzazione degli studi storici in Italia, che esiste ancora oggi.

Partiamo innanzitutto da Gioacchino Volpe. Volpe, nato nel 1876 si è affermato come storico del medioevo medievista, come anche il suo antagonista culturale Gaetano Salvemini, una delle figure più importanti dell’antifascismo; quando nel 1922 il fascismo prende il potere, ha più di quarant’anni ed è già un’autorità scientifica assoluta, diversamente da Ercole che, nato quasi dieci anni dopo di lui, nel 1922 è uno giovane studioso, ai primi passi della carriera universitaria.

Innanzitutto vorrei sottolineare l’operazione politico-culturale che Volpe mette in atto. Volpe coglie che la prima guerra mondiale ha segnato un cambiamento d’epoca storica imponendo agli studi storici di confrontarsi con la contemporaneità, di leggere il presente in chiave storica. Egli intuisce cioè che i processi che si sono messi in moto nell’Italia e nell’Europa tra il 1910 e il 1920 richiedono una loro narrazione, un impegno supplementare di analisi e di indagine da parte degli storici, per fornire all’opinione pubblica sintesi interpretative che entrino nel merito del dibattito politico.

Possiamo quindi dire che Gioacchino Volpe per primo capisce la necessità di un uso pubblico della storia: non di una storia ancella della politica politica, di una agiografia dei vincitori, nel senso di una elaborazione e di una analisi piegata agli interessi del fascismo. Anche se Volpe è un intellettuale fascista, si cimenta con il presente mantenendo sempre la sua fisionomia di storico; Volpe però ritiene che il suo mestiere debba allargarsi e assumere un ruolo civile, oltre che scientifico, diventando strumento della formazione dell’opinione pubblica nell’epoca della società di massa.

In questa veste dunque, egli vira e riorienta tutti gli studi storici italiani con il risultato che per circa quarant’anni, dagli anni Venti fino agli anni Sessanta, la storiografia italiana si dedicò prevalentemente alla storia del Risorgimento e dell’Italia liberale. Gioacchino Volpe fu l’artefice di una generazione di storici che, nati quasi tutti medievisti, diventarono contemporaneisti; e dunque in questo senso Volpe inventa e costruisce la storia contemporanea che sino ad allora in Italia non c’era perché era considerata un “argomento secondario” rispetto al nocciolo duro della riflessione storiografica rappresentato dalla storia del medioevo e dell’età moderna.

Volpe, dunque, ribalta l’opinione che al tempo si nutriva nei confronti dei contemporaneisti; cosicché mentre prima della lezione di Volpe solo uno studioso del medioevo poteva aspirare a diventare uno storico di vaglia, dunque solo un medievista poteva fare carriera all’Università, dopo l’operazione volpiana la storia contemporanea entra di diritto tra le discipline accademiche. Questo cambiamento di rotta si verifica

¹ Tra gli scritti dell’autore, citiamo: Francesco Ercole, *Dal nazionalismo al fascismo: saggi e discorsi*, Roma, De Alberti, 1928; *La rivoluzione fascista*, Palermo, Ciuni, 1936; *Storia del Fascismo: vol. 1.: Dai fasci di azione rivoluzionaria alla marcia su Roma, 1915-1922; vol. 2.: Dalla marcia su Roma alla creazione dello stato fascista corporativo e alla proclamazione dell’Impero, 1922-1936*, Milano, Verona, A. Mondadori, 1939.

senza che essa perda la sua forte connotazione politica, legata cioè in maniera esplicita ai suoi usi pubblici, anche in virtù del profilo di intellettuale militante dell'artefice di questo cambiamento che non negherà mai di essere un nazionalista diventato fascista, di essere un intellettuale organico al regime in costruzione, e quindi di orientare inevitabilmente tutta la storia in virtù di questo disegno e progetto di costruzione della egemonia culturale del fascismo.

Questa sintetica premessa ci permette di introdurre chi fosse il grande avversario di Gioacchino Volpe: Benedetto Croce, il maestro per antonomasia della storiografia italiana, tra Ottocento e Novecento. Filosofo, storico e politico, Croce esercitò il suo magistero intellettuale lontano dalle aule universitarie, non avendo mai puntato a una cattedra e a un riconoscimento addademico, attraverso le sue pubblicazioni ma soprattutto attraverso la rivista «La critica», pubblicata dal 1903 al 1944, che divenne una delle rare voci dell'opposizione che il fascismo decise di tollerare e sicuramente una delle più grandi riviste intellettuali e culturali europee del primo novecento.²

Croce fu il primo a lanciare l'idea che tutta la storia fosse storia contemporanea, nel senso che il punto di vista con cui gli studiosi e gli storici guardano al passato è sempre fondamentalmente segnato dalla condizione contemporanea dello storico. Na l'operazione del suo allievo Volpe va oltre questa idea, è più complessa e mostra di cogliere più nitidamente le nuove frontiere sulle quali questa intuizione metodologica doveva cimentarsi. Egli infatti non solo riconosce che (tutta) la storia è contemporanea, quindi anche lo studio del medioevo, perché la ricerca è influenzata dalla sensibilità, dalla mentalità, dagli interrogativi del presente, ma soprattutto mette in evidenza che la storia contemporanea è un oggetto storiografico fondamentale e legittimo, la cui trattazione, come tutta la ricerca storica, è influenzata dalle condizioni storiche in cui la ricerca è posta; nel caso specifico nel momento nel quale entra in crisi lo stato liberale e un nuovo regime è in costruzione.

Il progetto politico e culturale di Gioacchino Volpe trova la sua sintesi più compiuta nel volume, *L'Italia in cammino*,³ uscito nel '1927, conservato anche nella Biblioteca dell'Università di Coimbra. Il termine *ad quem* del volume è il 1915, cioè alla vigilia della prima guerra mondiale, quindi non è una storia del fascismo e soprattutto della sua presa del potere. Si occupa piuttosto delle forze materiali e spirituali che stanno alle origini del fascismo. Gioacchino Volpe in questo lavoro mette in evidenza alcuni punti salienti, a partire dal titolo, che mette in evidenza lo stato di dinamicità e di divenire, "in cammino", nel quale si è trovava l'Italia nei cinquanta anni successivi all'unificazione nazionale. Ma verso dove si muove l'Italia postunitaria, quale è la meta di questo "cammino"? Ebbene, secondo l'interpretazione di Gioacchino Volpe la storia d'Italia si dirige inevitabilmente verso il fascismo; per meglio dire la storia dell'Italia liberale, che rappresenta il suo oggetto di studio, ha come suo esito più coerente il regime totalitario.

² Sottotitolata *Rivista di letteratura, storia e filosofia*, «La Critica» venne fondata nel 1903 da Benedetto Croce e da lui finanziata fino al 1906, anno in cui subentrò l'editore Laterza. Si mantenne in vita fino al 1944, per poi riprendere le pubblicazioni nel 1945 e concludere la sua parabola nel 1951, con una periodicità più ridotta e con il titolo di «Quaderni della Critica».

³ Gioacchino Volpe, *L'Italia in cammino*, Milano, Treves, 1927.

Questa lettura ha un'importanza notevole, perché è sorretta dall'idea tutta politica che la storia dell'Italia contemporanea sia non solo animata da un progressivo avvicinamento al fascismo, ma soprattutto che la storia dell'Italia unita sia una sorta di antefatto del fascismo, che in quest'ottica appare come il risultato implicito dell'Unità nazionale.

Si tratta di un modello interpretativo opposto a quella di Benedetto Croce, che un anno dopo *L'Italia in cammino*, darà infatti alle stampe la *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*⁴ (e cinque anni dopo la *Storia d'Europa nel secolo decimonono*⁵), anche questa una storia dell'Italia liberale ma diversamente e in contrasto a quella di Volpi, scritta per dimostrare esattamente l'opposto, e cioè che il fascismo è la negazione e non l'inveramento del Risorgimento, è una parentesi nel cammino «infessamente»⁶ progressivo di quell'Italia liberale che aveva trovato il suo momento più alto nel compromesso giolittiano, considerato da Croce un autentico capolavoro politico. Ne nascerà una polemica molto forte ovviamente condotta da tutta la stampa del regime contro il filosofo abruzzese, che farà di Croce, intellettuale troppo importante e famoso, un esule in patria, completamente isolato.

Il secondo aspetto che è bene tener presente è relativo alla lettura che Volpi propone circa l'Italia liberale. Egli, interrogandosi sulle ragioni del fallimento dell'Italia liberale, individua come origine causale l'incapacità di quest'Italia di realizzare il suo obiettivo principale, ossia la nazionalizzazione delle masse; una critica che Volpi non si limita a muovere alla sola Italia liberale, ma che estende più in generale all'intera Europa liberale. Il processo di nazionalizzazione delle masse, quindi, è sostanzialmente fallito perché lo stato liberale che ha una base troppo ristretta delle sue élites politiche, non è riuscito a mettere insieme, in sintonia e in relazione le masse alla nazione e così, fallendo, ha prodotto quella frattura tra Stato, masse e nazione, in cui consiste la debolezza intrinseca dello stato liberale europeo.

Ora, da questo punto di vista il fascismo non può che essere l'esito di questa trasformazione perché riuscì a realizzare quel progetto di nazionalizzazione delle masse, su cui aveva fallito lo stato liberale.

Nella misura in cui il fascismo realizzò l'integrazione tra popolo e nazione e intorno alla nuova idea di nazione, imperiale e totalitaria, plasmò l'identità del popolo italiano, per Volpe il fascismo poteva essere considerato l'erede del Risorgimento. Erede, ma anche sintesi superiore, capace di portare a soluzione i problemi che lo stato liberale aveva lasciato irrisolti.

Questo è il campo di questioni sulle quali Volpe ha lasciato la più significativa eredità storiografica, perché, rispetto alla storiografia antifascista che aveva attribuito il successo del fascismo quasi esclusivamente all'uso spregiudicato della forza e all'appoggio delle vecchie elites economiche, metteva in evidenza il suo più efficace punto di forza: la vittoria del fascismo risiedeva nell'aver saputo affrontare – e per Volpe risolvere – il rapporto tra masse e stato, tra classi lavoratrici e potere politico, che lo stato liberale aveva disatteso e che la Grande guerra aveva fatto esplodere.

⁴ Benedetto Croce, *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*, Bari, Laterza, 1928.

⁵ Benedetto Croce, *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, Bari, Laterza, 1932.

⁶ Benedetto Croce, *Per la nuova vita dell'Italia. Scritti e discorsi (1943 – 1944)*, Napoli, Ricciardi 1944, pp. 55 – 56.

Lo strumento di cui il fascismo si avvale per realizzare questo ambizioso progetto fu il corporativismo, presentato come alternativa al bolscevismo, ma anche la liberismo; eguaglianza e emancipazione sociale da un lato e dall'altro l'individualismo economico – che costituivano il baricentro ideologico delle due grandi ideologie dell'Ottocento – venivano negati, ma anche sussunti all'interno del progetto corporativo, che metteva sotto il controllo dello stato la concorrenza e il conflitto sociale e valorizzava impresa e classe operaia come parti integranti del “lavoro nazionale”.

In quest'ottica la nazione del fascismo è la nazione corporativa perché in esso poggia sia la possibilità materiale di fare dell'Italia una grande potenza mediterranea, sia la costruzione del mito totalitario.

Nel 1939, Volpe riversò questo modello interpretativo elaborato per spiegare le origini del fascismo in una sintesi della storia del regime che apparve con il titolo di *Storia del movimento fascista*,⁷.

Quando Volpe mise a punto questo suo nuovo libro erano passati più di dieci anni dal suo lavoro precedente nei quali il fascismo aveva non solo consolidato il suo potere in Italia, ma soprattutto si era allargato in molti paesi europei, non solo la Germania di Hitler, ma anche nello *Estado novo* di Salazar, e infine nella Spagna franchista. La trama interpretativa risultava una conferma del modello interpretativo elaborato ne *L'Italia in cammino*: una grande forza non solo italiana ma europea che attraverso il mito della nazione aveva rigenerato e unificato il vecchio continente.

Questo risultato appariva la più indiscutibile smentita alla visione di Croce, che aveva presentato in fascismo come l'“invasione degli Icxos”, un'irruzione brutale dell'irrazionalità, destinata a esaurirsi perché estranea alle correnti fondamentali dell'evoluzione progressiva della società europea. Per Volpe invece il fascismo non era un «accidente e un incidente» della storia italiana⁸, bensì un moto profondamente autentico e originale della storia nazionale, che, inoltre, aveva dimostrato di avere un notevole forza propulsiva su scala continentale e che alla vigilia della seconda guerra mondiale ambiva a proiettarsi in una dimensione mondiale.

Nello stesso anno, il secondo studioso del quale intendo occuparmi, Francesco Ercole, pubblicava la sua *Storia del Fascismo*. In quell'anno Ercole stava concludendo la sua esperienza di deputato, era professore di storia all'Università di Roma e presidente dell'Istituto storico italiano per l'età moderna, che nel 1935 aveva fondato lo stesso Gioacchino Volpe. Il suo modello storiografico però si distanzia notevolmente da quello di Volpe, perché pone l'accento più sulla discontinuità che sulla continuità del fascismo con il passato della storia risorgimentale.

Nell'impianto di Gioacchino Volpe il fascismo è in continuità con il Risorgimento anche se la sua affermazione è avvenuta attraverso una rottura istituzionale che possiamo persino chiamare rivoluzione, ma l'elemento centrale di questa concezione è la continuità dello stato nazionale che trova nel fascismo la sua massima espressione. Ercole, invece, appartiene ad un'altra scuola di pensiero, che intende ed interpreta il fascismo come rivoluzione, cioè come un movimento di rottura con lo stato liberale, che introduce nella storia d'Italia un elemento di discontinuità rivoluzionaria.

⁷ Gioacchino Volpe, *Storia del movimento fascista* Milano, Istituto per gli studi di politica internazionale, 1939.

⁸ Enzo Collotti, *Fascismo, fascismi*, Firenze, Sansoni, 1989, p. 11.

Si tratta di una lettura di straordinario interesse per gli studi storici successivi, perché Ercole, che né ai suoi tempi, né successivamente venne considerato un grande storico tanto da finire nel più totale oblio insieme alle sue opere, pone con questo suo lavoro una serie di questioni di grande rilievo.

In prima istanza affronta il fascismo su scala europea, fin dalle sue origini, che stanno più nelle fratture della Grande guerra che nei problemi irrisolti del Risorgimento. Nel crogiolo della guerra mondiale emergono tre soluzioni al problema che essa stessa ha aperto, e cioè la necessità di integrare masse notevoli di lavoratori e di piccola borghesia all'interno dello stato. Una prima soluzione è quella proposta dal comunismo, che è concepito più che come avversario del fascismo, come movimento competitore che con il movimento fondato da Mussolini condivide i caratteri di novità e di rottura; l'altra soluzione è il progetto democratico, cioè la trasformazione degli stati dell'Europa occidentale e degli Stati Uniti da liberali a democratici. Il fascismo si inserisce in questo snodo, proponendosi come la "terza via", nella quale i processi di democratizzazione e di massificazione della società ("Noi siamo la vera democrazia", dirà Mussolini) vengono sottoposti al controllo di uno stato forte, autoritario e onnipotente, che si propone non solo come sintesi tra popolo e nazione, ma anche come supremo organizzatore della produzione attraverso il corporativismo.

Per Ercole, dunque, l'idea "fascista" è profondamente rivoluzionaria, e contende al comunismo bolscevico il primato dell'innovazione politica e della rottura con il passato liberale ottocentesco. Negli anni venti sono in marcia due rivoluzioni e l'uscita dal liberalismo è possibile attraverso un'alternativa: la rivoluzione comunista e la rivoluzione fascista che, lungi dall'essere una controrivoluzione o una mera reazione al comunismo, propone all'Europa una strada nuova e originale per la riorganizzazione dei sistemi politici dopo la "grande trasformazione" della guerra mondiale.

Alla luce di quello che stava accadendo alla fine degli anni Trenta – che è il punto di osservazione del nostro storico – era possibile ipotizzare che nel confronto delle due "vie" rivoluzionarie, quella vincente e dotata di maggior forza propulsiva fosse proprio il fascismo. Infatti alla vigilia della seconda guerra mondiale la "terza via" declinata in diversi esperimenti semi o para fascisti, più o meno lontani dal modello totalitario originale, sembrava decisamente aver avuto la meglio quantomeno in termini di consenso e di forza politica.

L'operazione storiografica e ideologica di Ercole mirava all'interpretazione del XX secolo nel suo complesso, che muoveva dalla considerazione secondo cui il dopoguerra era stato un periodo caratterizzato dalla conclusione del ciclo liberaldemocratico, iniziato nell'Ottocento, e dall'inizio di una nuova epoca dominata, per lo meno nell'Europa centro-occidentale, dal fascismo. Il fascismo, dunque, non è affatto un movimento nazionale e circoscrivibile al solo caso italiano, ma è un movimento europeo, in virtù della sua duttilità ad essere declinato in tanti modelli, ma che mantiene la sua unitarietà grazie alla forza dello stato corporativo.

In ciò consiste la soluzione all'antitesi tra il totalitarismo comunista e l'anarchia "democratica" degli stati borghesi. La crisi degli anni Trenta dette ovviamente molta energia alla teoria corporativista che apparve come uno strumento molto efficace per lo sviluppo delle identità nazionali e per l'integrazione tra popolo e masse, in un'epoca di straordinarie turbolenze economiche e di forti contrasti sociali. A dimostrarlo sta il fatto che anche Roosevelt e gli uomini del New Deal guardavano al corporativismo

come ad un'esperienza storica di grande attualità e da cui attingere per uscire dalla crisi spaventosa in cui gli Stati Uniti erano rovinosamente precipitati; un atteggiamento destinato a non rimanere isolato al solo caso d' oltreoceano, ma che coinvolse anche le socialdemocrazie europee impegnate in una riflessione sull'economia pianificata.

A partire da queste considerazioni Ercole propone un'altra riflessione, che si allaccia strettamente a molte discussioni emerse anche in queste giornate di studio; la constatazione cioè che dove c'è il corporativismo, c'è il totalitarismo. Detto in altri termini: laddove si impianta un modello sociale ed economico di tipo corporativo lì emerge e si rafforza la deriva totalitaria, ossia una nuova forma di organizzazione statale nella quale ogni aspetto della vita civile è posto sotto il controllo del partito-stato e si realizza una compiuta integrazione tra stato e società.

Una riflessione che Ercole propone per una ragione molto semplice e precisa: dimostrare un primato dell'Italia rispetto alla Germania, come paese precorritore e all'avanguardia, perché mentre quest'ultima, la Germania, ha fatto fatica a costruire un suo stato totalitario, l'Italia è stata la prima a realizzarlo e costituisce il modello sulla base del quale le altre nazioni plasmeranno il proprio stato corporativo. Questa nuova forma/stato non si esaurisce in una semplice ingegneria istituzionale, ma costituisce il centro di irradiazione di un progetto politico destinato a essere tanto più totalitario, quanto più la soluzione corporativa si rafforzerà e si dispiegherà in tutte le sue implicazioni.

Certo Mussolini in più di una occasione ha sostenuto – e questo dovrebbe insegnare qualcosa a noi storici che spesso discutiamo più di nominalismi che di sostanza – che per realizzare il totalitarismo fascista ci sarebbe voluto un secolo; il destino totalitario dell'Europa era dunque un processo in costruzione, un cammino in corso anche nell'Italia, che era stata la prima a incamminarsi su quella via. Per il Duce la generazione degli uomini che aveva scoperto nelle trincee della Grande guerra la “seduzione totalitaria”, aveva solo compiuto il primo passo; certamente quello più difficile e rivoluzionario, ma l'effettiva costruzione dell'Europa totalitaria sarebbe stato un compito delle generazioni a venire.

In conclusione, con questo intervento ho inteso suggerire a noi storici contemporanei, che sarebbe un grave errore di prospettiva considerare la riflessione tra gli storici fascisti degli anni Trenta un'operazione puramente strumentale ed esclusivamente finalizzata all'esaltazione agiografica del regime. Trattare questi storici come meri propagandisti di partito, fa perdere di vista le opportunità che le loro riflessioni offrono all'interpretazione del passato, anche perché da questo imponente scavo storiografico, di cui ho dato in questa sede solo un piccolo scampolo, è derivata la cultura storica sulla quale si sono formate, attraverso i manuali scolastici, due generazioni di italiani. Nel 1935-1936, infatti, quando il ministro De Vecchi virò i programmi di insegnamento in direzione di un ulteriore rafforzamento del mito del regime, questo corpus interpretativo sul fascismo fornito dalla storiografia accademica si trasferirà senza molte mediazioni nei programmi d'insegnamento. Ma nel processo di trasferimento fu la proposta interpretativa di Gioacchino Volpe ad avere la meglio e la teoria della “continuità” prevalse sulla visione del fascismo come rivoluzione.

“O FASCISMO NUNCA EXISTIU...”
REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE SALAZAR

“Estado Novo” – Estado “não fascista”?

“Estado Novo” é a designação adoptada por António de Oliveira Salazar (1889-1970) – e, antes, segundo a versão oficial, pelo Ministro do Interior do governo do General Domingos Oliveira, Mário Pais de Sousa, irmão do cunhado de Salazar, em Coimbra, no dia 25 de Fevereiro de 1931¹ – para apelidar o seu sistema político (1932-1968 e continuado até 1974 por Marcello Caetano), sem dúvida influenciado pela expressão e pela ideia italiana de *Stato nuovo*, que precede e se concretiza no Fascismo². Apesar disso, infundiu uma impressão de relativa simpatia nos meios políticos estrangeiros. Nessa medida, era comum, durante a sua longa vigência, reconhecer-lhe o seu carácter “original”, não o confundindo com a designação genérica de “fascismo”.

O próprio sistema político português, que se esforçava, através de Salazar e dos salazaristas, por afirmar esse carácter “original”, apresentava, como meio de propaganda, colectâneas oficiais de depoimentos favoráveis ao regime, a Salazar e à política por ele seguida³. Nessas antologias muitos – Keyserling, Goebbels, Eugénio D’Ors, Gil Robles, Oswaldo Aranha, Lourival Fontes, Jacques Bainville, Charles Maurras, Pétain, Léon de Poncins, Henri Massis, Alessandro Pavolini, Mircea Eliade, Gonzague de Reynold, Michael Derrick, o Coronel F. Clement C. Egerton – são políticos de regimes autoritários ou totalitários, militantes de correntes políticas “reaccionárias”

¹ Cfr. *Anais da Revolução Nacional*, vol. III, p. 162. É importante a leitura deste volume, cuja autoria é de João Ameal, para se entender a versão oficial da formação do “Estado Novo”, que constitui afinal o seu título principal, do que chama o “Terceiro Período”. O “Primeiro Período” intitula-se “A consolidação da ordem” e o “Segundo Período” denomina-se “A reforma financeira” (vol. II), que se segue ao “Diário da Revolução Nacional” (vol. I).

² Ver Emilio Gentile, *Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al Fascismo*. Bari, Laterza, 1999.

³ Cfr. *Salazar perante o Mundo*, Lisboa, Editora Portugal-Ultramar, 1944, “Ano XVIII da Revolução Nacional”, e *Projeção de Salazar no Estrangeiro*, Porto, UN, 1949. É interessante notar que uma editora neo-salazarista tornou a publicar recentemente muitos dos depoimentos integrados nessas colectâneas dos anos quarenta, com uma finalidade também de propaganda: *Salazar. Antologia de depoimentos*, Lisboa, Nova Arrancada, 2000.

ou revolucionárias de direita, intelectuais católicos conservadores ou escritores que escreveram livros de encómio a Portugal e ao seu “Chefe”, por vezes encomendados pelo regime. Mas, também são transcritos passos de políticos, de jornais e de outros autores que, independentemente das suas convicções mais íntimas ou expressas que proporcionam opiniões mais ou menos favoráveis, se situam noutra linha de representação, como Pio XII, Churchill, Truman, o Cardeal Spellman, Jules Romains, *The Times* de Londres, jornais católicos americanos...

Nestes últimos casos, registemos alguns passos significativos.

O conservador e respeitado *The Times* teria escrito (no original, em língua inglesa, evidentemente), em 28 de Maio de 1936:

A essência do sistema corporativo que o Dr. Salazar está empenhado em construir é a participação de todos os cidadãos no plano da reforma nacional e a subordinação dos interesses individuais ao interesse colectivo. O patriotismo português exige sacrifícios a todas as classes e muitas vezes é difícil consegui-los.⁴

E o mesmo jornal, em 29 de Abril de 1939, teria dito:

Em Portugal, por toda a parte, há a noção de liberdade e sente-se que existe um grande Chefe que conduz a Nação com amor e confiança, a fim de atingir os resultados espirituais e materiais que se propôs realizar.

[...]

O País progride em todas as suas manifestações de vida sob o Governo de Salazar.⁵

Em 1941, por ocasião do aniversário de Salazar (28 de Abril), *The Times* associava-se à homenagem dos portugueses e recordava o doutoramento *honoris causa* que lhe tinha sido tributado pela Universidade de Oxford.

Em 1945, no fim da guerra, dia 15 de Outubro, podia ler-se no mesmo prestigioso jornal:

A Grã-Bretanha, como nação estrangeira mais velha amiga de Portugal, tem motivos para estar grata ao Dr. Salazar pela sua fidelidade à antiga aliança e especialmente porque, embora mantendo o seu País em paz, permitiu a utilização dos Açores com uma das bases principais, graças à qual foi ganha a batalha do Atlântico.⁶

Mais significativos são ainda os textos americanos. R. Lewinssohn, na publicação de *world affairs* fundada em 1914, *Current History*, em artigo que teria sido publicado em Janeiro de 1935, escrevia:

Salazar é um Professor. E é nessa qualidade de Professor que ele assenta a sua autoridade moral e a sua posição política.⁷

E Michael Kenny, em *The Catholic World*, afirmava:

⁴ *Projeção de Salazar no Estrangeiro*, p. 165.

⁵ *Ob. cit.*, p. 168.

⁶ *Idem*, p. 177.

⁷ *Idem*, p. 83.

Inteiramente distinto do Socialismo e do Fascismo, alguns dos melhores espíritos europeus consideram o sistema de Salazar como a mais perfeita realização da verdadeira democracia representativa.⁸

Na verdade, analisando os mais de cento e cinquenta livros e a artigos de autores estrangeiros dedicados a Salazar, ao salazarismo e ao Estado Novo⁹, notamos que, com excepção dos da autoria de comunistas, que apelidavam de forma geral os regimes autoritários e totalitários de direita como “fascistas” – veja-se o testemunho de Ralph Fox no livro *Portugal Now*¹⁰ –, e, depois dos anos sessenta, todo um leque de intelectuais que atacavam a política autoritária e colonial de Portugal, fazendo eco ou não das palavras dos exilados portugueses, constituíam um núcleo bibliográfico de elogio ao regime e ao seu líder. Ressalve-se, todavia, até pelo carácter precoce (1935) o testemunho do filósofo espanhol, politicamente um liberal, Miguel Unamuno, num famoso artigo do jornal *Ahora*, de Madrid. Escrevia o reitor da Universidade de Salamanca, depois de uma viagem a Portugal, curiosamente a convite do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo:

Y nada mejor que llamar fajismo de cátedra – pedagógico y doctrinario – al que informa el actual régimen portugués. La dictadura del núcleo que representa Oliveira Salazar es una dictadura académico-castrense o, si se quiere, bélico-escolástica. Dictadura de generales – o coroneles – y de catedráticos, con alguna que otra gota eclesiástica. No mucha, a pesar de que el cardenal patriarca, Cerejeira, fué compañero de casa de Salazar y, como éste, también catedrático. Eclesiástico catedrático, lo mismo que otros militares catedráticos.¹¹

Portanto, pode dizer-se que é excepcional e objectivamente crítica esta interpretação de Unamuno, que tem dado origem a muitas reflexões de historiadores, a começar por João Medina, que primeiro a deu a conhecer¹². Deve, todavia, acrescentar-se a ela a reflexão metodicamente crítica de Sir Austen Chamberlain, no prefácio à edição inglesa da célebre entrevista a Salazar realizada por António Ferro, jornalista de direita e depois director do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo¹³.

⁸ *Idem*, p. 84.

⁹ Ver a tese de mestrado de Maria João Pina, *As imagens de Salazar no estrangeiro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2000. A virtude principal desta dissertação consiste em fazer um levantamento quase exaustivo das obras (e alguns artigos e capítulos de obras) publicadas no estrangeiro sobre Portugal salazarista, o Estado Novo e Salazar. Encontram-se ali autores brasileiros, americanos, ingleses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, romenos, etc. Para se ter uma ideia, constatamos que até 1945 se podem contar cerca de 80, mais de 40 entre 1945 e 1960 e cerca de 40 entre 1960 e 1974.

¹⁰ Ralph Fox, *Portugal now*, London, Lawrence and Wishart, 1937. Recentemente foi editada uma tradução portuguesa: *Portugal Now. 1936. Um Espião Comunista no Estado Novo*. Prefácio de José Neves. Lisboa, Tinta da China, 2006.

¹¹ *Ahora*, Madrid, 3.7.1935, “Comentario. Nueva vuelta a Portugal”.

¹² “O Prof. Unamuno contra o Prof. Salazar”, in: *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, p. 23 ss.

¹³ Esta entrevista, ou entrevistas, pois são, de facto, várias, originou um livro que foi um verdadeiro *best-seller*, intitulado, *Salazar. O homem e a sua obra*, cuja primeira edição data de 1933 (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933) e à qual se seguiram outras, umas em português e outras em várias outras

Ao invés dos prefácios às edições espanhola (Eugénio D’Ors)¹⁴ ou italiana (Corrado Zoli)¹⁵, a edição inglesa não apresenta um prefácio de elogio a Salazar, nem mesmo uma compreensiva visão das “ditaduras”, em que o regime português se englobava, como sucedia, até certo ponto, no prefácio da edição francesa (Paul Valery)¹⁶. Datado de 13 de Junho de 1935, o prefácio de Chamberlain, depois de ter falado do sistema parlamentar inglês, como um sistema modelar, que, no entanto, só poderia viver noutros países desde que se desenvolvesse através do seu próprio processo histórico natural, conclui que, fosse como fosse, o certo é que em grande parte da Europa surgiram Ditaduras, de que a portuguesa era um exemplo. O processo comparativo das ditaduras e do sistema inglês prossegue no texto do prefaciador, assim como uma rápida comparação do Salazarismo com o Fascismo de Mussolini e o Nazismo de Hitler. Termina com algumas dúvidas acerca do verdadeiro sentido do regime do “Professor de Finanças de Coimbra” e do retrato apresentado pelo autor do livro, ou seja António Ferro, que, em resposta a essas críticas, como explica o editor, escreveu uma longa introdução propositadamente para a edição inglesa, feita com base numa nova entrevista a Salazar, o que atrasou a publicação, só saída em 1939¹⁷. Vejamos as palavras de Austen Chamberlain:

[...] The contrast offered in some respects to other dictatorships both in the manner of its creation and in the person and training of the dictator is always interesting, and sometimes piquant, but the Fascist dictatorship in Italy, the Nazi dictatorship in Germany, and the dictatorship of the Coimbra Professor of Finance in Portugal have one thing in common. Signor Mussolini, Herr Hitler, and Dr. Salazar have each set out to remake the soul of a people. An Englishman may feel that the price paid is too high. He may thank heaven that he is still free citizen of a free country, and resolve that he will guard that freedom the more jealousy because of its destruction elsewhere. But no candid reader of this book will deny the nobility of the purpose which Dr. Salazar has set before himself, and no one acquainted with the progress which Portugal has made under his rule will doubt that, if much has been lost, much also has been gained by the new spirit which he has introduced into the public life of this country.

In any case we have in this book a vivid portrait of a most interesting man. Is it a true portrait? Is it the whole man, and nothing but the man? Dr. Salazar himself seems to doubt it, and I confess that at moments the painter seems to me to dramatize a man who, if I judge him rightly, abhors the dramatic, and to heighten colours which the sitter would have presented in quieter tones. But these blemishes, if blemishes they be, are far from destroying the value of the picture. It is a most interesting study of a man and a political system, little known, I think to English readers.¹⁸

línguas, incluindo o polaco. A edição inglesa tem a seguinte referência: Salazar / António Ferro, *Portugal and her Leader*. With a preface by The late Sir Austen Chamberlain, K. G., London, Faber and Faber, 1939.

¹⁴ António Ferro, *Oliveira Salazar, El Hombre y su obra*, Madrid, Ediciones Fax, 1935.

¹⁵ A. Ferro, Salazar. *Il Portogallo e il suo Capo*, Roma, Sindacato Italiano Arti Grafiche, 1934.

¹⁶ A. Ferro, Salazar. *Le Portugal et son Chef*. Précédé d’une note sur «L’Idée de Dictature» par Paul Valery. Paris, Éditions Bernard Grasset, 1934.

¹⁷ Ver as explicações do editor nas badanas do livro.

¹⁸ *Portugal and her Leader*, pp. 9-10.

Quem era afinal Salazar? O que foi afinal o Estado Novo? *O Fascismo nunca existiu* – foi este o título irónico e paradoxal de uma obra de um dos nossos melhores ensaístas, Eduardo Lourenço, numa colectânea dos seus artigos, entre os quais um, publicado em 9 de Abril de 1976, no qual considerava exactamente que o sistema salazarista português foi apresentado de tal modo e com tal eficácia que o próprio jornal *Le Monde*, durante as últimas décadas do regime, falava da ditadura “sábua” ou “paternal”, afastando-o assim do selo de “fascismo” que normalmente era colado a outras ditaduras. E Lourenço pensava, ao contrário do que as palavras do título poderiam parecer, que o Estado Novo era efectivamente um “fascismo”.¹⁹

E a pergunta ou as perguntas ainda se tornam mais pertinentes se verificarmos que a maioria dos historiadores, sociólogos e politólogos portugueses e estrangeiros (René Rémond, Pierre Milza, Stanley Payne...) ou ultrapassa a questão da caracterização do Estado Novo ou reconhece-lhe uma “originalidade” ou “singularidade” própria, não confundível com o sistema nomeado, em sentido genérico, de “fascismo”. Vejamos, como mero exemplo, as palavras de um investigador francês, Yves Léonard, que procurou escrever um livro de síntese caracterizadora do Estado Novo nas suas conexões com o “fascismo”, livro esse – note-se – que foi prefaciado por Mário Soares que, ao longo da sua vida política na oposição ao regime, não hesitou em chamar “fascista” ao regime de Salazar. Trata-se exactamente da obra *Salazarisme et Fascisme*. Nele pode ler-se este texto:

Singulier comme tout régime en tant que phénomène historique, le salazarisme échappe ainsi à une classification simplificatrice qui l’incorporait abusivement à la catégorie des fascismes.²⁰

Salazar e o “Estado Novo” – estudos históricos e representações

Vamos, agora, tentar responder, ainda que interrogativamente, a essas questões.

Comecemos por Salazar e por um juízo sintético acerca da bibliografia sobre ele publicada.

Tem grande significado a historiografia sobre o Estado Novo depois de 1974 – para além de muitas obras, teses de mestrado e de doutoramento²¹, publicaram-se dois dicionários de grande interesse sobre o período do Estado autoritário salazarista²² e alguns volumes de síntese integrados em várias “Histórias de Portugal”, de várias tendências, que foram recentemente editadas. E produzem grande sucesso editorial as obras de divulgação e *faits divers* sobre Salazar, que se tornam facilmente *best-sellers*,

¹⁹ *O Fascismo nunca existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976. Ver sobretudo o artigo “O Fascismo que «nunca existiu»”, p. 229 ss.

²⁰ *Salazarisme et Fascisme*, Paris, Éditions Chandeigne, 1996, pp. 9-10.

²¹ Ver o nosso artigo de síntese, já ultrapassado e em fase de actualização, “Historiografia do Estado Novo”, in: Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 425-431.

²² Fernando Rosas e J. M. Brandão (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, e António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal, Suplemento*, 3 vols., Porto, Figueirinhas, 1999-2000.

sobretudo se abordarem aspectos do foro sentimental²³, como também nos anos cinquenta sucedeu com a obra de Christine Garnier, que alimentou a veia romântica dos portugueses (e não só)²⁴. O certo, porém, é que não existe nenhuma obra de historiador ideologicamente descomprometido com o regime deposto em 1974 sobre o estadista português que mais tempo governou (quarenta anos, desde 1928 a 1968).

Com efeito, a única obra de grande tomo que até agora foi editada é da autoria do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, e que é, sobretudo por ser a única, uma obra fundamental e incontornável²⁵. Ou seja, não existe nenhum grande estudo de historiador sobre Salazar, ao contrário do que sucede com Mussolini, a começar no italiano Renzo de Felice e a acabar no francês Pierre Milza, com Hitler, que tem obras de referência como as do alemão Joachim Fest e do inglês Yan Kershaw, ou mesmo Franco, que concitou o interesse de autores como o americano Paul Preston e o espanhol Bartolomé Benassar. E, todavia, no tempo de Salazar contam-se por muitas dezenas as obras sobre ele e o seu tempo publicadas nos mais diversos países e em línguas diversas²⁶, ainda se sentindo agora o efeito produzido por essas obras ideológicas ou de propaganda ou simplesmente por uma memória feita de *clichés*. Em parte, talvez sejam ainda hoje esses *clichés* os responsáveis, a juntar à desilusão que se manifesta no nosso país relativamente ao momento político português, europeu e mundial, mas sobretudo o poder produtor e reproduzidor dos *media* – a imagem, mas também a *Internet* e as comunicações via SMS – para criar “realidades”, pelo facto de Salazar ter sido eleito em primeiro lugar entre os dez “Grandes Portugueses” no concurso com esse nome que teve como madrinha a BBC.

O certo é que o “defensor” de Salazar nesse concurso, o político de direita Jaime Nogueira Pinto, publicou um livro de história ideológica ou de ideologia historiográfica sobre o estadista, sintomaticamente intitulado *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*²⁷, onde se apresenta, com pretensões de inovação, a imagem positiva do fundador do Estado Novo, negando a sua interpretação como “fascista” e branqueando a sua imagem, mesmo à custa do “25 de Abril”. E esse livro, que raramente foi criticado²⁸, teve grande divulgação.

As longas entradas sobre Salazar dos dicionários do Estado Novo são da autoria do historiador Fernando Rosas²⁹, o investigador e professor que mais se tem dedicado ao estudo do tema, e do sociólogo António Barreto³⁰, que é um dos coordenadores, com

²³ Veja-se a obra da jornalista Felícia Cabrita, *Os Amores de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006, que é, na verdade, uma segunda edição refundida de outro livro publicado em 1999.

²⁴ Christine Garnier, *Vacances avec Salazar*, Paris, Bernard Grasset, 1952, Foi logo publicada no mesmo ano a tradução portuguesa, que teve várias edições.

²⁵ *Salazar*, 6 volumes, Coimbra / Porto, Atlântida / Civilização, 1977-1985.

²⁶ Ver *supra*, nota 9.

²⁷ *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

²⁸ Ver Luís Reis Torgal, “O ‘outro’ Salazar” [crítica ao livro de Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar. O outro retrato*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007], in: *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 965, de 26 de Setembro a 9 de Outubro de 2007, p. 39. No volume de 2007 da revista *Estudos do Século XX* saiu uma resenha crítica, muito desenvolvida, de Luís Bigotte Chorão.

²⁹ Cfr. *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, pp. 861-876.

³⁰ Cfr. *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, vol. IX, pp. 283-390.

Maria Filomena Mónica, do outro dicionário de História de Portugal que abordou em três volumes sobretudo o período do Estado Novo. Já, porém, as fotobiografias que foram recentemente publicadas – naturalmente mais divulgadas – são da autoria de um escritor e jornalista, Fernando Dacosta, e de um experimentado estudioso da imagem Joaquim Vieira³¹. Ou seja, mesmo este tipo de bibliografia histórica, independentemente da sua qualidade, em especial no caso do último, não é de autoria de historiadores.

Mas, daqui não se pode deduzir que a biografia de Salazar não é conhecida nos meios académicos com suficiente largueza e profundidade. Podem, pois, ser formulados sobre a sua personalidade política juízos suficientemente seguros, no domínio da interpretação objectiva. O que se pode dizer, porém, é que em Portugal, onde não existe um neo-salazarismo militante organizado, ao contrário do que sucederá, até certo ponto, com o neofascismo e o neonazismo, não se criou uma memória, por assim dizer, “científica” sobre Salazar e o Salazarismo, assim como não se criou uma memória do mesmo tipo sobre o Estado Novo. Por outras palavras, a “revolução dos cravos”, de 25 de Abril de 1974, não foi capaz de matar de todo a representação que sobre Salazar e o Salazarismo foi alimentada por uma excelente máquina de propaganda, em Portugal e no Estrangeiro, e que hoje vem ao de cima de forma lenta e subreptícia e muitas vezes não intencional. Assoma assim a ideia de um Salazar humanizado, um pouco distante das paixões da terra, mas com a sensibilidade voltada para os pequenos prazeres, mesmo seduzido e sedutor nos meios femininos, um Salazar paternal, integrado num meio pequeno mas “digno”, severo mas honesto e contrário ao esbanjamento. E essas imagens surgem em sérias reportagens de jornalistas de investigação³², em atraentes narrativas³³, em memórias conduzidas por profissionais da imagem³⁴, que são de grande interesse desde que suficientemente enquadradas e explicadas por historiadores, o que em regra não sucede. Assim, ao nível da recepção, vão-se captando os aspectos “bons” de Salazar, esquecendo os aspectos “maus”. Por palavras mais precisas, surge a tendência para amenizar as representações de Salazar e do Estado Novo, ficando na penumbra a análise, necessariamente mais difícil de captar, de uma “história objectiva”³⁵.

³¹ António de Oliveira Salazar, volume da série “Fotobiografias. Século XX”, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

³² Ver Felícia Cabrita, *Mulheres de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, com prefácio de Fernando Rosas. A autora publicou depois uma outra edição apresentada como um novo livro, com outro título e outro prefaciador: *Os Amores de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006, com prefácio de Diogo Freitas do Amaral.

³³ Ver Fernando Dacosta, *Máscaras de Salazar. Narrativa*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997. O livro teve várias edições (ou tiragens) e neste ano de 2007 surgiu a 20.ª edição, graficamente cuidada, considerada como “Versão revista e aumentada” e tendo, na própria capa, a afirmação extraída de um texto de Javier García publicado no diário espanhol *El País*, “Uma obra decisiva para a compreensão do século XX português”. Ver *Máscaras de Salazar*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007.

³⁴ Ver Maria da Conceição Rita e Joaquim Vieira, *Os meus 35 anos com Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

³⁵ Ver sobre este tema a Introdução ao livro, a publicar, *Estados Novos, Estado Novo*, que “Salazar e o Estado Novo na crise da cultura e da consciência histórica nos inícios do século XXI”, teve como título inicial.

A carreira escolar de Salazar pode contar-se em poucas palavras, apenas referindo o que é essencial.

Depois do ensino primário, ingressa no Seminário de Viseu em 1900, onde tira o curso de Teologia e toma ordens menores em 1908. Mas, as dúvidas relativamente a uma carreira eclesiástica – num país onde os seminários foram, em muitos casos, um meio de formação e de passagem para um emprego público ou para a continuação dos estudos – levam-no a completar o ensino secundário e a ocupar, entretanto, um lugar de prefeito no Colégio da Via Sacra de Viseu, que era moldado segundo o princípio da “pedagogia activa” de tipo inglês, defendida por Edmond Demolins e concretizada na *École des Roches*, que ele fundara na Alta Normandia. Demolins será, assim, um dos principais mentores de Salazar, que ele anteporá a Charles Maurras, que sempre também admirou, mas cuja primazia do “político” (*politique d’abord*), que envolvia uma militância de rua, se afastava mais do seu temperamento circunspecto. Conferências e pequenos escritos – coligidos por Manuel Braga da Cruz³⁶, actual reitor da Universidade Católica – surgem assim bem cedo no seu currículo e ao longo da sua vida de estudante e de professor.

Em 1910, ano da implantação da Primeira República, uma república laica – que terá como uma das suas bandeiras a “lei de separação do Estado das Igrejas”, que releva a supremacia do Estado e a subordinação da Igreja Católica, a única que era significativa em Portugal, ao poder político –, entra na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Era a única universidade portuguesa até 1911 e constituirá para ele sempre uma referência intelectual e “moral”, embora tivesse depois tentado transformar as novas e “republicanas” universidades de Lisboa e do Porto em universidades ligadas ao Estado Novo. Será em Coimbra também que se liga aos movimentos católicos, em especial ao Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), moldado pela doutrina social da Igreja de Leão XIII, que o leva necessariamente ao corporativismo e ao gosto pelos sociólogos conservadores e cristãos, como Le Play. Escreve para um jornal de estudantes católicos ligado ao CADC, *O Imparcial*, mas nunca se mostra um militante de rua, como sucede com o seu amigo e futuro companheiro de casa, Padre Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa.

Forma-se em 1914 em Direito e inicia então uma carreira universitária, enveredando pelo estudo e pelo ensino da Economia Política, depois de 1924 chamada Economia Social, e pelas Finanças, de que será Professor Catedrático. Desta forma, vai-se afirmando como um financista prático, escrevendo artigos nos jornais sobre o problema financeiro e económico português, o que o levará a ministro das Finanças, pela primeira vez e de forma efémera, em 1926, depois da revolução nacionalista de 28 de Maio desse ano, e mais tarde, em 1928, já numa fase de consolidada implantação da Ditadura Militar. Mas, também se formará – como se disse – numa lógica de sociologismo cristão, bebido nas influências de um professor da Faculdade de Medicina, João Serras e Silva, e de “socialismo de cátedra” que lhe admirará das leituras do seu mestre Marnoco e Sousa.

Será durante a sua estada em Coimbra³⁷ que se cria, em 1913-1914, um movimento monárquico, influenciado claramente pela *Action Française*, defensor de um nacionalismo

³⁶ *Inéditos e Dispersos*, 3 vols e 5 tomos, Lisboa, Bertrand, 1997 e ss.

³⁷ Vide o nosso livro *A Universidade e o Estado Novo*, Coimbra, MinervaCoimbra, 1999.

integral de tipo corporativo e orgânico, o Integralismo Lusitano. Nunca se ligará a ele, mas é indiscutível que sofrerá influências das suas teses e dos autores portugueses que estiveram na sua origem, ou seja, os “legitimistas” do século XIX, defensores de uma Monarquia Tradicional contra uma Monarquia Liberal. Portanto, é aqui que se forma o seu antiparlamentarismo e antiliberalismo.

Salazar, apesar de ter sido objecto de uma sindicância em 1919, quando se deu uma revolução monárquica (“Monarquia do Norte”), por alegada militância realista, nunca, porém, se afirmou monárquico, tendo sempre expressado uma teoria política tomista, que o leva a uma concepção de Poder Político de origem divina que se exercia no respeito pelos direitos e pela ética do “Povo” (e da Igreja), pondo entre parênteses a questão do regime. É essa de resto a sua tese, apresentada em Abril de 1922 no congresso de Lisboa do Centro Católico Português, o partido católico de que se tornara deputado, por Guimarães, no ano anterior, deputado de um parlamento que é logo dissolvido devido a uma revolta sanguinária, que redundou no assassinio do presidente do conselho de ministros, António Granjo, e de outros influentes republicanos (entre eles Machado Santos), o que amplificou ainda mais o seu sentido antiliberalista e antiparlamentarista.

Portanto, se alguma acção política teve Salazar durante a Primeira República foi a de militante católico, razão por que se tem confundido a sua posição de estadista – de um Estado “laico” que, todavia, era apoiado pela Igreja e que tinha como uma das divisas orientadoras “Deus, Pátria, Família”, que terá sido inspirada pela fórmula do brasileiro Afonso Pena, “Deus, Pátria, Liberdade, Família”, que se encontrava na capa da revista do colégio onde trabalhara, *Echos da Via Sacra* – com a de defensor de um Estado Católico, que ele não foi nem quis ser. De resto, na entrevista a António Ferro dizia muito claramente, depois de se confessar fundador do Centro Católico Português:

Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos. Essa confusão parte, possivelmente das minhas afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos...³⁸

Salazar insinuava que haveria uma tendência para erroneamente o juntar aos “católicos”. E essa ligação, com efeito, aparece nas interpretações de esquerda, como de direita, pois vemos Rolão Preto, mais próximo do fascismo e do nazismo nascente, a compará-lo ao chanceler Seipel, da Áustria, não só pela sua perícia nas finanças mas pela sua formação, por assim dizer, “eclesiástica” e pela sua postura como político do “centro” e não como político da “Revolução”³⁹.

A sua ideia de estadista, se não se identifica com a dos políticos de rua, não se confunde, pois, na verdade, com a de um militante católico. Com efeito, a sua formação de um Estado, a que só em 1932 (embora o nome fosse usado antes) vai chamar “Estado Novo”⁴⁰, vai surgindo lenta mas eficazmente. Vai começar pelas finanças – e

³⁸ António Ferro, *ob. cit.*, p. 35.

³⁹ *Salazar e a sua época. Comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*, Lisboa, Janeiro – 1933, sobretudo pp. 9-10.

⁴⁰ Na verdade, a título oficial, Salazar só terá utilizado a expressão num discurso que veio a intitular “O Exército e a Revolução Nacional” proferido na Sala do Conselho de Estado, em 28 de Maio de 1932,

será assim considerado, miticamente, o seu “salvador”, afirmando-se também a sua postura oficial de “ditador das finanças”, dado que teria todo o poder de controlar as finanças públicas – mas vai, a pouco e pouco, à medida que políticos da Primeira República vão caindo no seio da Ditadura Militar que ajudaram a estabelecer, afirmando as suas ideias políticas próprias. Elas constituirão a convergência de teorias tendentes à criação de “Estados Novos”, advindas de sectores católicos, monárquicos integralistas, socialistas que viraram à direita, filofascistas, artistas modernistas que pretendiam uma “estética nova”, um “homem novo” e um “mundo novo”, republicanos nacionalistas e presidencialistas que se reviam na Ditadura e na “República Nova” de Sidónio Pais, assassinado em fins de 1918, militares e oficiais de alta e baixa patente (neste caso os “tenentes”) que estiveram na Primeira Guerra Mundial e sentiram também, como sucedeu na Itália, o drama nacionalista de uma “vitória mutilada”... Todas desejavam um “Chefe” e o Chefe, contra a opinião de alguns que continuaram a sua luta, à procura de “outro”, surgia finalmente na figura de um homem com aparência conservadora, Salazar.

“Estado Novo” – o que foi?

Mesmo que intrinsecamente Salazar fosse um conservador, um católico tradicional, o certo é que soube encabeçar um movimento que se enquadrou dentro da Ditadura Militar ou “Nacional”, que será sempre considerada um marco *a quo* do calendário da chamada “Revolução Nacional” do Estado Novo, mas que saberá ultrapassar, ao contrário do que sucedeu em Espanha com a ditadura do General Primo de Rivera, através da estruturação de um sistema político “novo”. Ele é o líder de um movimento político a partir de 1928, mas sobretudo de 1929. Vai discursando, com uma oratória “magistral”, onde cada palavra é ponderada e escrita, perante o Exército e a Armada, perante as Câmaras Municipais e outras autarquias, perante os políticos mais influentes, perante o “povo”, em espaços fechados ou abertos, nos gabinetes, na praça mais representativa do país (o Terreiro do Paço) ou aos microfones da Emissora Nacional; vai construindo a sua ideia de Estado e lançando os seus *slogans* que ficaram para sempre a marcar a sua posição: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, “Política Nacional”, “Revolução Nacional”, “batalha da Ordem”...⁴¹

Assim, com apoio de uma elite, vai fundando o seu “partido”, a “União Nacional” (30 de Julho de 1930), vai criando os seus documentos para-constitucionais (Manifesto da União Nacional) e pré-constitucionais (Acto Colonial) e, por fim, uma Constituição (1933), de tipo nacional e corporativo, que faz “plebiscitar”. “Magistralmente”, vai dar ao seu Estado uma forma “legal” onde não falta a afirmação de todos os direitos cívicos fundamentais, que serão negados na sua própria regulamentação, saída, em vários decretos-leis, alguns no próprio dia da promulgação do texto constitucional (11 de Abril). Antes disso, afirmará, num célebre discurso de 23 Novembro de 1932, que todos os partidos devem ser extintos e concentrar-se na associação cívica única

ao agradecer ao Exército a oferta das insígnias da grã-cruz da Torre e Espada, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar. Ver, *supra*, nota 1.

⁴¹ Ver José Martinho Gaspar, *O discurso e os discursos de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001.

que constituía a União Nacional: quer fossem os “monárquicos”, os “católicos” a que pertencera, os “antigos partidos republicanos”, as organizações operárias e socialistas. E a própria Constituição não deixará de manter, embora numa forma conciliadora que levará à Concordata de 1940, a separação do Estado da Igreja Católica (artigo 46.º). Aliás, curiosamente o nome de Deus – apesar da reclamação de alguns católicos – só entra na Constituição do Estado Novo na revisão de 1971 (artigo 45.º)⁴², quando Marcello Caetano já era o presidente do Conselho, tendo sido recusado anteriormente, por uma pequena maioria (43 votos contra 37), no debate da revisão constitucional, em 7 de Julho de 1959⁴³.

Nesta lógica, criar logo o seu aparelho de propaganda. A começar no *best-seller*, espécie de entrevista onde o retrato de Salazar – como sagazmente Austen Chamberlain notou – é pintado e retocado, por ele e por António Ferro, que, para além de jornalista que entrevistou ditadores, foi um escritor modernista (editor do *Orpheu*, onde escreveu Fernando Pessoa), viajante, dramaturgo e cinéfilo, que visitou Hollywood e o seu mundo de sonho e de “mentira”. Dele fará, como se disse, director do Secretariado de Propaganda Nacional.

Nesta medida, o Estado Novo colocar-se-á numa “terceira via”, entre e contra o demoliberalismo e o comunismo, na via corporativista⁴⁴, formada com base (como afirmou o seu apoiante da primeira hora e seu futuro sucessor, Marcello Caetano, que navegou em águas mais próximas das práticas de Mussolini) numa tradição corporativa portuguesa, na teoria social-católica do final do século XIX e que se lhe seguiu, mas também na experiência do fascismo italiano e nos ensinamentos de Manoilescu. E nessa “terceira via” autoritária (senão “totalitária”, pois a diferença da teoria de Mussolini “Tutto nello Stato, niente contro lo Stato, nulla al di fuori dello Stato”, não diferia substancialmente da fórmula salazarista “Tudo pela Nação, nada conta a Nação”) inscrever-se-ão todas as características de um Estado do tipo “fascista” (em sentido genérico), embora Salazar sempre se tenha manifestado – como se disse – como construtor de um Estado de tipo “original”, diferente do fascismo italiano e de outros sistemas idênticos. Por isso dizia, e foi repetindo a ideia, que teve, como vimos, grande eficácia nos meios internacionais:

A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos.⁴⁵

E noutro lugar, afirmou:

⁴² Cfr. Lei n.º 3/71, de 16 de Agosto.

⁴³ Sessão de 7 de Julho de 1959, in: *Diário das Sessões* [da Assembleia Nacional], n.º 131, 8.7.1959, p. 1172.

⁴⁴ Ver Luís Reis Torgal, “Lo Estado Novo: una república corporativa”, in: Matteo Pasetti (coord.), *Progetti corporativi tra le due guerre mondiali*, Roma, Carocci, 2006, pp. 141-163.

⁴⁵ António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 74.

Sem dúvida se encontram, por esse mundo, sistemas políticos com os quais tem semelhanças, pontos de contacto, o nacionalismo português – aliás quase só restritos à ideia corporativa. Mas no processo de realização e sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo são bem marcadas as diferenças. Um dia se reconhecerá ser Portugal dirigido por sistema original, próprio da sua história e da sua geografia, que tão diversas são de todas as outras...⁴⁶.

O “fascismo” sempre existiu

Mas, na verdade, as instituições de tipo fascista estão lá todas no Estado Novo, tais como: a organização política e social corporativa que é coroada pelo “Chefe”; o “partido único”, embora Salazar (e não alguns salazaristas, como Marcello Caetano) não considere a União Nacional como tal; as organizações de tipo militar ou militarizado, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa; as organizações de cultura e de lazer de tipo ideológico e de propaganda, como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (equivalente ao *Dopo Lavoro*). E, a fechar estas instituições de tipo “organizativo” (numa lógica organicista) e reprodutivo, surgem também instituições repressivas, como a Censura e a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, logo criada em 1933, apoiada numa teoria repressiva, que se justificava, para com o “povo”, por exemplo, no 10.º mandamento do *Decálogo do Estado Novo*, obra ou panfleto ou cartaz oficial (consoante o tipo de publicação com que nos confrontamos):

Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria.⁴⁷

E se não houve um Imperialismo de expansão houve, naturalmente, uma ideia de “Império”, de Império ultramarino e histórico, de conservação colonial e de defesa. Por isso e devido à tradicional aliança inglesa, que mergulha na Idade Média (1372-1373), Portugal conservou a “neutralidade”, mas uma “neutralidade geométrica”, equidistante em relação às forças em presença, que só nos anos quarenta se transformou em “neutralidade colaborante” (colaborante com os aliados), o que iludiu muita gente.

Daí que o Estado Novo não tivesse sido considerado, no tempo e no exterior, uma forma de “fascismo”, a não ser por filósofos como Unamuno, que, logo que o analisaram *in loco*, perceberam que o facto de não se ter formado um partido de rua, como o Partido Nacional Fascista, primeira força de combate em direcção a uma “ordem nova”, não invalidou que o regime de Salazar não pudesse ser apelidado de “fascista – “Fascismo de cátedra”, com medidas fascizantes tomadas de cima para baixo, numa

⁴⁶ “O Estado Novo Português na Evolução Política Europeia”, discurso proferido na sessão inaugural do 1.º Congresso da União Nacional, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 26 de Maio de 1934, in: *Discursos*, vol. I, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, pp. 334-335.

⁴⁷ *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934, p. 87. Estamos a citar a publicação extensa, que era acompanhada de longos excursos a justificar cada um dos dez mandamentos. Mas houve outro tipo de publicações, apenas com o decálogo, do género de panfletos ou cartazes.

lógica idêntica ao “fascismo de regime” de Itália e ao “socialismo de cátedra”, diferente do “socialismo de rua” de tipo marxista. E nessa estratégia, Unamuno divisava, como vimos, uma relação de poder do novo Estado português com as Forças Armadas e a Igreja. Curiosamente Eduardo Lourenço em 1976 não deixou de notar algo de idêntico no Estado Novo, no nosso “fascismo”, que, para ele, na verdade *existiu*, embora de modo diferente do que em geral se dizia, mas mais perfeitamente “orgânico” do que o próprio fascismo italiano devido à sua ligação com a Igreja⁴⁸.

E esse fascismo – “Fascismo sem movimento fascista” (como o apelidou, também numa expressão feliz, o sociólogo Manuel de Lucena⁴⁹) – só pôde ser apresentado habilmente como “não fascismo” devido a Salazar, ao seu sentido “magistral”, à representação que ele e os seus apoiantes fizeram de si próprio e do regime e à sua “retórica de invisibilidade”, conforme o filósofo José Gil, numa expressão lapidar, caracterizou o seu discurso de poder⁵⁰.

O certo, porém, é que, apesar da denúncia do autoritarismo / totalitarismo do Estado Novo, só pode ser eficaz a sua caracterização objectiva se não se fugir de uma política da memória sobre a vida e a acção do regime de Salazar, que a democracia não tem coragem de fazer e que os movimentos “antifascistas” receiam. E quando nos referimos a “política da memória” – como foi realizada habilmente na Alemanha, por exemplo, no Centro de Documentação de Nuremberga – estamos a referir-nos, obviamente, a uma acção científica e pedagógica de observação de factos que caracterizam fundamentalmente o Salazarismo. Caso contrário, a imagem branqueadora que se vende tende claramente a ultrapassar os textos de investigação, muito mais difíceis de chegar ao grande público, que procura sobretudo a leitura fácil e atraente.

⁴⁸ *Ob. cit.*, p. 232.

⁴⁹ *A Evolução do Sistema Corporativo Português. O Salazarismo*, Lisboa, Perspectives & Realidades, 1976, p. 23.

⁵⁰ *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Tradução do francês de Maria de Fátima Araújo. Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

(Página deixada propositadamente em branco)

O SALAZARISMO E O HOMEM NOVO
ENSAIO SOBRE O ESTADO NOVO E A QUESTÃO DO TOTALITARISMO
NOS ANOS 30 E 40

O propósito desta comunicação, partindo de uma tentativa de definir sinteticamente o sistema de valores, a axiologia, as grandes bases do discurso ideológico do Estado Novo nos anos 30 e 40, é de defender a ideia de que esse sistema de valores as «verdades indiscutíveis» proclamadas no ano X da Revolução Nacional pela sua própria natureza propositiva, pela mundivisão totalizante que transportava, exigiu e criou um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lares) com o propósito de criar esse particular «homem novo» do salazarismo.

Com base nas contribuições inovadoras dos trabalhos de investigação mais recentemente realizados ou publicados nos domínios da propaganda, da educação nacional, da criação de uma «cultura popular», da orientação e controlo dos lares, da política do regime para as mulheres, procura-se demonstrar que o salazarismo neste período da sua História, assente numa certa ideia mítica de Nação e de interesse nacional, tentou, também ele, «resgatar as almas» dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, «no pensamento moral que dirige a Nação», «educar politicamente o povo português» num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da Revolução Nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador. Ideal que longe de se limitar a ser proclamado, ou de se restringir à formação do «escol», foi levado autoritariamente ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão, os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua geração. É neste sentido que se falará da apetência totalitária do regime nos anos 30 e 40, sem prejuízo da detecção das especificidades e diferenças, por vezes substanciais, que, no tocante ao perfil, ao conteúdo ideológico deste peculiar «homem novo» estadonovista, seguramente o distinguem de outras propostas de regimes do mesmo

género. O filtro das particulares realidades culturais, políticas, sociais, económicas, mentais de onde emergira o regime português fazia-o um fenómeno de natureza historicamente idêntica, mas de expressão nacionalmente diferenciada relativamente ao movimento genérico dos fascismos europeus desse período. E isso reflectia-se, como procuraremos evidenciar, nas especificidades ideológicas do seu projecto regenerador e do novo tipo de «homem» que, a partir dele, se pretendeu moldar.

1. Os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo. As «verdades indiscutíveis» do Ano X

O discurso ideológico e propagandístico do regime pode considerar-se fixado estavelmente, até ao pós-guerra, a partir de meados dos anos 30. Ele realizará, então, um peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da Guerra Civil de Espanha e do triunfal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na Europa, ainda que esta segunda componente se possa sentir, como adiante se verá, menos ao nível da dogmática dos conteúdos, mas sobretudo no tocante à definição dos alvos, dos instrumentos, dos métodos e da iconografia que acompanhavam o seu enunciado e inculcação.

Duas observações parecem pertinentes a propósito da linha dominante deste discurso. A primeira, é a de que a sua matriz ultra-conservadora e integralista o fazia menos abrangente do que a real base política e ideológica que integrava a plataforma das diversas direitas viabilizadora do regime. Dificilmente, por exemplo, o republicanismo conservador, no plano político, ou as ideologias tecnocráticas do reformismo agrário e do industrialismo, no plano económico-social, se reconheciam no enunciado agrarista, organicista, nessa ordem económica e social transtemporal e hierática, nesse tradicionalismo eivado de desconfiança quanto ao progresso material que resumavam de boa parte das «verdades indiscutíveis» da propaganda oficial do regime. O Estado Novo, política e economicamente, no equilíbrio que realizava entre as várias direitas da direita portuguesa, era mais do que o reducionismo deliberado do seu discurso ideológico oficial. Por isso mesmo, a par deste enunciado dominante, e sobretudo a nível das discussões estratégicas acerca do futuro económico do país, era possível assistir-se nos debates do I Congresso da Indústria de 1933, durante o I Congresso da União Nacional, no ano seguinte, na imprensa da Associação Industrial Portuguesa, nos escritos de Ferreira Dias à defesa política do regime, seguramente, ou à apologia do «nacionalismo português», mas a partir de premissas desenvolvimentistas, do elogio da função redentora da ciência e da técnica mais do que da do «espírito», isto é, com conteúdos substancialmente distintos do paradigma oficial. Como se fosse, e em certo sentido era, um invólucro comum com essências distintas.

A segunda observação tem a ver com o correr do tempo, com as flutuações e alterações do discurso e dos propósitos que animavam a sua divulgação, de acordo com as diferentes conjunturas históricas que atravessam o período, designadamente, como veremos, face às ameaças da guerra e no mundo em rápida mudança do pós-guerra.

Mas no período áureo da afirmação do projecto ideológico totalizante do Estado Novo, nos anos 30 e 40, apesar das fissuras e *nuances* internas, o regime definira um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma «nova ordem»,

procedendo, para tal, quer à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador de «cultura popular», de raiz nacional-etnográfica. O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de «essencialidade portuguesa», transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o «século negro» do liberalismo, e a partir da qual se tratava de «reeducar» os portugueses no quadro de uma Nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial.

Poderíamos, talvez, tentar sintetizar os tropos essenciais desse discurso, na sua componente mais afirmativa, nos seguintes mitos ideológicos fundadores.

Em primeiro lugar, *o mito palingenético*, ou seja, o mito do recomeço da «Renascença Portuguesa», da «regeneração» operada pelo Estado Novo interrompendo a «decadência nacional» precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista. Era, ao contrário do que estranhamente afirma, em entrevista recente, o historiador Roger Griffin uma ideia comum a toda a direita anti-liberal portuguesa, reforçada e reelaborada a partir da reacção ao Ultimatum de 1890, mas igualmente partilhada, ainda que com contornos ideológicos diversos, pelo regeneracionismo nacionalista republicano e que o Estado Novo sintetizou com propósitos de legitimação própria.

Em segundo lugar, *o mito central da essência ontológica do regime*, ou, se quisermos, *o mito do novo nacionalismo*. O Estado Novo não seria mais um regime na História política portuguesa; era o retomar do verdadeiro e genuíno curso da História pátria, fechado que fora, pela Revolução Nacional, o parêntese obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo. O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no Século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a Nação. O célebre slogan “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” resume, no essencial, este mito providencialista.

O terceiro chamar-lhe-ei *o mito imperial*, em larga medida herdado da tradição republicana e monárquica anterior, no seu duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar. Dizia o Acto Colonial de 1930, no seu artigo segundo: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas”. Seria isso não só um “fardo do homem branco”, mas, no discurso imperial do Estado Novo, um fardo do homem português, continuando a gesta heróica dos nautas, dos santos e cavaleiros. Num segundo aspecto, este já ideologicamente reconstruído pelo Estado Novo, o desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do império: o império como entidade ontológica e natural-organicista concretizadora dessa vocação. Armando Monteiro, Ministro das Colónias de 1931 a 1935, talvez o principal ideólogo da doutrina “imperial” do Estado Novo, explicava claramente a novidade do conceito: “Portugal pode apenas ser uma Nação que possui colónias ou pode ser um império. Neste caso ele será a realidade espiritual de que as colónias sejam a concretização”. Assim se compreende que deste mito imperial se deduza como dogma indiscutível a ideia da Nação pluricontinental e pluriracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos assim, nesta sistematização, uma primeira vocação que seria a vocação imperial da Nação.

O quarto mito era *o mito da ruralidade*. Portugal é um país essencial e inevitavelmente rural, uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, de onde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional. Tão tarde como em 1953, falando, por paradoxal que pareça, a propósito do primeiro Plano de fomento, Salazar dizia que “Aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria”. E continuava: “Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações”. A terra, portanto, como a primeira e a principal fonte da riqueza possível, o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias. Daí, também, um discurso caro a certos sectores do regime, aliás dominante a nível do aparelho de propaganda, de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarização, ou seja, de fundamentação de uma segunda vocação, uma espécie de vocação rural da Nação.

O quinto mito direi que seria *o mito da pobreza honrada, o mito da aurea mediocritas*, um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, “a ausência de ambições doentias” e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautava o supremo desidrato salazarista do “viver habitualmente”, paradigma da felicidade possível. E portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo “uma vocação de pobreza”.

O sexto mito, *o mito da ordem corporativa* como expressão da ordem natural das coisas. A ideia de uma hierarquização social espontânea e harmoniosamente estabelecida como dado intemporal, no quadro de uma sociedade orgânica e regida por essa máxima que Carneiro Pacheco com tanta felicidade sintetizara: “um lugar para cada um, cada um no seu lugar”. O que comportava, no discurso propagandístico dos ideólogos e teorizadores do regime, simultaneamente, uma certa visão infantilizadora do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas pouco empreendedora, obviamente insusceptível de ser titular da soberania ou fonte das grandes decisões nacionais, necessitada, portanto, como coisa natural e naturalmente aceite, da tutela atenta mas paternal do Estado. Diria Salazar no começo da sua carreira política que “a adulação das massas pela criação do povo soberano não deu ao povo nem influência na marcha dos negócios políticos nem aquilo de que o povo mais precisa, soberano ou não, que é ser bem governado”. O reencontro do Estado com a solução orgânica, corporativa e anti-liberal, permitia, assim, revelar outra vocação da essencialidade portuguesa: uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural.

O sétimo e último, *o mito da essência católica da identidade nacional*, entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua História. Separando as águas quanto a este assunto, diria Gustavo Cordeiro Ramos, num texto de 1936: “Sob o disfarce do laicismo fez-se uma obra criminosa, antisocial e antipatriótica de descristianização (...). A religião tem de ser considerada uma necessidade do Estado (...). A ordem nova com os seus conceitos dominantes, de autoridade e de nação só se compreende admitindo uma ordem superior. É inaceitável sem a ideia e a prática de Deus”. Esclarecia ainda

Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: “uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações”. Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da Nação Portuguesa.

Salazar resumiria esta axiologia ao proclamar, no célebre discurso do Ano X, durante as comemorações do 10º aniversário do «28 de Maio», em Braga, as «verdades indiscutíveis» da Revolução Nacional. «Não discutimos», dirá ele, «Deus e a virtude», não discutimos a «Pátria e a sua História», não discutimos a «Autoridade e o seu prestígio», «a Família e a sua moral», «o trabalho e o seu dever».

Convirá salientar que os «valores de Braga» não eram uma simples plataforma de unidade político-ideológica no quadro do Estado Novo, ou uma moral abstracta e genericamente informadora dos comportamentos em sociedade. Significavam uma moral de (re)educação, de regeneração colectiva e individual, da qual resultaria, pela acção do estado nos vários níveis das sociabilidades públicas e privadas, o moldar desse especial «homem novo» do salazarismo, capaz de interpretar e cumprir a alma e o destino ontológico da Nação que o antecedia e se lhe sobrepunha, vinculando-lhe atitudes, pensamentos e modos de vida, redefinindo e subordinando o particular ao império do «interesse nacional». Não só, nem principalmente, como sujeição do individual ao colectivo, mas como padronização tendencial dos espíritos e dos «modos de estar» de acordo com os «valores portugueses» de sempre que o regime definia, representava e tinha como missão fazer aplicar.

Esse ser renovado, expugnado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por acção tutelar e condutora do Estado, no verdadeiro «espírito da Nação», haveria de ser temente a Deus; respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas como decorrências do organicismo natural e imutável das sociedades; pronto a servir a Pátria e o Império; cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho; destituído de «ambições doentias» e «antinaturais» e satisfeito com a sua honrada modéstia. Tais eram as «virtudes da raça», expressão mesma desse referencial essencial da ruralidade, dessa terra regada pelo suor dos que sobre ela labutavam, mãe da riqueza, da temperança e da ordem.

2. «Resgatar as almas». Os aparelhos de propaganda e inculcação ideológica do regime

Desta essência ontológica da Nação e do regime decorria, portanto, a sua apetência totalizante. Como diria Salazar em 1934, «não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral». Para não negar a própria Nação, o Estado Novo havia de assumir, como missão essencial, a de reconduzir os portugueses à «nova ordem moral» que a redimia e realizava. É por isso que no Portugal salazarista, á semelhança do que se passava com outras ditaduras coevas de natureza fascista e portadoras de um projecto totalitário, o discurso ideológico não se limitou a um simples enunciado, mesmo que exclusivo e unívoco. Constituiu-se como um duplo guia para a acção: uma orientação para a política em geral, mas, de forma muito particular, uma espécie de catecismo para o «resgate das almas», levado à

prática por organismos de propaganda e inculcação ideológica expressamente criados para esse efeito. Como salienta Jorge do Ó, «a ideologia não mais seria enunciado programático: deveria obstinadamente procurar a realidade, saindo de si e impregnando as práticas».

Poderá argumentar-se, todavia, que o pensamento matricial de Salazar acerca das relações do poder com as massas era marcado por nítidas distâncias relativamente a esta visão algo massificante, e com assomos de mobilização, da educação política e ideológica. Sendo um autoritário conservador de formação *católica*, um adversário convicto do «demo-liberalismo» e das ideias socialistas e comunistas, o pensamento salazarista vem sobretudo na linha da tradição contra-revolucionária da direita conservadora, ainda que moldado pelos ensinamentos do «catolicismo social». Nos seus escritos, e desde muito cedo, ainda que manifestando sempre uma preocupação central acerca da renovação das mentalidades e do papel da escola orientada ideologicamente nesse sentido, Salazar preocupa-se sobretudo com a formação das elites. Era, se se quiser, como o geral da direita católica do seu tempo, um típico elitista conservador: o futuro da Nação e do regime dependia, sobretudo, das elites educadas no espírito do verdadeiro interesse nacional. No seu pensamento político do período inicial do novo regime ou da sua chefia do Governo, designadamente nas entrevistas a António Ferro, em 32 e 33, podemos encontrar reservas, ainda que sempre repassadas de uma compreensão admiradora e reverente, ao estilo de Mussolini «entre o escol que soube formar (...) e a rua, a que é forçado o agradar». Ao longo de anos de discursos e outros escritos políticos, o chefe do regime acumulará apontamentos e referências sobre a “bondade doentia”, o carácter volátil, inconsequente, impressionável, algo infantil e irresponsável do povo português. Afinal de contas, já o citámos, o povo nada esperava da «adulação» demagógica dos velhos políticos liberais, queria, isso sim, «ser bem governado». E essa era a tarefa das elites. Se assim fosse, elas saberiam controlar e conduzir a massa, potenciar as «virtudes do povo português» (o seu estóico apego à ordem, ao trabalho, às agruras da vida), organizar o consenso e a conformação, em suma, garantir a estabilidade e a durabilidade do regime: nisso residiria a arte suprema da governação.

Estamos longe, apesar de tudo, do projecto totalizante que o Estado Novo parece propor-se a partir de meados dos anos 30. Precisamente, a realidade é que, no contexto histórico de então, sob o efeito da afirmação do fascismo italiano, do nacional-socialismo e dos «regimes de ordem» em toda a Europa como inelutável alternativa política e ideológica à ordem liberal e única barreira face ao comunismo soviético; sobretudo, sob o tremendo impacto da Guerra Civil de Espanha e da proclamada «ameaça vermelha» não só ao regime, mas à própria soberania nacional e à «civilização cristã ocidental», a pressão fascizante a partir do interior do próprio regime, e com alguma base social, ultrapassou, sob muitos aspectos, o ponto de vista conservador elitista dominante na oligarquia do regime, impondo-lhe concessões e recuos. E, nessa situação, iria criar-se contra os seus receios e reservas, uma dinâmica fascizante que se manifesta, desde logo, no aparecimento, «a partir de baixo», de organizações de mobilização e inculcação ideológica que o Estado Novo terá de aceitar, sempre procurando controlá-los e sujeitá-los à sua tutela.

É a «pressão social e política de base», dos vários grupos da direita radical, que Luís Nuno Rodrigues detecta como «determinante» no aparecimento da Legião Portuguesa (LP), no Verão de 1936. Ou a iniciativa motora do núcleo duro e militante do

sindicalismo corporativo, boa parte dele de origem nacional-sindicalista, no lançamento, com o decisivo apoio de Pedro Teotónio Pereira, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1935, marcado por uma explícita influência «doppolavorista» ou mais ainda, no aspecto orgânico, da *Kraft durch Frei* alemã e que em muito ultrapassava os iniciais e modestos propósitos de Salazar quanto a uma «Obra» de «valorização do trabalho nacional». Mas também ao nível de certos sectores do Estado, como o da «Educação Nacional», se verifica, num processo controversamente amadurecido no seio do regime desde anos antes, mas só resolvido em 1936, uma inflexão radical e de sentido totalizante no tocante às políticas de ensino e de enquadramento da juventude e das mulheres.

No quadro desta dinâmica, as novas organizações criadas e a reorientação e reforma de outras já existentes propuseram-se cuidar do «carácter», do «gosto», da «cultura», do ideário dos portugueses num duplo sentido. Por um lado, criando ou reeducando as elites, mas tomando esta tarefa num sentido alargado que ultrapassava largamente a simples reprodução do «escol» tradicional da oligarquia. Tratava-se de formar as elites sindicais, as elites das organizações corporativas rurais, os educadores primários, os novos agentes culturais e artísticos, isto é, os quadros de enquadramento e orientação das organizações de massa e do gosto e dos lazeres das massas.

Valerá a pena referir, a este propósito, que no «dispositivo cultural» do Estado Novo montado a partir de 1933 com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), quer ao nível da «política do espírito», quer até da «educação nacional», viria a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber académico e à cultura científica e universitária, acantonada na tarefa de avalizar e legitimar os grandes lances da propaganda.

Desde logo, porque nesta fase de mobilização, de propaganda, de encenação política do poder, o espectáculo e o monumento sobrelevam o saber encerrado em espaço fechado e o documento. Os peritos do saber académico vêem-se substituídos no tablado da propaganda pelos novos artistas, ideólogos e agitadores do SPN. A prática cultural das elites académicas, ainda que, ideologicamente, sobretudo no domínio da reconstrução do passado e das «grandes verdades históricas» legitimadoras do Estado Novo, se mantenha como essência informadora e estruturante, distancia-se e obscurece sob o império da política-espectáculo que inspira.

Depois, porque toda a orientação ideológica para a escola primária e secundária aposta agora quer no «saber ler, escrever e contar», para o ensino primário, quer, de uma forma geral, na crítica ao «saber enciclopédista» de inspiração republicana (e despertador das mais perigosas e inconvenientes expectativas), no veicular dos saberes indispensáveis a que cada um se encontre e coloque numa hierarquia social cristalizada e intemporal, quer na desvalorização do saber prático, do saber fazer, da racionalidade científica, relegados para as categorias subalternas do ensino técnico e largamente ausentes do ensino liceal e das próprias Universidades. Na «educação nacional», a ciência, a técnica, a pluralidade dos saberes, são encaradas com desconfiança e suspeição. E a Universidade, onde tal suspeição persiste, está completamente cortada, quanto ao seu papel, das tarefas da formação aos outros níveis.

Mas aposta-se também, e de forma decisiva, na formação das massas, não unicamente no sentido de as conformar, mas de as educar moral e espiritualmente, sobretudo nos valores de uma «cultura popular», nacional-ruralista, etnográfica e corporativa,

criada pela Propaganda Nacional e veiculada ao nível dos meios populares urbanos e no mundo rural pela FNAT e pela Junta Central das Casas do Povo (JCCP). Acção complementada pelo investimento da «educação nacional» na massificação do ensino primário, ainda que marcada por uma «lógica minimalista» e integradora.

Deve, aliás, dizer-se que este propósito totalizante era clara e publicamente assumido por vários dos hierarcas do regime. Gustavo Cordeiro Ramos, ex-ministro da Instrução dos primeiros governos de Salazar e inspirador das reformas educativas de 1936, germanófilo declarado, falando naquele ano perante o Centro de Estudos Corporativos da União Nacional (UN), lembrava que «nos Estados renovados, há uma concepção unitária da vida e do homem, um princípio de totalidade que se traduz na política e economia, na ciência, cultura e educação». E citava Francesco Vito para defender que «procurar fazer uma revolução económica, sem a espiritual do indivíduo e da sociedade, é mera utopia».

Precisamente, Carneiro Pacheco, o ministro fundador da «educação nacional» em 1936, entendia que, em Portugal, a «restauração nacional», tão auspiciosa nos campos financeiro, económico e social, «está muito atrasada ainda nos do espírito». Verificava-se um «déficit de mentalidade», uma «insuficiência moral», uma «indisciplina mental da mocidade» que o levavam a concluir: «O País não acompanha espiritualmente o ritmo do Estado Novo». Havia que tratar disso, e desde logo a partir do Estado, uma vez que este «tem o direito, mais que o direito, o dever de seleccionar todos os agentes do desenvolvimento da inteligência e da formação espiritual».

E o regime assim fará, a partir de 1933, com a criação do SPN, mas sobretudo desde meados dessa década, montando e orientando um vasto e diversificado sistema de propaganda e inculcação ideológica autoritária e monolítica, assente no Estado e desdobrando-se diversamente sobre o quotidiano das pessoas, na família, nas escolas, no trabalho ou nas «horas livres». Foram quatro os pilares principais desse dispositivo policêntrico e multifacetado. Dois deles integravam aquilo a que poderemos chamar o *sistema de enunciação*, isto é, de organização, padronização e divulgação da informação seleccionada, mas também das crenças, dos valores, da cultura, dos artefactos do «espírito» em geral: antes do mais o SPN, o centro unificador do discurso ideológico para o conjunto do dispositivo, directamente dependente da Presidência do Conselho; mas com função idêntica no campo específico da fixação e difusão da ideologia colonial, tanto na Metrópole como nas colónias do «Império», encontramos a **Agência Geral das Colónias**, organismo do Ministério das Colónias (de que aqui não trataremos). Em ambos os casos se cruzava o exercício de um «poder de influência», o de condicionar e disciplinar as condutas em nome de princípios declarados comuns, com o seu reverso, o exercício de um «poder de injunção», o de, pela ameaça, pela punição e pela censura prévia, proibir e silenciar os comportamentos e valores considerados desviantes.

Os outros dois pilares eram a espinha dorsal do *sistema de inculcação* ideológica, de organização do consenso e da ordem: o vasto **aparelho da «educação nacional»**, assente no ministério crismado com esse nome por Carneiro Pacheco, em 1936, quando procede à «reforma nacionalista» da velha «instrução pública», e desdobrado pela Mocidade Portuguesa (MP) e pela Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), da qual dependia a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF); e o aparelho corporativo, todo ele, por definição, eivado de um acentuado «espírito de missão», de carácter ideológico-formativo (desde o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência,

aos Grémios, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores), mas do qual se destacam, no domínio da «educação dos espíritos» e da «cultura popular», dois organismos principais: a FNAT, surgida, como vimos, em 1935, e a JCCP, superestrutura dirigente das Casas do Povo criada em 1945 e que filtrava as funções da FNAT para o mundo rural e piscatório.

3. Da enunciação à modelação: o «espírito» como «matéria prima»

A ideia da criação do SPN, persistentemente «vendida» por António Ferro a Salazar, fora aceite por este, ao menos inicialmente, de acordo com uma perspectiva relativamente restrita da propaganda: a necessidade de fazer ver a obra do regime face às alegadas calúnias e ataques dos seus inimigos e à falta de informação das massas sobre ela, o que podia gerar mal-estar e descontentamento manipuláveis a partir desse desconhecimento. Como dirá o Chefe do Governo ao dar posse a Ferro, em Outubro de 1933, «politicamente só existe o que o público sabe que existe». Tornará a glosar esta fórmula noutras ocasiões «em política o que parece é», sempre para insistir na necessidade da existência ou da intensificação da propaganda dos propósitos e dos actos do Estado Novo. Mas é preciso dizer que, desde antes de ser nomeado director do Secretariado, António Ferro tinha ideias mais ambiciosas e radicais sobre as tarefas do novo organismo, relacionadas com a prossecução de uma «política do espírito» a que se desse «altura, significado, eternidade». O «espírito» de que ele falava não era «uma fantasia», «mas uma arma indispensável para o nosso ressurgimento», nessa acepção também seria matéria, «uma preciosa matéria prima, a matéria prima da alma dos homens e da alma dos povos». Nascido com o objectivo de divulgar a obra do Governo, sob a liderança de Ferro, o SPN ganharia outro golpe de asa e uma dimensão mais conforme com a dos organismos congéneres das ditaduras europeias: reeducar os espíritos e pô-los em consonância com a ideologia da «nova Renascença».

O SPN vai constituir-se, assim, como o espaço por excelência da «*mise en scène*» da política e da ideologia do regime, da sua estetização e divulgação massiva, através de um impressionante e tentacular aparelho de agitação que, em poucos anos, actuava sobre as artes plásticas (procurando casar o modernismo estético com os valores ruralistas e conservadores do discurso oficial), apostava a fundo nos novos veículos da moderna propaganda o cinema, a rádio, o cartaz, promovia prémios literários, lançava o «teatro do povo», reinventava a etnografia e a cultura «populares», criava um turismo oficial como decorrência destas, encenava «festas populares», «cortejos históricos» e o geral das grandes mobilizações do regime. Tudo complementado pela actuação da censura prévia (sob o controlo do SPN a partir de 1940) cobrindo o conjunto das formas de expressão (com a excepção do livro, onde as dificuldades da actuação prévia eram supridas pela repressão *a posteriori*). Mas, apesar da sua assumida orientação visando o «espírito», o «gosto», a formação política e ideológica do «público», apesar de omnipresente nas suas intervenções, aliás fortemente agressivas neste período e servidas por uma estética modernista e criativa, o SPN era, sobretudo, um espaço de enunciação e de recriação simbólica das obras e dos valores do governo e do Estado Novo. Um grande e multifacetado dispositivo de divulgação impositiva de tais conteúdos que ele ordenava e trabalhava com esse fim. A «educação» era, naturalmente, um resultado

pretendido como fruto da eficácia e da arte do Secretariado e da sua propaganda, mas, de uma forma geral, o SPN não tinha como tarefa a organização da inculcação das suas mensagens. Do enunciado à inculcação, passava-se para o campo da «educação nacional» e da organização corporativa.

Para os inspiradores e autores da reforma educativa de 1936, se se quisesse, para os ideólogos fundadores da «educação nacional», o objectivo a atingir não podia ser mais claro: «a educação (...) não pode limitar [-se] à elaboração de programas, construção de escolas, mas à orientação justa da vida individual e nacional». Como lembrava Cordeiro Ramos, nos tais «Estados renovados», onde o Portugal salazarista enfileirava, «alargou-se a acção da escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra». Em suma, dizia, só a educação «forma o *novo homem*». Essa era uma tarefa essencial do Estado Novo. Mas, atendendo ao papel basilar que nela desempenhava o «lar familiar», e não se desconhecendo que a crise de valores também atingira e debilitara as famílias, o Estado devia vigiá-las, secundá-las e acompanhá-las nessa missão: «o Estado não pode desinteressar-se de conhecer as condições em que a criança vive; torna-se imprescindível uma relação íntima e constante entre as autoridades escolares e as famílias, para que o trabalho educativo não seja prejudicado». Devia, pois, a escola conhecer «a vida do aluno fora do meio escolar e assim exercer a sua acção no campo vasto da extensão educativa e da regeneração social». O novo ministro da “Educação Nacional”, Carneiro Pacheco, na proposta de reforma do ensino primário que envia à Assembleia Nacional, invocava a “impreparação da família para a obra educativa», noção corroborada pelo parecer da Câmara Corporativa que defendia dever essa «incapacidade da família para a acção formativa» ser «suprida pelo Estado».

Carneiro Pacheco, logo ao receber, como titular da nova pasta, os cumprimentos dos professores primários, comunicava-lhes desta forma o que deles esperava: «ajudar os pais a modelar o futuro homem português na cera sensível e plástica que é o cérebrozinho da criança». Afinal, «só educadores com espírito novo podem formar homens novos», e o professorado primário haveria de ser «a tropa de linha na benemérita ofensiva pela educação nacional». Ofensiva que se alargava a várias frentes, num verdadeiro projecto de colocação da escola, a todos os níveis, ao serviço desse esforço modelador das consciências:

Revisão dos programas escolares de acordo com os princípios ideológicos do regime e adopção de «livros únicos» nas principais disciplinas formativas do ensino primário e secundário;

Organização de um rigoroso e minucioso sistema centralizado de vigilância política permanente das actividades, opiniões e atitudes dos docentes que passam, aliás, a ser alvo de cuidadosa selecção e depuração políticas;

Recurso regular a iniciativas e cerimónias políticas ou político-religiosas nas escolas, destinadas a formar ideologicamente os alunos, testar os professores e manter uma tensão mobilizadora: aulas ou palestras obrigatórias sobre o significado de cartazes de propaganda distribuídos pelo Ministério, cerimónias rituais de entronização dos crucifixos nas salas de aula, semanas coloniais, celebração dos aniversários da entrada de Salazar para o Governo ou de outras efemérides nacionalistas, etc.;

Reforço da elitização do ensino liceal como veículo de preparação do «escol» e a massificação/minimalização do ensino primário, em ambos os casos com uma clara opção pelo reforço da «formação da consciência» em detrimento da transmissão de conhecimentos;

O lançamento da organização miliciana de enquadramento da juventude, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), de inscrição obrigatória para os alunos do ensino primário e secundário e a quem vai ser entregue o monopólio de todas as actividades desportivas e das iniciativas culturais ou recreativas circun-escolares. Como escrevia Marcello Caetano, o seu mais destacado Comissário Nacional, «a Mocidade Portuguesa procura utilizar todos os materiais utilizáveis para realizar uma síntese formativa do homem novo». Também nesta tarefa se constatava que «a família portuguesa está, em muitos casos, tocada de males que diminuem ou anulam a sua capacidade educativa». Haveria que «colaborar com a família» sempre que fosse possível, não sendo, «procure-se agir sobre os pais, através dos filhos. Estamos num tempo em que muitas vezes os pais precisam de ser educados pelos filhos...»

A criação da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), destinada a formar a mulher/esposa/mãe, esteio doméstico de uma família sã, reprodutora ideológica natural no seio do lar familiar e, sobretudo, na educação dos filhos, da fé e da moral católicas e dos princípios da ordem, da honra, do dever, do nacionalismo. Nesse sentido, a OMEN, onde era mais nítido o papel dirigente dos quadros femininos das organizações católicas, pretendia não só agir directamente sobre o ambiente familiar, corrigindo-o –«reeducar as mães pobres e ricas» –, como sobre a formação das jovens, das futuras esposas e mães, através da MP feminina que estava sob a sua dependência e não constituía, como noutros casos, uma secção feminina do «partido» ou de qualquer organização global da juventude. Com um estatuto de unicidade legal e de inscrição obrigatória idêntico ao da MP, visando, como ela, a tarefa simultânea de educar um escol, “preparar chefes” e consciencializar a massa das filiadas, a MPF investia, talvez, mais directa e assumidamente, na educação ideológica da família e, em particular, no destino conjugal e maternal da mulher jovem, na sua futura posição no lar como pilar da regeneração dessa “célula básica” da organização social.

Finalmente, os dois grandes dispositivos de propaganda e inculcação da organização corporativa: a FNAT, para dirigir e integrar política e ideologicamente os lazeres dos trabalhadores, especialmente os dos centros urbanos, uma vez que, a partir de 1945, a sua acção para o mundo rural era mediatizada pela JCCP. Também aqui, em ambos os casos, se verificava a dupla vertente formativa: criar as elites do sindicalismo corporativo, tarefa que a FNAT chamou a si desde 1935 até aos anos 50, mas, também, mobilizar e educar as massas trabalhadoras. Essa tentativa de mobilização foi bem marcada na FNAT até ao início da II Guerra Mundial, designadamente com os esforços de apropriação e transformação do “1.º Maio” em “festas do trabalho”, de forte cunho rural, qualquer coisa entre o desfile político e a feira minhota, que se realizam entre 1934 e 1938. Nessa direcção apontava, também, o conteúdo obreirista/corporativo do jornal *1.º de Maio*, editado pela FNAT entre 1939 e 1942, ou até, de forma particular, a decisiva acção mobilizadora desenvolvida pelo núcleo sindicalista dirigente da organização no lançamento da Legião Portuguesa, milícia do regime, em 1936.

Mas a inculcação ideológica no espaço dos tempos livres, dentro ou fora do local de trabalho, orientando as distrações, furtando-as à influência deletéria da “taberna”

ou da acção subversiva, moldando-as no paradigma da “cultura popular”, essa era a tarefa por excelência da FNAT. O povo, o “verdadeiro povo”, como lhe chamava António Ferro, era o que participava nesta recriação mítica de uma ruralidade essencial como quadro de vida, desse nacional-ruralismo corporativo que reinventava músicas, danças, “folclore”, hábitos, costumes, comportamentos, de acordo com o espírito de uma etnografia elaborada à sua medida. O “homem-trabalhador” que disto avultava era um chefe de família esforçado, respeitador, obediente, simples, ancorado no pequeno mundo da sua família e da vizinhança, fiel às tradições de sempre e à “ordem natural das coisas”, mesmo quando o destino o arrancava à aldeia para o lançar nesse meio hostil e perigoso da fábrica e da cidade. Recriar esse ambiente ruralizante, essa aldeia mítica, nos bairros populares e nas empresas era o objectivo da FNAT e da sua rede de Centros de Alegria no Trabalho (CATs) nas fábricas, nas repartições públicas, nos sindicatos nacionais e demais organismos corporativos, nos bairros sociais, onde lhes será atribuído legalmente o monopólio da organização dos tempos livres, desde o torneio de ténis de mesa à excursão de fim de semana. Nas Casas do Povo e nas Casas dos Pescadores actuavam, com funções idênticas, os Centros de Recreio Popular (CRTs), tutelados pela JCCP. Dando apoio, orientando ou unificando essas iniciativas a FNAT possuía um largo leque de actividades permanentes: as cantinas, as colónias de férias, as viagens turísticas, a ginástica e os torneios desportivos, os espectáculos musicais (os célebres “serões para trabalhadores”), o cinema, os “ranchos folclóricos”, os “museus” e outras iniciativas etnográficas, a definição da heráldica corporativa etc., instrumentos postos ao serviço desse supremo desígnio cultural e político de “aportuguesar os portugueses”.

4. A II Guerra Mundial e o pós-guerra: contenção e formalização do projecto totalizante.

Como antes se sugeriu, o estudo comparado da História das principais organizações de mobilização, propaganda e inculcação ideológica do regime, milicianas ou não, demonstrou que, após o zénite da sua força e influência, na segunda metade dos anos trinta, elas vão conhecer, primeiro nas vésperas / início da II Guerra Mundial, depois nos anos 50, um duplo fenómeno de desvirtuação. Por um lado, aquilo a que chamo um processo de contenção e relativa “desfascização” desde antes do conflito mundial, por outro, no pós-guerra, uma espécie de progressiva formalização das instituições de inculcação, com a manutenção dos velhos dispositivos institucionais, mas uma paulatina mudança dos seus conteúdos discursivos, dos seus objectivos e métodos. Não sendo esta a ocasião possível para proceder com detalhe à abordagem comparativa deste processo durante a guerra e no período subsequente, parece crucial compreender, ao menos, a lógica evolutiva da vertente totalizante do regime nos tempos que se sucederam ao apogeu e queda dos fascismos europeus.

É claro que havia boas razões para o Estado Novo, sobretudo a partir de finais da Guerra Civil de Espanha e até ao início do conflito mundial, demonstrar alguma apreensão com a dinâmica fascizante das organizações de mobilização e enquadramento que deixara criar ou que tomara a iniciativa de criar. Na Legião, Namorado de Aguiar e o seu corpo de oficiais pretendem uma milícia “tal e qual as fascistas”, com veleidades

de militarização, armamento e autonomia que põem em causa a tutela do Exército e desafiam arrogantemente as demais forças de ordem. Na FNAT, Higinio de Queiroz e Melo, o núcleo duro dos sindicalistas corporativos que a dirigiam, um grupo de claras inclinações fascistas, insiste no jargão obreirista e “antiplutocrático”, nas comemorações “populares” do 1.º de Maio, no controlo ideológico de toda a máquina corporativa nas cidades e nos campos, e até do SPN. Na MP, criada pelo regime com o fito de controlar o radicalismo e anular a autonomia da Acção Escolar de Vanguarda (AEV) que a precedera desde 1934, o primeiro Comissário Nacional, Nobre Guedes, de conhecidas simpatias pró-nazis, acentuava a componente para-militar e milicianas da organização, conflituava com a Igreja Católica e fazia público espanto da colaboração com as “juventudes” hitlerianas ou com os *balilas*, cujos rituais e saudações se copiavam.

Ora o facto é que o ocaso da Guerra Civil de Espanha, se trouxera o triunfo franquista sobre o “anti-cristo”, implicava, igualmente, a hegemonia de uma Falange que não ocultava os propósitos anexionistas relativamente a Portugal, com a agravante de a “Nova Espanha” emergir tutelada por quem lhe dera militarmente a vitória: a Itália fascista e a Alemanha hitleriana, os inimigos da Grã-Bretanha, da “velha aliada” de Portugal, na guerra que se avizinhava ou que acabava de estalar. A esta luz, a “fascização” do regime, passados os primeiros entusiasmos, é vista com reserva por uma oligarquia tradicional, habituada, e com proveito, a contar com o Exército e a Igreja para “manter a ordem”, e que encara os arrobos milicianos, a militarização de forças civis sem tutela estrita do Estado, as mobilizações autónomas da “população”, mesmo por bons motivos, como formas potenciais de gerar destabilização, de quebrar as hierarquias tradicionais, de se tender para suspeitos “internacionalismos” susceptíveis de pôr em causa o “interesse nacional”. Sendo que este, esquecidos os arrufos iniciais da Guerra Civil de Espanha, continuava estruturalmente ligado à aliança luso-britânica: a Grã-Bretanha, nos começos da guerra, continuava a ser a senhora do mar Atlântico e das rotas de ligação com o Império, além de garante da integridade colonial e continental. Mais prosaicamente, mantinha-se como a primeira fornecedora, compradora, credora, financiadora e transportadora da economia portuguesa. A neutralidade portuguesa na guerra ia definir-se e manter-se em função de tais realidades, o que, obviamente, implicava um outro cuidado relativamente a ligações ou identificações ideológicas excessivamente comprometedoras com o grupo adverso, tanto mais comprometedoras quanto a mudança de rumo da guerra, a partir do Inverno de 1942, anuncia a vitória aliada.

Não admira, portanto, que, começando em Setembro de 1937 pela Legião, o caso mais grave, o Estado Novo vá desencadear em quase todos estes organismos, sempre de forma relativamente discreta, processos de “normalização”, de limpeza e saneamento mais ou menos extensos, todos eles orientados pelos mesmos objectivos essenciais: cercear a sua autonomia política, organizativa e ideológica, reforçando a tutela do Estado através dos ministérios competentes (Guerra, Interior, Educação, Presidência); consentir unicamente em processos de militarização e armamento de baixo nível nas organizações milicianas, explicitamente colocadas, no plano militar, sob a dependência de comando e estratégica das Forças Armadas e dos seus oficiais; anular ou esvaziar as componentes de mobilização de massa e o discurso ideológico populista radical que lhe estava associado; não consentir numa excessiva concentração de poderes de direcção política e ideológica em um único destes organismos, designadamente na FNAT, pelo processo de os repartir com outros órgãos de enquadramento e propagação;

silenciar, desde o começo da guerra, as referências à filiação do processo de totalização do regime português e dos seus órgãos nos congêneres dos Estados fascistas e nazi, corrigir um certo mimetismo iconográfico e simbólico, até aí frequente, operando como que uma “nacionalização” dos princípios e dos métodos do dispositivo de propaganda e inculcação do Estado Novo português. Convirá salientar, todavia, que neste movimento de contenção ideológica, de “desradicalização”, de nacionalização dos propósitos, de disciplinamento e burocratização das vontades e das formas de agir, nunca se questionou nem a orientação ideológica básica, nem a natureza totalitária de tais dispositivos em si mesmos. Todos eles vão continuar, durante e após a guerra, com os mesmos objectivos essenciais, com a mesma lógica de actuação, só que com menos veleidades de autonomia, militarização, de mobilização ou de radicalização. Por isso se pode falar de uma “desfascização” relativa que toca mais nos processos do que nos conteúdos e nas lógicas dos aparelhos, ainda que os primeiros tenham acabado por liquidar burocraticamente a intenção genética dos segundos.

Assim sendo, em Setembro de 1937, o Governo e a Junta Central da LP iniciam o processo de “normalização” da milícia, prolongado ao longo de 1938: demitindo Namorado de Aguiar e o seu estado-maior militar (em conflito com os civis da Junta Central, fieis a Salazar), anulando definitivamente os seus ambiciosos planos de armamento e reorganização da Legião, remodelando profundamente os seus quadros do topo de base e procedendo a uma “limpeza” radical de nacional-sindicalistas, monárquicos e até de “comunistas infiltrados” que entre Janeiro e Setembro de 1938 atingiu cerca de 900 legionários “abatidos ao efectivo”. Terá sido o processo mais radical, chefiado pelo novo Comandante-Geral, o general Casimiro Teles, vindo expressamente para “despolitizar a Legião” (quereria mesmo acabar com a saudação romana) e saneá-la a todos os níveis.

Com o apoio do Presidente da Junta Central, o seguro Costa Leite (Lumbralles), vai-se colocar a LP sob o firme controlo dos Ministérios da Guerra e do Interior, reduzindo-a a uma espécie de corpo auxiliar do Exército e da polícia política, pesadamente burocratizado, alvo de crescente impopularidade com o aproximar do fim da guerra mas que lhe sobreviverá sem jamais recuperar nada de parecido com a chama dos primeiros tempos. Mesmo assim, só em 1944, com a adaptação aos ventos do fim da guerra, isto é, com a mudança dos dirigentes civis da LP, ela perderá o carácter singularmente germanófilo que assume no conflito, se se comparar o seu papel com o dos outros organismos de mobilização que são coevos.

A MP também foi alvo de mudanças, seguramente menos drásticas. Em 1940, o germanófilo Nobre Guedes é substituído como Comissário Nacional (irá para Ministro de Portugal em Berlim) por Marcello Caetano. Ideólogo do corporativismo, então próximo de Salazar, professor de Direito, insuspeito de simpatias hitlerianas, Caetano orientará as relações externas da MP de acordo com as exigências da neutralidade; atenuará a componente militarista, sem excluir as fardas, as paradas e os rituais romanos, em favor de uma actuação mais “escutista”; normalizará as relações com a Igreja e apostará mais fortemente na componente da formação ideológica e do “carácter” dos filiados.

Na FNAT, ainda que Queiroz e Melo vá manter a sua posição, acaba-se em 1939 com as mobilizações populares do 1.º Maio. E a organização corporativa, a partir do ano seguinte, desistirá mesmo de tentar recuperar a efeméride para o calendário dos fastos do regime. A vida do jornal *1.º de Maio* também será curta e algo acidentada:

em 1941 desapareceram o título e o subtítulo («jornal de todos os trabalhadores»), substituídos por *Alegria no Trabalho – órgão da FNAT*, ao mesmo tempo que os sindicalistas corporativos são afastados da sua redacção e o jornal perde a ligação aos sindicatos e às empresas. Tornando um oficioso sem o “alcance social que seria para desejar”, o semanário encerra em 1942. Por outro lado, o regime não permitirá à Comissão Administrativa da FNAT, dirigida por Queiroz e Melo, concentrar a “unidade de comando” que reivindicava para si própria, a direcção ideológica centralizada do conjunto dos lazeres (no mundo empresarial, na função pública, na organização corporativa, nos bairros sociais, sobre as sociedades de cultura e recreio, sobre o mundo rural e piscatório), em suma, a posição de “entidade única competente para prosseguir o objectivo do aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses”. A tarefa, como antes vimos, será repartida, a partir de 1945, com a JCCP, e as sociedades recreativas conseguirão impedir, após denodada resistência, a integração na FNAT e o seu controlo, mantendo a autonomia orgânica sob vigilância tutelar do SPN. O próprio Secretariado, em 1944, a fechar o círculo das adaptações defensivas, deixará cair a excessivamente conotada “Propaganda” da sua designação, passando a chamar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Mas a essência do projecto, a sua apetência total e regeneradora do homem, só seria verdadeiramente posta em causa, não por qualquer decisão política assumida, mas fruto das mudanças economico-sociais iniciadas na década de cinquenta. Tornadas pesadas repartições públicas, as antigas organizações de propaganda, mobilização e inculcação tinham perdido definitivamente o *élan*. A *Cruzada Corporativa* com que o regime, no auge da guerra fria, na primeira metade dos anos 50, as tenta redespertar como bastiões do anti-comunismo e do paradigma ruralizante, vai precipitar algumas delas, sobretudo ao nível da educação, da juventude ou da organização corporativa, num curioso jogo de aparências e de mudanças “invisíveis”.

Sob a pressão das grandes transformações estruturais então iniciadas a industrialização, a urbanização, a terciarização ainda que muito do discurso nacionalista conservador se mantenha como propaganda e ideologia oficial do regime (recuperado, sobretudo, nos anos iniciais da guerra fria), o facto é que tanto ele, como boa parte das instituições de inculcação que o serviam, sofre uma espécie de formalização inexorável, ditada pelo espírito e as necessidades do tempo. Velhos enunciados discursivos e institucionais encobrem quer a falência das velhas políticas, quer a formulação, mais ou menos compromissória, de políticas novas, de adaptação timorata à sociedade em mudança, mas cuja visibilidade e emergência era como que esconjurada pela manutenção de etiquetas antigas. Como se as forças da velha utopia nacionalista e corporativa pudessem impedir a efectividade e a natureza das mudanças, mantendo-as “invisíveis” sob o labéu das designações antigas. A realidade é que, sob a continuidade formal do discurso da propaganda e das instituições de enquadramento e “educação”, nos anos cinquenta, ia falecendo a alma do regime para moldar as almas de quem quer que fosse. E o rigor do policiamento e da unicidade ideológica, sem nunca desaparecer, dava lugar “invisivelmente”, no coração mesmo da organização corporativa ou da máquina da “educação nacional”, à formulação de políticas educativas, de formação profissional, de estudos sociais ou até de ocupação dos tempos livres, crescentemente marcadas por preocupações de adaptação às necessidades do desenvolvimento industrial e da modernização económica e social. Mais lentamente do que seria necessário, sempre

amarrados ao pressuposto da segurança do regime, a verdade é que o Ministério da Educação Nacional e o aparelho corporativo iam substituindo o objectivo de criar um “homem-novo”, por o de o preparar para fazer crescer a produção e a produtividade da economia. As prioridades da acumulação e do mercado, silenciosamente, iam substituindo as do “espírito”. Velhos rótulos em garrafas novas.

5. Notas para uma argumentação final

Um dos argumentos correntes para negar a natureza totalizante do aparelho de propaganda e inculcação do regime é o de que ele teria consentido, designadamente nos anos 30 e 40, num certo “pluralismo limitado”, concretamente no tocante aos organismos juvenis da Acção Católica ou ao escutismo católico, espaço esse imposto pela resistência da Igreja ao desiderato “estatista” de Carneiro Pacheco para a “educação nacional”.

Referi-lo é já, de algum modo, reconhecer a natureza do projecto em causa, visto como tal, na época, tanto pelos próprios, como pela Igreja. Mas a realidade será talvez menos linear. Entre o Estado Novo e a hierarquia católica não há, e nunca se manifesta nesses termos, um conflito de paradigma, de orientação ideológica, relativamente ao qual a Igreja opusesse um discurso alternativo. A apologia da «essência católica da Nação portuguesa», expressa constitucionalmente, após a revisão constitucional de 1935, no reconhecimento da religião católica como confissão nacional, fizera da Igreja uma participante essencial no processo de afirmação ideológica do regime, na sua legitimação religiosa e “providencial” e no concurso prestado aos seus aparelhos de inculcação. O que surge, a nível da “educação nacional”, não é, nestes termos, um choque entre distintos projectos políticos ou modelos de sociedade, mas, sobretudo, um conflito de competências entre o Estado e a Igreja, com esta a negar àquele a possibilidade de se lhe substituir «na obra do ensino religioso e moral», privando-se «da cooperação eclesiástica». Aliás, o próprio cardeal Cerejeira, no seu conhecido arrufo epistolográfico com Carneiro Pacheco, chega a admitir a hipótese de «a terem os escuteiros de espontaneamente se dissolverem, seria preciso que a Mocidade Portuguesa desse aos seus filiados a formação católica que (...) ainda não deu para de algum modo justificar o sacrifício». E no acordo a que se chega, o “sacrifício” é dispensado: a educação directamente política e ideológica fica para a MP, a educação especificamente religiosa permanece nas organizações juvenis da Igreja, ou é levada a cabo por ela e pelos seus ministros no interior das organizações milicianas como algo de complementar e harmónico. Marcello Caetano resumi-lo-ia lapidarmente: «a MP cria um ambiente cristão para o desenvolvimento das virtudes dos seus filiados (...) e recebe alegremente o trabalho que, dentro dos seus quadros, venham fazer os ministros da Igreja, colabora com largueza na acção que a hierarquia católica exerce para melhoramento dos costumes e salvação das almas», dado considerar-se «organização educativa complementar da acção da Igreja». Precisando: «não só respeitamos, como queremos e saudamos, a existência das obras próprias da juventude da Acção Católica. Tarefas diversas entendimento perfeito. Não nos pertence ministrar instrução catequística, nem litúrgica: mas de bom grado vemos que haja quem a ministre». Dois braços, duas esferas de competência, uma só causa.

Mais substancial ia ser o conflito, durante este período, com o “catolicismo social” militante, de incidência sindical. Mas também aqui a Igreja, desde 1935, ordena explicitamente a integração e a cooperação dos sindicalistas católicos na “nova ordem” corporativa: não obstante algumas reservas, o corporativismo português era “digno de encómios” e de “pensamento profundamente cristão”. Ausente do terreno da intervenção sindical, entregue por lei à unicidade corporativa decretada em 1934, a Liga Operária Católica (LOC), sob a direcção do padre Abel Varzim, vai propugnar um incómodo criticismo ao “corporativismo real” do regime, sempre no quadro da cooperação com ele, e com fases de aproximação e de desilusão. Mas sabe-se como isso acabou: com *O Trabalhador*, órgão da LOC, encerrado por ordem do Governo e Abel Varzim afastado do seu posto na LOC por ordem do cardeal Cerejeira, em 1948.

É claro que, mesmo nos regimes fascistas de maior mobilização, a capacidade de enquadrar totalitariamente os espaços privados sofre limitações de ordem vária, que não põem em causa essa sua natureza. Em Portugal, por maioria de razão, isso se verificou: um “fascismo sem movimento fascista”, para retomar o conceito de Manuel Lucena, um país escassamente industrializado, pouco urbanizado, com enorme peso das sociabilidades tradicionais de base rural, evidenciava espaços relevantes que escapavam ou resistiam naturalmente à padronização ideológica estatizante. Repegando exemplos anteriores, foi o caso das sociedades de cultura e recreio que lograram resistir à integração na FNAT, ainda que as suas estruturas dirigentes tivessem que manifestar o apoio a Salazar e ao regime e aceitar a tutela do SPN. Mas nada disso, do que “fica de fora”, parece susceptível de pôr em causa não só a existência do projecto, dessa clara apetência totalitária do regime, como a impressionante extensão que lograram cobrir os seus dispositivos de divulgação, formação e censura. E quanto à sua eficácia a prazo, para não ir mais longe, basta atentar na opinião corrente (e nalguma erudita) sobre as recentes comemorações dos descobrimentos em geral e da descoberta do Brasil em particular...

Finalmente, pode-se seguramente argumentar que esse “homem novo” da propaganda, da “educação nacional” e da “cultura popular” era, apesar de tudo, um “homem velho”, não o da mobilização revolucionária, mas o da ordem contra-revolucionária e conservadora. É certo. Mas não deixa por isso de ser, também ele, um homem utópico, o homem tipo do novo regime, a moldar impositiva e autoritariamente pela acção bifacetada das “políticas do espírito” e da repressão definidas e aplicadas pelo Estado. Esse chefe de família camponês, probo, devoto e ordeiro, era o especial “homem novo” do salazarismo, a resgatar, entre nós, não pela acção do partido vanguardista que nunca houve como tal, mas pela intervenção formativa de órgãos especializados da Administração ou da organização corporativa, em colaboração com a Igreja e na decorrência de uma visão totalizante da sociedade de matriz nacionalista, corporativa, católica, ruralizante e autoritária. Poderá dizer-se que o seu perfil era distinto do regime mussoliniano, ou do resplandecente e implacável “homem ariano” (que não era “novo”, no sentido em que, para os nazis, representaria a superioridade da uma “raça de senhores” naturalmente existente na hierarquia biológica da humanidade). Mas isso servirá para ajudar a distinguir modalidades diversas de regimes de apetência totalitária, fruto de circunstâncias históricas e de caldos de cultura diferentes, mas não para recusar essa comum natureza a qualquer deles.

Não obstante a distinção de conteúdos ideológicos entre tais arquétipos, há algo de funcionalmente comum a ligá-los: o propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reprodução da “ordem nova”. É sem dúvida interessante e relevante que em alguns casos ele possa surgir como um guerreiro moderno e viril e noutros incarnado na honrada modéstia de um caseiro rural. Mas em ambas as situações eles continuam sendo, apesar disso, duas espécies do mesmo género. O género dos regimes de vocação totalitária em que o Estado Novo, com a sua indiscutível especificidade, também participou neste período histórico.

SCRITTI CONTRO IL FASCISMO
NOTE SULLA BIBLIOGRAFIA DELL'ANTIFASCISMO ITALIANO (1926-1943)

I

Obiettivo di questo intervento è riflettere sull'esperienza storica dell'antifascismo italiano, e in particolare sulle forme, sulla circolazione e sulle funzioni del materiale a stampa di matrice antifascista pubblicato durante gli anni del regime di Mussolini. La riflessione si baserà prevalentemente sulla *Bibliografia dell'antifascismo italiano*: un'opera di recente realizzazione, risultato di una pluriennale attività di ricerca che ha coinvolto (oltre a chi scrive) un gruppo di studiosi afferenti a diverse università italiane¹. Si coglie così anche l'occasione per presentare – in anteprima, si potrebbe dire – uno strumento di lavoro nuovo e originale, sia nella sostanza che nella forma. Fino a oggi, infatti, non era stato realizzato un simile catalogo bibliografico, che includesse sia il materiale a stampa – monografico e periodico – prodotto *da* tutti gli esponenti e le forze organizzate dell'antifascismo italiano durante gli anni del regime, sia la memorialistica e gli studi storici pubblicati *su* quell'esperienza dall'immediato dopoguerra ai giorni nostri. Inoltre, al fine di rendere più rapida, funzionale e versatile la consultazione, si è scelto di sfruttare le potenzialità dei moderni mezzi di elaborazione elettronica, trasferendo le informazioni raccolte su un supporto digitale. Questa bibliografia non si presenta quindi come un canonico repertorio cartaceo, ma come un cd-rom dotato di un motore di ricerca che permette di interrogare una banca dati a partire da vari campi (autore, titolo, luogo, anno, area politica ecc.), con la possibilità di intrecciare le domande in un numero pressoché illimitato di combinazioni.

¹ La *Bibliografia dell'antifascismo italiano*, in: cd-rom, Roma, Carocci 2008, è stata progettata e coordinata da Alberto De Bernardi, Leonardo Rapone, Alceo Riosa, Elisa Signori, Marina Tesoro e Albertina Vittoria. Alla sua realizzazione hanno partecipato i seguenti studiosi: Elena Bignami, Gianmarco Bresadola, Monica Caiazzo, Vittorio Caporrella, Sonia Castro, Marco Cuzzi, Elisabetta Francioni, Benedetta Garzarelli, Francesco Grandi, Yuri Guaiana, Paolo Mattera, Matteo Pasetti, Agata Pernicone, Andrea Rapini, Marica Roda, Luca Tedesco, Bruno Ziglioli.

La bibliografia è divisa in tre grandi contenitori tra loro separati: le prime due sezioni (*Testi e documenti* e *Periodici*) sono dedicate alle fonti, ovvero contengono le schede relative alle pubblicazioni monografiche e alle testate periodiche editate dagli antifascisti italiani tra il novembre 1926 e il luglio 1943; la terza (*Storiografia*) comprende invece le schede relative agli scritti sull'esperienza storica dell'antifascismo pubblicati dal 1945 al 2005. In questa comunicazione mi occuperò esclusivamente delle fonti, cioè delle prime due sezioni, evitando di esaminare la parte storiografica del catalogo, che per ampiezza e complessità meriterebbe un intervento specifico (si tenga solo presente che la sezione *Storiografia* contiene 2760 titoli, mentre le sezioni *Testi e documenti* e *Periodici* ne comprendono rispettivamente 923 e 418). Non è questa la sede nemmeno per descrivere gli obiettivi, i criteri o le problematiche che hanno guidato e condizionato la realizzazione del censimento bibliografico. Ma prima di procedere nell'interrogazione della banca dati per una sommaria analisi dei testi e dei periodici antifascisti, almeno una premessa è necessaria e riguarda la periodizzazione adottata, che copre l'arco temporale compreso tra il 5 novembre 1926 e il 25 luglio 1943.

È del tutto evidente, infatti, che la storia dell'antifascismo italiano non può essere interamente racchiusa entro queste date, poiché iniziò prima e proseguì dopo. Rimangono quindi esclusi dall'ambito cronologico della bibliografia sia il primo periodo dell'antifascismo, ovvero la fase della sua incubazione che coincise con l'affermazione del movimento fascista e i primi anni del governo di Mussolini (quando il Duce era a capo di una coalizione pluripartitica e la frattura con l'ordine liberale non era stata ancora formalmente compiuta, nonostante l'uso sistematico della violenza e il ridimensionamento delle prerogative parlamentari); sia il periodo della lotta di liberazione nazionale dall'occupazione nazista, dopo la drammatica catena di eventi dell'estate 1943 (lo sbarco delle forze militari anglo-americane nell'Italia meridionale, il crollo del regime fascista, l'armistizio con gli stessi anglo-americani annunciato l'8 settembre dal nuovo governo italiano presieduto dal maresciallo Pietro Badoglio, il tentativo di ridare vita al fascismo nell'Italia settentrionale attraverso l'istituzione di una Repubblica sociale guidata da Mussolini ma controllata dai tedeschi). Sulla periodizzazione scelta – non lo si può negare – pesa dunque un'alea di arbitrarietà, che per quanto sia intrinseca a ogni ipotesi di periodizzazione, è qui accresciuta da eclatanti e apparentemente ingiustificabili assenze, determinate proprio dai termini cronologici stabiliti: è sufficiente pensare all'esclusione dei nomi di Giovanni Amendola, Piero Gobetti, Antonio Gramsci², Giacomo Matteotti dall'elenco degli autori, o a quella dell'ampia mole di giornali della Resistenza dall'insieme dei periodici, per rendersi conto delle implicazioni che ha comportato la decisione di non prendere in considerazione tutta la produzione antifascista pubblicata prima del 5 novembre 1926 o dopo il 25 luglio 1943.

Tuttavia, tale scelta è stata dettata dall'esigenza di circoscrivere l'intervallo temporale tra date precise, che permettessero a loro volta di delimitare e definire la stessa categoria di antifascismo. Il termine *a quo* è costituito dunque dalla presentazione, avvenuta il 5 novembre 1926 al Consiglio dei ministri del governo fascista, di quei provvedimenti

² Va precisato che almeno un testo a firma di Antonio Gramsci è stato inserito nel catalogo bibliografico, poiché negli anni Trenta fu stampato e fatto circolare clandestinamente sotto forma di opuscolo un suo scritto antecedente alla detenzione in carcere (iniziata con l'arresto nel novembre 1926 e protratta fino alla morte avvenuta nell'aprile 1937).

legislativi che soppressero ogni residuo di pluralismo e di libertà politica, e di fatto chiusero la fase di costruzione del regime dittatoriale, decretando lo scioglimento di tutti i partiti, le associazioni e le organizzazioni che svolgevano un'attività di opposizione. Da quel momento, il materiale a stampa di ispirazione antifascista divenne a tutti gli effetti illegale, potendo così essere pubblicato e diffuso solo all'estero, mentre in Italia non rimaneva possibile che la pratica della clandestinità. È questo, appunto, il materiale che è stato preso in considerazione nella bibliografia: testi e periodici pubblicati o in Italia clandestinamente, o all'estero dagli antifascisti italiani che optarono per la via dell'esilio. Forse più scontata, anche alla luce di tali presupposti, la scelta del termine *ad quem*: nella storia del regime fascista, e quindi dell'esperienza antifascista, il 25 luglio 1943 rappresenta indubbiamente una cesura epocale, segnando la fine della dittatura di Mussolini. Benché il ruolo giocato dall'antifascismo nella caduta del Duce sia stato pressoché ininfluenza, il crollo del regime contro il quale l'antifascismo aveva combattuto per quasi un ventennio pose fine a un'intera epoca storica di contrapposizione tra questi due schieramenti. Gli eventi che si svolsero tra il 25 luglio 1943 e il 25 aprile 1945 appartengono a un'altra fase che chiama in causa la Resistenza e le origini del sistema democratico, nella quale l'impegno antifascista è collocato in una nuova prospettiva non più caratterizzata in termini esclusivi dalla lotta contro il regime di Mussolini. L'acquisizione di tali termini *a quo* e *ad quem* va dunque a garantire quella maggior coerenza di fondo che è auspicabile in opere di questo genere. In particolare perché semplifica la definizione dello schieramento antifascista, permettendo di tracciare in modo più netto i confini tra pubblicazioni propriamente antifasciste e altre per così dire soltanto contigue all'area dell'opposizione politica al regime. Questo catalogo bibliografico, quindi, comprende le prime ma non le seconde. Comprende cioè sia le pubblicazioni stampate e diffuse illegalmente dai militanti antifascisti in clandestinità, sia quelle editate legalmente all'estero, ma che sarebbero state (e in molti casi furono) censurate e sequestrate se introdotte in Italia. Non comprende invece quelle pubblicazioni che, pur esprimendo più o meno velatamente alcune forme di dissenso nei confronti del regime, poterono però circolare liberamente, di fatto tollerate dall'apparato repressivo fascista. Il caso delle opere di Benedetto Croce e della rivista da lui diretta è in tal senso emblematico: esse infatti non compaiono nella bibliografia, non solo in ragione dell'oggettiva distanza del filosofo dai movimenti antifascisti, ma anche perché vennero regolarmente editate nonostante l'aperta critica al fascismo più volte espressa.

Ora, fatta questa premessa metodologica, si possono commentare i risultati – qui rielaborati e illustrati in una serie di grafici riportati in appendice – di alcune interrogazioni condotte tramite il motore di ricerca del cd-rom sulla banca dati delle sezioni *Testi e documenti* e *Periodici*. Non si intende così fornire statistiche o quadri quantitativi dettagliati e puntuali, quanto invece individuare certe tendenze che connotarono le forme e la circolazione degli scritti contro il fascismo.

II

Un primo elemento che emerge consultando il catalogo bibliografico è l'eterogeneità delle pubblicazioni antifasciste. Eterogeneità che concerne innanzitutto le forme editoriali

adottate. L'insieme dei testi comprende infatti diverse tipologie (*Figura 1*): soprattutto saggi e opuscoli, ma anche raccolte documentarie (ovvero manifesti, appelli, statuti o programmi di organizzazioni), atti di congressi, antologie e opere letterarie. Tra queste ultime, figurano a loro volta vari generi: raccolte di poesie e drammi teatrali, racconti e memorie autobiografiche, nonché alcuni fortunati romanzi tradotti in diverse lingue fin dalla loro apparizione³. La netta prevalenza della saggistica e degli opuscoli lascia intuire le due funzioni principali del materiale a stampa antifascista: quella euristica e interpretativa, propria dei saggi dedicati appunto a formulare spiegazioni, analisi e critiche del fenomeno fascista; e quella propagandistica, affidata in particolare agli opuscoli, cioè a libretti di piccola mole, per lo più di formato tascabile, adatti alla circolazione clandestina e alla diffusione di idee politiche alternative all'ideologia del regime fascista. Ma a queste funzioni se ne devono aggiungere altre: l'informazione (o la contro-informazione), trasmessa per esempio con la pubblicazione di inchieste e documenti; e soprattutto la narrazione degli eventi, fornita tramite la memorialistica o la rappresentazione in forme letterarie della lotta al fascismo, al fine di sottrarre al regime il monopolio sull'uso pubblico del recente passato. Considerando la pluralità dei codici espressivi adottati, dunque, si può comprendere come gli scritti contro il fascismo cercassero di raggiungere un ampio spettro di referenti sociali, rivolgendosi non solo al mondo degli intellettuali o alle élites più colte, ma anche ai ceti popolari, principali destinatari di messaggi propagandistici che in quanto tali offrivano una semplificazione ideologica dello scontro politico proprio per avvicinare le masse.

Considerazioni in parte analoghe possono essere svolte sull'insieme dei periodici. Anche in questo caso si riscontra un'eterogeneità in primo luogo tipologica, che è data dalle differenti forme giornalistiche prodotte: giornali d'informazione stampati nei centri dell'emigrazione; riviste di discussione e agitazione politica; organi e bollettini di organizzazioni partitiche che cercavano faticosamente di sopravvivere, per lo più trasferendo o stabilendo i propri centri direttivi all'estero; fogli di lotta, di solito ciclostilati e in qualche caso addirittura scritti a mano, distribuiti clandestinamente tra i lavoratori delle fabbriche o delle campagne italiane. Anche in questo caso, inoltre, va rilevata una pluralità di funzioni: dalla mera informazione alla denuncia, dal dibattito politico all'attività propagandistica. Ma fra tutte, la funzione più importante era probabilmente un'altra: la capacità dei periodici di rivestire una fondamentale azione identitaria. «Luoghi di sociabilità» tra esponenti dell'antifascismo, essi funzionavano cioè non solo come notiziari, o come tribune per il confronto ideologico, o come strumenti di denuncia e di propaganda, ma anche e soprattutto come dispositivi di affermazione di un'identità di gruppo. Prima ancora che alle necessità informative e propagandistiche, la stampa d'opposizione rispondeva a questa esigenza e va considerata «il segno di una caparbia volontà di esistenza: nel giornale [...] dirigenti e militanti scorgevano il simbolo, la bandiera di una presenza, di una continuità politica da affermare ad ogni costo»⁴.

³ È il caso, per esempio, di *Fontamara*, celebre romanzo di Ignazio Silone pubblicato a Zurigo nel 1933 prima in tedesco e poi in italiano, che nell'arco di pochi anni venne tradotto in numerose lingue, tra cui il francese, l'inglese (anche per il mercato americano), lo spagnolo, il portoghese e il russo.

⁴ Bruno Tobia, *Scrivere contro. Ortodossi ed eretici nella stampa antifascista dell'esilio 1926-1934*, Bulzoni, Roma 1993, p.8. Per un quadro complessivo sulla stampa antifascista, cfr. inoltre Massimo Legnani, *La*

Al contempo, tuttavia, classificando le testate in base alla loro periodicità (*Figura 2*), si può notare quanto il tentativo di dare continuità al discorso antifascista attraverso pubblicazioni a cadenza fissa (quotidiana, settimanale, quindicinale e così via) incontrasse inesorabili difficoltà, tali da rendere il panorama della stampa antifascista estremamente frammentario ed episodico. La preponderanza di numeri unici, di pubblicazioni dalla periodicità irregolare e di fogli tanto saltuari da rendere indeterminabile la loro frequenza restituisce con chiarezza il carattere effimero della maggior parte delle testate. Naturalmente vi furono alcune eccezioni, piuttosto note, rappresentate da alcune testate che uscirono senza interruzioni per tutto il periodo della dittatura fascista: in particolare qualche organo di partito, o qualche giornale che poteva vantare una già lunga tradizione all'interno di comunità di emigrati con un consolidato radicamento⁵. Ma eccezioni a parte, i periodici antifascisti ebbero quasi sempre una breve durata, in un perpetuo susseguirsi di nuove testate, di sospensioni, di chiusure, di fusioni, di cambiamenti tipografici. Se all'interno dei confini italiani la capillare azione repressiva del fascismo fu il primo e più ovvio ostacolo per le iniziative antifasciste, e se all'estero esse vennero spesso ostacolate in nome degli equilibri politici o degli interessi economici dei paesi in cui operavano gli esuli, in generale non meno decisivo per le travagliate sorti della stampa sovversiva fu il continuo processo di frammentazione e di ristrutturazione dello schieramento antifascista. Proprio la molteplicità delle correnti politiche che parteciparono all'esperienza dell'antifascismo italiano costituisce allora un ulteriore fattore di eterogeneità del materiale a stampa catalogato nella bibliografia.

III

Eterogeneità politica, dunque. Un nodo di centrale importanza per comprendere il significato storico dell'antifascismo, la cui esperienza fu profondamente segnata da questa duplice tensione: da un lato, l'aspirazione e la costante ricerca dell'unità tra forze politiche distinte; dall'altro, la persistente diversificazione interna della coalizione, che fu una tra le cause primarie della sua fragilità e delle sue contraddizioni, ma nello stesso tempo uno degli elementi di maggior legittimazione della lotta contro il fascismo⁶. Potrebbe sembrare pleonastico ribadire che l'antifascismo italiano si presentava come un campo estremamente composito, in cui di fatto coesistevano – a volte loro malgrado – tradizioni politiche non solo discordi, ma per molti aspetti antitetici e incompatibili. Eppure è ancora frequente, anche in ambito storiografico, la riduzione dell'antifascismo

stampa antifascista 1926-1943, in: Nicola Tranfaglia, Paolo Muraldi, Massimo Legnani, *La stampa italiana nell'età fascista*, Laterza, Roma-Bari 1980, pp.261-366.

⁵ Tra i giornali di partito, si possono segnalare per esempio i casi dell'“Unità” e dell'“Avanti!”, organi rispettivamente del Partito comunista e del Partito socialista. Tra le testate che fungevano da portavoce delle singole comunità di emigrati, ma che assunsero un orientamento esplicitamente antifascista nel periodo tra le due guerre mondiali, si possono segnalare fra gli altri alcuni casi particolarmente longevi: “L'Adunata dei refrattari” e “Il Martello”, editi a New York; “L'Amico del popolo” e “L'Italia del popolo”, pubblicati entrambi a Buenos Aires.

⁶ Per una recente riconsiderazione del problema unità/pluralità delle forze antifasciste, si veda Emilio Gentile, *Fascismo e antifascismo. I partiti italiani fra le due guerre*, Le Monnier, Firenze 2000, pp.270-8.

al comunismo, con un'operazione che ha molto di strumentale e ideologico, ma che nondimeno ha ottenuto l'avallo di stimati storici. La tesi espressa una decina di anni fa da François Furet è in tal senso emblematica: l'antifascismo andrebbe considerato come un'invenzione del comunismo, uno strumento di propaganda e di legittimazione del regime sovietico. Cosicché lo storico francese vedeva all'interno dell'antifascismo non una pluralità di posizioni difficilmente conciliabili eppure mosse da una tensione unitaria, ma nulla più di «un'inevitabile propensione al comunismo»⁷. Per constatare l'inattendibilità di questa tesi, è sufficiente osservare da quante e quali diverse matrici politiche provenisse il materiale a stampa dell'antifascismo italiano (*Figura 3*).

Senza dubbio i comunisti costituivano la corrente antifascista più numerosa e strutturata, l'unica che disponeva di una rete organizzativa sovranazionale e che riuscì a mantenere in vita delle cellule clandestine sul territorio italiano pressoché per tutto il ventennio fascista. Non stupisce, dunque, che la quantità del materiale a stampa di matrice comunista risulti superiore a quella di qualsiasi altra famiglia politica antifascista, soprattutto per quel che riguarda le pubblicazioni a carattere più propriamente propagandistico (come gli opuscoli fra i *Testi e documenti*, o i fogli a periodicità del tutto saltuaria e spesso ciclostilati fra i *Periodici*). Va d'altra parte precisato che già questo materiale presenta al suo interno una certa varietà, poiché la compagine comunista non era affatto omogenea. Le pubblicazioni catalogate come comuniste comprendono infatti non solo le edizioni del Partito comunista d'Italia o dei suoi militanti, ma anche quelle delle non poche figure o formazioni di dissidenti: bordighisti, trotzkisti, comunisti eretici in rotta di collisione con la linea indicata dalla Terza internazionale e applicata dalla dirigenza del partito. Insomma, nemmeno circoscrivendo il campo d'osservazione alla sola famiglia comunista si può concludere che il discorso antifascista fosse interamente subordinato agli interessi del totalitarismo sovietico. Ma per mettere in risalto la complessiva eterogeneità dell'opposizione al fascismo va valorizzato il contributo offerto anche dagli altri filoni politico-culturali. Contributo evidentemente tutt'altro che marginale anche da un punto di vista quantitativo (come si evince sempre dalla *Figura 3*). Qui si può tracciare per lo meno qualche schematica valutazione: consistente e particolarmente varia la produzione d'orientamento anarchico, con un numero di periodici inferiore solo a quelli comunisti; in buona misura espressione di una rete organizzativa il materiale socialista, benché il partito fosse spesso attraversato da contrasti destinati a tradursi in iniziative individuali anche sul piano editoriale; minoritario e composto prevalentemente da poche personalità di rilievo l'antifascismo d'ispirazione cattolica, che scontava uno stato di debolezza organizzativa, nonché soprattutto la compromissione delle gerarchie ecclesiastiche con il fascismo; altamente produttiva e composita l'area democratica, che comprendeva tradizioni politiche distinte (a partire da quella liberale e da quella repubblicana) e un'ampia serie di esperienze associative (tra le più rilevanti: la Concentrazione antifascista, la Lega italiana dei diritti dell'uomo, e soprattutto Giustizia e libertà). Ma a ben vedere, nemmeno queste molteplici correnti politiche esauriscono il paesaggio dell'antifascismo italiano, composto anche da singole figure

⁷ François Furet, *Il passato di un'illusione. L'idea comunista nel XX secolo*, Arnoldo Mondadori, Milano 1997 (ed. or. 1995), p.311. Per una recente confutazione di questa tesi, cfr. Enzo Traverso, *A ferro e fuoco. La guerra civile europea 1914-1945*, il Mulino, Bologna 2007, in: particolare pp.17, 33-4, 214-9.

difficilmente collocabili all'interno dei vari movimenti (tanto che nella bibliografia si è scelto di schedare le pubblicazioni da loro prodotte con la generica parola chiave di "antifascisti"): di particolare rilievo fu il ruolo di alcuni "grandi esuli", intellettuali di alto profilo come Giuseppe Antonio Borgese, Guglielmo Ferrero, Francesco Saverio Nitti, Gaetano Salvemini e Carlo Sforza.

Pur partendo da una comune avversione per il regime di Mussolini, le diverse culture politiche della coalizione antifascista produssero critiche e letture del fenomeno fascista solo in parte coincidenti, e anzi per molti aspetti divergenti. In questo intervento non si vuole passare in rassegna queste differenti interpretazioni, con le loro innumerevoli sfumature⁸. Piuttosto, qui è opportuno proseguire la riflessione sulle scritture antifasciste mettendone in luce alcune differenze che riguardano la forma, più che il contenuto. Come emerge dai due grafici che ordinano i risultati per famiglie (*Figura 3*) o per grandi aree politiche (*Figura 4*), le varie componenti antifasciste privilegiarono modelli espressivi differenti. L'area che si potrebbe definire "di sinistra" o "popolare" (anarchici, comunisti, socialisti) produsse un numero di testate periodiche nettamente superiore rispetto al resto della coalizione antifascista; così come, tra i testi, adottò più spesso il formato dell'opuscolo rispetto a quello del saggio. Tendenzialmente, dunque, fu soprattutto l'antifascismo "di sinistra" a privilegiare l'attività propagandistica e quindi a condurre con maggior ostinazione un'opera di indottrinamento ideologico delle masse popolari, in particolare tra le comunità dell'emigrazione italiana, ma in qualche misura anche in Italia attraverso i canali della clandestinità. Al contrario, la composita area "democratica" (nella quale si possono includere anche i cattolici e gli antifascisti senza precisa collocazione politica) dimostrò una maggior inclinazione a modalità di scrittura saggistico-interpretative, rivolgendosi prevalentemente ad altri referenti sociali, cioè in primo luogo a un pubblico colto. Non a caso, proprio dalle sue file prese il via gran parte della riflessione storiografica sul fascismo, agli esordi pubblicata prevalentemente in lingue straniere proprio perché diretta a un pubblico internazionale.

Nonostante la pluralità delle voci e delle forme espressive che componevano il coro contro il regime fascista, non appare però del tutto appropriato declinare l'esperienza al plurale, ovvero ricorrere al termine "antifascismi" per enfatizzare le profonde differenze e le reciproche diffidenze tra le singole correnti⁹. Come si accennava, infatti, l'eterogeneità dell'antifascismo italiano non implicò la rinuncia a una difficile ricerca dell'unità politica, a una complicata ma inesausta affermazione di un soggetto collettivo dotato di uno statuto unitario. Così, tra le pubblicazioni censite sono numerose quelle che denotano tale tensione unitaria e che appartengono contemporaneamente a più famiglie politiche¹⁰. Queste esperienze di collaborazione si intensificarono soprattutto dopo la svolta rappresentata dalla nascita dei fronti

⁸ Per una sintesi sulle interpretazioni del fascismo maturate dai principali filoni culturali e politici esterni all'area di consenso al regime, si rinvia a Pier Giorgio Zunino, *Interpretazione e memoria del fascismo. Gli anni del regime*, Laterza, Roma-Bari 1991.

⁹ Come ha proposto per esempio Sergio Soave, *Antifascismi*, in: *Dizionario storico dell'Italia unita*, a cura di Bruno Bongiovanni e Nicola Tranfaglia, Laterza, Roma-Bari 1996, pp.41-52.

¹⁰ Per questo motivo, nella *Figura 3* il totale dei testi e dei periodici schedati per famiglia politica è di gran lunga superiore al numero dei titoli complessivi delle due sezioni bibliografiche.

popolari, che chiuse la fase di isolamento settario del comunismo legato all'Unione sovietica. Ma non per questo tali esperienze vennero egemonizzate dal partito comunista. Piuttosto, ha osservato opportunamente Leonardo Rapone, «l'incontro del comunismo con l'antifascismo, alla metà degli anni Trenta, ha il carattere non di un' "invenzione" da parte comunista dell'antifascismo come insegna comune di una pluralità di forze, ma piuttosto della "scoperta" e della valorizzazione di una risorsa già disponibile sul mercato politico, al cui sfruttamento il movimento comunista non era parso, fino a quel tempo, particolarmente interessato»¹¹.

IV

Finora si è cercato di mettere in rilievo le eterogeneità, editoriali e politiche, del materiale a stampa antifascista. Appare a questo punto inevitabile qualche osservazione sulle dimensioni temporale e spaziale. Interrogando il catalogo bibliografico sulla produzione di testi per ogni singolo anno dell'arco cronologico adottato, si ottiene un grafico che illustra la frequenza delle pubblicazioni monografiche (*Figura 5*). Se nel complesso l'impegno editoriale mantenne una certa costanza dal 1927 fino alle soglie della Seconda guerra mondiale, due periodi appaiono caratterizzati da un maggior dinamismo. Il primo coincise con gli anni della Grande crisi, tra il 1929 e il 1932, quando in particolare lo sforzo del Partito comunista di mantenere in Italia un'organizzazione clandestina comportò l'edizione di un alto numero di testi, e soprattutto di opuscoli propagandistici, al fine di far leva sul disagio materiale delle masse. Tuttavia, lo smantellamento della rete cospirativa sotto i colpi della repressione poliziesca e giudiziaria, e la sempre più diffusa percezione che larghi strati del popolo italiano avessero ormai accettato il regime dittatoriale, determinarono una parziale diminuzione delle iniziative pubblicistiche dopo il 1932. Solo con l'esplosione della Guerra civile spagnola si aprì una seconda fase di vivacità editoriale, che ebbe il suo apice nel 1938, ma che a differenza della prima riguardò soprattutto lo scenario europeo: se fino all'avvento al potere di Hitler l'antifascismo fu principalmente un fenomeno italiano, nella seconda metà degli anni Trenta la lotta contro il fascismo assunse infatti una dimensione per lo meno continentale, se non mondiale, e trovò in Spagna il suo primo autentico campo di battaglia. Fu proprio durante gli anni della Guerra civile spagnola che la tensione unitaria trasformò le distinte forze antifasciste in una coalizione. Tuttavia, alla nuova fase di espansione dell'antifascismo fece seguito ancora una volta una congiuntura di crisi e regresso: la vittoria del franchismo, lo scivolamento dell'Europa verso una nuova catastrofica guerra e soprattutto il patto Ribbentrop-Molotov sancirono la «morte dell'antifascismo», o per lo meno di quella precaria identità unitaria che era stata da poco raggiunta¹². Il crollo della produzione

¹¹ Leonardo Rapone, *L'antifascismo tra Italia ed Europa*, in: Alberto De Bernardi, Paolo Ferrari (a cura di), *Antifascismo e identità europea*, Carocci, Roma 2004, p.5.

¹² Alberto De Bernardi, *Per una interpretazione dell'antifascismo: alcune ipotesi di indagine*, in: Giuliano Albarani, Amedeo Osti Guerrazzi, Giovanni Taurasi (a cura di), *Sotto il regime. Problemi, metodi e strumenti per lo studio dell'antifascismo*, Unicopli, Milano 2006, pp.24-56, citazione a p.48. Per una periodizzazione

editoriale nei primi anni Quaranta rappresentò solo una delle manifestazioni di questa profonda crisi dell'antifascismo.

L'interrogazione del catalogo bibliografico sui luoghi di pubblicazione dei testi e dei periodici restituisce a sua volta l'immagine dell'antifascismo italiano come esperienza a dimensione europea o – con una certa approssimazione – perfino mondiale (*Figura 6*). Come si è premesso, infatti, dopo il novembre 1926 l'azione di opposizione al regime di Mussolini proseguì su due distinti scenari: mentre in Italia rimase percorribile solo l'opzione della lotta clandestina, all'estero l'attività antifascista proseguì intrecciandosi al fenomeno dell'esilio politico. Ciò significa che fin dalla seconda metà degli anni Venti l'antifascismo italiano fu costretto a muoversi in ambienti politici europei e anche extra-europei. Sebbene in proporzioni molto diverse, la circolazione del discorso antifascista toccò così tutti i continenti, con l'eccezione dell'Asia e dell'Africa subsahariana. Se gran parte delle pubblicazioni vennero stampate in Europa – dove di fatto l'antifascismo assunse la dimensione di un vero e proprio “spazio pubblico” in cui interagivano intellettuali e politici, scienziati e artisti¹³ –, anche in America e, in misura minore, in Oceania e nell'Africa settentrionale si instaurarono alcuni centri di produzione del discorso antifascista.

Da questo punto di vista, l'Italia rappresentò un teatro tutto sommato secondario. È vero che per gli antifascisti italiani il regime di Mussolini rimase il principale campo d'osservazione del fenomeno fascista e il fondamentale terreno di scontro. Ed è vero che i luoghi di produzione del discorso antifascista non coincidevano necessariamente con i luoghi di circolazione della propaganda contro il fascismo, nel senso che alla diffusione clandestina in Italia era destinato parte del materiale stampato all'estero, o per lo meno nei paesi limitrofi. Tuttavia, dato il sistema di coercizione vigente in Italia, è assodato che il paese elettivo dell'esperienza antifascista divenne la Francia, meta principale dell'emigrazione politica italiana, dove si stampò il numero di gran lunga superiore sia dei testi che dei periodici inclusi nella bibliografia (*Figura 7* e *Figura 8*). Se Parigi rappresentò l'indiscussa capitale (qui vennero editi circa l'80% dei testi e il 75% dei periodici pubblicati in Francia), un ruolo significativo fu giocato anche da altre città, quali Marsiglia, Tolosa, Nancy, Bordeaux, Lione. La Francia, dunque, ma non solo. Pressoché in tutti i luoghi dove la presenza di comunità italiane emigrate – di antico radicamento o di più recente innesto – metteva a disposizione risorse umane e materiali, nonché un potenziale pubblico di lettori e interlocutori, maturarono iniziative antifasciste. In Europa, poli rilevanti furono presenti anche in Svizzera, in Belgio, in Gran Bretagna, in Spagna (in particolare durante gli anni della guerra civile) e in Unione sovietica (meta riservata ovviamente ai militanti comunisti). Nell'America del Nord, in Canada e in Messico, ma soprattutto negli Stati Uniti, verso i quali il flusso migratorio acquisì una consistenza crescente tra la fine degli anni Trenta e i primi anni Quaranta, tanto che, dopo l'invasione nazista della Francia, New York divenne a tutti gli effetti una seconda capitale dell'antifascismo italiano. Nell'America del Sud, soprattutto in Argentina e in Brasile, ma anche in Cile, in Uruguay e perfino in El Salvador. Nell'Africa settentrionale, in Tunisia, in Egitto, in Algeria e in Etiopia.

dell'esperienza antifascista, cfr. Leonardo Rapone, *Antifascismo*, in: *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, Einaudi, Torino 2002, vol.I, pp.70-7.

¹³ Cfr. Traverso, *A ferro e fuoco*, cit., p.212.

In Oceania, infine, in Australia. Nel complesso, questa rete a dimensione mondiale dell'antifascismo italiano comprendeva non solo grandi metropoli (Parigi e New York, Londra e Mosca, Madrid e Barcellona, Rio de Janeiro e San Paolo, Buenos Aires e Città del Messico), ma anche città di minor grandezza (fra le quali, oltre a quelle francesi già menzionate, Bruxelles e Zurigo, Ginevra e Lugano, Philadelphia e Chicago, Boston e Detroit, Montreal e Toronto, Tunisi e Melbourne). Un arcipelago di centri, in molti dei quali si riproduceva una lotta tra fascismo e antifascismo che attraversava e lacerava le locali comunità italiane.

V

Come si è già dichiarato, non era obiettivo di questo intervento ricostruire l'evoluzione del discorso antifascista, né analizzarne le molteplici identità assunte nel corso degli anni e nelle diverse condizioni geopolitiche. Tuttavia, si può brevemente accennare almeno a un'aporia di fondo che attraversò tutto o quasi il campo dell'antifascismo italiano: ovvero alla contraddizione tra un'immagine del fascismo come fenomeno effimero, barbarico, destinato alla sconfitta poiché espressione di una minoranza capace di mantenere il potere solo con la forza; e l'idea che dietro al fascismo si nascondesse invece una realtà sommersa ma primigenia della società italiana, per cui il regime appariva come una "rivelazione" del carattere e della storia nazionale, e dunque risultava saldamente radicato nel paese. Un'aporia concettuale che permeò gran parte dell'opposizione al regime, in ultima analisi perché gli antifascisti «rimasero sospesi tra il riconoscimento dei germi profondi dell'esperienza dittatoriale, da un lato, e, dall'altro, la necessità di negare quella realtà»¹⁴. Di negarla per credere ancora possibile sconfiggere il fascismo, mentre riconoscere apertamente che il regime aveva solide radici nella società e nella storia italiana avrebbe suonato come una rinuncia alla lotta, come una resa di fronte a una battaglia persa in partenza.

Ma al di là dei limiti euristici insiti in tale aporia, sollevare il tema del radicamento del fascismo nella società italiana significa affrontare una questione di fondo inerente anche all'intera esperienza antifascista. Considerando che il valore di un discorso ideologico non si misura certo con il metro della coerenza o delle potenzialità interpretative – tanto meno nel caso dell'ideologia antifascista, della quale si è sottolineato l'eterogeneità delle ispirazioni politiche, la molteplicità dei codici espressivi, l'ampiezza ma anche la frammentazione della sua circolazione -, ma semmai con quello della sua capacità di raggiungere le masse e di influenzarne la mentalità, la domanda che si pone non riguarda tanto il grado di compiutezza o di congruenza delle problematiche trattate dall'antifascismo, quanto piuttosto l'efficacia della pubblicistica antifascista nella lotta contro il regime di Mussolini. Quale fu, insomma, la funzione storica dell'ampia mole di scritti contro il fascismo – testi, documenti, periodici – pubblicati tra il 1926 e il 1943, nonostante la loro varietà e la tensione irrisolta tra eterogeneità e necessità di un processo unitario?

Ora, se si parte dalla constatazione del carattere totalitario del fascismo, e se si tiene presente la potenza della macchina propagandistica costruita dal regime, che si serviva

¹⁴ Zunino, *Interpretazione e memoria del fascismo*, cit., p.68.

non solo della parola scritta ma anche di tutti i moderni mezzi di comunicazione di massa¹⁵, è difficile pensare che il materiale a stampa dell'antifascismo riuscì davvero nell'impresa di influenzare l'opinione pubblica italiana, di incrinare il rapporto tra società italiana e regime, ovvero di sottrarre al fascismo una parte consistente dell'"atmosfera sociale" da esso controllata¹⁶. Si può insomma condividere la drastica affermazione fatta recentemente da Paul Corner: nelle condizioni vigenti nell'Italia fascista, «l'antifascismo, fatta eccezione per pochi relativamente privilegiati o per altrettanto pochi molto eroici, era un'opzione in realtà inesistente»¹⁷. La funzione dei testi e dei periodici antifascisti fu allora un'altra: fu quella di mantenere in vita un discorso e una rete cospirativa, in grado di polarizzare il malcontento verso il fascismo quando quest'ultimo entrò in crisi. Attraverso la circolazione degli scritti contro il fascismo, si garantì l'esistenza di un patrimonio di esperienze organizzative, di basi culturali, di contaminazioni ideologiche, che consentì sia la rinascita della democrazia in Italia, sia un ripensamento della democrazia novecentesca in diversi paesi europei¹⁸. Gli scritti antifascisti non proponevano dunque solo discorsi "contro il fascismo", ma anche la complessa elaborazione di una proposta politica innovativa, nel tentativo di confrontarsi con le trasformazioni sociali e culturali della modernità. Erano insomma dei «documenti di un pensiero in formazione»¹⁹. È in questa direzione che si stanno muovendo le più recenti ricerche storiografiche sul fenomeno dell'antifascismo, nella convinzione che, nell'arco della sua storia, gli anni dal 1926 al 1943 rappresentino un periodo di «preparazione alla politica»²⁰, la fase di fondazione di un processo di democratizzazione.

¹⁵ Per un quadro sugli strumenti e sull'organizzazione della propaganda fascista, rimane un'opera fondamentale il lavoro pionieristico di Philip V. Cannistraro, *La fabbrica del consenso. Fascismo e mass media*, Laterza, Roma-Bari 1975.

¹⁶ Sulla costituzione di un ferreo monopolio ideologico da parte del regime fascista, cfr. Pier Giorgio Zunino, *L'ideologia del fascismo. Miti, credenze e valori nella stabilizzazione del regime*, il Mulino, Bologna 1985 (in particolare pp.35-62, 385-94), che rinvia a Barrington Moore per il concetto di "controllo dell'atmosfera sociale".

¹⁷ Paul Corner, *Fascismo e controllo sociale*, in: "Italia contemporanea", 228, 2002, p.403.

¹⁸ Cfr. Simone Neri Serneri, "Guerra civile" e ordine politico. *L'antifascismo in Italia e in Europa tra le due guerre*, in: De Bernardi, Ferrari (a cura di), *Antifascismo e identità europea*, cit., pp.78-105. Tra gli storici italiani, è stato in particolare Franco De Felice, *Antifascismi e resistenze*, in: "Studi storici", 36, 1995, pp.597-638, a insistere opportunamente sulla necessità di allargare lo studio dell'antifascismo oltre i confini nazionali per collocarlo in una dimensione europea.

¹⁹ Leonardo Rapone, *Tendenze della ricerca contemporanea sull'antifascismo*, in: Albarani, Osti Guerrazzi, Taurasi (a cura di), *Sotto il regime*, cit., pp.164-74, citazione a p.166.

²⁰ *Ibidem*.

Appendice

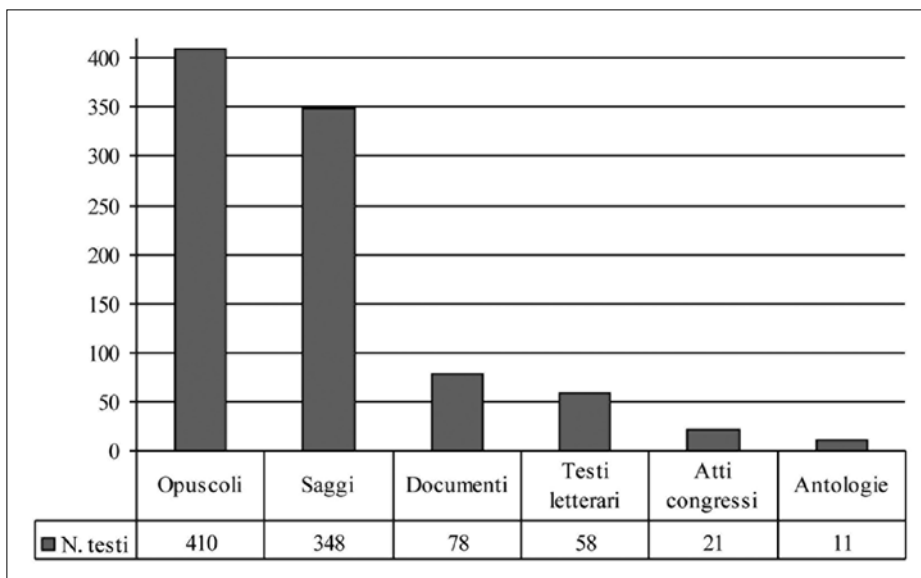


Figura 1 – Numero di testi per tipologia

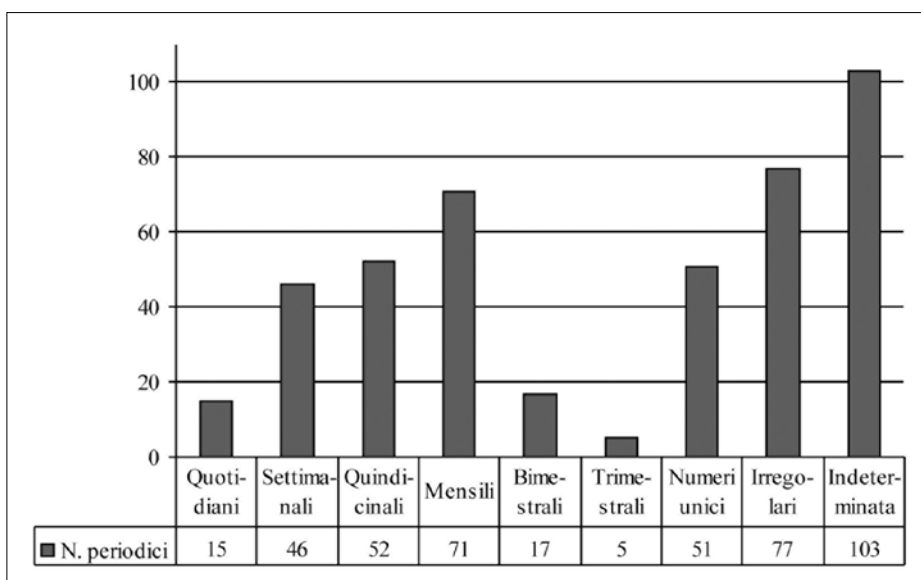


Figura 2 – Numero di periodici per tipo di periodicità

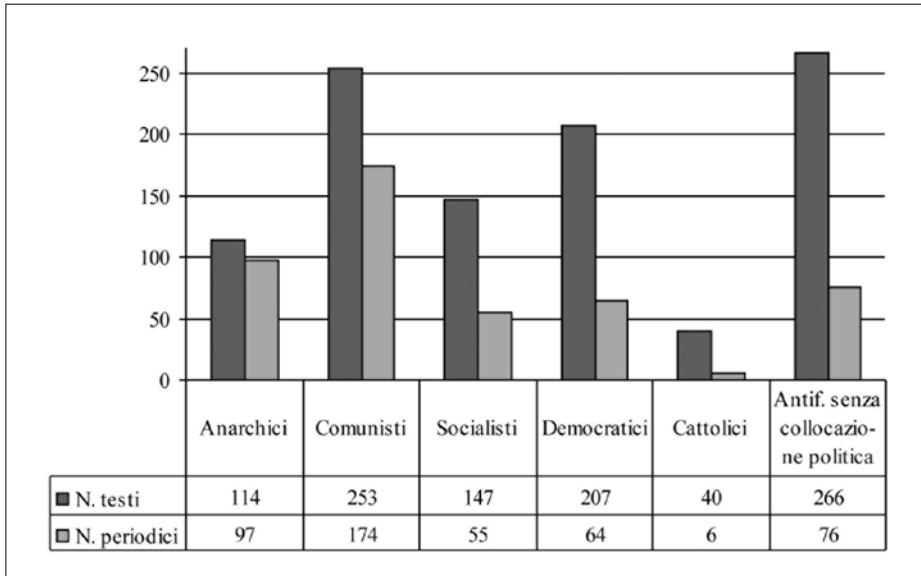


Figura 3 – Numero di testi e di periodici per famiglia politica

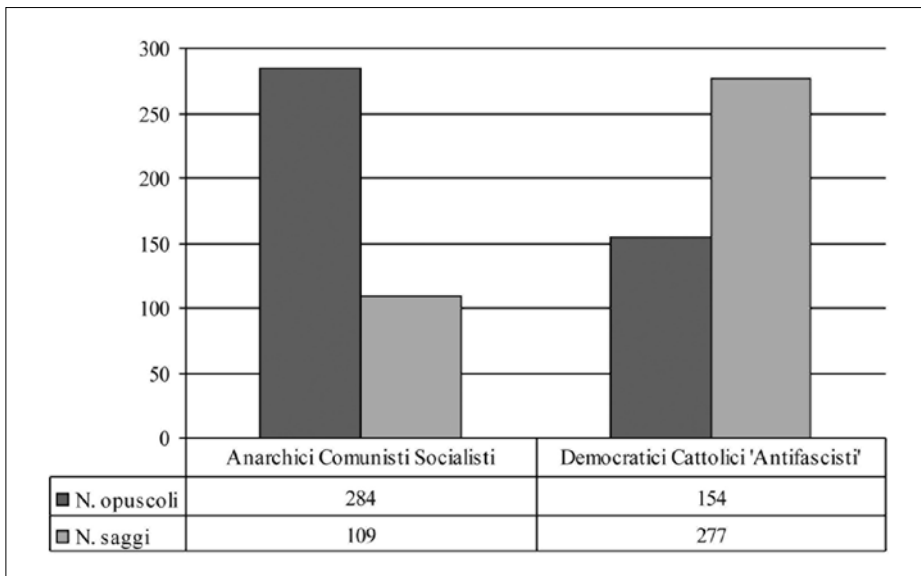


Figura 4 – Numero di opuscoli e di saggi per area politica

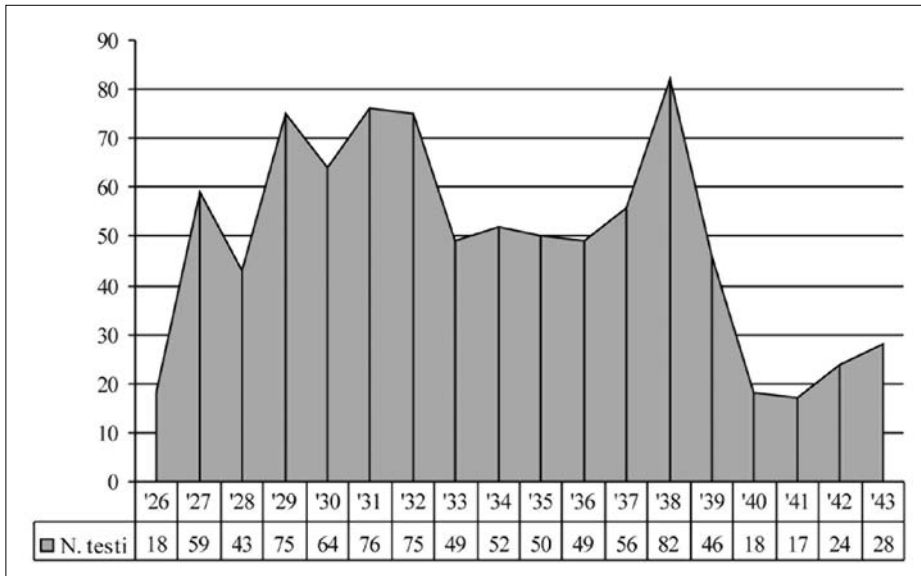


Figura 5 – Numero di testi per anno

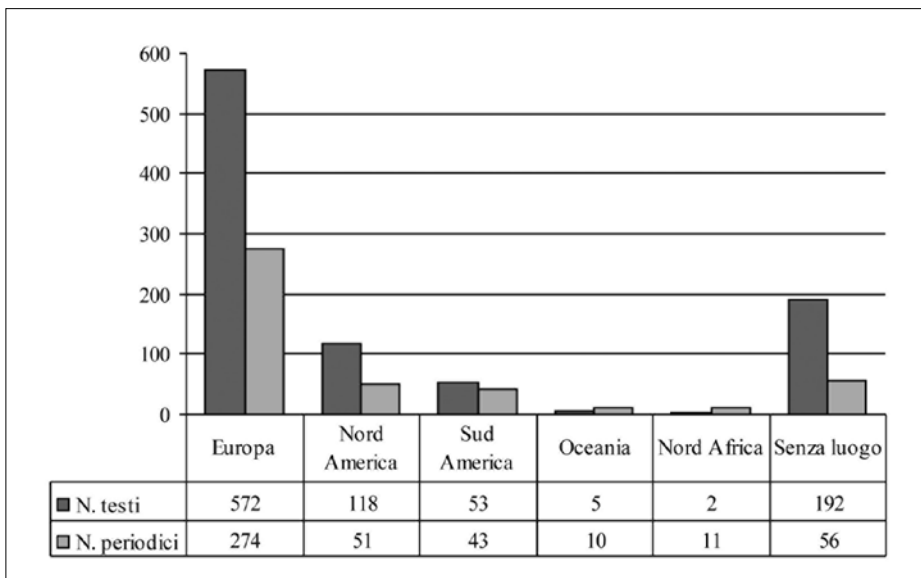


Figura 6 – Numero di testi e di periodici per continente di pubblicazione

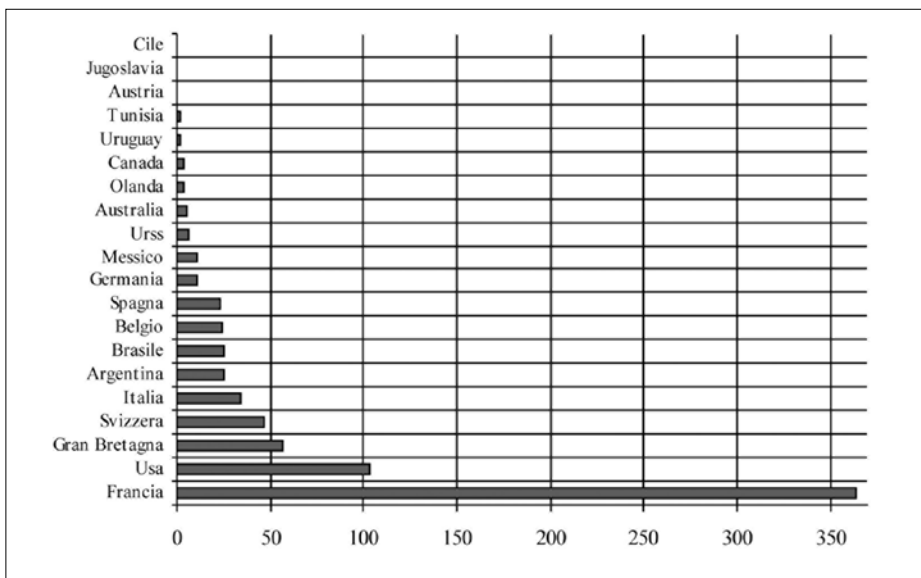


Figura 7 – Numero di testi per paese di pubblicazione

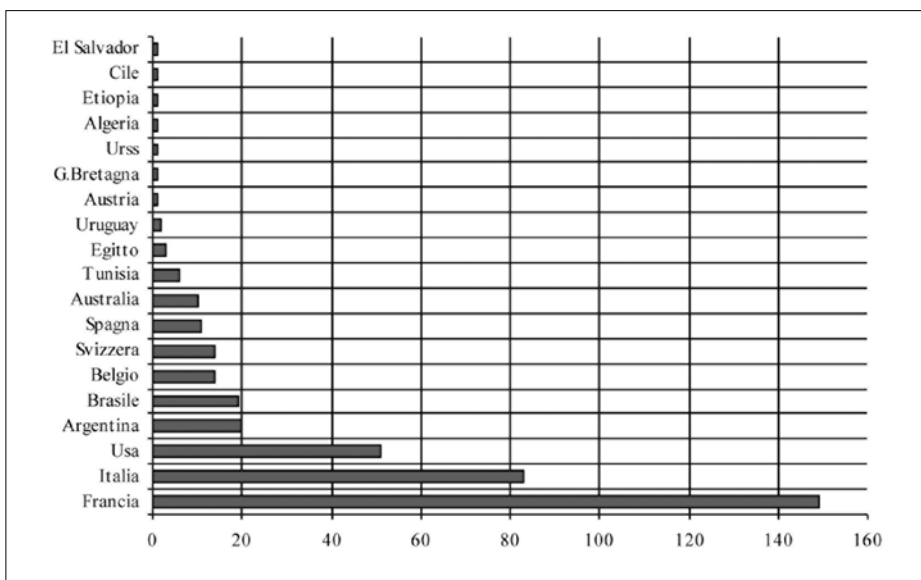


Figura 8 – Numero di periodici per paese di pubblicazione

(Página deixada propositadamente em branco)

O MODELO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO NOVO (1933-1962)

1. Introdução

A aparente unanimidade sobre a fragilidade do Estado-Providência em Portugal, sobretudo quando comparado com os modelos de protecção social de outros países mais desenvolvidos, não encontra paralelo nas leituras contraditórias que dele se fazem, nomeadamente quando se procuram explicações diacrónicas e sincrónicas para a sua deficiente consolidação. As dificuldades, neste caso, avolumam-se pelo facto de o percurso da previdência social em Portugal ser tudo menos linear. É possível encontrar, durante o período de vigência do Estado Novo – mesmo na sua primeira fase, em que se pretendeu fazer passar a ideia de estarmos perante um modelo de previdência original – influências de modelos internacionais com características bem divergentes. Assim, estudos recentes evidenciam que, se os modelos de segurança social inglês e alemão influenciaram os Seguros Sociais (1919) da I República, também o sistema italiano serviu de referência à primeira fase do regime de previdência social corporativo (1933-1960), tal como o último período do Estado Novo foi marcado por fortes influências do modelo francês¹.

Neste contexto, têm vindo a ganhar particular relevância os estudos sobre o papel do Estado no desenvolvimento das políticas sociais, emergindo o conhecimento do passado como uma espécie de laboratório (ou mesmo, nalguns casos, como uma espécie de ajuste de contas daquilo que se fez bem ou mal numa área onde estão em causa solidariedades entre as diferentes gerações) que legitimem soluções para os problemas actuais do Estado-Providência. A nossa ambição com este estudo é, contudo, bem mais modesta. É nosso propósito analisar o modelo de previdência social instituído pelo Estado Novo – mais precisamente a sua primeira fase de construção, entre 1933 e 1962, dado que, como é sabido, a Lei n.º 2115 abriu um novo período da segurança social em Portugal² – evidenciando, por um lado, aquilo que o diferenciava do sistema de «Seguros Sociais» herdado da I República e, por outro, a sua estreita ligação ao

¹ A este propósito, cf. Guibentif, 1977.

² É opinião mais ou menos unânime entre os estudiosos da segurança social em Portugal que a Lei n.º 2115, de 18 de Junho de 1962, representou muito mais do que uma simples reorganização do modelo de previdência instituído em 1935. Pelo contrário, o diploma referido instituiu um modelo de previdência

corporativismo nascente. Teremos, assim, oportunidade de verificar que o modelo inicial de previdência social do Estado Novo, plasmado na constituição de 1933 e em especial no Estatuto do Trabalho Nacional (1933), tem a marca ideológica do pensamento social católico. Com efeito, o sistema de previdência social instituído em 1935 assenta numa concepção caritativa de assistência social e aproxima-se mais da matriz social católica e corporativa, do que propriamente do pensamento liberal clássico³.

No momento do balanço pelos resultados conseguidos pela previdência social neste período, não deixaremos de ter em conta um debate instalado que não poupa críticas aos níveis de protecção social conseguidos, tanto em termos absolutos, como relativamente ao que, na altura, se passava noutros países europeus⁴. De igual modo, teremos em consideração os que consideram que, apesar de tudo, foi o Estado Novo que implementou pela primeira vez um sistema de previdência social. E que, tendo em conta a realidade do país, «alguma razão assistia ao desfavor com que o salazarismo olhava o providencialismo estatal»⁵. Posições divergentes que necessitam de ser avaliadas com a informação disponível, sem juízos de valor anacrónicos nem preconceitos ideológicos, procurando de forma objectiva compreender a arquitectura política da previdência social implementada pelo Estado Novo.

2. A Assistência e a Previdência Social antes do Estado Novo

A forma, como em cada momento histórico, as sociedades encaram as chamadas questões sociais e, sobretudo, como na prática se mobilizam (individual e colectivamente) para encontrar as soluções para as resolver, acabam por ser, no fundo, um indicador importante do seu grau de desenvolvimento económico, social, político, cultural e mesmo ético. Em Portugal, como, aliás, na generalidade dos países europeus, só durante o século XIX é que, paulatinamente, se vai interiorizando a ideia que competia aos poderes públicos assumir, de uma forma organizada, um papel mais activo no campo da protecção social. Até então, todo o tipo de pobreza esteve dependente da caridade individual dos mais poderosos e, muito em especial, das instituições ligadas à Igreja católica. De facto, excepção feita a algumas instituições como a Casa Pia de Lisboa (1780), só em 1835, com a criação do Conselho Geral da Beneficência, é que o Estado desenvolveu um conjunto de várias instituições públicas de assistência social, como “asilos de infância”, “asilos de mendicidade”, “asilos para velhos e inválidos”, “casas de correcção”, bem como outros estabelecimentos para portadores de deficiências várias⁶. Estamos agora perante uma nova concepção de assistência, procurando assumir-se como pública e geral. Contudo, estamos ainda longe de um princípio fundamental em que os poderes públicos entendem a assistência como um direito do indivíduo.

radicalmente diferente do sistema corporativo concebido em 1933-1935. A este respeito, cf. Santos et al, 1998: 55; Maia, 1985: 58-59.

³ Patriarca, 1995, vol. II: p. 639.

⁴ Neste sentido, cf. Santos et al, 1998.

⁵ Lucena (1999-2000: 166) apresenta uma pequena síntese das posições contraditórias sobre o papel desempenhado pela Previdência Social durante o Estado Novo.

⁶ Cf. Maia, 1985: 20; Lopes, 1993: 501-515; Lopes, 2000.

As causas da pobreza continuarão, durante muito tempo ainda, a ser entendidas como uma questão individual e de costumes viciosos, subalternizando claramente as vertentes económicas e políticas do problema. Neste sentido, não admira que o Estado continuasse a entender a sua intervenção social como uma «obrigação moral» para com os mais desfavorecidos, demonstrando deste modo que, como qualquer indivíduo caridoso, também possuía as virtudes da caridade.⁷ Porém, mesmo este tímido alargamento do papel do Estado na assistência social esteve muito longe de ser consensual. Os defensores mais ortodoxos da doutrina liberal clássica iriam continuar a ver na protecção pública, mesmo dos mais indigentes, uma interferência inaceitável do Estado no livre jogo das leis do mercado.

O agravamento das questões sociais, por via da industrialização e da desestruturação das sociedades rurais tradicionais, cedo evidenciaram, porém, as fragilidades do modelo de protecção social do Estado Liberal. Talvez por isso, a implantação da I República, em 1910, abriu caminho a um novo compromisso do Estado com as políticas sociais. A constituição de 1911, por exemplo, começou por colocar em pé de igualdade o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, com «o direito à assistência pública». Porém, não obstante as boas intenções republicanas, só em 1919 é que viria a ser aprovado um importante pacote legislativo (nada menos que cinco diplomas⁸) que, apesar dos seus fracos resultados práticos, instituiria uma concepção mais interventiva e abrangente do Estado na assistência e previdência social. Com efeito, os «Seguros Sociais Obrigatórios» de 1919 pretendiam, na sua ambiciosa arquitectura, abranger os riscos de doença, acidentes de trabalho, pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. Caso esta reforma tivesse tido condições económicas, sociais e políticas para vingar, Portugal passaria a «ser o único país do mundo que, a partir de então, tornava este seguro obrigatório para todos os trabalhadores, independentemente da profissão exercida». E o mesmo aconteceria «em relação ao seguro social obrigatório na invalidez e na velhice»⁹. Porém, como tantas vezes aconteceu com outras reformas, também neste caso a realidade económica e social do país estava longe de corresponder ao voluntarismo dos legisladores republicanos. De tal modo que, excepção feita aos seguros de acidentes de trabalho – que tinha tradição e acabava por ser uma responsabilidade dos patrões¹⁰ –, os restantes seguros praticamente não chegaram a sair do papel.

O balanço sobre os efeitos práticos dos «Seguros Sociais» da I República é, como acabamos de ver, muito negativo. Ainda assim, este insucesso acabou por ter o mérito de, pela primeira vez, se ter tentado entre nós erguer um sistema de seguros sociais e, por via disso, servir para que a ideia de desenvolver a previdência social, à semelhança

⁷ Lopes, 1993: 502.

⁸ Em 10 de Maio de 1919, o governo aprovou e fez publicar em vários suplementos do Diário do Governo os cinco diplomas: Decreto n.º 5 636 «Seguro Social Obrigatório na Doença»; Decreto n.º 5 637 «Seguro Social Obrigatório nos Desastres no Trabalho»; Decreto n.º 5 638 «Seguro Social Obrigatório na Invalidez, Velhice e Sobrevivência»; Decreto n.º 5 639 «Bolsas Sociais do Trabalho»; Decreto n.º 5 640 «O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral».

⁹ Maia, 1985: 41 (nota n.º 61 e 62).

¹⁰ De acordo com Maia (1985: 39) o decreto n.º 5637, de 10 de Maio de 1919, ao alargar a todos os trabalhadores por conta de outrem o «seguro social obrigatório nos desastres do trabalho» deu um passo positivo relativamente à lei n.º 83, de 1913.

do que vinha acontecendo noutros países, nunca mais deixasse de ser considerada. Por outro lado, como veremos adiante, toda a legislação preparada pelo Estado Novo, sobre esta matéria, acabou por ser uma espécie de «contraponto» da experiência republicana. Pedro Teotónio Pereira, subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social entre 1933 e 1936 e um dos principais mentores do modelo de previdência social do Estado Novo, foi quem melhor utilizou as supostas debilidades do sistema de Seguros Sociais republicano, até como forma de legitimação, diga-se, do modelo corporativo de previdência social. No seu entender, «o processo estatista dos seguros» foi «um erro dos mais nefastos». Caso se tivesse mantido «por muito tempo o critério corrente dos seguros sociais», entendia ainda o governante, «caminharíamos a passos certos para mais uma espécie de escravidão: a duma minoria que produzisse e trabalhasse para sustentar e garantir o futuro da massa, todos os dias crescente, dos que, juntando-se aos verdadeiros desempregados, aos verdadeiros doentes, aos verdadeiros inválidos, procurariam arranjar maneira de levar a vida direita»¹¹.

Nesta crítica de Teotónio Pereira aos Seguros Sociais da I República estão, por oposição, bem explícitos os fundamentos teóricos do modelo de previdência social instituído pelo Estado Novo, nomeadamente quanto ao papel do Estado. Como veremos de seguida, o modelo de previdência edificado pelo Estado Novo nada tinha que ver com uma concepção de Estado-Providência. Pelo contrário, lembrou a este propósito Manuel Lucena, todo o edifício legislativo (constituição incluída) que comportava a previdência social do Salazarismo tem um único sentido: «o Estado, no plano financeiro, nada arrisca; não se conta com ele para assegurar a cobertura dos riscos e a expansão do sistema»¹².

3. O Estado corporativo e a instituição da Previdência Social em Portugal

O Estado Novo assumiu, após a aprovação da constituição de 1933, a natureza corporativa. Esta forma de organização política «desvaloriza as pessoas individualmente consideradas, conferindo antes relevância às sociedades primárias constituídas pelas comunidades naturais (a família, a freguesia, o concelho, a profissão) e pelas associações voluntárias com interesses próprios a respeitar»¹³. As soluções para as questões sociais vão ser encontradas no quadro do sistema corporativo que, como é sabido, pretendeu ser nesta matéria uma terceira via que recusava tanto as propostas do liberalismo como as do socialismo. De acordo com isso, a constituição de 1933 definia que passava a ser incumbência do Estado «coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais e zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas»¹⁴. E no âmbito concreto da previdência social, limita-se a consignar que o Estado corporativo «promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e

¹¹ Pereira, 1937:50.

¹² Lucena, 1976, Vol. I: 381.

¹³ Carreira, 1996: 16.

¹⁴ Constituição de 1933, artigo 6.º.

mutualidade»¹⁵. Como é bom de ver, este preceituado genérico e ambíguo inscrito na lei fundamental «restringe», no que concerne à previdência social, «o alcance dos fins do Estado»¹⁶, retirando-lhe qualquer responsabilidade na participação e no financiamento do sistema.

A Constituição da República Portuguesa (aprovada por plebiscito em 19 de Março de 1933) e o Estatuto do Trabalho Nacional publicado meio ano depois¹⁷ passarão a ser as principais referências programáticas e ideológicas da política social a desenvolver pelo Estado Novo. A 23 de Setembro de 1933, foram ainda promulgados os decretos de criação dos Grémios, dos Sindicatos, das Casas do Povo, das Caixas Económicas e do Instituto do Trabalho e da Previdência, legislação importante para a constituição do sistema corporativo. Por sua vez, ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, criado em 23 de Setembro de 1933, competia instituir a Previdência Social em Portugal, de acordo com o novo modelo de organização corporativa do trabalho.

O Estatuto do Trabalho Nacional, principal referência do modelo de previdência social a implementar no sistema corporativo, traça nos seus artigos 34.º, 48.º e 49.º e 50.º a profundidade da reforma a empreender: relativamente ao passado herdado da I República, propõe uma ruptura total com o princípio unitário e tendencialmente universal dos Seguros Sociais Obrigatórios, em favor de uma assumida realização progressiva da previdência social («como as circunstâncias o forem permitindo»), sendo da responsabilidade dos organismos corporativos a iniciativa, organização e administração das instituições de previdência, cabendo a estas, agora de forma gradualista, «defender os trabalhadores na doença, na invalidez e no desemprego involuntário e também garantir-lhes pensões de reforma» (art. 48.º).

Definido o quadro institucional e programático, em Janeiro de 1935 foi apresentada na Assembleia Nacional a proposta do governo que daria lugar à lei n.º 1884, publicada em 16 de Março de 1935, dando-se assim início a um novo modelo de organização da previdência social em Portugal. De acordo com o novo diploma, a previdência social desenvolver-se-ia em quatro categorias:

- 1.ª Categoria: Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos;
- 2.ª Categoria: Caixas de Reforma ou de Previdência;
- 3.ª Categoria: Associações de Socorros Mútuos;
- 4.ª Categoria: Instituições de Previdência.

Antes de nos determos, ainda que de forma sucinta, sobre cada uma das categorias apresentadas, importa referir o seguinte: verdadeiramente nova e corporativa só aquilo que a lei gizou para as Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos, com a criação, no quadro do edifício corporativo, das Caixas Sindicais de Previdência; Caixas de Previdência das Casas do Povo e Casas dos Pescadores. Antes de 1933, as

¹⁵ Constituição de 1933, artigo 41.º

¹⁶ Maia, 1985: 44. Relativamente ao mesmo assunto, Lucena (1976, Vol. I: 385) escreveu que os preceitos constitucionais «desenham um horizonte elástico sem propriamente definir uma via. Permitem ao Estado entrar ou sair da Previdência (e mais ou menos) consoante for achando por bem».

¹⁷ Dec. –Lei n.º 23 053, de 23 de Setembro de 1933.

restantes três categorias definidas na lei já existiam no terreno, limitando-se a lei a prever a sua integração no novo sistema¹⁸.

3.1. Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos

Da 1.^a categoria de instituições de previdência previstas na lei n.º 1884 faziam parte, como referimos, as Caixas Sindicais de Previdência (criadas nos termos do artigo 48.º do Estatuto do Trabalho Nacional); as Caixas de Previdência das Casas do Povo; as Caixas das Casas dos Pescadores.

As Caixas Sindicais de Previdência seriam constituídas por iniciativa dos Grémios e Sindicatos Nacionais e respectivas federações, mas só adquiriam efectiva personalidade jurídica quando vissem aprovados, pelo subsecretário de Estado das Corporações, os respectivos estatutos. Competia ainda ao Estado, de acordo com regulamento das caixas sindicais de previdência¹⁹, «estabelecer ou sancionar a medida e a forma» das contribuições, que obrigatoriamente recaíam sobre patrões e trabalhadores. As Caixas Sindicais de Previdência destinavam-se aos trabalhadores subordinados do comércio e da indústria e pretendiam assegurar a sua protecção «na doença, na invalidez, no desemprego involuntário e também garantir-lhe pensões»²⁰. O seu financiamento seria exclusivamente assegurado pelas contribuições dos patrões e trabalhadores, não fazendo a lei qualquer referência à comparticipação do Estado. Previa, isso sim, a lei n.º 1 884 que apenas devidamente autorizadas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência é que as caixas sindicais poderiam «adoptar outros esquemas acessórios de previdência» (art.º 4.º, § 1.º) e mesmo a protecção contra o desemprego involuntário só poderia fazer-se «nos termos determinados em diploma especial» (art.º 4.º, § 2.º).

No que diz respeito às Casas do Povo, também elas integradas nas instituições de previdência dos organismos corporativos, o diploma²¹ de 1933 que as constituiu previa que as finalidades de previdência se fizessem através da criação de mutualidades, resultando daqui a criação das Caixas de Previdência das Casas do Povo²². Assim, no início as Casas do Povo não se ocupavam directamente da previdência, passando apenas a fazê-lo, a partir de 1940, com a extinção das caixas que haviam sido constituídas junto das respectivas Casas do Povo²³. No período anterior a 1940, apenas podiam inscrever-se nas respectivas caixas, e de forma voluntária, os trabalhadores rurais; posteriormente aquela data, foram abrangidos todos os trabalhadores que, na área abrangida pela Casa do Povo, partilhassem com os trabalhadores rurais o mesmo estilo

¹⁸ Maia, 1985: 46.

¹⁹ Dec. n.º 25 935 de 13 de Outubro de 1935.

²⁰ Estatuto do Trabalho Nacional, Decreto-lei n.º 23 048 (23 de Setembro de 1933), art. 48.º.

²¹ Decreto-lei n.º 23 051 de 23 de Setembro de 1933.

²² Maia, 1985: 48.

²³ A extinção das Caixas e a assunção directa pelas Casas do Povo da previdência, decorreu do Decreto-lei n.º 30 710, de 29 de Agosto de 1940.

de vida, incluindo os produtores agrícolas e demais trabalhadores por «conta própria», «desde que se encontrassem em certas condições económicas»²⁴.

As Casas do Povo foram consideradas pelos principais ideólogos do corporativismo como fazendo parte de uma solução interclassista ideal para um mundo rural onde, nos seus entenderes, a luta de classes não fazia qualquer sentido. Porém, estes «organismos de cooperação social» estiveram muito longe de corresponder às expectativas do legislador. Criadas para um suposto universo de mais de quatro mil freguesias rurais, em 1959 só abrangiam 1235 freguesias, representando cerca de 35% do total. Perante esta escassez de cobertura territorial, não admira que os associados representassem, no início da década de 60, «apenas 20% (251 mil) dos chefes de família susceptíveis de enquadramento e 17% (361 mil) das pessoas a seu cargo»²⁵. De acordo com este quadro, o balanço da previdência nas Casas do Povo foi no mínimo decepcionante. Acresce a isto que, «nas Casas do Povo, a previdência propriamente dita apenas compreendia a protecção na doença (assistência médica e subsídios de curta duração, num máximo de noventa dias, de 40% do salário nos primeiros trinta, 30% nos restantes) e um subsídio por morte»²⁶. De facto, este sistema de previdência das Casas do Povo, assente numa base contributiva de pobreza e sem qualquer esforço por parte do Estado, só podia gerar benefícios também eles pobres²⁷.

As Casas dos Pescadores, igualmente previstas na lei n. 1 884, que criou as instituições de previdência, apenas foram autorizadas a constituir-se em 11 de Março de 1937²⁸. O diploma da sua criação, tal como aconteceu com as Casas do Povo, também previa que tivessem finalidades de Previdência. E, tal como as Casas do Povo, também se integravam nos objectivos corporativistas. Naquilo que desde cedo se distinguiram das suas congéneres rurais foi na qualidade dos benefícios. Abrangendo um número muito menor de casas e de associados e porque desde cedo os responsáveis políticos sentiram a necessidade de se precaver contra alguma conflitualidade, as casas dos pescadores puderam exercer uma protecção na prática bem mais generosa. Para isso contaram com a Junta Central dos Pescadores – «bem inserida no subsistema de poder liderado pelo comandante (depois Almirante) Henrique Tenreiro» – e com o financiamento do “Fundo Comum”, através do Ministério da Marinha²⁹. Insistindo na comparação com as Casas do Povo, é possível ver a situação menos favorável destas através dos seguintes dados: «em 1959, a Junta Central das Casas dos Pescadores dispôs de cerca de dez mil e quinhentos contos, contra doze mil» da Junta Central das Casas do Povo³⁰. E se tivermos em conta as acções sociais realizadas, no domínio

²⁴ Maia, 1985: 49.

²⁵ Lucena, 1999-2000, Vol. IX.

²⁶ Lucena, 1999-2000, Vol. IX.

²⁷ Em 1933, refere Lucena (1999-2000, Vol. VII), «os sócios efectivos deviam cotas de 1 escudo por mês; em 1940, triplicando esta soma, o Estado quis fazer com que o dever de cotizar fosse cumprido, proibindo os patrões de dar emprego aos faltosos. (...) Quanto aos protectores, depois ditos contribuintes, pagavam desde 1933, também mensalmente, pelo menos cinco escudos, deixando-se ao arbítrio deles eventuais aumentos».

²⁸ Lei n.º 1 953.

²⁹ Lucena, 1999-2000, Vol. VII: 253.

³⁰ Lucena, 1999-2000, Vol. VII: 253.

da previdência e da assistência, as diferenças são ainda mais elucidativas: em 1959, «a despesa com os pescadores (em subsídios, pensões, habitações, centros sociais e escolas) foi superior a oito mil contos, ao passo que as despesas do fundo comum das casas do povo andaram pelos seis mil, previdência e educação reunidas»³¹. Acrescente-se a isto o facto de a classe dos pescadores ser muito heterogénea. E assim sendo, muito embora a generalidade dos pescadores tivesse uma protecção de previdência semelhante aos rurais, entre os homens do mar ligados à pesca do bacalhau e mesmo do atum – pescadores com maior capacidade contributiva – foi onde mais cedo se verificou o acesso a pensões de velhice e de abono de família. De acordo com Álvaro Garrido, «a instituição de fundos de reforma e dos abonos de família não só se destinou antes de mais aos pescadores de bacalhau e suas famílias, como na “grande pesca” atingiu maior número de beneficiários. [...] Em 1950, cerca de 68% do total de beneficiários de pensões de reforma e abonos eram ou haviam sido pescadores de bacalhau»³².

3.2. Instituições de previdência da 2.^a Categoria: caixas de reforma ou de previdência.

As caixas de reforma e previdência pouco tinham que ver com a concepção corporativa de previdência. Criadas em 1937, abrangiam trabalhadores de «determinadas profissões ou serviços especializados» e colaboradores de uma só empresa. No primeiro caso, são exemplos conhecidos de instituições desta natureza as que, na altura, foram criadas pelos trabalhadores da indústria do arroz e dos profissionais dos seguros ou mesmo de profissões liberais como advogados, médicos, engenheiros e despachantes de Alfândega; e como «pessoal de uma só empresa», temos o caso dos trabalhadores da CUF, dos empregados do Banco de Angola e a dos empregados da Companhia das Águas de Lisboa³³.

As Caixas de Reforma ou de Previdência não tinham, como referimos, origem corporativa – existindo casos de contribuintes de profissões liberais que nada tinham que ver com o perfil corporativo –, viviam das contribuições dos interessados e podiam ser criadas por iniciativa destes ou por iniciativa do governo. Em geral, estas caixas asseguravam a protecção na doença, invalidez e velhice.

3.3. Instituições de Previdência de 3.^a categoria

A Lei n.º 1884, que vigorou até 1962, previa a continuidade das Associações de Socorros Mútuos, ainda que a mesma lei deixasse claro também a sua progressiva integração na arquitectura de previdência do Estado Novo. Aliás, o artigo 14.º da referida lei diz expressamente que as instituições de 3.^a categoria estão sujeitas (tal como as de 1.^a e 2.^a categoria) «à fiscalização do INTP, recebendo destes [inclui

³¹ Lucena, 1999-2000, Vol. VII: 253.

³² Garrido, 2004: 217-218.

³³ Cf. Lucena, 1999-2000, Vol. IX: 154.

o Sub-Secretariado do Estado das Corporações e Previdência Social) as instruções convenientes ao seu aperfeiçoamento e consolidação»³⁴.

Tal como outras actividades associativas, refere Helena Mouro, «o mutualismo tornou-se também alvo de um processo forçado de disciplinarização política». De acordo com a mesma autora, através do decreto n.º 20 944, de 27 de Fevereiro de 1932 as associações de socorros mútuos passaram a ser designadas por «instituições de previdência», sendo assim «obrigadas a adaptarem-se às novas regras de funcionamento político», ficando as associações mutualistas «limitadas a terem de se precisar e de se circunscrever a uma concepção meramente assistencial»³⁵. Não restam dúvidas, portanto, que a vontade de subordinar o movimento cooperativo à organização corporativa já tinha começado mesmo antes da sua institucionalização, limitando-se a lei n.º 1 884 de 1935, que cria a previdência social, a tornar mais claro o grau de integração e de subordinação.³⁶

3.4. Instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos Administrativos.

Tal como para as associações de socorros mútuos, a lei n.º 1 884 de 16 de Março de 1935 prevê (art. 1.º§ 5.º) que possam continuar a reger-se por legislação especial, «sem prejuízo da sua gradual integração no plano de previdência social, que ao Estado incumbe estabelecer». As Instituições de «Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos Administrativos» destinavam-se especificamente aos funcionários públicos, civis ou militares, e a outros que estivessem ao serviço do Estado e dos corpos administrativos. A inscrição dos interessados nas respectivas caixas «era facultativa para certas instituições e obrigatória para outras»³⁷.

4. Balanço do modelo de previdência social do Estado Novo

Enunciados que foram os principais propósitos dos diplomas que deram corpo ao edifício da previdência social, podemos agora fazer um balanço dos resultados conseguidos e analisar as concepções ideológicas e políticas que estiveram subjacentes ao modelo de previdência social do Estado Novo. Já tivemos oportunidade de referir que o modelo corporativo de previdência social se afastava deliberadamente da concepção dos Seguros Sociais (1919) da I República. Aliás, vincar aquilo que distinguia a previdência social do modelo republicano – considerado, por Teotónio Pereira, como «estatista», «socializante» e «aventureiro», tendo apenas como propósito «seduzir o proletariado»³⁸ -, foi também uma maneira hábil e instrumental do Estado Novo de fazer passar as suas

³⁴ Mouro, 2001: 193.

³⁵ Mouro, 2001: 193.

³⁶ Cf. Lucena, 1999-2000, Vol. IX: 154.

³⁷ Maia, 1985: 50.

³⁸ Pereira, 1937: 49.

concepções corporativas de política social. Porém, o Salazarismo não se limitou (longe disso) a ter uma posição reactiva quanto à arquitectura de previdência social a edificar, tinha sobre esta matéria concepções claras e bem fundamentadas ideologicamente³⁹. Para Teotónio Pereira, «os nossos problemas de previdência social» não seriam resolúveis por «sugestões de escola nem por imitação do alheio». Era necessário «integrá-los no movimento corporativo», abandonando a «ideia duma caixa burocrática, complacente e passiva, deixando de tratar com o Estado e com os dinheiros públicos – fáceis tentadores de abusos e de apetites ruins – o trabalhador passava a olhar a organização de previdência do seu agregado profissional como uma obra sua, a que tem ligados o seu sacrifício, a sua responsabilidade e a sua esperança»⁴⁰. Ao Estado, por sua vez, competia «acompanhar de perto o desenvolvimento dos novos organismos, definindo a sua feição técnica, auxiliando a formação do ambiente de solidariedade, rodeando-os do prestígio e da solidez que são indispensáveis»⁴¹.

Justifica-se a longa citação, pois nela é possível encontrar todos os ingredientes ideológicos e programáticos do modelo de previdência social que o Estado Novo se propunha edificar. E neste sentido, se é legítimo questionar as contradições inerentes ao modelo e os fracos resultados conseguidos – sobretudo se os compararmos não com aquilo que existia antes, mas com o desenvolvimento que a segurança social ia tendo noutros países –, já nos parece descabido pensar-se que o Estado Novo não se preocupou em ter uma política social⁴². De igual modo, podemos não concordar com a concepção corporativa de cooperação entre capital e trabalho e mesmo com a crença na iniciativa dos interessados na edificação da previdência social, mas é difícil não reconhecer coerência ideológica à arquitectura montada, tendo em conta aqueles que eram os princípios do Estado Novo. Com efeito, o modelo de previdência iniciado em 1933-35 era parte integrante da organização do Estado Corporativo – tenha-se em conta o destaque que lhe é conferido no Estatuto do Trabalho Nacional – e no modo como os seus principais líderes equacionavam as questões sociais era bem visível a marca do pensamento social católico. O que, aliás, não admira, sobretudo se tivermos na devida conta o papel desempenhado pelas elites católicas na institucionalização do Estado Novo e o facto de a doutrina social da Igreja, desde a encíclica *Rerum Novarum* (1891) e depois com Pio XI (1922-1938), defender uma perspectiva interclassista, segundo uma concepção orgânica e corporativa da sociedade⁴³. Não restam dúvidas, portanto, quanto à influência do pensamento social católico no modo como são

³⁹ Tenha-se na devida conta aquilo que o legislador escreveu, em 1935, para servir de preâmbulo ao regulamento das caixas sindicais de previdência (Decreto n.º 25 935): «Realizam as caixas sindicais o tipo mais perfeito e mais completo das instituições de previdência [...]. E é neste aspecto de perfeita solidariedade de interesses, longe da abstracção da luta de classes ou da utopia socialista do Estado-Providência, que se verifica mais uma vez o nível elevado das soluções corporativas e a sua natural conformidade com as realidades da vida».

⁴⁰ Pereira, 1937:51.

⁴¹ Pereira, 1937:52.

⁴² Ver Patriarca, 1995, Vol. II: 638. A autora esclarece que «ser “anti-comunista” e “anti-socialista” – e o Salazarismo foi-o até à medula, em todos os tempos e em todas as suas fases de evolução – não significa necessariamente ser “anti-operário” ou ser “indiferente” ao social, o que, pelo menos até finais da guerra, não foi».

⁴³ Cf. Fontes, 2000: 310-323.

equacionadas as questões sociais⁴⁴, ainda que existam pontos de convergência, no caso concreto da previdência social, com o modelo que vinha sendo desenvolvido pelo fascismo italiano. Basta que, para isso, tenhamos em conta a referência ideológica e programática do Estatuto do Trabalho Nacional (1933) no desenhar do edifício da previdência e a proximidade daquele com a *Carta del Lavoro* (1927), para não surpreender que assim seja.

É um facto que na retórica dos principais mentores do corporativismo se insistia muito no poderoso mito da originalidade portuguesa. Teotónio Pereira, por exemplo, justificava a não edificação, entre nós, de uma previdência social «para todos e para todos os riscos», por considerar que isso era uma ilusão; pois «as grandes máquinas estrangeiras de previdência social não eram para as nossas posses, nem para os nossos costumes»⁴⁵. O mesmo se passava, recorde-se, com a democracia, que também não ia bem com o nosso modo de ser. E, por isso, clarificava Teotónio Pereira (1937), «os nossos problemas de previdência social não poder[iam] ser resolvidos por sugestões de escola nem por imitação do alheio»⁴⁶. Teríamos assim, no entender do subsecretário de Estado da Previdência e das Corporações (1933-1936), de cingir-nos «de perto às nossas condições próprias, à estrutura tão característica, nos seus defeitos e qualidades, de tudo quanto é português»⁴⁷.

O modelo de previdência do Estado Novo a edificar mantinha, como vimos, uma estreita ligação com a organização corporativa. Esperava-se, aliás, que o edifício da previdência social avançasse progressivamente, ao nível de cada agregado profissional, acompanhando o ritmo da implementação do sistema corporativo. Vistas assim as coisas, tudo parecia, em termos teóricos, perfeito. Contudo, e um tanto paradoxalmente, foi precisamente nesta aparente perfeição que viria a residir, a nosso ver, uma das maiores vulnerabilidades do sistema de previdência social deste período. Se não vejamos: esta estreita ligação entre a implantação do corporativismo na sociedade portuguesa e a generalização progressiva da previdência, fazia com que o sucesso desta estivesse directamente dependente do desenvolvimento das organizações corporativas primárias (grémios, sindicatos nacionais, casas do povo, casas dos pescadores, etc.) e da capacidade de iniciativa destas, dado que delas dependia o próprio financiamento do sistema. Ora, ao contrário das previsões mais optimistas dos seus mentores, o corporativismo viria a perder muito cedo, por múltiplas razões internas e externas⁴⁸, o seu vigor inicial. E a previdência social, dependente como estava da implantação corporativa, acabou por ser uma das vítimas do fracasso do próprio corporativismo. Não admira assim, como tem sido salientado por vários autores, que possamos distinguir, quanto ao papel de intervenção do Estado nesta matéria, duas fases distintas no período que aqui analisamos: numa primeira fase (1933-1950), acreditou-se que, dando a iniciativa

⁴⁴ Veja-se, por todos, Patriarca, 1995: 639-645.

⁴⁵ Pereira, 1937: 49.

⁴⁶ Pereira, 1937: 51.

⁴⁷ Pereira, 1937: 51-52.

⁴⁸ Entre as razões apontadas, destaque-se a depressão mundial da década de trinta, a fraca aceitação por parte de patrões e trabalhadores, a Guerra Civil de Espanha (1936-39), o descrédito do corporativismo, depois da 2.^a Guerra Mundial, pela sua associação com o fascismo e o nazismo, o fraco desenvolvimento económico do país, etc..

aos organismos corporativos, era possível alcançar gradualmente níveis de cobertura de previdência aceitáveis; numa segunda fase, que se prolonga até à reforma da previdência de 1962, cedo se percebeu que o sistema corporativo não respondia, acabando o Estado por abandonar o idealizado papel de árbitro, assumindo directamente, contra as suas próprias determinações, a criação de instituições de previdência, impedindo deste modo que o fracasso do sistema fosse ainda maior.

Da fraqueza do corporativismo se aproveitaram os patrões para irem adiando a sua comparticipação para a previdência⁴⁹. E o Estado, ironicamente, acabou por ficar preso nas malhas que para si próprio teceu. O facto de toda a legislação relativa à previdência reservar para o Estado o mero papel de árbitro – por razões ideológicas, sem dúvida, mas também por servir a consabida ortodoxia financeira de Salazar – deixou muitas vezes os governantes de mãos atadas e dependentes da criação das instituições corporativas.

A necessidade que o regime sentiu, em 1962, de reformar a previdência era o primeiro sinal de que as coisas não iam bem⁵⁰. Com efeito, mesmo tendo em conta o relativo atraso do país e a pouca capacidade de iniciativa dos organismos corporativos, o mínimo que se pode dizer é que, mesmo à luz dos objectivos da legislação de 1933-1935, os resultados conseguidos, no fim do período aqui considerado, foram fracos. Aliás, o Parecer da Câmara Corporativa (1961), no momento em que se substituiu a Lei 1 884 de 1935, não podia ser mais claro sobre a insatisfação que reinava mesmo entre as hostes do regime: «na prática apenas os sectores do comércio, indústria e serviços acusam expansão satisfatória; na pesca, a protecção realizada utilizou sobretudo fórmulas assistenciais; na agricultura, o índice de cobertura da população rural pelas Casas do Povo não ultrapassava um quinto, e os respectivos benefícios não se situavam, na maior parte dos casos, acima de níveis modestos»⁵¹. Os números, de facto, não enganavam: no início da década de 60, os beneficiários abrangidos pelas caixas sindicais de previdência e caixas de reforma e previdência era de 863,7 milhares, sendo o de familiares 833, 5 mil. Estes dados evidenciam que cerca de 30% dos trabalhadores e 40% dos respectivos familiares estavam fora da segurança social. Na mesma data, apenas 19,6% da população activa rural susceptível de ser abrangida pela previdência o era de facto. E apenas 17% dos familiares, nas mesmas condições, é que tinham cobertura da previdência. O sector das pescas revelava níveis de cobertura quase total, prevalecendo, no entanto, uma protecção mais assistencial do que previdente. Mas se os números evidenciam uma deficiente generalização da previdência, no que diz respeito às eventualidades cobertas, o panorama é ainda menos lisonjeiro para o sistema. Os trabalhadores do comércio, indústria e serviços tinham protecção social na doença, invalidez, velhice e morte. Apenas algumas caixas asseguravam a sobrevivência e, no caso do desemprego, continuava a aguardar-se pelo diploma especial, prometido quer no Estatuto do Trabalho Nacional (art.48.º), quer na Lei n.1 884 (art. 4.º) de 1935. Os acidentes de trabalho e as doenças de trabalho ainda se mantinham, nesta altura, como sendo da responsabilidade das entidades patronais. Tal como ao nível da abrangência, a situação dos beneficiários das caixas ligados às Casas do Povo e às Casas dos Pescadores

⁴⁹ São conhecidas as resistências dos patrões a alguns dos objectivos da previdência social. Veja-se, neste sentido, Patriarca, 1995: 645.

⁵⁰ Veja-se, neste sentido, Maia, 1985: 53.

⁵¹ Cit. por Maia, 1985: 53.

era ainda pior. No primeiro caso, «o esquema obrigatório incluía tão só as prestações de assistência médica, subsídio pecuniário na doença e subsídio por morte»⁵². No caso dos pescadores, embora os níveis de cobertura beneficiassem de situações particulares mais favoráveis, o sistema de protecção não deixava de estar dependente das possibilidades (até conjunturais) financeiras das instituições respectivas, mas podendo abranger a assistência médica na doença, subsídios de doença, de nascimento e por morte, pensões de invalidez e reforma e abonos de família»⁵³.

5. Conclusão

Alguns autores pretendem ver no Estado corporativo também um «Estado Social»⁵⁴. Quanto a isso, é preciso dizer que o Estado Novo não quis ser e não foi um Estado Social, pelo menos do modo como ele passou a ser entendido na Europa do pós-guerra. Isto não significa, contudo, que não tivesse preocupações sociais e, obviamente, uma política social. Do mesmo modo, o facto de ter criado e desenvolvido um sistema de previdência social não coloca o Estado Novo no patamar daquilo que normalmente se entende por um Estado-Providência. Aliás, basta ter em conta as críticas feitas aos Seguros Sociais da I República, bem como o modo como eram entendidos os avanços das políticas sociais nas democracias europeias, para não termos ilusões sobre as concepções providenciais do Estado Novo. Tinha, isso sim, no período aqui em análise, uma concepção «corporativa-caritativa» das questões sociais. Esta postura estava, aliás, bem presente na relevância das corporações na instauração da previdência social e no modo como o Estado se abstinha de participar financeiramente para o sistema, estendendo-se este mesmo princípio de responsabilidade aos outros domínios das políticas sociais. Por exemplo, o Estado impunha que o financiamento da previdência fosse da responsabilidade de patrões e trabalhadores, do mesmo modo que não assumia as despesas da assistência social, deixando esta nas mãos da Igreja, das Misericórdias, e das famílias⁵⁵. Com efeito, durante o período aqui analisado, nunca existiu da parte dos mentores da previdência social qualquer preocupação em articular as iniciativas de assistência com as políticas de Previdência. Não foi, aliás, por acaso que no edifício de previdência social erguido pelo Estado Novo a assistência social assumiu sempre uma função supletiva e caritativa. Pelo menos até à década de 60, a assistência social nunca deixou de pertencer ao Ministério do Interior que, em conjunto com a saúde, compunham a subsecretaria de Estado da Assistência Social. Esta forma de organização, de claro divórcio entre a previdência e a assistência, ligada a uma concepção caritativa das questões sociais⁵⁶, ia claramente no sentido oposto relativamente aos modelos de

⁵² Maia, 1985: 55.

⁵³ Maia, 1985: 55.

⁵⁴ Veja-se, a este propósito, Carreira (1996: 15-16): «Mas o Estado corporativo era também um «Estado Social», cujo poder deveria buscar o bem comum e promover o bem-estar colectivo».

⁵⁵ Cf. Rodrigues, 1999: 150-153; Coutinho, 1999: 17.

⁵⁶ Veja-se Rodrigues, 1999: 150. Para a autora, neste período «As iniciativas assistenciais eram fortemente controladas, de acordo, aliás, com a posição oficial vigente que considerava a pobreza como tendo causas não económicas, mas morais».

Estado Social que começavam a desenvolver-se, em especial depois da II Guerra, nas democracias ocidentais.

Assim, em jeito de balanço final do percurso feito pela previdência social, no período aqui considerado, talvez seja possível fazer duas leituras: se tivermos em linha de conta apenas aquilo que existia antes de 1935 e aquilo que passou a existir, não há dúvida que alguma coisa se fez, não deixando mesmo de impressionar a coerência ideológica do projecto inicial de previdência social; porém, nesta área como em muitas outras, os resultados concretos acabam por deitar por terra mesmo os edifícios teóricos mais perfeitos, sobretudo quando os temos que comparar, como é o caso, com aquilo que se ia construindo nos países democráticos. E a realidade dura e crua evidenciava que, na década de sessenta, os resultados apresentados por Portugal, ao nível da segurança social, comparativamente ao de outros países europeus, era de um atraso tão evidente que não tinha defesa mesmo entre os principais responsáveis pelo regime.

Bibliografia

- Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (1999-2000), «Assistência Social», *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Figueirinhas, pp. 134-137.
- Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (1999-2000), «Casas do Povo», *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Figueirinhas, pp. 245-250.
- Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (1999-2000), «Casas dos Pescadores», *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, Figueirinhas, pp. 250-254.
- Carreira, Henrique Medina (1996), *O Estado e a Segurança Social*, Cadernos do Público, n.º 4.
- Costa, Bruto (1985), *A Pobreza em Portugal*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- Coutinho, Maria Manuela (1999), *A Assistência Social em Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa de Segurança Social.
- Cruz, Manuel Braga da (1999), *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Dez Anos de Política Social, 1933-1943*, Edição do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.
- Ferro, António (1978) re-edição), *Salazar*, Lisboa, Ed. Templo.
- Fontes, Paulo Oliveira (2000), «Catolicismo Social», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 310-323.
- Garrido, Álvaro (2004), *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Guibentif, Pierre (1997), «The Transformation of the Portuguese social security system», in Rhodes, Martin (org.) (1997), *Southern European Welfare States: between crisis and reform*, London, Portland, Or: Frank Cass, pp. 219-239.
- Lopes, Maria Antónia (2000), *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage Editores.
- Lopes, Maria Antónia Lopes (1993), «Os pobres e a assistência pública», *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Lucena, Manuel (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português. I – O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

- Lucena, Manuel (1999-2000), «Previdência Social», in «Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (1999-2000), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IX, Figueirinhas, pp. 152-166.
- Maia, Fernando (1985), *Segurança Social em Portugal: evolução e tendências*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Mouro, Helena (2001), *Solidariedade e Mutualismo: um espaço partilhado*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Patriarca, Fátima (1995), *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- Pereira, Pedro Teotónio (1937), *A Batalha do Futuro*, Lisboa, Livraria Clássica.
- Pinto, Maria de Fátima (1996), «Princípios do Século XX: a pobreza urbana em Lisboa», *História*, Ano XVIII (nova série), n.º 21, Junho, pp. 7-23.
- Rodrigues, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- Rosendo, Vasco (1996), *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral.
- Santos, Boaventura de Sousa et al (1998), *Uma Visão Solidária da Reforma da Segurança Social*, Lisboa/Coimbra, UMP/CES.
- Tomé, Maria Rosa (2003), *A Criança e a Delinquência Juvenil na Primeira República*, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social.
- Valente, José Carlos (1996), «As Casas do Povo e a Educação Popular no Estado Novo», *História*, Ano VIII (nova série), n.º 21, Junho, pp. 40-49.

(Página deixada propositadamente em branco)

**AMAR A PÁTRIA, SERVIR A ARQUITECTURA:
FUNÇÕES E PROGRAMAS ICONOGRÁFICOS DAS «ARTES DECORATIVAS»
NAS FILIAIS DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA**

“É assim, precisamente, que a obra de arte mais independente, mais orgulhosa, mais *solitária* se torna *decorativa*, queira ou não, porque iluminou e deu expressão a esta sala ou àquele escritório.”

António Ferro¹

“Recorde-se que em todas as épocas que tiveram dois tipos de arte, um para as minorias e outro para a maioria, este último foi sempre realista.”

José Ortega y Gasset²

1. Introdução

A hierarquia entre as denominadas «belas-artes», enunciada pelo menos desde Platão, conheceu ao longo dos séculos diversas oscilações que, não obstante, subscreveram a validade de uma escala valorativa e de categorias estanques onde se arrumavam os fenómenos artísticos. No século XX, a cartilha estética ocidental questionou, pela primeira vez, de maneira irreversível, não o lugar que este ou aquele género arrematava no pódio, mas o concurso em si, o júri e até a plateia. As «belas-artes» assistiram à deposição de dois conceitos até então operativos e estruturantes: «belo» e «arte».

De forma significativa, todos os regimes ditatoriais modernos resistiram a esta fragmentação conceptual. A graduação conservou-se e, no topo, colocou-se a arte que outrora Kant³ rebaixara: a arquitectura. Longe de serem menosprezadas, as restantes disciplinas plásticas, sobretudo a escultura e a pintura, continuaram a ser alvo da encomenda oficial. Simplesmente, o objectivo que em geral lhes era reservado – o de «decorar» – pressupunha a existência de um sujeito anterior – o edifício –, a sua razão

¹ António Ferro, *Artes Decorativas*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 24-25.

² José Ortega y Gasset, *A Desumanização da Arte*, trad. do espanhol, 2.^a ed., Lisboa, Veja, 2003, p. 70-71.

³ John Rajchman, *Construções*, trad. do inglês, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2002, p. 16.

de ser, perante o qual assumiriam uma posição secundária. A função desempenhada ultrapassava, todavia, a de mero adorno. Pelo contrário, competia-lhes complementar a arquitectura, clarificando ou acrescentando substância à mensagem a transmitir. Por conseguinte, do mesmo modo que a sua presença necessita de ser descodificada, a sua ausência ou retirada deve suscitar interrogações.

O presente artigo procura analisar, no universo concreto das filiais construídas para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP), o lugar e o papel das esculturas e pinturas encomendadas. Na qualidade de «estabelecimento de crédito» do Estado – profundamente remodelado, em 1929, de forma a constituir um “instrumento admirável de restauração da economia nacional”⁴ –, a CGDCP encerra um património-chave para a compreensão dos enunciados artístico-ideológicos que caracterizaram o Portugal salazarista. Tendo em vista a sua «descodificação», parte-se duma caracterização global das obras de arte presentes nas dependências da instituição, examinando, em seguida, tipologia a tipologia, os discursos iconográficos dominantes e respectivas conexões com a cartilha estadonovista. A terminar, expõe-se uma leitura interpretativa do processo mediante o qual estas mesmas obras de arte foram banidas dos imóveis a partir da década de quarenta.

2. As «artes decorativas» nas filiais da CGDCP: caracterização global

No universo das filiais da CGDCP, foram adjudicados trabalhos escultóricos e/ou pictóricos para os imóveis erguidos nas seguintes capitais de distrito: Porto, Bragança, Santarém, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Viseu, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Horta e Beja. À excepção de Beja – cujo projecto, riscado por Francisco Augusto Baptista entre 1957 e 1959, previu um mosaico na fachada principal – todas as restantes encomendas se situam, quer ao nível da concepção, como da execução, em data anterior à criação da Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (23 de Outubro de 1942), a qual recebeu do Governo a missão de administrar e fiscalizar as obras de construção, ampliação e conservação dos edifícios da CGDCP⁵. A sede, na capital, obedece também a esta cronologia: Jorge Colaço, o último artista a ter compromissos no Palácio do Calhariz, recebe, a 7 de Junho de 1941, a última parcela da quantia fixada em contrato⁶; a única incumbência decorativa posterior a esta data – um retrato do Presidente da República entregue em 1960 ao pintor Guilherme Felipe – foi rejeitada⁷.

⁴ *30 Anos de Estado Novo. 1926-1956*, Lisboa, José de Oliveira, 1957, p. 48.

⁵ Dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações através da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, esta Comissão foi criada pelo Decreto-Lei n.º 32 337 de 23 de Outubro de 1942 e extinta pelo Decreto-Lei n.º 693/70 de 31 de Dezembro de 1970.

⁶ Comunicação dirigida por Jorge Coelho, chefe da Repartição da Secretaria da Administração da CGDCP, ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 7 de Junho de 1941. Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos [doravante identificado como AHCGD], Sede – caixa n.º 2, processo 9 (Lisboa: Calhariz).

⁷ Ofício n.º 842, dirigido pelo engenheiro José de Figueiredo e Castro ao pintor Guilherme Felipe. Lisboa, 19 de Outubro de 1960. AHCGD, Sede – caixa n.º 3, processo 18 (Lisboa: Calhariz); Ofício 6k/1202,

Ressalvando o painel bejense, os azulejos de Colaço na sede e, na filial portuense, os mosaicos cerâmicos executados por Ricardo Leone, bem como a clarabóia de vidro policromo, desenhada a par com a serralharia artística pelo arquitecto Pardal Monteiro, todas as obras comissionadas para as dependências da Caixa são pinturas ou esculturas. Os painéis pictóricos concentram-se, sistematicamente, no rés-do-chão, na designada «sala do público» ou, no caso do Porto, no gabinete do gerente. Por sua vez, os motivos escultóricos convergem para o exterior do imóvel. As estátuas fixam-se sempre nas fachadas. Os baixos-relevos tendem a seguir o mesmo caminho, conquanto no Porto sejam empregues cumulativamente no interior e, em Angra do Heroísmo, ocupem em exclusivo esta área.

A supremacia da arquitectura é exercida por prerrogativas que garantem, à partida, a subserviência das outras artes. É o autor do edifício a estabelecer, na fase do projecto, o seu lugar e, na maior parte dos casos, o tema. É ele quem orienta a execução, autoriza o pagamento das prestações combinadas, avalia em primeira-mão o resultado final e, frequentemente, chega a sugerir ou convidar os artistas. O virtuosismo técnico, o formalismo rebuscado ou complexo são reprimidos. Pretende-se que a obra possibilite uma concretização rápida e pouco dispendiosa, veicule conteúdos acessíveis e, acima de tudo, mantenha uma “composição simples”, “carácter que é indispensável imprimir (...) para bem se harmonizar com a arquitectura”⁸.

Ao nível iconográfico, a aparente espontaneidade com que se remete a pintura e a escultura, comissionadas para os edifícios da Caixa, para as duas vias temáticas possíveis – universalismo e/ou nacionalismo – comporta propósitos endoutrinadores. Estes, aliados a um figurativismo omnipresente, a um comedimento formal obediente às leis da gravidade e a um naturalismo apaziguador sem concessões a qualquer realismo revolucionário, revelam a especificidade do encomendante e o peso da matriz sociocultural.

2.1 As esculturas de vulto: Economia, uma senhora regrada, sóbria e pudica

A «abundância» e a «economia» – enunciadas diferenciadamente ou em conjunto; substituídas ou coadjuvadas pelas congéneres noções de «riqueza» ou «fortuna» – são os conceitos abstractos que dominam a escultura de vulto. A cornucópia, ou corno da abundância, recheada de cereais e frutos, símbolo de fecundidade e felicidade na tradição greco-romana e distintivo de diversas divindades, como Baco, Ceres ou Fortuna, é o emblema mais vezes requisitado para os transmitir⁹. Os ramos de árvore e folhas, os frutos e as espigas de trigo, o cacho de uvas e a coroa de hera constituem

dirigido pelo director geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 2 de Maio de 1962. AHCGD, Sede – caixa n.º 3, processo 19 (Lisboa: Calhariz).

⁸ Carta do arquitecto chefe da Secção de Obras e Edifícios da CGD, Porfírio Pardal Monteiro, ao administrador geral da CGD. 28 de Outubro de 1925. AHCGD, Filiais – caixa n.º 21, processo 135 (Porto).

⁹ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, s. v. “Corno da abundância”, trad. do francês, Lisboa, Editorial Teorema, 1994, p. 231; Lucia Impelluso, *Héroes y dioses de la Antigüedad*, trad. do italiano, 3.ª ed., Barcelona, Electa, 2004, pp. 70-72.

suplementos ou alternativas à cornucópia, assegurando a representação da fertilidade e abundância.

Invariavelmente, esculpem-se figuras femininas – jovens de corpo inteiro e em pé, idealizadas o suficiente para não quebrar o efeito alegórico – às quais se apõem os atributos referidos. A nudez é progressivamente contida sob vestes clássicas que, a despeito de consentirem o vislumbre de massas anatómicas, lhes confere a «moralidade» indispensável para a pertença a uma edificação estatal. Deste modo, um «desvario» como sucedeu em Santarém – onde, tendo como mote a abundância e a riqueza, Ruy Gameiro giza, em Setembro de 1933, uma mulher de peito descoberto para a fachada principal e outra, destinada a decorar o volume circular do alçado lateral, completamente despida – não mais se exhibiria. Na filial construída em seguida, a de Viana do Castelo, o arquitecto António Maria Veloso Reis Camelo surge já como o guardião da «decência», de acordo com o exigido pela Administração:

“Para a estátua, convidei eu próprio o Sr. António da Costa a quem dei as indicações que verbalmente V. Ex.^a me transmitiu, como sendo o parecer geral do Ex.^{mo} Conselho, acerca das roupagens dessa estátua, quase nulas segundo o desenho de pormenor. O esboceto ou *maquette* que ele vem submeter à apreciação do Ex.^{mo} Conselho, mantém o carácter decorativo do desenho mas atende perfeitamente às recomendações que lhe fiz, satisfazendo-me bastante a finura e delicadeza com que está tratada. A figura representa a «Fortuna» concebida em termos ou formas moderadas evidentemente, e não segundo o espírito de outras épocas em que essa deusa era tratada por uma forma mais exuberante de carnes, cornucópia farfalhada e retorcida, as clássicas moedas e notas de banco, provocante e quase ofensiva.”¹⁰

As excepções ao quadro temático acima exposto acabam por o confirmar. É o caso de Ponta Delgada, para onde Ruy Gameiro, convidado a modelar a estátua da frontaria, opta por uma Minerva, com os seus habituais objectos de guerreira, acompanhada, curiosamente, dos símbolos distintivos de Ceres. Quando, a 19 de Dezembro de 1934, o arquitecto Veloso Reis Camelo, ao submeter à apreciação do Conselho de Administração o “esboceto” entregue pelo escultor, caracteriza a figura e a sua função no edifício, deixa claro os dois conjuntos de virtudes que Ruy Gameiro procurou conciliar:

“Nesta figura, meramente decorativa, quanto à sua forma e interpretação, representa Minerva, deusa das artes e das ciências, tendo numa das mãos um ramo de frutos, como símbolo da abundância e na outra a lança e o escudo, como símbolos da força e valor, e tem para o edifício, sob o ponto de vista arquitectónico, grande importância, sendo ela que estabelece com o leiteiro (Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência) o eixo da composição da fachada, ao mesmo tempo que lhe dá um certo claro escuro e, com o seu ar um tanto clássico, uma expressão estadual mais acentuada”¹¹.

Viseu e Portalegre corporizam os dois outros exemplos de «variações», à primeira vista desalinhados da leitura global defendida sobre a iconografia das estátuas, mas

¹⁰ António Maria Veloso Reis Camelo, “Informação”, Lisboa, 9 de Abril de 1935. AHCGD, Filiais – caixa n.º 27, processo 186 (Viana do Castelo).

¹¹ Carta do arquitecto Veloso Reis Camelo ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 19 de Dezembro de 1934. AHCGD, Filiais – caixa n.º 17, processo 109 (Ponta Delgada).

afinal acabando por a reforçar. Com efeito, se por um lado asseveram a existência de propostas que se desviam da clássica antropomorfização da «abundância», comprovam, por outro, que estas foram sempre postas de lado. Em segundo lugar, permitem corroborar a nítida preferência verificada, neste tipo de escultura, pela coisificação de ideias universais, em detrimento do móbil regionalista. Este, quando apresentado de forma isolada, é reprovado; se conjugado com um acessório alegórico – a cornucópia – é aceite.

A 10 de Dezembro de 1937, o Conselho de Administração da CGDCP decide – num acto irrepitível no conjunto das filiais e sede – promover um concurso a fim de determinar a quem adjudicaria as peças escultóricas previstas para Viseu e Portalegre. Reunido a convite do Conselho de Administração, na sede da CGDCP, no dia 31 de Março de 1938, o júri era composto pelos seguintes elementos: Reinaldo dos Santos (presidente da Academia Nacional de Belas-Artes), João Rodrigues da Silva Couto (director do Museu Nacional de Arte Antiga) e o arquitecto Raul Lino (secretário da mencionada Academia). Achavam-se igualmente presentes, na qualidade de administradores da CGDCP, Raul do Carmo e Cunha e o engenheiro Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

Em Portalegre, a escolha recaiu sobre Salvador Barata Feyo, o qual submettera à competição duas propostas para a mesma imagem: “uma de 0,48 representando uma figura da região segurando um braçado de trigo e um ramo de carvalho; outra de 1m simbolizando a cidade de Portalegre [agarrando na mão o brasão do município], coroada de hera e trazendo a cornucópia da abundância”¹². Entre os dois estudos sujeitos a concurso e de novo mostrados, já mais trabalhados, ao Conselho de Administração em fim de Julho/início de Agosto de 1938 – um exclusivamente regionalista, interpretando uma “mondadeira”; outro nacionalista, associado a símbolos míticos¹³ –, coube à intervenção de João Simões, arquitecto autor do edifício, a inclinação para o segundo¹⁴.

No que diz respeito à filial viseense, a maquete vencedora para a escultura de vulto foi a de Álvaro João de Brée¹⁵, tendo o contrato com o artista sido firmado a 21 de Setembro de 1938¹⁶. A obra, ultimada no início de Fevereiro do ano seguinte¹⁷, inscrevia-se na convencional citação da Antiguidade Clássica, que o autor pretendeu, não obstante, ler à luz da realidade nacional:

¹² Carta de Salvador d’Eça de Barata Feyo aos administradores da CGDCP. Barcarena, 30 de Março de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 119 (Portalegre).

¹³ Carta do escultor Salvador d’Eça Barata Feyo ao administrador-geral da CGDCP. s/d [fins de Julho/inícios de Agosto de 1938]. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 119 (Portalegre).

¹⁴ Carta do arquitecto João Simões ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 6 de Agosto de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 119 (Portalegre).

¹⁵ “Auto”. 7 de Abril de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 119 (Portalegre).

¹⁶ Contrato celebrado entre a Administração da CGDCP e o escultor Álvaro João de Brée. Lisboa, 21 de Setembro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

¹⁷ Ofício n.º 608, dirigido pelo chefe da repartição da Secretaria da Administração da CGDCP à firma “Viseu Industrial, Ltd.ª”. 6 de Fevereiro de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

“Representa a figura a Economia, a Abundância e a Riqueza.

A Economia e a Abundância, simbolizadas pela vinha e pelo trigo, que a figura segura com a mão direita, em atitude de protecção, por serem estas culturas, as maiores riquezas do país. A primeira por resultar da sua exportação, a entrada de ouro, a segunda, pelo cultivo nacional, e a não saída de ouro.

Tanto um como outro julgo serem símbolos inerentes à Caixa Geral, pela acção por esta exercida, em empréstimos, aos vinicultores e lavradores, dando assim possibilidades de amanho e cultivo daqueles dois elementos que são a economia e a riqueza da nação.

A cornucópia, símbolo clássico da abundância e riqueza, que se vê à esquerda, e que a figura segura, não numa atitude de esbanjamento, mas sim de reserva, o que representa o equilíbrio financeiro.

O casco nada tem de guerreiro, mas sim de força e firmeza.

A figura pelas suas grandes linhas e simplicidade de forma, foi estudada atendendo a execução em granito, a que ela é destinada, volumes e planos estão estudados para que haja um completo equilíbrio e igual distribuição de peso. A simplicidade da forma julgo-a adequada ao granito, matéria esta incompatível a tudo que não seja sóbrio e simples. Pretendi também integrá-la na arquitectura do edifício, pois julgo que a arquitectura é o de dentro da escultura e a escultura o seu prolongamento.”¹⁸

Partindo das memórias descritivas das peças dos outros concorrentes, constata-se, entre as que se conservam, que Anjos Teixeira, sendo “facultativa a escolha da execução da estátua representando a abundância ou a economia”, preferiu a segunda, “colocando um cofre nas mãos da figura”, com o qual procurou “justificar o título da mesma”, pois desconhecia “se existe algum símbolo clássico para a representação da economia”¹⁹. Celestino Tocha enveredou pela personificação da abundância, “simbolizada por uma figura de mulher de linhas sóbrias segurando do lado direito uma cornucópia contendo flores e mantendo com a mão esquerda um ceptro que poderá representar a justiça na abundância e finalmente outra cornucópia junto aos pés da figura e de lado oposto à primeira espalha o dinheiro”²⁰.

Os dois participantes que denotam maior vontade de romper com a tradicional iconografia alegórica – Albuquerque de Bettencourt e Salvador Barata Feyo – vêem os seus trabalhos também preteridos, pese embora a argumentação com que se escudaram, como em seguida, respectivamente, se observa:

“Na composição de uma figura «Abundância» entendemos por bem não empregar o batido motivo da cornucópia, hoje esteticamente desactualizado. Por isso, representamos a nossa figura, tendo do lado direito um molho de 7 espigas – símbolo bíblico – e frutos caindo a espalhar-se sobre a base, imagem da abundância e da riqueza do solo. A mão

¹⁸ Álvaro João de Brée, “Memória descritiva do estudo que apresento para o edifício da vossa filial em Viseu”, Lisboa, 3 de Fevereiro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

¹⁹ Anjos Teixeira (filho), “Memória descritiva dos trabalhos destinados à filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Viseu”, Lisboa, 31 de Janeiro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

²⁰ Carta de Celestino Augusto Tocha ao Conselho de Administração da CGDCP. s/d [início do ano de 1938]. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

esquerda pousa sobre o coração, num gesto de amor pelo próximo, pois que sem ele a abundância só seria nociva.

Além disso, não demos à nossa figura o carácter de «matrona romana» como é de uso mas sim o de uma mulher nova e forte, radiante de vitalidade, por considerarmos que a mais desejável abundância é feita de força viva e ascendente e não de calma estabilidade. A composição da nossa figura fizemo-la num bloco, e a sua modelação simples por necessidade estética do material a que se destina.”²¹

“Parece-nos que, dado o renascimento forte do amor à pátria que se observa já em algumas das actividades espirituais da nação, cabe, cremos nós, também aos artistas portugueses, nomeadamente escultores e pintores, como força intelectual de elite, procurar resolver toda a plástica da sua esfera de acção com os olhos postos no alto daquele ressurgimento. Abstendo-nos de nos alongarmos em mais considerações a este respeito – por importuno o lugar – ficam as linhas que deixamos acima para explicar o critério e directriz que tivemos e nos conduziu às soluções que com a devida vénia, temos a honra de sujeitar ao alto critério de V.as Ex.as.

Pondo de parte a representação convencional das chamadas figuras simbólicas de deuses e deusas do Olimpo, e isto porque muito simplesmente, só podemos compreender a intervenção de um Deus na nossa vida e na nossa morte, debruçamo-nos sobre a região da Beira Alta de que Viseu é a capital e colhemos no labor da sua gente e na sua próprio gente, os elementos queridos das nossas composições. (...) A estátua é a região da Beira Alta representada numa figura da mesma Beira, tendo na mão direita uma mão de espigas de centeio e na esquerda uma romã que se nos afiguram expressar com certa felicidade, respectivamente, o corporativismo e a assistência da Caixa Geral dos [sic] Depósitos, Crédito e Previdência.”²²

2.2. Os baixos-relevos: o «mundo feliz» da economia nacional

Os baixos-relevos encomendados para as filiais da CGDCP elegem, como tema, os três pilares económicos de referência – agricultura, comércio e indústria –, tratados em conjunto e perspectivados em trâmites pátrios e não mitológicos. A partir deles decalca-se o simulacro de um país auto-suficiente, ruralista por opção, onde se protege a indústria «caseira» e «familiar», onde o comércio por troca directa adquire o pitoresco de uma sã continuidade, onde as relações de trabalho são idílicas e a figura do operário fabril – que nunca se vê e suspeita-se afinal não existir – aparece substituído pelo dócil camponês, o qual, no máximo, troca a enxada pelo martelo ou pelo fiado.

Eis, em pedra e em bronze, o mundo feliz do corporativismo alcançado, orquestrado pela mão paternalista e assistencial do Estado que, ao invés de «abafar», antes incentiva e dirige com justiça. Não por acaso, a reforma do crédito – vértebra da política

²¹ Memória descritiva redigida pelo escultor Albuquerque de Bettencourt acerca das propostas apresentadas para a filial de Viseu. s/d [início de ano de 1938]. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

²² Salvador d’Eça Barata Foyo, “Memorial”, Barcarena, 31 de Janeiro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

económica salazarista²³ – surge aqui como referência literal, dado que coube à Caixa Nacional de Crédito, criada e anexada à Caixa Geral de Depósitos em Março de 1929, reunir, “sob uma direcção única”, “os serviços de crédito agrícola, de crédito industrial e de quaisquer outros que devam ser porventura estabelecidos com a responsabilidade do Tesouro”²⁴. A importância do financiamento concedido por este organismo – ou seja, directamente pelo Estado – dotá-lo-ia de uma crucial “missão na economia portuguesa”²⁵, como mecanismo de compensação e superação da retracção do investimento a longo e médio prazo.

Em Viseu, os três baixos-relevos destinados a sobrepujar a fachada principal – “alusivos ao comércio, à indústria e à agricultura”²⁶, como especificara António Maria Veloso Reis Camelo ao riscar o projecto da filial – foram objecto, à semelhança da estátua, do concurso público acima mencionado. Para a obra em questão concorreram os artistas João Fragoso, Anjos Teixeira (filho), Henrique Moreira, Albuquerque de Bettencourt, Salvador d’Eça Barata Feyo e Celestino Augusto Tocha²⁷, preservando-se uma parte das memórias descritivas dos estudos apresentados. Estas detêm especial interesse pois permitem-nos aferir quer a preferência, por parte do júri, pela representação tradicionalista daqueles sectores económicos, quer a nítida predilecção por motivos nacionais em detrimento dos símbolos da Antiguidade Clássica. Com efeito, deuses e deusas do mundo antigo foram rejeitados; melhor sorte não tiveram os modelos que ostentavam a visão de uma indústria progressista ou a de um comércio internacional e importador.

Veja-se, como exemplo, as preteridas propostas de Celestino Tocha e Albuquerque de Bettencourt, descritas pelos autores, respectivamente, do seguinte modo:

“Os baixos-relevos curvos-convexos também em *maquette* a ¼ do tamanho natural representam:

1.º Comércio – simbolizado pela figura de Mercúrio e seus acessórios entre os quais um globo junto à figura, uma ampolheta na mão esquerda, o ceptro na direita etc. E como fundo a cena dum cais onde a figura dum carregador transporta um fardo às costas.

2.º Indústria – simbolizada por 2 operários trabalhando junto das máquinas numa grande fábrica onde em primeiro plano as rodas dentadas transportam o movimento a outros maquinismos etc.

3.º Agricultura – simbolizada pela Ceres, figura de camponesa à direita da cena e em 1.º plano, segurando num instrumento de lavoura e tendo um braçado de trigo no

²³ Fernando Rosas, “O Estado Novo nos anos trinta”, em *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 243-258.

²⁴ “A anunciada reforma da Caixa Geral de Depósitos” [entrevista de António Oliveira Salazar ao *Século*, 21 de Março de 1928], em *A reorganização financeira. Dois anos no Ministério das Finanças. 1928-1930*, Coimbra, Coimbra Editora, 1930, p. 230.

²⁵ “Um ano de finanças” [Exposição do Ministério das Finanças, 26 de Abril de 1929], em *A reorganização financeira. Dois anos no Ministério das Finanças. 1928-1930*, p. 425.

²⁶ [António Maria Veloso Reis Camelo], “Memória descritiva e justificativa do projecto da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a construir em Viseu, apresentado a concurso sob a divisa Viseu”, Lisboa, 26 de Janeiro de 1935. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 202 (Viseu).

²⁷ “Auto”. 7 de Abril de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

lado esquerdo. No canto inferior direito um porqueto completa o conjunto da Ceres. O resto da cena representa uma paisagem tendo no 1.º plano 2 molhos de trigo no chão, no 1.º plano uma ceifeira, um pouco mais distante um carro de bois e finalmente o horizonte composto por uns montes afastados etc.”²⁸

“Entendemos não empregar na composição dos baixos-relevos, figuras nem símbolos da mitologia pagã, por estarem já bem longe da nossa mentalidade, e porque a realidade é bastante rica em imagens. Isso não quer dizer que pretendemos reproduzir imagens fotográficas da vida, mas imagens-símbolos mais capazes de sugerir uma ideia geral sobre os assuntos dos baixos-relevos. E assim, no primeiro:

Agricultura – Representamos o trabalho do campo, por 3 figuras: dois homens com instrumentos para o amanhã da terra e uma mulher figurando a colheita. Serve-lhes de fundo uma árvore – complemento de actividade agrícola.

Comércio – Representamos as mais marcantes actividades do comércio: compra e venda. À esquerda, o vendedor segura uma balança aceitando com a outra mão o pagamento da sua mercadoria, pelo comprador. A mão esquerda segura um papel, com o qual quisemos lembrar contratos, recibos, etc. Ao fundo, um braço de guindaste, refere-se ao comércio por grosso, transportes, importações e exportações.

Indústrias – Dois operários simbolizam a indústria manual que tem a sua maior expressão de força no forjador. Um fundo de máquinas representa a indústria fabril.”²⁹

Barata Feyo mostrou-se mais condizente com a mundividência desejada:

“para resolvermos os altos-relevos [sic] do Comércio, Indústria e Agricultura, representamos respectivamente no movimento da figura principal do primeiro e nos diferentes géneros da região que a enquadram, a permuta desses mesmos géneros, pois outra coisa não julgamos ser o Comércio; na fiandeira típica da Beira e no ancião robusto, da forma como se combinam no 2.º relevo, parece-nos ajustar-se o título deste trabalho; e no último – agricultura – acentuando e porventura querendo nobilitar o harmonioso ritmo que tem a lavoura nos nossos campos, apresentamos o homem – talvez entoando uma das suas canções dilectas e tão típicas – segurando a rabiça da charrua e levando às costas o saco da semente; e a mulher, colhendo, como fruto maior, os outros frutos da terra. Só quem nunca contemplou a faina agrícola da nossa gente, lhe desconhece o encanto e o lirismo de que é tão fértil.”³⁰

Contudo, a vitória coube a Henrique Moreira, com o qual a Caixa celebraria contrato a 30 de Maio de 1938³¹. A aplaudida unidade e simplicidade do seu conjunto,

²⁸ Carta de Celestino Augusto Tocha ao Conselho de Administração da CGDCP. s/d [início do ano de 1938]. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

²⁹ Memória descritiva redigida pelo escultor Albuquerque de Bettencourt acerca das propostas apresentadas para a filial de Viseu. s/d [início de ano de 1938]. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

³⁰ Salvador d’Eça Barata Feyo, “Memorial”, Barcarena, 31 de Janeiro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

³¹ Contrato celebrado entre a Administração da CGDCP e o escultor Henrique Moreira. Lisboa, 30 de Maio de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

tão cara à arquitectura, resultava, particularmente, da estratégia formal pela qual o escultor enveredou, oferecendo nas três cenas as mesmas duas personagens – um homem (de pé) e uma mulher (ajoelhada e sempre de lenço na cabeça) –, variando apenas os acessórios que seguravam e as tarefas que cumpriam.

Do esboço da frontaria da filial, no qual Reis Camelo desenhara com detalhe as três composições, o escultor apenas manteve a ordem de sucessão das actividades a partir da verga da porta de entrada e os respectivos letreiros que facilitavam a interpretação: a agricultura, em seguida a indústria e por último o comércio. Diminuiu o número de figurantes, assingelou o vestuário e recusou tanto o possante navio que servia de cenário ao comércio, como os dois robustos operários semidespidos, ladeando uma roda dentada e exibidos sobre um fundo de telhados de dentes de serra, chaminés em funcionamento e postes de electricidade. Em seu lugar, Henrique Moreira presenteia-nos com um universo rural a três dimensões: no primeiro quadro a mulher segura um braçado de espigas e o homem um arado e uma enxada; na segunda composição, ela fia e ele repousa o martelo sobre a bigorna; por fim, ambos permutam vasilhas.

Um semelhante arcaizamento da economia nacional se depreende dos nove baixos-relevos do portão de entrada da filial de Portalegre, cujos modelos Albuquerque de Bettencourt apronta a 1 de Setembro de 1938³². Associados em grupos de três composições dispostas horizontalmente, tal como previa o projecto do arquitecto João Simões, as cenas versam a agricultura, o comércio e a indústria. Nelas prevalece o ambiente agrícola e pastorício que se reproduz num comércio de bens alimentares primários e numa indústria de pequenas oficinas com equipamento obsoleto.

2.3. Os «painéis decorativos»: a presepificação da realidade

A pintura comunga do campo temático dos baixos-relevos, mas reforça, como nenhuma outra forma de expressão artística, o cariz regionalista dos assuntos visados. A primeira encomenda pictórica para uma filial da CGDCP foi feita a Martinho da Fonseca, convidado por Pardal Monteiro, a 7 de Setembro de 1928, para executar, a óleo, os painéis do gabinete do gerente da sucursal do Porto³³. A 28 de Setembro de 1928, o pintor remetia os esboços e a memória descritiva dos mesmos expondo o seu “pensamento sobre os melhores motivos que me [lhe] pareceram ser mais expressivos para o fim a que são destinados”³⁴:

“Na interpretação do motivo que melhor possa traduzir o papel altamente fomentador da CGD, procurei sintetizar, numa só das manifestações do trabalho humano – a cultura do trigo – toda a gama da actividade obreira que mereça ser impulsionada pelo auxílio financeiro. Assim, nos quatro esboços que tenho a honra de submeter ao alto critério de V. Ex.^a, pretendo focar as várias especialidades e aspectos da lavoura, comércio e

³² Carta de Albuquerque Bettencourt à Administração da CGDCP. Lisboa, 1 de Setembro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 119 (Portalegre).

³³ Offício n.º 121, dirigido pelo arquitecto-chefe da Secção de Obras e Edifícios da CGD ao pintor Martinho da Fonseca. Lisboa, 7 de Setembro de 1928. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

³⁴ Carta do pintor Martinho da Fonseca ao arquitecto Pardal Monteiro. Lisboa, 28 de Setembro de 1928. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

indústria nacionais, ao mesmo tempo que na composição dos painéis é evidente o intuito de fazer ressaltar a influência benéfica que a CGD tem sobre todas as manifestações do trabalho útil em Portugal, desde que o seu auxílio seja solicitado.

Num símbolo em que procurei fugir ao que já está feito e refeito em assunto da mesma natureza, dispensei a já estafada figura da Fortuna com a sua clássica e inseparável cornucópia da abundância, e, antes, me socorri de uma simples figura de mulher que, nos seus traços fisionómicos e na sua plástica exprima a generosidade e a fecundidade. Encostada à sombra de uma árvore frondosa, coberta de frutos doirados, esta figura que segura nas mãos uns poucos desses pomos representará, assim, um símbolo perfeito da CGD que à sombra do seu forte crédito distribui os capitais que vão pela terra portuguesa fora fomentar o trabalho e, por consequência, a riqueza nacional.

No painel em que se contorna esta figura, outras duas completam, por assim dizer, o significado de toda a composição, que é: semear para colher. A figura da direita, na sua missão de lançar a semente à terra, representa não só uma alusão à lavoura em geral como, também, às grandes iniciativas comerciais ou industriais lançadas sobre a égide da CGD. A da esquerda, que pode considerar-se o fecho da composição, que segue numa marcha lógica pela direita do observador, consubstancia a paz e a felicidade advindas por um esforço tenaz e alevantado ao qual um auxílio forte conduziu à fortuna. Uma mulher sentada, entre flores e frutos, amamenta, sorridente, o filho – a geração vindoura à qual ela legará fartas riquezas.

O painel da lavoura é uma clara alusão a toda a agricultura, assim como o gesto do homem forte que sulca a terra com o arado, abrange, no seu significado, a abertura dos alicerces das grandes fábricas e moradias que se irão construir ou, mais sinteticamente, será a representação dos primeiros passos de todas as grandes empresas de fomento.

Logo a seguir, e fronteiro, portanto, ao que contém o símbolo da CGD, fica o painel da ceifa e da respiga. Pelo que representa de expressionismo simbólico: o colher dos frutos pelas figuras das ceifeiras, e a economia pelas mulheres que andam na respiga, este quadro é bem um forte elo entre todos os painéis, e não pode ficar mais a carácter num edifício como a CGD. O fecho de toda a composição segue-se, então, com o último painel onde a acção das figuras deixa transparecer a referência ao comércio e à indústria, um representado por um homem forte que conduz um saco de farinha de trigo, e a outra figurada por uma mulher que, no primeiro plano, pousa encostada a uma mó. Outras figuras, para melhor completarem o ambiente, desempenham outras funções como a debulha e a limpeza do trigo.

Na composição geral de toda a decoração, embora em cenas nas quais o esforço e o vigor caminham a par e passo, pretendo sobretudo, dar do trabalho uma visão de alegria e de saúde, como função nobilitante que ele é não só como o único meio honrado de lutar pela vida, como, também, pela sua inevitável e progressiva influência na inteligência e no bem-estar do homem. Este não é representado como besta de carga mas, sim, como elemento precioso e imprescindível de trabalho dignificador, que ele realiza de sorriso nos lábios, destacado sobre fundos das nossas paisagens, onde as pombas esvoaçam, desenhando-se sobre as copas das oliveiras, sobreiros e pinheiros.”³⁵

³⁵ Martinho da Fonseca, “Memória descritiva que acompanha o projecto de decoração da sala do director da sucursal da Caixa Geral dos [sic] Depósitos na cidade do Porto”, Lisboa, 28 de Setembro de 1928. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

Após a sua apreciação, o arquitecto informava a Administração que “o proponente é um artista novo, competente e cumpridor. Considero-o capaz de executar uma boa obra de arte e será sem dúvida um óptimo elemento de valorização do novo edifício.”³⁶ Perante tal referência, o Conselho autorizou, nesse mesmo dia, a adjudicação do trabalho³⁷. A 1 de Agosto de 1929, o artista transmitia ao administrador geral da instituição que acabara “de fazer entrega na sede desta Caixa dos quatro painéis” destinados à filial portuense³⁸.

Cronologicamente situados a nascente das balizas temporais em que se inscreve a maioria das obras de arte encomendadas para as filiais, os painéis de Martinho da Fonseca evidenciam uma direcção doutrinal – amor à pátria, ao povo, ao Estado; glorificação do trabalho, da força e da maternidade – que, apesar de ter continuidade nas restantes pinturas encomendadas para as filiais da CGDCP, verá a sua carga revolucionária ser amputada. Regista-se, portanto, uma evolução semelhante à do «realismo optimista» soviético, conquanto na pintura institucional portuguesa se manifeste com maior celeridade a transformação que, na URSS, só na arte estalinista tardia desabrocharia: a expressão épica e heróica do trabalhador cede lugar à “ternurenta gratidão de um povo vivendo na utopia”³⁹.

Deste modo, embora nos deparemos, nas pinturas seguintes, com os mesmos objectivos deontológicos – uma arte «comprometida» ao serviço da nação e do regime – e com os mesmos substantivos temáticos, assiste-se ao acentuar da tendência para ver Portugal à lupa, respigando dele, criteriosamente, o que poderia ser útil à fabricação daquela “parcela de sonho e de poesia sem a qual” – segundo António Ferro – “os povos não podem ser felizes”⁴⁰. Tratou-se, pois, de traduzir, pictoricamente, o que António Oliveira Salazar classificava como a “apologia da vida modesta”, o “levar os portugueses a viver habitualmente”, sem “aspirações excessivas”, buscando “antes aquela mediania colectiva em que não são possíveis nem os miseráveis nem os arquimilionários”⁴¹.

O estilo «realista» requisitado na arte dos regimes que caminharam para o totalitarismo foi, como se observa, um realismo de “tipo especial”⁴², distinto de todos os que atravessaram a estética europeia. Ele procurava não espelhar a realidade, mas a ideologia camuflada com vestes credíveis. Assim, o que se oferece é – não o retrato de um país dependente e periférico, albergando uma população maioritariamente analfabeta – mas

³⁶ Informação redigida pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro. 28 de Setembro de 1928. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

³⁷ Despacho do Conselho de Administração. 28 de Setembro de 1928. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

³⁸ Carta do pintor Martinho da Fonseca ao administrador geral da CGD. Lisboa, 1 de Agosto de 1929. AHCGD, Filiais – caixa n.º 20, processo 130 (Porto).

³⁹ Igor Golomstock, *L'Art Totalitaire. Union Soviétique. III. Reich. Italie Fasciste. Chine*, trad. do inglês, Paris, Éditions Carré, 1991, p. 196 [trad. da autora]. Sobre “realismo socialista” ou “realismo optimista”, veja-se, também: Matthew Cullerne Bown, *Art Under Stalin*, Nova Iorque, Holmes & Meier Publishers, 1991, p. 89-95.

⁴⁰ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, p. 175.

⁴¹ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 172.

⁴² Igor Golomstock, *L'Art Totalitaire. Union Soviétique. III. Reich. Italie Fasciste. Chine*, p. 197 [trad. da autora].

paisagens “onde apetece deixar pedaços de vida, horas de sossego”, pontuadas de gente “pobre mas alegre”, com as suas “casinhas modestas mas limpas e claras”⁴³.

Sendo o chefe do Governo etiquetado como “filho de camponeses”, o seu arqui-inimigo surgia, com naturalidade, na pele do “homem das cidades” que, “modelado, esculpido na própria luta com os outros que lhe disputam o seu lugar ao sol, é talvez, sem reparar, a encarnação do próprio egoísmo”⁴⁴. Os cenários urbanos, permeáveis, por natureza, aos “princípios daqueles que materializam a vida e consideram o homem, à russa, como máquina que produz e consome riqueza”⁴⁵, são, logicamente, excluídos das pinturas. Em sua vez, privilegiam-se os “lugarejos mais escondidos da terra portuguesa”, onde “não há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo”⁴⁶.

O trabalho, ou melhor, “a benéfica disciplina do trabalho”⁴⁷, configura o preceito fundamental em todas as pinturas expostas nas filiais da CGDCP. Esta omnipresença – repto prudente e avisado em edifícios votados ao dinheiro – lembra e reitera que “a riqueza é filha do trabalho” e que este “é um dever social”⁴⁸. Indiscutível como «direito» e como «obrigação» para todos, ele é, porém, exclusivamente retratado na sua faceta rural, como se esta fosse o último reduto da dignidade humana e o reflexo mais fiel das qualidades do povo português, “bondoso”, “sofredor, dócil, hospitaleiro”⁴⁹.

Em Santarém, Raul Martins, autor do projecto da filial, escolheu o pintor António Saúde para o painel decorativo⁵⁰. A tela, de 2,70 por 3m, executada no ano de 1933⁵¹, representa uma feira da região. Para a filial de Viana do Castelo, Raul Martins sugeriu o nome de Joaquim Lopes, ao qual se propôs um “quadro, em que se focassem, não só as actividades locais, mas a própria paisagem e o colorido pitoresco dos trajas e costumes da região”⁵². A pintura, terminada em 1937, partiu da feira de Viana como mote⁵³ para “constituir como que um documentário da vida local, sem esquecer nem o trabalho em todas as suas modalidades, nem a alegria sã da gente de Viana, traduzida em mil pequenos nadas de uma riqueza de colorido e de uma beleza pouco vulgares,

⁴³ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 138, 187, 174.

⁴⁴ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 169, 171.

⁴⁵ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 41.

⁴⁶ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 155, 171.

⁴⁷ António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 135.

⁴⁸ António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. I, 5.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1961, p. 199-200.

⁴⁹ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, p. 182.

⁵⁰ Ofício n.º 885, dirigido pelo arquitecto [Raul Martins] a José Belard da Fonseca. Lisboa, 31 de Maio de 1933. AHCGD, Filiais – caixa n.º 26, processo 173 (Santarém).

⁵¹ Ofício n.º 205, dirigido pelo arquitecto [Raul Martins?] ao director de serviços da Repartição de Contabilidade da CGDCP. Lisboa, 21 de Novembro de 1933. AHCGD, Filiais – caixa n.º 26, processo 173 (Santarém).

⁵² António Maria Veloso Reis Camelo, “Informação”, Lisboa, 20 de Julho de 1935. AHCGD, Filiais – caixa n.º 27, processo 186 (Viana do Castelo).

⁵³ António Maria Veloso Reis Camelo, “Informação”, Lisboa, 27 de Agosto de 1936. AHCGD, Filiais – caixa n.º 27, processo 186 (Viana do Castelo).

nem o turismo, a que a região se presta admiravelmente, traduzido pelas merendas no campo, em que não falte o precioso vinho verde, nem a máquina fotográfica.”⁵⁴

Em Ponta Delgada, como em Angra do Heroísmo, coube ao pintor Domingos Rebelo a autoria dos trabalhos pictóricos, respeitantes, em ambos os casos, às paisagens da região e actividades económicas locais. Por “ter agradado francamente o seu trabalho” para a primeira destas filiais, finalizado em Outubro de 1934⁵⁵, e “porque outro [pintor] não existe nas ilhas”, Veloso Reis Camelo convidou Domingos Rebelo a executar a pintura de Angra. A 19 de Dezembro de 1934, o arquitecto submetia ao exame do Conselho, o esboço da tela, concebida a partir dos seus próprios alvitres:

“Por sugestão um pouco minha, este quadro apresenta dois dos tipos mais característicos da ilha, o vendedor de leite e a camponesa, figuras que mais vincadamente marcam as origens do povo que a habita, recortando-se sobre uma vista panorâmica da cidade, ao fundo da qual se vê o Monte Brasil com a fortaleza que o separa do resto da ilha, e que ficou célebre na história da independência, hoje sede do comando militar dos Açores. Do lado esquerdo, vê-se o porto e do lado direito o mar que separa esta ilha das outras duas pertencentes ao distrito de Angra, Porto Santo e Graciosa, ilhas que se vêem na crista do horizonte. No primeiro plano, além das figuras a que atrás me refiro, vê-se ainda uma infusa, como espécimen da olaria local, talvez a mais típica indústria da ilha, e um tufo de beladonas, flores de cor mimosa e fresca que orlam os caminhos da Terceira.”⁵⁶

No que diz respeito à filial de Viseu, António Maria Veloso Reis Camelo, ao assinar a memória descritiva do edifício a 26 de Janeiro de 1935, determinou que “interiormente, na sala do público pintar-se-á um fresco alusivo das actividades locais, tais como a lavoura e indústrias regionais da cerâmica e panos de linho”⁵⁷. Abel Manta foi o pintor escolhido pelo Conselho de Administração para a sua feitura, a qual seria, todavia, a óleo e não a fresco. A 1 de Agosto de 1939, o artista submetia ao administrador geral da instituição um primeiro esquisso que descreveu do seguinte modo:

“Ao centro e em último plano, recorta-se a cidade de Viseu prolongando-se para os dois lados sempre como fundo, com os aspectos variados das paisagens das Beiras, desde da Estrela até ao mar. Sobre este fundo, destaca-se ao centro, o escudo da cidade de Viseu ladeado por duas figuras que poderão ser, uma de Viriato e a outra simbolizando a Província da Beira Alta. Para os dois lados do friso, desenrolar-se-ão cenas representativas

⁵⁴ António Maria Veloso Reis Camelo, “Informação”, Lisboa, 20 de Julho de 1935. AHCGD, Filiais – caixa n.º 27, processo 186 (Viana do Castelo).

⁵⁵ Ofício n.º 982, dirigido por João Pais Ribeiro, chefe da filial da CGDCP em Ponta Delgada, ao director de serviços da Secretaria da Administração da CGDCP. Ponta Delgada, 30 de Outubro de 1934. AHCGD, Filiais – caixa n.º 17, processo 109 (Ponta Delgada).

⁵⁶ Carta de António Maria Veloso Reis Camelo ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 19 de Dezembro de 1934. AHCGD, Filiais – caixa n.º 1, processo 3 (Angra do Heroísmo).

⁵⁷ [António Maria Veloso Reis Camelo], “Memória descritiva e justificativa do projecto da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a construir em Viseu, apresentado a concurso sob a divisa Viseu”, Lisboa, 26 de Janeiro de 1935. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 202 (Viseu).

das muitas actividades e fontes de riqueza da Província, tais como: agricultura, minério, energia eléctrica, lacticínios, estâncias termais, folclore, indústrias várias, etc.”⁵⁸

Embora este anteprojecto do painel tivesse sido aprovado três dias depois pelo Conselho de Administração, o qual apenas exigiu um abatimento de preço e dimensões⁵⁹, a maquete definitiva, endereçada por Abel Manta a 27 de Fevereiro de 1940⁶⁰, denuncia alterações, no sentido de valorizar a agricultura em detrimento de outros sectores económicos. Homologado este segundo estudo e autorizada a celebração do contrato a 5 de Março de 1940⁶¹, o produto final inscrever-se-ia na linha do último “arranjo” proposto pelo autor:

“Ao centro as armas da cidade, ladeadas por duas figuras – Viriato e a Beira Alta – e ao fundo a casaria e contrafortes da Sé entre dois maciços de arvoredos da região.

Dos lados são alegorias às actividades da província, principalmente a agricultura, em fundos da paisagem de entre Estrela, Caramulo e Val de Vouga, onde se destacarão as terras mais importantes; coisas que, evidentemente, só poderei estudar no sítio. (...) A parte importante do trabalho como sejam as figuras principais, serão executadas aqui, podendo portanto V. Ex.as seguir o seu andamento e, o resto – ligações de paisagem, figuras secundárias, etc. – serão, como digo, feitas no local porque ali estudarei do natural os elementos precisos, o que muito me simplificará a tarefa que começarei logo que V. Ex.as me o ordenem pelo contrato.”⁶²

Para o painel da sucursal de Portalegre, o Conselho de Administração da CGDCP dirigiu, a 18 de Novembro de 1938, um convite por escrito a Simão Dórdio Gomes, “em atenção ao alto conceito de que goza como artista”⁶³. Celebrado o contrato com o pintor a 10 de Março de 1939⁶⁴, a pintura – cujo tema o Conselho definira vagamente como “o trabalho e espírito de economia origem do bem-estar da família”⁶⁵ – ficou pronta no início de Dezembro desse ano⁶⁶. Dela se destaca a paisagem verdejante dos arredores da cidade, de que se vislumbram, ao fundo, casas e monumentos, surgindo

⁵⁸ Carta de Abel Manta ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 1 de Agosto de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

⁵⁹ Despacho do Conselho de Administração da CGDCP. 4 de Agosto de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

⁶⁰ Carta de Abel Manta ao engenheiro Franco de Sousa. Lisboa, 27 de Fevereiro de 1940. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

⁶¹ Ofício n.º 1009, dirigido pelo chefe da repartição da Secretaria da Administração da CGDCP ao pintor Abel Manta. 6 de Março de 1940. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

⁶² Carta de Abel Manta ao engenheiro Franco de Sousa. Lisboa, 27 de Fevereiro de 1940. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

⁶³ Ofício n.º 5395, dirigido pelo chefe da repartição da Secretaria da Administração da CGDCP a Dórdio Gomes. 18 de Novembro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 120 (Portalegre).

⁶⁴ Contrato celebrado entre a CGDCP e o pintor Dórdio Gomes. 10 de Março de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 120 (Portalegre).

⁶⁵ Ofício n.º 1006, dirigido pelo chefe da repartição da Secretaria da Administração da CGDCP a Dórdio Gomes. 3 de Março de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 120 (Portalegre).

⁶⁶ Carta de Dórdio Gomes ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 2 de Abril de 1940. AHCGD, Filiais – caixa n.º 19, processo 120 (Portalegre).

em primeiro plano uma série de figuras compenetradas nos seus afazeres: um pastor; uma mãe amamentando o filho; um cesteiro e o ajudante que prepara o vime; um homem ceifando; mulheres que carregam cestos e amanham os campos.

Finalmente, em Castelo Branco e na Guarda – filiais riscadas por Luís Cristino da Silva – os painéis patenteiam, dentro da temática regionalista, alguma especificidade. Representam-se os mapas de cada um dos distritos, nos quais a diversidade dos vários concelhos aparece vertida em pequenos pictogramas: figuras vestidas com trajes típicos, monumentos, produtos agrícolas e actividades rurais característicos de cada zona. Em Castelo Branco, a autoria é de Roberto de Araújo Pereira que, contratado em 28 de Julho de 1939⁶⁷, remata, em Setembro de 1941, a composição⁶⁸. Na Guarda, o painel foi entregue a António Cristino da Silva a 22 de Junho de 1939⁶⁹, achando-se terminado a 15 de Novembro de 1939⁷⁰.

3. A purga

A maioria das obras de arte até ao momento analisadas não se encontra nas filiais. Destruidas ou simplesmente retiradas, o seu rasto não é fácil de perseguir e o seu estudo vale-se, em boa parte, de fotografias da época ou de documentação escrita incluída nos processos concernentes à edificação de sucursais. Trata-se de uma ausência que precisa de ser lida como intencional e entendida em articulação com a concomitante quebra súbita e drástica na adjudicação de peças artísticas.

Todas as filiais erguidas até à criação da Comissão Administrativa das Obras da CGDCP comportavam, pelo menos, uma obra de arte; a maioria duas. Após o estabelecimento daquela estrutura administrativa – sugadora das competências ao nível das obras de construção, ampliação e conservação dos seus edifícios, antes detidas pela Caixa –, não só se deixam de efectuar encomendas, como ainda se extraem as peças artísticas existentes, aquando da intervenção nos imóveis, prática a que se sujeitou a esmagadora maioria das filiais a que nos referimos. No âmbito da escultura de vulto, não sobreviveu um único espécime⁷¹. Os baixos-relevos conheceram, quase na totalidade, o mesmo destino. Por sua vez, no campo da pintura, subsistiram os «painéis decorativos»

⁶⁷ Contrato celebrado entre a CGDCP e o pintor Roberto de Araújo Pereira. Lisboa, 28 de Julho de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 8, processo 46 (Castelo Branco).

⁶⁸ Carta de Luís Cristino da Silva ao chefe da Repartição da Secretaria da Administração da CGDCP. Lisboa, 13 de Setembro de 1941. AHCGD, Filiais – caixa n.º 8, processo 46 (Castelo Branco).

⁶⁹ Contrato celebrado entre a CGDCP e o artista António Cristino da Silva para a realização de uma decoração mural destinada à sala do público da filial da Guarda. Lisboa, 22 de Junho de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 14, processo 89 (Guarda). Embora o contrato e a restante documentação consultada apenas mencione, como responsável pela execução da pintura, o artista António Cristino da Silva, verifica-se que o painel apresenta, além da assinatura deste, a de “Rodrigues Alves”.

⁷⁰ Carta de António Cristino da Silva ao administrador geral da CGDCP. Lisboa, 15 de Novembro de 1939. AHCGD, Filiais – caixa n.º 14, processo 89 (Guarda).

⁷¹ Esta afirmação é igualmente válida para Portalegre, onde hoje nos deparamos com a estátua de Barata Feyo, não por ela ter permanecido no lugar – foi, na realidade, apeada, deixada a deteriorar-se e posteriormente colocada num largo –, mas porque a remodelação operada no edifício, no final da década de oitenta e início dos anos noventa, a recuperou e devolveu ao seu primitivo posto.

de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda. Foram subtraídos os do Porto, Bragança, Viana do Castelo, Angra do Heroísmo, Viseu e Ponta Delgada.

As razões deste processo banidor apenas se podem conjecturar. São raros os casos em que a documentação permite compreender de que forma a intenção de remodelar ou ampliar uma dependência se converte em desejo ou oportunidade de «expurgar» obras de arte. Resta-nos, portanto, explorar o terreno da semiótica, questionando as incompatibilidades de que as peças artísticas padeceriam face aos critérios estéticos empossados a partir dos anos quarenta.

De facto, não parece ser de considerar, como chaves explicativas, nem as eventuais restrições económicas, nem o “insuficiente” “pé-direito” para a correcta colocação da obra – como se argumentou, com sucesso, em Angra do Heroísmo aquando da construção do novo imóvel, acabando o quadro de Domingos Rebelo por ser vendido juntamente com a antiga edificação⁷² –, nem mesmo a orientação, fixada pela Administração da Caixa, na década de quarenta, de nos projectos a elaborar não se “prever a decoração com quadros ou esculturas sem que haja autorização especial e escolhidos os respectivos autores”⁷³.

As raízes são mais fundas e parecem prender-se, sim, com a inadequação da iconografia adoptada, o que, aliás, explica que as pinturas, votadas na quase totalidade ao menu regionalista, se conservem com maior incidência do que as esculturas. Os deuses e deusas da Antiguidade Clássica que encarnavam, sobretudo, em estátuas, passam a ser vistos não como alegorias apropriadas, mas como redutos de paganismo⁷⁴, aliás agravado pela ostentação de belos corpos, maioritariamente femininos, com atributos de difícil descodificação.

Por outro lado, nos edifícios construídos de raiz a partir do início dos anos quarenta, emergem novos modelos arquitectónicos – historicismo-regionalismo e classicismo depurado – de difícil coadunação mormente com a escultura aposta nas fachadas, quer pelo facto dos beirais, coruchéus piramidais ou cónicos, pináculos e portais barroquizantes assegurarem uma carga cenográfica suficiente, quer por se procurar atingir uma simplicidade monumentalizante como sinal de austeridade e autoridade.

Tudo se passa, pois, como se as obras de arte que povoam as filiais dos anos trinta compensassem a feição internacionalista e minimalista dos edifícios, cuja função precisava de ser anunciada e esclarecida, desde o exterior, com relevos ou estátuas capazes de clarificar a função ali albergada. Além disso, serviam, na qualidade de ornamento, para amenizar esse mesmo carácter modernista, introduzindo uma nota de figurativismo, de «compreensão

⁷² Ofício n.º 317, dirigido pelo engenheiro adjunto da CAOCGDPC, José de Figueiredo e Castro, ao chefe da Repartição de Administração, Fiscalização e Avaliação de Propriedades. Lisboa, 20 de Março de 1958; Ofício n.º 2185 (confidencial), dirigido pelo gerente da filial de Angra do Heroísmo ao chefe da Repartição de Administração, Fiscalização e Avaliação de Propriedades da CGDCP; “Auto de arrematação de propriedades”. 19 de Janeiro de 1959. AHCGD, Filiais – caixa n.º 1, processo 2 (Angra do Heroísmo).

⁷³ “Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. Programa para a elaboração do anteprojecto da filial da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência em”, s/d [segunda metade da década de 40]. AHCGD, Plano de obras – caixa n.º 1, processo 1.

⁷⁴ Neste sentido aponta a já citada memória descritiva de Barata Feyo: “Pondo de parte a representação convencional das chamadas figuras simbólicas de deuses e deusas do Olimpo, e isto porque muito simplesmente, só podemos compreender a intervenção de um Deus na nossa vida e na nossa morte (...)”. Cfr. Salvador d’Eça Barata Feyo, “Memorial”, Barcarena, 31 de Janeiro de 1938. AHCGD, Filiais – caixa n.º 31, processo 205 (Viseu).

possível» face a um estilo arquitectónico que, embora se reivindicasse padroeiro de uma sociedade massificada, era somente apreciado e entendido por uma minoria.

Tornar a arte «compreensível» para as massas foi um dos argumentos centrais para a defesa e imposição – mais ou menos forçosa – do «realismo» artístico em todos os regimes com tendências totalitárias. O inteligível divorciou-se do intelectual. A procura do «saudável» e a eliminação do «doentio» possuíam em comum a aversão aos “intelectualistas da arte, geometrizaradores ou freudianos”, que “exorbitam” e “tendem para a abstracção”⁷⁵. Esta “arte nova, profundamente cerebral”, «rebuscada» e capaz de “muitas obras mentirosas e obtusas”⁷⁶, tinha – proclamava-se – “teorias a mais” e “realidade viva”, “graça” e “beleza”⁷⁷ a menos.

Na arquitectura, como nas artes plásticas, duas foram as vias para a «regeneração» da arte: o universalismo (não confundido com «internacionalismo») e o nacionalismo. Se no âmbito arquitectónico estes dois rumos se traduziram em soluções formais (recurso à gramática clássica ou cultivo de fórmulas históricas/regionalistas), na pintura e na escultura eles corresponderam a opções temáticas (alegorias ou assuntos regionais). Ambos os caminhos para a «salvação» não deixaram de se cruzar, quer literal, quer metaforicamente. Com efeito, não apenas se advogou e se pôs em prática a junção entre o «monumental» e o «pitoresco»⁷⁸, como também se mitificou o (suposto) retrato da «realidade».

⁷⁵ Fernando Pamplona, *Rumos da Arte Portuguesa*, p. 105.

⁷⁶ “Arte nova, arte velha”, *A Arquitectura Portuguesa*, ano XXXII, 3.ª série, n.º 50, Lisboa, Maio de 1939, p. 9.

⁷⁷ Fernando Pamplona, *Rumos da Arte Portuguesa*, p. 105.

⁷⁸ Cfr., nomeadamente, “Lisboa monumental e pitoresca”, *Arquitectura*, ano VIII, n.º 26, Lisboa, Dezembro de 1935, p. 168.

O ESTADO NOVO E AS PESCAS
A RECRIAÇÃO HISTORICISTA DE UMA “TRADIÇÃO MARÍTIMA NACIONAL”*

Introdução

Alguns historiadores interessados em debater a ideologia e a natureza política do salazarismo têm salientado a importância das relações discursivas entre nacionalismo, tradicionalismo e historicismo¹. Procurando identificar o que designa por os “mitos ideológicos fundadores” do regime – proclamados por Salazar no “ano X da Revolução Nacional”, como se de uma liturgia política se tratasse –, Fernando Rosas destaca dois imbricados mitos, cujos enunciados fundamentais também se detectam com clareza no discurso maritimista do Estado Novo: o mito *palingenético* e o mito do *novo nacionalismo*².

De natureza propositiva, o primeiro axioma exprime uma pretensão comum à direita antiliberal portuguesa e a certas correntes conservadoras do nacionalismo republicano: a ideia de um “Estado Novo”, capaz de revivificar a nação, de pôr termo à “decadência nacional” e à própria degenerescência do povo. Problemas cuja solução os intelectuais da geração de 1890 já associavam à “questão do regime” e a propostas de reorganização do Estado.

De cariz providencialista, a segunda alegoria detectada por F. Rosas aponta para um projecto de continuidade histórica, prometendo um Estado (“novo”) empenhado em “institucionalizar o destino nacional”³. Um Estado autoritário investido na função de guia espiritual da nação e disposto a recuperar as suas essências orgânicas – os caracteres de identidade colectiva que, supostamente, o liberalismo olvidara e destruíra.

* O presente texto consiste numa versão sumária do seguinte artigo: A. Garrido, «O Estado Novo e a recriação historicista de uma tradição marítima nacional – Discursos sobre a “grande pesca”», in: *Revista de História das Ideias*, vol. 28, FLUC, 2007, pp. 327-355.

¹ Entre outros, vide Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157, 2001, pp. 1031-1054; Yves Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, pp. 173-190; João Medina, *Salazar, Hitler e Franco – Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pp. 90-184.

² F. Rosas, *art. cit.*, p. 1034.

³ *Idem, ibidem.*

Supondo uma retórica anti-ideológica, ambos os mitos teriam por fim hegemonizar a autoridade cultural do regime salazarista; fazer crer que o “Estado corporativo” era a “terceira via” necessária e indispensável, conquanto se propunha reordenar a vida social e resgatar a individualidade portuguesa. Tarefas tanto mais urgentes, quanto o individualismo liberal e o colectivismo comunista seriam sistemas que conduziriam o “corpo nacional” à uniformização totalitária e à supressão da identidade⁴.

Se acaso visitássemos a extensa galeria de mitos da ideologia salazarista, em especial os discursos que mais insistem numa versão singular do “nacionalismo português”, seria provável que em todos eles se descobrisse uma insinuação cultural reaccionária que atribui a certos campos da vida económica e social um carácter tradicional e perene, capaz de re-essencializar o imaginário da “nação orgânica” e de exaltar as virtudes sociais de uma “ordem natural das coisas” inscrita na história. A ideia corporativa e a rede de instituições com que o Estado autoritário recobriu as relações entre o “capital” e o “trabalho” e procurou submeter os actores económicos e sociais a uma paz social compulsiva, foram as expressões mais evidentes desse proclamado organicismo. Nesta ordem dogmática, explicitamente moral, mas realmente política e totalizante, se inserem os discursos e as práticas oficiais de resgate de uma “tradição marítima nacional”, cujo domínio mais emblemático e mais sujeito à fórmula corporativa foi o das pescas.

1. Salazarismo e *maritimismo*

Partindo de um inventário selectivo dos discursos emitidos pelos órgãos de propaganda do regime salazarista, lendo as principais vulgatas do sistema corporativo e interpretando os registos de comunicação da imagem política do chefe da oligarquia das pescas, Henrique Tenreiro⁵, propomo-nos discutir em que medida o Estado Novo compôs uma ideologia maritimista que penetrou o próprio conceito de nacionalismo português. Referimo-nos a um feixe de ideias que, embora recalçadas pela hegemonia do ruralismo na ideologia oficial do Estado e amiúde associadas às exaltações de grandeza imperial da nação, se exprimiram de forma relativamente autónoma ante tais tropismos ideológicos dominantes.

Quanto à concepção de nacionalismo que releva dos escritos e alocações de Salazar e que sobressai do discurso das elites políticas do regime, a memória histórica há muito estabeleceu a noção de que as ideias imperial e rural singularizam o caso português. Segundo as representações ideológicas de cunho estatal, Portugal seria

⁴ Para um breve ensaio sobre este confronto de ideologias no tempo histórico de afirmação dos “fascismos”, vide George L. Mosse; Emily Braun; Ruth Ben-Ghiat, *A Estética no Fascismo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa (trad.), 1997, pp. 27-50.

⁵ Henrique Ernesto Serra dos Santos Tenreiro (1901-1994). Oficial da Armada, fez a tarimba política na Organização Corporativa. Entre 1936 e 1974 foi delegado do Governo de todos os organismos corporativos (e empresas dependentes) das “pescas nacionais”. Entre 1946 e 1950 foi vogal da Direcção da Junta Central das Casas dos Pescadores. Em 1950 subiu a Presidente da Direcção do mesmo organismo. Para uma biografia, vide os nossos artigos: “Henrique Tenreiro: patrão das pescas e guardião do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. XXXVI, n.º 160, Outono de 2001, pp. 839-862; “Henrique Tenreiro: um empresário do sector público-corporativo da economia salazarista?”, *Estudos do Século XX*, n.º 4, 2004, pp. 297-322.

um país simultaneamente imperial e camponês⁶. E a julgar pelo discurso político oficial, quer o colonialismo quer o ruralismo seriam traços identitários da nação – essências, jamais ficções. A integridade do Estado-Nação firmar-se-ia na convergência de dois patrimónios históricos inexpugnáveis: *i*) a ordem da terra e dos campos – um nacionalismo conservador e telúrico; *ii*) a ordem colonial-imperial, garante de uma nação subtraída à sua pequenez por meio de assimilações ultramarinas construídas na história – um nacionalismo imperial ou “lusotropical”⁷.

Talvez esta caracterização binária ajude a decifrar o enigma da longevidade do salazarismo. Mas é certo que não esclarece a questão, ainda mais complexa, da natureza fascista, ou apenas autoritária e conservadora, do regime português. Além do escasso contributo que estas e outras definições parciais do salazarismo trazem ao eterno, mas decisivo debate da sua natureza política, todas acabam por inibir a inclusão historiográfica de outras marcas ideológicas do sistema, não menos comuns nos discursos que decantaram o reenlace do Estado com a nação.

A edificação discursiva do *maritimismo* e o modo como, a seu propósito, a propaganda estabeleceu articulações de significado com outros tópicos ideológicos que presumem a intenção de compor e impor uma versão reelaborada do “nacionalismo português”, oferecem um campo fértil de discussão. Neste texto apenas se propõe uma abordagem preambular do problema; um exercício hermenêutico assente num inventário de ideias e imagens (ou *representações*) cunhadas pelo Estado em torno da sua própria intervenção no domínio das pescas.

No campo económico e social, o *maritimismo* do Estado Novo exprimiu-se numa série de iniciativas estatais de protecção e fomento, cujos emblemas principais foram a pesca do bacalhau e a marinha de comércio. Do ponto de vista político, estamos perante programas de autarcia relativa e de disciplina autoritária dos interesses, que tanto denotam uma visão conservadora e tradicionalista dos meios sociais marítimos, como implicaram iniciativas modernizantes. Quer a reanimação da “grande pesca”, quer a renovação da marinha mercante – esta última propagandeada até à exaustão através do “Despacho 100”, de 10 de Agosto de 1945, assinado pelo ministro da Marinha Américo Tomás⁸ – foram apresentadas como expressões do restabelecimento da soberania do Estado-nação imperial.

No que se refere às pescas, a conjugação das linguagens tradicionalista-conservadora e moderna é particularmente visível nas principais ritualizações simbólicas do “regresso de Portugal ao mar”, as quais combinam o folclorismo de validação etnográfica e a estética de massas do fascismo. A tentativa de *nacionalizar a tradição marítima portuguesa* vislumbra-se em inúmeros textos de propaganda da oligarquia corporativa das pescas. Com uma insistência litúrgica, a ideia é verbalizada nos rituais de sociabilização popular dos progressos das frotas pesqueiras industriais – veja-se o folclorismo nacionalista (ou os costumes locais e regionais nacionalizados) das cerimónias de *bota-abaixo* dos navios bacalhoeiros, invariavelmente consumadas “em nome de Deus e do Estado Novo”. Da

⁶ Yves Léonard, *ob. cit.*, p. 189.

⁷ Sobre o conceito de lusotropicalismo, cunhado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, veja-se Valentim Alexandre, *Velho Brasil Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000, pp. 227-229.

⁸ Vide *A Marinha nos últimos 40 anos, 1926-1966*, Lisboa, Ministério da Marinha, s.d., pp. 355 e ss.

mesma estirpe estilística são as festivas inaugurações de bairros destinados à “gente do mar”, promovidas pela Junta Central das Casas dos Pescadores, na maioria das vezes por iniciativa de Henrique Tenreiro.

Nestes e noutros cenários de actuação da “grande família das pescas”⁹ – outra expressão muito comum na propaganda –, a *estética* e a *organização* são recursos capitais na construção de imagens harmónicas e consensuais. Certos elementos de costume dos pescadores – incluindo traços tão díspares como o traje, a dança e as crenças, ou o modo de aparelhar uma vela e de amarrar os anzóis de uma arte de caçada – são apresentados como prova de existência e revigoramento de uma “cultura popular” de base nacional¹⁰. Deste formulário ideológico de cariz etnográfico à legitimação do corporativismo e das suas formas públicas e autoritárias de enquadramento dos pescadores dista um pequeno passo. Invariavelmente, as instituições de “cooperação social” impostas à gente do mar (as Casas dos Pescadores) são justificadas e exaltadas em função de uma estreita harmonia entre o figurino institucional definido pelo Estado e as vivências tradicionais das comunidades¹¹.

O mar que a propaganda descreve e filma, não é, porém, o mar tumultuoso e dramático das fainas da pesca. Antes o mar que se entrevê no retrato de comunidades litorâneas reorganizadas e reanimadas pelo Estado por meio de um aparatoso programa de assistência material, moral e religiosa. Não por acaso, o propósito de refundir o mar com a nação é regularmente evocado como argumento legitimador da “obra social” oferecida às populações marítimas pelo “Estado corporativo”.

Nas páginas do *Jornal do Pescador* e do *Boletim da Pesca*, as principais publicações periódicas editadas e apoiadas pela Organização das Pescas, abundam os retratos de harmonia telúrica dos colectivos humanos. Profusamente ilustradas, ambas as revistas publicam reportagens que apresentam os pescadores como arquétipos nacionais subtraídos à miséria e aos vícios da “proletarização”. De par com este registo apologético da “obra social das pescas”, que domina as edições do *Jornal do Pescador*, evidenciam-se as reportagens sobre as iniciativas modernizadoras das frotas e das artes, proliferam notícias dedicadas à melhoria das condições de trabalho a bordo e sobre a reanimação integrada das indústrias a montante e a jusante da extracção de recursos do mar¹².

As representações dominantes na imprensa oficiosa das pescas portuguesas são, todavia, aquelas que exprimem linguagens próximas da propaganda da obra económica e social dos regimes fascistas, bem como as que documentam evidências modernizadoras que visam certificar a reconquista da soberania económica do Estado. No caso da frota

⁹ Além de outras publicações, a expressão consta do seguinte volume: *Vigésimo aniversário da Organização das Pescas*, Lisboa, Gabinete de Estudos das Pescas, 1957.

¹⁰ A título de exemplo, cf. *25 Anos de Assistência à Gente do Mar*, Lisboa, Junta Central das Casas dos Pescadores, 1962 (brochura de propaganda em três línguas: Português, Francês e Inglês); *Jornal do Pescador*, n.º 8, 31 de Agosto de 1939; *idem*, n.º 11, 30 de Novembro de 1939; *idem*, 28 de Maio de 1943.

¹¹ Estes processos de *cooptação* do “local” pelo “nacional” foram notados por diversos autores relativamente à acção desenvolvida pela Junta Central das Casas do Povo no mundo rural. Vide Daniel Melo, *ob. cit.*, pp. 170-171. Para uma comparação com o papel da Junta Central das Casas dos Pescadores, vide o nosso livro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, *cit.*, pp. 205-220.

¹² As séries completas do *Boletim da Pesca* encontram-se na Biblioteca do Museu Marítimo de Ílhavo. A série incompleta do *Jornal do Pescador* encontra-se na mesma Biblioteca e também na secção de “arquivo e biblioteca” da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, em Alagôres, Lisboa.

bacalhoeira, as proclamações ideológicas do “ressurgimento” da “grande pesca” excedem as sugestões de resgate de um *maritimismo* essencial e orgânico; de um *maritimismo* enraizado na história, é certo, mas apenas visível nas iniciativas de protecção social das comunidades piscatórias. Regularmente, os serviços de propaganda da oligarquia corporativa veiculam fortes similitudes entre as ideias de restabelecimento do poder do Estado e da sua “marinha de pesca”¹³ e as projecções de grandeza imperial da nação.

A explicação mais plausível para esta composição multiforme de argumentos ideológicos destinados a persuadir a opinião portuguesa e estrangeira sobre o efectivo alcance da “obra das pescas”, estará relacionada com o papel e a ambição de Henrique Tenreiro, que ora se apresenta como o padrão político das “pescas nacionais”, ora como o “pai dos pescadores”¹⁴. Por um lado, o seu carisma, a sua capacidade de trabalho e a celeridade com que formou uma oligarquia influente junto das cúpulas do regime, conferiu aos programas de fomento das indústrias de pesca e construção naval dimensões inusitadas e deu ao sistema de assistência social aos pescadores um sentido eminentemente moral e legitimador do sistema corporativo. Por outro, a sua acção como delegado do Governo junto de todos os organismos das pescas criados – por lei, ou *de facto* – de 1935 em diante fez prova de reais iniciativas de fomento material.

2. O enquadramento social da “gente do mar”

Fazendo uso das pragmáticas ambições de Henrique Tenreiro, entre 1934 e 1937 a construção discursiva de uma “tradição marítima nacional” foi impulsionada pela necessidade de preencher um intrigante vazio doutrinário a respeito da organização social dos colectivos piscatórios.

Em 1934, a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social autorizara, a título de experiência, a criação de três “sindicatos corporativos” de pescadores de âmbito local: Nazaré, Buarcos e Seixal. Mas depressa o Governo confirmou que o “sindicalismo livre” não morrera de vez com a repressão da “greve geral revolucionária” de 18 de Janeiro desse mesmo ano¹⁵: a forte infiltração de comunistas e anarquistas naquele trio de sindicatos de pescadores e a dinâmica que exibiram na greve dos bacalhoeiros da Primavera de 1937 mostraram que, do lado do “trabalho”, a batalha da corporativização não estava ganha¹⁶. De certa forma, o Estado autoritário subestimou

¹³ Expressão comum durante o período salazarista, supõe uma visão fragmentada e militarizada da “economia marítima”. Foi particularmente exaltada pelo Almirante Américo Tomás, no exercício do cargo de ministro da Marinha (1944-1958), sugerindo uma estreita aliança entre a soberania do Estado e o sistema de autoridade marítima assegurado pela Armada, cujos símbolos de poder seriam as diversas frotas ou “marinhas” – marinha de guerra, marinha mercante, marinha de pesca e marinha de recreio.

¹⁴ A título de exemplo, cf. AM (Arquivo Geral de Marinha), Núcleo 423, *Comissão de Extinção das Instalações do Almirante Tenreiro*, cx. 401, ficha 74.

¹⁵ Veja-se Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar – A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

¹⁶ Vide o nosso artigo, “Os bacalhoeiros em revolta: a greve de 1937”, *Análise Social*, vol. XXXVII, Inverno de 2003, pp. 1191-1211.

os perigos do “entrismo” vermelho e libertário nos domínios da pesca e foi forçado a procurar soluções anti-sindicais de enquadramento dos pescadores.

A leitura dos principais textos do sistema corporativo português confirma que o “mundo marítimo” colheu na doutrina corporativa portuguesa uma abordagem autónoma – e mesmo um tanto idílica – que recomendou ao Estado um extremo cuidado no desenho das respectivas instituições de enquadramento social. A pesca era a actividade económica mais expressiva desse “meio social”: em 1930 ocupava cerca de 40 000 pescadores¹⁷. É, todavia, o conceito plural de “populações marítimas” que sobressai nas referências doutrinárias e políticas. A unanimidade dos princípios gerais de organização das populações marítimas contrasta com as dificuldades, hesitações e com a extrema prudência do Estado quando tratou de legislar sobre o figurino dos organismos de enquadramento social da gente do mar. Porém, estes princípios preambulares da organização corporativa das pescas deixavam perceber que os pescadores não dispunham de qualquer autonomia representativa. A situação assemelha-se à da génese das Casas do Povo: o desequilíbrio entre o “capital” e o “trabalho” é, *ab initio*, estrutural e ostensivo. As Casas dos Pescadores não dispõem de Assembleia Geral, nem de direcções eleitas; nos termos da lei, o presidente da direcção é o capitão do porto.

Com efeito, quanto à pesca e às “profissões marítimas”, as referências doutrinárias são muito escassas, quando não ausentes. Os ideólogos preferem estabelecer elementos de recusa quanto ao modelo de enquadramento da actividade piscatória a enunciar com clareza o perfil das instituições a criar. O tópico mais saliente desse feixe de orientações de enquadramento da ordem social das pescas é o da recusa de qualquer figurino institucional capaz de consentir, mesmo sob alçada do Estado, a formação de aglomerados classistas em comunidades propensas à “agitação social”, embora dotadas de laços imanentes de cooperação e solidarismo. Daqui decorre a afirmação vigorosa de que as relações humanas e o trabalho, no campo como no mar, formam um “meio social”, uma comunidade de homens de diferentes classes e profissões que, em função da sua vida colectiva, dos seus laços de parentesco, tradições e património espiritual, poderiam acolher mais facilmente um modelo de enquadramento cooperativo do que organismos de base profissional (como seria o caso dos sindicatos, mesmo que “nacionais” ou “corporativos”). Os impulsos de solidariedade dos mundos marítimo e rural e a frequente indistinção, ao nível das “pescas artesanais”, entre os proprietários dos meios de produção e os assalariados, foram outros dos aspectos invocados para justificar um enquadramento peculiar. Evitando separar o que a tradição unira, as Casas dos Pescadores teriam o estatuto de “organismos de cooperação social”.

Se olharmos o discurso legislativo e de propaganda na perspectiva dos fins instrumentais a que ele se proporia, verificamos que os propósitos do Estado seriam muito mais pragmáticos do que as utopias doutrinárias fazem crer. Pôr em marcha a “campanha do bacalhau”, por exemplo, implicava deter a incerteza do recrutamento de pescadores, reprimir a instabilidade das companhias e a diferenciação salarial entre navios – velhos factores de perturbação da pesca e do próprio rendimento das empresas. O fomento da “grande pesca” supunha instituir mecanismos compensatórios do sistema

¹⁷ 39 414 indivíduos, número que corresponde a 1,5% da população activa total do país (ocupações directas; não estima os “empregos induzidos”). Cf. *Estatística das Pescas Marítimas no Continente e nas Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Ministério da Marinha (séries anuais entre 1896 e 1969).

de exploração intensiva do trabalho: a assistência, alguma previdência e uma certa melhoria das condições de trabalho a bordo. Tudo isto sem sugerir um autoritarismo abrupto, susceptível de colidir com o costume e de violentar as formas particulares de organização social das famílias e comunidades de onde saíam os homens que iam ao bacalhau.

De sentido autoritário e totalizante, o enquadramento compulsivo dos “trabalhadores do mar” tanto fez uso de argumentos etnológicos que denotam um esforço de *cooptação* dos usos e costumes locais pelo Estado e suas instituições, como se socorreu de discursos imagéticos e de ritualizações públicas fortemente cenografadas, a fim de despertar adesões e a emoção estética popular.

3. Estéticas e imagens da “obra social das pescas”

Em Janeiro de 1955, Henrique Tenreiro encomenda ao mestre Domingos Rebelo, pintor açoriano que compôs outras elegias do salazarismo¹⁸, um fresco capaz de enaltecer a obra de assistência à gente do mar. Realista e eloquente, o grande óleo deveria glorificar a obra social da Junta Central das Casas dos Pescadores e o próprio “Estado corporativo”. O resultado pictórico foi esteticamente pobre, mas deveras exaltante para a ideologia e a política oficiais.

Ao centro, num imponente retrato de corpo inteiro, a tela exhibe um “pescador verdadeiro”, figura austera e forte que não pareceria estranha num filme de Eisenstein¹⁹. À direita, em perspectiva, distinguem-se algumas realizações da “obra social das pescas” – os asilos para velhos, os postos médicos e as farmácias. À esquerda, as creches, os infantários, os lactários e as escolas de pesca destinadas aos filhos dos pescadores. As mulheres são evocadas pela figura da varina. Do mesmo lado da tela, junto à praia, avistam-se dois pares de casas brancas, soalheiras e asseadas, protótipos dos bairros piscatórios construídos no âmbito da política social do Estado Novo. Em fundo, um enorme *icebergue*, metáfora de todos os perigos com que se debatiam os pescadores bacalhoeiros que deixavam as suas comunidades durante seis meses do ano. No mar largo, navegando à vela, um lugre de três mastros, o tipo mais comum da renovada “frota bacalhoeira nacional”.

Segundo a mensagem ideológica do quadro e a iconografia que o pintor nele representou, uma vez protegida pelo Estado Novo a vida da “classe piscatória” tornara-se digna, harmoniosa e mais comunitária do que nunca. Não por acaso, a enorme tela de Domingos Rebelo foi convertida num bilhete postal da “assistência à gente do mar”. Por iniciativa de Tenreiro, foi aposta em medalhas comemorativas da Junta Central das

¹⁸ Domingos Rebelo (1891-1971). Entre outras obras que lhe foram solicitadas pelo Estado Novo, foi autor de pinturas murais na Assembleia Nacional e no Ministério da Educação Nacional. O quadro a que nos referimos, intitulado “Família Piscatória”, encontra-se em exposição permanente no Museu Marítimo de Ílhavo (Depósito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas).

¹⁹ Serguei Mikhailovitch Eisenstein (1898-1948), considerado pela maioria dos especialistas o expoente do cinema realista russo.

Casas dos Pescadores e serviu de capa a brochuras de divulgação e apologia, editadas em diversas línguas, sobre a acção social promovida pelo Estado Novo²⁰.

Volvidos poucos anos de presidência da Junta Central das Casas dos Pescadores, a “obra social das pescas” adquiria uma notoriedade extraordinária. Na expressão de um colaborador de Henrique Tenreiro, tinha uma “volumosa e brilhante expressão material”²¹. Embora “grandiosas e indesmentíveis”, as evidências materiais dessa ampla acção protectora em favor de “populações que não tinham defesa económica”²² foram amiúde exaltadas por acções de propaganda preparadas no próprio gabinete de Tenreiro. Os registos são tão diversos quanto as situações cerimoniais e os eventos festivos. Os rituais em que o Estado mais investiu do ponto vista simbólico, os que denotam mais cuidado na inibição prévia de eventuais manifestações hostis e, por efeito, os mais mobilizadores, foram as inaugurações de bairros de pescadores. Pelo que as imagens (fixas e em movimento) permitem entender, os rituais mais arrebatadores nem sequer tiveram lugar nos grandes aglomerados piscatórios. A mais intensa festa de inauguração de bairros de pescadores foi a que decorreu na Afurada em 1952. Em voz inflamada, o locutor do filme que Tenreiro mandara realizar para compor e difundir o evento, salientou que o cortejo náutico fluvial com que a festa culminou era “um dos maiores e mais vistosos que se têm realizado no nosso País”. Embandeiradas, desfilaram na foz do Douro mais de duzentas traineiras. À cabeça do cortejo de pretensões épicas, avistado por uma multidão popular apinhada nas margens do Douro, seguia uma “vedeta” da Marinha com o chefe do Estado, general Craveiro Lopes, a bordo²³.

Na imprensa escrita, na rádio e no cinema, a estilização épica e folclorista das imagens e o modo coloquial e radiofónico da própria locução ajudam a inculcar a mensagem fundamental: por todo o litoral português, de Vila Praia de Âncora a Vila Real de Santo António, das praias de Portugal continental às comunidades piscatórias das ilhas adjacentes, havia provas de uma obra social sem par, toda ela fruto da dedicação de um homem, Henrique Tenreiro, e do patrocínio do chefe do Governo, Salazar. Alegadamente, o sistema corporativo fora a fórmula certa para pôr os homens e as instituições ao serviço de “causas nacionais” e de propósitos identitários que refundiam o “local” com o “nacional”.

²⁰ A principal e mais reproduzida dessas publicações é a seguinte: *Assistência à Gente do Mar*, Lisboa, Orbis-Edições Ilustradas, s.d. Esta brochura, muito cuidada em termos gráficos e no modo como combina o texto e a fotografia, terá sido publicada em 1957. Inclui textos em Português, Francês e Inglês.

²¹ *Boletim da Pesca*, “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores nos seus trinta anos de existência”, n.º 95, 1967, p. 83 (transcrição de uma conferência proferida pelo jornalista Leopoldo Nunes nas instalações do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, no Palácio Foz, em Lisboa, a 4 de Maio de 1967).

²² *Idem, ibidem*.

²³ Cf. ANIM (depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Inauguração do Bairro de Pescadores da Afurada* (8 minutos). Filme realizado por António Francisco Veríssimo. Fotógrafo e cineasta, nasceu em Moncorvo a 13 de Maio de 1917. Alistou-se na Legião Portuguesa a 18 de Fevereiro de 1937. Passados alguns anos tornou-se responsável dos Serviços Cinematográficos da milícia anticomunista. Cineasta favorito de Henrique Tenreiro, realizou a maioria dos filmes documentais da Organização Corporativa das Pescas e da Brigada Naval da Legião Portuguesa, cujo comando pertenceu a Tenreiro entre 1936 e 1974. Cf. ANTT, Arq. LP, *Processo do Legionário n.º 18322, 293 do Comando Distrital de Lisboa*. Agradeço à Drª Joana Pimentel, da Cinemateca Portuguesa, a gentileza desta informação.

Na imprensa especializada e no cinema de actualidades, as imagens de bairros novos e de escolas alvas e limpas surgem em planos de contraste com a denúncia visual dos pardieiros a que o Estado Novo teria subtraído os pescadores e suas famílias. Percorrendo, de norte a sul, praia a praia, todas as localidades onde já havia obra da Junta Central das Casas dos Pescadores, em cada povoado se faz prova estatística dos serviços sociais prestados pela Organização Corporativa naquele ano de 1952, ou desde que a Casa dos Pescadores local começara a funcionar. Procurando esmagar cepticismos com a evidência “performativa” das imagens e dos números, a longa metragem *Ação Social do Pescador*²⁴, realizada por António Veríssimo, acaba por ser uma composição ordenada de imagens em movimento, para glória de uma obra, do seu criador e do sistema político que a insuflara. A estética do filme é similar à do cinema documental fascista. Fazendo da etnografia um recurso ideológico nacionalista – também aqui se insinua que o Estado reanimara a Nação –, o documentário é dominado por um discurso enumerativo, ritmado por uma espécie de refrões que vincam as realizações mais salientes da “obra social das pescas”. Exaustivo, o filme recorre a expressões numéricas contundentes que permitem exaltar todos os aspectos da ação social da Junta Central das Casas dos Pescadores: o número de injeções administradas no posto médico desta ou daquela Casa dos Pescadores, as visitas domiciliárias, as consultas de puericultura dadas às filhas e filhos dos pescadores, as refeições servidas em cantinas escolares, as receitas despachadas na farmácia, os internamentos e outros indicadores do “elevado espírito cristão” da protecção social oferecida pelo Estado Novo. “Nenhuma outra classe disfruta hoje de tamanha protecção e de tais regalias”, conclui o filme.

Mandado produzir no Verão de 1958 pelo armador e dirigente do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, José Maria Vilarinho, “para oferta ao comandante Tenreiro no dia do seu aniversário natalício, por dever de gratidão”, o filme de António Veríssimo oferece o retrato visual mais completo que se conhece da “obra social das pescas”. Fita de pretensão documental, aborda três tópicos essenciais da ação social promovida pelo Estado Novo, uma trilogia retomada em diversas brochuras de propaganda e presente por toda a imprensa oficiosa: “Lar, Instrução, Amparo”.

A prioridade atribuída à habitação sinaliza a importância que o problema dos bairros e dos alojamentos de pescadores tomou no programa político-social da Junta Central. Em finais dos anos quarenta, a Junta promoveu um inquérito demográfico a fim de averiguar o número de casas que seriam necessárias para os pescadores. A conclusão apontou para quatro mil fogos que, em teoria, poderiam albergar dezasseis mil pessoas. Como Tenreiro explicou, a Junta tinha património. O problema maior foi interessar as câmaras municipais na cedência de terrenos. Tal como sucedeu no projecto mais amplo das “Casas Económicas”, conduzido pelo INTP a partir de finais dos anos trinta²⁵, no que toca aos bairros para pescadores, boa parte do investimento da Junta Central

²⁴ ANIM (depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Ação Social do Pescador* (88 minutos), realização de António Veríssimo.

²⁵ Vide José Manuel Fernandes, “Habitação Social”, in: A Barreto e M. Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. VIII (Suplemento), 1999, pp. 170-171.

resultou de empréstimos da Caixa Geral de Depósitos – créditos “a juro baixo, com uma amortização longa, o que se conseguiu com trabalho e perseverança”²⁶.

Em 1967, estavam construídas 2454 “moradias económicas” para pescadores, cobrindo quase todas as povoações do litoral. Os bairros eram de dimensão variável e as casas de diversos tipos, A e B, com ou sem quintal, conforme a dimensão das famílias e os seus rendimentos. No dizer de um colaborador de Tenreiro, as habitações foram “bem localizadas, em bairros admiravelmente concebidos, higiénicas, confortáveis, alegres, de rendas baixas, valorizadas com centros sociais e postos de socorros”²⁷. O “portuguesismo” das construções supõe que, também aqui, a arquitectura foi usada como instrumento ideológico e de esterilização do conflito social.

A propaganda apresenta a “obra dos lares” de pescadores como se toda a gente do mar tivesse sido subtraída à vida em palheiros de madeira e em barracas cobertas de colmo. Dos anos cinquenta em diante, esses retratos de vidas miseráveis apenas se poderão ver e documentar através de textos, filmes e reportagens fotográficas de antropólogos e jornalistas estrangeiros. O mais importante para a política social do Estado autoritário seria fixar e concentrar as populações em colectivos arquitectónicos asseados e pitorescos; deter a mobilidade dos pescadores e agregá-los em bairros cuja ordem do casario sugerisse que o Estado conseguira impor uma certa higiene social às populações marítimas. Talvez por isso, as primeiras rendas foram relativamente baixas, de 40\$ mensais²⁸. Ainda assim, a Junta Central teve dificuldades em impor o pagamento das rendas, dado que as mesmas eram determinadas em função do cálculo de rendimentos que servia de base à cobrança do imposto de pescado. Nos meses de invernia, nas localidades mais dependentes da “pesca de praia”, muitas famílias havia que não pagavam a renda de casa. Paternal, Tenreiro quase sempre autorizava que nessas situações se permitisse aos pescadores esperar por melhores dias. Caso falecesse o casal de pescadores, a moradia destinava-se ao filho pescador ou à filha que fizesse prova de matrimónio com outro pescador. Detalhes de uma previdência corporativa frágil, moralista e pouco universal, supõem um controlo social obsessivo e totalizante, assente numa lógica endogâmica e puramente assistencial. No começo da “era marcelista”, em 1968, estaria realojado um sexto dos pescadores matriculados nas capitánias e delegações marítimas de Portugal e dos arquipélagos da Madeira e Açores – à volta de quinze mil homens.

A instrução elementar e profissional dos futuros pescadores foi o segundo vértice da “obra social das pescas”. A partir de 1939 foram criadas escolas primárias para ambos os sexos nas Casas dos Pescadores dos principais centros piscatórios. Segundo a lei, a instrução e a educação ministradas aos sócios das Casas “tinham por objectivo a formação de caracteres fortes, de trabalhadores activos, bons profissionais e bons portugueses”²⁹.

²⁶ H. Tenreiro, *Memórias Inéditas*, Rio de Janeiro, s.d., vol. II, fl. 23 (apontamentos memoriais dactilografados, gentilmente cedidos pelo Dr. Henrique Marçal – arquivo particular de família de H. Tenreiro).

²⁷ “A obra de Assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores...”, *cit.*, p. 81.

²⁸ H. Tenreiro, *Memórias...*, *cit.*, vol. II, fl. 23. As evocações numéricas que a seguir se descrevem constam da mesma fonte.

²⁹ *Diário do Governo*, 1ª série, Decreto n.º 27 978, de 20 de Agosto de 1937 (art. 9º).

A educação profissional dos pescadores foi aquela por que Tenreiro mais se interessou³⁰, envolvendo o Estado na sua própria ambição. Desde o começo dos anos quarenta, o Estado vinha instalando nas sedes das Casas dos Pescadores Casas de Trabalho para as raparigas (escolas de mães, onde as moças podiam aprender as primeiras letras e noções práticas de corte, costura, cozinha e puericultura) e Escolas de Pesca para os rapazes (preparação técnica para o manejo das artes). Dentro destas últimas, distinguiram-se as escolas Elementares e as Rudimentares. As primeiras dirigiam-se aos filhos de pescadores com menos de dez anos de idade e eram votadas ao ensino da manufactura e reparação de redes e aparelhos de pesca. As segundas destinavam-se a rapazes entre os dez e os catorze anos e habilitavam-nos para o exercício da profissão de moços-pescadores nas pescarias locais e costeiras. Entregues ao controlo dos presidentes das Casas dos Pescadores (os capitães dos portos ou os delegados marítimos, repita-se), ambas procuravam formas de ensino prático que, em rigor, beneficiaram a preparação profissional dos pescadores.

A organização do ensino primário e profissional da “gente do mar” participa dos valores ideológicos da “educação nacional” que Salazar e Carneiro Pacheco haviam proclamado em 1936. O ensino da moral e as lições de doutrina cristã ocupam um lugar de destaque na educação dos filhos dos pescadores. Num discurso proferido em 1949, Tenreiro propõe que o Estado incremente a “educação moral desses humildes obreiros da nossa economia”³¹. Nas festas de homenagem ao pescador que o próprio organiza em várias povoações do litoral, as Casas dos Pescadores mostram-se as primeiras guardiãs das tradições locais³².

Em regra, a parte profana do programa festivo era ocupada quase exclusivamente por exhibições de ranchos folclóricos. Embora diversas Casas dos Pescadores tivessem biblioteca e escolinhas de “teatro educativo”, a face mais visível das suas obrigações culturais e educativas residia na criação e dinamização de ranchos infantis. Umas poucas também tinham clubes desportivos de vela para pescadores e equipas de futebol com campo próprio³³. Para dar corpo a esta ampla organização de âmbito nacional, que exigia múltiplos apoios a nível local – incluindo o recurso a “fogueteiros”³⁴ – nos anos sessenta o “serviço social” da Junta Central das Casas dos Pescadores criou uma secção educativa para ordenar e planear todas as suas iniciativas nesse domínio.

Em 1950, quando Tenreiro sobe a presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, no campo do ensino profissional pouco mais existia do que a Escola Profissional de Pesca, criada em Pedrouços em 1941. Por dispendiosa e por falta de mestres-escola, era fraca a oferta de instrução profissional para os rapazes. A Escola Profissional de Pesca tinha por objectivos suprir essa carência e proporcionar aos pescadores uma base de conhecimentos técnicos que lhes permitissem integrar as

³⁰ Vide H. Tenreiro, “Casas dos Pescadores – Tese apresentada ao II Congresso da União Nacional”, Separata do *Boletim da Pesca*, n.º 5, pp. 12-20.

³¹ *Idem*, “O problema da pesca”, *II Conferência da União Nacional*, Lisboa, 1949, p. 163.

³² Cf. ANIM (Depósito do Arquivo Geral de Marinha), *Festa dos Pescadores em Peniche*, s.d. (11 minutos). A sequência do ritual é idêntica à de outra curta-metragem à guarda do ANIM: cf. *Festa de Homenagem em A-Ver-O-Mar*.

³³ H. Tenreiro, *Memórias...cit.*, vol. II, fl. 35.

³⁴ Indivíduo encarregado de lançar foguetes e de excitar os “vivas” da assistência.

tripulações das frotas do bacalhau e do arrasto, cujos planos de renovação o Estado acelerou durante a Guerra³⁵. A Escola formava filhos de pescadores com o mínimo de catorze anos e habilitava-os a embarcar como moços nos navios bacalhoeiros e nas traineiras de arrasto. Com o diploma da “Escola de Pesca”, os rapazes podiam ainda exercer os misteres de arrais, contra-mestres e mestres de pesca.

Em finais da década de sessenta, já o panorama educativo dos “trabalhadores do mar” se tornara bem diferente daquele que se conhecera nos anos quarenta. Em 1967, funcionavam em Portugal continental e nas ilhas adjacentes 11 escolas de pesca, com 104 alunos; 11 cantinas escolares; 36 casas de trabalhos manuais e de ensino doméstico; a “Colónia de Férias Dr. Pedro Teotónio Pereira”, que fora criada durante a Guerra para proporcionar “férias sãs” aos filhos de pescadores e aos descendentes de legionários da Brigada Naval; 4 casas de repouso para os velhos pescadores, com destaque para as de Sines e de Porto Brandão; 1 sanatório para pescadores tuberculosos, em São Brás de Alportel; 21 centros sociais; um hospital, sediado em Olhão; 84 postos médicos; 8 farmácias privadas; 11 maternidades; 19 postos de puericultura; 5 creches e jardins de infância³⁶. Rede gigantesca que, nos anos cinquenta deu a Tenreiro a ideia de comprar para a Junta Central uma quinta agrícola e pecuária, o Casal de S. Pedro da Caparica, cujas principais funções foram as de fornecer víveres para as creches e lactários e proporcionar estágios de trabalho às moças filhas de pescadores³⁷.

A ampla iniciativa protectora dispensada pelo Estado às pescarias artesanais teve na Junta Central das Casas dos Pescadores o seu organismo coordenador e em Tenreiro o seu principal entusiasta. Após o termo da Guerra, a Junta financiou a motorização de embarcações e regulou as condições de arrematação e transacção do pescado para defesa e incentivo da “pequena pesca”. As secções e postos de venda de peixe formaram uma rede que se estendeu aos principais centros piscatórios. No domínio das pescarias artesanais, a Junta preferiu o fomento material e espiritual de carácter assistencialista ao dirigismo económico dos grémios. No campo diverso das pescas de fraca (ou ausente) feição industrial, as práticas da Junta Central foram eminentemente paternalistas e sociais, procurando estabelecer ligações entre o “nacional” e o “local”, entre o público e o privado. A protecção das artes costeiras e locais não se exprimiu na criação de empresas ligadas aos grémios nem mesmo às mútuas seguradoras que deles dependiam, mas na assistência financeira, material e técnica, consoante as carências de âmbito local que as capitánias e as Casas dos Pescadores inquiriam junto das comunidades. Eram diagnósticos regulares, conduzidos pela Organização das Pescas a fim de atenuar o defeito das infra-estruturas dos portos, abrigos e lotas e de prevenir a “agitação social” da “gente do mar”. Na prática, o Estado acudiu a estas necessidades, ora segundo critérios de influência política executados através da União Nacional e outras organizações políticas e para-militares do sistema ditatorial, ora de

³⁵ H. Tenreiro, *Memórias...*, *cit.*, vol. II, fl. 42.

³⁶ “A obra de assistência da Junta Central das Casas dos Pescadores...”, *cit.*, pp. 81-82. Se confrontados com outros documentos mais e menos officiosos, entre os quais os relatórios da Junta Central das Casas dos Pescadores, os números avançados na fonte estão certos. A informação qualitativa resultou do confronto de diversas fontes já citadas.

³⁷ Cf. ANIM, *Acção Social do Pescador*, *cit.*

acordo com fins de prevenção do conflito social nas comunidades mais expressivas do ponto de vista demográfico.

O apoio à “pequena pesca” permitia auxiliar a sobrevivência de muitas comunidades piscatórias situadas à volta de portos e abrigos, de águas estuarinas, lagunas costeiras e bacias fluviais. Sabendo que as práticas de ocupação plural dessas comunidades eram comuns e muito antigas, o Estado procurou incentivar o desdobramento ocupacional dos pescadores. Mas fê-lo apenas à escala local e regional, isto é, evitando grandes mobilidades sazonais dos contingentes humanos, como era costume desde séculos anteriores. Nas artes costeiras e locais os poderes públicos da ditadura anteviam uma retaguarda eficaz dos programas de fomento das pescas de tipo industrial³⁸. O estímulo dessa complementaridade dos empregos e misteres foi uma das opções mais vincadas da política de pescas imposta pelo Estado Novo. A assistência aos pescadores-armadores da “pequena pesca” revelou-se uma forma de estancar os salários das pescarias industriais e de manter as fainas locais como um amplo reservatório de mão-de-obra disponível para o recrutamento sazonal exigido pelas pescas longínquas do bacalhau e do arrasto.

4. O fomento das pescas longínquas e o “regresso de Portugal ao mar”

Entre as veleidades práticas e ideológicas de reanimação de uma “tradição marítima nacional” supostamente arquivada pelos iconoclastas liberais, as oligarquias políticas do Estado Novo elegem, em primeiro plano, a reorganização das “indústrias do bacalhau” – a pesca, a secagem, a construção naval e o próprio negócio de aprestos.

A “campanha do bacalhau” mostrou-se um projecto central na economia política do “fascismo português”³⁹. Inspirado na *Bataglia del Grano* de Mussolini, tal programa de autarcia relativa foi imposto em meados dos anos trinta a fim de promover a substituição de importações de bacalhau. Baseado numa pretensão de resgate de uma gesta marítima que teria sido aberta com as primeiras viagens de portugueses para o Atlântico noroeste, por finais do século XV e inícios do século XVI, a “campanha do bacalhau” mobilizou um amplo esquema proteccionista da produção nacional de um pescado rico em proteínas animais e de grande tradição no consumo popular. A renovação da frota bacalhoeira e a normalização do abastecimento foram os sinais mais expressivos da “campanha” e aqueles em que o Estado mais investiu no plano da reprodução simbólica.

Após o termo da Segunda Guerra Mundial, a “liberdade dos mares” (a vigência da lei das três milhas de “mar territorial”) começou a ser tão incerta quanto a abundância de recursos biológicos nos extensos baixos ao largo da ilha da Terra Nova e da península do Labrador. Perante as ameaças do Direito e da natureza, a “campanha do bacalhau” depressa se tornou um projecto anacrónico. Subitamente, a eficiência económica da indústria que o Estado Novo sempre protegera tinha os dias contados. A pesca com veleiros e linhas de mão, feita por pescadores isolados a bordo de pequenos botes

³⁸ Cf. *A Organização Portuguesa das Pescas, cit.*, pp. 14-17.

³⁹ Vide *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau, cit.*, em especial, pp. 134-144.

(os “dóris”), compunha um belo bilhete postal. Na verdade, era uma arte obsoleta, apenas possível enquanto houvesse possibilidade de recrutar homens, de fornecer aos armadores crédito barato e de conter artificialmente os preços do bacalhau importado de modo a permitir que o nacional se vendesse.

Enquanto o Direito do Mar consentiu práticas de livre acesso aos pesqueiros e validou a abundância de recursos, com maior ou menor protecção do Estado a indústria de pescas portuguesa conjugou sem contradição o seu imaginário de *potência marítima tradicional* – de que a frota de veleiros do bacalhau se tornara o último e principal símbolo – com a defesa dos seus interesses de *Estado costeiro*, sempre ameaçado pela intrusão dos barcos espanhóis na estreita faixa do “mar territorial” português⁴⁰. Este binómio histórico não se tornou uma séria hesitação, nem sequer ameaçou a forçada coesão da indústria portuguesa de pescas, enquanto a Lei do Mar não se alterou a ponto de confinar as oportunidades de pesca aos recursos situados em águas de jurisdição nacional.

Mesmo quando deu sinais de poder soçobrar por razões exógenas ao sistema ditatorial-oligárquico nacional, a pesca do bacalhau foi utilizada, de forma instrumental, como um recurso da ideologia historicista e regeneracionista do salazarismo. O Estado Novo elege a “grande pesca” como alvo favorito dos seus programas de autarcia económica e da sua épica nacionalista; faz dos símbolos materiais e humanos desse “ressurgimento”, a *white fleet* e os pescadores-marinheiros, emblemas do alegado reencontro da nação com o mar. Volvidos cinco séculos das viagens de descobrimento, a pretensão ideológica e política do Estado Novo em recuperar a grandeza da nação marítima, torna as viagens ao bacalhau um objecto favorito para estabelecer similitudes épicas. A “grande pesca” permitia refundir o pescador com as figuras do nauta e do viajante; prestou-se a discursos historicistas e a rituais de forte envolvimento popular que se tornaram hegemónicos e fizeram uso de alguns recursos da propaganda moderna.

A protecção e o fomento da pesca do bacalhau tinham, porém, finalidades prosaicas e distantes da mística imperial de “dilatação da Fé”: “Ir ao bacalhau, alimentar o Povo, trazer à pátria o pão dos mares”, eis a divisa mais forte com que os textos de propaganda definem o programa autárquico. O móbil do projecto consistia, de facto, no abastecimento popular. Fazer da organização autoritária das subsistências um pilar da ordem social e política seria uma expressão do “Estado ditador de víveres” que Salazar defendera num escrito universitário de 1918⁴¹.

Por ironia, o Atlântico noroeste ficara de fora dos roteiros épicos do humanismo português. Nem Camões, nem qualquer outro poeta, escritor ou cronista dera importância às viagens que, segundo se crê, resultaram no achamento da Terra Nova

⁴⁰ Debateremos esta transição geopolítica e cultural – de uma “potência marítima” imaginada para o estatuto jurídico e prático de “Estado costeiro” – no livro *Economia e Política das Pescas Portuguesas – Ciência, Direito e Diplomacia nas Pescarias do Bacalhau (1945-1974)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp.139-152.

⁴¹ “Alguns aspectos da crise das subsistências”, in: Nuno Valério (introd. e dir.), *António de Oliveira Salazar – O Ágio do Ouro e outros textos económicos (1916-1918)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, pp. 223-275.

por portugueses de origem açoriana, em 1501⁴². No seu tempo, as viagens para o norte do Atlântico terão sido as menos relevantes da expansão marítima dos portugueses e as menos vitais para a estrutura mercantil do Estado. Não podiam, por isso, ser parte da construção concreta e mítica do Império. Não exprimiam negócio de Estado, nem fé, nem Império. A própria “descoberta” da Terra Nova jamais seria objecto de recuperação narrativa oficial e nunca seria inscrita na historiografia oficial do salazarismo sobre a época áurea das Descobertas. Apenas o diplomata e historiador Eduardo Brazão se dedicou ao tema e, ainda assim, sem grande fervor ideológico⁴³.

4.1. A ritualização nacionalista-popular da “campanha do bacalhau”

Porém, não foi por falta de relevo histórico que a pesca do bacalhau deixou de merecer um vasto conjunto de representações ideológicas de produção estatal, desde a literatura à imprensa, do desenho à pintura, ao cinema e ao teatro⁴⁴.

A mais cuidada e arreatadora iniciativa do Estado Novo neste domínio foi a bênção dos bacalhoeiros, uma festa popular celebrada ano após ano, em Abril, no espaço cénico de Belém, a fim de abençoar os veleiros da frota portuguesa e as suas tripulações no momento da partida para a Terra Nova, cujos pesqueiros ficavam a 1800 milhas de distância. Nos primeiros anos em que se realizou, este majestoso ritual exibiu uma liturgia fascista e combinou-a com a presença da Igreja Católica e da Marinha. Depressa alcançou uma forte mobilização popular. Finda a Segunda Guerra Mundial, a “bênção dos lugres” perdeu alguns aspectos cénicos identificáveis com a estética dos fascismos e tomou a forma de um ritual de Estado, ao mesmo tempo sagrado e profano. Em plena segunda metade do século XX, não havia na Europa marítima e portuária tamanho ritual de exaltação da vocação marítima de um povo, de uma nação e de um Estado. Não por acaso, a bênção dos bacalhoeiros foi reportada e descrita por jornalistas e escritores estrangeiros⁴⁵. Tão anacrónica como o próprio regime ditatorial e colonial que a inventou e patrocinou, a festa manteve-se até 1974, o ano em que ocorreu o golpe militar que pôs termo à ditadura de Salazar e Caetano. Na segunda metade dos anos sessenta, a bênção já era uma caricatura da “nação marítima” que o Estado pretendia celebrar. Por razões externas relacionadas com a súbita transformação das condições ecológicas e jurídicas das pescas em águas longínquas, a frota portuguesa

⁴² Vide J. Romero Magalhães, “A caminho do Noroeste”, in: A. Garrido (coord.), *A Pesca do Bacalhau – História e Memória*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, pp. 17-30.

⁴³ Eduardo Brazão foi embaixador de Portugal em Otava, entre 1962 e 1966. Aproveitou o tempo que lhe sobrava do trabalho diplomático em terras canadianas para investigar as raízes da presença portuguesa na América do Norte e vincar a prioridade da “descoberta” portuguesa da ilha da Terra Nova e dos “grandes bancos” situados ao largo dela. Sobre o tema publicou três livros: *A Descoberta da Terra Nova* (edições canadiana e portuguesa, ambas de 1964); *Os Corte-Reais e o Novo Mundo* (Montreal, 1965; Lisboa, 1965 e 1967); *Os Descobrimientos Portugueses nas Histórias do Canadá* (Lisboa, 1969).

⁴⁴ A. Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, cit., pp. 235-249.

⁴⁵ Alan John Villiers (repórter australiano, 1903-1982) foi o mais célebre e o mais consequente no seu trabalho de reportagem a bordo de um bacalhoeiro português. Sobre a obra de Villiers e suas circunstâncias, vide o estudo introdutório que juntámos à sua reedição crítica e ilustrada: *A Campanha do Argus – Uma viagem na pesca do bacalhau*, Lisboa, Cavalo de Ferro/Museu Marítimo de Ílhavo, 2005, 1.ª ed., pp. 7-35.

de veleiros do bacalhau tornou-se uma relíquia internacional que nenhum outro país podia exhibir.

Entre as diversas crónicas de viagem ao bacalhau publicadas até finais da década de quarenta, só uma fora premiada pelos órgãos de propaganda do regime: *Os Grandes Trabalhadores do Mar – Reportagens na Terra Nova e na Groenlândia*, de Jorge Simões⁴⁶. Ao longo do segundo semestre de 1941, a reportagem fora publicada no *Diário da Manhã* e distinguida com o prémio “Afonso de Bragança” (jornalismo-reportagem) do SPN. O jornalista e futuro secretário de Henrique Tenreiro limitara-se a escrever uma “crónica de paz nos mares em guerra”. O elogio da neutralidade portuguesa e a glorificação dos homens que arrostavam os perigos da “guerra submarina” valeram-lhe a distinção. Após o termo da Guerra, em língua portuguesa outras crónicas de viagem ao bacalhau se publicaram, embora jamais distinguidas⁴⁷. Livro fruste e apologético, *Os Grandes Trabalhadores do Mar* serviria de argumento ao único filme de ficção realizado em Portugal sobre o tema da pesca do bacalhau: *Heróis do Mar*, de Fernando Garcia. Estreado no São Luís, em Lisboa, a 14 de Março de 1949, este drama épico de gosto popular recebeu também, nesse mesmo ano, o Grande Prémio do SNI.

O mais extraordinário e divulgado livro sobre a pesca do bacalhau por homens e navios portugueses foi, todavia, *A Campanha do Argus*, do jornalista Alan Villiers, um afamado repórter do National Geographic Magazine, a quem o embaixador Pedro Teotónio Pereira, ainda em Washington, em 1949, dirigiu um convite de Estado para viver e relatar uma campanha bacalhadeira de um lugre português, da largada ao regresso. Poder-se-á perguntar até que ponto Villiers teria escrito um retrato diferente da pesca do bacalhau pelos argonautas lusos caso o móbil do livro não tivesse sido a encomenda de Teotónio Pereira. Apesar do condicionamento prévio, a ausência de qualquer registo crítico sobre a faina dos “*dorymen*” portugueses também decorre do próprio género literário escolhido pelo autor: a narrativa de viagem, esquema clássico e linear, permitiria documentar sem excessos ficcionais e ficcionar sem perder a verosimilhança documental. Os actores principais da “estória” são o próprio navio e os seus homens. Ao jeito de outras narrativas marítimas, o *Argus* e a sua gente fundem-se num único universo humano. Tal como os seus tripulantes, o navio é personificado e animado; provido de uma alma grande que, dia e noite, respeita e desafia as contingências do mar.

O itinerário narrativo da crónica de Alan Villiers não surpreende. O escritor-mareante segue os passos do *Argus*, desde o apresto e da triunfal largada de Belém, descrevendo o cerimonial religioso e profano da bênção do navio e dos demais veleiros da frota, às primeiras milhas de mar e aos primeiros ensaios de pesca no banco da Terra Nova. O roteiro é documental. As expressões e sugestões de comunhão entre o “sujeito” (autor)

⁴⁶ Primeira edição de 1942. A obra foi reeditada recentemente, com um título diverso do original e incluindo um estudo introdutório de nossa autoria: Jorge Simões, *Heróis do Mar – Viagem na Pesca do Bacalhau*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

⁴⁷ Das décadas de quarenta e cinquenta do século XX, citam-se os principais: Frederico Cruz, *Fainas do Mar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946; Carlos Ribeiro, *Nos Mares do Norte*, Lisboa, Edições Astra, 1947; *Inverno na Terra Nova*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, L.da, 1946 e *Roteiro do Atlântico Norte – Narrativas de Viagens e Aventuras Vividas*, Lisboa, Inquérito, 1957 (ambos de Jerónimo Osório de Castro).

e o “objecto” (os tripulantes do *Argus* e o próprio navio) abundam na narrativa. Um e outros eram, afinal, “homens do mar”, identificação que tanto reforçava a legitimidade da reportagem como a verosimilhança da sua representação escrita. O “visto” e o “vividido” funcionam como garantes do rigor descritivo e da própria estética da narrativa, mas inibem qualquer explicação capaz de exceder a prévia moldura da reportagem que fora pedida pelas autoridades portuguesas. Literariamente interessante, muito rica do ponto de vista documental, *A Campanha do Argus* ressentia-se da ideologia que exprime e oculta. Da ideologia do próprio autor, um conservador rendido aos encantos cénicos e pitorescos do “Portugal salazarista”, e da própria malha de interesses que envolvia a reportagem que estivera na origem do livro. Uma malha fina e eficaz que, juntando a diplomacia e a propaganda ao talento e à fama do autor, deu ao mundo mais um belo retrato de um país de intangíveis “virtudes marinheiras” e de um regime político digno da grandeza histórica da “nação marítima”.

Apesar da profusão de expressões de reconhecimento e exaltação da “epopeia dos portugueses” nos mares frios do Atlântico Norte, *A Campanha do Argus* não cabe na categoria do panegírico fácil. Dedicada ao “mar português” e aos seus actores vivos ou revivificados, e exibindo uma linguagem estética muito próxima dos cânones oficiais, a narrativa de Villiers reunia todos os requisitos necessários para se juntar ao campo literário do poder salazarista. A sua qualidade era manifestamente superior a anteriores obras de autores portugueses sobre o mesmo tema. Sem surpresa, o livro foi distinguido com o “Prémio Camões” do SNI de 1951. Instituído em 1937, o “Prémio Camões” fora destinado a galardoar a melhor obra literária ou científica, publicada no estrangeiro, sobre Portugal. Através deste ritual de distinção regular (bienal), o regime ditatorial autenticava obras e autores capazes de expor ao mundo as virtudes da “terra portuguesa”, da sua história e dos seus singulares arquétipos humanos.

Passados dezoito anos de realizações e de propaganda, a exaltação da “campanha do bacalhau” por um importante escritor estrangeiro seria a prova de que o desígnio do “regresso de Portugal ao mar” se vinha cumprindo. Num artigo de capa do semanário local *O Ilhavense* tal identificação historicista era exaltada em tons semelhantes aos da imprensa diária nacional: “Que deliciosos retratos soube a pena de Alan Villiers acrescentar à prodigiosa galeria das figuras dos navegantes e descobridores portugueses dos séculos XIV, XV e XVI”. Ao talento do autor ter-se-ia juntado a sua notável humildade, de “homem de acção e sensibilidade”, que se sujeitara ao desconforto da coberta de um lugre português “para dar aos portugueses alguns dos traços mais salientes do temperamento, do carácter, da energia e da vontade dum povo e duma raça!”⁴⁸.

Volvidos os horrores da Guerra e reconquistada a “paz social” que havia de suportar os anos de chumbo da ditadura salazarista (os de 1950-58), a persistência da pesca do bacalhau por veleiros equipados com dórís movidos a força de braços servia a preceito esta *re-identificação*. Como se depreenderia do olhar agudo do repórter estrangeiro que, espontaneamente, se interessara e apaixonara por esse património marítimo “profundamente nosso”, o reencontro de Portugal com o mar seria uma realidade tangível. Em 1950, os bancos da Terra Nova e as reentrâncias da Gronelândia ainda eram pesqueiros prolíferos e abundantes. Nas praias portuguesas ainda se recrutavam

⁴⁸ *O Ilhavense*, 1 de Junho de 1953, “Alan Villiers”.

homens que queriam – e desejavam, segundo a propaganda... – andar ao bacalhau para opor à contingência de rendimentos das pescarias locais um salário mais certo e seguro. Este estranho modo de vida, pouco conhecido no estrangeiro, não foi o alvo das atenções de Villiers. A face cruel do trabalho dos pescadores do *Argus* apenas lhe mereceu referências marginais. À denúncia realista do quotidiano dos pescadores-marinheiros portugueses, o autor australiano preferiu o documento literário, harmónico e belo.

Embora cheio de sugestões épicas, o livro de Alan Villiers não se dá ao género mais comum das narrativas coevas, de ficção e documentário, sobre a pesca do bacalhau – o drama épico. Percorrendo os seus capítulos, de pronto se conclui que *A Campanha do Argus* se furta a qualquer tom dramático. Não refere cenários de violência, de resignação ou de sofrimento; não descreve ambientes lúgubres e promíscuos. Sendo Villiers um “homem do mar”, habituado às privações da vida a bordo e aos rigores da navegação transoceânica, é de admitir que tudo aquilo que impressionou Bernardo Santareno anos depois – quando, em 1957 e 1958, o médico e dramaturgo português foi a bordo do navio-hospital *Gil Eanes*, do arrastão *David Melgueiro* e do navio-motor *Senhora do Mar* – tenha parecido a Villiers fascinante, mas nunca dramático ou sequer cruel. Por essa razão, talvez se perceba a diferença das crónicas de um e outro e por que tiveram tais escritos reacções distintas por parte do público e das próprias autoridades portuguesas.

É evidente que Bernardo Santareno não apreciou *A Campanha do Argus*. Seja nas *Crónicas dos Mares do Fim do Mundo*, seja n’*O Lugre* (ambas publicadas em 1959), o dramaturgo retrata e dá voz aos pescadores anónimos de bacalhau, mas quase olvida os capitães. Relação de forças que difere muito da narrativa de Villiers, um marinheiro-escritor que entendia a importância das hierarquias de mando e da disciplina a bordo, com certeza mais interessado no engenho da pesca e da navegação do que em compor retratos intimistas dos homens e dos seus destinos trágicos. É certo que ambas as visões do fenómeno acabam por exprimir, de forma diversa, sugestões épicas muito salientes. Numa escrita impetuosa, ostensivamente mais ficcional do que a do livro de Villiers, n’*O Lugre* – peça dramática que estreou em 26 de Outubro de 1959, no Teatro Nacional D. Maria II, com reacções hostis do público –, Santareno imagina episódios de violência a bordo de um velho lugre de madeira. A ânsia dos homens em seis meses de mar, os constrangimentos do quotidiano e a dureza do trabalho acabam por compor um quadro lúgubre da pesca do bacalhau que chega a incluir alguma crítica de sentido político. Ainda que Santareno, futuro militante comunista na clandestinidade, exprima aqui e ali uma visão neo-realista da faina, optando por um retrato envolvente não hesita em qualificar os pescadores-marinheiros de “tipos perfeitos da raça”⁴⁹.

Se um e outro autores integram os pescadores de bacalhau na galeria de heróis da história portuguesa, no escrito de Villiers tal representação é muito mais vincada e totalizante: o pescador-marinheiro é-nos apresentado como uma construção humana admirável mas não auto-suficiente. O mesmo é dizer que, segundo o autor australiano,

⁴⁹ *Nos Mares do Fim do Mundo*, Lisboa, Ática, 1959. Trata-se de uma crónica de viagem distinta da de Alan Villiers, visto que o texto de Santareno se compõe de fragmentos de viagem. O autor narra episódios observados e recriados em doze meses de convívio com os pescadores portugueses. Parte da narrativa baseia-se em “estórias” e memórias recolhidas oralmente junto dos bacalhoeiros e de suas famílias.

os “admiráveis capitães de Ílhavo” ou os pescadores açorianos só evidenciavam as suas qualidades num quadro organizacional mais vasto e dominado pela comunhão de elementos alinhados numa hierarquia natural e funcional: o navio, o armador, a organização corporativa, o governo e o Estado. Nesta construção ideológica que perpassa a narrativa de *A Campanha do Argus*, não há lugar para anti-heróis. Mas eles existem nos textos de Santareno. N’*O Lugre* os pescadores debatem-se com o medo e a morte, com a fragilidade humana que releva do confronto incerto que travam com a natureza.

Sintoma da eficácia das estratégias de reprodução nacional e internacional da ideia de “ressurgimento” da pesca do bacalhau, o certo é que as representações do fenómeno transbordaram a esfera pública e, quer num quer noutra campo, procuraram persuadir os interlocutores de que o Estado Novo português inscrevera no seu projecto cultural e na sua ideia de nacionalismo a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”.

Conclusões

O mar composto pelo Estado Novo não foi apenas o objecto de uma mística pastoral nem se fez somente de apologias conservadoras tributárias do ideário ruralista. Teve uma elaboração ideológica relativamente autónoma dessas referências de teor integralista; foi, também, o palco historicista onde as pretensões de grandeza da nação se puderam outra vez alimentar.

Os discursos e imagens que sugerem a reconstrução histórica de uma “comunidade nacional das gentes do mar” radicam na necessidade de legitimar o figurino de enquadramento público-autoritário dos pescadores definido por Salazar em 1937. Concretizado esse intento preliminar que, em 1933, fora inscrito no programa de corporativização do “trabalho nacional”, os argumentos ideológicos e as ritualizações simbólicas promovidos pelo Estado em torno da “grande pesca” procuram fixar horizontes mais largos, de uma soberania concreta e imaginária, como tentam inibir quaisquer visões decadentistas sobre o “mar português”.

As estratégias de reprodução ideológica que detectámos na edificação do *maritimismo* salazarista podem reunir-se em dois movimentos correlativos, particularmente nítidos nos processos de propagação da “obra social das pescas”: *i*) uma nacionalização tradicionalista da “cultura popular” – ou daquilo que o Estado declara como tal; *ii*) uma folclorização da “cultura nacional” – do conceito e das práticas que sinalizam publicamente a sua existência. A este projecto binário, pouco distinto do que diversos autores identificaram no estudo das práticas culturais impostas ao mundo rural, acrescem circunstâncias específicas das pescas portuguesas: um “meio social” muito marcado pela polarização territorial das suas comunidades; um nicho de escassa expressão demográfica, quando comparado com o universo nacional agrário; por fim, o facto de as “pescas corporativas” terem conhecido, logo em 1936, um padrão político carismático e empreendedor, que cedo emprestou ao sector e às relações entre o “público” e o “privado” uma fortíssima dimensão oligárquica.

Apesar destas singularidades, a fim de combater cepticismos políticos e prevenir críticas à organização corporativa, a doutrina legislativa e a propaganda nunca deixaram

de sugerir uma osmose entre a oligarquia de Estado e as populações marítimas. Monótono, o discurso oficial proclamou amiúde uma identificação profunda entre o “interesse nacional” e as necessidades dos colectivos piscatórios. Não obstante a retórica e os fins instrumentais desta construção ideológica de fundo historicista, não restam dúvidas de que o *maritimismo* penetrou a identidade discursiva do nacionalismo português que o Estado Novo retocou da herança demo-liberal.

REPRESENTAÇÕES IMPERIAIS N' *O MUNDO PORTUGUÊS*

Começada a publicar em 1934, a revista *O Mundo Português* prolongou a sua actividade editorial até 1947. As muitas centenas de páginas vindas a lume durante esse lapso de tempo ilustram a “mística imperial”, um dos pontos cardeais do regime de Salazar no decorrer dos anos 30 e 40. Configuram, além do mais, a demonstração plena da “política do espírito” encetada pelo recém-criado Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), outro esteio do Estado Novo¹.

Expressão famosa, amiúde empregue pelos autores desta época, a “mística imperial” foi definida num livro homónimo, de Alves de Azevedo, como: “um apetite heróico de acção [...] que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu”². O conceito, agregando duas palavras portadoras de uma forte carga emotiva – uma oriunda do léxico religioso e a outra sugerindo uma hipotética supremacia política e territorial –, confirmava a nova atitude do poder instituído em face do património ultramarino. Nova atitude no que respeita à crescente centralização administrativa e ao reforço da “integração económica imperial”³, posto que o interesse pelas colónias, ao invés do que pregaram os ideólogos do Estado Novo, também foi apanágio dos regimes anteriores: a Monarquia Constitucional e a Primeira República⁴.

Ainda assim, Armindo Monteiro, Ministro das Colónias à época do início da publicação d' *O Mundo Português*, garantia, precisamente no artigo inaugural desse periódico, que “no meu tempo das escolas só raramente os mestres nos falavam das colónias”⁵. No mesmo sentido, afiançava “destina[r]-se esta revista à gente jovem”, pois era necessário recordar à “larga mocidade das nossas escolas de aquém e de além

¹ Ver Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1949)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

² Fernando Alves de Azevedo, *Mística Imperial*, Lisboa, Editorial Cosmos, s. d., p. 4.

³ Cláudia Castelo, “*O modo português de estar no mundo*”. *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 46.

⁴ Ainda que num registo simplista, bastaria evocar dois dos mais importantes acontecimentos da contemporaneidade portuguesa – o Ultimato Inglês de 1890 e a participação do país na Primeira Guerra Mundial – para desfazer quaisquer dúvidas sobre os desígnios ultramarinos daqueles dois regimes.

⁵ Armindo Monteiro, “*O Mundo Português*”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, p. 5.

mar” o “glorioso passado” ultramarino, bem como anunciar um “próspero e prestigioso destino”⁶. Em última análise, o “verdadeiro Portugal” encontrar-se-ia nas “quatro partes do mundo”, razão por que seria tarefa do Estado Novo retomar a “vocação colonial” de outrora, que o mesmo é dizer lutar contra as sucessivas “gerações de scépticos, de desanimados, de descrentes”⁷.

Mas, como mover combate a estes “inimigos” ideológicos, aparentemente indiferentes ao destino das parcelas ultramarinas portuguesas?

Para Armindo Monteiro, como de resto para boa parte dos movimentos/regimes do período mediando as duas guerras mundiais, a solução para derrotar as resistências passaria também pelo reforço dos meios propagandísticos. Os anos seguintes veriam nascer uma série de iniciativas pautadas pelo incremento editorial de monografias versando, sobretudo, os aspectos geográfico e económico⁸.

Diversas exposições, em Portugal e no estrangeiro, procuraram imprimir uma marca ainda mais assertiva no cidadão comum, despertando ou reavivando uma praxis com cinco séculos de história⁹. Daí que – e *O Mundo Português* não foi alheio a tal coordenada – se tenha promovido uma espécie de pequena obra, que dificilmente se poderia considerar historiográfica, com o elemento de exaltação nacional a preponderar. Tal ficou patenteado, por exemplo, nas numerosas biografias do “herói” Mouzinho de Albuquerque¹⁰, nas evocações de outras importantes figuras das “campanhas de pacificação”¹¹ ou mesmo nos escritos memorialistas de “velhos colonos”. Companheiros de armas de Mouzinho e de outros militares igualmente famosos, alguns desses colonos relatavam, também na primeira pessoa, a sua experiência de vida no ultramar, os seus sacrifícios e provações, a sua devoção à terra e, acima de tudo, o inabalável portuguesismo. Sobre os ainda mais mitificados vultos dos Descobrimentos e da Diáspora, a propaganda, como seria de esperar, afinou pelo mesmo diapasão.

Editado pelo SPN e pela Agência-Geral das Colónias (AGU) – organismo este criado em 1925 a fim de contrariar o facto de “a grande maioria dos portugueses desconhece[r] em absoluto as nossas colónias¹²” –, a revista *O Mundo Português* teve uma periodicidade (bi-)mensal, organizando concursos de cruzeiros de férias às colónias para os alunos metropolitanos e viagens a Portugal para os estudantes oriundos do

⁶ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁸ Ver José Luís Lima García, “A Ideia de Império na Propaganda do Estado Novo”, in: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1992, vol. 14, pp. 411-423.

⁹ Ver: Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998; e Maria Isabel Simão, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

¹⁰ Ver: Eduardo de Noronha, *Mouzinho de Albuquerque. O herói de Chaimite*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1934; Pedro de Mascarenhas Gaivão, *Mouzinho de Albuquerque*. Discurso proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1936; Luís Augusto Ferreira Martins, *Mouzinho*, Lisboa, Editorial Cosmos, 1938; Amadeu Cunha, *Mouzinho. A sua obra e a sua época*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1944. Cf. Anexo II.

¹¹ Cf. Anexo II.

¹² Armando Zuzarte Cortesão, “O Boletim da Agência-Geral das Colónias”, in: *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, 1925, n.º 1, pp. 3-9.

ultramar. Neste âmbito, as suas actividades aproximaram-se daquelas desenvolvidas por dois periódicos congêneres: o *Boletim da Agência-Geral das Colónias* (Concursos de Literatura) e o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Semanas das Colónias).

Porém, *O Mundo Português*, significativamente subtítulo de “cultura e propaganda / arte e literaturas coloniais”, foi mais longe, consagrando a quase totalidade das suas páginas à (re)invenção de um exotismo literário que caracteriza toda uma época. Ao invés do *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, mais apostado em aliciar o potencial colono com pautas comerciais, promissoras descrições económicas e convites explícitos ao estabelecimento em terras de África, *O Mundo Português* fez da sedução estética uma arma ao serviço da propaganda. Os seus intentos pedagógicos encontraram realmente tradução na panóplia de artigos doutrinários, contos e poemas “exemplares”, fotografias de “indígenas” e paisagens “virgens”, pequenos ensaios etnográficos e “retratos” idealizados de cada uma das colónias¹³.

O estudo que aqui se segue, consciente da impossibilidade de captar em tão poucas páginas a riqueza temática da publicação, somente procurará identificar alguns dos seus temas condutores. Nomeadamente, irá deter-se no apelo à juventude, enquanto tentativa de criação e recrutamento de um escol de futuros agentes da causa ultramarina; na lenta emergência de uma linha de pensamento marginal à “mística” destes anos, vendo na mestiçagem a chave do sucesso colonizador português; e, finalmente, na produção de uma (est)ética apropriada à afirmação imperial do Estado Novo.

1. Sob o império da “Mística Imperial”

1.1. O Terceiro Império Colonial do mundo

Chegado, em 1933, à Presidência do Conselho de Ministros, Salazar já há muito compreendera a importância que os novos (e velhos) meios de propaganda detinham na condução dos destinos políticos de um Estado. Um dos primeiros e mais eloquentes exemplos disso mesmo foi dado nas entrevistas que concedeu ao jornalista António Ferro, em 1932¹⁴. Nestas, Oliveira Salazar, para além de ter descoberto um futuro colaborador na figura do seu interlocutor, expôs demoradamente o seu pensamento político, social e económico. No que concerne à “questão colonial”, foi mais parco em comentários, defendendo um “ressurgimento”, uma vez que “as nossas Colónias deveriam ser as grandes escolas do nacionalismo português”. Por estas passariam então os quadros do exército e “todos aqueles em que é preciso manter aceso o culto da Pátria e o orgulho da Raça”¹⁵.

Ora, como se disse, esta função “pedagógica” e “formativa” foi precisamente uma das linhas de fundo de *O Mundo Português*, o qual se esforçou por disseminar e popularizar uma ideologia ultramarina simultaneamente tradicional e renovada. Bastaria apenas submeter o seu primeiro ano de publicação a uma radiografia atenta – ano da famosa

¹³ Cf. Anexo III.

¹⁴ António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 127-128.

Exposição Colonial do Porto de 1934 –, para descortinar a totalidade dos vectores que compuseram, nos anos 30 e 40, o edifício ideológico colonial estadonovista¹⁶.

Como não poderia deixar de suceder, a primeira ideia prende-se com a educação/doutrinação. Contestando os pressupostos liberais e democráticos do regime seu antecessor, o qual designou como corruptor da essência nacional, o Estado Novo assumiu que a Primeira República tivera também quanto às colónias uma postura de desinteresse, mormente na administração ruinosa. Daí o vocabulário estigmatizante normalmente empregue – “triste cenário da vida portuguesa”¹⁷ –, assim como o constante apelo à necessidade da “defesa de uma educação imperial”. Desta forma, era imperioso que “o conceito de império se enraíz[ass]e intimamente no espírito dos novos”, urgindo que “nos ocupemos da educação colonial das elites da nossa juventude”¹⁸.

Um texto de Marcelo Caetano é particularmente eloquente neste capítulo. Intitulado “Carta a um jovem português sobre o serviço do Império”¹⁹, nele, o futuro Presidente do Conselho instigava um recém-diplomado a seguir o caminho das colónias, “colaborando na obra majestosa da cimentação da unidade de tantos povos”²⁰. E esta unidade, longe de depender das armas, teria de fundar-se na “submissão e no amor”, criando-se novas pátrias “sob o signo da nossa raça e na toada da nossa linguagem”²¹.

Para além desta crença numa inadiável missão histórica a cumprir e da necessidade de “civilizar” as “tribus indígenas”, de igual modo a revista aceitou a crença de que o povo português, como resultado de cinco séculos de contactos, teria adquirido uma singular facilidade em estabelecer relações com os povos colonizados. Esta “experiência” e o trato fácil com o Outro poderiam ser inferidos a partir das “estórias” exemplares amiúde publicadas.

Ainda em 1934, Hugo Rocha, poeta e colonialista, se referia ao facto de, “no império Português”, se ensinar a “falar a língua de Portugal”²². Apresentava como contra-prova um caso ocorrido no Congo Belga, em que um membro de uma delegação portuguesa não conseguira fazer entender-se, em francês, com o *chauffer* “indígena” da residência do Governador que o transportava. Hugo Rocha aproveitava, então, o ensejo para denunciar que, na “democrática” Bélgica, “unidade linguística é coisa que não existe”²³, quando, para os seus compatriotas, a palavra de ordem seria elevar “até si os que consideram, também, cidadãos portugueses”. Dominaria o colono luso “uma

¹⁶ Por exemplo, Vieira Machado, Ministro das Colónias que sucedeu a Armino Monteiro, asseverava, quando do segundo aniversário da revista, o quanto ela fizera pelo “engrandecimento e valorização do nosso património colonial”, tanto mais que vinha sendo gratuitamente distribuída nas escolas de aquém e de além-mar. Vieira de Machado, “Ano Terceiro – 1936”, in: *O Mundo Português*, 1936, vol. III, p. 2.

¹⁷ Fernando Alves de Azevedo, “Em defesa de uma educação imperial”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, p. 117.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 118.

¹⁹ Marcelo Caetano, “Carta a um jovem português sobre o serviço do Império”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 259-265.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 261.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 264.

²² Hugo Rocha, “No império Português ensina-se a falar a língua de Portugal (um episódio de viagem e os comentários que ele sugere)”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, p. 181.

²³ *Idem, ibidem*, p. 185.

ausência de preconceitos que, para o colono belga e o colono britânico, sobretudo, não existe”²⁴.

Nos anos seguintes, conforme atesta o Anexo II, muito embora este tipo de artigo apologético tenha diminuído, não esmoreceu, porém, “a missão de cultura e propaganda”. Por outro lado, é preciso não perder de vista o facto de a maior parte dos artigos, qualquer que fosse a temática abordada, enaltecer sempre o pioneirismo expansionista português, a sua “vocalização colonial” e o “ressurgimento” estadonovista, razão por que a ideologia oficial nunca chegava verdadeiramente a estar ausente. Ou seja, com o correr do tempo e também de acordo com a idiosincrasia dos regimes autoritários da Europa de então, privilegiou-se mais a estética do que a ética. Na verdade, importava veicular a imagem, mas sobretudo vesti-la nos trajes mais agradáveis.

1.2. Para uma apologia da mestiçagem

Há uns anos a esta parte, a historiadora Cláudia Castelo investigou a recepção, o entendimento e subsequentes releituras que a teoria luso-tropical, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, no período compreendido entre as décadas de 30 e 60 do século passado, teve em Portugal²⁵. A doutrina de Freyre pregava uma concepção universalista e benévola da colonização portuguesa, postulando que o racismo raramente teria entrado em linha de conta nas preocupações nacionais. Neste sentido, afastar-se-ia de idênticos processos holandeses e ingleses, os quais teriam assumido uma dimensão de sobrançeria cultural eurocêntrica e uma recusa em se relacionar social e sexualmente com o Outro²⁶.

A proximidade geográfica do continente africano, o povoamento multi-étnico do território nacional (dos iberos aos berberes) e as pretensões universalistas do catolicismo explicariam esta tolerância (e mesmo atracção) portuguesa por culturas e valores extra-europeus, assim como o fácil estabelecimento nos trópicos²⁷. Esclareceriam, também, o elevado grau de miscigenação ocorrido no Brasil e em Cabo Verde (mas não a sua quase inexistência em Angola e Moçambique), confirmando a singular apetência do luso em se tornar no Outro. Por acaso, não se recuperava o velho aforismo afirmando que “Deus criou o Homem e o Português criou o mulato?”

Objecto de alguma controvérsia, mas mais frequentemente de indiferença, quando das suas primeiras leituras em Portugal²⁸, nos anos 30 e 40, o corpo teórico freyriano seria oficialmente apadrinhado pelo Estado Novo, nos inícios da década seguinte. Tentava-se, assim, prevenir a eventual “tentação” independentista das “províncias ultramarinas” e contrariar o crescente anticolonialismo internacional, exibindo-se a imagem de uma prática colonial “diferente” das demais.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 184.

²⁵ Cf. Cláudia Castelo, “*O Modo Português de estar no Mundo*” – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto, Afrontamento, 1998.

²⁶ Ver Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, pp. 18-29.

²⁷ *Idem, ibidem*.

²⁸ Cf. Cláudia Castelo, “*O Modo Português de estar no Mundo*” – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), pp. 69-87.

Mas, nos anos 30 e 40, o darwinismo social reinante dificilmente admitiria a apologia da mestiçagem. Os meios universitários ligados às escolas antropológicas de Coimbra e do Porto, nas figuras dos seus mais destacados representantes, António Mendes Correia e Eusébio Tamagnini²⁹, falavam em “confuso *melting pot*”³⁰ de resultados “desastrosos”. É certo que o pensamento de Mendes Correia iria evoluir nas décadas seguintes. No entanto, por agora, somente os habitantes de Cabo Verde recebiam da sua parte uma opinião favorável³¹. De resto, foi também esse arquipélago que encarnou, nas páginas d’ *O Mundo Português*, uma alternativa à dominante ideologia construída em torno da “mística imperial”, na medida em que a sua população (por ser) mestiça era considerada mais “evoluída” e “civilizada” do que qualquer outra em terras de África.

José Osório de Oliveira, escritor luso-brasileiro, amigo e discípulo de Gilberto Freyre, foi, talvez, o maior responsável pela difusão dessa imagem. Tendo residido no arquipélago em meados dos anos 20, cedo defendeu a concessão da adjacência a Cabo Verde e o reconhecimento da originalidade da literatura aí produzida, causas pelas quais iria ser paladino ao longo de toda a sua vida. Na revista aqui analisada, Osório de Oliveira foi uma voz profética. Logo em 1934 fazia publicar “A mestiçagem – esboço duma opinião favorável”³², artigo no qual sustentava que “todas as raças têm origem mestiça”. Apresentando a colonização brasileira como um ideal de “comunhão das raças”, fruto do “instinto sexual, mais inteligente” do homem português, o escritor garantia que a antiga colónia lusa constituía um raro exemplo ou mesmo um “milagre”³³.

Dois anos volvidos, Osório traçava do povo cabo-verdiano o mais romântico dos retratos, imputando a sua “doçura” à ocorrência de um processo de mestiçagem em larga escala³⁴. A este último acontecimento voltava, aliás, a chamar “milagre”, como que sugerindo que, para além do Brasil, mais espaços de colonização portuguesa se tinham tornado multirraciais e multiculturais.

De forma alguma as páginas da revista prolongaram esta visão. Enquanto a poesia dos naturais de Cabo Verde aí surgida parecia querer inspirar, na imaginação metropolitana, uma imagem um tanto ou quanto exótica das vivências do arquipélago, já os textos produzidos pelas instâncias oficiais sublinhavam o “carácter bem português”³⁵ do homem insular, abstando-se, porém, de tecer considerandos acerca da miscigenação. Por seu lado, também João de Deus Tavares de Homem, Presidente da Câmara da Praia, servindo-se do tom paternalista da época, traçava um perfil estereotipado do

²⁹ Cf. Eusébio Tamagnini, *Os Problemas da Mestiçagem*. Comunicação ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto, Edição da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 17

³⁰ António Mendes Correia, *Os mestiços nas colónias Portuguesas*. Comunicação ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto, Edição da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 7.

³¹ Cf. *idem*, *Raças do Império*, Porto, Portucalense Editora, 1943, p. 318.

³² José Osório de Oliveira, “A mestiçagem – esboço duma opinião favorável”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 367-369.

³³ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 368.

³⁴ Cf. *idem*, “Prova de ‘Cretcheu’”, in: *O Mundo Português*, 1936, vol. III, p. 47.

³⁵ Amadeu Gomes Figueiredo, “Discurso do Governador de Cabo Verde”, in: *O Mundo Português*, 1936, vol. III, p. 81.

cabo-verdiano – “inteligente, dócil e sofredor [...] e admiráveis qualidades de trabalho, quando bem dirigido”³⁶.

Em 1939, Osório publicava dois novos artigos na mesma veia: “A suposta inferioridade do mestiço”³⁷ e “A elegia dum povo”³⁸. Enquanto no primeiro citava o (então) pouco citado Gilberto Freyre e enunciava vultos portugueses de origem mulata, no segundo escrito regressava à temática cabo-verdiana, vendo no arquipélago um “pequeníssimo Brasil” com uma “psicologia própria” e uma pujante literatura em fase de gestação³⁹. Em 1942, com “A morna, expressão da alma de um povo”⁴⁰, o escritor luso-brasileiro dava uma vez mais provas do seu intento em promover Cabo Verde, a fim de que autoridades e cidadãos reconhecessem a especificidade da cultura local, assim como envidassem esforços no sentido de resolver os problemas do arquipélago relacionados com a escassez de chuvas.

Contudo, excepção feita aos ensaios deste autor, quase todos os artigos incidindo sobre a mestiçagem – aqui entendida enquanto processo étnico-cultural –, espelharam uma atitude ambígua: não a censuravam abertamente, mas também hesitavam em reconhecer-lhe qualquer préstimo. O nacionalismo imperial impunha um só caminho ideológico. O ponto de chegada dos esforços colonizadores teria que ser a afirmação da cultura lusa e nunca a apologia de valores resultantes do contacto entre civilizações diversas.

2. Sob o espírito da “política do espírito”

2.1. Os cruzeiros d’ *O Mundo Português* ou a história de uma iniciativa a três tempos

Os cruzeiros de férias às colónias contaram-se entre as primeiras grandes acções lançadas pela revista. A finalidade passava por levar a “mocidade portuguesa” a conhecer e “apreciar devidamente Portugal em todos os seus recantos mais distantes”⁴¹. Era nos seguintes termos que Augusto Cunha, director da revista, falava na necessidade de uma iniciativa deste género:

Mas não basta descrever Portugal aos portugueses, recordar a sua história, dizer a sua extensão, afirmar as suas possibilidades e o seu valor; é preciso mostrar a todos [...]. É preciso que a mocidade fique conhecendo palmo a palmo, em todos os seus aspectos, em todos os seus valores, em todos os seus mais diversos e maravilhosos efeitos

³⁶ João de Deus Tavares de Homem, “Discurso do Presidente da Câmara Municipal do Concelho da Praia”, in: *O Mundo Português*, 1936, vol. III, p. 86.

³⁷ José Osório de Oliveira, “A suposta inferioridade do mestiço”, in: *O Mundo Português*, 1939, vol. VI, pp. 57-60.

³⁸ José Osório de Oliveira, “A elegia dum povo”, in: *O Mundo Português*, 1939, vol. VI, pp. 375-376.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 375.

⁴⁰ *Idem*, “A morna, expressão da alma de um povo”, in: *O Mundo Português*, 1942, vol. IX, pp. 323-327.

⁴¹ Augusto Cunha, “Uma patriótica iniciativa de ‘O Mundo Português’. Os cruzeiros de férias às colónias”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, p. 307.

cenográficos, de grandiosidade e beleza, que o tornarão mais querido e mais amado e portanto melhor defendido como bem precioso que se não deve perder⁴².

De facto, não chegava apenas fazer a apologia do império através de jornais, imagens e mostras culturais. Imperioso se tornava fazer dele uma verdadeira exposição viva, na qual os jovens estudantes, acompanhados por professores, artistas e escritores, tivessem a oportunidade de senti-lo seu. “Um espírito juvenil [...] é a melhor matéria prima para trabalhar o futuro” seria, talvez, a frase mais apropriada para entender os verdadeiros objectivos da iniciativa: doutrinar potenciais futuros colonos e quadros ultramarinos; atrair e mobilizar, com a publicitação da viagem, outros jovens; enfim, dinamizar e criar entusiasmo nas escolas, tanto mais que, todos os anos, seriam abertos concursos premiando com uma viagem os “que mais se distingam em certas disciplinas e aqueles que melhores trabalhos apresentem sobre assuntos coloniais”⁴³.

Após numerosos artigos saudarem a iniciativa, o primeiro e único cruzeiro alguma vez realizado tocou, no ano seguinte, no Verão, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola. Como quer que seja, a revista publicou todos os discursos que as autoridades coloniais produziram quando do encontro com os visitantes, assim como pequenos textos escritos pelos estudantes, sob a forma de diário de viagem ou ensaio apologético, com o subtítulo de “o que eu vi nas colónias”. Na prática, a ideologia pretendia efeitos reprodutores: os alvos de ontem tornavam-se os difusores de hoje. Por outro lado, a ideologia auto-propagandeava-se: uma curta notícia de *O Mundo Português* dava, à distância de um ano, conta dos (muitos) artigos publicados pela imprensa tendo por base a realização do dito cruzeiro⁴⁴.

Nove anos decorridos, Augusto Cunha ainda elogiava o empreendimento, lamentando que, “devido a circunstâncias supervenientes”, se não tivesse repetido. Na altura, informava ainda o director do periódico, mais de 200 pessoas tinham composto a comitiva, facto que, sem dúvida, em muito terá onerado os custos da viagem⁴⁵. Portanto, para rentabilizar o investimento, os “cruzeiros do futuro” deveriam premiar, uma vez terminado o curso, “os mais competentes e merecedores” alunos, para que servisse “como complemento final da sua preparação”⁴⁶.

Simultaneamente, *O Mundo Português* promoveu a iniciativa contrária: trazer à metrópole os estudantes das colónias, premiando “os alunos mais distintos dos liceus de Angola e Moçambique”, portanto, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. O programa da visita foi atempadamente anunciado, incluindo todo o país, num total de 28 dias. Uma nota final desvendava o objectivo maior do evento: “apreciar as grandes realizações levadas a efeito pelo Estado Novo”, onde havia que incluir, entre outras, a “magnífica rede estradas” e a “cuidada e competente restauração dos monumentos do passado”⁴⁷.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 307.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 308.

⁴⁴ Cf. Nuno de Torres, “Cruzeiros de Férias”, in: *O Mundo Português*, 1936, vol. III, pp. 227-230.

⁴⁵ Cf. Augusto Cunha, “Os cruzeiros do futuro”, in: *O Mundo Português*, 1944, vol. XI, pp. 263-268.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 267-268.

⁴⁷ “Cruzeiros de estudantes das colónias à metrópole”, in: *O Mundo Português*, 1937, vol. IV, p. 88.

Uma vez desembarcados, em Maio de 1937, logo a revista se desdobrou em actividades, convidando alguns escritores a colaborar. Mário Beirão, antigo poeta d' *A Águia*, dedicava um soneto aos recém-chegados e a Francisco Machado, Ministro das Colónias. Já a escritora Amália de Proença Norte dava as boas vindas, lembrando que o prémio criava “pesadas responsabilidades aos estudantes”, na medida em que teriam que “propagandear e robustecerem, entre as populações europeias e nativas dos nossos vastos domínios”, o “santo amor pela Pátria-Mãe”⁴⁸. Por seu lado, discursos de carácter oficial encheram muitas páginas dos números d' *O Mundo Português* saídos nos meses subsequentes à visita.

No ano seguinte, 1938, seria mesmo organizado um concurso literário e fotográfico para os jovens participantes no cruzeiro, com prémios monetários e a sua publicação nas páginas d' *O Mundo Português*⁴⁹. David Ferreira, vencedor do 1.º e do 2.º lugar na modalidade da fotografia, com imagens do Buçaco e do Claustro da Batalha, respectivamente, não teve a mesma sorte na vertente literária, conquanto o seu ensaio se intitulasse “Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar! E sempre Salazar!”. É que a propaganda nem sempre privilegiava tão frontal e pouco subtil panegírico⁵⁰. Desta maneira, os textos vencedores foram aqueles que lograram radiografar Portugal como um todo: a paisagem, os monumentos e as peripécias da viagem até à metrópole. Foram, pois, preteridos textos contemplando somente uma cidade ou um monumento. Importava fornecer impressões de conjunto.

O terceiro tempo deste género de iniciativas consistiu em trazer à metrópole alguns “velhos colonos”, num “cruzeiro de saudade”⁵¹. Enquanto a finalidade da viagem dos jovens assentou no ensejo de despertar “vocações coloniais”, já no que concerne aos velhos colonos, pretendeu-se desferir novo ataque ao anterior regime republicano. É que na “África de há duas décadas, quasi esquecida, quasi abandonada”⁵², estes “pioneiros” teriam personificado uma contra-corrente, opondo, na valorização dos espaços ultramarinos, o seu espírito de sacrifício ao pretenso desinteresse dos governos da República.

A homenagem que lhes foi prestada, por ocasião da grande exposição de 1940, simbolizou, também, uma passagem de testemunho. O Estado Novo, assumindo a missão de retomar a grandeza do passado, agradecia a esses “valiosos obreiros” terem suportado, sem qualquer apoio, o “grande edifício da colonização portuguesa”.

2.2. Literatura, etnografia e artes plásticas ou a “fascinação do diferente”

Concomitantemente, *O Mundo Português* estimulou a criação ou divulgou uma iconografia visualmente atractiva. Esta última deve aqui ser entendida em sentido lato, englobando não apenas as artes plásticas, mas também a própria literatura e

⁴⁸ Amália de Proença Norte, “Aos estudantes do ‘cruzeiro’”, in: *O Mundo Português*, 1937, vol. IV, p. 151.

⁴⁹ Cf. “Concurso literário do 1.º Cruzeiro de Estudantes à Metrópole. Acta da reunião do júri”, in: *O Mundo Português*, 1938, vol. V, pp. 341-344.

⁵⁰ Cf. Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, p. 133.

⁵¹ Marinho da Silva, “Cruzeiro dos velhos colonos”, in: *O Mundo Português*, 1940, vol. VII, pp. 235-239.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 237.

certa etnografia. As suas coordenadas obedeciam, obviamente, aos ditames da “mística imperial”.

Ensaíou recriar-se uma literatura duplamente paternalista. Por um lado, como não poderia deixar de suceder, a maior parte das narrativas destinavam-se aos jovens, pelo que evocavam feitos de “heróis” nacionais que pudessem servir de modelo. As “virtudes” exaltadas eram a abnegação, a humildade, a coragem, a determinação e o espírito de sacrifício. Tratavam-se, pois, de “qualidades” necessárias, no presente, ao potencial colono que desejasse singrar nos territórios ultramarinos.

Por outro lado, um segundo tipo de narrativas versava o “indígena” e as suas idiossincrasias. Cumulado de estereótipos⁵³ – indolência, brutalidade, infantilidade, deficiente conhecimento da língua do colonizador –, o “indígena” tendeu a ser encarado como uma criança grande. Esporadicamente, certos contos exploraram uma vertente menos depreciativa do colonizado, inserindo-o no seu ambiente natural, sem a presença do “branco”. Uma certa conclusão moralista fechava estes textos, sendo como que uma versão literária daqueles ensaios que recuperavam o mito do “bom selvagem”, alegando que a civilização corrompia as puras predisposições naturais do ser humano.

Em todo o caso, quer a etnografia quer a representação da arte dos “súbditos” do império foram fiéis ao princípio de “melhor conhecer para melhor dominar”⁵⁴, divulgando numerosas fotografias de peças escultóricas e de outros produtos artísticos ou artesanais. A própria “fascinação do diferente” passava pela grandeza da paisagem, que, muitas vezes, daria guarida a populações culturalmente acanhadas e incapazes de expressar a sua força telúrica⁵⁵.

No entanto, em todas estas aproximações d’ *O Mundo Português* prevaleceu um sentimento de exotismo, quer dizer, de uma distância cultural, verdadeira ou imaginada, que nem os cinco séculos de constantes contactos teriam logrado esbater. Continuava a persistir, na realidade, o desígnio da “missão”. E evangelizar o Outro poderia configurar novas formas. “Civilizar” seria uma delas.

Conclusão

Parecem, pois, não restar dúvidas de que o periódico aqui passado em revista foi um veículo privilegiado ao serviço da ideologia autoritária do Estado Novo. A sua filosofia de veemente afirmação do passado, próximo e distante; a sua glorificação do presente, político e ideológico; e, finalmente, a sua crença no radioso destino do terceiro império colonial do mundo, abonam neste sentido. Na medida em que a juventude foi chamada a participar nas suas actividades e objecto de uma particular atenção; na forma como os velhos colonos foram homenageados e o escol colonial se envolveu na sua redacção; e, sobretudo, na imagem quase idílica que quis fazer

⁵³ Cf. Rosa Rosa Cabecinhas, e Luís Cunha, “Colonialismo, identidade nacional e representações do ‘Negro’” in: *Estudos do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2003, n.º 3, pp. 157-184.

⁵⁴ Ver Edward Said, *Orientalismo*, Lisboa, Edições Cotovia, 2004.

⁵⁵ Cf. Carlos Parreira, “África, ou a fascinação do diferente”, in: *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 53-56.

passar da colonização portuguesa, *O Mundo Português* cumpriu todos os objectivos que Armindo Monteiro enumerou no artigo inicial da revista.

Ademais, a publicação fez do tom por vezes quase panfletário a sua bandeira maior, prestando-se a enquadrar a juventude num registo que não andou longe daquele difundido por outros regimes autoritários/totalitários da Europa de então. Na verdade, o Estado Novo, herdeiro de um extenso património colonial, nunca precisou de enveredar pelos processos de expansionismo que caracterizaram o âmago da doutrina e da praxis de boa parte dos países europeus governados pela extrema-direita. Assim, toda a sua acção propagandística teria que passar, não tanto pela conquista e pelo acerto de novas fronteiras, mas mais pela manutenção do espaço que ia “do Minho a Timor”.

Deste modo, *O Mundo Português* esforçou-se por publicitar os esforços desenvolvidos para “civilizar” os autóctones das colónias, ao mesmo que tempo que apresentava a arte e a etnografia “indígenas” a uma luz pouco diferente daquela que o etnocentrismo científico ocidental de há décadas a esta parte vinha irradiando. Entretanto, uma linha de pensamento periférica encarava a mestiçagem como a mais destacada característica da colonização portuguesa. Não deixava de ser um avatar da conhecida ideia do universalismo português. Ainda assim, tardaria a impor-se como ideologia dominante, o que somente veio a suceder no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

Com efeito, buscando distanciar-se de outros regimes, como a Alemanha nazi ou a Itália fascista, o Portugal de Salazar procedeu a uma necessária transfiguração, ou cosmética, substituindo e adaptando os seus organismos e a sua linguagem aos novos tempos. Era assim que, em 1944, o “aguerrido” Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) se tornava o aparentemente mais inócuo Secretariado Nacional de Informação (SNI). Era assim que as “colónias”, em 1951, regressavam à sua primitiva designação de “províncias ultramarinas”, reafirmando a unidade do país multi-continental com uma vocação a cumprir. E, de certa forma, era ainda assim que a ideologia colonial amenizava o discurso paternalista, reconhecendo focos de “civilização” em alguns espaços, como Cabo Verde. Sob o impacto do início da Guerra Colonial em Angola, em 1961, os habitantes deste território, da Guiné e de Moçambique tornavam-se mesmo as últimas populações a verem ser-lhes outorgada a plena cidadania portuguesa. Na prática, porém, a realidade de exploração manter-se-ia até ao ocaso do Estado Novo.

Neste contexto, *O Mundo Português* dificilmente sobreviveria. No biénio 1946/1947, iniciando-se a publicação de uma segunda série, a revista perdeu colaboradores importantes. Alguns passariam ao campo oposicionista, caso de Henrique Galvão. O regime enfrentava à altura a sua primeira grande crise, a qual teve como momento alto a candidatura à Presidência da República de uma conhecida figura do republicanismo, o colonialista Norton de Matos.

Doravante à defensiva – a candidatura de Humberto Delgado, em 1958, reforçaria tal sentimento – o Estado Novo passou a exhibir, aos mais diversos níveis, uma faceta mais repressiva e cada vez menos criativa. Também por isso *O Mundo Português* e a sua “mística imperial” eram desadequados. Importava abdicar do triunfalismo imperial e abraçar antes uma atitude de confraternização étnica, pelo menos do ponto de vista teórico. Porque, num mundo em rápida mudança e cada vez menos disposto em tolerar os colonialismos do passado, a resistência teria que passar pela propaganda de valores (ainda mais) conciliatórios. O humanitarismo, o missionarismo e o talento em lidar com o Outro davam agora lugar à comunhão étnico-cultural.

Anexos – Relação de artigos publicados n’ O Mundo Português

Anexo I

Anos	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Artigos publicados	72	65	86	86	74	86	78	69	66	55	65	76	55	22

Anexo II

Anos	Ideologia	Discursos	Campanhas Pacificação	Mouzinho de Albuquerque	Contos	Poesia	Arte	Etnografia	Total
1934	34	1	0	1	2	3	8	3	52
1935	4	8	3	2	7	3	10	4	41
1936	15	1	5	1	6	3	10	4	45
1937	6	5	6	0	3	4	5	1	33
1938	12	1	1	2	2	1	3	2	27
1939	5	2	2	1	5	4	3	3	25
1940	9	0	4	1	5	5	0	2	27
1941	6	0	2	3	5	2	0	2	22
1942	3	1	1	0	2	2	0	3	15
1943	8	2	2	0	1	5	0	1	19
1944	10	0	3	0	4	1	0	4	22
1945	11	2	4	1	2	3	0	7	32
1946	0	0	1	0	0	1	2	2	8
1947	0	1	1	0	0	1	0	3	8
Totais	123	24	35	12	44	38	41	41	376

Anexo III

Anos	Guiné	Cabo Verde	São Tomé	Angola	Moçambique	Índia	Macau	Timor	Totais
1934	1	1	0	6	9	6	1	2	26
1935	2	2	0	7	6	6	3	1	27
1936	10	11	12	15	6	3	0	0	57
1937	0	1	0	3	7	6	0	2	19
1938	2	1	2	5	5	1	2	2	20
1939	2	7	1	3	9	3	1	0	26
1940	1	4	0	11	4	2	0	1	23
1941	2	3	1	7	4	1	3	1	22
1942	4	5	1	3	3	4	0	1	21
1943	2	2	0	6	3	3	0	0	16
1944	4	1	2	10	6	5	0	0	28
1945	2	2	2	7	8	4	0	0	25
1946	5	1	2	2	7	2	0	0	19
1947	3	1	3	4	1	0	0	1	13
Totais	40	42	26	89	78	46	10	11	342

**PROPAGANDA NO ESTADO NOVO
E OS CONCURSOS DE LITERATURA COLONIAL
O CONCURSO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS / ULTRAMAR
(1926-1974)**

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura. De facto este meio permitiu que algumas das gerações de portugueses tivessem tido um conhecimento mais aprofundado do valor das suas possessões ultramarinas. Não se compreendia como um país que vivia há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações ditas exóticas pudesse continuar a deter até ao início do século XX, exceptuando-se a narrativa de viagens dos séculos XV e XVI, uma literatura tão pouco interessada nos enquadramentos paisagísticos e humanos tropicais. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos foi tal que nos poderia levar a supor que dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente rica no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à riqueza e imensidade das fontes de inspiração.

Foi no contexto desta carência literária que a Agência Geral das Colónias se decidira pela utilização de mais esta estratégia de propaganda do Portugal Ultramarino, tomando a iniciativa de promover anualmente um Concurso de Literatura Colonial, suportado jurídica e politicamente pelo Ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4.565, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1926¹. A referida Portaria fazia algumas considerações preambulares importantes sobre a filosofia política subjacente a esta iniciativa ministerial de divulgação da cultura imperial até então pouco reconhecida e considerada mesmo, no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano, muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. E esta cultura imperial teria de passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros argumentos, o legislador acentuava a necessidade

¹ Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial”, in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, p. 169.

de “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa”².

Este projecto não visava somente o incentivo da cultura colonial, mas também deveria servir de estímulo à leitura, tendo em conta que apesar da nossa literatura ter valores de projecção universal, como Luís de Camões, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, o português não tinha sido por excelência um povo literário. Nesse sentido o Ministério da Instrução, uma outra entidade estatal que apoiava este certame, propusera uma verba no seu orçamento destinada à aquisição de um número significativo de exemplares das obras premiadas que poderia alternar entre 500 a 1.000 exemplares, a serem distribuídos pelos diferentes estabelecimentos de ensino público, da Metrópole e do Ultramar. Para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta, contava também a Agência Geral das Colónias com o apoio de outras instituições, nomeadamente empresas e companhias coloniais que se prestavam a fazer doações pecuniárias que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios. E a adesão a este projecto foi significativa, pois cinco meses depois da promulgação no *Diário do Governo* do regulamento deste certame literário já a Agência detinha os montantes financeiros necessários para cobrir os dois primeiros prémios, dos três inicialmente previstos pela Portaria do Ministério das Colónias³.

De entre os subscritores que contribuíram com um montante de 1.000\$00 destacaram-se o Banco Nacional Ultramarino, a Companhia dos Diamantes de Angola, a Companhia do Petróleo de Angola, a Companhia do Príncipe e a Sociedade Agrícola Vale Flor. Com um montante inferior de apenas 100\$00 sobressaíram duas companhias, a do Caminho-de-Ferro de Benguela, em Angola, e a do Búzi, em Moçambique, perfazendo o total dessas contribuições pecuniárias a quantia de 7.250\$00, quantia suficiente para cobrir o valor dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para cobrir a atribuição de um terceiro prémio ou ainda de um prémio *exaequo*, situação muito comum de encontrar nestes certames de literatura. O júri deste primeiro concurso literário presidido pelo dr. Artur Tamagnini Barbosa, em representação do Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, integrava ainda o dr. Francisco Reis Santos, da Sociedade de Geografia de Lisboa, o major Leite de Magalhães, em nome das empresas subscritoras dos prémios⁴, o dr. Sousa Costa, pelo Ministério da Instrução, os dr.s Fidelino de Figueiredo e Coelho de Carvalho, pela Academia de Ciências, e o dr. Armando Cortesão em nome da Agência Geral das Colónias.

² *Idem, Ibidem.*

³ Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria 4: 565, deveriam ser respectivamente de 5.000\$00 e 2.500\$00 para os dois primeiros classificados, podendo no entanto o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou em alternativa criar ainda um terceiro prémio. *Idem, “Serviços da Agência Geral...”, Ibidem, Boletim n.º 7, Janeiro de 1926, p. 170.*

⁴ A lista dos subscritores para o “Concurso de Literatura Colonial” foi entretanto acrescida com mais as seguintes empresas: Companhia Agrícola Ultramarina, com 500\$00; Companhia do Boror, com 500\$00; Companhia do Cazengo, com 200\$00; Henrique de Mendonça, com 100\$00; casa Penry Burnay & Ca, com 100\$00. Deste modo, as contribuições financeiras para este prémio da Agência Geral das Colónias foram aumentadas em mais 1 400\$00, o que perfazia, na totalidade, a quantia de 8 650\$00. *Vide “Serviços da Agência Geral das Colónias – Primeiro Concurso de Literatura Colonial”, Boletim n.º 14, Agosto de 1926, pp. 157-158.*

Postas em análise as obras a concurso, foram votadas para o 1.º prémio no valor de 5.000\$00 a obra de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2.º prémio de 2.500\$00 sido atribuído à obra de Manuel Brito Camacho, *Pretos e Brancos*⁵. Após a distribuição dos prémios pecuniários deste primeiro concurso literário tinha ficado um saldo positivo de 1.650\$00, valor que o júri deliberou endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar conforme o uso mais conveniente na divulgação do próximo evento literário⁶.

Dos premiados nestas seis edições em que o dr. Armando Cortesão foi responsável pela Agência Geral das Colónias⁷, deveremos destacar a figura de um dos autores mais reconhecidos neste Concurso, Julião Quintinha. Autodidacta, começara por ser operário na sua terra natal, Silves, e mais tarde fundara um semanário de grande circulação, o *Alma Algarvia*. E foi numa longa e extenuante viagem profissional que demorara mais de dois anos às colónias portuguesas e inglesas de África ao serviço do *Jornal da Europa*, que tivera oportunidade de publicar reportagens dos aspectos que tinha visto em S. Tomé, Angola, Moçambique, Egipto e União – Sul – Africana, e encontrar a inspiração literária para num tão curto espaço de tempo conseguir arrecadar três prémios, em diferenciados concursos de literatura organizados pela Agência Geral das Colónias. Aliás, o dr. Armando Cortesão num artigo que escrevera para o *Boletim*, a propósito deste “Quinto Concurso de Literatura Colonial”, prestava-lhe homenagem por este feito, salientando que “Julião Quintinha, um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa, veio pela terceira vez ao Concurso de Literatura Colonial. No terceiro Concurso, em 1928, conquistou o terceiro prémio com a sua *África Misteriosa*; no quarto, em 1929, obteve o segundo prémio *exaequo* com Augusto Casimiro e o seu *Oiro Africano* que constituía a segunda parte da *África Misteriosa*; agora, alcançou triunfalmente o primeiro prémio com o seu admirável livro *A Derrocada do Império Vátua*. Não será isto a sua definitiva consagração como escritor colonial?”⁸

Com a segunda fase do Concurso de Literatura Colonial, a partir de 1932, em pleno emergir do Estado Novo, a estratégia política era outra e como prova desse facto estava a perda da autonomia financeira da Agência Geral das Colónias a favor do Ministério das Colónias, agora tutelado por um ministro da confiança política do dr. Oliveira Salazar, o dr. Armino Monteiro. Também o lugar de Agente Geral das Colónias perdeu poderes, tendo o tenente-coronel Garcez de Lencastre, o novo Agente escolhido pelo ministro Monteiro passado a ter menos condições para “governar” este

⁵ *Idem, Ibidem.*

⁶ Acta elaborada no dia 29 de Julho de 1926 e que recomendava ao Ministério da Instrução a distribuição pelas Escolas dos livros premiados de Sousa Dias e Brito Camacho. Quanto ao saldo de 1.650\$00 seria empregue em prol de uma maior divulgação deste evento colonial. *Vide* “Acta” in: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Agosto de 1926, n.º 14, p. 157.

⁷ Entre 1926 e 1932, período em que o dr. Armando Cortesão esteve á frente da Agência Geral das Colónias, foram cinquenta e cinco os trabalhos submetidos a este certame literário, e distribuídos prémios no montante de mais de 50.000\$00. *Vide* “Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, de Novembro de 1931, pp. 148 -149, especialmente p. 148.

⁸ *Vide* “Quinto Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim da Agência...*, Ano VII, Abril de 1931, n.º 70, pp. 161-167, especialmente p. 162.

departamento de propaganda, nomeadamente na restrição do mandato para quatro anos, na ausência de qualquer função na administração e na redacção do periódico da instituição⁹, e com uma mera participação simbólica na presidência dos júris dos “prémios literários” instituídos por esta Agência, mas sem a possibilidade de emitir qualquer parecer sobre as obras a concurso. A grande alteração no regulamento desta segunda fase do Concurso de Literatura Colonial foi a criação de três categorias de prémios, de acordo com os géneros literários que se pretendiam realçar e promover. Assim, as modalidades a concurso passaram a ser as seguintes: 1.^a categoria: obras que se inserissem no campo do conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras, romance; 2.^a categoria: tinha a ver com obras sobre biografias, etnografia, história e viagens; 3.^a categoria: todo o tipo de obras que se integrassem na “literatura científica”.

Pela redacção do regulamento verificava-se que as duas primeiras categorias não tinham problemas sobre o âmbito e conteúdos que se pretendiam premiar. A dúvida surgiria no entanto na 3.^a categoria, quando se intentava premiar obras e conteúdos ligados à “literatura científica” colonial. Na verdade o que era esta “literatura”? Um género literário que evocava e dava visibilidade a um determinado tipo de obras com carácter positivista e experimentalista? E que obras eram essas? Esta foi provavelmente a interrogação que durante as dezoito edições realizadas entre 1933 e 1951 o júri mais pusera em relevo, para apurar as obras que pretendia e deveria destacar. Mas por falta de concorrentes e/ou de critérios para estabelecer o limite e o estatuto desse género literário, o que é facto é que nesse hiato de tempo apenas foram premiadas cinco obras, o que provocara um *déficit* de escolha nas treze das edições do Concurso em que o prémio da 3.^a categoria ficara por atribuir¹⁰.

Dessas cinco obras galardoadas, poderemos referir que os prémios foram repartidos entre Angola e Moçambique, com duas obras para cada uma dessas colónias, e a Guiné, apenas com uma. Assim, no IX Concurso, do ano de 1935, as obras premiadas sobre Angola foram as seguintes: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira (1.^o prémio) e *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão (2.^o prémio); sobre Moçambique as obras distinguidas foram: *Gramática de Língua Chope* (1.^o prémio), de Luís Feliciano dos Santos, na edição do XVI Concurso, de 1942, e, do mesmo autor ainda, *Dicionário Português-Chope e Chope-Português* (1.^o prémio), na edição do XXIV Concurso, de 1950; e, finalmente, já no último ano em que este modelo de concurso esteve vigente, 1951, na edição XXV, era premiada uma obra sobre a Guiné, de João Leal da Silva Tendeiro,

⁹ A denominação do periódico passou, a partir de 1932, de *Boletim da Agência Geral das Colónias*, para *Boletim Geral das Colónias*, facto que Alberto Oliveira Pinto atribuía ao menor peso que a “Agência” passava a ter neste periódico, para além do mesmo passar a superintender a acção de cada um dos *Boletins Oficiais* de cada colónia, facto que até então competia exclusivamente aos Governos da cada uma dessas parcelas tropicais. De acordo com os artigos 40.^o, 41.^o, 42.^o, 43.^o, 44.^o e 45.^o, da parte VI do referido Decreto 21.001, de 14 de Março de 1932, o *Boletim* era caracterizado como um órgão de defesa e propaganda dos interesses do império colonial português. Vide Alberto Oliveira Pinto, “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda” in: *Clio*, revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Nova Série, Volume 7, 2002, pp. 191-256, especialmente p. 209.

¹⁰ Vide “VII Concurso de Literatura Colonial – Actas das reuniões dos júris” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, Agosto-Setembro de 1933, n.ºs 98-99, pp. 97-101, especialmente pp. 100-101.

com o título *Estudos sobre o Tifo na Guiné Portuguesa* (1.º prémio)¹¹. De notar que este prémio sobre um estudo médico aparecia seis anos depois do comandante Sarmiento Rodrigues ter sido empossado como governador da Guiné, tendo por sua iniciativa sido fundado o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa que congregou à volta do seu órgão principal, o *Boletim Cultural da Guiné*, nomes como António Carreira, James Walter e Teixeira da Mota¹².

Nesta segunda fase de vida da Agência Geral das Colónias, entre 1932 e 1951, conhecida também pela fase “do Império”, a figura que viria a emergir como das mais premiadas no concurso literário da Agência era a de um militar que trinta anos mais tarde viria a protagonizar algumas das acções mais rocambolescas da oposição contra o regime que havia servido convictamente, desde os primeiros momentos da sua constituição. Estamos a referir-nos à figura controversa de Henrique Galvão que agora, nesta fase, se sobrepunha à influência que neste Concurso Julião Quintinha havia tido anteriormente, com três prémios conquistados. A ligação do militar ao certame da Agência Geral das Colónias remontava ao ano de 1929, aquando da realização da quarta edição deste evento literário, tendo na altura apresentado à consideração do júri um livro de crónicas, a que simbolicamente pusera o título de *Em Terra de Pretos*, e que resultara de uma série de impressões que recolhera entre 1927 e 1929, durante a estadia em Angola, possessão para onde fora deportado depois da conspiração que conjuntamente com Fidelino de Figueiredo e Filomeno da Câmara, o chamado grupo dos “fifis”, intentara contra o general Óscar Carmona, em Agosto de 1927.

A estreia de Galvão como concorrente neste evento literário não foi a mais auspiciosa, não só porque o primeiro prémio desta quarta edição não foi atribuído, como ainda a sua obra *Terra de Pretos* foi excluída, conjuntamente com mais outras três¹³. Também um dos elementos do júri, por sinal o responsável pela entidade organizadora, o dr. Armando Cortesão, teceu fortes críticas ao conteúdo deste livro, acusando o seu autor de revelar alguns sentimentos de cepticismo, negativismo e pouca confiança na obra produzida pelos portugueses em África, aspectos que o dr. Cortesão, na altura da internacionalização dos mandatos, considerava mesmo de estímulos nefastos contra o sentimento pátrio de afirmação da nacionalidade lusitana. E em artigo para o periódico que dirigia fez um resumo do que se passara no “quarto concurso de literatura colonial”, nomeadamente sobre o conteúdo das doze obras em apreciação. Sobre a obra *Em Terra de Pretos*, discorria ironicamente sobre o fatalismo e o espírito niilista que caracterizava a “alma” portuguesa. A esse respeito, afirmava: “Este livro,

¹¹ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 35-41. Também, Alberto Oliveira Pinto, “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951)...” *ob. cit.*, pp. 209-210.

¹² Leopoldo Amado, “A Literatura Colonial Guineense” in: <http://www.institutocamões.pt>, pp.1-18, especialmente p. 15.

¹³ Juntamente com a obra de Henrique Galvão foram ainda excluídas neste IV Concurso de Literatura Colonial as seguintes obras: *Amor no Degredo e Dedicção*, de Sousa Nunes; *Os Aventureiros da Selva*, de J. Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos; *Episódios da Zambézia*, de Francisco Gavicho de Lacerda. Vide “Acta da reunião do Júri” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, pp. 163-165, especialmente p. 163.

que o sr. Henrique Galvão trouxe ao concurso, devia ser lido com acompanhamento do fado, a música mais negativa e derrotista que conheço”¹⁴.

Mau grado as críticas e a desclassificação que a sua obra sofrera no IV Concurso de 1929, Henrique Galvão voltara a concorrer, dois anos depois, no VI Concurso de 1931, com a obra *O Velo d'Oiro*. Neste novo enredo passado também em Angola, Galvão socorria-se de uma estória sobre a colonização africana e sobre os preconceitos que perpassavam pela mente de muitos portugueses sobre esse lugar mítico da geografia expansionista lusa. Segundo o narrador, essas duas ideias feitas sobre África até ao início do Estado Novo tinham a ver, por um lado, com doenças e degredados, e por outro, com a procura de tesouros e “velos d'oiro”, quando a verdadeira riqueza estaria na fertilidade da terra que propiciaria uma agricultura mais avançada e com isso a instalação de mais colonos europeus nesses territórios. Este paradigma menos derrotista sobre a colonização branca em África levaria o júri do Concurso de 1931 a premiar, *ex aequo*, a obra *O Velo d' Oiro* do tenente Galvão, conjuntamente com *O Caminho do Oriente* e *Poetas e Prosadores*, respectivamente da autoria de Jaime do Inso e José Ferreira Martins¹⁵. Mimoso Moreira, colaborador da Agência, escrevera no jornal *A Província de Angola*, de 30 de Dezembro de 1931, um artigo sobre as obras premiadas nessa VI edição, salientando, a propósito do *Velo d' Oiro*, que era uma obra que tinha “...poder descritivo, equilíbrio e boa análise, prendendo o leitor à sua leitura e deixando uma impressão otimista, criadora”¹⁶.

Apesar de premiado, Galvão recusou o prémio invocando uma cláusula consignada no diploma que legitimava o novo regulamento que viria a ser promulgado um mês depois da divulgação dos resultados, em 14 de Março de 1932, e que no parágrafo único do artigo 52.º dava a possibilidade de excepcionalmente, no Concurso a realizar em 1933 (o VII Concurso), aos concorrentes que não tivessem obtido qualquer prémio, ou àqueles que, embora tivessem obtido um prémio, em tempo oportuno tivessem declarado não aceitar a decisão do júri, a possibilidade de voltar a concorrer com a mesma obra, no ano imediato. E fazendo jus ao aforismo de que “não há duas sem três”, em 1933, no VII Concurso, por sinal o primeiro com um regulamento já aprovado pelas autoridades do Estado Novo, depois de em 1932 não se ter realizado qualquer Concurso, o tenente Henrique Galvão acabaria por arrebatá-lo o primeiro prémio, na primeira categoria, com a referida obra sobre a colonização portuguesa no sul de Angola¹⁷.

No VIII Concurso de Literatura Colonial, realizado em 1934, este militar voltaria a concorrer aos prémios da 1.ª e 2.ª categorias da Agência Geral das Colónias com

¹⁴ A.Z.C., “Quarto concurso de literatura colonial”, *Ibidem, Boletim da Agência...*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, pp. 158-163, especialmente p. 162.

¹⁵ Vide “VI Concurso de Literatura Colonial”, *Ibidem, Boletim Geral das Colónias...*, Ano VIII, Agosto/Setembro de 1932, n.ºs 86/87, pp. 140-142.

¹⁶ Mimoso Moreira, “Acerca dos concursos de Literatura Colonial” in: *A Província de Angola*, Luanda, 30 de Dezembro de 1931.

¹⁷ Vide “VII Concurso de Literatura Colonial-Actas das reuniões dos júris” in: *Boletim Geral das Colónias...*, Ano IX, Agosto/Setembro de 1933, n.ºs 98/99, pp. 97-101.

mais duas obras, respectivamente *Da Vida e da Morte dos Bichos e Terras do Feitiço*¹⁸. Mais uma vez Galvão arrecadaria um prémio, desta vez não o primeiro da 1.^a categoria que foi atribuído por maioria à obra *Auá*, de Fausto Duarte, mas o 2.^o prémio, por unanimidade, ao livro *Terras do Feitiço*¹⁹. Depois de dois anos seguidos a ser premiado, houve um intervalo entre 1935 e 1936 em que o 1.^o prémio, da 1.^a categoria, foi para outros autores, neste caso para Guilhermina de Azevedo e João Augusto Silva, respectivamente com as obras *Feitiços e África. Da Vida e do Amor na Selva*²⁰. Mas no ano de 1937, aquando da realização do XI Concurso, Henrique Galvão voltaria novamente a concorrer com uma obra que simbolicamente intitulou *Sol dos Trópicos*. Perante um júri presidido pelo doutor Hernâni Cidade, foi decidido nesta edição não conceder o 1.^o prémio, mas foi consensual que o 2.^o fosse para o livro *Sol dos Trópicos*, de Henrique Galvão²¹. Interessante ressaltar que o 1.^o prémio, da 1.^a categoria, só viria novamente a ser concedido em 1942, quando a obra *Homens sem Caminho*, do funcionário administrativo, mais tarde jornalista, Castro Soromenho, ganhou os 7.000\$00 atribuídos ao primeiro lugar de uma obra de ficção narrativa sobre a realidade colonial.

Qual a razão para o júri distinguir esta obra e novamente o seu autor, o tenente Galvão? Segundo Alberto Oliveira Pinto, este escritor “reincide nos arquétipos sociais que já desenvolvera na sua obra anterior, embora modificando aparentemente os cenários e as personagens”²². E a obra anterior que este investigador se estava a referir era *O Velo d’Oiro*, premiada em 1933, muito embora os cenários e as personagens se tivessem agora alterado. Assim, o mito pelo “eldorado africano” mantinha-se e ideologicamente recolhia simpatias junto do júri, maioritariamente constituído por professores da Escola Superior Colonial e da Faculdade de Letras de Lisboa, para quem África, naquela conjuntura, era a “jóia” do regime que necessitava urgentemente de ser explorada, povoada, desbravada e colonizada por emigrantes e capitais nacionais, para dessa forma evitar a cobiça de metrópoles mais poderosas, que estavam sedentas de aumentar o seu território ultramarino à custa do património colonial português.

Deste modo, para divulgar e propagar as virtualidades desse “património” tropical, nada melhor do que premiar obras que criassem no leitor o interesse e o afecto por esses territórios. E Angola era, por conhecimento próprio, a “menina bonita” do tenente Galvão, porque na maioria das obras que escreveu essa possessão servira quase sempre de cenário à trama e ao evoluir das suas personagens. Em o *Sol dos Trópicos*, a

¹⁸ Vide “VIII Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Maio de 1934, n.º 107, p. 270.

¹⁹ Vide “Concurso de Literatura Colonial” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, pp. 186-188.

²⁰ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, N.º 525, Março de 1969, pp. 33-46, especialmente pp. 35-36. Também, “X Concurso de Literatura Colonial – Actas das reuniões do júri (1.^a, 2.^a e 3.^a categorias) in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano XII, Agosto-Setembro de 1936, n.ºs 134-135, pp. 108-112.

²¹ Vide “XI Concurso de Literatura Colonial – actas das reuniões do júri da 1.^o e 2.^a categorias” in: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Maio de 1938, n.º 151, pp. 94-98, especialmente p. 96.

²² Alberto Oliveira Pinto “O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das...”, *ob. cit.*, p. 226.

personagem principal chamava-se Venâncio, provinha da região das Beiras, licenciara-se em Direito, gostava de Literatura, exercia a advocacia, aspirava seguir uma carreira política, ensaiava os primeiros passos como empresário, numa empresa que acabaria por entrar na falência. Com tantas expectativas goradas, Venâncio seria o modelo do português frustrado e desiludido da vida que via como única escapatória a uma carreira de insucesso na Europa, emigrar para África, lá longe nesse continente mítico onde a família, colegas e amigos não mais saberiam dele, nem das suas desgraças, até aos últimos dias da sua existência.

Entretanto após o início da Segunda Guerra Mundial, apenas em 1942 se atribuiu o 1.º prémio, da 1.ª categoria, à obra de Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, só voltando a ser atribuído este prémio em 1944 à obra *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa. Depois, entre 1945 e 1951, os prémios iam para *Terra Conquistada*, de Correia de Matos, em 1945, *Sangue Cuanhama*, de António Pires, em 1948, *Julgareis Qual É Mais Excelente*, de Gastão de Sousa Dias, em 1949, *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira, em 1950. Entre 1938 e 1943 os júris do Concurso de Literatura Colonial não encontraram obras capazes de lhes ser concedido o primeiro prémio, pelo que só se atribuíram segundos prémios e mesmo estes, apenas a partir de 1939 a Castro Soromenho, com *Nhari-O Drama da Gente Negra*; em 1940, a Emílio Castelo Branco, com a *Terra da Esperança*; em 1941, a Augusto Casimiro, com *Portugal Crioulo*; em 1942, a Fausto Duarte, com *A Revolta*; em 1943, a Castro Soromenho, com *Rajada*. Depois em 1944 não foi atribuído o 2.º prémio, da 1.ª categoria, retomando a atribuição deste prémio em 1945 a Ferreira da Costa, com a *Pedra do Feitiço*. Em 1946 não houve distribuição de prémios em todas as categorias, voltando a Agência Geral das Colónias a distinguir autores ultramarinos em 1947, com a concessão do 2.º prémio, da 1.ª categoria, a Ávila de Azevedo, com *A Grande Travessia Africana de Capelo e Ivens*; em 1948, a Luís Silveira, com *A Derradeira Aventura de Paulo de Lima*; em 1949, a António Pires, com *Luiana*; em 1950, a Rodrigues Júnior, com *África Terra de Promissão*; em 1951, a Márcia Ivens Ferraz, com *Sozinho no Mato*²³.

Mas o evento da Agência Geral das Colónias não se destinava só a premiar criações de narrativa ficcional, e nas 2.ª e 3.ª categorias a instituição pretendia ainda, com a mesma idiossincrasia sobre colonização e povoamento luso nos trópicos, distinguir trabalhos ligados à história e etnografia (2.ª categoria) e ainda à literatura científica (3.ª categoria). Logo o Concurso de Literatura Colonial desde a reestruturação de 1932 premiaria, entre 1933 e 1951, um conjunto de obras sobretudo ligadas à história e etnografia pois, como já vimos na literatura científica (3.ª categoria), nesse hiato de tempo, apenas distinguira cinco já anteriormente referidas relativas a aspectos geográficos, linguísticos e de medicina²⁴. Quanto à 2.ª categoria, as obras a concurso nesta área das ciências sociais estiveram a par de outras enviadas para concorrerem ao prémio da 1.ª categoria, na área da ficção narrativa. Muitos autores, alguns deles já premiados na 1.ª, voltariam de novo a ser premiados nesta 2.ª categoria, como foi o caso de Henrique Galvão, Gastão de Sousa Dias, Ferreira Martins. As obras entretanto distinguidas pelo júri tinham a ver

²³ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, pp. 36-41.

²⁴ Vide “XXV Concurso de Literatura” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXVII, Janeiro de 1952, n.º 319, pp. 238-239.

com realidades coloniais diferenciadas, podendo-se encontrar temáticas históricas que iam desde aspectos generalistas como a história colonial, a biografias de descobridores, missionários e vice-reis, até temáticas específicas que abordavam a história de cada uma das colónias do Império português. No que dizia respeito a trabalhos de investigação etnográfica, a temática também era ampla e diversa, contemplando os usos e costumes mais variados de cada uma das principais possessões lusas, destacando-se, pela sua originalidade, aspectos associados a viagens sertanejas, a sociedades secretas indígenas, a aventuras cinegéticas, à mulher oriental.

Entretanto nos anos de 1952 e de 1953 não se realizaram os concursos de literatura da Agência Geral do Ultramar, facto este que adivinhava, entre outras causas, uma crise na produção de livros sobre temática tropical e aspectos inadequados na regulamentação do Concurso. A não realização deste evento literário não era caso único e, desde a sua criação em 1926, não se tinham realizado as edições de 1932, ano em que o regime estadonovista do dr. Oliveira Salazar chegara ao poder e que levaria o novo ministro das Colónias dr. Armindo Monteiro a fazer uma reformulação na Agência Geral das Colónias e indirectamente também no certame que atribuía estes prémios. No ano de 1946, por motivos de escassez de obras com qualidade, o júri entendera não conceder os prémios nas três categorias a concurso. O facto do início da década de cinquenta, do século passado, ter visto interromper um Concurso que já realizara vinte e cinco edições e premiara dezena de autores que haviam escrito sobre a problemática ultramarina, fazia prever, uma vez mais, uma reestruturação na orgânica destes certames, agora sobre iniciativa do ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues.

E afinal quais foram os aspectos que a Portaria N.º 14.691 reformulara e que vieram dar nova “elasticidade” ao regulamento que havia vigorado durante duas décadas? No preâmbulo do documento legislativo transcrito pelo *Boletim Geral do Ultramar* N.º 343, de Janeiro de 1954²⁵, o legislador explicava o historial do certame desde a última reorganização encetada pelo ministro Armindo Monteiro em 1932, e depois passava a analisar as modificações entretanto introduzidas a nível da designação dos prémios, das áreas a concurso, do nome dos patronos, do montante a desembolsar, e das possibilidades de edição das obras premiadas. Assim criavam-se quatro novos prémios que recebiam os nomes de figuras da literatura portuguesa, que ao Ultramar consagraram a maior parte da sua obra: «Camilo Pessanha», para a poesia; «Frei João dos Santos», para o ensaio (sociológico, etnográfico ou de temas relacionados com o conhecimento do homem); «Fernão Mendes Pinto», para a novelística (romance, conto ou novela); e «João de Barros», para a história. Segundo as considerações do legislador estas denominações simbólicas teriam a ver com os seguintes aspectos: “... Camilo Pessanha é um dos raros poetas autênticos que ao Ultramar dedicou quase inteiramente a vida”; que a «Etiópia Oriental», de Frei João dos Santos, publicada em 1609, é, em data, o primeiro ensaio etnográfico sobre os indígenas de África; que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é já um primeiro passo na recriação literária de experiências, o que muito a aproxima da obra de ficção; e que João de Barros foi, por certo, um dos maiores cultores de historiografia ultramarina”²⁶.

²⁵ Vide “Concurso de Literatura Ultramarina – Portaria n.º 14.691” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, pp. 111-117, especialmente pp. 113-117.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 113.

O primeiro certame após estes “novos preceitos reguladores dos concursos literários da Agência Geral do Ultramar”, o XXVI, realizara-se ainda em 1954. Perante um júri presidido pelo dr. Braga Paixão atribuíra os prémios de poesia «Camilo Pessanha», e de História «João de Barros», aos livros *Portugal Atlântico – Poemas de África e do Mar*, e *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*, respectivamente da autoria de Augusto Casimiro e de Alexandre Lobato²⁷. Entretanto até 1969, altura em que o Concurso foi outra vez reformulado, os certames realizaram-se anualmente e foram premiando alternadamente cada um das quatro modalidades. No prémio de poesia «Camilo Pessanha» foram distinguidos autores como Jorge Barbosa, Raimundo Soares, Geraldo Bessa Victor, António de Sousa Freitas, Nuno Miranda, Mário António, Glória de Sant’ Ana, Amândio César, Armor Pires Mota, Maria Teresa Galveias, Ruy Cinatti. De salientar que Nuno Miranda venceria por duas vezes este prémio, primeiro em 1960, com a obra *Cais de Ver Partir*, e três anos depois, em 1963, com o *Cancioneiro da Ilha*. Importante referir que o prémio foi concedido com muita regularidade e que apenas em dois anos, 1959 e 1965, por falta de obras com qualidade se não distinguiu nenhum autor.

Relativamente ao prémio «Fernão Mendes Pinto» para a 3.^a modalidade, Novelística, entre 1954 e 1968 foram também reconhecidas muitas obras em prosa sobre a temática ultramarina, comprovando-se, à semelhança da Poesia, que quase todos os anos houve obras a concurso com qualidade, e que as únicas excepções em que o júri não vislumbrou nenhuma obra merecedora do prémio foi nos anos de 1954, 1958, 1961, 1962 e 1964. Com este facto ficava comprovado que escrever prosa sobre temática tropical era mais difícil do que escrever poesia, pois o júri da Agência Geral do Ultramar, o mesmo nas duas modalidades literárias, penalizou mais esta última, aumentando de dois para cinco os anos em que não concedeu o prémio a concurso. Verificamos ainda que nesta plêiade de prosadores ultramarinos premiados se encontravam muitos dos escritores da segunda metade do século XX que Amândio César, também um dos premiados, recenseou para o livro os *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*²⁸. E esses autores de muitos dos “parágrafos” desta outra literatura portuguesa eram nomes como Alexandre Barbosa, Amadeu Ferreira, Ferreira da Costa, Guilhermina de Azeredo, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Orlando de Albuquerque, Reis Ventura e Rodrigues Júnior. Também nesta modalidade houve um autor, Manuel Lopes, duas vezes premiado e que por sinal provinha de São Vicente, Cabo Verde, onde nasceu em 1907. Para além dos prémios «Fernão Mendes Pinto» atribuídos pela Agência Geral do Ultramar, nas edições de 1956 e 1959, respectivamente com as obras *Chuva Braba e Galo Cantou na Baía*, ganhou ainda com o seu romance *Flagelados do Vento Leste*, de 1959, o “Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde”, em 1968²⁹.

Quanto ao prémio «Frei João dos Santos», para a 2.^a modalidade, Ensaio, também foi uma das fórmulas que a instituição de propaganda do Ministério do Ultramar

²⁷ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 41.

²⁸ Amândio César, *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971, 529 pp.

²⁹ Vide “O XXVIII Concurso de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, Fevereiro de 1957, n.º 380, pp. 263-266, especialmente p. 265.

arranjou para distinguir todos aqueles autores (metropolitanos e ultramarinos), que se devotaram ao estudo de assuntos sociológicos e etnográficos que realçassem o homem dos trópicos. Naquele período entre a reforma do ministro Sarmiento Rodrigues de 1954, e a do ministro Silva Cunha de 1969, foram premiadas em quase todos estes anos obras de investigação que analisavam os usos e costumes das populações da Guiné, Angola e Moçambique. Mas para além destes aspectos etnográficos, o júri deste certame da Agência Geral do Ultramar ainda distinguiu nesta modalidade obras de carácter sociológico ligadas à iconografia das cidades ultramarinas, ao sindicalismo africano, à religião, à literatura ultramarina e ao infanticídio em África. Nas quinze edições do prémio «Frei João dos Santos» para a modalidade de “Ensaio”, verificámos que apenas nos anos de 1954, 1955, 1961 e 1963 o prémio não foi concedido, notando-se este facto em todas as outras modalidades.

Desta forma, pudemos confirmar que os anos em que menos obras foram distinguidas pela Agência Geral do Ultramar foram os anos de 1954, 1955, 1958, 1959, 1961, 1962 e 1966, facto que tinha a ver, entre outras causas, com a reestruturação deste concurso literário pelo ministro Sarmiento Rodrigues, com as eleições presidenciais e a candidatura de Humberto Delgado, com a reestruturação do Ministério do Ultramar, pelo ministro Adriano Moreira, com o início da guerra colonial em Angola e o generalizar da guerra às restantes colónias (Guiné e Moçambique). Com este prémio emergira uma plêiade de novos etnólogos e antropólogos especializados em problemáticas sobre as principais colónias africanas como António Carreira e Augusto Silva para a Guiné; Eduardo dos Santos, José Redinha e Morais Martins para Angola; e Luís Polonah para Moçambique. Também foram reconhecidas, nesta mesma modalidade, personalidades de mérito na Sociologia e noutras Ciências Sociais, como Amândio César, Luís Silveira, Maria Benedita Araújo e Mário Murteira.

No que dizia respeito ao «Prémio João de Barros», para a 4.^a modalidade, “História”, no período compreendido entre 1954 e 1968, estipulava o concurso literário da Agência Ultramarina um prémio no valor de 15.000\$00, o quantitativo mais elevado destes prémios, pois as outras três modalidades apenas eram contempladas com prémios no valor de 10.000\$00. Nas quinze edições entretanto realizadas, a Agência apenas concedeu prémios oito vezes, nos anos de 1954, 1957, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1968. O facto deste prémio de investigação sobre o passado do património colonial português apenas ter sido concedido em oito edições, não tendo encontrado obras nas outras sete, comprovava a ausência de estudiosos que se dedicassem a investigar a presença lusíada nessas paragens. Comprovava também que o maior índice de prémios foi concedido na década de sessenta a um conjunto de historiadores, alguns dos quais ainda vivos, como é o caso do doutor Hermano Saraiva que, em 1963, com a obra *Formação do Espaço Português*, recebeu o prémio que homenageava o autor das crónicas referentes aos feitos dos portugueses na Índia³⁰. Para além de Saraiva, foram galardoados com este prémio autores como Alexandre Lobato, Avelino Teixeira da Mota, Jofre do Amaral Nogueira, José Machado Lourenço, Luís Ferrand de Almeida, Manuel dos Anjos da Silva Rebelo, com obras ligadas à história dos territórios de Angola, Brasil e

³⁰ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968”, in: *Boletim Geral do...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 41-46.

Moçambique, havendo mesmo uma obra do padre Machado Lourenço que estudara um “mártir” do Japão, o beato João Baptista Machado de Távora³¹.

Entretanto pela Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, assinada pelo ministro Silva Cunha, o Concurso de Literatura Ultramarina foi novamente alterado, pelos motivos que o preâmbulo do referido documento enunciava e que tinham a ver com algumas alterações à Portaria n.º 14.691, que vinha já desde 4 de Janeiro de 1954. E uma das actualizações dizia respeito à criação de um prémio que distinguisse a melhor reportagem a apresentar sobre terras ultramarinas lusas e que pudesse homenagear a mítica personagem do autor da “carta” que relatava a descoberta do Brasil, Pêro Vaz de Caminha. De acordo com as considerações apresentadas no preâmbulo desta Portaria, as razões que levaram o ministro do Ultramar a propor este prémio relacionavam-se com o facto de Caminha na sua “famosa” carta nos dar “o exemplo de um flagrante relato como testemunha directa de um grande acontecimento da nossa história ultramarina”.³²

A partir de 1969, e já com o prémio de “Reportagem” regulamentado como quinta modalidade, o Concurso de Literatura Ultramarina já em plena fase marcelista do Estado Novo, a uns meses do final da publicação do periódico, a Agência Geral do Ultramar entrava no último quinquénio da atribuição destas distinções às principais obras produzidas em Portugal sobre os territórios de Além-Mar. Na 1.ª modalidade, “Poesia”, foram distinguidas com o prémio «Camilo Pessanha», obras como *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira, em 1969; *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti, em 1971; *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro, em 1974; na 2.ª modalidade, “Ensaio”, foram distinguidas com o prémio «Frei João dos Santos», obras como *Povo Flogá*, de Fernando Reis, em 1969; *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos, em 1970; *No Mundo dos Cabindas* (2 volumes), do padre José Vaz; na 3.ª modalidade, “Novelística”, nestes cinco anos foram distinguidas com o prémio «Fernão Mendes Pinto», obras como *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares, em 1970; *Eu, Caçador, e Tu, Impala*, de Nuno Bermudes, em 1971; na 4.ª modalidade, “História”, foram distinguidas com o prémio «João de Barros», obras como *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, de António Carreira, em 1969; *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, Idem, António Carreira, em 1970; *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Idem, António Carreira, em 1971; *Os Capitães – Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto, em 1972; na 5.ª modalidade, “Reportagem”, foram distinguidas com o prémio «Pêro Vaz de Caminha», obras como *Moçambique, – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme Melo, em 1969; *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia* (Crónicas Publicadas no Jornal “O Estado de São Paulo”), de João Alma das Neves, em 1971;

³¹ Idem, “Concursos de Literatura...Prémio João de Barros – 15.000\$00 – «O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão – padre José Machado Lourenço”, *Ibidem*, *Boletim* n.º 525, Março de 1969, p. 45.

³² Vide “Portaria N.º 24.013 de 3 de Abril de 1969” in: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1969, pp. 13-19, especialmente p. 15. Também, “Artes e Letras: Novo Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Abril de 1969, n.º 526, pp. 133-134.

Hora de Esperança, de A. Rego Cabral, de 1974. Em 1970 este prémio de reportagem não recebera concorrentes³³.

De salientar também que a Agência Geral do Ultramar instituíra em 1960, no ano das comemorações oficiais do Infante Dom Henrique, um outro prémio importante que servia para galardoar trabalhos que realçassem o sentido imperial da história portuguesa. Assim, a Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960³⁴, assinada pelo ministro do Ultramar Vasco Lopes Alves formalizava essa distinção sobre uma obra que representasse o Portugal “uno” e “grande” tal como o concebera D. João II, que foi escolhido pelo regime do Estado Novo para ser o patrono de um prémio que ao mesmo tempo homenageava essa figura tutelar da história expansionista, mas também congregava o espírito ultramarino dos anteriores cinco prémios para cada uma das modalidades representadas. Nas considerações à portaria ministerial ficava bem explícita a oportunidade de realçar a memória imperial, através da comemoração do centenário do mentor desta saga portuguesa, o Infante D. Henrique, no ano de 1960. Aproveitava-se ainda a data das comemorações Henriquinas para distinguir o executor dessa política expansionista, numa altura em que a unidade pluriprovincial do Estado Novo claudicava face às determinações anticolonialistas da O.N.U. (Organização das Nações Unidas) e ao nascimento dos primeiros movimentos emancipalistas nas principais colónias portuguesas de África. Logo, este prémio surgia para reforçar junto da opinião pública esse elo entre os interesses metropolitanos e ultramarinos, e para a uma só voz realçar o direito histórico que Portugal considerava ter relativamente aos territórios que o monarca Quatrocentista havia planeado descobrir e conquistar. Apesar da importância do prémio criado a catorze anos do 25 de Abril de 1974, o mesmo não premiou muitas obras, nem teve a periodicidade para o qual apontava a Portaria inicial, e assim nesse intervalo de tempo apenas tivemos conhecimento da atribuição do mesmo em 1965, por sinal *exaequo*, tal como previa aliás o regulamento do mesmo, a duas obras cuja temática tinha a ver com Angola (*Angola Meio Século de Integração*) e com o Brasil (*O Rio de Janeiro no Século XVI*), respectivamente da autoria de dois professores universitários, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão³⁵.

³³ Vide “Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar” in: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, Janeiro/Junho de 1970, n.º 535, pp. 161-162.

³⁴ Vide “Prémio «D. João II»” in: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, pp. 7-12.

³⁵ Vide “Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968 – Ano de 1965”, in: *Boletim Geral do...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, pp. 44-45.

(Página deixada propositadamente em branco)

Maria Luiza Tucci Carneiro

Boris Kossoy

PROPAGANDA E REVOLUÇÃO **OS CAMINHOS DO IMPRESSO POLÍTICO. 1930-1945¹**

Os estudos sobre a propaganda política no Brasil nos oferecem amplas possibilidades de análise: uma delas permite avaliar a dimensão da política de massas enquanto instrumento do Estado, tendo como objeto o Estado Novo brasileiro (1937-1945) cujas práticas se fizeram inspiradas em paradigmas fascistas. Outro viés possível de investigação são as ações propagandísticas dos opositores ao governo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), que – apesar do controle sustentado pelos aparelhos repressores do Estado – conseguiram colocar em circulação suas propostas revolucionárias e suas críticas ao regime estadonovista. Com base na documentação pesquisada junto aos arquivos da Polícia Política do Estado de São Paulo, o DEOPS², podemos nos referir a três tipos de propaganda política que, por seu enfrentamento cotidiano, criaram um permanente estado de tensão:

- 1) a propaganda oficial e autoritária, editada pelo Estado governado por Getúlio Vargas, expressão máxima do autoritarismo e do populismo no Brasil;
- 2) a propaganda “subversiva”, produzida pelos grupos nomeados como “inimigos do regime” e que atuavam na clandestinidade;
- 3) a propaganda dos grupos políticos que, fora dos círculos do poder mas pactuando com os representantes dessa elite, colocavam em circulação seus impressos até o momento em que, por ameaçarem a continuidade de Vargas no poder, transformaram-se em “inimigos do Estado”.

Seguindo a trilha do impresso no Brasil chegaremos aos grupos políticos e movimentos sociais que, através de múltiplos subterfúgios, conseguiram formular as propostas de revolução social. Tomando por base as categorias agregativas, animadas por seus sujeitos sociais, identificamos os espaços da sedição e da edição. Muitas vezes,

¹ Parte desta comunicação é resultado do projeto de Bolsa de Produtividade junto ao CNPq desenvolvido por Maria Luiza Tucci Carneiro desde 2005 tendo como fonte principal o Fundo DEOPS/SP, sob a guarda do Arquivo Público do Estado. Este estudo integra também as propostas de Boris Kossoy, coordenador de Iconografia do Projeto Temático Fapesp, “Arquivos da Repressão e da Resistência: Mapeamento da Documentação do DEOPS e do DEIP/SP”.

² DEOPS- Departamento Estadual de Ordem Política e Social, cujo acervo encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

constatamos a coexistência de dois mundos paralelos: o *submerso*, visível, dito “real”; e o *clandestino*, movediço, sombreado, dito recluso. É sobre estes mundos que nos debruçaremos tendo como objeto de estudo os panfletos produzidos pelo DEOPS- Departamento Estadual de Ordem Política e Social e pelo DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, órgãos de repressão e propaganda no Estado de São Paulo, respectivamente.

Empregando a *metáfora da rede* para a análise dos documentos confiscados pela Polícia Política, desvendamos uma trama de cidadãos mobilizados por autênticas estratégias de mobilização social³. A somatória destes impressos, além de definir certas identidades individuais e de grupo, expressa a formação de redes de solidariedade entre imigrantes e nacionais, cidadãos de todas as classes, raças e religiões. As mensagens multiplicadas são exemplos de representatividade desses vínculos comunitários, distintos por seus apelos, utopias e por seus desencantos com a realidade brasileira.

A propaganda oficial

A *propaganda oficial* representativa da postura do Estado Novo brasileiro se fez inspirada nos modelos ditados pelos regimes europeus de cunho fascista; enquanto que a propaganda da oposição ou de resistência ao autoritarismo tinha como matriz as ideologias da esquerda revolucionárias, dentre as quais o socialismo e o comunismo. Ambas as propagandas valiam-se de um discurso sedutor cujas mensagens ofereciam à sua clientela um mundo melhor, purificado e livre de cidadãos indesejáveis. Cada qual, de acordo com seu ideário, adotou uma forma de representação do inimigo que, se comparadas, têm muito em comum com as narrativas do fascismo e das esquerdas européias, respectivamente.

A propaganda oficial procurava gerar imagens de uma sociedade liderada por um estadista competente – no caso Getúlio Vargas – trabalhador, generoso, carinhoso, responsável e dedicado às causas humanitárias. O perfil de uma nação governada por um ditador era diluída pela ação dos meios de comunicação, da educação, dos programas beneficentes e culturais sustentados pelo Estado dedicado a construir uma sociedade homogênea, livre de conflitos. Através de ações repressoras e policiais – autoritárias na sua essência – o governo Vargas negava ao povo brasileiro o direito ser plural. Esta realidade autoritária, no entanto, tem sua gênese nos primeiros anos do seu governo, quando foram definidas as funções do Ministério da Educação.

Sintomática é a presença, neste primeiro momento, de Francisco Campos (1891-1968), então ministro da Educação e Saúde entre 1931-1932. Ao mesmo tempo, Campos incentivava a formação da Legião de Outubro, organização criada em Minas Gerais nos moldes dos partidos fascistas europeus, tanto que diz respeito ao programa como por sua disciplina e organização. É reconhecido pela historiografia brasileira contemporânea como um germanófilo, admirador das propostas fascistas, anti-semita

³ Empregamos aqui o conceito de “rede” proposto por Franco Ramella para os estudos migratórios e que adaptamos, nesse caso, para os estudos das idéias políticas. Sobre o tema consultar Maria Bjerg e Hernán Otero, *Immigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, CEMLA; IEHS, 1995.

na teoria e na prática.⁴ Francisco Campos defendia a idéia de que o seu ministério deveria orientar a educação através de serviços de radiodifusão e do cinema educativo. Neste momento, estavam sendo traçadas as linhas do futuro Ministério de Educação direcionadas à produção de uma cultura capaz de doutrinar as camadas populares.⁵ No entanto, esta proposta foi desviada para o Ministério da Justiça que, a partir de 1934, teve sob a sua tutela o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Ao colocar os meios de comunicação a serviço direto do Poder Executivo, incluindo o rádio e o cinema, Vargas – inspirado no recém-criado Ministério de Propaganda alemão – esvaziava o Ministério da Educação de seus ambiciosos objetivos. Estavam sendo lançadas as sementes do futuro DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, principal órgão de doutrinação e censura do Estado Novo.

Nesta mesma época, a partir de 1935, o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social – braço repressor do Estado em nível federal, investia contra os comunistas que, cada vez mais, encontravam dificuldades para imprimir e colocar em circulação suas propostas revolucionárias. Ao contrário dos integralistas que, entre 1932 e 1937, mantiveram suas sedes e jornais, órgãos partidários da Ação Integralista Brasileira, propagando uma literatura de cunho fascista e anti-semita, sem qualquer censura. Por exemplo: em São Paulo circularam livremente o jornal *Ação Integralista* (1934-1936), as revistas *Panorama* e *Offensiva*, além de manuais da doutrina integralista e farta panfletagem.⁶

Desde que assumiu o poder em 1930 através de um golpe maquiado de revolução, Vargas dedicou-se a “fabricar” ilusões e a construir perigos políticos, reais e imaginários, de forma a garantir sua continuidade no poder. Permaneceu como chefe de Estado por 15 anos consecutivos e retornou em 1951, como presidente eleito democraticamente após o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1937-1946). Sua posição de ditador se fez acobertada pela imagem de “pai dos pobres” e de “trabalhador número 1” do Brasil que, no decorrer dos anos, somou-se à figura do “velhinho sorridente”. Podemos considerar que os propósitos idealizados pelo seu programa governamental surtiu efeitos, pois, ainda hoje, convivemos com mitos políticos que persistem no imaginário brasileiro. É o “legado de Vargas”, expressão que tem servido de referência para a grande imprensa detectar indícios de um autoritarismo herdado, camuflado nas entrelinhas da democracia.

Apesar do grande poder de persuasão, a propaganda sustentada pelo varguismo não conseguiu conter totalmente a produção da oposição, como também aconteceu nos países de regimes totalitários como o nazismo, o fascismo e o stalinismo.⁷ Os

⁴ Sobre a postura política de Francisco Campos ver Fábio Kofman. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.

⁵ Simon Schwartzman e *alii*. São Paulo, Paz e Terra; Edusp, 1984, p. 87.

⁶ Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro. *Imprensa Confiada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

⁷ Concordamos com Maria Helena Capelato que, citando Roberto Romano, também considera que o conceito de totalitarismo não deve ser aplicado aos países americanos. Da mesma forma é discutível a aplicação deste conceito ao nazismo, fascismo e stalinismo que não conseguiram minar totalmente a oposição ao poder: “numa perspectiva ideal, o totalitarismo implica a união absoluta entre massas nacionais e Estado”. Maria



1 – *Hymno da Acção Integralista Brasileira*, com letra de Plínio Salgado. s.d. *Prontuário nº 40499*, v. 1.



2 – *Integralistas em Mogy das Cruzes, SP*. Fotografia apreendida pelo DEOPS em 17.08.1938, *Prontuário nº 40583*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

documentos identificados nos arquivos da Polícia Política brasileira demonstram que grupos de oposição e/ou de resistência ao fascismo conseguiram se organizar ainda que sistematicamente vigiados, punidos com prisão e atos de expulsão para o caso dos estrangeiros⁸. A idéia sustentada pelos órgãos de propaganda do Estado de que a sociedade brasileira era homogênea, harmônica e feliz não vingou, ainda que o discurso oficial assim a propagasse. Aliás, esta versão é comumente identificada nos discursos nazista e fascista em circulação no Brasil e outros países da América Latina, dentre os quais a Argentina. Segundo Maria Helena Capelato, imagens e símbolos comuns ao nazi-fascismo circulavam por várias sociedades, sendo “retrabalhados, mas utilizados na propaganda política com o mesmo fim: o de transmitir aos receptores das mensagens um conteúdo carregado de carga emotiva capaz de obter resposta no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder”⁹.

Através da ação repressiva da Polícia Política, do monopólio dos meios de comunicação e da projeção de um programa de educação e cultura, Getúlio Vargas garantiu não apenas sua permanência no poder, como também projetou-se como “ator

Helena Capelato. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 31.

⁸ Mariana Cardoso Ribeiro, *Que Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH, USP, 2000.

⁹ Maria Helena Capelato, *ob. cit.*, p. 34.

público”, segundo conceito de Richard Sennett¹⁰ ou seja, produzia emoções coletivas. Tal fenômeno foi constatado no seu enterro em 24 de agosto de 1945, reafirmando os dizeres da Carta Testamento que selou seu ato de suicídio:

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.”¹¹

Vargas simbolizava o poder em cena, como muito bem demonstram as fotografias editadas pelo DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda criado em 1939, tendo Lourival Fontes como diretor.¹² À curto prazo, Getúlio Vargas procurou executar e aperfeiçoar o seu projeto de Estado inspirado nos paradigmas fascistas. Desde os primeiros anos de seu governo, procurou manter ao seu lado importantes juristas e intelectuais, a maioria identificada com o pensamento católico conservador e anti-comunista. Esta elite, com o olhar voltado para as novidades ditadas pelos regimes totalitários, atendeu ao chamado do Estado oferecendo-lhe seus conhecimentos em prol da causa nacional. Tanto na teoria como na prática, estes colaboracionistas não ocultaram seu fascínio pelo nazismo e pelo fascismo. Cumpre aqui citar o papel desempenhado por Francisco Campos, Filinto Müller, Lourival Fontes, Agamenon Magalhães, Gustavo Barroso, Oliveira Vianna, dentre outros germanófilos exacerbados. Consciente do poder de persuasão da imprensa, da rádiofusão e do cinema, Francisco Campos chegou a dizer, em 1940, que sequer era necessário “o contato com a multidão para se fazer presente em diferentes espaços”.¹³

A censura rigorosa e persistente cuidou de fazer vingar imagens idealizadas de Nação e de Salvador propagadas através de um conjunto de valores e símbolos. Forçando a auto-censura, os órgãos de controle do pensamento – o DIP e o DOPS – procuravam inibir qualquer tipo de manifestação espontânea e, principalmente aquelas que pudessem instigar o espírito crítico, ameaçador da homogeneidade e equilíbrio idealizados pelo regime. Os liberais despontavam como “negligentes” no cenário nacional; e, se estrangeiros, acumulavam estigmas como “indesejáveis” tendo em conta sua nacionalidade, raça ou religião. Citamos aqui o caso dos judeus imigrantes ou refugiados do nazi-fascismo que, entre 1937-1948, foram tratados como indesejáveis

¹⁰ Richard Sennett, “O homem como ator” in: *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.138. Este conceito de “ator público” é aplicado por Maria Helena Capelato em sua análise comparativa entre Perón e Vargas. Ver Maria Helena Capelato, *ob.cit.*, pp. 37-39.

¹¹ Fragmento da *Carta Testamento* escrita por Getúlio Vargas horas antes de seu suicídio. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954.

¹² Um projeto de pesquisa com estas fotografias e matérias produzidas pela Agência Nacional do DEIP- (extensão do DIP, em nível estadual) está sendo desenvolvido por Boris Kossoy, coordenador de Iconografia do Projeto Temático/Fapesp “Arquivos da Repressão e da Resistência: mapeamento e análise do Fundo DEOPS/Sp e DEIP/SP, 1924-1983”, junto ao PROIN-Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo.

¹³ Francisco Campos. *O Estado Nacional*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940.

por serem classificados como da “raça semita” e, com tendências para o comunismo e ações de desordem política.¹⁴

Para o Estado, a sociedade emergia como uma grande massa a ser modelada, sensível às mensagens propagadas em nome de uma nova ordem, da segurança nacional, da moral católica e da paz social. As mensagens veiculadas pela propaganda oficial geralmente nutriam um sentimento de fragilidade em alguns segmentos da população instigados a se sentirem incapazes de solucionar os problemas sociais. A persistência deste discurso favoreceu o fortalecimento de um Estado interventor identificado com a figura de Vargas, cujo perfil de líder carismático se sobrepunha à imagem do ditador. Esta forma de representação se fazia reforçada pela fotografia, pelos cinejornais, por panfletos comemorativos, pela música popular e pelos programas radiofônicos, dentre os quais a “Hora do Brasil”, reavivado pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.¹⁵

As imagens de caos, crise econômica, desordem pública, imoralidade e violência eram constantemente atribuídas ao liberalismo, criticado pela extrema-direita

representada no poder, como o responsável pelo caos instalado pela “velha República”. Tal expressão tornou-se comum nas publicações apologéticas editadas pelos órgãos de propaganda do Estado ou de autoria de intelectuais colaboracionistas do autoritarismo sustentado pelo governo Vargas. A ideia de governo “revolucionário” – transformador e destruidor da velha ordem – e o culto da personalidade são elementos presentes na construção do mito do Salvador, conceito amplamente analisado por Raoul Giradet em *Mitos e Mitologias Políticas*.¹⁶

No sentido contrário, os discursos da oposição acusavam de “fascista” e “torturador” o novo Estado criado por Vargas. Nos impressos dos “rebelde” – no caso, os comunistas, socialistas e anarquistas – tornaram-se comuns as metáforas e analogias a Vargas representado como um “lobo com pele de cordeiro”. Para este caso, se fez expressiva a farta produção de panfletos e



3 – “Contra o decreto fascista de oficialização sindical”. Panfleto confiscado pela Polícia Política e anexado ao *Prontuário nº 1110*, Vol. 1. Fundo DEOPS/SP. APESP.

¹⁴ Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2001; *O Veneno da Serpente*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

¹⁵ Elias Thomé Saliba. *Razes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Sobre os cine-documentários cito a dissertação de Rodrigo Archangelo, – *Um bandeirante nas telas de São Paulo. O discurso Adhemariano em cinejornais (1946-1956)*, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH. Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁶ Raoul Giradet. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

livros confiscados como “subversivos” pela Polícia Política do Estado de São Paulo.¹⁷ Enfim, símbolos e mitos foram acionados por ambos os lados que, valendo-se da persuasão e da sedução, geravam visões de mundo antagônicas, ainda que formuladas com representações semelhantes.¹⁸ As metáforas empregadas para definir o “inimigo político” muitas vezes coincidiam, pois ambos se atacavam como “indesejáveis” e se auto-definiam como “justiceiros” e “revolucionários” dedicados a instaurar uma nova ordem. Interferindo no imaginário social estas visões geravam posturas que variavam do conformismo à rebeldia.

Exemplos de conformismo e exaltação a figura de Vargas podem ser identificados nas fotografias características do “poder em cena” representado nas imagens comemorativas do *Dia do Trabalho* (Primeiro de Maio) e do *Dia da Pátria e da Raça* (Sete de Setembro). Neste contexto transitavam Getúlio Vargas – gerenciador e promotor de um Estado forte – e o “novo homem” brasileiro, identificado pela historiadora Ângela Castro Gomes como o “cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional”.¹⁹ Se ausente das comemorações, a figura de Vargas se fazia simbólica, homenageado por todo o território nacional.



4 – Homenagem à Getúlio Vargas pelos trabalhadores da Indústria Antártica. São Paulo, 19.04.44. Fundo DEIP/SP. APESP.

A panfletagem salvacionista

A idéia de consenso social foi constantemente empregada pelo Estado nacional brasileiro que desde o início da era republicana, investiu contra as discordâncias, agindo com violência e arbítrio. Com o fechamento do Congresso em 3 de novembro de 1891 e a suspensão da liberdade de imprensa, fortalecia a idéia de consenso nacional que, ao longo de décadas, assumiria a força de mito. Sem conseguir se desvencilhar das mazelas do passado colonial, a República apresentou-se em nome da modernidade e dos ideais da civilização. Cabe lembrar que as elites políticas se reestruturaram sem se desprender das suas tradicionais bases agrárias, fontes para seus recursos políticos e sociais. Assumiram o papel de “elites modernas” aproveitando-se da não-interferência das massas urbanas que, neste primeiro momento, estavam afastadas das propostas revolucionárias do liberalismo.

¹⁷ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. 2.^a ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

¹⁸ Sobre esta questão ver Elias Cannetti. *A Consciência das Palavras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁹ Ângela de Castro Gomes. “O redescobrimento do Brasil” in: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 143.

Ao longo do século XX é possível perceber como o Estado foi forjando um sentimento de identidade nacional brasileira ao apelar para a imagem de um Brasil multiracial, aberto a todas as etnias “independente da religião, raça e nacionalidade”. E os impressos oficiais – pensando aqui nos álbuns comemorativos, nas revistas ilustradas, nos jornais da grande imprensa, nos panfletos políticos e nas obras de renomados intelectuais dedicados a pensar soluções para os “males da nação” – cumpriram um importante papel ao reafirmarem o sistema de dominação amordaçando aqueles que “eram do contra”. Adotaram *procedimentos de exclusão*, sendo a *interdição* o mais evidente e comum. Apesar das leis de censura e de expulsão, os discursos “subversivos conseguiram circular na clandestinidade, registrando a “aparição de novas formas na vontade de verdade”, retomando aqui Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*.²⁰

Portanto, o consenso não era assim tão uniforme ainda que este tenha sido o tom do discurso oficial ao longo de décadas. A análise destes registros permitem, se avaliados em um tempo de longa duração, uma reflexão sobre as rupturas e as permanências. Nas décadas de 1930-1940 não podemos negligenciar a figura de Vargas que, além de articulador político hábil em “construir” consensos e harmonizar interesses, era também um líder autoritário, assim como o definiu Eli Diniz: “...maquiavélico, especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas”.²¹

Tornou-se comum nos panfletos oficiais o apelo ao simbolismo católico com o objetivo de cooptar as massas para a nova ordem instituída pelo golpe de 1930. Analisando uma amostragem dos impressos produzidos pelos partidos da situação, colaboracionistas do Estado varguista, é possível constatar as apropriações do discurso católico e de ícones populares presentes no imaginário coletivo como por exemplo, da figura da Virgem Maria-mãe, do herói das selvas, do bandeirante desbravador e do pai de família, incansável trabalhador.

Representativo é o panfleto “Festa da Mãe Preta”, datado de 31 de dezembro de 1949, ilustrado com as fotografias do Dr. Ademar Pereira de Barros, governador do Estado de São Paulo, e de Nestor Macedo, Representante da “Ala Negra Progressista”, dois ícones da coligação entre o Partido Social Progressista e o Partido Trabalhista Brasileiro, nos anos de 1951. Nestor Macedo atuava como o organizador destas “festas-comícios” direcionadas para a comunidade afro-brasileira e para a propaganda política de alguns candidatos seletos²². Este impresso reifica o papel dos políticos em ação entre 1930-1954 perpassando pela glorificação de feitos heróicos. Convidava o povo em geral para homenagear o Dr. Ademar de Barros, o Professor Lino de Mattos, o Coronel Ribamar e os gloriosos paraquedistas da Força Pública de São Paulo, “que tão bem houveram na arrancada humanitária contra as selvas bravias!”. Entre fogos de artifício,

²⁰ Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo, Edições Loyola, 1996, pp. 17-18.

²¹ Eli Diniz, “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais” in: Dulce Pandorfi (org.), *ob. cit.*, p. 21.

²² “Mãe Preta”. Panfleto do Partido Social Progressista, São Paulo, dezembro de 1949. *Prontuário n.º 101.018*; “Alerta 2 de setembro”, Panfleto produzido pela Ala Negra Progressista. São Paulo, setembro de 1951. *Prontuário n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP.

danças caipira e churrasco de vitela, Lino de Mattos seria aclamado o HERÓI DAS SELVAS, configurando a construção da imagem do salvador. As fotografias de Adhemar, apresentado como a “esperança do povo do Brasil” e de Nestor Macedo, “soldado adhemarista” e representante da Sociedade Ala Negra Adhemarista, funcionam como elo de ligação entre o poder e a comunidade negra, carente de representatividade política. Este processo de heroização completa-se com a nomeação de Nestor Macedo como “rei popular das organizações” da GRANDIOSAS FESTAS DA CHITA” animadas graças a CARAVANA DE SOLIDARIEDADE HUMANA”.²³

Segundo alguns panfletos distribuídos em nome do governo do Estado de São Paulo com o apoio da Ala Negra Progressista, as “festas da Mãe Preta” seriam organizadas para homenagear o ilustre governador Ademar de Barros [e não Mãe Preta] elogiado por seu dinamismo e por sua ação “intrépida de novo Bandeirante”. Antecede esta nomeação um falso discurso composto para sensibilizar a população negra, público-alvo das propostas populistas. Enquanto uma “divina mulher”, a Mãe Preta “possue algo de Maia Santíssima” e tem muito de “anjo ternura” e da “bravura de uma leão”.²⁴

Na categoria dos panfletos oficiais – ainda que raros nos arquivos da Polícia Política – identificamos os seguintes estilos²⁵:

- os constitucionais: dedicados a informar a população sobre os atos do Estado cuja intervenção vem sempre mascarada pelo slogan “a bem do serviço público”. Era comum a transcrição na íntegra de decretos-lei como, por exemplo, o Decreto



5 – Panfleto exaltando a caravana de solidariedade humana, anexado ao *Prontuário nº 101018*. São Paulo, dec. 30. Fundo DEOPS/SP. APESP.

²³ “Grandiosas Festas da Chita”. Panfleto produzido pelo Grupo Progressista Adhemarista, São Paulo, junho de 1952. *Prontuário n.º 101.018*. DEOPS/SP. APESP.

²⁴ “Brasileiros, alerta. Festa da Mãe Preta”, Panfleto produzido pela Ala Negra Progressista, São Paulo, janeiro de 1949, *Prontuário n.º 101018*. DEOPS/SP. APESP.

²⁵ Importante lembrar que a maioria dos panfletos selecionados pelos pesquisadores do PROIN, são impressos que circulavam na clandestinidade e que haviam sido confiscados por representarem um perigo à ordem instituída. No caso de encontrarmos panfletos oficiais anexados aos prontuários temos que avaliar em que condições ele foi parar naquele processo. Geralmente foram encaminhados pelos próprios produtores às autoridades policiais com o propósito de obter autorização para a realização de uma festa ou homenagem públicas.



6 – Panfleto comemorativo do aniversário de Getúlio Vargas. Cruzeiro, abril de 1941. Fundo DEIP. APESP.



7 – Panfleto “Eis os Princípios”. Liga Anti-comunista, s/d. Fundo DEOPS. APESP.

Federal nº 6.455 que reconhecia a Associação Paulista de Imprensa como sendo de utilidade pública.²⁶

- comemorativos: editados com o objetivo de cooptar e/ou aliciar determinados segmentos da população, como por exemplo, os jovens e as camadas pobres e negras excluídas por sua identidade étnica e/ou política. Além destes temos os panfletos em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas cujas matrizes eram produzidas pelo DEIP- Departamento Estadual de Propaganda.
- combativos: de luta contra o comunismo, apresentado como *inimigo nº 1* da Nação brasileira, ou contra outros “perigos” reais ou imaginários. Preocupado com a penetração que a ANL vinha alcançando junto ao operariado, o Estado varguista aliado aos grupos de direita resolveu adotar medidas profiláticas de combate ao comunismo. Valendo-se da mesmas táticas de propaganda que seus “inimigos negros e vermelhos”, articulou uma contra-propaganda com o objetivo de alertar “os menos avisados” do perigo que os rondava. Nada mais eficiente do que produzir panfletos assinados ou anônimos com mensagens anti-comunistas que, agilmente, circulassem nos meios operários e estudantis. Neste “padrão” de discurso classificamos o panfleto “Como evitar esta tragédia”, produzido

²⁶ “Associação Paulista de Imprensa”. Comunicado da A.P.I., São Paulo, 20 de maio de 1934, *Prontuário* n.º 35603. DEOPS/SP. APESP.

pela Liga Anti-comunista, segmento da extrema-direita atuante em São Paulo na década de 1930.²⁷

A propaganda da oposição

Treinados para identificar *indícios de desordem*, os “homens do DEOPS” tinham plena consciência do material que deveriam procurar, identificar, confiscar e tirar de circulação²⁸. A apreensão de impressos ditos “perigosos a ordem instituída” e a sistemática prisão de seus produtores e impressores deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites dominantes. A partir do momento em que o Estado criou um órgão dedicado a reprimir idéias sediciosas, caçar a palavra impressa e penalizar seus mentores, anulava-se a noção de sociedade civil. Para as autoridades da repressão, o “produtor de um jornal” era apenas o outro, elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado. Como conseqüência temos o retorno da razão do Estado que, em nome da segurança pública e bem estar da nação, pode colocar fim no Estado de direito.

Ao mesmo tempo em que as autoridades policiais transformaram os impressos em provas do crime político, elas também preservaram, por ironia do destino, a memória da intolerância. Os periódicos estrangeiros confiscados, por exemplo, permitem – tanto para nós historiadores como para a Polícia Política – desvendar a trama de relações que persistiam entre as várias comunidades étnicas, nacionais e políticas radicadas na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Esta documentação retira do anonimato os “agentes da subversão” expondo suas matrizes ideológicas (anarquista, anarco-sindicalista, comunista, sionista, nazista, fascista e/ou anti-fascista). Os impressos, de uma forma geral, davam visibilidade às ações e representações coletivas expressando fragmentos dispersos da cultura política brasileira.

A linguagem inflamatória e convocatório dos impressos anunciavam logo seu propósito: conscientizar seu público-alvo das mazelas do Estado e da Igreja Católica, dos abusos dos patrões burgueses, dos interesses do imperialismo estrangeiro. Como vivemos numa sociedade de subversão de valores, tais “chamadas” se prestavam para expressar os desejos daqueles cidadãos (brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil) que estavam insatisfeitos com a realidade social. Percebemos – ao analisar a linguagem adotada pelos grupos de resistência ao Estado republicano ou a ditadura varguista – que os seus produtores pretendiam dilatar sua esfera pessoal ou coletivo (espaço vital) conquistando *objetos e status* que pertenciam a esfera do Outro. Alguém era sempre culpado pela miséria e pelo atraso vivenciado pelo homem negro, pela mulher ou pelo trabalhador nacional que, asfixiados pelos patrões ou pelo Estado interventor, não conseguiam alcançar a felicidade plena²⁹. A felicidade, no entanto, deverá ser

²⁷ Panfleto “Como evitar esta tragédia”, São Paulo, Liga Anti-comunista, s.d., *Prontuário n.º 2239*; Fundo DEOPS/SP.APEESP.

²⁸ Ver Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas. O Deops e as Minorias Silenciadas*. 2.ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

²⁹ Para os casos dos regimes totalitários e autoritários pode-se aplicar o conceito de inimigo-objetivo desenvolvido por Hannah Arendt em *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo, Lisboa, Publicações

“conquistada” através do esforço coletivo, idéia alimentada por um *sistema de motivações* a ser elaborado (e colocado em prática) pelos líderes comunitários³⁰. Daí encontrarmos nos jornais e panfletos, uma série de convocatórias para encontros políticos disfarçados no “formato” de piqueniques, peças teatrais, churrascos, shows musicais, cerimônias religiosas e quermesses animadas por bandas comunitárias, sorteios de rifas, jogos de tômbola e futebol³¹.

Temos que considerar que a propaganda política, em qualquer esfera de circulação, alimenta a imagem de um mundo fictício capaz de competir com o mundo real. O caos, a desordem, a miséria, a fome, a exclusão e a injustiça social serão, segundo as mensagens sedutoras, superadas pela revolução que promete paz, felicidade, igualdade social etc. O mundo fictício – proposto pelos revolucionários de esquerda, por exemplo – distingue-se daquele idealizado pelos nazi-fascistas ao criticar o acúmulo da força, o abuso do poder e o uso da violência. No entanto, isto não os impede de, no futuro, ocuparem o lugar do Outro e se transformarem em “ditadores obstinados”.³²

Por que o panfleto foi amplamente utilizado pelos grupos da oposição? Acreditamos que – além de ser impresso em papel – é fácil de manusear, guardar, esconder ou eliminar. É de baixo custo e pode transmitir rapidamente uma mensagem para um grande público. Pode ser mimeografado ou impresso, com ou sem imagem, instigando o leitor a pensar, discutir e agir na vida prática, diária. Tem o poder de alterar a realidade ou reforçar o *status quo* colaborando para a mobilização ou a persistência da inércia, entenda-se aqui apatia ou conformismo. Folheto não tem capa (cobertura dura) e nem encadernação. Na sua maioria são confeccionados em uma única folha de papel cortada ou dobrada pela metade, em terços ou em quartos. Pelo seu formato “portátil”, o folheto tornou-se um importante instrumento de propaganda política favorecendo a circulação da crítica e do protesto proibido. Diferente do livro, o panfleto não para em pé: deve ser lido rapidamente e, se guardado, deve ser “enrolado”, “dobrado” ou “mantido na horizontal”. Por esta característica particular favorece as ações políticas clandestinas, proibidas, revolucionárias.

Folheto de uma única página, o panfleto é chamado “*voador*” ou “*relâmpago*”: anuncia, convoca e promete felicidade em troca da adesão. Um panfleto político *voador* é, quase sempre, portador de uma mensagem relâmpago que, por sua natureza instintiva, deve causar impacto e mobilizar as massas. Confeccionado em uma única folha de papel, tem o poder de convocação, de chamada, de denúncia ou de alerta. Ao mesmo tempo é coletivo e introspectivo favorecendo a inserção social de certas individualidades, pois os textos e as imagens traduzem particularidades das visões de mundo

Dom Quixote, 1978.

³⁰ Este conceito é amplamente desenvolvido por Abraham Moles em *O Cartaz*. Trad. De Miriam Garcia Mendes. São Paulo, Perspectiva; Edusp, 1974 (Coleção Debates, 74).

³¹ Estes eventos (libertários) foram analisados, de forma mais detalhada, no estudo desenvolvido por Raquel de Azevedo, *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade, 1927-1937*. São Paulo, Imprensa oficial; Arquivo do Estado, 2000 (Coleção Teses & Monografias). Um contraponto pode ser feita com o trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A Vida Fora das Fábricas. O Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³² Hannah Arendt, *ob. cit.*, pp. 454-457.

do autor do panfleto, além de refletir perspectivas coletivas e político-partidárias³³. Enquanto impressos volantes têm vida cíclica pressupondo distintas fases que vão da sua criação à morte para depois renascer graças à revitalização das idéias. Retomo aqui a epígrafe do livro de Domingos Braz: *Morrem os Homens...mas a idéia fica!*.³⁴

Multiplificado aos milhares, passa de mão em mão, sendo distribuído nas praças, nas ruas ou em ambientes fechados. Colados nos postes, nos muros, nas portas ou nas paredes chamam a atenção do público-alvo que, movido por algum interesse, pára para ler ou arrancá-lo, num ato de repúdio ou conivência. Uns carecem de criatividade; outros brilham por serem irreverentes e por estarem “fora da ordem”. Enquanto instrumento de propaganda política são seculares e universais; e enquanto registro ideológico são temporais, expressão de um momento específico da história do país.

Valendo-se de um pequeno texto construído em tom convocatório, os panfletos da oposição raramente usam a imagem. Favorecendo a leitura dinâmica, convocam o indivíduo à rebelião procurando quebrar a apatia, cristalizada pelo discurso oficial. Com frases curtas compostas com palavras emprestadas do linguajar popular, denunciavam as injustiças da Justiça brasileira dedicada, em vários momentos, a calar a voz dos rebeldes. Abriram espaço para a ação dos grupos de resistência ao autoritarismo rompendo com os preconceitos de cor, gênero, classe e religião. Mobilizaram – numa frente única em prol dos direitos humanos – estudantes, operários, intelectuais, artistas plásticos, músicos, caricaturistas e editores, homens e mulheres. Denunciaram a podridão das prisões brasileiras, a inadimplência das autoridades policiais, a desobediência as leis trabalhistas, a expulsão de estrangeiros e a censura oficial.

Parte desta memória pode ser reconstituída através dos jornais, panfletos e livros confiscados pela Polícia Política de São Paulo que, no seu conjunto, se prestam



8 – *Dos meus momentos de lazer...* Livreto confiscado de Domingos Braz. *Prontuário nº 493*, vol. 2. Fundo DEOPS/SP. APESP.

³³ Endossamos aqui as categorias sugeridas por Lincoln de Abreu Penna que classifica os panfletos em três modalidades principais: “os que retratam *perspectivas coletivas*, próprias dos movimentos sociais; os que refletem *perspectivas políticos-partidárias*; e, os que *traduzem visões de mundo de indivíduos* que se batem e prol de bandeiras com as quais sinalizam a inserção social de suas individualidades. Lincoln de Abreu Penna, *ob. cit.*, p. 84.

³⁴ Domingos Braz, *Dos Meus Momentos de Lazer: Morrem os Homens...Mas a Idéia Fica!*, s.d. Anexado ao *Pront. n.º 493*, de Domingos Braz, Vol. 2. DEOPS/SP. APESP. Sobre livros confiscados ver Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros Proibidos, Idéias Malditas*, 2.^a ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2002.

Nas prisões infectas da Rua dos Gusmões apodrecem operários pelo crime de quererem a emancipação dos trabalhadores
O proletariado se agita com indignação contra as violências policiais



O regime semi-fascista em que vivemos prende, deporta e atira à justiça os presos sociais. O regime "integralista" aspira redobrar essas violências, matando e torturando inquisitorialmente os seus adversários.

9 – “Violência policial”. Ilustração publicada no jornal *A Plebe*, novembro de 1934. *Prontuário nº 3653*, de Justiniano Pereira Bispo. Fundo DEOPS/SP. APESP.

elementos para reconstituir como se processavam e circulavam as informações proibidas pela censura entre os grupos da oposição.

Identificando os caminhos trilhados por estes panfletos – do porto para a cidade, da capital para o interior ou da cidade para o campo – estaremos pontuando os espaços e as comunidades de leitores distintas por sua identidade étnica, nacional ou ideológica. Enquanto impressos convocatórios para a ação revolucionária, os panfletos invadiram [clandestinamente] as residências onde foram lidos por todas as classes, sem exceção: leitores curiosos, leitores pervertidos, leitores malditos. Aliás, é raro quem não tenha experimentado, um dia, o sabor de uma leitura proibida! Seguindo os trilhos de ferro, a “panfletagem subversiva” foi levada, às escondidas, até as cidadezinhas do interior incomodando o sossego das elites regionais, adeptas do coronelismo. Incomodaram, certamente, empresários, políticos, coronéis e fazendeiros acostumados ao mando, por tradição.

Discursos anarquistas, comunistas, socialistas e anti-fascistas foram lidos, ainda que rapidamente, pelos pacatos (mas nem tanto) habitantes de Taquaritinga, São José do Rio Preto, Bauru, Taubaté, Catanduva, Pindorama, Jundiá, apenas para citar algumas do interior do Estado de São Paulo.³⁶ Cumprindo com os seus objetivos – de gerar

como mostruário dos diferentes segmentos políticos que atuaram no Brasil entre 1924-1983³⁵. Se cruzados com os registros policiais, estes periódicos nos oferecem a oportunidade de reconstituir as estratégias de ação dos grupos da resistência e a lógica que regia o aparato repressivo estatal. Nos permitem também repensar: o papel do Estado republicano que, ao longo da sua trajetória, amordaçou os grupos produtores de uma cultura política, assim como atrofiou o processo de conscientização política nacional. Anexados aos prontuários pessoais e institucionais que compõem o Fundo DEOPS sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, estes impressos revelam o fantástico universo da palavra e da imagem impressas na clandestinidade. Improvisados, muitas vezes, em gráficas clandestinas, esses impressos mal chegaram até o seu público-alvo sendo desviados para os arquivos policiais. Hoje, nos oferecem

³⁵ Ver o primeiro volume desta coleção: *Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*, organizadores Boris Kossov e Maria Luiza Tucci Carneiro, São Paulo, Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2004.

³⁶ Ver Série *Inventários Deops*, organizados por Maria Luiza Tucci Carneiro publicados, numa primeira fase, pela Imprensa Oficial e, a partir de 2005, pela Associação Editorial Humanitas. Autores e títulos citados no final deste livro.

impacto imediato e irradiar conteúdos ideológicos – os panfletos refletem perspectivas políticas partidárias, além de traduzir visões de mundo individualizadas. Sem respeitar porteiras, mata-burros, pastos e córregos, os panfletos sediciosos produzidos no século XX invadiram as fábricas e as fazendas como se fossem pragas incontroláveis. Se para os fazendeiros, os jornais e os panfletos eram “ervas daninhas”, para os partidos políticos eles funcionavam como “adubos para fazer a revolução crescer”. Mas, os impressos produzidos pelos militantes de esquerda não estavam sozinhos nesta cruzada política. Os periódicos e panfletos integralistas assim como aqueles produzidos por organizações católicas e anti-fascistas, também procuravam garantir suas praças de leitores dispostos a empunhar a bandeira em nome de *Deus, Pátria e Família*. Livres de qualquer suspeita, estes impressos circulavam garantidos pelo poder local (conservador e católico, por tradição) dedicados a enfrentar o Anti-Cristo, personagem simbólico identificado com os males da modernidade: liberalismo, maçonaria, judaísmo e comunismo³⁷.

Para a Polícia Política, o “perigo” não estava em quem vestia camisa verde ou batina preta, e sim naqueles que portavam bandeira vermelha, a foice, o martelo ou enxada. Assim, até o final do Estado Novo, imperou o “abaixo a toda e qualquer manifestação anti-clerical”, postura radical sustentada tanto pelos anarquistas como os comunistas, em geral. Foram incluídos nesta onda de repressão os panfletos produzidos pelos “hereges da Fé” – os “Quebra-Santos” – que perturbavam o culto da religião católica.³⁸

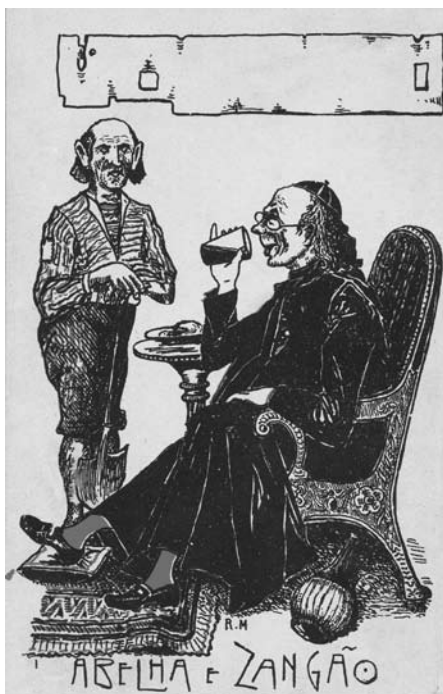
Cada impresso, enfim, nos oferece múltiplas possibilidades de investigação. A medida em que conseguirmos identificá-los e agrupá-los segundo categorias distintas, chegaremos a centenas de “aldeias políticas”. Uma vez digitalizadas em banco de dados, as informações nos permitem análises comparativa e diacrônica, microsociais e nominativa. Com a incorporação de impressos inéditos poderemos estabelecer seqüências temporais e definir, com exatidão, as áreas produtoras dos impressos delimitadas pelos itinerários e circularidades da repressão. Assim, poderemos situar – em outra dimensão – a história do impresso no Brasil tendo em vista a “revolução anunciada”,



10 – *Contra o “Vale” e o “Barracão”*. Panfleto produzido pela Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, 30 de outubro de 1946. *Prontuário nº 6585*. Fundo DEOPS/SP.

³⁷ Maria Luiza Tucci Carneiro. *O Veneno da Serpente. Questões acerca do anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Kronos; Rodrigo Patto Sá Motta. *Em Alerta Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2005.

³⁸ *Pront. n.º 43.707, Sociedade Torre de Vigia*. DEOPS/SP. AESP. Cf. Inventário de Eduardo Góes de Castro. Os “Quebra-Santos”. *Repressão ao Anti-Clericalismo no Brasil República (1924-1945)*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2007 [Inventário DEOPS, 14].



11 – *Abelha e Zangão* [rubrica R.M]. Postal anti-clerical confiscado de Kalkyria Naked em 1936. *Prontuário nº 2844*. Fundo DEOPS/SP. APESP.

produtores (impressores e distribuidores) deve ser avaliada como a formulação de uma resposta institucional à ameaça representada por aqueles que atentavam contra a estabilidade das elites políticas. Daí considerarmos esta “literatura” como efêmera, dada a sua curta trajetória enquanto meio genuíno de comunicação de massas. Para as autoridades dominantes, um “produtor de panfleto” era apenas o elemento provocador que, como tal, deveria ser isolado⁴¹. As fotografias dos impressos confiscados anexadas aos prontuários policiais atestam que as autoridades, além de identificar o cidadão-suspeito, também se preocupavam em comprovar o crime político. As imagens registradas pelo Laboratório Técnico do Gabinete de Investigações assim como os impressos apreendidos como “revolucionários”, nos permitem reconstituir os limites entre dois mundos distintos: o da legalidade e da ilegalidade.

Cabia às autoridades policiais desvendar os segredos daqueles que como “arquitetos de um complô secreto internacional” se dedicavam a minar a ordem estabelecida. Competia ao investigador do “Serviço Secreto” e ao fotógrafo policial, ligado ao Gabinete de

recorrendo aqui a uma expressão empregada por Roger Chartier³⁹. Ainda que limitado e descontínuo, chegaremos ao mundo fechado das letras subversivas.

Editados em português, na sua maioria, os panfletos expressam as plataformas políticas dos mais distintos grupos sociais. Serviam como provas comprometedoras do crime político, de acordo com a lógica da desconfiança adotada pelas autoridades policiais cientes do poder das palavras de ordem. Um *slogan* ou uma imagem eram suficientes para transformar aquelas páginas de papel em manuais de revolução. Sobre os produtores – interpretados como mentores intelectuais do crime político – recaía a culpa pela infração: eles haviam ultrapassado os limites do permitido. Se reincidentes transformavam-se em “refêns do seu próprio passado”, distinção formal decorrente do *estigma da criminalização*, do *labelling approach* ou teoria do etiquetamento.⁴⁰

A apreensão dos panfletos ditos perigosos, o registro fotográfico dos documentos confiscados e a sistemática prisão de seus

³⁹ Roger Chartier. *A Ordem dos Livros*. Brasília, EunB, 1999, p. 97.

⁴⁰ Sobre esta questão ver Francisco Brissoli Filho, *Estigmas da Criminalização: dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1998.

⁴¹ Olgária Chain Féres Matos, “Espaço público e tolerância política” in: Wander Melo Miranda, *Narrativas da Modernidade* (org.), Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 343.

Investigações, o reconhecimento dos *espaços da sedição* com o objetivo de identificar e comprovar as táticas adotadas pelos “subversivos da ordem”. Um minucioso “relatório de investigações”, acompanhado dos “autos de busca e apreensão” se prestavam para explicar as razões da investida, relacionar e identificar as provas do crime. A fotografia completava a descrição dando à narrativa uma imagem visual. Este raciocínio justifica o grande número de fotografias anexadas aos autos policiais que, enquanto *documento-verdade*, se prestavam para “editar” o conceito de crime contra o Estado. Se avaliados no seu conjunto, levando-se em consideração a forma como se encontram dispostos dentro de um prontuário, estes documentos (escritos e iconográficos, policiais ou confiscados) expressam o raciocínio das autoridades policiais dedicadas a “construir” a sua versão acerca do agente do delito.⁴²

Raros foram os momentos em que a sociedade brasileira como um todo vivenciou momentos de total liberdade. Os relatórios de investigação e os autos de busca e apreensão demonstram que, na maioria das vezes, o julgamento das autoridades policiais se faziam baseada em suposições. Estas – orientadas pela lógica da desconfiança e valores preconceituosos – procuravam purificar a sociedade das idéias incômodas. A “pena dos escribas” e a “palavra dos revolucionários” assumiram, no julgamento dos ordenadores, um poder igualável ao fogo. Certas doutrinas foram classificadas de incendiárias; seus princípios tachados de inflamáveis (desorganizadores e dissociáveis); e seus editores transformados em destruidores da ordem, da tranquilidade e da união nacionais.

Uma nova linguagem tomou conta de ambos os discursos – do ordenador e do revolucionário – sendo que este último levava a pecha de “desordenador da ordem pública”. Os panfletos, geralmente desafiavam os estatutos da ordem funcionando como uma espécie de prolongamento da ação subversiva. E como sempre, desordem requer controle; controle atrai censura que, por sua vez, culmina com repressão física e simbólica. O círculo é vicioso e, como todo vício, atrofia o exercício da cidadania.



12 – *Material de propaganda comunista apreendida pelo DEOPS. São Paulo, 19 de maio de 1936. Prontuário. nº 2259, Typographia Comunista. Fundo DEOPS/SP. APESP.*

Uma solução totalitária

Uma questão que intriga os pesquisadores que lidam com os arquivos da repressão e da resistência diz respeito à “morte do documento”: que fim tiveram os impressos confiscados enquanto prova do crime político e, entre eles, milhares de panfletos? Através das fotografias produzidas pelo Laboratório Técnico do Gabinete de Investigações,

⁴² Ver Boris Kossoy. *Fotografia e História*, 2ed. Revista. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001; *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999; *Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.

responsável pelo registro das buscas e confiscos, é possível visualizarmos o volume do material apreendido durante um auto de busca e apreensão. Os impressos – selecionados segundo seu conteúdo revolucionário – eram expostos de forma a compor um cenário espetacular, capaz de expressar a “veracidade dos fatos” e a “dimensão do perigo”. Livros, Panfletos, manifestos, boletins, circulares e jornais eram arrumados sobre móveis velhos e caixotes tendo ao lado, quando possível, o maquinário utilizado para a impressão. Estandartes coloridos, álbuns de fotografias, medalhas de honra militar, mapas e diplomas em língua estrangeira complementavam a amostragem selecionada segundo critérios policiaiscos.

Documentários cinematográficos sobre a periculosidade dos impressos sediciosos chegaram a ser produzidos pelo DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, com a finalidade de serem exibidos ao grande público brasileiro. Alguns títulos do CineJornal Brasileiro produzidos pelo DIP se prestam para ilustrar a ação preventiva e punitiva do governo de Getúlio Vargas: “Defesa nacional: as polícias do Rio e São Paulo”; “Defesa Nacional-São Paulo; a Polícia anula a ação do Eixo”; “Exposição do Estado Nacional”.⁴³

A imagem que persiste é a de uma nação forte que, através do seu braço repressor – a Polícia Política se defende de perigos multifacetados. Como partidários do proibicionismo, as autoridades policiais procuravam hierarquizar as idéias submetendo-as diariamente a um processo seletivo com o objetivo de “purificar” a sociedade. Diabolizados em momentos distintos, o comunismo e o nazismo foram “materializados” através dos objetos e impressos apreendidos, simbolizando a ação purificadora das autoridades oficiais. Na telinha do cinema, em horários nobres, o poder entrava em cena exibindo suas virtudes salvacionistas. Cada imagem – congelada pela foto fotografia ou em movimento pela técnica cinematográfica – se prestava para alimentar mitos políticos, dentre os quais o do complô comunista internacional.⁴⁴

Apesar de todo este espetáculo direcionado para as maiorias silenciadas, raros são os registros que ilustram a eliminação do impresso sedicioso, entre os quais os panfletos subversivos. No entanto, a somatória de algumas informações nos permite afirmar que o material apreendido pelo DEOPS teve uma solução final: após a seleção “criteriosa”, um exemplar era anexado aos autos como prova do delito político e as cópias (se localizadas) retiradas de circulação e guardadas na sala de Depósito do Material do Deops/SP. Em São Paulo, este local ocupava o espaço onde funcionava a seção de “Bagagem” da antiga Estação Sorocabana.⁴⁵

⁴³ Defesa nacional: as polícias do Rio e São Paulo”, CJB, v.2, n.117; “Defesa Nacional-São Paulo; a Polícia anula a ação do Eixo”, CJB, v.2, n.º 119; “Exposição do Estado Nacional”, CJB, v.1, n.º 11. *Catálogo da Cinemateca Brasileira*, São Paulo. Cf. pesquisa realizada por Rodrigo Archangelo, PROIN, 2003.

⁴⁴ Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; Rodrigo Patto Sá Mota, “O mito da conspiração judaico-comunista” in: *Revista de História*, FFLCH-USP, Departamento de História (138), 1998, pp. 93-106; Taciana Wiazowski, *Bolchevismo & Judaísmo: A Esquerda Judaica Sob a Vigilância do Deops*. Inventário Deops: Módulo VI- Comunistas, São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001; “O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade” in: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, São Paulo, Edusp;Fapesp, 2002, pp. 265-306.

⁴⁵ *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material Existente no Depósito de Material Apreendido*. Departamento de Ordem Política, Deops/SP. APESP.

Por volta de junho de 1957, foi feito um levantamento do material existente no depósito do DEOPS com o objetivo de solicitar autorização para “industrializar ou incinerar” os impressos apreendidos. Registrado no processo n. 15.688 pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o pedido foi justificado como uma “medida profilática”.⁴⁶ Constavam da lista, em relação numérica, todos os livros, panfletos e jornais relacionados por autor, apreendidos entre 1939 a 1945.

A relação “Livros no Depósito do DOPS” (incluindo panfletos, jornais e revistas) foi elaborada em três colunas distintas por nome, autor e quantidade, totalizando 64.087 volumes. Restaram naquele departamento, segundo ofício de José Edgar Pinto de Moraes, delegado adjunto do DEOPS/SP, “apenas o material de propaganda e ideologia contrária aos interesses nacionais”. Constavam da relação: “...alguns pertences à pessoas ignoradas, e outros fazem parte de inquéritos já julgados em última instância pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional”.⁴⁷

Em 6 de junho de 1957, o material destinado para “industrialização” foi encaminhado à Indústria de Papel e Papelão São Roberto S.A., situada a rua Alcântara, n 328, no bairro da Vila Maria em São Pulo. Autorizado por José Edgard Pinto de Moraes, um caminhão foi carregado com milhares de panfletos, jornais, revistas e livros diversos, acondicionados em caixotes, caixas e fardos. Constavam também “amarrados de fotografias (de japoneses, de súditos do Eixo e de comunistas), “impressos da Shindô-Rinmei [sic], bandeirolas comunistas”, diplomas, fichários e carteiras do P.C.B., papéis da Cia de Ferro e Aço, da Siderúrgica São Paulo-Minas, e da Cia. Brasileira de Borracha, cartilhas japonesas, impressos da Cia. Nacional Indústria Pesada, impressos da Congregação Israelita Paulista, discos, selos e propaganda do PCB., mapas, plantas, cartazes de cinema”, entre outras centenas de papéis sediciosos.⁴⁸ Duas viagens foram realizadas para transportar 11.090 quilos de impressos que, separados das embalagens, renderam 8.190 quilos de “material servível”.⁴⁹ Uma outra quantidade de materiais “inúteis e inaproveitáveis” foi remetida ao forno incinerador da Prefeitura Municipal de São Paulo em 15 de maio de 1957, “visto ser impossível a contagem de muitos materiais estragados por umidade”.

Ao constarmos a destruição de impressos “subversivos” por ordem de governos definidos como democráticos, torna-se difícil conceituar censura e repressão como posturas características apenas das práticas autoritárias. A “eliminação” de impressos subversivos deve ser interpretada apenas como a “morte simbólica ou física” do

⁴⁶ *Proc. n.º 15688, Ano 1957*. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Interessado: Departamento de Ordem Política e Social da capital, São Paulo. Assunto: Autorização. Anexo ao *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...Deops/SP*. APESP.

⁴⁷ Ofício de José Edgard Pinto de Moraes, Delegado Adjunto do DOPS para o diretor do DEOPS. São Paulo, 4 de junho de 1957, fl. 41. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...Deops/SP*. APESP.

⁴⁸ Seleccionamos apenas alguns exemplos. A listagem completa pode ser consultada junto ao ofício de José Edgard Pinto de Moraes ao diretor do Deops. São Paulo, 4 de junho de 1947. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...*, fls. 54-56. DEOPS/SP. APESP.

⁴⁹ Auto de Entrega do Material para Industrialização, por José Edgard Pinto de Moraes, Delegado do Deops. São Paulo, 9 de agosto de 1957. *Pront. n.º 131.867, Levantamento do Material...* DEOPS/SP. APESP.

documento, visto que as idéias em prol da liberdade de expressão dificilmente serão consumidas pelo fogo. Podemos considerar que os papéis confiscados pela Polícia Política brasileira apenas perderam o seu valor de uso que equivale, em parte, à morte social do impresso. Felizmente, nem tudo se perdeu: queimaram-se os impressos, ficaram os homens. Morreram os homens, persistiram as idéias. Ou ainda, como muito bem comentou Robert Darnton, referindo-se ao momento em que o carrasco público rasgou e queimou livros proibidos no pátio do Palais de Justice de Paris, em 1878: “... estava-se, enfim, rendendo tributo ao poder da palavra impressa”.

Recorro a uma outra frase, alias muito oportuna, de Jean Baudrillard: “...o social morre de uma extensão do valor de uso que equivale a uma liquidação. Quando tudo, inclusive o social, se torna valor de uso, o mundo se tornou inerte”. Assim, ao identificarmos o volume de impressos que circularam na clandestinidade entre 1924-1983 no estado de São Paulo, temos certeza de que as majorias silenciosas souberam se organizar enquanto forças de resistência. Romperam, enfim, o silêncio imposto pelo poder.

Bibliografia

- AGULHON, Maurice. *Marianne au combat: L'imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 à 1880*. Paris, Flammarion, 1979.
- ARENDETT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma Questão de Identidade, 1927-1937*. São Paulo, Imprensa oficial; Arquivo do Estado, 2000.
- BALANDIER, George. *O Poder em Cena*. Brasília, EUNB, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. *A Sombra das Minorias Silenciosas. O Fim do Social e o Surgimento das Massas*, 4ªed., Trad. SuelY Bastos, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BJERG, Maria; OTERO, Hernán. *Inmigración y Redes Sociales en la Argentina Moderna*. Buenos Aires, CEMLA; IEHS, 1995.
- BRISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização: dos Antecedentes à Reincidência Criminal*. Florianópolis: Editora Obra Jurídica, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas*. Fantasmas de uma geração, 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- Livros Proibidos, Idéias Malditas*. 2.ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- O Veneno da Serpente. Questões acerca do anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- (org.). *Minorias Silenciadas. História da Censura no Brasil*, São Paulo, Edusp;Fapesp, 2002.
- CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CASTRO, Eduardo Góes de. *Os “Quebra-Santos”. Repressão ao Anti-Clericalismo no Brasil República (1924-1945)*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2007 [Inventário DEOPS, 14].
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília, EnB, 1999.

- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas. O Cotidiano Operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GIRADET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimto do Brasil” in: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas. O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*, 2ed. Revista. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.
- Os Tempos da Fotografia. O Efêmero e o Perpétuo*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.
- MATOS, Olgária Chain Féres. “Espaço público e tolerância política” in: Wander Melo Miranda, *Narrativas da Modernidade* (org.), Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Alerta Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O mito da conspiração judaico-comunista” in: *Revista de História*, FFLCH-USP, Departamento de História (138), 1998, pp. 93-106.
- SCHWARTZMAN, Simon e outros. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra; Edusp, 1984.
- KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.
- MOLES, Abraham. *O Cartaz*. Trad. de Miriam Garcia Mendes. São Paulo, Perspectiva; Edusp, 1974.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso. A Representação Humorística na História Brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do Rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- STAROBINSKI, Jean. “O Mito Solar da Revolução” In: *1789: Os Emblemas da Razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 38-43.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *República Espanhola, Um Modelo a Ser Evitado*, São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001. [Série Inventário Deops].
- WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo & Judaísmo: A Esquerda Judaica Sob a Vigilância do Deops*. São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2001. [Inventário Deops: Módulo VI-Comunistas].

Teses e Dissertações

- Archangelo, Rodrigo. *Um Bandeirante na Tela*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH, USP, 2007.
- RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Que Venha o Decreto de Expulsão*. Dissertação de Mestrado em História Social, FFLCH, USP, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)

“FACETTA NERA”

OS PRIMEIROS PASSOS DA PROPAGANDA FASCISTA EM SÃO PAULO 1922-1924

Novos horizontes

Bene o male che sia, l'emigrazione è una necessità fisiologica del popolo italiano. Siamo quaranta milioni serrati in questa nostra angusta e adorabile penisola che ha troppe montagne ed un territorio che non può nutrire tutti quanti. Ci sono attorno all'Italia paesi che hanno una popolazione inferiore alla nostra ed un territorio doppio del nostro. Ed allora si comprende come il problema dell'espansione italiana nel mondo, sia un problema di vita o di morte per la razza italiana. Dico espansione: espansione in ogni senso: politico, economico, demografico. Dichiaro qui che il Governo intende di tutelare l'emigrazione italiana; esso non può disinteressarsi di coloro che varcano i monti e vanno al di là dell'Oceano; non può disinteressarsi perché sono uomini, lavoratori e soprattutto italiani. E dovunque è un italiano là è il tricolore, là è la Patria, là è la difesa del Governo per questi italiani.

Benito Mussolini, 1923¹

A atenção especial que o regime fascista dedicou às comunidades italianas no estrangeiro é notória, embora a historiografia sobre esse assunto, até alguns anos atrás, ainda não fosse muito ampla². O famoso discurso de Mussolini usado em nossa epígrafe demonstra claramente como, desde antes do início da construção do Estado totalitário, a política de re-valorização da identidade étnica dos italianos no estrangeiro foi um dos eixos em torno dos quais o fascismo planejava veicular a sua propaganda no exterior. Já não eram agora chamados de *emigrati* (emigrados), ou seja, aqueles que

¹ In: *Scritti e discorsi di Benito Mussolini*, Vol. III, *L'inizio della nuova politica (28 ottobre 1922-31 dicembre 1923)*, Hoepli, Milã 1934, pp. 97-98, discurso titulado *Il problema dell'emigrazione* e proferido o 2 de abril na *Scuola Normale Femminile «Carlo Tenca»* de Milã.

² Como foi precisamente assinalado por Angelo TRENTO em «*Dovunque è un italiano, là è il tricolore*». *La penetrazione del fascismo tra gli immigrati in Brasile*, in: SCARZANELLA Eugenia (org.), *Fascisti in Sud America*, Le Lettere, Florença 2005, p. 14. Reenvio o seu ensaio também para a bibliografia sobre o tema da propaganda fascista no estrangeiro, em geral, e no Brasil, em particular. Aproveito a oportunidade para agradecer-lhe os preciosos conselhos e sugestões que pessoalmente me ofereceu e que resultaram fundamentais pela redação desse texto. Agradeço também a Elizabeth Cancelli que trabalhou muito tentando tornar o meu português um pouco menos primitivo e pelo qual assumo a total responsabilidade.

tinham, por força ou por escolha, abandonado a pátria. Virariam os *italiani all'estero* (italianos no estrangeiro).

Norteava essa política a idéia de que seria possível converter a *quantidade em potência*, suprindo assim a escassez de capitais, o atraso tecnológico e, de uma forma mais geral, da carência de desenvolvimento que a Itália possuía. Esta política começou a se concretizar como estratégia do regime nas Américas muito antes do que aconteceria na própria Itália, onde a *quantidade* que se converteria em *potência* era a dos *homens* que se transformariam em *soldados* (*più figli per la Patria, più baionette per l'Impero*), ou seja, eles seriam a base de uma política exterior agressiva e imperialista. A vital e necessária expansão italiana era sinônimo de invasão militar dos países vizinhos, como da Grécia e da Albânia; e de guerra colonial aos países da África Oriental, caracterizada pela violência e pela brutalidade, com uso difuso de armas químicas, por exemplo, das quais as populações civis da Somália e da Eritréia ainda guardam dramáticas lembranças³.

Do outro lado do Atlântico, a conversão da *quantidade em potência* apenas poderia ser realizada através de uma política expansionista pacífica – por falta de meios e recursos econômicos e militares, não de ambições ou aspirações – que possibilitasse a conquista de mercados para produtos italianos e do estreitamento de relações e alianças com governos que, de uma forma geral, não estavam muito longe de ser autoritários. A grande quantidade de italianos que morava nas Américas poderia se converter em instrumento de penetração econômica e política⁴ nos países em que a concentração de imigrados fosse grande e a importância econômica, política e militar fosse menor. Argentina e Brasil eram alvos privilegiados dessa política. No que tange aos interesses deste estudo, o Brasil era tido como um país importante com sólidos laços culturais com a Itália; um parceiro comercial para importar produtos italianos e exportar matérias primas. São Paulo, por ser o motor do desenvolvimento econômico e industrial, ou o *Colosso do Sul*, como era internamente conhecido, e cuja capital, com a maior comunidade italiana do país, configurava-se como o canal por excelência através do qual veiculava-se a propaganda italiana no Brasil.

O contexto: São Paulo, a cidade laboratório

A abertura desses novos horizontes tinha que passar, obrigatoriamente, pela prévia conquista do consenso sobre a positividade do regime fascista entre os italianos de São Paulo. E isso, aparentemente, não era um desafio fácil, uma vez que as tradições políticas socialista e, sobretudo, anarquista e anarco-sindicalista⁵, tiveram papel relevante entre

³ Referência obrigatória é a obra monumental de Angelo DEL BOCA, em particular, *I gas di Mussolini. Il fascismo e La guerra d'Etiopia*, Editori Riuniti, Roma 1996.

⁴ A idéia em si não era uma grande novidade: já no final do século XIX, a classe dirigente da Itália liberal debateu amplamente a oportunidade de aproveitar a presença dos italianos no estrangeiro com finalidades geopolíticas, pelo menos explorando o mercado do que hoje chamaríamos *produtos étnicos*. O fator de absoluta originalidade foi a centralidade estratégica dedicada a isso e a identificação total entre expansão italiana e expansão fascista.

⁵ Para uma síntese sobre o movimento operário paulista nesse período, HALL Michael, *O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954*, in: PORTA Paula (org.), *História da Cidade de São Paulo*, vol. III, Paz e Terra, São Paulo 2004, pp. 259-289. Uma panorâmica geral das relações entre imigração italiana e

os imigrantes italianos em São Paulo. A relevância dessa tradição política de esquerda, deve ser dito, transcendeu o grupo dos imigrantes italianos para assumir um papel de liderança no movimento operário paulista. Associações e imprensa de orientação libertária animaram centros de agregação e socialização que marcaram politicamente as classes populares paulistas, tanto as imigradas de outras nacionalidades como as nacionais⁶.

A visibilidade dessa influência acabou por levar a interpretações historiográficas superestimadas que consideraram majoritária a componente anarquista entre o operariado paulista e entre os imigrantes italianos. Em realidade, a idéia de que todo o imigrante italiano, ou a maioria deles, fosse um trabalhador politizado, responde muito mais à imagem que foi divulgada pela imprensa conservadora ou reacionária e pelos aparatos policiais, do que a verdade do mundo operário⁷. O que deve ser dito é que entre todos os setores do trabalho urbano – seja artesanal, ambulante ou industrial⁸ –, a porcentagem de italianos era tão alta que era inevitável que tivessem uma participação ativa na vida política, associativa e organizativa das classes subalternas da cidade. Ainda mais se considerado que se encontravam numa fase, entre o final do século XIX e o começo do século XX, na qual se estavam construindo e estruturando as organizações de base do movimento operário⁹. De 34% da população da cidade de São Paulo em 1893, os italianos chegaram a 50% no começo do século XX e continuavam a ser o maior grupo

movimento operário se encontra em, TRENTO Angelo, *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, Nobel, São Paulo 1989, pp. 209-264.

⁶ Para alguns perfis biográficos e trajetórias políticas de militantes italianos no Brasil ver: HECKER Alexandre, *Um socialismo possível. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*, T.A. Queiroz, São Paulo 1988; ROMANI Carlo, *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, Annablume, São Paulo 2002; TOLEDO Edilene, *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo 2004; *Idem*, *Travessias Revolucionárias: Idéias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*, Ed. UNICAMP, Campinas 2004. Para exemplo de um estudo sobre jornal anarquista publicado em língua italiana ver BIONDI Luigi, *Anarquistas Italianos em São Paulo. O Grupo do Jornal Anarquista “La Battaglia” e a Sua Visão da Sociedade Brasileira: O Embate entre Imaginários Libertários e Etnocêntricos*, «Cadernos AEL» 8/9, 1998, pp. 117-147.

⁷ Uma eficaz síntese dos estudos e do debate sobre essa temática: BIONDI Luigi, *Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico*, in: TUCCI CARNEIRO Maria Luíza, CROCI Federico e FRANZINA Emilio (orgs.), *História do Trabalho e Histórias da Imigração. Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)*, São Paulo, Edusp, no prelo.

⁸ Por exemplo: vendedores de jornais, sapateiros, operários têxteis ou do setor de construção civil. Vide série dos *Boletins* do Departamento Estadual do Trabalho, de 1911 até 1927.

⁹ Havia italianos que faziam parte da elite industrial e financeira da cidade de São Paulo, mas eles atuavam segundo as dinâmicas de classe e não das de solidariedade étnica. Estas eram utilizadas de forma paternalista para manter a aceitação da imagem pública positiva da elite italiana em São Paulo. Refiro-me a personagens do calibre de Francisco Matarazzo e Rodolfo Crespi. O primeiro construiu um império industrial, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), que chegou a contar com mais de 200 fábricas; paralelamente à expansão industrial, Matarazzo tinha um banco, uma frota de navios, um terminal no porto de Santos e duas locomotivas para transportar mercadorias. Sem falar nos imóveis que incluíam uma imensa mansão na avenida Paulista – cuja demolição, na década de 1990, provocou polémica. O segundo instalou o *Cotonificio Crespi* que chegou a ser a maior tecelagem de São Paulo, com seis mil operários. Depois vieram o lanifício, uma fábrica de chapéus, o elegante Hotel Esplanada e seus domínios se estenderam ainda por plantações de café, algodão e cereais na região de Araras.

estrangeiro até 1940. Somente após esta data foram superados pelos portugueses¹⁰. A italianidade de São Paulo era uma característica que residentes e viajantes, brasileiros, italianos ou estrangeiros, não cansavam de destacar.

Por um lado, os italianos que chegavam a São Paulo ficavam deslumbrados por encontrar um pedaço da Itália transplantado nos trópicos:

L'italiano che arrivi qui e vi soggiorni anche soltanto una settimana, non può sottrarsi all'impressione strana e commovente di essere capitato, in pieno Brasile, in una città prettamente italiana. E, se un'impressione analoga egli ha potuto già provare in altri Paesi stranieri, capitando in una cittadina, in una borgata o in un villaggio, dove una piccola e fiorente colonia italiana si sia annidata, mantenendovi tenacemente la propria lingua e trapiantandovi i propri usi e costumi, qui questa impressione è centuplicata dal fatto di trovarsi in una grande città moderna, progredita e vivente di una poderosa vita di affari. Città di grande estensione, pel tipo generale delle abitazioni di pochi piani, spesso anche di un piano solo e frequentemente inframmezzate di giardini e di orti, São Paulo conta un mezzo milione di abitanti, metà dei quali italiani. Ma questa metà ha un così evidente predominio spirituale e morale sull'altra, che la metropoli presenta tutti gli aspetti caratteristici delle grandi città italiane: le piazze, le vie, le abitazioni, i parchi, i giardini, i teatri, i cinematografi, qui tutto è sul tipo italiano, e italiana è la lingua che dovunque e più comunemente si parla e si intende, e italiani sono gli usi e i costumi degli abitanti, e italiani i più grandi istituti e le più fiorenti industrie e i commerci più importanti della città¹¹.

Por outro, às vezes, os próprios paulistas experimentavam uma sensação de estranhamento:

Não sei se uma cidade poderia ser mais italiana que São Paulo! No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante do que a língua de Camões. Os maiores e mais numerosos comerciantes e industriais eram italianos [...] Coisa realmente assustadora. A impressão de que íamos perder a nacionalidade, ser absorvidos aterrava¹².

Como se pode deduzir dessas poucas palavras, o impacto demográfico da imigração italiana não foi isento de tensões e conflitos¹³. Porém, São Paulo, cidade multi-étnica e metrópole em vorticiosa transformação e desenvolvimento, aparecia como um verdadeiro laboratório social a céu aberto:

¹⁰ Ver HALL Michael, *Imigrantes na cidade de São Paulo*, em PORTA Paula, cit., p. 124. Angelo Trento identificou 306 periódicos de todos os tipos (diários, semanários, mensais, números avulsos) publicados em língua italiana só na cidade de São Paulo, de 1870 até 1951, TRENTO Angelo, *Do outro lado*, cit., pp. 490-503. Para a distribuição no território do Estado de São Paulo por nacionalidade e por década, BASSANEZI Maria Sílvia Beozzo, *População, imigração e propriedade da terra – procedimentos de pesquisa*, «XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais», ABER, Caxambu – MG, 18-22 setembro 2006.

¹¹ ZOLI Corrado, *Sud America. Note ed impressioni di viaggio*, SIAG, Roma 1927, pp. 129-130.

¹² LEITE Aureliano, *Italianos em São Paulo*, «O Estado de São Paulo», 20 abril 1954, apud CARELLI Mario, *Carcamano e comandadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930)*, Ática, São Paulo 1985, p. 31.

¹³ São conhecidos os acontecimentos de 1896, quando uma semana de choques e violentos conflitos com tônica xenofóbica (até uma caça aos italianos) terminou com dois mortos e vários feridos, TAUNAY Affonso de E., *História da cidade de São Paulo*, Edições do Senado Federal, Brasília 2004 [ed. or. 1953], pp. 353-359.

São Paulo é um laboratório perfeito. Assistimos à transformação à vista em tudo, desde cozinha ao tipo de habitante. Basta percorrer as fábricas, os meios operários; basta ler as resenhas de casamentos, com o glorioso internacionalismo do amor. Não há assimilação completa: há fusão¹⁴.

Nos primeiros vinte anos do século XX, o parque industrial da cidade de São Paulo expandiu-se em um ritmo impressionante¹⁵. O desenvolvimento industrial transfigurava radicalmente a fisionomia da cidade: os bairros industriais se sobrepunham aos bairros populares, misturando etnias, classes, tradições, estilos de vida e estilos arquitetônicos, com uma intensidade que permaneceu gravada na memória popular:

No tempo anterior à Primeira Guerra, a cidade era diferente. Cada vez mais São Paulo cresce: o que era uma célula, vai ser um novo bairro. Pinheiros era um matagal, agora é centro. Lapa é centro. Até Penha é centro. Entre o centro e Pinheiros havia uma estrada de terra, com chácaras na margem, portugueses plantando. A Vila Mariana era toda de chácaras de portugueses plantando suas hortaliças. Os bairros de habitação mais densa eram o Brás, Belenzinho, Moóca. Depois a Moóca foi avançando, o Brás se foi estendendo e formou-se esses gigantes, gigantes como Saturno que come seus filhos. Lá moravam os italianos, os espanhóis. A classe alta morava em Higienópolis, Vila Buarque, Campos Elísios. Depois se estendeu para o Jardim América, já em 34, 35. Quando se abriu a avenida Paulista, tinha chácaras de frutas, os moleques iam roubar fruta lá¹⁶.

Tantas transformações suscitaram também esperanças e expectativas no que diz respeito à distribuição das riquezas e da formação de uma sociedade na qual os novos sujeitos sociais – classes subalternas, imigradas e nacionais – tivessem a opção de participar de alguma forma, que não fosse apenas aquela do abastecimento da força de trabalho e do processo de construção da nação. A cidade viveu, portanto, um período de greves, reivindicações e lutas operárias e populares. A grande greve de 1917 marcou o ápice da mobilização popular que seguiu até 1920, mas, depois disso, o movimento operário entrou numa fase de retrocesso político¹⁷. No começo dos anos Vinte, foram introduzidas algumas inovações jurídicas na área da legislação social, mas também severas medidas repressivas que dificultaram as atividades dos sindicatos e das organizações

¹⁴ «O Amigo do Povo», 20 agosto 1904, Jornal anarquista, fundado em 1902 por Neno Vasco, Benjamim Mota, Oreste Ristori, Giulio Sorelli, Tobia Boni, Angelo Bandoni e Gigi Damiani. Sobre a trajetória do jornal no movimento operário e anarquista de São Paulo, TOLEDO Edilene, *Em torno do jornal «O Amigo do Povo»: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*, in: «Cadernos AEL», n.º 8-9 1998, pp. 89-113.

¹⁵ A taxa anual de crescimento naqueles anos foi estimada em aproximadamente 8%, DEAN Warren, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 1991⁴, p. 115.

¹⁶ Testemunho do Sr. Antônio, recolhido por BOSI Ecléa, *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, Companhia das Letras, São Paulo 2006¹³, pp. 233-234.

¹⁷ Para uma visão geral ver FAUSTO Boris, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, Bertrand Brasil, São Paulo 2000⁵. Sobre a greve de 1917, KHOURY Yara Aun, *As Greves de 1917 em São Paulo e o Processo de Organização Proletária*, Cortez, São Paulo 1981 e ROQUETTE LOPREATO Christina da Silva, *A Semana Trágica: A Greve Geral Anarquista de 1917*, Museu da Imigração, São Paulo 1997. Em relação a questão do recuo do movimento operário no começo do século XX, HEBLING CAMPOS Cristina, *O Sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921*, Ed. UNICAMP, Campinas 1988.

sociais¹⁸. Além disso, no caso dos italianos, juntavam-se motivações políticas internas ao grupo – que escapam ao objetivo desse trabalho¹⁹ –, que enfraqueceram a rede organizada do movimento operário, além das razões de caráter demográfico.

Acabamos de ressaltar a preponderância dos italianos na composição multi-étnica de São Paulo. Porém, a composição interna dessa comunidade, embora seguisse quantitativamente majoritária, mudou consideravelmente em relação à primeira década do século XX: no primeiro pós-guerra, a imigração italiana diminuiu; nas décadas 1920-40 chegou a representar pouco mais dos 10 % dos ingressos no Brasil. Em 1930, ainda encontravam-se mais de 300.000 italianos no Estado de São Paulo; em 1940, eram pouco menos de 240.000, dos quais quase 65% tinham mais de cinquenta anos²⁰. O dado discriminante é o progressivo envelhecimento, que contribuiu ainda mais para a redução do grau de combatividade e de participação dos italianos nas organizações políticas e na imprensa militante. As segundas gerações, de forma geral, estavam integradas à sociedade paulista e não apareciam mais como italianos. Um último elemento, que desempenhou uma função nada secundária, foram as migrações internas. Após da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 diminuiu o fluxo transoceânico de imigrantes e abriu novos espaços de trabalho para as classes subalternas nacionais. Embora o fenômeno tivesse raízes profundas, é na década de Trinta que adquire as feições para ser considerado o ingrediente determinante na recomposição do proletariado urbano paulista²¹.

Os resultados desse conjunto de elementos foram, especialmente no que diz respeito ao grupo italiano, desalentadores: a imprensa operária quase desapareceu; só sobreviveram – com muitos problemas – alguns impressos antifascistas²². Assim, numa conjuntura com essas características, as condições para a penetração da propaganda fascista em São Paulo já não apareciam tão desfavoravelmente.

¹⁸ PINHEIRO Paulo Sergio e HALL Michael (org.) *A classe operaria no Brasil, 1889-1930*, Alfa-Omega, São Paulo 1979, vol. I, p. 108-138; vol. II, p. 194-212. Foi precisamente em 1924 que começou a ser sistematizada toda a logística da rede repressiva no estado de São Paulo com a criação do DEOPS (Departamento de Ordem Político e Social), entre cujas malhas ficaram sob controle e repressão todas as organizações do movimento operário. Sobre o DEOPS e a ampla bibliografia produzida a partir da análise da documentação conservada pelo Arquivo do Estado de São Paulo ver aqui mesmo, TUCCI CARNEIRO Maria Luiza, que coordena desde mais de uma década o projeto PROIN.

¹⁹ Para isso remetemos a TRENTO Angelo, *Do outro lado*, cit., pp. 267-402.

²⁰ As análises mais refinadas e com base mais confiáveis se devem a MORTARA Giorgio, *A imigração italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo italiano de São Paulo*, «Revista Brasileira de Estatística», XI, n.º 42, 1950, pp. 323-336.

²¹ Ver, *Brasileiros na Hospedaria de Imigrantes. A Migração para o Estado de São Paulo (1888-1993)*, Memorial do Imigrante, São Paulo 2001; MARTINS José de Souza, *O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira*, em PORTA Paula, cit., pp. 153-213; PAIVA Odaír Da Cruz, *Caminhos cruzados. Migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*, EDUSC, São Paulo 2004.

²² Cujos rastros é possível seguir através das operações da Polícia Política de São Paulo, TUCCI CARNEIRO Maria Luiza e KOSSOY Boris (org.), *A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*, Ateliê Editorial e Imprensa Oficial, São Paulo 2003.

Forjando as ferramentas da propaganda

Como foi evidenciado²³, mais do que as estruturas oficiais do partido fascista, agilizaram a canalização da propaganda todas aquelas associações, instituições, jornais e impressos da comunidade italiana que, ao menos aparentemente, promoviam atividades de caráter apolítico mas que, chegando a entrar na vida cotidiana da comunidade, tinham maior possibilidade de orientar o consenso a favor do regime. A contribuição do corpo diplomático, cujo alistamento ao serviço da propaganda fascista foi rápido e, desde logo, convicto²⁴, definiu a agregação ou a marginalização das associações étnicas e ofereceu uma nova imagem do Estado italiano, consolidando e institucionalizando o binômio italianidade-fascismo. Esse novo patriotismo se identificava também com uma nova imagem da Itália que o governo queria afirmar, aumentando a presença cultural através do chamamento de intelectuais para colaborar com as universidades nacionais – como foi o caso de Giuseppe Ungaretti, entre outros – e o envio de farta bibliografia²⁵. Foram explorados vários outros canais para viabilizar a propaganda e orientar o consenso, entre os quais queremos ressaltar: a difusão de películas e peças teatrais²⁶, os cursos de língua e cultura italiana – que foram multiplicados – e as escolas, que foram controladas, assim como os docentes e os livros escolares. A única instituição que foi criada diretamente pelo regime e que maiores e melhores resultados atingiu nas campanhas da propaganda fascista foi a *Opera Nazionale Dopolavoro (OND)*. Porém a eficácia da atuação da OND era devida ao tipo de atividade que organizava. Como seria de praxe, não se tratava aqui de atividades diretamente políticas, mas culturais, desportivas e recreativas. A propaganda acompanhava toda ação da OND, penetrando na vida privada e se apropriando do tempo livre, afirmando uma imagem positiva do fascismo dentro e fora da comunidade italiana²⁷. Apesar disso, não foi fácil introduzir a OND na comunidade paulista: pois logo de início ela foi percebida como corpo estranho que desenvolveria atividades em direta concorrência com as tradicionais associações étnicas.

²³ TRENTO Angelo, «*Dovunque è un italiano, cit.*», pp. 23-29.

²⁴ CERVO Amado Luiz, *Le relazioni diplomatiche fra Italia e Brasile dal 1861 ad oggi*, Edizioni Fondazione Agnelli, Torino 1994, pp. 95-108.

²⁵ Alguns se encontram na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com o carimbo *doado pelo governo italiano*. Entre eles cabe destacar a tradução em português dos *Quatro discursos sobre o estado corporativo*, de Mussolini, publicado por Laboremus em 1935; ou a coleção completa de *Scritti e Discorsi*, em italiano, de 1934. No Brasil foram enviados mais de 11 mil livros, SEITENFUS Ricardo Antônio Silva, *I rapporti fra Brasile e Italia negli anni 1918-39*, em COSTA Rovilio e DE BONI Luis Albert (org.), *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*, Edizioni Fondazione Agnelli, Torino, pp. 332.

²⁶ O teatro tinha uma tradição consolidada na comunidade italiana, VANNUCCI Alessandra, *La Patria in scena. Mobilitazione politica e costruzione di una identità nazionale nelle società filodrammatiche italiane a São Paulo (1890-1910)*, em *Il Risorgimento Italiano America Latina*, Affinità Eletive, Ancona 2006, pp. 321-332. Desta forma a propaganda fascista tinha outro canal de inserção.

²⁷ GUERRINI Irene e PLUVIANO Marco, *L'organizzazione del tempo libero nelle comunità italiane in America Latina: l'Opera Nazionale Dopolavoro*, in: BLENGINO Vanni, FRANZINA Emilio e PEPE Adolfo (org.), *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina, 1870-1970*, Teti, Milano 1994, pp. 378-389; e TRENTO Angelo, «*Dovunque è un italiano, cit.*», pp. 23-29; *Idem*, *I Fasci in Brasile*, in: FRANZINA Emilio e SANFILIPPO Matteo (orgs.), *Il fascismo e gli immigrati. La parabola dei Fasci italiani all'estero (1920-1943)*, Laterza, Roma-Bari 2003, pp. 152-166.

Dentro dos limites desse nosso trabalho, só consideraremos a primeira fase da propaganda fascista em São Paulo, o seu momento de gênese. É uma conjuntura de extraordinário interesse, precisamente porque temos a oportunidade de individuar os canais que foram utilizados para alcançar o controle e analisar o momento em que foram forjadas as ferramentas da propaganda.

Vimos que a atenção que os fascistas dedicaram aos *italianos no estrangeiro* começou desde cedo, coisa que foi seguida pelo maior periódico em língua italiana de São Paulo, o *Fanfulla*.

A importância desse jornal – fundado em 1893 – na comunidade italiana era enorme: em 1910, sua tiragem quotidiana era de 15.000 cópias, enquanto a do *O Estado de S. Paulo*, o mais importante jornal paulista, era de 20.000 cópias²⁸. Periódico burguês de orientação democrática, o *Fanfulla*, longe de ser um periódico militante ou agitador, muitas vezes se expôs às autoridades porque saía em defesa dos interesses dos trabalhadores italianos²⁹. Publicava regularmente as notícias das atividades das associações de socorro mútuo e das ligas operárias. Atingia transversalmente a maior parte da comunidade e, no período de nosso interesse, já era uma instituição importante na vida paulistana. Seu público por excelência era a pequena e a média burguesia ítalo-paulista. Todavia, em outros setores sociais também desenvolveria um rol central. Simplesmente por ser em língua italiana numa comunidade que não dominava o português, chegava até mesmo a deter o monopólio da informação:

Meu pai tinha dificuldade em dizer Santos, ele dizia Sandós. Minha mãe, quando dizia “compra um sanduíche e coma”, dizia: Accattevi un sanduiche. Quer dizer: “faça com que chegue a você um sanduíche”. O português dos italianos era muito deteriorado. Na Bela Vista, os carroceiros calabreses se recolhiam às seis, sete horas. [...] À tarde já estavam limpos [...] e almoçados. Liam o Fanfulla e comentavam os acontecimentos³⁰.

Evidentemente a língua podia ser um instrumento de defesa e salvaguarda da identidade étnica, mas ao mesmo tempo um obstáculo à integração social. A fronteira entre os dois aspectos oscilava constantemente, mas a questão da língua era central nas políticas das comunidades imigradas. Em torno e através dela – conservação, difusão, abandono, proibição, imposição –, combateram-se algumas das batalhas políticas decisivas pela inclusão ou exclusão do imigrante na sociedade³¹. O fascismo fez da defesa e conservação da língua uma bandeira de exaltação nacionalista e patriótica na Itália, e ainda mais no estrangeiro. O uso instrumental da questão da língua como estratégia geopolítica resulta ainda mais evidente pela declaração de Mussolini, já em 1920:

²⁸ BERTONHA João Fabio, *Sob o signo do Fascio: o fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil (1922-1943)*, Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1998, p.117. Uma panorâmica até a Primeira Guerra Mundial, CONSOLMAGNO Marina, *Fanfulla: perfil de um jornal de colônia (1893-1915)*, dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1993.

²⁹ Por exemplo, durante a greve de 1917 denunciou o comportamento violento da polícia e publicou artigos como: *L'aumento dei salari s'impone*, 12 de julho de 1917.

³⁰ BOSI Ecléa, *Memória e Sociedade*, cit., p. 226-227.

³¹ Não é uma casualidade que, mesmo antes da entrada em guerra com os aliados, em agosto de 1941, o Estado Novo de Vargas decretasse uma lei proibindo a venda e circulação de jornais em língua estrangeira.

In cinquant'anni di vita, l'Italia ha realizzato progressi meravigliosi. Prima di tutto c'è un dato di fatto: ed è la vitalità della nostra stirpe, della nostra razza. [...] L'Italia faceva 27.000.000 di abitanti nel 1870; ne ha 50.000.000 adesso: 40.000.000 nella penisola, ed è il blocco più omogeneo che ci sia in Europa. [...] E accanto a questi 40.000.000 in Italia, ce ne sono 10.000.000 che hanno straripato in tutti i continenti, oltre tutti gli oceani: 700.000 italiani sono a Nuova York; 400.000 nello Stato di San Paolo dove la lingua di stato dovrà divenire la lingua italiana³²

Converter a língua italiana em língua oficial do estado de São Paulo estava muito longe de ser uma aspiração realizável ou razoável. Entretanto, como observamos nos testemunhos anteriormente citados, esta visão era tão difundida que dava a impressão do italiano ser predominante sobre o português na cidade de São Paulo do começo do século XX. Esta impressão seria mais do que suficiente para transformar o *Fanfulla*, periódico por excelência em língua italiana, no alvo privilegiado da estratégia de controle e da construção do consenso que os fascistas estavam privilegiando para conquistar a hegemonia política entre os italianos no estado. O *Fanfulla*, “voz da comunidade italiana”, tinha que virar “voz da Itália fascista” em terra paulista.

A atitude que o jornal manteve em relação ao movimento fascista foi crítica até 1922, o ano da *marcia su Roma*, do primeiro governo dirigido por Mussolini e das primeiras franquias telegráficas³³ que o governo retransmitia às redações. Como todos os periódicos, também o *Fanfulla* vivia em constante luta com problemas econômicos. O apoio do governo fascista, numa conjuntura política como aquela que descrevemos acima, ajudou-o a sobreviver, assim como acabou por contribuir para o desaparecimento da imprensa não alinhada. A partir de 1923, o sistema das franquias se foi consolidando e as poucas notícias que não concordaram com Roma foram desaparecendo. Apesar disso, por alguns anos mais conviveram no jornal redatores fascistas e antifascistas: o Estado totalitário estava ainda em gestação.

Nesses primeiros anos, os redatores poderiam ter diferenças de orientação política, até agudas, mas o *Fanfulla*, publicamente, vestiu a “camisa negra”, e com surpreendente rapidez.

A seqüência das notícias que se seguiram à chegada ao poder do *Duce* manteve um ritmo que indicava desde logo o apoio de fundo à política fascista. Depois de dar a notícia da entrega do cargo de Primeiro Ministro a Mussolini, no dia 31 de outubro de 1922, o *Fanfulla* dedicou, na primeira página, três colunas à sua (hagio) biografia, e outro espaço importante ao *Proclama Per gli italiani all'estero*. No dia 4 de novembro, saem o *Messaggio di Mussolini per gli italiani in America del Sud* e o *Messaggio agli italiani di San Paolo a mezzo del Fanfulla*: outro sinal de especial atenção à platéia paulista por parte do novo chefe do governo. A oligarquia brasileira olhou com simpatia o novo governo italiano, cujas afinidades reconhecia quase instintivamente. O *Fanfulla*, do dia 7 de novembro, não perdeu a oportunidade de destacar a extasiada

³² In: *Scritti e Discorsi di Benito Mussolini*, Vol. II, *La Rivoluzione Fascista (23 marzo 1919 – 28 ottobre 1922)*, Hoepli, Milã 1934, pp. 95-96, discurso proferido em Trieste o 20 de setembro, no cinquentésimo aniversário da reunificação da Itália.

³³ As franquias eram a possibilidade de receber gratuitamente do governo o noticiário das agências de notícias enviado por meio telegráfico.

opinião de um intelectual carioca, publicando o artigo “*L’Italia moderna*”, assinado por Affonso Celso,

Su Mussolini il celebre capo del Fascismo, ecco, in riassunto, come si esprime Paul Hozard che ebbe con lui un lungo colloquio nella redazione del “Popolo d’Italia” organo del partito, redazione sempre affollata di giovani, di ufficiali, di donne, uomini che vogliono sentire la voce del comandante supremo del partito; ricevere ordini e istruzioni direttamente dal lottatore, dal dominatore di moltitudini. È lui, Mussolini, che ha sfidato avventure e pericoli [...] Genuino condottiero, ciecamente ubbidito da cinquecentomila uomini, ha avuto un’esistenza eccezionale³⁴.

No 17 de fevereiro de 1923, foi publicada uma carta de Emidio Rocchetti convidando *gli italiani che si sentono veramente italiani* a aderirem ao *Fascio* de São Paulo:

Prima di iscrivervi, pensate, esaminate le vostre coscienze e i vostri spiriti, riflettete sul fatto che il Fascismo non promette niente agli individui, ma pretende tutto da loro per l’amore all’Italia; poi, inviate le vostre richieste d’iscrizione e vi troverete tra fratelli, riuniti nel simbolo di un’Italia nuova, di un’Italia della Vittoria!

No dia 10 de março de 1923, entre outros anúncios, aparecem algumas linhas que, em surdina e sem nenhum cerimonial, anunciavam:

Si aprono le iscrizioni per la formazione della sezione paulistana del PNF indirizzare le domande a Ronchi Giovanni, Emidio Rocchetti, Emilio Santi, Antonio Milani.

Começava assim a história do primeiro *Fascio* do Brasil³⁵ e que foi dedicado a Filippo Corridoni, “mártir” da Primeira Guerra Mundial, cuja memória o fascismo explorou para fins propagandísticos. Quatro anos depois, no estado de São Paulo, os fascistas contavam com uma rede de 32 *fasci*. Mas o número de afiliados e a irregularidade de contribuição mensal de seus afiliados deixa entender que a força de penetração da estrutura do partido fascista na comunidade italiana não chegou nunca a ser muito profunda³⁶. Entre as ferramentas da propaganda, resultaram muito mais efetivas

³⁴ Affonso Celso foi Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de um livro de muito sucesso, *Por que me ufano de meu país*, publicado por primeira vez em 1900, lançou o neologismo *ufanismo*, uma espécie de culto de amor à pátria. Colaborou por mais de trinta anos com o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, onde publicou o artigo que o *Fanfulla* preocupou-se em fazer chegar a seus leitores.

³⁵ O animador da iniciativa era Emidio Rocchetti, chegado em São Paulo depois de seis meses de cadeia por ter matado a sangue-frio o secretário do Partido Comunista de Macerata. A escolha de Rocchetti para fundar o *Fascio* de São Paulo recebeu críticas também pelos setores que simpatizavam com o fascismo, mas oferece uma clara idéia de como a uma precoce atenção estratégica e política à comunidade paulista correspondia uma estrutura de partido débil, com poucos quadros formados e muita improvisação. Essa informação, entre outras já assinaladas, in: TRENTO Angelo, «*Dovunque è un italiano...*», cit., p.15, oferece também uma análise completa da parábola da propaganda fascista no Brasil. Uma interessante seleção da documentação do *Fascio* de São Paulo requisitada pela polícia política em SANTOS Viviane Teresinha dos, *Os Seguidores do Duce: Os Italianos Fascistas no Estado de São Paulo*, Arquivo do Estado-Imesp, São Paulo 2001.

³⁶ Cf. TRENTO Angelo, *ob. cit.*, pp.17-18. Para a história geral do partido fascista no Brasil ver *Idem*, *I Fasci in Brasile*, in: FRANZINA Emilio e SANFILIPPO Matteo (org.), *Il fascismo e gli immigrati. La parabola dei Fasci italiani all'estero (1920-1943)*, Laterza, Roma-Bari 2003, pp. 152-166.

aquelas que não eram oficialmente ligadas ao partido: como as associações culturais e recreativas que tinham maior poder de atração entre os imigrantes.

O potencial de agregação de consenso ao regime fascista que tinha o *Fanfulla* era muito maior do que poderiam reunir os jornais, as revistas oficiais e os boletins do Partido Fascista. O *Fanfulla* tinha trinta anos de tradição, era parte da comunidade, dos costumes, dos rituais, da vida íntima das pessoas. O *Fascio* era um elemento alheio que, de repente, queria impor a sua presença na vida da comunidade. Entre março e outubro de 1923, a sujeição do jornal ao fascismo foi praticamente completa. Com o primeiro aniversário da *marcia su Roma*, isso ficaria ainda mais claro:

La rivoluzione ha trionfato su tutta la linea e, con la rivoluzione, ha trionfato il vecchio buon senso del nostro popolo. Il cielo sia lodato, viva l'Italia, viva Mussolini! Un anno. Ma oggi si respira, grazie a Dio, oggi i treni vanno, Le fabbriche producono, i porti sono attivi e, per le strade, non sputano più sulle divise e non prendono più in giro i mutilati. Montecitorio [sede do Parlamento, n.d.a.] è muto, passivo, inerte³⁷.

A propaganda chega do mar: o navio Italia

Pouco mais de um mês depois da fundação do *Fascio* de São Paulo, em 30 de abril de 1923, o Ministério de Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, recebia a notícia de que as autoridades italianas tinham constituído um *Ente Morale* para a organização de um cruzeiro, cujo fim era divulgar a arte e a cultura italiana na América Latina. O próprio Mussolini teria oferecido um navio, o *Italia*, especialmente dedicado a essa missão, cuja programação seria elaborada por Gabriele D'Annunzio, o *Vate*, o poeta militante, figura de ponta no panorama cultural italiano³⁸. Seis meses depois da *marcia su Roma*, começava, então, a ser organizada a marcha pela e para América Latina.

Em realidade, a iniciativa não foi um projeto original do governo fascista, mas surgiu com a sugestão do governo da Venezuela, como afirma em seu relatório, um dos participantes ao cruzeiro de propaganda:

Il Generale Gomez, Presidente e dittatore del Venezuela, è un buon amico dell'Italia, si deve a lui e al senatore Tagliaferro, Presidente del Senato venezuelano, se a Roma fu dato sagace impulso all'opera fattiva del Tagliaferro stesso, presso il Presidente del consiglio e presso alte personalità del mondo industriale italiano, per un progetto di espansione commerciale con una nave-esposizione che visitasse i porti venezuelani³⁹.

³⁷ *La marcia su Roma*, «Fanfulla», 31 de outubro de 1923.

³⁸ Sobre esse evento o Istituto Italo-Latino Americano organizou em Roma, em 1999, uma exposição na qual foram exibidas, entre outras, as pinturas realizadas durante o cruzeiro pelo responsável artístico da missão, o pintor Giulio Aristide Sartorio. Ver MANTURA Bruno, PAINO Maria Paola e OSIO Bernardino (org.), *Sartorio 1924. Crociera della Regia Nave Italia nell'America Latina*, De Luca, Roma 1999.

³⁹ CARRARA Enrico, *Ventotto porti dell'America Latina fra Atlantico e Pacifico con la R.a. nave Italia*, Giani, Turin 1925, p. 101 apud INCISA di CAMERANA Ludovico, *La grande traversata di un Vittoriale galleggiante*, p. 4 in: MANTURA Bruno, PAINO Maria Paola e OSIO Bernardino (org.), *cit.*

O governo de Mussolini aproveitou muito bem a ocasião. O cruzeiro oferecia a oportunidade de dar um impulso inesperado à propaganda do regime na América do Sul, ainda quando o regime dava seus primeiros passos. Nesse mesmo ano, se fizeram os contatos com todas as delegações diplomáticas dos países sul-americanos que seriam tocados pelo cruzeiro. Sob o “patrocínio” cultural de D’Annunzio, o navio *Italia* foi transformado numa espécie de exposição industrial flutuante, e móvel, dos produtos italianos – de rendas a tanques –, e uma exposição cultural da arte italiana. Dessa missão político-diplomática foi encarregado Giovanni Giurati, embaixador extraordinário do Rei nas Repúblicas da América Latina, que assim se pronunciou em 18 de fevereiro de 1924, quando o cruzeiro levantou ferro no cais do porto de La Spezia:

Solcherà il mare carica di documenti umani e, più ancora di affetti e di memorie, una nave che l'Italia manda ai suoi figli transoceanici. Non vuole essere una fiera di campioni ma compendiare la multiforme attività dello Stato, delle arti, delle lettere. Delle industrie e dei commerci. Non è una mostra, ma è una testimonianza. Non è un affare ma un gesto di amore e una promessa. Gli italiani d'America saluteranno con orgoglio questo lembo della Patria in cui la Patria ha serrato le cento cose utili e belle quotidianamente create dal sobrio, pertinace, geniale, e prolifico popolo italiano. E sentiranno – per la prima volta e per merito del Governo fascista che ha caldeggiato l'impresa – come l'Oceano non divide, ma unisca⁴⁰.

Intuitivamente ou não, Giurati percebeu ainda que, em termos propagandísticos, o fato de estar levando, através do navio, um pedaço da Itália para o outro lado do Atlântico mesclava o fator emotivo ao cenográfico. Esta pátria flutuante tinha a qualidade de sensibilizar as lembranças e a saudade da terra natal, seja dos imigrantes ou de seus filhos já nascidos no Novo Continente, agora adicionados pelos símbolos de modernidade e de modernização que compunham o cenário do navio *Italia*. Este seria um importante elemento multiplicador da eficácia de propaganda.

O *Italia* desempenhou sua missão ao longo da costa do Brasil entre fevereiro e maio de 1924, parando nos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis e Porto Alegre. O *Fanfulla*, cumprindo prontamente seu dever de megafone do regime, cobriu a empreitada desde as preliminares, quando ainda na Itália organizava-se a exposição, descrevendo detalhadamente as maravilhas da produção artística, cultural, artesanal, tecnológica e industrial italiana distribuída cuidadosamente nos vários conveses e salões do navio. Na descrição dava-se destaque ao caráter oficial da missão e a seus objetivos de difusão da arte e cultura da *nuova Italia*⁴¹.

Em 13 de março, o jornal anunciava, na primeira página, a chegada da nave *Italia* no porto de Belém, a primeira etapa da viagem em terra brasileira. No dia seguinte, toda a primeira página foi dedicada a esse assunto. O *Fanfulla* entrava assim na fase ascendente de uma campanha jornalística iniciada um meses antes e que, na medida em que a proa do navio aproximava-se mais e mais do porto de Santos, assumia tons e ritmos de uma marcha triunfal.

⁴⁰ BELLI Pietro, *La nave «Italia» è salpata dalla Spezia*, «Il Corriere italiano», Roma 19 febbraio 1924, apud SACCHI LODISPOLO Teresa, *La crociera della Regia Nave «Italia»: dal progetto al viaggio*, in: MANTURA Bruno, PAINO Maria Paola e OSIO Bernardino (org.), *cit.*, p. 13.

⁴¹ *Fanfulla*, 15 de fevereiro de 1924.

A prova de tanto entusiasmo seria a quantidade de material produzido para descrever o acontecimento e seus protagonistas. No breve espaço de quatro meses foram centenas os artigos e as reportagens dedicadas ao empreendimento. Quando o navio chegou a Santos, foi recebido por uma multidão jubilosa, meticulosamente organizada pelas autoridades diplomáticas e pelo *Fascio*. Os jornalistas que seguiam o cruzeiro foram levados até a cidade de São Paulo e seus comentários ficaram entre entusiasmados e maravilhados com a presença italiana na capital paulista:

*Immaginate di percorrere ottomila miglia marine, attraversando il Mediterraneo e l'Atlantico e di ritrovarvi improvvisamente in Italia. E avrete San Paolo. Sembra paradossale, ma è una realtà, perché San Paolo del Brasile è una città italiana*⁴².

Foram organizados ônibus e trens especiais para o transporte dos visitantes. O sucesso foi tamanho que Giurati se convenceu a prolongar a etapa santista por oito dias a mais do que previsto. Do ponto de vista comercial, o cruzeiro foi um sucesso total. No dia 16 de abril, o *Fanfulla* publicava, entre outros artigos sobre o *Italia*, um intitulado de *La pittura decorativa*, que ilustrava a exposição realizada no interior do navio. No dia seguinte, encontramos outros dois artigos intitulados *Giornata di rinnovata fede patriottica e di affermazioni artistiche* e *Bellezza e forza a bordo della Nave Italia*, onde a *bellezza* é a da arte clássica; e a *forza* é a da produção industrial.

Cultura e progresso, tradição e modernidade: o *Fanfulla* se encarregava de amplificar e repetir as fórmulas da propaganda, inserindo-as sempre nas minuciosas crônicas das atividades que se desenvolviam a bordo do *Italia* ou nas reportagem da missão diplomática. Assim, os correspondentes do *Fanfulla* seguiam Giurati pelo o interior do estado de São Paulo e em suas visitas às autoridades consulares, enquanto o pintor Sartorio visitava a redação, como no dia 16 de abril. No dia 28 era publicada uma ampla matéria sobre ele e a sua produção artística. Sartorio tinha organizado toda a parte artística da exposição do navio *Italia*, com uma coleção de quinhentas peças de artistas contemporâneos italianos, uma exposição de livros e outra sobre o exército. O navio carregava também algumas urnas que continham terras ensanguentadas recolhidas em locais de batalha da primeira Grande Guerra: presente um tanto macabro pelas comunidades italianas, que tentava relembrar os heróis que haviam se sacrificado pela pátria.

De fato, houve também problemas. O presidente do estado de São Paulo, Washington Luis, recebeu muito friamente Giurati, sem tributar-lhe as honras militares que o protocolo estabelece nesses casos⁴³. A polêmica que se seguiu na imprensa italiana, em julho de 1924, quando do final da missão – para esse e outros episódios controvertidos do cruzeiro –, foi corrosiva. Nas páginas do *Messaggero* e do *Corriere della Sera*, dois dos maiores periódicos italianos, dizia-se que o único resultado da missão do navio *Italia* foi dividir as comunidades italianas na América do Sul e desacreditar o fascismo⁴⁴.

⁴² BELLI Pietro, *Al di là dei mari*, Vallecchi, Florença 1925, p. 118 apud INCISA di CAMERANA Ludovico, *La grande traversata di un Vittoriale galleggiante*, p. 4 in: MANTURA Bruno, PAINO Maria Paola e OSIO Bernardino (org.), *Sartorio 1924, ob. cit.*

⁴³ INCISA di CAMERANA Ludovico, *cit.*, p. 4-5.

⁴⁴ VERNASSA Maurizio, “Una crociera di propaganda”, in: *Politica Internazionale*, n.º 1-2, 1999, p. 217.

Esta era uma demonstração de que o Estado totalitário ainda não detinha o controle sobre os meios de comunicação na Itália. O fato de a imprensa ter podido desvendar os bastidores da empreitada, alguns meses depois, ainda estava sendo possível.

Mas a polêmica ficaria distante, do outro lado do Atlântico. O *Fanfulla* havia cumprido seu papel e o navio *Italia*, ao longo de seu cruzeiro propagandístico, conseguiu ostentar a suposta eficiência do governo fascista e seus efeitos de modernização e progresso. O impacto da propaganda do cruzeiro não chegara à Itália, mas a carga simbólica que havia produzido entre os italianos de São Paulo, assim como em outras comunidades da América do Sul, funcionava como um potentíssimo amplificador da propaganda fascista. Que melhor cenografia podiam conceber para atingir o imaginário de um emigrante do que um navio chegando no porto? Foram os navios que levaram os emigrantes da sua terra e agora um navio devolvia-lhes o orgulho e o sentido de pertença a uma nação. Era como se o mesmo navio, que tinha representado o elemento simbólico de ruptura dos laços com o país de origem tivesse agora voltado, levando na sua carga uma nova Itália, orgulhosa dos seus filhos de além mar e da qual valia a pena de ufanar-se.

O que resultava da empreitada transoceânica era a imagem de uma Itália, berço da civilização ocidental, que tinha uma sólida tradição artística e cultural e sobre a qual apoiava-se um irresistível processo de modernização. Tudo isso graças ao novo governo fascista!

Algumas conclusões

Nessa primeira fase de penetração do fascismo no tecido social e político paulista não é ainda possível falar em adesão ou oposição e não era esse o objetivo de nosso trabalho. Ainda não existia um Estado totalitário na Itália e podia-se pensar em que o fascismo era uma transição: passaria sem deixar muitos rastros.

Parece ter sido determinante para a entrada do fascismo a sujeição de meios de comunicação. O *Fanfulla*, que fazia parte da tradição da comunidade paulista, presente constantemente nos rituais coletivos, familiares e comunitários, desde as cerimônias fúnebres⁴⁵ até as festas de carnaval da comunidade italiana, desenvolveria uma importante missão.

Nas tradições e nos rituais da vida coletiva dos bairros populares, onde moravam em maioria italianos, muitas vezes se misturavam datas cívicas com festas religiosas, as mesmas pessoas organizam ou participavam de ambas:

*a festa de são Vito Mártir dos bareses [da província de Bari no Sul da Itália, n.d.a.] aqui no Brás reunia vinte bandas. Bersaglieri, Pietro Mascagni, Ettore Fieramosca, todas essas bandas vinham tocar nas imediações do Gasômetro. Nos arredores, tocava uma banda ali, outra acolá; era uma festa extraordinária*⁴⁶.

A propaganda fascista penetrou nesses espaços onde as estruturas do Partido, o *Fascio* ou a *GILE* e a *Lega Operaia del Littorio*, não tinham uma fácil aceitação e a

⁴⁵ Os funerais de Matarazzo e Crespi foram, nesse sentido, a apoteose das operações de propaganda.

⁴⁶ BOSI Ecléa, *Memória e sociedade*, cit., p. 228.

OND chegou tardiamente. Assim, trocavam-se os cantos de glória a São Genaro pelo hinos ao *Duce*, ou a *Marcha Real* por *Faccetta nera*. As grandes festas religiosas concentravam-se nos bairros proletários paulistanos em sua maioria habitados por italianos, como Brás e Bexiga, e eram especialmente os do Sul que costumavam praticar uma religiosidade popular cujas manifestações de devoção coloravam-se das feições típicas das festas camponesas.

Zelia Gattai, nos deixou um testemunho significativo:

Nas grandes festas, como, por exemplo, Natal, Ano-Novo, Páscoa, e nas datas cívicas italianas, eles [os italianos do Sul que moravam perto da sua casa, n.d.a.] recorriam à banda do “Bersaglieri”, composta de músicos fardados, ostentando vistoso chapéu de abas largas, um penacho verde reluzente de plumas (parecendo rabo de galo) tombando sobre pescoço e ombro. Esses “Bersaglieri” eram contratados para tocar em frente às casas – quase sempre de italianos do Sul –, o concerto executado do lado de fora, na calçada. O repertório dos aparatosos soldados, compostos sobretudo de antigas marchas militares, com a implantação do fascismo se ampliou, incluindo hinos modernos, cantos de glórias ao Duce⁴⁷.

Contar com o apoio da Igreja, da elite local, das bandas dos *Bersaglieri*, das autoridades consulares e dos poderosos que dominavam economicamente a comunidade e boa parte do estado e da cidade de São Paulo contribuiu para ativar um mecanismo de agregação entorno do centro motor de adesão ao regime: a identificação da italianidade com o fascismo. A valorização da identidade étnica teve uma força simbólica muito importante numa sociedade eminentemente excludente, que, na verdade, promovia a imigração europeia no interior de um quadro de *integração subalterna*.

⁴⁷ GATTAI Zélia, *Anarquistas, graças a Deus*, Record, Rio de Janeiro 2006, p. 158.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA CREACIÓN DE LA IMAGEN DEL FRANQUISMO EN EL PORTUGAL SALAZARISTA

Introducción

Durante la última década, la historiografía contemporánea portuguesa ha concedido una singular importancia a la Guerra Civil española. Su estudio coincide con las investigaciones sobre la dictadura del Estado Novo, que encontraron en el enfrentamiento civil español un pilar fundamental en la consolidación del régimen salazarista. Sin duda, el 18 de julio de 1936, abrió para el Portugal de Salazar un camino hacia el entendimiento con España, con la “nueva” España del general Franco, dentro del complicado panorama de las relaciones ibéricas. Salazar se identificó rápidamente con el bando rebelde del Caudillo porque era el complemento ideológico perfecto para llevar a cabo, sin peligrosos contagios democráticos provenientes del país vecino y con garantías de futuro, su proyecto político autoritario en Portugal. La propaganda del Estado Novo resucitó el viejo anatema del “perigo espanhol”, del endémico temor a una invasión castellana, ante la animadversión manifiesta existente entre su régimen y la IIª República.¹

O “ditador das Finanças”, como era conocido el autoritario líder luso, explotó astutamente este factor psicológico y propagandístico para encender la llama del nacionalismo portugués en la sociedad lusa contra el Frente Popular español, vencedor de las elecciones de febrero de 1936 en España, y en el que su propaganda veía ambiciones territoriales sobre Portugal. Durante la guerra, de hecho, hubo una doble orientación propagandística del Estado Novo en este sentido: por un lado, se alimenta una fuerte corriente nacionalista contra el “perigo espanhol” de la IIª República y, por otro, se estimula la fraternidad peninsular sobre la base de la identificación de la ideología franquista y salazarista. La IIª República era un peón de la Internacional Comunista que estaba hipotecando España en el sentido más amplio de la expresión, mientras el Alzamiento militar representaba la instauración de los valores tradicionales, un verdadero nacionalismo a semejanza del Estado Novo, según la interpretación de los órganos

¹ Cf.: OLIVEIRA, César, *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1985).

del salazarismo, que podría acabar definitivamente con los recelos entre las naciones ibéricas. Franco y Salazar se necesitaban el uno al otro como las dos caras de una misma moneda. Por todo ello, la dictadura portuguesa utilizó todos los instrumentos ideológicos posibles para que la España *nueva* gozase del reconocimiento internacional lo más rápido y amplio posible, como deseaba el gobierno de Burgos. Una victoria franquista significaba un triunfo del salazarismo, una garantía de estabilidad. La diplomacia lusa, por tanto, se puso al servicio del Alzamiento Nacional sin condiciones.

Las relaciones entre los dos Estados peninsulares se deterioraron, poco a poco, a partir de la proclamación de la IIª República española y la fundación del Estado Novo como modelo político por Oliveira Salazar, entrando ya en un callejón sin salida en los meses anteriores al inicio de la Guerra Civil, con el gobierno de Azaña, que apoyaba a los exiliados portugueses en España para derrocar la dictadura lusa. La “guerra fría” existente entre ambos países le hizo percibir a Salazar un importante peligro para la consolidación de su proyecto político en Portugal. La prensa de las dos naciones ibéricas emprendieron una encarnizada guerra de propaganda para denostar al régimen contrario. Entretanto, el aparato de propaganda del Estado Novo quedaba fortalecido por varias disposiciones legislativas que regulaban el funcionamiento de los Serviços de Censura, el Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) y una sólida estructura corporativa con funciones en este campo, a cuyo frente estaban organizaciones como la União Nacional y su órgano el *Diário da Manhã*, además e las milicias Mocidade Portuguesa y Legião Portuguesa, entre múltiples asociaciones gremiales.² Al mismo tiempo, y a través de diversas medidas de fuerza, la dictadura portuguesa ahogó económicamente a los periódicos que no cambiaron su orientación ideológica acorde con los principios del Estado Novo, mientras se fomentaba por todo el país la creación de nuevos medios de comunicación que sirviesen a los intereses de la dictadura.³

La intervención de Portugal en la guerra de España fue, fundamentalmente, de naturaleza político-ideológica.⁴ Mientras la participación italiana, alemana o soviética, fue una intervención esencialmente armamentística, Portugal debió poner en el brasero del conflicto todas sus estratagemas propagandísticas, tanto desde una dimensión política como puramente mediática.⁵ En este sentido, nuestros argumentos tratan de demostrar que, de los países que apoyaron a los bandos en lucha, ninguno hizo un esfuerzo tan grande como el gobierno portugués, que vivió la Guerra Civil española como un asunto interno.

Tras la eclosión de la guerra en España, la diplomacia salazarista puso en marcha una orquestada campaña contra la IIª República española, a la que acusaban de promover la “revolución internacional” y de ser un satélite de Moscú con pretensiones

² Cf.: PAULO, Heloísa, *Estado Novo em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI em Portugal e o DIP*, Coimbra, Minerva História, 1994.

³ Cf.: ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Fragmentos, 1988.

⁴ Véase TORGAL, Luis Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989.

⁵ Cf.: DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1980; OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Editorial O Jornal, 1988 (2.ª edição).

territoriales sobre Portugal, resucitando el viejo mito del “perigo espanhol”.⁶ Prensa, radio y cine portugués se pusieron del lado insurgente prácticamente desde el primer día de guerra. El embajador español en Portugal, Claudio Sánchez-Albornoz, denunció las infamias de estas campañas de las que él era un objetivo clave para provocar el corte de relaciones oficiales entre ambos países, que se produjeron el 23 de octubre de 1936. El gobierno portugués trasladó las consignas del gobierno de Burgos hasta los foros internacionales que se ocuparon de la no intervención en España, como el Comité de Londres, en el que plantó una dura batalla diplomática para hacer valer sus puntos de vista en los comunicados oficiales que se enviaban a los medios de comunicación, y, en la Sociedad de Naciones, en la que atacó los argumentos de los representantes españoles concediendo legitimidad al golpe de Estado del ejército del general Franco. Asimismo, en diferentes países del mundo, los diplomáticos portugueses colaboraron con los agentes franquistas para hacer propaganda a favor de la España “nueva” ante la opinión pública internacional y los respectivos gobiernos.

Censura y Comunicación Social

El SPN puso toda su infraestructura al servicio de los rebeldes y la Censura cortó todas las informaciones que resultaban perjudiciales para la imagen del bando insurrecto o favorecían al bando leal. Mientrastanto, la prensa portuguesa seguía las consignas del Estado Novo. Se publicaron extensos reportajes sobre la guerra en defensa de la posición política del gobierno, que fue objeto de manifestaciones de aplauso y actos patrióticos continuos durante el primer semestre de la guerra, cuando los medios de comunicación y la sociedad portuguesa le prestaron la máxima atención a un conflicto que, el tono trascendental de la propaganda salazarista, había hecho percibir como propio. Los principales diarios llegaron a publicar hasta tres ediciones del mismo número, cuyos ejemplares eran distribuidos también en España, no sólo en las zonas fronterizas, sino también en lugares alejados de la raya, y principalmente en Galicia, donde tuvieron una sorprendente aceptación. La llamada “grande imprensa” portuguesa fue fiel al régimen, que financiaba, además, revistas de adoctrinamiento nacionalista con contenidos sobre la guerra. Hubo algunos casos excepcionales de periódicos que no se plegaron a las directrices propagandísticas de la dictadura portuguesa, entre los que destaca el diario *República*, que omitió muchos acontecimientos importantes de la guerra porque la Censura no le dejaba contar lo que interpretaba.⁷

La prensa portuguesa construyó unos mitos propios sobre la guerra. En primer lugar, la imagen del dictador Oliveira Salazar salió muy fortalecida de la guerra. El Presidente do Conselho se convirtió, a ojos de la prensa portuguesa, en el “guía espiritual” de la nación, restarador de Portugal y constructor de un nuevo modelo de Estado vanguardista y venerado por todo el mundo. Su política exterior con respecto

⁶ Cf.: ROSAS, Fernando, “A Guerra Civil espanhola na Sociedade das Nações. Salazar, ministro de Negócios Estrangeiros de Burgos”, in: revista *História*, n.º 82, Lisboa, 1985, pp. 33-53.

⁷ Cf.: PENA, Alberto, *Salazar, a imprensa e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, MinervaCoimbra, 2007; *idem*, *Galicia, Franco y Salazar. El intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*, Vigo, Universidade de Vigo, 1999.

al conflicto español, fue tema casi permanente en las columnas periodísticas que alababan todas sus medidas y seguían a a pies juntillas el dictado de sus comunicados oficiales, cuya publicación era obligatoria para los periódicos. Precisamente, según las consignas propagandísticas de los diarios portugueses, el Estado Novo era el modelo que pretendía instaurar el general Franco en España, mitificado como el “Salazar” español, que admiraba la obra del dictador portugués y seguía sus pasos. La figura de Salazar era la figura de un “padre”, protector, bondadoso, trabajador incansable, austero, y que sabía lo que convenía a todos los portugueses. Por otra parte, el Alcázar de Toledo, en cuya resistencia de los sitiados fue fundamental el ánimo del *Rádio Club Português*, fue uno de los mitos más importantes del que se valieron los medios portugueses para intentar demostrar el “salvajismo” de los leales y la furia y nobleza de los rebeldes. Del mismo modo que las cabeceras portuguesas negaron siempre que los aviones de los facciosos bombardeasen la villa vasca de Guernica. Los intelectuales salazaristas, por su parte, participaron de la campaña de propaganda a favor del bando rebelde utilizando, fundamentalmente, la prensa como plataforma de combate. Publicaron un manifiesto contra el bando leal por iniciativa del director del SPN, António Ferro, y firmaron abundantes artículos que promocionaban las virtudes del franquismo. Unas virtudes que eran certificadas por los corresponsales de la prensa portuguesa, que ejercían de notarios de una realidad que interpretaban a la conveniencia de los franquistas. Ningún periodista portugués viajó al territorio republicano para informar desde allí y, de todos ellos, tan sólo Norberto Lopes y Mário Neves tuvieron la honestidad de ser objetivos y actuar con dignidad profesional.

Los primeros y decisivos meses de guerra, las emisoras portuguesas, fundamentalmente el *Rádio Club Português* y la *Emissora Nacional* prestaron un apoyo propagandístico y logístico muy importante a los sublevados. Aumentaron la potencia de sus antenas, pasaron a transmitir en español y pusieron en contacto a los rebeldes del Norte y Sur de España. Ambas estaciones radiofónicas se alinearon completamente con la causa del bando rebelde, intensificando al máximo su propaganda a favor del franquismo, no sólo en la Península, sino incluso internacionalmente. La influencia de la radio portuguesa en las poblaciones españolas incrementó la popularidad del Movimiento. Circunstancia que aprovechó para promover la ayuda civil a los sediciosos entre la sociedad española. El *Rádio Club Português* bombardeó España con los comentarios ofensivos del incombustible capitán Botelho Moniz y de la locutora española Marisabel de la Torre de Colomina, que recibieron numerosos homenajes franquistas por su labor al frente de los micrófonos de aquella *trinchera* radiofónica. Además, la actividad propagandística a través de las ondas del *Rádio Club Português* se complementó con varias campañas realizadas en Portugal para pedir donativos, en efectivo o en especies, para los rebeldes, que luego eran enviadas a poblaciones españolas en largas caravanas de centenares de camiones, así como con ayuda técnica para reparar emisoras averiadas en territorio conquistado por el bando sublevado. La *Emissora Nacional*, en cambio, fue mucho más prudente a la hora de llevar a cabo sus campañas contra la IIª República española, para evitar que, dada su vinculación al Estado Novo, que la convertía en portavoz del régimen, se produjesen protestas de algunos países contra el gobierno portugués, en teoría neutral durante el conflicto. Sin embargo, la *Emissora Nacional*, al igual que el *Rádio Club* y otras estaciones de menor relevancia, transmitieron diversos programas y discursos anti-comunistas que ponían en

evidencia su absoluta parcialidad en favor de los sublevados. Además, el SPN organizó unos servicios informativos internacionales en varios idiomas emitidos por la *Emissora Nacional*, para difundir noticias que favorecían los intereses del gobierno de Burgos. Esta propaganda radiofónica del Estado Novo luso fue repelida por las emisoras de la España leal y algunas clandestinas, que denigraron la dictadura portuguesa, ante lo cual Salazar prohibió la sintonización de las voces “vermelhas”, mientras las “charlas” de Queipo de Llano eran comentadas asiduamente por las emisoras portuguesas y publicadas por los diarios nacionales.

En cuanto al cine,⁸ el gobierno portugués se mostró, al principio, reticente a la proyección de documentales sobre la guerra, pero pronto empleó las producciones propias y el Cinema Popular Ambulante del SPN para hacer propaganda anti-comunista, pueblo por pueblo, por las zonas fronterizas de Portugal con el fin de impedir el contagio “revolucionario” del bando leal. Por otro lado, además del largometraje de Aníbal Contreiras *A Caminho de Madrid*, que fue un excelente regalo propagandístico para los facciosos, la industria cinematográfica portuguesa colaboró en todo lo que pudo para que las autoridades franquistas produjesen sus propios documentales. La colaboración entre *Cifesa* y *Lisboa Film* a partir de 1937 fue fundamental para que el bando insurgente pudiese contar con títulos propios al margen de la cinematografía alemana e italiana. A su vez, el cine franquista, no ocultó la alianza con la dictadura de Portugal, con la realización, por ejemplo, de *Homenaje a Portugal* (1936). El Estado Novo, por su parte, difundió en España el largometraje *A Revolução de Maio* (1937), todo un símbolo del salazarismo en los años treinta y que fue utilizada como principal exponente de la propaganda cinematográfica portuguesa del régimen de Salazar en aquellos años.

Por todo ello, las diferentes campañas de propaganda que se desarrollaron durante la Guerra Civil española tuvieron una especial trascendencia para consolidar el Estado Novo y el régimen franquista. Campañas en las que, por supuesto, como ya hemos expuesto, intervinieron directamente el Secretariado de Propaganda Nacional y los Serviços de Censura portugueses, que actuaron como controladores de la libertad de expresión y diseñadores de una determinada manera de pensar. “A opinião pública é indispensável à vida de qualquer regime. Os govêrnos, por mais apoios de que disponham, não se mantêm usando a fôrça, mas tendo-a”, apuntaba Salazar en los años treinta, de cuya autoría es también la memorable frase: “O que parece, é”. Lo que significaba, según la filosofía política del dictador portugués, que había que dirigir, encauzar la opinión pública dentro de los moldes ideológicos de la dictadura, como así se hizo durante toda la Guerra Civil española. El largometraje producido por el SPN en 1937, *A Revolução de Maio*, en el marco del conflicto español, es toda una muestra de esa voluntad de control estatalista sobre el pensamiento, poniendo al servicio de la propaganda la industria cinematográfica nacional. Y junto al cine, la prensa y la radio pasaron a ser dos puntos de apoyo fundamentales en la configuración y conculcación de la ideología salazarista, actuando de manera auténticamente totalitaria. Lo cierto es que, desde su llegada al gobierno, Salazar expresó su preocupación por el control de la comunicación social y la necesidad de crear órganos propios como el *Diário da*

⁸ Cf.: TORRALBA, Luis Reis, (coord.), *O cinema sob o olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

Manhã. Y si Salazar estaba preocupado por los medios a principios de los años treinta, evidentemente, durante la guerra fratricida española, inevitablemente, tenía que hacer uso y abuso de ellos para imponer sus tesis favorables en todo momento a la victoria del Movimiento Nacional español.

La intervención ideológica y propagandística del Estado Novo portugués entre 1936 y 1939 fue crucial para mejorar la imagen exterior del movimiento rebelde. Esa intervención ideológica del régimen salazarista no afectó solamente a la sociedad portuguesa, ya que la prensa portuguesa fue también distribuida en España y la radio y el cine tuvieron una repercusión aún mayor si cabe. Por lo tanto, creemos que la propaganda de la dictadura de Oliveira Salazar influyó en el transcurso del conflicto, movilizándolo a la opinión pública portuguesa a favor de los rebeldes (cerca de diez mil voluntarios portugueses, conocidos como “viriatos”, se alistaron en el ejército de Franco) y dando un gran impulso propagandístico al gobierno de Burgos en la esfera internacional.

En definitiva, la colaboración propagandística a todos los niveles entre el franquismo y el salazarismo, que tuvo efectos extraordinariamente positivos para el general Franco (especialmente en el contexto diplomático), revela una excepcional compenetración entre ambos regímenes, aliados para conseguir una victoria del autoritarismo contra el sistema democrático de la República. Al finalizar la guerra, el 22 de mayo de 1939, el mismísimo Salazar lo dejaba muy claro en unas frías manifestaciones ante su Asamblea Nacional. Decía entonces que no le importaba el sacrificio que había hecho su país ni el número de soldados portugueses muertos en la guerra. Lo importante era que, en general, el objetivo se había cumplido. “Orgulha-me que tenham morrido bem e todos – vivos e mortos – tenham escrito pela sua valentia mais uma página heroica da nossa Historia. Não temos nada a pedir, nem contas a apresentar. Vencemos, eis tudo!”

La imagen modélica del general Franco en la propaganda salazarista

Sería imposible hacer una descripción crítica correcta sobre la imagen que del general Franco y el movimiento franquista difunde el aparato de propaganda salazarista y, por extensión, la prensa portuguesa, sin fijarnos primero en la visión mítica y endiosada desde la que se contempla al dictador portugués,⁹ que aparece en las páginas de los periódicos como un héroe entre los héroes, sabio infalible y redentor de Portugal del que todos los portugueses sienten orgullo porque es el nuevo “descubridor”. Su prestigio, según certifican los editoriales, ha hecho renacer el “espíritu civilizador” de su país. La constante publicación de noticias y comentarios que hacen imprescindible e insustituible su presencia en el gobierno como Presidente do Conselho, tenía como objetivo agrupar a todos en torno a él, evitar las disidencias y las fricciones internas en el momento más crítico desde la instauración del Estado Novo. Cada una de sus decisiones políticas, de sus propuestas sociales, de sus frases, era una lección, era “a lição

⁹ Para acercarse a la personalidad de ambos dictadores peninsulares, sus manías, sus similitudes y las circunstancias de sus encuentros oficiales cf.: Medina, João, “Salazar e Franco. Dois ditadores, duas ditaduras”, in: revista *História*, año XVIII, nova série, n.º 20, Lisboa, mayo de 1996, pp. 4-15.

de Salazar”. Sus palabras se revestían siempre de un halo divino.¹⁰ Llegó hasta tal punto la propaganda sobre el prestigio de su persona que el órgano de la União Nacional y la *Emissora Nacional* organizaron, en marzo de 1937, un concurso nacional sobre las frases más brillantes de Salazar con el fin de divulgar el “pensamento nacionalista” del dictador. Los medios de comunicación salazaristas hicieron una campaña sin precedentes del concurso, distribuyendo carteles (incluso de forma aérea) por todas las ciudades y pueblos del país encabezados por las leyendas “Ouvir a *Emissora Nacional*” y “Ler o *Diário da Manhã*”, bajo las cuales se reproducía un perfil de Salazar realizado por el pintor Eduardo Malta y el reclamo “Grande Concurso Nacional”. Para adquirir la condición de concursante era necesario oír y leer diariamente los dos medios públicos durante dos meses, en busca de las frases más lúcidas del dictador. En total participaron 7.623 personas, que tuvieron que escoger y votar por la jaculatoria que creían más representativa de la patrótica sabiduría de Salazar. Se anunciaron grandes premios para los vencedores, entre ellos un coche y cientos de regalos donados por innumerables casas comerciales. Los premios tenían varias categorías divididos entre amas de casa (cuyo mejor obsequio era una máquina de coser), obreros (un seguro de vida), oficinistas (una máquina de escribir), estudiantes (un traje académico y gratuidad de tasas) y funcionarios (18 días de vacaciones en los mejores hoteles de Portugal). La frase más votada fue “Nada contra a Nação, tudo pela Nação”, que casualmente era el subtítulo del *Diário da Manhã*. Resultó elegida por 5.982 concursantes. Sus mejores 200 máximas, además, fueron publicadas en un libro de edición inglesa por el SPN con un retrato del dictador.¹¹ La venta de retratos suyos estaba al orden del día entre los afiliados de la Legião Portuguesa y la Mocidade Portuguesa, y la prensa portuguesa publicaba anuncios que recordaban que la “bela estampa do eminente chefe Salazar” se podía comprar en cualquier librería.

Esta es un prueba más de la feroz propaganda que, en general, los medios de comunicación portugueses realizaban del fundador del Estado Novo. Evidentemente, se trataba de una natural respuesta del régimen para *blindar* el poder y defender la estabilidad del gobierno en torno a la entronada e indiscutible figura de su líder, pero también hay una clara influencia del culto fascista al Jefe, alrededor del cual se crea una jerarquía corporativa y una estratificación social. Y todo porque, según apunta el órgano del gobierno dictatorial luso “estamos num tempo em que aqueles que defendem uma ideologia política de salvação e engrandecimento nacional precisam de fazer propaganda intensa e continua dos seus principios e convicções, como meio de defesa própria, de esclarecimento alheio e de oposição a propagandas contrárias de doutrinas desnacionalizadoras”.¹²

Claro que esta propaganda personalista del salazarismo supo aprovecharse muy bien de los acontecimientos trágicos de España para resaltar el valor de la obra de Salazar. Estrategia que llevaría a establecer una inevitable relación entre los éxitos militares y sociales del franquismo (sic) y la dictadura portuguesa. La propaganda del Estado Novo afirmaba que la fortaleza política y económica que Salazar había conseguido

¹⁰ Cf.: Martins, Moisés de Lemos, *O Olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

¹¹ Cf.: *Diário de Notícias*, n.º 26319, 18/05/1939, p. 1.

¹² *O Século*, n.º 2184, 21/05/1937, p. 1.

para Portugal antes de julio de 1936, permitió que la transformación de España que reivindicaban los rebeldes fuese posible gracias al dictador portugués, verdadero artífice y garantía de éxito para el triunfo militar sobre los “comunistas” españoles (sic), tal y como afirmaba el editorial del *Diário da Manhã* al cumplirse un año del estallido del golpe bajo el título “Resurreição de Espanha”:

“Como portugueses, não esqueçamos que se á Espanha verdadeira e nobre foi possível reerguer-se e caminhar isso se deve a existência neste canto do ocidente da Península de um Portugal tranquilo e firme, segura garantia de que a fogueira não podia alastrar, exemplo bem digno de seguir, capaz de encorajar e de animar. Só assim seremos justos para nós próprios, só assim mostraremos ao Mundo, que nos admira, que somos gratos ao Chefe que nos dirige e nos comanda, que somos, como Povo, bem dignos de tal Chefe. Orgulhosos da nossa fôrça, que não é afrontosa para ninguém, e do nosso prestígio, conquistado alegremente com pequenos sacrifícios bem compensados, estaremos melhor para louvarmos quantos tem marcado por seu esforço admirável e heróico na defesa da Civilização.”¹³

Oliveira Salazar se transforma en el guía nacional, desarrollando una “genial” política internacional respecto de la Guerra Civil. Según el órgano de la União Nacional, con su perspicacia diplomática, el Presidente do Conselho consiguió adoptar la posición más digna y conveniente para su país y para España. Tras las revueltas internas más graves contra el gobierno autoritario luso durante la guerra, el 8 de septiembre de 1936, el 20 de enero de 1937 y el 4 de julio de este mismo año, hechos que la propaganda oficial relacionó directamente con los “comunistas” españoles, la figura de Salazar salió fortalecida.¹⁴ El *Diário de Notícias* fue meridianamente claro en esa asociación propagandística en su editorial del 21 de enero de 1937: “A Península Ibérica é hoje um campo de batalha e Portugal, quer o queiram quer não os covardes e os traidores, constitui agora a retaguarda de um exército em campanha”.¹⁵ Con un mensaje puramente nacionalista, se colocaba al dictador como víctima de una persecución del comunismo internacional, que pretendía derrocarlo por todos los medios sin éxito. Según Salazar, los verdaderos agitadores del país eran los agentes españoles al servicio del bando leal que pretendían exportar la guerra a Portugal. El momento que más explotó propagandísticamente el régimen para encumbrar definitivamente la figura de un Salazar odiado por el *revirralhismo*, según las consignas oficiales, por su independencia y por sus virtudes como gobernante, fue el atentado con bomba que los anarquistas portugueses cometieron contra él el 4 de julio de 1937 en Lisboa. João Silvestre manifiesta en *A Voz* que la bomba contra el dictador llevaba el sello del gobierno español: “É o mesmo que estão fazendo os vermelhos de Madrid no ataque

¹³ *Idem*, n.º 2242, 18/07/1937, p. 1.

¹⁴ El 8 de septiembre de 1936 se produjo la revuelta de los marineros de los tres barcos de guerra portugueses, el Afonso de Albuquerque, Bartomeu Dias y el Dão. El 20 de enero de 1937, ocurrió el atentado anarquista contra varios edificios del gobierno o empresas privadas de Lisboa que colaboraban con los rebeldes españoles, entre ellos el Ministério do Interior, la *Emissora Nacional* y el *Rádio Club Português*. Por último, el 4 de julio de 1937, los anarquistas volvieron a atacar, esta vez contra el mismísimo Oliveira Salazar, que salió ileso.

¹⁵ *Diário de Notícias*, n.º 25489, 21/01/1937, p. 1.

ás posições nacionalistas da cidade universitária. É o que fizeram em Carabanchel e o que também fazem em Bilbao para que fôsse pelos ares da cidade, á entrada das tropas nacionalistas Quem ensinou estas artes aos vermelhos de Madrid devem ter sido os mesmos mestres que as ensinaram aos conspiradores de Lisboa”.¹⁶

Durante varias semanas, la prensa portuguesa fue un clamor de felicitaciones a Salazar por su suerte divina. *A Voz* estaba convencida, al igual que otros diarios, que el dictador contó con la protección de Dios porque su misión política era trascendental para el mundo. Su vida “não pertence apenas ao homem a quem Deus concedeu: pertence á Nação. Importa por isso que se defenda como tal. O sr. dr. Salazar é hoje, não apenas um defensor da Ordem em Portugal, mas um defensor da Ordem na Europa. O seu desaparecimento seria uma manifesta vantagem para a Horda sinistra que por toda a parte faz sentir os seus manejos criminosos e para toda a parte expede os seus agentes”, aseveraba el diario lisboeta.¹⁷ Por iniciativa de los organismos corporativos del Estado Novo, se sucedieron las manifestaciones populares en diferentes puntos del país y a la residencia del dictador acudieron en riada miles de personas a dejar flores y felicitaciones, mientras la Iglesia Católica celebraba incontables ceremonias religiosas en honor de Salazar. El 5 de julio por la noche, un nutrido grupo de miembros de la Legião Portuguesa y de la Mocidade Portuguesa constituyeron una improvisada comisión de agradecimiento a los periódicos nacionalistas por su actitud de rechazo contra el acto terrorista y su campaña anti-comunista. La comisión recorrió las redacciones de los diarios lisboetas *O Século*, *A Voz*, *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, y de la *Emissora Nacional* y el *Rádio Club Português*. Por otra parte, varias decenas de oficiales de la Armada acudieron a la Assembleia Nacional para demostrarle la más firme adhesión a la política del Jefe. El suplemento infantil de *A Voz* dedicó uno de su números a este asunto, reproduciendo 11 textos de estudiantes donde expresan la condena del atentado y piden la gloria para Salazar.¹⁸ “Pela segunda vez os que não admitem que em Portugal se viva a vida tranquila e digna dos povos ainda não contaminados pela peste virulentissima do bolchevismo e do terrorismo tentaram onte lançar esta terra na confusão e no sangue, para nela desencadear as tragedias, os crimes, as selvajarias e as inauditas infamias de que tem sido teatro a pobre Espanha submetida ao império miserável do vermelhos”.¹⁹ Los fracasos de la oposición, sumados a los relatos periodísticos que hablaban de un Salazar invencible que luchaba por proteger a los portugueses del marxismo y colaborar con los españoles en una cruzada diplomática y propagandística sin cuartel, aumentaron aún más el carisma del líder portugués, convertido en un hombre de hierro con un corazón de oro.

La prensa portuguesa nos informa que esta postura mereció el reconocimiento de medios de comunicación de todo el mundo. Citando expresamente aquellos periódicos

¹⁶ *A Voz*, n.º 3724, 08/07/1937, p. 1.

¹⁷ *A Voz*, n.º 3721, 05/07/1937, p. 1.

¹⁸ Cf.: *A Voz*, n.º 3727, 11/07/1937, suplemento infantil, año VI, n.º 41, pp. 2 y 3. Sobre la propaganda en la enseñanza de la Historia durante el Estado Novo cf.: Torgal, Luis Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, pp. 197-273; Ribeiro, António Manuel, “Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo. Coleção “Pátria” de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)”, in: *Do Estado Novo ao 25 de Abril, Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 16, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, pp. 161-192.

¹⁹ *O Século*, n.º 19864, 05/07/1937, p. 1.

de tendencia conservadora o fascista que alaban su política exterior, el Presidente do Conselho es elevado al altar de la fama. Desde Chile hasta Alemania, desde Brasil hasta Italia, desde Canadá hasta Francia, desde Polonia hasta América del Sur, Salazar era admirado por todos.²⁰ En palabras del *Diário da Manhã*, el Jefe luso formaba parte del patrimonio europeo:

“Ao seu génio de doutrinário e de construtor; á sua competência de financeiro e de jurista; á sua fê integra e á sua persistência calma; ao seu rigor nos seus métodos e á clarividência dos seus juizos; á sua fôrça de vontade e á sua superior noção do Interesse Nacional; á sua probidade absoluta de administrador e á sua energia inquebrantável de Chefe. Por isso mesmo, o nome de Salazar, o pensamento de Salazar, as reformas de Salazar, fazem parte do mais alto patrimonio da civilização europeia. E as homenagens ao Chefe do Govêrno português acumulam-se, multiplicam-se, traduzem com eloquência o valor *universal* (cursiva en el original) do seu prestígio. Prestígio de Portugal e prestígio de Salazar – ambos intimamente unidos, numa fórmula sintética de ressurgimento. E o prestígio de Portugal será tanto mais sólido, tanto mais alto, quanto melhor se sinta lá fóra a plena estabilidade do seu Govêrno, a progressão serena do seu esforço, dentro dos mesmos princípios condutores, sob o mesmo Chefe ilustrado e consagrado no presente pelas mais belas vitórias hão-se continuar e frutificar integralmente, nas jornadas da História futura!”²¹

Un hombre con prestigio y poder suficiente para reivindicar su derecho a influir en el destino de Europa. “A figura de sr. dr. Oliveira Salazar tornou-se popular no estrangeiro e o seu nome tão conhecido e repetido como um dos maiores estadistas da actualidade, que não é raro chegarem noticias até de homenagens que, espontâneamente, os estrangeiros lhe prestam”, apunta el *Diário de Notícias*, poco después e comenzar la guerra en España. Asimismo, era habitual la reproducción de testimonios de intelectuales o políticos de diferentes países que emitían algún juicio elogioso sobre el líder portugués, cuyo talento político le confería un prestigio inigualable por ningún otro gobernante, según estas versiones. Para el intelectual griego N.G. Politis, amigo personal de António Ferro, el Estado Novo podía muy bien ser el referente fundamental para la construcción de un futuro Estado europeo. El escritor francés Maurice Maeterlinck, autor del prólogo de la edición francesa de los *Discursos* de Oliveira Salazar, dirá que aquél estaba “vacinado contra o mal”, ya que su espíritu era un “verdadero laboratorio” de utopías. Belinda Pogaetsky confirma desde París que la “grande obra patriótica” del dictador luso alcanzaba una fama mundial, mientras Raymod Recouly resalta su discrección y sinceridad a pesar de todo. Pierre Gaxotte remacha diciendo que es “uma das mais nobres figuras e dos mais profundos pensadores da nossa época!”. Era el guía que conducía a su pueblo por el camino correcto. Nada en él era imperfecto y, cuando hablaba o actuaba, lo hacía por el bien de todos. “Quando dizemos que fala Portugal

²⁰ La União Nacional de Porto editó en 1949 un libro que recogía opiniones y testimonios de eminentes personalidades y periodistas de diversos países en la prensa internacional sobre Oliveira Salazar, entre 1928 y 1948. Cf.: *Projeção de Salazar no estrangeiro (1928-1948)*, Porto, União Nacional do Porto, 1949.

²¹ *Idem*, n.º 2418, 14/01/19338, p. 1.

não nos servemos apenas duma metáfora; porque quando fala Salazar fala Portugal e quando Portugal fala – o ouvem”.²²

Para silenciar las críticas que dirigían muchos intelectuales o periódicos de los países democráticos europeos a Salazar por la vulneración de la neutralidad en el conflicto y su descarado apoyo a los rebeldes españoles, los diarios situacionistas los desautorizaban catalogando esos comentarios como propaganda comunista. Esta mitificación del dictador portugués, cuyo nombre era utilizado para bautizar bibliotecas en la universidad, aviones, escuelas militares o trofeos deportivos, se realizó a partir de las informaciones sobre el supuesto reconocimiento público que le tributaban individualidades, instituciones o medios de comunicación extranjeros. Las noticias de homenajes, tanto dentro como fuera de Portugal, a la figura de Oliveira Salazar eran permanentes entre 1936 y 1939. Entre otras distinciones, Salazar fue nombrado doctor *Honoris Causa* por la universidad católica de Fordham, en Estados Unidos, en junio de 1938, y socio honorario del Instituto dos Advogados Brasileiros un año antes. Sus méritos eran apabullantes y su forma de gobernar un ejemplo a seguir. “A Nação tem plena confiança na inteligência e na acção no sr. Presidente do Conselho porque conhece e aprecia os frutos abundantes e ricos da sua política constructiva; o estrangeiros admira e respeita a sua obra porque ela representa a prova concludente de que as nações são sempre curáveis desde que sejam bem governadas”.²³ Y Portugal era un país sano en una Europa “enferma” gracias a los milagros de su dictador, según el *Diário de Notícias*. Opinión que el escultor danés Jean Ganguin lleva incluso más lejos afirmando que la nación peninsular era “o pais mais feliz da Europa”. Pero estos comentarios tuvieron, en algunos casos, la respuesta del *revivalho* en forma de amenaza por carta. El director del *Diário de Notícias*, Eduardo Schwalbach, recibió uno de estos anónimos mensajes por la actitud aduladora de su periódico con el Presidente do Conselho.

“O seu pasquim até mete nojo. Não se pode ser mais baixo nem mais miseravelmente adulator. Se os artigos não vêm firmados por você, são contudo, da sua responsabilidade. Nunca vi incensar tão servilmente. Pasma do cinismo de que dá provas. Afinal quem é o Salazar?. Um astucioso como qualquer outro. Que tem êle que outro não fizesse?. Nada. Absolutamente nada. Vocês os adutores mesquinhos são uns canalhões, mas talvez não venha tarde o tempo em que se hão-de retratar como qualquer trãnsfuga. As babuseiras que você tem publicado só servem para aumentar o ódio e indignação daqueles que não sabem rastejar aos pés de qualquer ambicioso astuto. Tome cuidado com o futuro, que talvez se arrependa...”²⁴

La prensa portuguesa jugó con el desequilibrio del contraste con respecto a España para ganarse el agradecimiento popular a un líder que había transformado y engrandecido Portugal. El comentario publicado por J. A. en el *Diário da Manhã* el 8 de octubre de 1936 era tan tópico como irrefutable: “Enquanto a Espanha percorre, com glória amarga,

²² *Diário da Manhã*, n.º 2218, 24/06/1937, p. 1.

²³ *Diário da Manhã*, n.º 2065, 18/01/1937, p. 1.

²⁴ Arquivo Oliveira Salazar / Arquivos Nacionais Torre do Tombo (AOS/ANTT), CO/PC-3G, Carpeta n.º 1, 4ª subdivisión, hojas n.º 11 y 12. Carta anónima enviada al director del *Diário de Notícias*, 09/07/1937.

á custa de mil vítimas e de mil catástrofes, a via dolorosa da Reconquista – Portugal segue a sua marcha, dia a dia mais segura e feliz, na vanguarda das nações de Europa. O Estado Novo representou para nós economia magnífica de muitas revoluções – ou, talvez, do pior de tudo: da guerra civil. Bastar-nos-á o sofrimento da Espanha actual para compreendermos o valor extraordinário dêste benefício.”²⁵ Por eso, Augusto Lima Júnior, en el mismo momento crítico, pedía, desde el *Diário de Lisboa*, la solidaridad de los portugueses con Salazar, “sentinela da civilização crista na península ibérica”. “Não acredito que haja um único português, seja qual fôr o seu matiz político ou doutrinário, que não esteja integralmente identificado com o govêrno da sua pátria, nestes dias em que a torpeza bolchevista procura aviltar o nome eterno de Portugal. Haverá um único português que a esta hora não esteja solidario com Salazar?. Não!, Não acredito na existência de portugueses sem vergonha”, decía el periodista luso. Las pruebas de adhesión a la dictadura eran constantes. En la prensa portuguesa o por medio de manifestaciones que tenían una amplia cobertura informativa, Oliveira Salazar fue entronizado como el gran salvador, no sólo como el hombre que había librado a su país de una cruenta guerra civil como la española, sino también el hombre que había colocado a Portugal entre las naciones más poderosas del mundo. En definitiva, el “jefe” portugués, al que, cada año, se le rendían homenajes en el aniversario de su llegada al poder, el 27 de abril, o durante las conmemoraciones del golpe de Estado, el 28 de mayo, era, según el intelectual franquista español Eugenio Montes, el ejemplo a seguir por España.²⁶ Y el escritor falangista Maurício Karl, apunta que, al margen de las diferencias lógicas de cada nacionalidad, España debía seguir los pasos de la Revolução Nacional portuguesa. Karl se hace cargo de lo mucho que su país debía al Portugal de Salazar, por el que el presidente de Renovación Española, Antonio Goicoechea, también expresa su más profunda admiración.

António Ferro, en el prefacio a la edición alemana de uno de sus libros de propaganda, reconoció en 1938 la influencia fundamental de la guerra en la fama y carisma de Oliveira Salazar, que consiguió crear la unidad de la sociedad portuguesa gracias al peso de su figura (sic):

“Creio não me enganar se afirmo que a revolução espanhola e a guerra civil muito contribuíram para a união de todos os portugueses em volta do seu Chefe Salazar, e para a consolidação do regime por êle creado. (...) Portugal não tem, lembremo-nos disso, nenhuns outros vizinhos além dos espanhóis ; está isolado entre a Espanha e o oceano. Sente carregar sôbre si todo o pêso do poderio espanhol, do qual se desligou politicamente desde o fim do século XI, e êsse é o poderio de um grande país. Lembremo-nos disso, pois há certos factos e certos números que sempre devemos ter diante dos olhos. Portugal é cinco vezes e meia menor do que a Espanha; a Espanha conta 22 milhões de habitantes e Portugal seis milhões e meio. (...) O exemplo da Espanha e a conspiração comunista, que felizmente falhou, prestaram a Portugal e ao seu Chefe um enorme serviço de ordem nacional e moral. Não puzeram apenas um fim à oposição e não estimularam apenas os hesitantes, mas mostraram ainda em que elevado grau foi

²⁵ *Diário da Manhã*, n.º 1966, 08/10/1936, p. 1.

²⁶ El *Diário da Manhã* publicó en la celebración de 1938 un suplemento especial dedicado a la Revolução Nacional de 156 páginas. Cf.: n.º 2548, 28/05/1938.

Salazar um homem previdente, quão necessárias foram as suas reformas e que lance extraordinariamente feliz não significava para Portugal ter conseguido levar a cabo a sua reconstrução nacional antes da implantação da república na Espanha”.²⁷

La propaganda portuguesa, además, transforma a Portugal en un modelo para la España del general Franco, quien también reconocía, en una entrevista concedida a Augusto de Castro para el *Diário de Notícias* al finalizar la guerra, que era un admirador de Oliveira Salazar. Declaración que era la confirmación de otras afirmaciones suyas anteriores en las que mostraba su intención de construir en España un Estado parecido al portugués.²⁸

La imagen de Franco se construye precisamente a partir de su devoción por el Estado Novo.²⁹ El comandante de las fuerzas rebeldes se convierte, así – y con mayúsculas – en el salvador de España, el hombre que había lanzado el grito de guerra para impedir el avance de los “bárbaros” de Moscú con la ayuda de Salazar. Franco era, probablemente, después del Presidente do Conselho, el hombre que estaba más en boca de los periodistas de la prensa salazarista. De las informaciones publicadas por la prensa portuguesa deducimos que su imagen ante la sociedad lusa era la de un triunfador querido por su pueblo. Además de su archipromocionada condición de general más joven de Europa, la prensa lusa lo veía como un hombre cabal con madera de líder, serio pero con sentido del humor, humano, inteligente, responsable y sensible con los problemas de los desfavorecidos. Para que se vea cuán sensible es el oficial español, *O Século* informa que el general Franco indultó a marineros sediciosos (sic) con el Movimiento, el *Diário de Lisboa* nos cuenta que el Generalísimo recorrió los barrios pobres de Sevilla preocupado por las condiciones de vida de los españoles,³⁰ y *A Voz* relata, el 9 de junio de 1937, que Franco decidió repatriar a sus respectivos países a los prisioneros de las Brigadas Internacionales, a los que trata humanamente y les muestra lo bien que se vive en la zona sublevada. Éstos, según *A Voz*, se dieron cuenta entonces de que fueron engañados por los “comunistas” para combatir con el bando leal. “Na verdade a repatriação dos prisioneiros apanhados á Brigada Internacional foi um acto de grande inteligência de Franco. Não podia encontrar melhores defensores da sua causa no estrangeiro que esses homens, que certamente esperavam, ao renderem-se, encontrar-se dentro de pouco (...) ante o pelotão executor...”, explica el periódico católico.³¹ Su rostro ocupaba frecuentemente un espacio entre las páginas que la prensa portuguesa dedicaba a la guerra, cuyos pies lo encumbraban como el militar más ilustre de Europa.

²⁷ AOS/ANTT, CO/PC-12, Pasta n.º 1, 19ª subdivisión, hojas n.º 47-52. “Actividade informativa e de propaganda do Secretariado de Propaganda Nacional (1933-1943). Prefacio de António Ferro a la edición alemana de uno de sus libros, sin especificar (1938).

²⁸ Cf.: *Diário da Manhã*, n.º 1940, 12/09/1936, p. 1.

²⁹ Sobre la imagen mitificada del general Franco durante la Guerra Civil, véanse: Preston, Paul, *Franco. Caudillo de España*, Barcelona, Grijalbo-Mondadori, 2.ª edición, 1994, pp. 187-403; Tusell, Javier, *Franco en la Guerra Civil. Una biografía política*, Madrid, Tusquets Editores, 1992; Rey García, Marta, “La creación de la imagen de Franco y su nuevo Estado en Norteamérica”, in: *Anuario del Departamento de História*, n.º 5, Madrid, Universidad Complutense, 1993, pp. 57-69.

³⁰ Cf.: *Diário de Lisboa*, n.º 5897, 23/04/1939, p. 2.

³¹ *A Voz*, n.º 3696, 09/06/1937, p. 1.

Las cualidades militares y políticas del Generalísimo no dejaban lugar a dudas para los medios de comunicación portugueses. Reunía todas las características de un “Jefe” para España, un país en manos de la anarquía y la violencia del comunismo que necesitaba aplicar el modelo portugués. Nadie como el Generalísimo conocía su país y sabía cómo devolverle la gloria de otros tiempos, tal y como había hecho el dictador de Coimbra en Portugal. La prensa portuguesa lo veía como un ser predestinado para dirigir el resurgimiento de España siguiendo el camino de Salazar. No en vano, el perfil biográfico que se trazaba del general Franco era bastante parecido al del Jefe del Estado Novo: austero, no fuma ni bebe, puntual, completamente sumergido en su trabajo, culto, gran lector y orador... Las noticias que hablaban de su carisma y veneración entre la población española lo catapultaban, definitivamente, al Olimpo de los elegidos para gobernar durante largos años. Con cierta frecuencia, las publicaciones lusas informaban sobre aclamaciones populares al Caudillo.³² Cada vez que iba al frente recibía el aplauso de todos. El “libertador” de España era una especie de Mesías que trabajaba en silencio y sin pausa por el “bien” de todos. Su rectitud y seriedad, no le impedían, sin embargo, emocionarse en medio de las multitudes con cada nuevo éxito militar. Además, su prestigio no tenía límites y, por eso, le rendían homenajes incluso los musulmanes, según informaban los diarios portugueses.³³ Según informa *A Voz* en abril de 1937, 1200 peregrinos llegaron a Sevilla desde la Meca para rezar por el líder de los rebeldes. El pintor Jorge Colaço no desaprovecha la ocasión para alzar al Generalísimo al pedestal de la gloria:

“(…) Para que esses mil e duzentos peregrinos, esquecendo lutas, tradições e preconceitos religiosos, e arrostando, pelo menos, com o despresso com que certamente seriam recebidos na sua terra em circunstancias normais, venham da Méca a Sevilla homenagear um chefe cristão, é preciso estarem bem convencidos de que o generalissimo espanhol, mais do que o seu valor militar incontestado, possui as tres virtudes com que um chefe cristão pode convencer um moiro: uma firmeza absoluta de convicções religiosas; um insofismavel espirito de justiça, e um alto sentimento de bondade. O gesto desses mil e duzentos peregrinos vindos da Méca, que neste caso traduzem o sentir de milhares de moiros da zona espanhola de Marrocos, é um testimonio evidente do altissimo prestígio do generalissimo espanhol, e explica o motivo porque as tropas moiras, junto dos nacionalistas, como eles, lutam e morrem pela Espanha. Enquanto êssas três virtudes exemplificadas pelo generalissimo Franco, penhor da redenção de Espanha, forem para os moiros o que parece indicar, o gesto singular dos peregrinos, as intrigas e as insidias dos inimigos da zona espanhola de Marrocos, serão como a espuma do mar que se desfaz aos pés das suas fortalezas”.³⁴

El general Franco estaba, pues, por encima del bien y del mal. Su liderazgo y sus incuestionables virtudes parecían otorgarle el mismo estatus social que el del dictador portugués, a quien la prensa lusa veía como “(…) a voz da razão num Mundo que teima

³² Cf.: *O Século*, n.º 19597, 04/10/1936, p. 1. *O Século* informa que en Vigo se realizó una “grande manifestação” en honor al general Franco. Durante la celebración, el personal que trabajaba para *El Pueblo Gallego* entregó al comandante militar de la ciudad olívica 720'70 pesetas como resultado de una suscripción interna para el ejército “salvador”. *O Século*, n.º 19850, 21/06/1937, p. 4.

³³ Cf.: *A Voz*, n.º 3644, 17/04/1937, pp. 1 y 6.

³⁴ Cf.: *Idem, ibidem*.

enlouquecer”, según la expresión del *Diário da Manhã*. Cuando acabó la guerra, el dictador portugués y el Generalísimo fueron vitoreados como los grandes “salvadores” de la Península Ibérica. El Presidente de la Câmara Municipal de Porto, Mendes Corrêa, así lo declaró públicamente en el consulado de España durante un acto conmemorativo de la victoria franquista: “Levantemos bem alto os corações neste dia de Festa para Espanha e para Portugal. Venceu por fim a Verdade contra a Mentira. Venceu por fim e para sempre a Honra contra o crime. Venceram os Bons contra os maus. Nesta hora de glória e de vitória resplandecente, ergamos muito alto e atravez de todo o mundo a nossa saudação e a nossa homenagem a duas figuras salvadoras: a Franco e a Salazar (...).”³⁵

El poeta portugués Joaquim Monteiro, admirador del general español envió a la embajada de los agentes rebeldes en Lisboa un extenso poema en el que pide a los españoles que se arrodillen y recen por su Jefe, que, según él, los estaba salvando del caos más absoluto. Franco significaba el orden, la cordura y la bondad. Era el “(...) novo Cid para a cruzada da reconquista (...), señalaba entonces el *Diário de Notícias*. Los versos de Monteiro lo ensalzaban hasta el punto de santificarlo sin el más mínimo rubor:

“(...)
Podeis erguer um monumento
A Franco restaurador
Foi quem salvou a Espanha
Com auxílio do Senhor;
Defendeu seu nobre povo
Este santo salvador.
(...)
Entregai ao vosso Franco
O destino da Nação
Porque Franco sempre teve
Brioso juízo são;
Podeis deste confiar
O que está em vossa mão.
(...)”³⁶

Estos versos pertenecen a una extensa oda de 28 estrofas. Algunos de sus pasajes son tan exagerados que no es fácil leerlos sin sentir una cierta sensación de ridículo. Sin embargo, si atendemos a las informaciones que los periódicos portugueses más importantes publicaban sobre el Caudillo español, resulta comprensible su seducción por el personaje y el devoto tono poético hacia el general Franco, un líder que seguía la senda de Salazar, que también tenía quien le dedicase libros y poemas en la prensa lusa. En este sentido, Freitas Soares, que escribía en la sección poética de la revista *Aviz*, había hecho de Salazar y Franco sus principales motivos de inspiración.³⁷ La poesía era, por tanto, también un terreno abonado de propaganda.

³⁵ *O Primeiro de Janeiro*, n.º 85, 29/03/1939, p. 1.

³⁶ Archivo General de la Administración (AGA), Exteriores, caja n.º 6641, “Poesias dedicadas ao Grande FRANCO”, de Joaquim Monteiro.

³⁷ Cf.: *Aviz*, año I, n.º 1, marzo de 1938, “Secção Poética”, s.p.; *idem*, n.º 2, abril de 1938.

(Página deixada propositadamente em branco)

**“O ESTADO NOVO – COMO O DEVEMOS COMPREENDER”
UM DEBATE RADIOFÓNICO EM 1937**

O objecto da presente comunicação tem por base um debate político-ideológico que, no ano de 1937, se verificou na ilha de S. Miguel, suscitado por uma palestra radiofónica no pequeno posto emissor CT2AJ¹ intitulada “O Estado Novo – como o devemos compreender”. Com regularidade, esta estação privada de radiodifusão emitia palestras sobre temas diversos, sobretudo ligados a questões culturais, económicas, morais ou de propaganda do corporativismo, entre outras. Muitas dessas palestras eram, posteriormente, publicadas nos jornais locais, como, aliás, aconteceu com os textos em análise, que, depois de radiodifundidos e publicados na imprensa, foram também editados em opúsculos².

Estamos conscientes de que se tratava de intervenções de elites para elites, como o provam alguns títulos que apresentamos: “Antero vivo: justificando uma opinião”, de Oliveira San-Bento³; “Epopéias humanas e epopeias literárias”, de Lúcio Agnelo Casimiro⁴; “Nala e Damaianti (episódio do Mahabahard)”, de Lúcio de Miranda⁵; “Por Seara Alheia: resultados dos exames de admissão aos liceus em 1936. Projecto de reforma do ensino primário nacional”, de António Augusto Riley da Motta⁶, ou, no campo da propaganda do Estado Novo, “A morte quer a democracia”, de Armando Cândido⁷.

As repercussões públicas dessas palestras seriam, certamente, reduzidas, quer pelos temas abordados, quer pela fraca capacidade difusora da estação e certamente pelo

¹ O posto emissor CT2AJ, de João Soares Júnior, iniciou as transmissões radiofónicas em 1931.

² Consultámos os quotidianos *Diário dos Açores* e *Correio dos Açores*, bem como o semanário *Açoriano Oriental*, todos de Ponta Delgada. Nos dois primeiros encontramos a transcrição de diversas palestras nos números relativos ao primeiro semestre de 1937. O *Açoriano Oriental* não publicou, no mesmo período, qualquer palestra radiodifundida.

³ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 7. Esta intervenção enquadrava-se no vivo debate sobre características e localização do monumento a erigir a Antero de Quental.

⁴ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 26.

⁵ Cf. *idem*, 1937, Janeiro, 11.

⁶ Cf. *Idem*, Ponta Delgada, 1937, Fevereiro, 26.

⁷ Cf. *Idem*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 29.

número reduzido de receptores que haveria, ainda que o *Diário dos Açores* publicasse regularmente a programação da CT2AJ e de estações estrangeiras como a Rádio Colonial Francesa e a BBC, entre outras⁸. Não será, porém, de excluir a hipótese de as palestras em análise terem alcançado maior atenção pública, quer pela notoriedade dos intervenientes, quer pelo tema em debate.

Com efeito, Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia, autor da palestra “O Estado Novo – como o devemos compreender” era bem conhecido pelos seus ideais republicanos e autonomistas. Terminado o curso de Direito, na Universidade de Coimbra (1901), regressou a Ponta Delgada, tendo desempenhado o cargo de inspector escolar, e leccionado no Liceu Antero de Quental. Viajou pela Europa, demorando-se na Suíça, País que tomou como referência em termos de organização política. Logo após a implantação da República, foi nomeado presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada e, em 1921, eleito senador, como independente, nas listas do Partido Regionalista⁹. Alguma expectativa lhe mereceu o movimento do “28 de Maio”, e, se bem que não tivesse militado na União Nacional e mantivesse algum distanciamento relativamente ao Estado Novo, ainda assim foi nomeado presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, por duas vezes, a última das quais em 1940. De qualquer modo, não renunciaria aos ideais republicanos e autonomistas.

No lado oposto da “contenda” encontrava-se Armando Cândido de Medeiros, então delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no distrito de Ponta Delgada¹⁰, que, em 1920, pertencera ao núcleo integralista do Liceu Antero de Quental¹¹ e, em 1927, publicara o livro *Coimbra do meu Tempo*, muito marcado pela ideologia integralista, destacando-se as citações de António Sardinha¹². Foi presidente da Junta Geral do distrito de Ponta Delgada, deputado à Assembleia Nacional entre a quarta e a nona legislaturas e desempenhou cargos importantes na estrutura central da União Nacional.

⁸ Cf., por exemplo, *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 15.

⁹ Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, p. 331. A lista dos regionalistas incluía um candidato monárquico, pelo que Faria e Maia se sentiu na obrigação de reafirmar os seus ideais republicanos: “sou republicano, como sou livre-pensador, sem odiar os padres, nem a religião, só condenando os fanáticos e os hipócritas; sou republicano, como sou aristocrata, orgulhando-me de ter na minha ascendência uma longa série de homens de bem, mas não deixando, por isso de ter mais alta consideração e respeito pelo homem de ascendência humilde, nobre e honesto do que pelo duque ou príncipe, com uma longa ascendência de predomínio e riqueza, mas ser inútil, sem outros títulos nobiliárquicos do que o acaso do nascimento que inverte a única, a verdadeira ordem da nobreza, que é resultante da natureza e não das convenções humanas. Eis como sou republicano”. Francisco d'Athayde M. de Faria e Maia, *Em Prol da Descentralização. “Livre administração dos Açores pelos Açorianos”*, 2.ª edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, pp. 164-165. (1.ª edição, 1932).

¹⁰ V. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 13.

¹¹ Em entrevista concedida a um quotidiano micalense, na sequência da sua nomeação como delegado distrital do INTP, Armando Cândido defendia que a sua adesão ao corporativismo era já antiga, pois, em 16 de Novembro de 1920 (tinha então 16 anos e era estudante do Liceu de Ponta Delgada), no jornal *A Monarquia*, tinha declarado a sua adesão ao Integralismo Lusitano. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Fevereiro, 3.

¹² Cf. Carlos Cordeiro, *ob.cit.*, pp.119-122.

Como se referiu, a palestra que despoletou o debate político-ideológico foi proferida por Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia aos microfones do porto emissor CT2AJ, em Janeiro de 1937, tendo, posteriormente, sido transcrita na imprensa diária¹³ e editada em opúsculo¹⁴. Segundo Faria e Maia, a palestra visava um objectivo principal: demonstrar, aos defensores dos princípios liberais, a compatibilidade das novas instituições com a manutenção da liberdade individual. Simultaneamente, criticava fortemente os propagandistas do novo regime, por desvirtuarem a essência das novas instituições ao verberarem os princípios dos filósofos das Luzes e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, anatemizando a liberdade como se esta fosse incompatível com a autoridade e a ordem. Havia, pois, que clarificar as verdadeiras intenções do Estado Novo, para desfazer equívocos, quer dos seus críticos, quer dos seus mais acérrimos defensores¹⁵.

Para fundamentar a essência liberal do Estado Novo, Faria e Maia recorre à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, procurando demonstrar que, afinal, os princípios da liberdade, da igualdade legal, da soberania nacional não eram postos em causa pela Constituição de 1933, contrariamente às invectivas de certos defensores da nova ordem, que lançavam suspeitas nos espíritos liberais de que se pretendia o regresso ao passado absolutista e, ao mesmo tempo, abrindo caminho aos “mal intencionados” que aproveitariam para propagar a ideia de que o governo pretendia anular as conquistas liberais tão penosamente alcançadas:

“Condenar aquele Código dos Direitos do Homem é condenar os próprios princípios em que se baseou o Estado Novo e em que não podia deixar de se basear, para não ser um anacronismo na vida social e mental da humanidade”¹⁶.

Ora, na sua leitura, o Estado Novo pretendia, no fundo, evitar a adulteração dos princípios fundamentais expressos na Declaração dos Direitos de 1789¹⁷. O Estado Novo não punha em causa os direitos individuais ao destacar os direitos colectivos, na medida em que, “se o Homem não se pode isolar da Humanidade”, os direitos conferidos a cada indivíduo seriam mera “parcela do direito colectivo”, não podendo, portanto, ser contrários à sociedade¹⁸.

A Democracia, entendida no sentido de soberania popular, não era negada pelo regime corporativo. E Faria e Maia continua:

“É servir mal o Estado Novo mostrá-lo sob um aspecto antagónico com os princípios que a Humanidade conquistou em séculos de laboriosa evolução mental e que anseia por ver concretizados inteiramente nas instituições, na alma e na mentalidade dos povos. É servir mal o Estado Novo dar-lhe aparência duma barreira contra as aspirações de maior justiça, de mais equidade, de maior equilíbrio económico entre os homens. É servir

¹³ Transcrita no *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 26.

¹⁴ Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia, *O Estado Novo – como o devemos compreender*, Ponta Delgada, Of. do *Diário dos Açores* [1937].

¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 4-5.

¹⁶ *Ibidem*, p. 6.

¹⁷ *Ibidem*, p.8.

¹⁸ *Ibidem*, p. 6.

mal o Estado Novo, fazê-lo revestir a forma dum baluarte de classes contra classes, de direitas contra esquerdas¹⁹”.

Propagar, pois, a ideia de que era necessário extremar os campos político-ideológicos e apresentar a liberdade como antagónica da autoridade desvirtuava as verdadeiras matrizes do Estado Novo, que se pautavam pelo princípio da evolução contra a revolução, o que merece a total concordância de Faria e Maia. De facto, para Faria e Maia, Liberdade e Autoridade eram uma espécie de duas faces da mesma moeda: uma não destruía a outra. A Autoridade seria o *fiscal* da Liberdade, vigiando a sua conformação aos limites impostos pelo Direito: o respeito pela Liberdade dos outros²⁰.

Faria e Maia não renega a sua admiração pelos “Filósofos das Luzes” ao afirmar a sua crença optimista na evolução da Humanidade para um “estado cada vez mais perfeito, cada vez de maior equilíbrio, de mais justiça e bem-estar”²¹:

“A Humanidade progride, progride sempre; os princípios, as ideias libertadoras que se elaboram nas mentes superiores, marcando como fachos luminosos a via do Bem, não se têm perdido, não se extinguem; não podem ofuscar-se temporariamente; parecem, por vezes, abismar-se no pélago imenso do tempo, mas apenas se ocultam para reaparecer mais vigorosas, mais depuradas de erros que a ciência vai desfazendo, mais fortificadas pelo trabalho de gerações sucessivas”²².

Uma outra matriz da ideologia liberal – o individualismo – é também destacada nesta intervenção. A solidariedade social em que se fundamentava o Estado Novo, bem como a compreensão dos deveres sociais e a cooperação das classes na vida nacional – tudo isto resultava das acções isoladas dos indivíduos²³. Havia, nesta perspectiva, que insistir no investimento na instrução, motor essencial de progresso, contrariamente ao que defendiam as classes superiores que, no seu egoísmo, pretendiam evitar a evolução igualitária das classes. A falta de instrução seria, ao invés, propiciadora de convulsões e anarquia²⁴. Se, pois, o Estado Novo pretendesse acelerar a evolução, pela mudança das mentalidades, teria que apostar fortemente na instrução. Caso contrário, teria “vida fictícia, ou pelo menos limitada à vida política do seu iniciador”²⁵.

Em suma: o Estado Novo é-nos apresentado como garante de liberdade pela autoridade; como defensor da igualdade perante a lei, mas respeitador das “desigualdades naturais”; como propugnador da soberania popular, considerada fonte da legitimidade do exercício do poder; como salvaguarda da ordem contra a desordem e da evolução – construtiva contra a revolução – destruidora.

Ora, é este modo de defender o Estado Novo, procurando destacar a sua fundamentação e procedimentos com base nos valores e princípios da democracia, com

¹⁹ *Ibidem*, pp. 6-7.

²⁰ *Ibidem*, p. 7.

²¹ *Ibidem*, p. 10.

²² *Ibidem*, p. 11.

²³ Cf. *Ibidem*, pp. 13-14.

²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 12.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 13.

críticas cerradas aos propagandistas do novo estado de coisas que, na opinião de Faria e Maia, alteravam por completo a essência das novas instituições, que iria desencadear uma fortíssima reacção de um dos visados, mas não nomeados, nesta palestra.

Armando Cândido, empolgado pelo que considerava ser dever do cargo que desempenhava, o de delegado distrital do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, procura rebater, ponto por ponto, a argumentação de Francisco Faria e Maia, com abundantes citações do *Decálogo do Estado Novo*, dos discursos de Salazar, da Constituição de 1933, de ideólogos do Estado Novo e do pensamento contra-revolucionário (cita, por exemplo, Gama e Castro²⁶). Assim, começa por contestar vivamente a possibilidade de conciliação da “liberal-democracia”, com a doutrina estadonovista. Em primeiro lugar, a problemática da soberania popular, que Faria e Maia “descobria” no sistema corporativo da Constituição de 1933, ao citar o art.º 71.º – “a soberania reside na Nação”. Armando Cândido, socorrendo-se do *Decálogo do Estado Novo* e de afirmações de Salazar não tem dúvidas em afirmar que a política estadonovista era o oposto da ideia de soberania “saída dos indivíduos soberanos e egoístas”: a verdadeira representação nacional era constituída pelos “elementos reais e permanentes da vida nacional – famílias, municípios, associações, corporações, etc”²⁷. Assim, o Estado Novo só podia ser antidemoliberal, opondo à concepção da vontade geral como resultante da vontade da maioria, a da vontade da nação jurídica e unitária e não a soma dos indivíduos que votam num determinado momento. O parlamentarismo impedia a continuidade governativa uma vez que os indivíduos soberanos não cuidavam dos interesses nacionais mas dos das facções, quando não de um só²⁸.

Um outro aspecto fortemente debatido por Armando Cândido reporta-se à possibilidade de conciliação da liberdade com a autoridade, que Faria e Maia defendera. O Estado Novo, na perspectiva do delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, invertera os termos: primeiro a autoridade; depois, não a Liberdade com “L” maiúsculo, mas as liberdades. Neste caso, socorre-se da autoridade do “Chefe”, que, na famosa entrevista a António Ferro esclarecia: “autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis... Onde existe uma não pode existir a outra [...]. Autoridade absoluta pode existir. Liberdade absoluta não existe nunca”²⁹. E acrescentava: “A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens”³⁰. Nesta interpretação, à liberdade “utópica e indefinida” substituíam-se as liberdades “concretas”, que, segundo o *Decálogo do Estado Novo*, se definiam pela “faculdade de fazer ou deixar de fazer, de possuir ou deixar de possuir alguma coisa concreta”³¹. Contrariamente à doutrina liberal, em que a liberdade tinha por limite

²⁶ Sobre o pensamento e acção de José da Gama e Castro (1795-1873), veja-se Luís Manuel Reis Torgal, *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.

²⁷ Armando Cândido, *Teatro Anatómico. Dissecando uma Palestra*, Ponta Delgada, [s. n.], 1937, p. 4.

²⁸ *Ibidem*, p. 5.

²⁹ *Ibidem*, p. 10.

³⁰ *Ibidem*, pp. 10-11.

³¹ *Ibidem*, p. 12.

a liberdade dos outros, para o Estado Novo, o limite das liberdades seria o interesse nacional. Reforçando esta ideia da incompatibilidade da liberdade com a autoridade, Armando Cândido afirmava que a autoridade subjuga a liberdade, ou seja, para o Estado Novo, a autoridade não era mero *fiscal* da liberdade, como afirmava Faria e Maia: a “autoridade está em cima e a liberdade em baixo”³². Citava ainda Mussolini – “é preciso cada qual merecer a sua liberdade” e Gama e Castro – a liberdade como meio e não como fim³³.

Relativamente à igualdade, e para que não restassem dúvidas sobre a inviabilidade da sua aplicação como um dos princípios estruturantes da organização social, define-a logo como “mito”. Aliás, na sua perspectiva, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ao basear exclusivamente as desigualdades sociais na utilidade comum, era em si um contra-senso: utilidade comum significaria *servir*. Ora, como conceber o *servir* face aos “soberanos direitos do homem”³⁴? No fundo, a própria Constituição de 1933 definia claramente o significado da igualdade perante a lei (art.º 5.º), ao ressaltar “as diferenças resultantes da natureza” e as “impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas”³⁵, além de que Salazar definira a nação como “um todo orgânico constituído por indivíduos diferenciados em virtude das aptidões diferentes, hierarquizados na sua diferenciação natural”. Ora, como para o Estado Novo o indivíduo só existia enquanto integrado em “grupos naturais”, era nessa qualidade que lhe eram reconhecidos “todos os necessários direitos”, como se defendia no *Decálogo do Estado Novo*, ou seja, “os direitos concretos dos homens” e não os “direitos abstractos do Homem”³⁶.

Armando Cândido termina a sua palestra com ironia: O título da palestra de Faria e Maia estava errado. Em vez de *O Estado Novo – como o devemos compreender*, devia ter sido *O Estado Novo – como o não devemos compreender*³⁷.

Estas duas intervenções radiodifundidas, publicadas em jornais e depois em opúsculos, deram lugar a mais duas palestras, sem que, no entanto, nada de substancial tivessem acrescentado às anteriores. Foram nulas as reacções da imprensa a esta polémica, além da transcrição das palestras.

Faria e Maia responderia prontamente³⁸ à conferência de Armando Cândido, reafirmando, na oportunidade, a necessidade de a propaganda do Estado Novo enveredar pelo espírito conciliador, eliminando qualquer aparência de facciosismo, que, aliás, não se conformava com “serenidade fria e desapaixonada do Chefe”³⁹. A substituição do

³² *Ibidem*, p. 12.

³³ *Ibidem*, p. 13.

³⁴ *Ibidem*, p. 16.

³⁵ *Ibidem*, p. 17.

³⁶ *Ibidem*, p. 16.

³⁷ *Ibidem*, p. 32.

³⁸ A conferência foi proferida aos microfones da CT2AJ em 6 de Fevereiro, publicada no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Fevereiro, 11, e no opúsculo Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia, *Contenda... em boa paz*, Ponta Delgada, Of. do “Diário dos Açores”, 1937.

³⁹ Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia, *Contenda...*, p. 7.

espírito de partido ou de facção – “uma das características mais vincadas na psicologia portuguesa” – por um “ideal nacional” que congregasse todos os portugueses, quaisquer que fossem os seus credos, havia sido um dos propósitos do Estado Novo que mais o cativara⁴⁰. Mas, mantinha a expectativa na concretização destes propósitos, uma vez que a sua aplicação, como, aliás, vinha acontecendo por todo o lado com a doutrina liberal, podia vir a ser adulterada. Na sua perspectiva, era precisamente isto que se verificava com as interpretações que alguns propagandistas, como Armando Narciso, vinham fazendo das novas instituições.

De resto, reforçava a sua leitura da Constituição de 1933, no respeitante à origem popular da soberania, citando o art.º 71.º, e aos direitos e garantias individuais, (art.º 8.º), nomeadamente quanto às liberdades. O facto de virem expressas as liberdades não era contraditório com o ideal de Liberdade provindo da Declaração dos Direitos, pois, na sua perspectiva, Liberdade pressupõe várias espécies de liberdades.

A resposta de Armando Cândido não traz também nada de novo. Continua a citar discursos de Salazar e de outros ideólogos do Estado Novo para ridicularizar, num estilo fortemente demagógico, a possibilidade de mistura democrática-liberal-Estado Novo⁴¹.

Nestas duas últimas palestras há, no entanto, um aspecto que surpreende, mas, sobretudo, na de Faria e Maia: a avaliação ideológica dos regimes da Itália fascista e da Alemanha nazi. Com efeito, já anteriormente, na palestra radiofónica *A morte quer a democracia*⁴², Armando Cândido tinha exaltado estes dois regimes e o do Japão. No caso italiano, destacava-se a confiança no “chefe”, que construía a unidade ideológica e dela resultara a unidade guerreira do povo. No caso da Alemanha, destaca-se a obediência e sujeição do povo a Hitler, que renovara o país sem parlamentos “a arder nas palavras”, construindo, enquanto os inimigos discutiam, mostrando “a razão apoiada nas armas”, enquanto os outros opunham “a teoria apoiada na lógica”:

“Governo forte, direcção única, pensamento indivisível, o Estado alemão alargou as asas, rompeu para cima, e, de concessão em concessão, pelos degraus dos factos consumados, dá guinadas por aí fora”⁴³...

Quanto ao Japão, novamente o destaque para o espírito de unidade e a rejeição dos ideais demoliberaes, que conduziriam, certamente, o Japão até às portas da Rússia.

A posição de Faria e Maia sobre a implantação dos regimes fascista e nazi demonstra uma interpretação da democracia, no mínimo, demasiado elástica. Com efeito, já tinha afirmado que por democracia entendia a influência do povo na governação pública e daí considerar que o Estado Novo não se afastava, nesta perspectiva, da Declaração dos Direitos, de 1789⁴⁴. Mas agora irá ainda mais longe, integrando os regimes de Mussolini e de Hitler na sua perspectiva de soberania popular. Afinal, as “maiores revoluções democráticas” que a história registava só foram possíveis porque a força de Mussolini

⁴⁰ *Ibidem*, p. 8.

⁴¹ Armando Narciso, *ob. cit.*, p. 36. A palestra foi publicada no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Fevereiro, 13 e incluída no opúsculo *Teatro Anatómico*...

⁴² Transcrita no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 20.

⁴³ “A morte quer a democracia”, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1937, Janeiro, 20.

⁴⁴ Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia, *Estado Novo*..., p. 8.

e de Hitler provinha das aspirações populares. Mussolini, oriundo da classe operária, marchara sobre Roma à frente milhares de homens, tal como ele, das classes operárias e, impondo-se ao rei, realizou “a maior reforma social que os mais avançados democratas nunca pensaram realizar incruentamente”. Hitler, levado ao poder pela força do voto, declarou que tinha realizado “a mais avançada obra democrática da Europa”. Seriam, perguntava Faria e Maia, “condenáveis estes expoentes máximos da soberania popular”⁴⁵? Talvez o fossem os processos impositivos de que se tinham servido, por vezes, mas isto era desculpável, pois resultava das necessidades transitórias das ditaduras.

Armando Cândido terá ficado surpreendido com estas posições de Faria e Maia. Seria fácil refutar estas interpretações liberais do fascismo e do nazismo.

Desde logo o carácter da marcha sobre Roma. Não se tratara de uma marcha do povo como amálgama de indivíduos separados por interesses, graus de consciência, crenças e sentimentos diversificados, mas de “uma massa disciplinada, doutrinada [...] uniformizada com a camisa negra do querer consciente”, não havia, pois, qualquer confusão possível entre o povo, no sentido liberal, a soma dos indivíduos soberanos, e a marcha de Mussolini sobre Roma. Relativamente às afirmações de Hitler de que tinha realizado a “mais avançada obra democrática da Europa”, havia que ter em atenção que ele também havia dito: “se a democracia ainda pode ter um bom sentido, a Alemanha realiza a verdadeira Democracia”⁴⁶.

A apresentação sucinta do debate radiodifundido e divulgado também nos jornais e editado em opúsculos terá interesse, não só pelo tema ou temas em discussão, mas também por outro tipo de questões.

Em primeiro lugar, pela relevância social e política dos dois intervenientes. Temos, por um lado, um velho republicano independente, que desempenhara funções oficiais, ainda na Monarquia, mas também na República e já no tempo da Ditadura Militar (presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 1932) e, depois, no Estado Novo (presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada entre 1940 e 1943). A colaboração com a Ditadura Militar não seria, porém, muito auspiciosa. Na proposta de aproveitamento turístico de S. Miguel, elaborada por uma comissão nomeada pelo ministério do Interior, de que era relator, Faria e Maia recorria ao discurso autonomista de afrontamento radical, salientando a justiça das reivindicações distritais relativamente ao aumento das receitas das juntas gerais: “somente queríamos que o Estado nos deixasse na posse [...] pelo menos do que for suficiente para realizarmos a obra de fomento mais capital para o nosso futuro económico, sem que estejamos sempre a importuná-los, vexando-nos com pedidos e solicitações que nos cansam, nos humilham e... nos revoltam”. Terá sido este tipo de discurso radical o ponto de partida para a mobilização das “forças vivas” de S. Miguel na reclamação de mais autonomia política e financeira e que conduziria à realização de greves e manifestações populares, uma das quais resultou em dois mortos e vários feridos⁴⁷. E se o jornal de cariz democrático e maçónico *A Gazeta*

⁴⁵ *Idem, Contenda...*, p. 9.

⁴⁶ Armando Narciso, *ob. cit.*, p. 51.

⁴⁷ Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, p. 426. V., também, Carlos Enes, “Ponta Delgada: o movimento de contestação

rejubilara com a nomeação, nesse ano de 1932, de Faria e Maia para presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, lembrando o seu desempenho do mesmo cargo logo a seguir à implantação da República e até 1913 (o que o nomeado, aliás, não deixaria de lembrar no seu discurso de posse)⁴⁸, o certo é que foi efémera essa sua nova passagem pela presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada, pois, ainda nesse ano, seria substituído por um oficial do Exército.

No lado oposto, um antigo integralista, que merecera a confiança do regime para enveredar pelos caminhos da política activa, primeiro como delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e depois, além do desempenho de cargos administrativos distritais, o assento na Assembleia Nacional em seis legislaturas, e a ocupação de postos directivos na estrutura central da União Nacional.

Faria e Maia acolhera positivamente a Ditadura Militar e, depois, o Estado Novo, mas procurava, por outro lado, não renegar as suas origens ideológicas marcadamente liberais. O próprio projecto de Constituição, quando foi lançado a debate, não lhe mereceu especiais reparos, excepto quanto à demasiada centralização, a que contrapunha a transformação do País em estado federal⁴⁹. Considerava que o projecto revelava “propósitos honestos de bem servir a Nação, procurando subtraí-la ao estado anárquico social e de instabilidade governamental” que determinara e justificara o movimento de 28 de Maio de 1926⁵⁰. As suas palestras vêm clarificar a interpretação que dava às novas instituições. No fundo, a sua “leitura” do Estado Novo não parece ingénua. Convencido de que os valores da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão constituíam uma das mais importantes conquistas da Humanidade, não deixava, porém, de reconhecer que, na prática política, esse guião por que se devia pautar a vida das sociedades e a actuação dos governos tinha sido adulterado para o serviço de facções que olhavam aos seus interesses ao invés de cuidarem dos interesses nacionais. Salazar, “o chefe”, parecia querer terminar com a “anarquia” que vigorara em Portugal.

E é neste dilema que vive Faria e Maia: por um lado, a fidelidade aos valores; por outro, a “simpatia” por um sistema político posto em causa pelos seus antigos companheiros de caminhada ideológica. Havia, pois, primeiro, que se auto-convencer do respeito do Estado Novo pelos princípios fundamentais característicos dos regimes liberais: liberdade, igualdade legal, tolerância, soberania popular; depois, fazer passar esta mensagem para convencer os hesitantes.

Mas isto exigia a contenção da propaganda extremista em que se afadigavam os principais defensores locais do Estado Novo, de modo a congregar em vez de afastar. Ora, do seu lado, considerava que estava a desempenhar um trabalho positivo, que, no entanto, o levaria demasiado longe, ao defender os regimes fascista e nazi como resultantes da soberania popular, por isso, democráticos.

Ora, é difícil classificar esta tomada de posição de Faria e Maia como de “adesivismo” ao Estado Novo. É claro que nutria simpatia por Salazar enquanto “chefe” político

à política do Estado Novo em 1932-1933, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIII (1990), Angra do Heroísmo, IHIT, 1993, pp. 507-536.

⁴⁸ *A Gazeta*, Ponta Delgada, 1932, Setembro, 28.

⁴⁹ Cf. Francisco d’Athayde M. de Faria e Maia, *Em Prol da Descentralização. “Livre Administração dos Açores pelos açorianos”*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994 (1.ª edição, 1932).

⁵⁰ *Ibidem*, p. 225.

e que criticava fortemente os tempos agitados da I República. Teria, pois, uma expectativa benevolente sobre a evolução do regime. Será, pois, nesta medida que procurará distinguir a “essência” do Estado Novo – que, como vimos, não concebia como antiliberal – dos mais radicais propagandistas da nova situação.

Se aqui trazemos este caso individual é precisamente por esta tentativa de justificação pública, procurando conciliar duas ideologias opostas: a liberal e a antiliberal, anti-parlamentar, nacionalista e corporativista.

Note-se, porém, que Faria e Maia não se compromete em aderir ao Estado Novo, sobretudo, à União Nacional. Respondendo ao desafio que Armando Cândido lhe lançou para abandonar e despir “a roupagem do século XVIII, a feia vestimenta do século XIX” e ingressar no Estado Novo, Faria e Maia é claro:

“Não! Esta transformação que S. Exa. de mim espera, e a que incita, não se dará. Não entrarei no Estado Novo por essa porta. Ficarei fora do Templo a auxiliar os celebrantes a ajudá-los em tudo o que me parecer justo, em tudo o que me parecer útil, em harmonia com o meu modo de ser [...]. Conservarei sempre a minha vestimenta antiga, que amo e que uso há longos anos, e com que já servi a Monarquia, exercendo um cargo público, sem que ela me impedisse de criticar abusos, desmandos e licenças dos partidos, com que já servi a República passada, sem ingressar nos bandos políticos”⁵¹.

Viria, de facto, a cumprir esta promessa, ao aceitar a presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, entre 1940 e 1943, sem, contudo, aderir à União Nacional ou se arvorar em propagandista da “situação”. Terá sido este seu posicionamento perante o Estado Novo que o levou, em 1941, a oferecer os seus vencimentos como presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada a favor da verba votada para o “Balneário Municipal”.

Quanto ao seu opositor, Armando Cândido de Medeiros, pouco há a dizer. Servira-se, ao refutar a interpretação liberal do Estado Novo, dos textos fundamentais, sobretudo dos discursos de Salazar. Armando Cândido era, aliás, o principal propagandista da nova situação, pelo menos em S. Miguel, pois tinha uma coluna semanal de doutrinação política, com principal relevo para a propaganda anticomunista, no quotidiano *Correio dos Açores*⁵².

O certo, como já se referiu, é que esta polémica não teve qualquer repercussão na imprensa açoriana. A crise económica e social, a Guerra Civil de Espanha, a política nacional e internacional, a propaganda do corporativismo, além de questões de interesse local e sobre a literatura e cultura açorianas tomavam grande parte das páginas dos jornais.

⁵¹ Francisco d’Athayde Machado de Faria e Maia,, *Contenda...*, pp. 13-14.

⁵² Além disso, publicou, por essa época, diversos opúsculos de doutrinação política, como, por exemplo, *Corporativismo-comunismo: frente a frente*, Ponta Delgada, Papelaria Âmbar, 1937, resultante do discurso que proferiu aos microfones do Posto Emissor CT2A J, na jornada anticomunista de 18 de Novembro de 1936; *Porque sou legionário*, Ponta Delgada, [s. n.], 1937; *Não vivemos para cultivar o ódio*, Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1940.

EL CONTROL DEL CINE POR EL FRANQUISMO DE LA GUERRA CIVIL A LOS AÑOS 60

0. Abertura.

“No es tan mala la censura como la pintan. En realidad, se limita a suprimir algunos besos, y a convertir a ciertas parejas de amantes en marido y mujer, o en hermano y hermana. Por lo demás, es tolerante y bastante comprensiva. Tal vez sea más severa la censura norteamericana”¹.

“Una rígida censura impedía que la mayor parte del cine que se hacía entonces en Europa pudiera ser visto aquí. Algunas películas acababan llegando –con frecuencia mutiladas– cuando ya en el resto del mundo “civilizado” eran historia. Todo esto resulta particularmente grave si tenemos en cuenta que los años 60 fueron un momento de ebullición cinematográfica. Movimientos tales como el Free Cinema británico, la Nouvelle Vague francesa, el Cinéma-Vérité, el Cinema Nôvo (sic) brasileño, el Underground americano, eran *leídos* sin haber sido *vistos*”².

“En lo único que no estábamos aislados era en el cine, a Franco le encantaba y tenía su propia sala en El Pardo, el Palacio en el que vivía. Veíamos casi todas las películas, excepto unas pocas que la censura prohibía terminantemente (no para él, desde luego: le gustaba escandalizarse, como a los curas, y admirarse de las infamias del mundo exterior, de las que nos protegía). Otras las proyectaban cortadas o con los diálogos cambiados en el doblaje, pero la mayoría se estrenaban. Sí creo recordarla, a Jayne Mansfield”³.

¹ Carlos Serrano de Osma, “Bajo el signo de Méliès”, en *Archivos de la Filmoteca. Revista de estudios históricos sobre la imagen. Segunda época*, 56, junio 2007, p. 237. El fragmento está extraído de una conferencia por él impartida en Barcelona, en diciembre de 1951.

² Iván Tubau, *Crítica cinematográfica española. Bazin contra Aristarco: la gran controversia de los años 60*, Barcelona, Universitat, 1983, p. 52.

³ Javier Marías [Franco]. *Tu rostro mañana. 3 Veneno y sombra y adiós*. Móstoles, Santillana (Madrid), 2007, p. 28. Palabras de Deza, el narrador protagonista de la tercera entrega del relato *Tu rostro mañana*, a su superior, Tupra. Javier es hijo del filósofo Julián Marías (1914-2005). Su hermano, Miguel, es historiador y crítico de cine. Su tío es un director con una obra en torno a los 150 títulos, que no es apreciada en

Son muchos, variados y contradictorios, los testimonios que sobre nuestra censura cinematográfica pueden ser ofrecidos. He elegido esos por motivos diversos.

El de Serrano de Osma (1916-1983) por tratarse de un hombre que vivió bajo el régimen franquista, que intentó hacer un cinema personal, al margen de modos y de modas, y que fue uno de los promotores de la escuela de cine española, el Instituto de Investigaciones y Experiencias Cinematográficas⁴. Su visión del problema tiene un componente irónico.

El segundo, porque es una constatación que procede de un investigador universitario que diagnostica, censura mediante, una década bastante productiva y controvertida de la historia de nuestro cine. Precisamente, la que limita el período de nuestro breve trabajo.

La tercera cita se ha escogido, puesto que da constancia ficcional a una anécdota entresabida de la vida cotidiana del general Franco, relacionada con el hecho que nos ocupa⁵. Actividad, entre otras, que ha sido tratada como un caso especial de cinefilia, también participada por algunos dictadores coetáneos⁶. Con la distancia biológica por medio, y a pesar de que se trata de uno de nuestros literatos postfranquistas más internacionales (ha nacido en 1951), el fragmento parece que muestra una percepción algo benevolente de la actividad censoria del período.

1. Textos

Durante el régimen franquista, por motivos obvios, son muy contados los libros⁷ que tienen en su título el tema que tratamos: *La censura de cine en España*; *Un cine para el cadalso: 40 años de censura cinematográfica en España*⁸.

España, pero sí valorada en Estados Unidos y en varios países europeos; v., Jesús Franco, *Memorias de Jess*, Madrid, Aguilar, 2004.

⁴ V. Julio Pérez Perucha, *El cinema de Carlos Serrano de Osma*, Valladolid, 28 Semana internacional de cine, 1983; Asier Aranzubia Cob, *Carlos Serrano de Osma: historia de una obsesión*. Madrid, Filmoteca española, 2007.

⁵ Aquí podemos hacer un juego de palabras con el título de un reciente estudio portugués, Maria do Carmo Piçarra, *Salazar vai ao Cinema. O Jornal Português de Actualidades Filmadas*. Coimbra, Minerva, 2006, con el que tendríamos que en España, “el cine va a la casa de Franco”. Para evitar interpretaciones descontextualizadas, hemos de señalar que proyecciones cinematográficas eran frecuentes en salones del Palacio de Oriente, en Madrid, durante el reinado de Alfonso XIII.

⁶ V. Emeterio Diez Puertas, *Historia social del cine en España*. Fundamentos, Madrid, 2003. pp. 297-304, dentro del capítulo “Dictadores cinéfilos”, en donde habla, específicamente, de Mussolini, Hitler y Stalin.

⁷ La situación fue mínimamente diferente en trabajos más breves, como es el caso de artículos de revistas, tanto en las especializadas (de cine, de cultura, de derecho) como en las de información general. El número es algo superior. Menciono solamente: Rosa Añover Díaz, “La censura cinematográfica en el primer franquismo”, *Historia 16*, 213(enero 1994), pp. 12-18. La autora, con anterioridad, había defendido su tesis doctoral en la Universidad Complutense de Madrid, “La política administrativa en el cine español y su vertiente censora”; Rafael de España, “La censura del cine en España”, apéndice en José M^a Caparrós Lera, *Historia del cine español*. Madrid, T&B, 2007, pp. 275-284 y 310-311.

⁸ El primero es de 1963. Fue editado en Madrid por el Centro español de estudios cinematográficos, y recopila escritos motivados por la publicación de las normas administrativas para la censura de películas

Pero a partir de 1976 gracias a la desaparición de las trabas interventoras⁹, van a aparecer otros, no muchos tampoco, pero en un corto período de tiempo:

Homero Alsina Thevenet, *El libro de la censura cinematográfica*. Barcelona, Lumen, 1977

Domènec Font, *Del azul al verde. El cine español durante el franquismo*. Barcelona, Avance, 1976

Teodoro González Ballesteros, *Aspectos jurídicos de la censura cinematográfica en España con especial referencia al período 1936-1977*, Madrid, Universidad Complutense, 1981.

Román Gubern, *La censura: Función política y ordenamiento jurídico bajo el franquismo (1936-1975)*. Barcelona, Península, 1981.

Con posterioridad, habrá aportaciones a casos especiales de censura cinematográfica, sobre todo cuando se comienzan a explorar e investigar los documentos generados por las empresas productoras en su relación con la administración pública durante el período franquista, la mayoría de los cuales constituyen un fondo bastante rico, que se guarda en el Archivo General de la Administración (AGA), situado en Alcalá de Henares.

Con todo, siguen siendo válidos los estudios de Gubern, *La censura. Función política...* y el de Ballesteros. Ellos van a ser utilizados para desarrollar, en cierta medida, este trabajo.

Por último, de entre los libros sobre censura en lenguas no peninsulares, menciono G. Phels, *Film Censorship*, editado en Londres en 1975 y el *Dictionnaire de la censure au cinéma*, de J.L. Douin que, publicado en 1998 por Presses Universitaires de France, ha tenido otra edición en 2001.

2. Antecedentes

Las primeras acciones censoras del gobierno de España se efectúan en 1912. Se pretendía limitar la asistencia de niños a las películas, basándose en informes de asociaciones médicas sobre los peligros que para su comportamiento tenían algunos filmes, que les incitaban, se decía en el preámbulo, a actos criminosos¹⁰. Como la norma no tuvo efectos

en febrero de ese año. El segundo, de autoría compartida entre Román Gubern y Domènec Font, se edita en Barcelona, por Euros, en 1975, y tuvo en ese mismo año varias reimpresiones.

⁹ Para Portugal recordamos, entre otros, Lauro António, *Cinema e Censura em Portugal: 1926-1974*. Lisboa, Arcádia, 1978.

¹⁰ V. *Gaceta de Madrid*, 28 de noviembre de 1912. La Iglesia Romana fue sensible a estos problemas, si bien no los apreció debidamente hasta el pontificado de Pío XI, cfr. Luigi Civardi, *Cine y moral*, trad. de A. Tapiador, Madrid, Acción Católica Española, 1951. Esa preocupación por la salud síquica de los adolescentes se ha mantenido hasta nuestros días, casi: cfr., *Le cinéma et la protection des jeunes/Comité européen pour les problèmes criminels*. Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1968. En un año muy significativo (se prodigaban las peticiones de supresión de la censura; fue el del fallecimiento de Franco), Luis Gómez Mesa, miembro durante muchos años de la comisión gubernamental censora, escribe en el periódico de Falange Española, *Arriba*, de 13 de abril de 1975, un artículo titulado "La censura cinematográfica fue establecida en España el año 1912".

apreciables, al año siguiente se renueva con una precisión: se encomienda a las Juntas de Protección a la Infancia que han de “ejercer la previa censura sobre todas las películas que se ofrezcan al público por las empresas teatrales”¹¹. Dos años después, en 1916, se aplica al cine una norma censora vigente para la prensa desde el inicio de la guerra europea. Dada la situación de neutralidad del Reino de España, no se podrán exponer películas que contengan posibilidad de ofensa “a los Soberanos de los países amigos o a sus Ejércitos”¹². Casi al final del período de la dictadura de Miguel Primo de Rivera¹³, en el Código Penal de 1928 se introduce una mención explícita de aquel cine que, al lado de otros medios de difusión, ocasione escándalo público al usar “objetos obscenos con fines de comercio, distribución o exhibición”, lo que puede llevar a penas de cárcel de hasta dos años y multa de hasta 10.000 pts.¹⁴. Al poco de iniciada la II República, en junio de 1931, se publica una orden en la que se establecen dos sedes, Madrid y Barcelona¹⁵ para las autorizaciones de exhibición de películas. Sin embargo, se posibilitaba que, según las circunstancias locales, Gobiernos Civiles o Ayuntamientos, podían suspender proyecciones que tuvieran permiso previo. Esta disposición fue actualizada en 1935, permitiéndose que las películas prohibidas se presentasen a una nueva revisión.

3. Periodización

Las clasificaciones cronológicas pueden basarse en fechas concretas que no estén corrientemente aceptadas. La que aquí se propone se justifica por la convicción de que la evolución de la cinematografía española, durante el franquismo, estuvo sometida a tensiones varias. Una, exterior: la “afiliación”, diríamos, de los sublevados con las dos naciones fascistas europeas por antonomasia, y luego por las consecuencias de su derrota en la guerra iniciada en 1939. Otra, interior: la derivada de un mercado de ocio que había que mimar, en tiempos de estrechez, como una contrapartida desalienadora. Todo ello bajo la falta de libertades democráticas y la rigidez de un sistema militarista, en torno a la persona del general Franco, convertido en generalísimo, caudillo salvador...

3.1. En años de guerras, 1936-1945

“El Estado consiste en una relación de dominación del hombre sobre el hombre, fundada sobre un tipo de violencia que es considerada como legítima”.

¹¹ En *Gaceta de Madrid*, 3 de enero de 1914, p. 42. La orden tiene fecha de firma de 31 de diciembre.

¹² *Gaceta de Madrid*, 7 de diciembre de 1916, p. 569.

¹³ Para esta década v., entre otros, Eduardo González Calleja, *La España de Primo de Rivera: la modernización autoritaria 1923-1930*, Alianza, Madrid, 2005.

¹⁴ En T. González Ballesteros, *Aspectos...* cit., p. 114.

¹⁵ La duplicidad respondía a que en esas dos poblaciones se hallaban las principales productoras del territorio nacional, caso de Madrid, y las principales distribuidoras de filmes extranjeros, caso de Barcelona.

Este pensamiento de Max Weber¹⁶ puede aplicarse sin cortapisa alguna al sistema dictatorial que impregnó durante casi cuarenta años la vida española. Con más motivo, si cabe, en los casi tres años de “guerra intestina”¹⁷. La censura, por tanto, fue uno más de esos componentes de la *violencia legítima*. Se ejerció en todos los campos, en la prensa y en un medio que tenía mucha importancia entonces, en la radiodifusión. Con un relativo margen de independencia con relación a los sublevados, las alocuciones del general Queipo de Llano, desde una emisora en Sevilla, tuvieron un eco inusitado¹⁸.

Entre 1936 y 1945 predomina el ambiente bélico. A pesar de las intenciones de cambio social (a su manera, algunas expuestas durante el trienio bélico) por parte de los que serían vencedores y por parte de una fracción del partido único, Falange Española, la realidad se imponía, y el mercado negro, con nombre español, el estraperlo¹⁹, fue la tónica dominante en las actividades comerciales, lo que conllevaba un alto grado de corrupción, que en cine tuvo su propio camino.

De 1939 a 1945 se hace una política autárquica, que se convierte en axial a partir de 1946, con el boicot internacional, y que se prolongará hasta el fin de la década. El país está en una profunda depresión económica, y hay una gran escasez de todo tipo de bienes.

Tanto entre los gubernamentales²⁰ como entre los insurgentes, entre 1936 y 1939, hubo censura, fundada en los principios ideológicos, contrapuestos claro está, que sustentaban ambos bandos.

¹⁶ Reproducido en Manuel Ramírez, *España 1939-1975 (Régimen político e ideología)*. Madrid, Guadarrama, 1978, pp. 38 y 120.

¹⁷ Tomamos ese sintagma, en su literalidad, de las explicaciones que don Luis, un personaje del filme de L.García Berlanga, *¡Bienvenido, Mr. Marshall!*, hace de la guerra civil norteamericana.

¹⁸ V. José Ma Peman, *Mis Almuerzos con Gente Importante*, Barcelona, Dopesa, 1970, 6.ª ed., “Almuerzos con el General Queipo de Llano”, pgs. 157-165. Peman Pemartín (1897-1981) fue uno de los escritores más populares de postguerra. Se une a los “nacionales” y ocupa diversos cargos. Unos, de corta duración, como el de presidente de la Comisión de Cultura y Enseñanza del gobierno de Burgos. Otros, más prolongados, como presidente de la Real Academia de la Lengua en los años 40. Su adscripción monárquica – formó parte del consejo asesor de Juan de Borbón, en Estoril – le hizo distanciarse del franquismo. Véase, también, Ian Gibson, *Queipo de Llano. Sevilla, verano de 1936 (con las charlas radiofónicas completas)*. Barcelona, Grijalbo, 1986. Para una historia de la radio en España, Juan Munsó Cabús, *40 años de radio [en cubierta: (1940-1980)]*. Barcelona, Picazo, 1980; Lorenzo Díaz, *La radio en España. 1923-1997*. Madrid, Alianza, 1997.

¹⁹ El neologismo “straperlo”, en principio, respondía a “Juego, especie de ruleta, que permitía manejos fraudulentos de la banca. El intento de establecerlo en España, en la época de la República, promovió un gran escándalo que lo hizo fracasar. Desde entonces, se empleó el nombre con el significado de “chanchullo” y, al fin, su aplicación ha quedado restringida a la introducción o a la venta clandestinas o fraudulentas de artículos de comercio”, María Moliner, *Diccionario de uso del español*. Madrid, Gredos, 1970., s.v. Recordamos que los dos creadores de la estafa, Strauss y Perlo, pretendían, mediante soborno a políticos y familiares de políticos, introducir este tipo de juego en 1935. La publicidad de esta treta produjo la caída del gobierno de Alejandro Lerroux. Un caso algo similar se había dado en Francia, el año anterior. Alain Resnais lo llevó al cine, cuarenta años después: *Stavisky*, 1974.

²⁰ Un resumen de su actuación puede verse en Santiago de Pablo, “Notas sobre la censura cinematográfica republicana durante la Guerra Civil” en Luis Fernández, Pilar Couto (coords.), *La herida de las sombras. El cine español en los años 40*. Madrid, 2001, AACCE/AEHC, pp. 435-441. Sobre este período, v. José Ma Caparrós Lera, *El cine republicano español (1931-1939)*. Barcelona, Dopesa, 1977. Por otra parte, para la consulta de la producción cinematográfica relacionada con la guerra de 1936 v., Alfonso del Amo/M^a Luisa

En el territorio gubernamental quedaron los estudios y laboratorios entonces existentes en España (Barcelona, Madrid, Valencia). Los militares alzados, si bien solo dispusieron de material de rodaje que había en Sevilla, contaron con la ayuda de Berlín, Roma y Lisboa²¹. En este último caso, con las facilidades de la Tobis portuguesa o de Lisboa Filmes.

En la que se refiere a los sublevados, entre enero y octubre de 1937, para contrarrestar la acción de “agentes rusos al servicio de la revolución comunista”, se suceden órdenes relativas a la difusión de prensa y otros medios. Por ello hay que reglamentarla, se decía en la primera de ellas, para que “se establezca el imperio de la verdad, divulgando, al mismo tiempo, la gran obra de reconstrucción nacional que el nuevo Estado ha emprendido”²². Estas competencias se incluyen en la Delegación para Prensa y Propaganda (que se crea asimismo por esa orden) dependiente de la Secretaría general del Jefe del Estado.

En marzo de ese año se dispone una Junta de Censura para el cine, con dos sedes, en La Coruña y en Sevilla (B.O.E. del día 27, con una orden que fue complementada hasta tres veces en abril y en mayo (B.O.E. de los días 12 de abril, 3 y 30 de mayo), señal clara de las dificultades para su puesta en marcha, derivadas del estado de guerra en que se vivía. Poco después de la última, se publica aquella en que se enuncian los cometidos de la censura:

“La censura de películas pendientes de impresionarse en territorio nacional, se ejercerá previamente en su título, argumento, actores, lugar de desarrollo y propaganda por medio de la Delegación de Estado para Prensa y Propaganda, por cuyo Organismo se designarán los representantes que han de colaborar con las comisiones designadas (...) con objeto de que una vez preparadas para su proyección se compruebe si se tuvieron en cuenta al ‘rodarse’ las advertencias formuladas al presentar las empresas el guión de la película”²³.

Por otra parte, la prolijidad de algunos artículos muestra el afán exhaustivo de la actividad censora. Así, cuando en diciembre de 1937 se crea la Junta Superior de Censura, en uno de los apartados de la orden se dice que se suprime el marchamo (“selo”) de las cintas revisadas, y los productores deberán entregar a la Junta los trozos suprimidos, la que los conservará en un archivo durante dos años, a cuyo término los destruirá²⁴. Los componentes de ese organismo serán: presidente y secretario, representantes de la Delegación del Estado para Prensa y Propaganda y tres vocales: un militar, un falangista y un eclesiástico.

Ibáñez Ferradas (eds.), *Catálogo general del cine de la guerra civil*. Madrid, Cátedra/Filmoteca Española, 1996, trabajo de investigación que puede ser contrastado con Carlos Fernández Cuenca, *La guerra de España y el cine*. Madrid, Editora Nacional, 1972, 2 vols.

²¹ V. Emeterio Díez, *Historia social...* cit., pp. 103-137, para las relaciones con los gobiernos italianos y alemán; con el gobierno portugués, Alberto Pena Rodríguez, *El gran aliado de Franco: Portugal y la guerra civil española, prensa, radio, cine y propaganda*. Sada, do Castro, 1998.

²² Del preámbulo al Decreto número 180, *Boletín Oficial del Estado* [en adelante, B.O.E.], de 17 de enero de 1937, p. 134b.

²³ T. González Ballesteros, *Aspectos...*, cit., p. 123, citando el B.O.E. de 3 de junio de 1937.

²⁴ *Ibidem*, p. 125.

En noviembre de 1938 (B.O.E. del día 5) se formaliza una doble comisión que tendrá vigencia hasta el mismo mes de 1942: la Junta Superior de Censura y la Comisión de Censura. La primera, presidida por el Jefe del Departamento de Cinematografía²⁵, la segunda por un representante del ministerio del Interior. Como vocales cuatro personas en cada una de ellas, delegadas de los siguientes estamentos: ministerios de Defensa y de Educación, de la Iglesia católica y del Servicio Nacional de Propaganda. La Junta estaba encargada de censurar documentales y noticiarios en general, y los que producía el Departamento de Cinematografía; el cometido de la Comisión era visar las demás producciones cinematográficas. El 15 de julio de 1939 se decreta lo que podemos llamar el “estado de censura” en el país, “en orden a la educación política y moral de los españoles, como exigencia de éste [Estado] que surge de nuestra guerra y de la Revolución Nacional”. Se especifica que serán examinados libros, prensa, obras teatrales, guiones de cine, grabados y carteles, títulos y letras de las composiciones musicales.

Nada más comenzado 1940, finalizada la guerra civil²⁶ y en curso la II Guerra mundial, se pergeñan acciones que se relacionan con métodos experimentados tanto en la Alemania nazi como, sobre todo, en la Italia fascista²⁷. En el B.O.E. del 25 de febrero se establece la creación de un Departamento de Cinematografía, dependiente del ministerio de Gobernación (nombre que ha sustituido al de Interior), que tendrá un cometido intermediario: tramitar los permisos de rodaje de toda película que se quiera iniciar en España, una vez concedidos por la Dirección General de Propaganda.

En abril de 1940 se dispone que las empresas han de presentar ante el Departamento de Cinematografía su previsión de producción y, lo que resultará de capital importancia para conocer los pasos administrativos de las películas hasta 1977, año de la desaparición de la censura. Asimismo, han de presentar una amplia documentación que incluye, además del permiso previo de rodaje, hoja de censura del guión, el título de la película, época y lugares en que se desarrolla, personajes, sinopsis del argumento, estudios de filmación, presupuesto aproximado y elenco de participantes en la misma. Terminado este trabajo, la película ha de ser presentada a la censura correspondiente, antes de poder ser exhibida comercialmente²⁸. Quedaban establecidas unas normas que, en lo fundamental, van a pervivir durante más de 35 años.

En 1941, por medio de una orden del ministerio de Industria y Comercio, que sin embargo no tuvo presencia en el B.O.E., se establece el doblaje al castellano (español) de todas las películas extranjeras que se vayan a exhibir en las salas cinematográficas.

²⁵ Esta dependencia se creó para contrarrestar la propaganda de cine que los gubernamentales y sus afines extranjeros venían realizando. Al frente de ella estuvo Manuel Augusto García Viñolas, y durante su mandato se filmaron noticiarios y documentales.

²⁶ Durante unos años siguió habiendo enfrentamientos armados, bastante localizados, entre guerrilleros antifranquistas y fuerzas del orden del Estado.

²⁷ Entre los desideratum de la orden destacan la creación de una escuela cinematográfica del Estado y la producción de películas de propaganda y noticiarios. En el primer caso, habría que esperar hasta 1947; en el segundo, a finales de 1942. En cuanto al influjo de la Italia mussoliniana en la estructura del cine español del primer franquismo, recordamos que algunas de sus prácticas organizativas habían tenido eco tempranamente en sectores afines hispanos, ya en tiempos del gobierno de Miguel Primo de Rivera.

²⁸ Cfr., T. González Ballesteros, *Aspectos...* cit., p. 131; R. Gubern, *La censura. Función...*, cit. pp. 63-64.

Con la irrupción del sonoro, se habían empezado a doblar las películas que llegaban del exterior. La medida se justificaba ahora como proteccionista y de afirmación de la identidad nacional. Resultó contraproducente para la intención, también estatal, de hacer un cine netamente español: se perdía el arma del idioma. Los doblajes quedaron, asimismo, sujetos a manipulación censora. Habría que esperar a 1967 para que se derogara parcialmente esa obligatoriedad²⁹.

Pero todos esos controles durante el régimen de Franco – algo que ha sido destacado por cuantos han tratado la censura, y no sólo cinematográfica³⁰ – se hicieron sin una casuística que permitiera a los guionistas y cineastas saber aproximadamente lo que era decible/visible y lo que no lo era. De otra manera, la arbitrariedad fue el hilo conductor de las supresiones y de las prohibiciones, todas ellas, en la práctica, enjuiciadas bajo el prisma de lo ideológico-político y de lo religioso. Se apartaban cualquier manifestación o supuesta intención contrarias a la línea del régimen y a la moral tradicional cristiana, una de las líneas constitutivas de lo que se llamará “nacionalcatolicismo”³¹.

A lo largo de 1942 y 1943, las vicisitudes de la guerra mundial influyen en medida cierta en los tratamientos informativos de las noticias del exterior. Se va pasando de lo que podríamos llamar (si no fuera una contradicción) una neutralidad beligerante a una simple neutralidad³². Esta tendencia se va a notar a partir del primer número de NO-DO, de 4 de enero de 1943. NO-DO constituye el ejemplo de intervención gubernamental cinematográfica más claro del franquismo: el Estado tiene el monopolio de este tipo de comunicación, ya que se ha eliminado toda posibilidad de diarios

²⁹ V. Alejandro Avila, s.v. “doblaje”, en José Luis Borau (dir.), *Diccionario del cine español*. Madrid, Alianza, 1998. En salas específicas, en principio en Madrid y Barcelona, luego en poblaciones de más de 50.000 habitantes, se permitieron películas en versión original con subtítulos en español, v., Juan Munsó Cabús, *El cine de arte y ensayo en España*. Barcelona, Picazo, 1971.

³⁰ “Entre 1936 y 1941 la censura dependió del Ministerio de la Gobernación; de 1941 a 1945 de la Vicesecretaría de Educación Popular de la Falange, es decir, de una de las instituciones del Partido; de 1945 a 1951 del Ministerio de Educación Nacional, y desde 1951 del recién creado Ministerio de Información y Turismo”, Hans-Jörg Neuschäfer, *Adiós a la España eterna. La dialéctica de la censura. Novela, teatro y cine bajo el franquismo*, trad. de Rosa Pilar Blanco. Barcelona, Anthropos/MAE, 1994., p. 313. V., también, Emeterio Diez, “La legislación española sobre el cine (y2)”, en *Cuadernos hispanoamericanos*, 616 (octubre 2001), pp. 91-99.

³¹ Así, cuando a mediados de 1943 (23 de julio) se promulga con una ley la ordenación de la universidad española, se dice en su articulado que las enseñanzas se adaptarán a las normas del dogma y moral católicas y, por otra parte, que todos los estudiantes deberán pertenecer al Sindicato Español Universitario (SEU) de ideología falangista.

³² A pesar de su ‘deuda’ con las potencias del Eje, que le ayudaron decisivamente a ganar la guerra, el dictador se caracterizó por su pragmatismo, aunado a un solvente instinto de supervivencia. No tenía, pues, un ideario claro, salvo “unas ideas vagas y elementales de autoridad, religiosidad y paternalismo social”, Juan Pablo Fusi, *Franco. Autoritarismo y poder personal*. Madrid, El País, 1985, p. 93. Esta opinión es, se podría decir, un correlato del título del filme portugués de Rui Simões, *Deus, Pátria, Autoridade*, de 1975. Película ésta creada con el montaje de imágenes preexistentes, se pudo exhibir en Portugal en el año de producción, sin los problemas de la española *Canciones para después de una guerra*, de Basilio Martín Patino, 1971. Con montaje – mayoritario – de imágenes de NO-DO (acróstico de Noticiario-Documental), tuvo una compleja andadura censora, tras la que llegó a ser brevemente exhibida después de muchos cortes, para acabar prohibida a causa de una campaña de un periódico del régimen. Fue finalmente autorizada en el verano de 1976.

fílmicos privados, y se dictamina que cada número ha de ser de exhibición obligatoria en todas las sesiones de cine, lo que sucede hasta los años finales del franquismo³³.

3.2. En años de aislamiento, 1946-1951

“Probablemente fue desgraciado para España que los momentos de la post-guerra, cuando mandaban en Europa los grandes directivos de la democracia cristiana -De Gasperi, Adenauer y Schuman- a España le cogiera ocupadísima en salirse de los estilos mussolinianos y hitlerianos que la habían dominado, en buena parte, como una necesidad enmascarada para no tener que ser ni mussoliniana ni hitleriana. Así se le fue de la mano la hora europea de la democracia cristiana”³⁴.

A este juicio de Pemán habría que añadir que advino la retirada de Madrid de la mayoría de los embajadores de los países occidentales, siguiendo el mandato de boicot de Naciones Unidas. No hubo posibilidad de contactos políticos externos y, además, se incrementó –como se ha mencionado- la penuria de la vida cotidiana de casi todos los españoles:

“fueron aquellos los años de artificioso aislamiento, de los violentos cierres de fronteras (...) de las discriminaciones sobre nuestras exportaciones. Los del pan negro y duro, el aceite limitado y desagradable (...) dificultades en todos los órdenes, como si Dios quisiera someternos a una prueba total. (...) Los de las difíciles distribuciones y las obligadas limitaciones en los consumos [eufemismo por racionamiento] (...) En definitiva, los del cinturón apretado hasta el límite de la resistencia”³⁵.

Los vaivenes de la política externa de España están reflejados, indirectamente, en las imágenes de NO-DO y en sus correspondientes comentarios en off. Es un seguimiento que Tranche y Biosca han hecho en su estudio³⁶.

³³ Una orden de agosto de 1975 exime de su obligatoriedad, cuando era práctica casi común su no proyección. En España sucedía como en otros países de Europa Occidental, en donde los noticiarios habían desaparecido por la concurrencia de los diarios televisivos. Para este noticiario cinematográfico, v., Rafael R. Tranche/Vicente Sánchez-Biosca, *NO-DO. El tiempo y la memoria*. Madrid, Cátedra/Filmoteca Española, 2000. Ha tenido varias ediciones. En 2006, el diario madrileño *El Mundo*, en colaboración con Planeta D'Agostini y con RTVE (la televisión estatal, a cuyo archivo se han transferido los fondos de NO-DO) lanzó una serie de dvds y de libros, “Los años del NO-DO”, “El franquismo año a año”, etiquetas para cada uno de los medios de difusión, con el subtítulo para ambos de “Lo que se contaba y ocultaba durante la dictadura”. Para la televisión en España, Lorenzo Díaz, *50 años de TVE*. Madrid, Alianza, 2006 (libro y dvd).

³⁴ José M^a Pemán, *Mis Almuerzos...* cit. p. 106, “Con Eugenio d'Ors”.

³⁵ Juan Antonio Suanzes, *Ocho discursos*. Madrid, INI, 1963, p. 144, en Amando de Miguel, *Sociología del franquismo. Análisis ideológico de los Ministros del Régimen*. Barcelona, Euros, 1975, 4.ª ed., p. 53 y n.º 61. Son palabras extraídas de un discurso de Suanzes, ministro de Industria en 1961.

³⁶ Rafael R. Tranche/Vicente Sánchez-Biosca, *NO-DO...* cit., pp. 308-321. En los anexos, pp. 588-590 se recoge el convenio firmado en noviembre de 1942 con la Deustchen Wochenschau, entidad editora de las actualidades alemanas para el suministro de noticias en ambos sentidos y también, “en la medida que lo permitan las actuales circunstancias de la guerra” cantidades significativas de película virgen positiva para un funcionamiento normalizado.

En el B.O.E. de 19 de julio de 1946 se publica una nueva reestructuración de los servicios de censura. Se crea una Junta Superior de Orientación Cinematográfica, compuesta por el Director general y el Secretario general de Cinematografía y Teatro, como presidente y vicepresidente, respectivamente y once vocales, de ellos, diez nombrados por la administración del Estado, el otro, un clérigo, nombrado por las autoridades correspondientes. Los censores militares, que habían estado en las comisiones anteriores, desaparecían como tales³⁷. El eclesiástico fue fray Mauricio de Begoña³⁸, que formaría parte del cuadro de profesores del Instituto de Investigaciones y Experiencias Cinematográficas (I.I.E.C)³⁹. El voto del religioso se establecía como decisivo en cuestiones morales, incluso en contra de la mayoría.

Aunque debía haberlo explicitado con anterioridad, no voy a tratar aquí la censura eclesiástica –por simple cuestión de espacio-. Sin embargo, señalo que tuvo un peso determinante, con carácter general y en cuestiones puntuales, durante varias décadas. Sus juicios valorativos establecían unas categorías que –de manera especial, con el paso del tiempo- estaban a veces en desacuerdo con las estatales: eran más rigurosas en las prohibiciones. En 1946, Francisco Ortiz Muñoz publica *Criterio y normas morales de censura*, en donde incluye un proyecto de código moral de cine para España, al parecer, influido por el Código Hays y por las encíclicas de Pío XI, *Divini illius Magistri* (1929) y *Vigilanti cura* (1936)⁴⁰. No repercutió en el sistema censor. Diversos organismos católicos tenían sus propios listados de películas. La Confederación de Padres de Familia publica *Filmor. Índice cinematográfico y teatral. 1936-1946*. En él se recogen las películas estrenadas en España, y se indican las que han sido ‘criticadas’⁴¹

Casi al final de la década, la Oficina Informativa Española (expresión que oculta la Oficina Diplomática Española) publica en 1949 *El cine español*, en donde se habla de las posibilidades de producción de nuestra cinematografía, sobre todo mirando hacia las coproducciones. El libro tuvo, luego, versiones en francés e inglés. Ofrece dos extremadamente sinópticas memorias de nuestro cine: una, “Sentido universal del cine español”, en donde no se mencionan los años de la guerra civil, lo que sí se hace en la segunda, “El cine de España no es de ayer. Breve síntesis histórica hasta el año

³⁷ R. Gubern, *La censura. Función...*, cit. p. 99. Las circunstancias internacionales habrían aconsejado esa “desaparición”.

³⁸ En 1953 publica *Elementos de filmología. Teoría del cine*, que es una transposición a España de las teorías filmológicas del francés Gilbert Cohen-Séat, con quien estuvo trabajando en París.

³⁹ Fue creado en Madrid, en 1947, por un ingeniero industrial, el gallego Victoriano López García, después de múltiples gestiones ministeriales. Su estructura seguía, casi punto por punto, la del Centro Sperimentale de Cinematografia, en Roma.

⁴⁰ No he podido consultar ese texto. Mi suposición procede de una interpretación de datos expuestos por M.R. Aragón, *Bibliografía cinematográfica española*. Madrid, Dirección general de Cinematografía y Teatro, 1956, p. 130.

⁴¹ La clasificación comprendía los siguientes niveles: 1.- BLANCA: Pueden verla todos. 2.- AZUL: Para jóvenes y mayores. 3.- ROSA: Sólo para mayores. 4.- GRANA: Peligrosa. Los cartones informativos de Filmor-cine, a lo largo de varios años, se solían exponer en las puertas de las iglesias, o en lugares frecuentados. Para este tema, v., Rubén Rivas Vidal, *A Igrexa ante a industria do cine durante o pontificado de Pío XII*. Tesis de licenciatura, inédita, defendida en la Universidad de Santiago de Compostela en 2002.

1939”. Este capítulo resulta algo “chocante”, desde nuestra perspectiva, como algo extrañas son para aquellos años unas afirmaciones que se reproducen abajo⁴².

3.3. 1951-1962: bajo la tutela de G. Arias Salgado.

“Su concepto restrictivo de la Información y la censura coincidía propiamente con el del propio Franco; se le atribuyó, fundadamente, una santa preocupación por evitar, mediante la aplicación de la censura a todo el campo de la comunicación, la condenación eterna de una generación de españoles y al decir de los más críticos llegó en ocasiones a contabilizar sus presuntos salvamentos”⁴³.

Esta apreciación de De la Cierva, considerado como uno de los historiadores – si se me permite – ideológicamente más cercanos al franquismo, es ilustrativa de la práctica política de un hombre que va a dominar este período. Gabriel Arias (1904-1962) entró en el gobierno cuando Franco cambió sus ministros en julio de 1951. Es caracterizado de “supernacionalista y supercatólico”, como Luis Carrero Blanco, por De Miguel⁴⁴.

En los 50, España cambia, en apariencia, con relación a la década anterior. Los Estados Unidos de Norteamérica – son tiempos de la “guerra fría” – empiezan a dar un claro trato diferente al régimen franquista, tras un acuerdo de cesión de territorio para ubicar bases militares (aéreas y navales) en 1953, año en que también se firma un Concordato con el Vaticano. Si en 1955 España es admitida en Naciones Unidas, al año siguiente cesa (lo mismo que Francia) como administrador colonial de la parte norte de Marruecos, país que accede a la independencia.

De esta ‘década alargada’ mencionamos otras normas de censura, que establecen un nuevo sistema proteccionista del cine español, puesto que el anterior había derivado en una corrupción casi generalizada, ya que había productores favorecidos por sus películas españolas que “vendían” sus premios (licencias de importación de filmes extranjeros) a otros. Ahora, los primeros puestos de la clasificación de calidad recibían una subvención sobre el coste estimado de la película⁴⁵. Esta reglamentación hizo, al poco, que los cineastas procurasen, como con la derogada, agrandar y conectar con

⁴² “Aunque se insista en que “Un chien andalou”, la única película surrealista importante que se ha hecho en el mundo, es francesa porque en Francia se realizó, el español sabe que la hicieron españoles –Salvador Dalí y Luis Buñuel- con recto sentido español” (p. 15). “Una película mucho más española que portuguesa, “Inés de Castro”, ha asombrado en todas partes y ha merecido elogios tan calurosos como los de la prensa suiza, que la parangonaba con las mejores producciones del mundo” (p. 16). La publicación no tiene autoría personal, ni tampoco pie de imprenta.

⁴³ Ricardo de la Cierva, *Historia del franquismo*. Barcelona, Planeta, 1975, vol. II, p. 100, en T. González Ballesteros, *Aspectos...* cit., p. 159, n.º 88.

⁴⁴ A. de Miguel, *Sociología...* cit., p. 59. Carrero sería nombrado presidente de gobierno por Franco, en junio de 1973. Seis meses después muere asesinado en un espectacular atentado terrorista, efectuado por separatistas vascos. El hecho fue reproducido en dos películas de muy distinta calidad, *Comando Txiquia*, José Luis Madrid, 1976, y *Operación Ogro*, Gillo Pontecorvo, 1979.

⁴⁵ 50% las consideradas de “interés nacional”. El porcentaje se reducía un paulatinamente, 1.ªA/1.ªB/2.ªA hasta el 25% de la categoría 2.ª B. Las de 3.ª no recibían ayuda alguna. Las de las dos últimas escalas eran ‘castigadas’ con exclusiones de otros posibles beneficios. Se dictaron en julio de 1952.

la “sensibilidad” de los miembros del comité clasificador. Bajo otros presupuestos, se iba a repetir, incrementada, la censura encubierta y directa de los 40⁴⁶. El cine español entra en una difícil etapa – en manera cierta, contradictoria con la incipiente liberalización económica- de la que sólo saldrá en 1962, cuando el general Franco hace otro cambio ministerial.

Las empresas cinematográficas malviven con las coproducciones, mayormente con países europeos. Se consolida una práctica que llegará hasta 1977: se filman dobles versiones⁴⁷. Si la película se hace con Francia, la que se exhibía allí era diferente a la que se veía en España, desemejanza que podía alcanzar, también, al título. La administración del Estado, la censura, miran para otro lado.

En estos años comienzan su carrera comercial los primeros licenciados del I.I.E.C. que, dentro del proteccionismo censor, introducen tímidos aires de cambio. Los más renombrados serán Juan Antonio Bardem (1922-2002) y Luis García Berlanga.

Síntoma del malestar del medio cinematográfico fueron las Conversaciones de Salamanca, en mayo de 1955⁴⁸. Se pedía públicamente “un código de censura con normas concretas, válido para todo el cine nacional y extranjero, y redactado con la colaboración de los profesionales del cine”⁴⁹. Esta, y otras solicitudes, no fueron oídas por el gobierno.

3.4. Bajo el imperio de las normas censoras de 1963

“El régimen ya no es sólo su protagonista principal sin que, a la vez, éste haya dejado de ser su principal protagonista”.

Esas palabras de Ramírez, tratan de explicar el período “tecno-pragmático” en el que va a vivir España, y que se inaugura administrativamente con un nuevo gobierno, nombrado por Franco en 1962⁵⁰.

En los años 60, España recibe cada año un número mayor de turistas extranjeros (en contrapartida, son cada vez más numerosos los españoles que emigran a otros países

⁴⁶ R. Gubern, *La censura. Función...* cit., pp. 132-134. Una relación de películas prohibidas, o recortadas de diversos contenidos en este período puede verse en T. González Ballesteros, *Aspectos...* cit., pp. 246-284. Para los años 1963-1977, *ibidem*, pp. 285-348.

⁴⁷ Dobles versiones, en coparticipación, se habían hecho en la década anterior, cfr. J.M^a Folgar, “Inés de Castro: doble versión de José Leitão de Barros”, en *Los límites de la frontera: las coproducciones en el cine español. VII Congreso de la Asociación Española de Historia del Cine*. Madrid, *Cuadernos de la Academia*, 5, 1999, pp. 187-211.

⁴⁸ Se invitó a historiadores de cine y críticos extranjeros para que asistieran, pero el gobierno impidió que algunos pudieran estar presentes. El gestor de las mismas fue B. Martín Patino, y contaron con la aquiescencia del rector de la universidad, Antonio Tovar Llorente (1911-1984). Dirigidas a todo el sector cinematográfico, fueron pocos y nada significativos los productores que acudieron a ellas. Al finalizar se produjo una controversia: participantes progubernamentales dijeron sentirse manejados por algunos de los convocantes, la revista *Objetivo* y Ricardo Muñoz Suay, que eran tapados del clandestino Partido Comunista. V., J. Nieto Ferrando, J.M. Company Ramón (coords.), *Por un cine de lo real: cincuenta años después de las “Conversaciones de Salamanca”*. Valencia, Institut valencià de cinematografia Ricardo Muñoz Suay, 2006.

⁴⁹ En R. Gubern, *La censura. Función...* cit., p. 149.

⁵⁰ M. Ramírez, *España...* cit., pp. 49-77. Finalizaría, claro, con la muerte del general en 1975.

europesos). Una consecuencia de ese flujo, sobre todo del de entradas en el país, es la iniciación de un reformismo dentro de la ideología del régimen, que tiene su reflejo en las normas censoras de 9 de febrero de 1963 (B.O.E. de 8 de marzo). Estas fueron posibles gracias al impulso del ministro de Información y Turismo, que sustituyó a Arias, Manuel Fraga Iribarne y al de José M^a García Escudero, que por segunda vez ocupaba la Dirección general de Cinematografía. Sin embargo, el alcance efectivo de esas medidas fue visto solo en el campo de la epidermis corporal, por una gran parte de lo que hoy llamamos ciudadanía⁵¹.

Las normas de aplicación introducen toda una serie de prohibiciones explícitas, lo que hasta entonces no existía, que a su vez seguirán originando conflictos con los cineastas (v. notas 46 y 55).

Fue un intento poco acorde con la evolución que la sociedad española ya empezaba a mostrar en ese momento. Podríamos sintetizarlo con el dicho de intentar poner puertas al campo.

4. Recapitulamos

Desde el comienzo de la guerra civil, los sucesivos gobiernos del general Franco cuando legislaron en la cuestión cinematográfica, lo hicieron con dos marcos generales: prohibir la expresión de todo aquello que estuviera en contradicción con las ideas tradicionales que ellos manifestaban, y fomentar un cine que propagara, publicitara, esos valores. El primero recortaba la libre circulación tanto de filmes nacionales como extranjeros; el segundo trataba de conformar un cine propio que llegara a competir con el extraño.

5. Apéndice.

Exponemos, muy sucintamente, unos ejemplos, no aleatorios, de la práctica censora franquista, en el comienzo y en el final del período acotado.

El crucero Baleares.

Película del año 1941. El hundimiento de este buque de guerra en el Mediterráneo. No gustó a las autoridades de la Marina y, al parecer, fue destruida.⁵².

⁵¹ “Con Arias Salgado / todo tapado; / con Fraga / hasta la braga”, era “una cancioncilla sobre la censura”, que reproduce José M^a García Escudero en *La primera apertura. Diario de un director general*. Barcelona, Planeta, 1978, p. 128. Un libro publicado en 1974, Antonio Castro, *El cine español en el banquillo* (ed. Fernando Torres, Valencia) reproduce entrevistas con 29 directores españoles de cine, y en todas ellas, indefectiblemente, se toca el tema de la censura.

⁵² V. José Antonio Martínez-Bretón, “*El crucero Baleares*: un caso atípico de la censura franquista”, en *De Dalí a Hitchcock. Los caminos en el cine. Actas del V Congreso de la A.E.H.C.* A Coruña, C.G.A.I., 1995, pp. 137-154. El texto se puede consultar en www.cervantesvirtual.com/ Fue dirigida por Enrique del Campo.

Rojos y negros

Película del año 1942. Un melodrama amoroso entre una falangista y un comunista. Los dos acaban muriendo. Prohibida, se ha recuperado⁵³.

Viridiana

Película de 1961. Coproducción hispano-mexicana, que el exiliado Luis Buñuel aceptó dirigir. Sometida a los trámites de censura, fue finalizada a tiempo de competir en el festival de Cannes, en donde obtuvo un premio. A raíz de su exhibición, se desató una campaña en su contra, iniciada por el periódico oficial del Vaticano. La cinta no sólo se prohibió, sino que le fue retirada su condición de filme español. “Recuperó” su co-nacionalidad en 1977⁵⁴.

El verdugo

Película de 1963. Fue una prueba de fuego de las normas censoras recién implantadas. Se toca el tema de la pena de muerte, en un sistema político que la practica. Se le suprimieron algo más de cuatro minutos a la copia definitiva (que se le reinsertarían en 1977). Su exhibición en el festival de Venecia provocó la intervención del embajador de España en Italia⁵⁵.

⁵³ V. Sánchez-Biosca, *Cine y guerra civil: del mito a la memoria*. Alianza, Madrid, 2006. Acompaña al texto un dvd de la película citada. Fue dirigida por Carlos Arévalo. Estos dos casos indicaron claramente a los productores, que había muchas dificultades en la realización de películas sobre asuntos directamente relacionados con la guerra civil. Puede que esa fuera una de las causas del corto número de estas obras en el cine español del franquismo.

⁵⁴ V. Luis Buñuel, Julio Alejandro, *Viridiana*. Madrid, Alma-Plot, 1995; V. Sánchez-Biosca, *Viridiana*. Barcelona, Paidós, 1999.

⁵⁵ V. R. Gubern, *La censura. Función...*, cit., pp. 217-224.

A INSPECÇÃO DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS E A IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO

1. Da acção legislativa à dinâmica de intervenção

A Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, incumbida “da direcção e administração, ou da fiscalização superior, dos arquivos e das bibliothecas pertencentes ao estado a ás corporações e instituições sujeitas á superintendência do estado ou por elle subsidiadas” foi criada ainda durante a vigência do regime monárquico, pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887¹.

Este diploma regulava, do ponto de vista estatal e político, aquilo a que hoje poderíamos chamar os serviços públicos de informação/documentação e estabelecia as bases de um sistema que se manteve, nos seus fundamentos e nas suas linhas gerais, praticamente inalterado até algum tempo depois do 25 de Abril de 1974, mais concretamente até meados dos anos oitenta, altura em que as bibliotecas e os arquivos deixaram, definitivamente, de estar dependentes do Ministério da Educação para passarem a ser tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura.

A actividade da Inspeção numa primeira fase não está particularmente documentada e, ao que se sabe através de escritos posteriores, a sua acção não foi muito significativa. A principal fonte conhecida, que permite lançar alguma luz sobre os primeiros anos de vida deste organismo, é uma “Memória”, datada de 1892 e elaborada pelo então Inspector-Geral interino, Tomás Lino da Assunção, que foi escrita com o fim de ser apresentada ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, que teve lugar em Madrid, nesse mesmo ano, e do qual foi vice-presidente Bernardino Machado².

Este texto, bem como a legislação promulgada para o sector das bibliotecas e arquivos, são a expressão mais fiável da actividade da Inspeção numa primeira etapa da sua vida,

¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrução Pública: 1.^a Repartição: [Decreto de 29 de Dezembro de 1887]. *Diário do Governo*. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888) 18.

² Cf.: ASSUNÇÃO, Tomás Lino da – *Memoria da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*. Ed. facsimile. Coord. Paula Lamego. Vila Nova de Famalicão : Câmara Municipal, Museu Bernardino Machado, 2004. (Manuscritos do Fundo Particular de Bernardino Machado). ISBN 972-9152-93-4. O manuscrito desta edição encontra-se no Museu Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão.

ou seja, até à implantação do regime republicano. Neste período, a Inspeção teve um papel particularmente importante na preparação de diplomas legislativos, destinados a regular o funcionamento dos organismos que tutelava, e empreendeu uma série de acções voltadas para a salvaguarda da documentação histórica. A partir das fontes disponíveis, percebemos claramente que a sua actividade no que respeita ao cumprimento da legislação sobre incorporações de fundos documentais de interesse histórico nos serviços sob a tutela do Estado foi, de facto, eficaz³. As incorporações foram a grande prioridade tendo os aspectos mais técnicos sido objecto de menor atenção, como se pode comprovar através do órgão oficial da instituição, que se publicou entre 1902 e 1911, sob o título *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*.

A mudança de atitude e o incremento da acção verificaram-se após a instauração do novo regime. Com a implantação da República, a aposta política na área da instrução produziu, desde logo, alterações ao quadro legal em que a Inspeção se inseria. Em 18 de Março de 1911, é promulgado um decreto que reorganiza os “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes, dependentes da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial”, integrada no Ministério do Interior⁴, passando a haver dois inspectores, nomeados pelo Governo a título vitalício, um destinado à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e outro à Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis. O extenso preâmbulo do diploma justifica ideologicamente as medidas legislativas que o mesmo encerra, inserindo esta reestruturação nos ideais caros aos republicanos.

Na verdade, durante o período cronológico correspondente à Primeira República, vamos assistir a um incremento notável das bibliotecas e dos arquivos, que é, por um lado, reflexo de novas orientações político-ideológicas e, por outro, fruto da acção de algumas personalidades como Júlio Dantas, António Ferrão e Raul Proença, que assumem responsabilidades importantes, do ponto de vista político, de gestão e de coordenação técnica.

O dinamismo que caracterizou o sector bibliotecário e arquivístico, protagonizado em grande medida pela Biblioteca Nacional, na fase em que Jaime Cortesão exerceu o cargo de director e em que a chefia dos Serviços Técnicos esteve entregue a Raul Proença, permitiu delinear e, em alguns casos, pôr em prática, projectos de grande envergadura, cuja concepção, do ponto de vista técnico, estava perfeitamente em consonância com os desenvolvimentos internacionais. A visão republicana para este sector de actividade,

³ O Decreto de 29 de Dezembro de 1887, que criou a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, determinou que o limite cronológico, que balizava a incorporação de documentos históricos no Arquivo da Torre do Tombo, era alargado do ano de 1600 para 1834, estendendo-se a obrigatoriedade das incorporações aos documentos “que houverem pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado actualmente extinctos, e aos que não forem necessarios ao serviço e expediente d’aquelles em cuja posse estejam” (ver: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção Geral de Instrucção Pública: 1.ª Repartição: [Decreto de 29 de Dezembro de 1887] (*ob. cit.*) art. 5.º).

⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério do Interior : Direcção Geral da Instrucção Secundária, Superior e Especial : [Decreto de 18 de Março de 1911]. *Diário do Governo*. Lisboa. 65 (21 Mar. 1911) p. 1.213-1.215.

Em 1913, pela Lei de 7 de Julho, é criado o Ministério da Instrucção Pública, do qual passam a depender os serviços de instrução. Entre esses serviços contava-se a Direcção-Geral da Instrucção Secundária, Superior e Especial, que este diploma extingue, passando os serviços das bibliotecas e arquivos do Estado a depender da Repartição de Instrucção Artística.

enquadrado no amplo campo da instrução pública foi, sem dúvida, muito fecunda em estudos, produção de textos e promulgação de leis com vista à afirmação de uma área considerada estratégica para o regime político em vigor. Contudo, a falta de meios financeiros e humanos obstou a que muitas das ideias e projectos republicanos tivessem uma concretização efectiva. Coarctadas na sua implementação foram, por exemplo, a rede de bibliotecas populares e móveis, que se pretendia alargar a todo o País, ou a criação da rede de arquivos distritais, que se projectara para cobrir toda a área de Portugal continental e ilhas adjacentes.

Ficava, porém, da herança republicana, um programa de acção bem delineado, um enquadramento legal, que denunciava uma visão moderna e prospectiva, e realizações efectivas, de elevado nível técnico, como foi o caso específico da reforma operada na Biblioteca Nacional. Neste contexto, o papel da Inspeção como organismo de tutela era valorizado ao nível político e na vertente técnica e administrativa, cabendo à figura do Inspector Júlio Dantas, nomeado em 1912, a responsabilidade máxima das acções empreendidas.

2. Dos constrangimentos ideológicos à manutenção do *status quo*

2.1. As primeiras reformas do novo regime

A mudança de regime político, iniciada com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, veio provocar alterações de fundo nas políticas direccionadas para a instrução e a cultura, envolvendo, naturalmente, as bibliotecas e os arquivos. Os ideais republicanos em prol de uma cultura erudita, coexistindo com a instrução do povo, veiculada em grande parte pela difusão do livro e da leitura, por meio das bibliotecas populares, não vão ter seguidores no quadro do novo regime. Se bem que, numa primeira fase, a acção da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos – ainda sob a alçada de um Júlio Dantas interveniente e colaborador activo com o novo poder político – vá ter uma expressão significativa, particularmente no delinear de um novo enquadramento legislativo, a breve trecho essa dinâmica vai esmorecer, em favor da rotina e da apatia que passam a caracterizar aquele organismo estatal.

As primeiras acções legislativas do novo regime ocorreram pouco tempo depois da tomada do poder em Maio de 1926 e tiveram um carácter acentuadamente restritivo, sendo justificadas por razões financeiras e pela necessidade de racionalizar recursos, embora motivos de ordem político-ideológica tenham estado por detrás de muitas das medidas tomadas. Tal foi o caso da Biblioteca Nacional, onde o dinamismo técnico, editorial e cultural da sua direcção (a cargo de Jaime Cortesão), grandemente apoiada nos Serviços Técnicos chefiados por Raul Proença, constituíram, de imediato, um alvo a abater, dado o incómodo ideológico que causavam ao poder instituído. O facto de Proença e Cortesão serem figuras proeminentes do grupo da *Seara Nova*, claramente opositor ao regime imposto em 28 de Maio de 1926, e de não se coíberem de actuar em conformidade com os seus ideais genuinamente republicanos, rapidamente fez com que se tornassem alvos de perseguições e arguidos num processo que culminou

com a sua demissão compulsiva da Biblioteca Nacional, o exílio e, no caso de Raul Proença, a insanidade mental nos últimos anos de vida⁵.

A remodelação intentada na Biblioteca Nacional, no sentido de um maior controlo político e de uma redução de despesas, efectivou-se por meio de alguns diplomas legislativos, promulgados no primeiro semestre de 1927⁶, e que tiveram por finalidade óbvia a resolução de problemas sentidos, especificamente, nesta instituição. Contudo, a reforma de fundo dos serviços das bibliotecas eruditas e arquivos não estava fora das preocupações do novo regime e também não se fez tardar. Ocorreu com a aprovação do Decreto n.º 13.724, de 27 de Maio de 1927⁷ e procurou abarcar não só os serviços, mas também aspectos de carácter técnico e a formação profissional.

O preâmbulo do referido diploma é elucidativo sobre as mudanças operadas num contexto de restrições económicas e preconiza medidas de acordo com a situação: “Um grande espírito de realidade domina os diplomas que o Governo hoje, promulga. As bibliotecas e os arquivos não podem parasitar na vida do País, pejando-se de empregados, envolvendo-se em riscos industriais; têm de se subordinar às dificuldades do Tesouro, aos seus recursos modestos, servindo com devoção o interesse nacional”⁸. Nesta linha de pensamento e acção, o Estado promovia, através deste decreto, uma maior autonomia e descentralização dos serviços, mas entregava-os um pouco à sua sorte, demitindo-se dos encargos financeiros essenciais para assegurar a sua organização e funcionamento. Um outro extracto do preâmbulo do mesmo diploma deixa transparecer bem a política gizada para o sector:

“O conjunto de medidas, a seguir promulgadas, obedece a êsse escopo [refere-se às restrições financeiras]. Reduz-se consideravelmente a despesa da Biblioteca Nacional, que financeiramente gozava duma situação privilegiada, sem o correspondente proveito do serviço e do pessoal de carreira, e transfere-se para outros estabelecimentos sempre sistematicamente esquecidos o seu excedente. Alargam-se as atribuições dos chefes e sua competência disciplinar; melhora-se a situação do pessoal, procura-se dignificá-lo e estimular a sua dedicação. A Inspeção é dotada duma rede de arquivos e delegados distritais, sem novos encargos para o Estado. Os serviços são simplificados e embaratecidos,

⁵ A descrição pormenorizada dos últimos tempos em que Cortesão e Proença trabalharam na Biblioteca Nacional e o processo persecutório a que foram sujeitos pode-se ler em: *Raul Proença: o caso da Biblioteca. Organização, estudos e notas de Daniel Pires e José Carlos González*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1988.

⁶ Vejam-se, em particular, os seguintes diplomas: Decreto n.º 13.151, de 15 de Fevereiro de 1927, que extinguiu o lugar de director dos Serviços Técnicos da Biblioteca Nacional; Portaria n.º 4.825, de 3 de Março de 1927, dispensando do serviço todo o pessoal assalariado da Biblioteca Nacional; Decreto n.º 13.240, de 4 de Março de 1927, estabelecendo as condições de funcionamento dos serviços técnicos da Biblioteca Nacional; Decreto n.º 13.420, de 2 de Abril de 1927, autorizando a Comissão Liquidatária da Tipografia da Biblioteca Nacional a mandar efectuar todos os trabalhos que julgasse necessários aos interesses do Estado; Decreto n.º 13.490, de 18 de Abril de 1927, autorizando o Director da Biblioteca Nacional a pagar três meses de ordenado ao pessoal assalariado despedido em 3 de Março de 1927 e que não estivesse sujeito a sanções disciplinares.

⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto n.º 13:724 [de 27 de Maio de 1927]. *Diário do Governo. 1.ª série*. Lisboa. 114 (3 Jun. 1927) 881-901.

⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública: Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto n.º 13:724... (*ob. cit.*) p. 881.

de modo a apressar a actualização dos catálogos, a modernização das colecções, bem servindo as solicitações do público estudioso e leitor, que é o fim último de toda a organização bibliotecária e arquivística. Não se cria nenhum imposto novo, não se aumenta nenhum, antes se reduzem os do depósito obrigatório. Estabelece-se o princípio de que as administrações autónomas, dentro da sua liberdade e responsabilidade, devem diligenciar aliviar o Estado dos seus encargos. E, prevenindo a hipótese de que a execução dos presentes diplomas trouxesse, em contrário da previsão orçamental, algum aumento de despesa, o Ministro da Instrução Pública fica autorizado a reduzir vencimentos, gratificações e dotações até ao preciso para que tal agravamento não se dê”⁹.

A reforma de 1927 não procurou apenas legislar sobre a organização da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e organismos dela dependentes (a biblioteca e o arquivo nacionais, a Biblioteca da Ajuda, a Biblioteca Pública de Braga e a Biblioteca Pública de Évora), no sentido de uma maior contenção administrativa e financeira, mas introduziu alguns aspectos inovadores. Um deles foi o previsto no art. 127.º, a saber: “Bienalmente, no mês de Maio e durante três dias, realizar-se há uma conferência inter-bibliotecária e arquivística, com o fim de discutir questões de ordem técnica, divulgar os trabalhos efectuados, estabelecer a possível uniformidade de métodos e promover convívio com os investigadores”. Estas conferências deveriam estar sujeitas a um programa previamente fixado, sendo as suas actas e comunicações publicadas nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, órgão oficial da Inspeção¹⁰. Contudo, e apesar de entre 1927 e 1931 esta publicação não ter sido editada, não se encontram notícias da realização nem a publicação de quaisquer resultados das conferências inter-bibliotecárias e arquivísticas, previstas na lei.

Inovador foi, também, o facto de em anexo ao diploma serem publicadas as *Normas para o serviço da catalogação*, as quais se baseavam, naturalmente, no trabalho desenvolvido e posto em prática, na Biblioteca Nacional, por Raul Proença.

A par da reforma da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e dos organismos dela dependentes ocorreu a reestruturação dos serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, através do Decreto n.º 13.726¹¹. Pretendia-se que “não só a Biblioteca Popular de Lisboa possa cumprir dentro da capital a sua alta missão, mas também que fique dotada com um sistema especial de serviços que lhe permita, gradualmente, lançar pelo País uma vasta rede de leitura e cultura popular, utilizando para tal os recursos e regalias que se lhe vão facultar”¹². Além disso, as bibliotecas populares passariam a ter receita própria “fornecida pelas regiões que elas vão directamente interessar” ficando o Estado apenas “com o encargo de lhes dar o primeiro impulso, continuando a despender com elas pouco mais do que até agora estava gastando”¹³.

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ Esta publicação teve início em Outubro de 1914, sob o título *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, tendo a 1.ª série terminado em Abril de 1917. Uma 2.ª série foi reactivada em Março de 1920, graças, sobretudo, à iniciativa de Raul Proença.

¹¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 13:726 [de 27 de Maio de 1927]. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 114 (3 Jun. 1927) 918-921.

¹² PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 13:726... (*ob. cit.*) p. 919.

¹³ *Idem, ibidem.*

Esta mudança de perspectiva, pretensamente orientada para uma maior autonomia das bibliotecas populares, na prática, traduziu-se numa desresponsabilização do Estado relativamente a este sector, que tão caro havia sido à República, e acabou por não favorecer o desenvolvimento da rede de bibliotecas populares, que ficaram entregues a si mesmas e sem o apoio financeiro imprescindível para funcionarem adequadamente.

A perspectiva centralista, conservadora e de controlo, que começava paulatinamente a impor-se, manifestava-se também neste diploma, numa disposição claramente limitativa da liberdade de expressão e do acesso à informação. No art. 21.º determinava-se que: “É absolutamente vedado fornecer ao público das bibliotecas populares e móveis quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado. A fiscalização do que se prescreve neste artigo cabe ao inspector das bibliotecas populares e móveis, ao director da Biblioteca Popular de Lisboa e a todos os cidadãos no pleno uso dos seus direitos políticos”¹⁴.

As primeiras medidas reformadoras do sector bibliotecário e arquivístico foram muito efémeras pois, quase de imediato, começou a ser preparada a grande reforma do Estado Novo para esta área, a qual veio a ser promulgada em 1931. Precedeu-a a criação de um novo serviço, inspirada por motivações de carácter ideológico bem em consonância com a visão que o regime veiculava. Estamos a referir-nos ao Arquivo Histórico Colonial (hoje Arquivo Histórico Ultramarino), instituído pelo Decreto n.º 19.868, de 9 de Junho de 1931, na dependência do Ministério das Colónias¹⁵. O diploma veio formalizar aquilo que já existia, de facto, há alguns anos, nas instalações do Palácio da Ega, à Junqueira, com o nome de Arquivo Geral das Colónias e visava concentrar, num mesmo espaço, todos os arquivos do Ministério das Colónias, espalhados por diferentes locais.

Em plena época de instauração do Estado Novo, os jornais preocupavam-se em noticiar o novo serviço que, de algum modo, simbolizava a grandeza do império colonial e a prova de que o poder instituído tinha particular interesse neste organismo é que diversos membros do Governo e o próprio Presidente da República visitaram o Arquivo Histórico Colonial, contribuindo assim para a difusão na imprensa de um número significativo de notícias a esse respeito¹⁶.

¹⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 13:726... (*ob. cit.*) p. 920.

¹⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Colónias: Decreto n.º 19:868. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 133 (9 Jun. 1931) 1.080-1.081.

¹⁶ Ver, por exemplo: O Arquivo Colonial recebeu, ontem, a visita dos srs. Presidente da República e do Ministério e Ministro das Colónias. *O Seculo*. Lisboa. 50:17.486 (13 Nov. 1930) 12; O Arquivo Geral das Colónias foi ontem visitado pelo sr. Presidente da República e outras entidades oficiais. *Diário de Notícias*. Lisboa. 66:23.273 (13 Nov. 1930) 1; O Arquivo Histórico Colonial foi ontem visitado pelo Chefe de Estado e por alguns membros do Governo. *A Voz*. Lisboa. 6:1.351 (13 Nov. 1930) 6; No “Palácio da Ega”: o Arquivo Histórico Colonial... *Novidades*. Lisboa. 45:10.839 (13 Nov. 1930) 1-2; No Palácio da Ega: o chefe do Estado visitou hoje o Arquivo Colonial. *Diário de Lisboa*. Lisboa. 10:2.943 (12 Nov. 1930) 8.

2.2. A “lei de bases” para o sector das bibliotecas e dos arquivos: o Decreto n.º 19.952

A reforma mais estruturante do sector das bibliotecas e dos arquivos começou a ser gizada pouco tempo depois de promulgada a primeira legislação do novo regime, em 1927. Para o efeito, o Ministro da Instrução Pública nomeou uma comissão, presidida por Júlio Dantas, com o objectivo de “elaborar novo projecto de organização dos serviços bibliotecários e arquivísticos”¹⁷ e, assim, rever os decretos n.º 13.724 e 13.726. A proposta de diploma, elaborada pelo próprio Júlio Dantas, só foi convertida em lei três anos depois de ser apresentada – numa altura em que se entrava já claramente num período de consolidação do regime –, consumando-se pelo Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931¹⁸. Nesta altura é já bem perceptível a atitude do Inspector. Atravessara toda a Primeira República na chefia da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, pondo em prática uma política em muito diferente da que agora se perspectivava para o sector, mas aderira rapidamente às novas ideias do Estado Novo, valendo-lhe isso a continuidade no cargo até se aposentar, em 1946¹⁹.

O Decreto n.º 19.952 teve uma importância fundamental, pois deu enquadramento legal a reformas efectivas e constituiu a base da política biblioteconómica e arquivística de mais longa duração desde que fora instituída a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Imbuída de um espírito fortemente centralista do ponto de vista político, a reforma de 1931 visou, antes de tudo, reorganizar a Inspeção “num sentido de grande amplificação das suas atribuições, tornando-se assim muito mais larga e fecunda a sua acção, que daqui em diante se fará sentir sobre muitas bibliotecas e arquivos até agora completamente arredados dela”²⁰. O preâmbulo do decreto exprime bem esse alargamento de funções, o qual, na realidade, era sobretudo um reforço do poder centralizador deste organismo, perspectiva em que ganhava todo o sentido a extinção da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, passando os serviços dela dependentes, entre os quais se destacava a Biblioteca Popular Central de Lisboa, a ser tutelados directamente pela Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Esta medida é justificada de uma forma bastante incisiva, nestes termos:

“Durante muito tempo foi costume considerar as bibliotecas populares como opostas às bibliotecas científicas e eruditas, e até como antagónicas destas. Tal orientação vai passando e, actualmente, em biblioteconomia, está prevalecendo cada vez mais uma

¹⁷ Ver: DANTAS, Júlio – Criação e organização dos arquivos distritais. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.ª série. 10:37/38 (Jan.-Jun. 1932) 9-10.

¹⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 147 (27 Jun. 1931) 1.253-1.269.

¹⁹ O novo diploma reformador das bibliotecas e dos arquivos, bem como a proposta de criação do Arquivo Histórico Colonial são dois sinais evidentes da adesão de Júlio Dantas ao Estado Novo e reveladores da sua interpretação inequívoca da política oficial vigente. Não foi também por acaso que o Decreto n.º 19.952, no seu art. 16.º, tornou vitalícios os lugares de Inspector e Sub-inspector das bibliotecas e arquivos, os quais eram desempenhados, respectivamente, por Júlio Dantas e António Ferrão.

²⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) p. 1.253.

concepção muito diferente dessa. Bibliotecários eminentes, em importantes revistas da especialidade, como a *Zentralblatt für Bibliothekswesen*, têm mostrado que a técnica bibliotecária une esses dois tipos de bibliotecas e que a ciência e a erudição só aparecem depois em discriminações de pormenor.

Assim, tudo leva a coordenar tais serviços: o lado técnico, bibliotecário, o aspecto económico e a dificuldade insuperável de saber onde acaba a leitura popular e começa a leitura científica e erudita.

Tais tipos de bibliotecas correspondem muito mais a uma questão de topografia da leitura, isto é, à necessidade de salas separadas para clientelas diferentes, do que a uma questão íntima, espiritual, cultural de núcleos bíblicos em armazéns ou depósitos separados²¹.

Além da centralização das funções de orientação e de fiscalização dos arquivos e das bibliotecas, também se tomam medidas em favor da “uma melhor organização dos serviços”. E, tendo em vista tal objectivo, estabelece-se uma classificação “tam rigorosa quanto possível, dêesses estabelecimentos, o que permite decidir com mais facilidade qual o destino a dar aos núcleos de manuscritos a incorporar e aos impressos a adquirir”²². Esta classificação visava também introduzir alguma economia na aquisição de bibliografia estrangeira, pois, segundo o legislador, agora seria possível “elaborar um plano de aquisições de acordo com o carácter de cada biblioteca”, evitando-se, assim, a existência de duplicados numa mesma instituição.

Após um extenso preâmbulo em que se expõem, de forma aprofundada, as motivações para a reforma dos serviços das bibliotecas e dos arquivos e a visão do Governo para esta área, o articulado inicia-se com as disposições relativas à Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, às quais se seguem as respeitantes aos inúmeros organismos dela dependentes, quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista técnico: Biblioteca Nacional de Lisboa; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Biblioteca da Ajuda; Biblioteca de Évora; arquivos distritais do Porto e de Coimbra; Arquivo Municipal de Guimarães; bibliotecas públicas de Braga, de Castelo Branco, de Vila Real e de Ponta Delgada; bibliotecas eruditas de Leiria e de Bragança; Biblioteca Popular Central de Lisboa; bibliotecas populares e móveis; arquivos e bibliotecas municipais e paroquiais; arquivos e bibliotecas dos institutos científicos do Estado, das universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior; arquivos e bibliotecas dos estabelecimentos de ensino secundário, artístico, técnico, profissional e especial; arquivos dos ministérios, tribunais, hospitais e de outros estabelecimentos e serviços do Estado; bibliotecas hospitalares, prisionais e outras; salas públicas de jornais.

Seguem-se os títulos relativos à preparação profissional do pessoal dos arquivos e das bibliotecas, aos inventários e catálogos dos arquivos e bibliotecas do Estado e aos trabalhos de bibliografia portuguesa.

Como se pode perceber do elenco das disposições regulamentares enunciadas, o diploma de 27 de Junho de 1931 configura-se como uma verdadeira “lei de bases” para o sector bibliotecário e arquivístico. Tem uma abrangência até então nunca plasmada

²¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) p. 1.254.

²² *Idem, ibidem.*

na lei e procura abarcar todo o tipo de serviços de informação/documentação, inseridos numa classificação que é estabelecida, tanto para o sector das bibliotecas como para o sector dos arquivos.

Na parte final deste diploma, são consideradas algumas questões mais específicas (aspectos técnicos e formação profissional) e são incluídas umas “disposições gerais”, relativas aos meios para fazer cumprir esta lei, bem como a futuros desenvolvimentos destinados a regulamentar aspectos particulares da mesma. O art. 189.º prevê exactamente que “A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos proporá ao Ministro da Instrução Pública, no prazo máximo de seis meses a contar da data de publicação deste decreto, os regulamentos necessários para a sua mais completa e profícua execução”²³. Contudo, promulgada a lei estruturante para o sector das bibliotecas e dos arquivos, o ritmo legislativo do regime nesta matéria abrandou significativamente e diminuiu imenso em número de diplomas, sobretudo se o compararmos com a produção que caracterizou a Primeira República Portuguesa, em que era dada uma importância crucial às questões da instrução pública, aí inserindo a política arquivística e biblioteconómica. Deste modo, os prometidos diplomas regulamentares ficaram, na sua maioria, por aprovar.

O Decreto n.º 19.952 manteve-se em vigor durante mais de três décadas, regulando todos os aspectos da vida dos arquivos e das bibliotecas do País, mesmo dos que não dependiam directamente da tutela administrativa do Estado. A actividade da Inspeção, bem como a acção concreta do seu líder, o Inspector Júlio Dantas, vão paulatinamente perdendo dinamismo e a rotina tende a instalar-se. A Inspeção passa a centrar-se, sobretudo, na gestão corrente, não havendo iniciativas legislativas de grande impacto, a não ser, porventura, a criação de alguns arquivos distritais²⁴ e, em 1937, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças²⁵, com o objectivo de resolver o problema dos arquivos de secretarias de Estado oitocentistas, que já não puderam ser incorporados na Torre de Tombo, por falta de espaço, tendo ficado à guarda da Direcção-Geral da Fazenda Pública.

²³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) p. 1.269.

²⁴ Em 30 de Dezembro de 1931 foram reguladas as condições de funcionamento do Arquivo Distrital do Funchal, já criado pelo Decreto n.º 19.952 (cf.: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 20:690. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. 300 (30 Dez. 1931) 2.778-2.779; em 21 de Janeiro de 1932 foi criado o Arquivo Distrital de Viseu (cf.: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 20:803 [de 21 de Janeiro de 1932]. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. 18 (22 Jan. 1932) 178-179); em 13 de Fevereiro de 1933 foi criado o Arquivo Distrital de Portalegre (cf.: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 22:189. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. 35 (13 Fev. 1933) 175-176); em 20 de Abril de 1948 foi criado o Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (cf. PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes : Decreto-lei n.º 36:842. *Diário do Governo. 1.ª série.* Lisboa. 91 (20 Abr. 1948) 316-317).

²⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério das Finanças : Direcção Geral da Fazenda Pública : Decreto-lei n.º 28.127. *Diário do Governo. 1.ª série.* 268 (17 Nov. 1937) 1.217-1.219.

Sobre a questão dos arquivos distritais, o próprio Júlio Dantas manifesta a sua preocupação, num relatório datado de 2 de Maio de 1932, que envia ao Director Geral do Ensino Superior²⁶. Considerando que o diploma de 1931 “representa um notável passo dado no sentido da instituição da rede de arquivos distritais que o País reclama”, diz o seguinte: “Quere isto dizer que o decreto n.º 19:952 resolveu o problema dos arquivos distritais em Portugal? Infelizmente não. Decorridos quasi dez meses sobre a sua promulgação, eu apenas pude enviar a V. Ex.^a os projectos de decreto instituindo o Arquivo Distrital de Ponta Delgada, já criado de facto, embora não de direito, por acôrdo entre esta Inspeção e a Junta Geral Autónoma; o Arquivo Distrital do Funchal, que o diploma orgânico n.º 19:952 incluía no número dos arquivos distritais existentes [artigo 10.º, alínea i)], esquecendo-se, entretanto, de definir e de assegurar as suas condições de organização e de funcionamento; e o Arquivo Distrital de Viseu”²⁷. E mais adiante: “O facto de se haver limitado à criação dos três arquivos, que acabo de citar, a actividade da Inspeção durante quasi dez meses, significa que esta Repartição encontrou, por parte das juntas gerais e das comissões administrativas dos municípios, dificuldades que até agora não pôde vencer, e que dizem respeito, quer à cedência de edificios para instalação dos arquivos distritais, quer à inscrição, nos respectivos orçamentos, das verbas necessárias para ocorrer aos encargos desses novos serviços”²⁸.

Seguidamente, o inspector descreve as diligências feitas e os obstáculos encontrados em cada um dos distritos, impeditivos do desenvolvimento da rede de arquivos distritais projectada para o País, para concluir o seu relatório com a convicção de que o que restava fazer só poderia “entrar no domínio das realidades quando as condições do Tesouro Público permitirem que o Estado chame a si todos os encargos administrativos dos arquivos distritais existentes, e daqueles que seja necessário ainda criar”²⁹.

2.3. As iniciativas no plano técnico

Apesar dos constrangimentos e limitações que cercaram a actividade da Inspeção nos anos subsequentes, as iniciativas no plano técnico merecem ser realçadas, embora se devam, quase exclusivamente, a António Ferrão, nomeado para o cargo de sub-inspector em 1929 e provido na chefia máxima da Inspeção, em 1946, após a aposentação de Júlio Dantas.

A acção da Inspeção após a promulgação da importante reforma de 1931 pode ser atestada por diversos escritos, designadamente os memorandos ou crónicas publicados nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*³⁰ ou os relatórios do Inspector Geral,

²⁶ Este relatório foi posteriormente publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (ver: DANTAS, Júlio – Criação e organização dos arquivos distritais (*ob. cit.*)).

²⁷ DANTAS, Júlio – Criação e organização dos arquivos distritais (*ob. cit.*) p. 10.

²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹ DANTAS, Júlio – Criação e organização dos arquivos distritais (*ob. cit.*) p. 13.

³⁰ PORTUGAL. Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos – Nota sumária de alguns assuntos mais importantes tratados em officios e relatórios... durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1931... *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.ª série. 9 (1931) 104-106; PORTUGAL. Inspeção Geral

relativos a inspecções aos estabelecimentos dependentes, também datados de 1932³¹. Igualmente importante é o testemunho de António Ferrão, dado no relatório que elaborou em Setembro de 1931, referente ao período de tempo em que substituiu, interinamente, o Inspector Júlio Dantas, à frente do organismo coordenador das bibliotecas e arquivos³².

Estes escritos, de par com os textos publicados na época em que António Ferrão assumiu as funções de Inspector são as fontes de informação mais ilustrativas da actividade da Inspecção, em todas as suas vertentes, a qual procurou sempre situar-se dentro do quadro legal do Decreto n.º 19.952, de 1931.

Embora a dinâmica da Inspecção tenha esmorecido ao longo dos anos, a verdade é que, no que toca aos aspectos técnicos e normativos, houve algumas iniciativas dignas de nota, apesar das consequências práticas dessas medidas não se terem feito sentir de forma significativa.

Em matéria de tratamento técnico documental e no sentido de melhorar o estado do acesso à informação, incumbia-se a Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos, entre outras coisas, de “estudar o regime geral da catalogação, bem como de organização de índices, inventários e roteiros para os estabelecimentos dependentes da Inspecção”³³, percebendo-se claramente que as “Regras de Catalogação” elaboradas por Raul Proença e postas em prática na Biblioteca Nacional haviam já sido banidas como instrumento de normalização, se bem que ainda continuassem em uso na instituição onde foram geradas.

Além disto, é ainda de realçar o trabalho desenvolvido com vista à identificação e caracterização dos serviços detentores de documentação: o inquérito às bibliotecas municipais, levado a cabo por António Ferrão, em 1932-1933, o qual permitiu concluir que a sua situação era “lamentável”; o projecto de inquérito, elaborado em 1943, por iniciativa de Júlio Dantas, mas do qual foi encarregado, de novo, o sub-inspector António Ferrão, e que se destinava a todos os organismos detentores de acervos documentais, incluindo as “Ilhas adjacentes” e o “Império Colonial”; e um novo inquérito, promovido em 1946, ocupando já António Ferrão o cargo de Inspector.

Como já sucedera em épocas anteriores, as acções de diagnóstico promovidas pela Inspecção eram levadas a efeito com bastante rigor e empenho, mas as consequências naturais deste trabalho, que deveriam saldar-se em medidas concretas para melhoria da deficiente situação detectada, nunca chegaram a efectivar-se.

Nos anos subsequentes, à excepção do período em que António Ferrão dirigiu a Inspecção das Bibliotecas e Arquivos (1946-1954), nada de relevante merece ser assinalado. Nesta fase, porém, o estudo e a reflexão, plasmados em inúmeros relatórios técnicos enviados à tutela, atingiram um nível nunca antes alcançado, mas não lograram

das Bibliotecas e Arquivos – Alguns assuntos mais importantes tratados em officios e relatórios... durante o primeiro semestre de 1932. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.ª série. 10 (1932) 75-81.

³¹ DANTAS, Júlio – Relatórios do Inspector Geral : inspecções a arquivos. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.ª série. 10 (1932) 121-133.

³² FERRÃO, António – *Alguns serviços dos arquivos e bibliotecas do Estado : relatório*. Lisboa : [s. n.], 1932. (Originalmente publicado em: *Diário do Governo*. 2.ª série. Lisboa. 13 (16 Jan. 1932) 216-223.)

³³ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) art. 25.º, § 6.º, p. 1.258.

atingir a efectiva concretização, pois o despacho superior exarado nas propostas de António Ferrão, quase invariavelmente, resumia-se a um lacónico “Aguarde”.

2.4. A formação profissional

Um outro aspecto que merece ser relevado é o da reorganização do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, numa perspectiva muito mais centralista, aliás, em consonância com a generalizada reforma da administração pública. Passava agora a ser um “curso exclusivamente profissional”³⁴, tendo sofrido, em conformidade, uma redução curricular. Passou a ter a duração de apenas dois anos e a incluir um elenco de disciplinas muito mais reduzido³⁵.

Uma outra alteração significativa operada teve a ver com as condições de acesso ao curso (agora inteiramente dependente da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e já não da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), que passava a ter estatuto de curso de pós-graduação. Contudo, esta maior “profissionalização” do Curso teve uma duração breve, pois em 1935, um novo diploma fê-lo regressar à Universidade (desta vez, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), onde se manteve inalterado durante quase meio século, ou seja, até 1982, ano em que foi extinto. A sua concepção assentava numa visão erudita que revelava que a formação dos bibliotecários e arquivistas continuava a ser moldada pela matriz histórico-tecnicista que desde a Revolução Francesa se fora desenvolvendo e consolidando de forma paradigmática.

A evolução internacional, marcada pelo desenvolvimento da informação científica e técnica e pela associação das novas tecnologias ao tratamento da informação, que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, passou a influenciar os modelos formativos, quer na Europa, quer nos Estados Unidos da América, tardou a produzir efeitos em Portugal. A situação política do País durante o período do Estado Novo, caracterizada por um isolamento relativamente ao exterior, não favoreceu os contactos internacionais nem o acompanhamento da evolução que se verificava na Arquivística, na Biblioteconomia e em novas áreas como a Documentação e a Ciência da Informação (*Information Science*), em franco desenvolvimento desde o final dos anos cinquenta do século XX. A consciência do atraso que se vivia em Portugal, nomeadamente por parte da classe profissional, conseguiu impulsionar a criação de um modelo de formação alternativo ao velho Curso de Bibliotecário-Arquivista, que se traduziu na criação, em 1969³⁶, de um Estágio destinado à preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, o qual conferia também habilitação própria para o desempenho

³⁴ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes : Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) p. 1.254.

³⁵ As disciplinas eram as seguintes: Bibliologia (um semestre), Biblioteconomia (um semestre), Arquivologia e Arquivo-economia (um semestre), Paleografia (um ano), Diplomática e Esfragística (um ano), Numismática e Medalhística (um semestre) e Iconografia e Iluminura (um semestre) – cf.: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Decreto n.º 19:952 (*ob. cit.*) art. 160.º, p. 1.267.

³⁶ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Educação Nacional : Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes : Decreto-lei n.º 49.009 [de 7 de Maio de 1969]. *Diário do Governo. 1.ª série*. Lisboa. 116 (16 Maio 1969) 537-538.

das funções que, até então, eram asseguradas somente pelo curso de bibliotecário-arquivista. Mas, apesar da existência desta outra modalidade de formação, o curso instituído, em 1935, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, continuava a ser o modelo dominante, mantendo um figurino clássico bem em consonância com a formação académica coimbrã.

3. Da inoperância à extinção

A Lei n.º 1.941, de 11 de Abril de 1936³⁷, dera enquadramento a uma reestruturação do Ministério da Instrução Pública, que passara a denominar-se Ministério da Educação Nacional, e criara a Junta Nacional da Educação, órgão técnico e consultivo ao qual competiam os problemas inerentes à formação do carácter, ao ensino e à cultura. Na 6.ª secção, Belas Artes, era incluída uma sub-secção, intitulada “Literatura, Bibliotecas e Arquivos”, cuja vice-presidência cabia ao Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. A esta sub-secção eram adstritas competências técnicas, em que se inseriam, entre outras, a de promover a inventariação e catalogação das espécies documentais e a elaboração do catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas, dois objectivos recorrentes em todas as reformas legislativas promulgadas desde a criação da Inspeção, mas permanentemente adiados na sua concretização.

Contudo, este facto não veio contribuir para que novas medidas de fundo fossem tomadas pela Inspeção. As preocupações historicistas continuavam a ser um dos aspectos dominantes, particularmente no tocante aos arquivos, mas as acções efectivas também não se concretizavam, quer por estrangimentos orçamentais, quer por falta de vontade política. A criação dos arquivos distritais, por exemplo, acontecia a uma ritmo confrangedor.

Após a retirada de António Ferrão do cargo de Inspector, a gestão corrente passou a dominar a actividade da Inspeção, não se concretizando iniciativas dignas de referência. Na verdade, foi esmorecendo paulatinamente, sendo apropriado usar as palavras de Mesquita de Figueiredo aplicadas ao Arquivo Nacional nos princípios do século: o “estado de torpor” instalara-se no organismo tutelar das bibliotecas e dos arquivos.

O dirigente que sucedeu a António Ferrão no cargo de Inspector foi o bibliotecário-arquivista Luís Silveira, que havia sido Director da Biblioteca Pública de Évora. Procurou, nos primeiros tempos, promover algumas iniciativas, sendo de referir o relançamento dos *Anais*. Mas, em contraste com o que fora esta publicação no tempo de António Ferrão, a nova série assumiu muito mais o carácter de revista cultural erudita do que o de uma publicação técnico-científica de Biblioteconomia e Arquivística.

Além disso, representou Portugal em diversos encontros internacionais, mas apesar da importância de que se revestiam tais eventos, particularmente num período em que o País vivia isolado da Europa, a verdade é que a participação nessas reuniões internacionais se saldava mais numa presença pessoal do Inspector do que numa representação institucional, não tendo, portanto, quaisquer repercussões nos meios arquivísticos e biblioteconómicos portugueses.

³⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Ministério da Instrução Pública : Lei n.º 1:941. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 84 (11Abr. 1936) 411-413.

Uma outra iniciativa que importa assinalar, nos primeiros anos do seu mandato, foi a tentativa de elaboração de um roteiro completo e actualizado das bibliotecas e dos arquivos de Portugal³⁸, dado que a falta deste roteiro “era grave e impeditiva de progresso firme” dos seus trabalhos no desempenho do cargo de Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos. Mas, a intenção declarada nos *Anais* – “todos os trabalhos em curso, cujos resultados irão sendo expostos sistematicamente, abrangem, como fica dito, todas as bibliotecas portuguesas e darão elementos de apreciação e estudo, tanto de ordem quantitativa como qualitativa, tão extensa, completa e desenvolvidamente quanto nos for possível”³⁹ – não passou, na verdade, de isso mesmo: uma intenção.

A partir desta época, não há quaisquer desenvolvimentos ou iniciativas relevantes, tendo a Inspeção entrado numa apatia que acabou por conduzir à reforma legislativa de 1965. Com efeito, dois diplomas datados de 22 de Maio desse ano vão promover uma alteração estrutural ao quadro vigente desde 1931: por um lado, a promulgação do *Regimento da Junta Nacional da Educação*, em cujas secções se incluía uma especificamente dedicada às bibliotecas e arquivos⁴⁰; por outro, uma reestruturação “vasta e profunda” neste sector, que extinguiu a Inspeção como organismo autónomo e reequacionou as políticas a pôr em prática daí em diante⁴¹.

O elenco de atribuições cometidas à Junta Nacional da Educação é elucidativo do que continuava por realizar, particularmente no que respeitava à disponibilização para consulta pública de documentos que o Estado custodiava e que tinha obrigação de tornar acessíveis. Afinal, a política incorporacionista – iniciada ainda no século XIX, mas prosseguida pela Primeira República e pelo Estado Novo –, ao abrigo da qual tinham passado para a tutela estatal incomensuráveis quantidades de documentação, não vira concretizado um dos seus desideratos fundamentais: tornar público e acessível o que era de todos os cidadãos.

O inconformismo dos profissionais dos arquivos e bibliotecas, relativamente à situação de immobilismo que afectava o sector bibliotecário e arquivístico trouxe à luz os seus efeitos no início da década de 60. Começaram a organizar-se e a tornar públicas as suas preocupações através de uma publicação de carácter técnico – os *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística*⁴² –, nascida em 1963, que passou a ser um pólo em torno do qual um grupo desencadeou uma dinâmica tendente a pôr em marcha um processo

³⁸ Foi, pelo menos, a quinta vez que, por iniciativa da Inspeção, se realizou um inquérito de diagnóstico da situação das bibliotecas e dos arquivos.

³⁹ SILVEIRA, Luís – Roteiro das bibliotecas e dos arquivos de Portugal : situação das bibliotecas municipais do continente. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Lisboa. 3.ª série. 1 (1958) XVIII.

⁴⁰ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 46 349. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 114 (22 Maio 1965) 711-718.

⁴¹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes : Decreto n.º 46 350. *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 114 (22 Maio 1965) 718-724 (com uma rectificação em: *Diário do Governo*. 1.ª série. Lisboa. 132 (14 Jun. 1965) 828). Este diploma pode também ser consultado em: Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos : Decreto-Lei n.º 46.350. *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. Lisboa. 1 (1969) 233-255.

⁴² Esta publicação passou, mais tarde, a designar-se *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, título que ainda hoje mantém, sendo abreviadamente referida como “Cadernos BAD”.

de renovação que se prolongou por muitos anos⁴³ e que, sem dúvida, contribuiu para a promulgação do Decreto-Lei n.º 46.350, de 22 de Maio de 1965, que reformou o sector bibliotecário e arquivístico do Estado.

Este diploma explícita, claramente, no seu preâmbulo, as motivações que estiveram na origem da sua aprovação, nomeadamente a actualização que urgia empreender, visto que o regime legal em vigor tinha já mais de três décadas. Reconhece-se, inequivocamente, o estado de atraso que as bibliotecas e os arquivos conheciam, bem como as deficiências na sua organização e funcionamento, dizendo-se: “... os nossos serviços bibliotecários e arquivísticos estão muito longe de cumprir a sua missão. Núcleos importantes do nosso património documental se encontram espalhados por todo o País sem que se lhes dispensem os mais elementares cuidados de guarda e conservação. Por outro lado, os nossos estabelecimentos continuam a ter os seus fundos incompleta e defeituosamente inventariados e catalogados, quando não estão convertidos em simples armazéns de papéis e livros sobre que não se exerceu ainda o mais leve trabalho de reconhecimento”⁴⁴.

Para tornar mais eficaz a política que se delineava para o sector, foi decidido alterar a subordinação orgânica dos serviços até então dependentes da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos – considerada neste diploma como “um organismo simultaneamente burocrático e técnico” –, passando-os para a dependência directa da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, ou seja, extinguindo a figura da Inspeção como organismo coordenador das bibliotecas e arquivos e de toda a política nesta área⁴⁵. O legislador assume peremptoriamente a necessidade de alterar a situação vigente: “Tem de modificar-se este regime, que oferece os mais sérios inconvenientes. Por um lado, absorvendo com exigências puramente administrativas grande parte do esforço do pessoal, leva a sacrificar as mais importantes formas de actividade técnica. Por outro, reduzindo frequentemente a Inspeção no domínio burocrático ao papel de mera estância de transmissão, de simples ponte de passagem entre os estabelecimentos e a Direcção-Geral, conduz a inútil duplicação de formalidades e a consequente demora na resolução dos assuntos”⁴⁶.

Assim, a reforma de 1965 pôs fim a um ciclo em que a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos tinha um papel decisivo em tudo quanto a estes organismos dizia respeito. O dinamismo que caracterizara a sua actividade até meados da década de trinta e no período da tutela de António Ferrão contrastou com os últimos anos da sua vigência, pautados pela inoperância e imobilismo que acabaram por conduzir à sua extinção.

⁴³ Sobre a actividade dos profissionais nesta época, ver: REAL, Manuel Luís – Gestão do património arquivístico nacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 2.º, Coimbra, 1987 – *A Integração europeia : um desafio à informação : actas*. Coimbra : Livraria Minerva, 1987. p. 207-246.

⁴⁴ Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos (*ob. cit.*) p. 234.

⁴⁵ A Direcção-Geral passava a exercer “todas as atribuições, faculdades e poderes conferidos pela legislação anterior à Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos que não tenham passado para outro órgão ou serviço” (cf.: Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos (*ob. cit.*) p. 244).

⁴⁶ Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos (*ob. cit.*) p. 235.

(Página deixada propositadamente em branco)

O ESTADO NOVO: (RE)VISITANDO OS MANUAIS DE HISTÓRIA PORTUGUESES

1.1. Catalogação e Análise Quantitativa dos Manuais

O estudo efectuado abrangeu as disciplinas de História e Geografia de Portugal do sexto ano (segundo ciclo do ensino básico) e de História do nono ano (terceiro ciclo do ensino básico) e do décimo segundo ano de escolaridade (ensino secundário), tendo sido analisados os manuais de cinco editoras. As editoras foram seleccionadas com base nos seguintes critérios:

- As que apresentam uma política editorial da qual resulta a edição de colecções o mais completas possíveis de manuais e guiões;
- As que se revestem de forte representatividade no mercado para os níveis escolares em consideração.

Os materiais para uso dos alunos foram abrangidos na sua totalidade pela designação de “manuais”.

Nos materiais para uso dos professores constatámos uma diversidade de concepções que podem consubstanciar-se em dois modelos distintos:

- a) Um modelo corresponde a materiais que, embora tenham em conta o programa da disciplina, são independentes dos manuais existentes, quer a nível de organização dos conteúdos, quer a nível das metodologias, sendo mesmo de autores diferentes. São livros essencialmente concebidos como instrumentos de auto-formação do professor;
- b) O outro modelo abrange materiais que acompanham de perto determinado manual do aluno, ilustrando estratégias a seguir, sugerindo pistas complementares ou alternativas.

Os manuais escolares portugueses, bem como os currículos nacionais¹, apontam para uma perspectiva de História Universal e Europeia centrada na História de Portugal e, neste caso, há duas formas de apresentar as matérias: tratar algumas estruturas globais

¹ Vide *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2001, p. 102.

a partir da História Nacional ou tratar as conjunturas europeias, onde se insere a análise do caso português, que se destaca pela sua especificidade² (e mostram uma Europa constituída por nações que se desenvolvem num mundo político, económico e cultural diversificado, embora com traços comuns)³. Ou seja, a dimensão europeia é introduzida de forma a esclarecer a História Nacional e/ou mostrar o contributo (decisivo) que um ou vários países deu ou deram à História da Europa.

O estudo do Estado Novo encontra-se incluído no programa oficial da disciplina de História e Geografia de Portugal do sexto ano, no tema “O Século XX”, no segundo subtema “O Estado Novo”⁴. No programa do nono ano de escolaridade está inserido no tema dez “Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial”, no segundo subtema “Entre a Ditadura e a Democracia”, na rubrica “Portugal: a ditadura salazarista” e no tema onze “Do Segundo Após-Guerra aos Anos Oitenta”, no terceiro subtema “Portugal: do autoritarismo à democracia”⁵. No programa do décimo segundo ano⁶ está inserido no módulo oito “Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao Início da Década de 80 – Opções Internas e Contexto Internacional”, no segundo tema “Portugal do autoritarismo à democracia”⁷.

Com as sucessivas reformas curriculares introduzidas regista-se uma visível diminuição do tempo e do espaço dedicados ao estudo da História, em geral e, ao Estado Novo, em particular⁸. Para formarmos uma ideia muito clara do assunto bastará dizer que, das duzentas e quarenta páginas que em média os manuais portugueses do nono ano de escolaridade têm, apenas trinta e cinco páginas, ou seja, 14,5% do manual, são dedicadas ao Estado Novo. Ademais, podemos constatar que nestas proliferam as ilustrações e as actividades.

Nos manuais portugueses pode-se ainda verificar um processo evolutivo muito claro no que toca à correlação entre os textos propostos pelos autores, os documentos históricos incorporados e as actividades propostas aos alunos. A evolução consiste numa

² Ana Henggl, “O Ensino da História de Portugal: Um Estudo Comparativo (1936, 2000)” in *Ensino da História*, Lisboa, III série, n.º 18, Associação de Professores de História/A: P: H:, Outubro de 2000, p. 63.

³ António Simões Rodrigues, “Um manual de História da Europa. A construção de uma utopia?” in: *Estudos do Século XX, Europa-Utopia/Europa-Realidade*, n.º 2, CEIS 20, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p. 216.

⁴ Vide Fátima Costa, António Marques, *História e Geografia de Portugal 6.º ano*, Porto, Porto Editora, 2005, p. 3.

⁵ Vide Programa História, *Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico, 3.º Ciclo*, volume II, 3.ª edição, Lisboa, DGEBS/INCM, 1994, pp. 71 – 72 e 77.

⁶ O programa de História A do décimo segundo ano de escolaridade entrou em vigor no ano lectivo de 2005/2006, no quadro do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, que estabelece os princípios gerais da estruturação curricular dos ensinos básico e secundário, estando apenas em vigor os aspectos respeitantes ao ensino secundário, e em turmas residuais.

⁷ Vide Clarisse Mendes (coord. de), Cristina Silveira, Margarida Brum, *Programa de História A. 10.º, 11.º e 12.º Anos. Curso Científico – Humanístico de Ciências Sociais e Humanas. Formação Específica*, Lisboa, Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2002, pp. 53 – 55.

⁸ A diminuição da carga horária é visível na mudança de cento e oitenta minutos para os actuais cento e trinta e cinco ou até mesmo noventa minutos semanais que a disciplina de História tem no segundo e no terceiro ciclos do ensino básico.

presença cada vez mais reduzida do texto em benefício das imagens, da transcrição de documentos e da multiplicação de actividades.

Estas transformações no conteúdo e na forma dos manuais devem-se a uma pressão cada vez maior dos currículos oficiais, que conferem ao professor e ao manual o papel de guia na aprendizagem activa dos alunos. Esta tendência conduz, em alguns casos, a uma certa forma de “activismo pedagógico” de duvidosa coerência com os preceitos curriculares oficiais, explicitamente comprometidos com a interiorização progressiva de um *ethos* científico-investigador por parte dos estudantes do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário. Por outras palavras, o tornar os manuais mais apelativos através da proliferação de imagens ou menos fastidiosos para as turmas devido à abundância de actividades heterogéneas, não contribui necessariamente para o desenvolvimento do “espírito científico”. Em certas ocasiões, há que dizê-lo, as actividades propostas pelos manuais e desenvolvidas nas aulas parecem ter mais de lúdico do que de didáctico.

1.2. O Estado Novo nos Manuais de História

Com a inclusão deste tema nos manuais, pretende-se que os discentes:

- conheçam “as condições de institucionalização do “Estado Novo” em Portugal, destacando o papel de Salazar nesse processo”⁹;
- caracterizem o “Estado Novo” nas suas dimensões repressiva, conservadora, corporativa e colonial”¹⁰;
- “expliquem as condições que conduziram nos anos 50 e 60 à aplicação de medidas de fomento industrial e à abertura aos capitais estrangeiros”¹¹;
- “relacionem a estagnação da agricultura com a afluência de população aos grandes centros urbanos e com a fortíssima emigração”¹²;
- “compreendam as razões da oposição interna ao regime e conheçam figuras e factos relacionados com essa oposição”¹³;
- “expliquem a eclosão, em Angola, em Moçambique e na Guiné, de movimentos armados a favor da independência, reconhecendo os pesados custos humanos e materiais da guerra colonial”¹⁴;
- “identifiquem o marcelismo como uma tentativa de democratização do regime, feita a partir do seu interior e tornada impossível pelas contradições dos grupos de apoio a esse regime”¹⁵;

⁹ *Programa História, Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico, 3.º Ciclo*, volume II, 3.ª edição, Lisboa, DGEBS/INCM, 1994, p. 71.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁵ *Idem, ibidem.*

- “conheçam as razões que levaram sectores importantes das Forças Armadas a revoltarem-se contra o regime, em 25 de Abril de 1974, explicando o apoio popular a esse movimento e caracterizando o processo revolucionário que então se desencadeia”¹⁶;
- “compreendam o significado da democratização tornada possível com o 25 de Abril, identificando as principais instituições democráticas e sublinhando a importância para as populações da dinamização do poder autárquico e da criação das regiões autónomas”¹⁷;
- “conheçam as circunstâncias em que se processou a descolonização e algumas das suas consequências, nomeadamente a necessidade de integração em Portugal de centenas de milhares de nacionais regressados ao país num curto espaço de tempo”¹⁸;
- “destaquem a interação entre a política interna e externa dos Estados, e o seu condicionamento por factores geoestratégicos”¹⁹;
- “realcem a profundidade da ruptura operada pela Revolução de Abril na sociedade portuguesa, bem como o seu impacto internacional”²⁰;
- “evidenciem as transformações socioculturais do terceiro quartel do século, quer ampliando tendências já desenhadas no período anterior, quer anunciando mudanças que se afirmarão a partir dos anos oitenta”²¹.

Em termos gerais a abordagem do tema obedece a um esquema convencional:

- A edificação do Estado Novo: os manuais escolares referem a nomeação de António de Oliveira Salazar para ministro das Finanças em 1928, para Presidente do Conselho em 1932, a criação das “bases do regime, nomeadamente o *partido único* e a nova *Constituição*”²², o desenvolvimento de rigorosos mecanismos repressivos, como a polícia política e a censura, a criação da Legião e da Mocidade Portuguesa e a organização da vida económica e social do país em corporações.
- Proteccionismo e colonialismo: é dado grande destaque à intervenção preconizada pelo Estado Novo do Estado na economia, através de uma política de proteccionismo e de dirigismo. Sendo assim, são destacados os incentivos à indústria nacional, a campanha do trigo iniciada em 1929 e o incremento da política de obras públicas. Os manuais salientam ainda a importância das colónias, consideradas um elemento fundamental da política de nacionalismo económico. Destacam

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ *Programa História, Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico, 3.º Ciclo*, volume II, 3.ª edição, Lisboa, DGEBS/INCM, 1994, pp. 77-78.

¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁰ *Idem, ibidem.*

²¹ Clarisse Mendes (coord. de), Cristina Silveira, Margarida Brum, *Programa de História A. 10.º, 11.º e 12.º Anos. Curso Científico – Humanístico de Ciências Sociais e Humanas. Formação Específica*, Lisboa, Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2002, p. 53.

²² Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeira, *História 9*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial O Livro, 2000, p. 124.

a aprovação do Acto Colonial, logo em 1930, salientando a sua inclusão, mais tarde, na Constituição de 1933. Referem ainda que, para além do seu papel económico, o Império Colonial foi também utilizado pelo Estado Novo como um dos principais temas da propaganda nacionalista, sendo considerado, pela riqueza e extensão dos seus territórios, uma das provas da grandeza de Portugal.

- O tardio desenvolvimento económico: os manuais referem, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o atraso económico do país. Mais de metade da população activa trabalhava no sector primário. Para combater a estagnação, destacam a adopção de um novo modelo de desenvolvimento, no início dos anos 50, que privilegiava a industrialização, ainda que submetida a rigorosas regras de condicionamento industrial. Conferem grande destaque aos planos de fomento, ao ambicioso plano hidroeléctrico nacional, mas também à entrada de investimentos estrangeiros, a partir dos anos 60, devido à aproximação a outros países da Europa e à integração na EFTA. O crescimento económico registado era, no entanto, insuficiente para que o país recuperasse do atraso que o separava dos países mais desenvolvidos. Esta situação de atraso deu origem a um excepcional movimento migratório, quer para os principais centros urbanos portugueses, quer para o estrangeiro, o que conduziu a um despovoamento, a partir dos anos 60, de certas regiões do país, em especial do interior norte.
- A oposição: os livros escolares destacam que, apesar da repressão, o Estado Novo nunca deixou de ser contestado. A principal força política organizada, ainda que na clandestinidade, era o Partido Comunista, que dispunha de grande influência nos meios operários e entre os camponeses do Alentejo. Consideram que foi igualmente activa a corrente filiada nos ideais republicanos e socialistas, que contava entre si muitos intelectuais e elementos das profissões liberais. As eleições de 1945, as eleições presidenciais de 1949 e de 1958 são consideradas, unanimemente por todos os manuais analisados, momentos de forte oposição ao regime. A actuação violenta e arbitraria da Polícia nestas três ocasiões e em algumas greves e manifestações de protesto revela, de acordo com os manuais, um endurecimento do regime ditatorial, que se sentia cada vez mais ameaçado e contestado. Não obstante, não deixou de se afirmar uma literatura de resistência e muitos intelectuais prestigiados e até mesmo elementos da hierarquia católica condenavam energicamente o regime, insistindo na necessidade do país se democratizar. Todavia, às críticas, o regime respondia com a prisão ou o exílio.
- A guerra colonial: os manuais consideram que, à semelhança do que acontece com outros países, também nas colónias portuguesas surgem movimentos nacionalistas, cujas bases se aglutinam mais por motivos étnicos do que por interesses económicos ou princípios políticos. O Acto Colonial de 1930, reforçado posteriormente com a revisão constitucional de 1951, substituindo o conceito de colónia pelo de província ultramarina, constituía o documento fundamental da política ultramarina portuguesa. O novo conceito de “província ultramarina” levantou forte polémica entre a comunidade internacional, sobretudo após a entrada de Portugal na ONU, em 1955, mas serviu sempre de justificação ao governo português para não fornecer informações sobre as suas “colónias”, como estipulava o artigo 73.º da Carta das Nações Unidas e para recusar o auxílio norte-americano, no sentido da resolução do futuro do ultramar português. A

inflexibilidade do regime de Salazar, cada vez mais isolado internacionalmente na defesa da sua posição, levou a inevitáveis confrontos nas colónias: Índia e Angola, 1961; Guiné, 1963; e Moçambique, 1964. A decisão de Salazar de defender intransigentemente as “províncias ultramarinas” exigiu ao país um enorme esforço humano e económico. No entanto, teve um efeito estimulante sobre a economia das colónias, uma vez que estas foram dotadas de novas infra-estruturas e receberam inúmeros investimentos estrangeiros.

- O marcelismo: os manuais referem que, devido a uma grave doença, António de Oliveira Salazar acabaria por se afastar em 1968, sendo substituído por Marcelo Caetano. Numa primeira fase, Marcelo Caetano procedeu a uma descompressão política, aliviando a repressão policial, aligeirando a actuação da censura e permitindo o regresso de alguns exilados políticos. No entanto, em 1969, aquando das eleições para a Assembleia Nacional, a oposição viu as suas expectativas defraudadas. “O marcelismo parecia esquecer as promessas de renovação e apostava na continuidade”²³. Mantinha-se o desrespeito pelos direitos e liberdades individuais, a polícia política e a censura voltavam a actuar com dureza e violência. A economia crescia, fruto da aceleração da industrialização e da abertura ao investimento estrangeiro. Em termos sociais, os livros escolares destacam, como maiores realizações do marcelismo, o alargamento da previdência às populações rurais e o início da reforma educativa (dita de Veiga Simão). Todavia, apesar destas reformas, o regime ditatorial continuava a suscitar grande descontentamento. A luta intensificava-se e o regime agonizava, conduzido a um verdadeiro beco sem saída pela questão fundamental do país, a guerra colonial. Em 1973, a guerra na Guiné estava praticamente perdida e encontrava-se num impasse em Angola e Moçambique. Perante a falência da solução militar e a recusa da solução política, a questão ultramarina acabaria por ser resolvida através de uma revolução – a revolução de 25 de Abril de 1974.

1. 3. Figuras Históricas

Os manuais analisados referem as principais figuras históricas deste período. A mais destacada é, sem dúvida, a de António de Oliveira Salazar (1889-1970), estadista, político, professor da Universidade de Coimbra, chefe do Governo entre 1932 e 1968, fundador e principal ideólogo do Estado Novo, a mais longa ditadura da Europa Ocidental no século XX, com 26,2% das referências dos livros escolares. Estes destacam, ainda, Marcelo Caetano (1906-1980), jurista, doutrinador, dirigente político e último chefe do Governo do Estado Novo.

Não esquecem os Presidentes da República deste período, como António Óscar de Fragoso Carmona (1869-1951), primeiro Presidente da República durante a vigência constitucional do Estado Novo; Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964), marechal, Presidente entre 1951 e 1958; e Américo Tomás (1894-1987), Presidente entre 1958 e 1974.

²³ Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeira, *História* 9, 1.ª ed., Lisboa, Editorial O Livro, 2000, p. 238.

Os manuais observados referem, outrossim, alguns dos ministros e secretários de Estado Novo, como Adriano Moreira (n. 1922), jurista, figura destacada da política a partir dos anos 60, ministro do Ultramar entre 1961 e 1963; Júlio Botelho Moniz (1900-1970), general, ministro do Interior de 1944 a 1947, ministro da Defesa Nacional entre 1958 e 1961, líder do golpe de Estado militar a “Abrilada”, que, em Abril de 1961, envolveu quase toda a hierarquia militar e que contava com o apoio do ex-presidente Craveiro Lopes para afastar Salazar do poder; Diogo Pinto de Freitas do Amaral (n. 1941), político, professor universitário, um dos tecnocratas que personifica o novo rosto do regime; Duarte Pacheco (1899-1943), engenheiro que ocupou por duas vezes o cargo de ministro das Obras Públicas e Comunicações, função que acumulou, a partir de 1938, com a presidência da Câmara Municipal de Lisboa; Ferreira Dias (1900-1966), engenheiro, grande impulsionador da electrificação e da industrialização do país, ministro da economia entre 1958 e 1962; João Maurício Fernandes Salgueiro (n. 1934), economista, político, subsecretário de Estado do Planeamento entre 1969 e 1971; Maria de Lurdes Ruivo da Silva Pintassilgo (1930-2004), engenharia, Procuradora na Câmara Corporativa; Rogério Martins (1965-1974), secretário de Estado do Ministério da Economia, que integrou o chamado “grupo dos liberais” durante a “primavera marcelista”; Valentim Xavier Pintado (n. 1925), secretário de Estado do Ministério da Economia, que integrou o chamado “grupo dos liberais” durante a “primavera marcelista”; e Veiga Simão (n. 1929), político, ministro da Educação Nacional entre 1970 e 1974.

Os manuais referem igualmente alguns dos militares mais importantes da época como o marechal António de Spínola (1910-1996), governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné (1968-1973), vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (1974) e primeiro Presidente da República do regime saído da revolução de 25 de Abril (15 de Maio e 30 de Setembro de 1974); Francisco da Costa Gomes (1914-2001), marechal, comandante da Região Militar de Moçambique entre 1967 e 1969, comandante-chefe da Região Militar de Angola entre 1970 e 1972, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas entre 1972 e 1974, chefe de Estado entre 1974 e 1976; e Manuel António Vassalo e Silva (1899-1985), brigadeiro, último governador-geral do Estado Português da Índia.

Ao longo do estudo do Estado Novo, os manuais aludem às diversas personalidades que se opuseram ao regime como Álvaro Cunhal (1913-2005), político e escritor, secretário-geral do Partido Comunista Português entre 1961 e 1992; Alves Redol (1911-1969), escritor, membro do Movimento de Unidade Democrática (MUD), que se opunha ao regime do Estado Novo e do Partido Comunista Português; D. António Ferreira Gomes (1906-1989), bispo da Diocese do Porto entre 1952 e 1982; António Sérgio (1883-1969), ensaísta, vice-presidente da junta consultiva do MUD em 1946 e dirigente do Directório Democrato-Social nos anos 50; Aquilino Ribeiro (1885-1967), escritor; Arlindo Vicente (1906-1990), advogado, pintor, candidato às eleições presidenciais de 1958; Bento de Jesus Caraça (1901-1948), matemático, professor catedrático, militante do Partido Comunista Português; Egas Moniz (1874-1955), médico, professor catedrático, Prémio Nobel da medicina em 1949; Fernando Lopes Graça (1906-1994), compositor; Henrique Galvão (1895-1970), capitão do exército, explorador-naturalista, escritor que ficou mundialmente famoso, em 1961, por ter organizado e comandado o assalto ao paquete “Santa Maria”; Humberto

Delgado (1906-1965), militar português da Força Aérea que corporizou o principal movimento de tentativa de derrube da ditadura salazarista através de eleições, tendo contudo sido derrotado nas urnas; Jaime Cortesão (1884-1960), médico, político, escritor e historiador; João Abel Manta (1888-1982), pintor; José Magalhães Godinho (1909-1994), advogado, republicano, socialista, promotor do Movimento de Unidade Democrática (MUD); Manuel Alegre (n. 1936), poeta e político; Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), pintora; Mário Soares (n. 1924), político, fundador do Partido Socialista de Portugal em 19 de Abril de 1973, Primeiro-ministro de Portugal entre 1976 e 1977, em 1978 e entre 1983 e 1985 e Presidente da República entre 1986 e 1996; Norton de Matos (1867-1955), general, político, candidato às eleições presidenciais de 1949; Hermínio Palma Inácio (n. 1922), militar, dirigiu o desvio do avião da TAP da carreira Casablanca – Lisboa, a 10 de Novembro de 1961, considerado o primeiro caso de pirataria área internacional, membro da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR); Pulido Valente (n. 1941), historiador e comentador político; Rolão Preto (1896-1977), militar, político, conspirador na tentativa golpe de Estado contra Salazar em 1935; Rui Luís Gomes (1905-1984), matemático, professor universitário e investigador, candidato à Presidência da República em 1951; Francisco Salgado Zenha (1923-1993), advogado, político, membro do Partido Comunista Português; Soeiro Pereira Gomes (1909-1949), escritor, militante comunista; e Zeca Afonso (1929-1987), cantor e compositor.

Os compêndios portugueses não esquecem os fundadores dos movimentos de libertação das “províncias ultramarinas” como António Agostinho Neto (1922-1979), médico, político, primeiro Presidente da República Popular de Angola e considerado um dos membros fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e do Movimento Anticolonial (MAC); Amílcar Cabral (1924-1973), engenheiro, fundador do Partido Africano da Independência (PAI), que a partir de Outubro de 1960 passou a designar-se Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); Eduardo Mondlane (1924-1969), antropólogo, sociólogo, fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); Holden Roberto (1923-2007), político angolano, líder do movimento União das Populações de Angola (UPA); Jonas Savimbi (1934-2002), político angolano, líder durante mais de trinta anos da UNITA; Mário de Andrade (1928-1990), político e intelectual angolano, membro do grupo que está na origem do MPLA; e Samora Machel (1933-1986), líder militar da FRELIMO e Presidente do Estado de Moçambique entre 1975 e 1986.

Nos manuais estudados são referidos também alguns dos políticos, adeptos de uma liberalização do regime e que formam a chamada “ala liberal” da Assembleia Nacional como Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro (1934-1980), político português, fundador e líder do Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata, e ainda primeiro-ministro de Portugal, durante cerca de onze meses, no ano de 1980, advogado de profissão, formado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, eleito pelas listas da Acção Nacional Popular, para a Assembleia Nacional, onde se converteu em líder da *Ala Liberal*; Francisco Pinto Balsemão, (n. 1937), empresário, advogado, jornalista, deputado à Assembleia da República, Primeiro-ministro dos VII e VIII Governos Constitucionais, militante do Partido Social-democrata (PSD); João Pedro Miller Pinto de Lemos Guerra (1912-1990), médico, membro da chamada *Ala Liberal* da Assembleia da República, que abriu caminho às transformações democráticas que

a Revolução de 25 de Abril preconizaria; e Joaquim Jorge Magalhães Mota (n. 1935), militante do Partido Social-democrata (PSD), que criou no pós 25 de Abril, com Francisco Pinto Balsemão e Sá Carneiro.

Os manuais aludem ainda ao Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), décimo – quarto Patriarca de Lisboa, nomeado em 18 de Novembro de 1929, apoiante do Estado Novo e a algumas personalidades internacionais como Benito Mussolini (1883-1945), político italiano; Léopold Sédar Senghor (1906-2001), político e escritor senegalês, presidente da nova República de 1960 a 1980; e Paulo VI (1897-1978), Papa de 1963 a 1978, chefe da Igreja Católica durante a maior parte do Concílio Vaticano II, decisivo na colocação em prática das suas decisões.

Figuras históricas	Percentagem ²⁴
Adriano Moreira	0,6%
Álvaro Cunhal	0,6%
Américo Tomás	3,5%
Amílcar Cabral	2,3%
António Agostinho Neto	0,6%
António Alves Redol	0,6%
António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz	0,6%
António de Oliveira Salazar	26,2%
António de Spínola	4,1%
António Ferreira Gomes	2,3%
António Óscar de Fragoso Carmona	1,8%
António Sérgio de Sousa	1,8%
Aquilino Ribeiro	0,6%
Arlindo Vicente	0,6%
Benito Mussolini	0,6%
Bento de Jesus Caraça	0,6%
Diogo Freitas do Amaral	0,6%
Duarte Pacheco	0,6%
Eduardo Mondlane	1,2%
Fernando Lopes Graça	1,2%
Francisco da Costa Gomes	1,8%
Francisco de Sá Carneiro	2,3%
Francisco Hígino Craveiro Lopes	0,6%
Francisco Pinto Balsemão	0,6%
Francisco Rolão Preto	0,6%
Francisco Salgado Zenha	1,2%
Henrique Galvão	0,6%
Hermínio Palma Inácio	0,6%
Holden Roberto	1,2%
Humberto Delgado	6,4%
Jaime Cortesão	1,2%
João Abel Manta	0,6%

²⁴ Registe-se que os dados provêm da análise de cento e setenta e uma referências em dezoito manuais escolares dos sexto, nono e décimo segundo anos de escolaridade.

Figuras históricas	Porcentagem ²⁴
João Pedro Miller Guerra	0,6%
João Salgueiro	0,6%
Joaquim Jorge Magalhães Mota	0,6%
Joaquim Soeiro Pereira Gomes	0,6%
Jonas Savimbi	1,2%
José Magalhães Godinho	0,6%
José Manuel Afonso dos Santos	0,6%
José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos	1,2%
José Nascimento Ferreira Dias Júnior	0,6%
José Veiga Simão	1,2%
Júlio Botelho Moniz	1,2%
Léopold Senghor	1,2%
Manuel Alegre	0,6%
Manuel António Vassalo e Silva	1,2%
Manuel Gonçalves Cerejeira	0,6%
Marcelo Caetano	9,2%
Maria de Lurdes Pintasilgo	0,6%
Maria Helena Vieira da Silva	0,6%
Mário de Andrade	0,6%
Mário Soares	2,9%
Oliveira Martins	1,2%
Paulo VI, Papa	0,6%
Rogério Martins	0,6%
Rui Luís Gomes	0,6%
Samora Machel	0,6%
Valentim Xavier Pintado	0,6%
Vasco Pulido Valente	0,6%

Alguns manuais analisados incluem pequenas biografias ou notas biográficas de António de Oliveira Salazar, de Duarte Pacheco, de Humberto Delgado e de Marcelo Caetano.

1.4. Documentos Iconográficos

Os manuais de História hoje utilizados consagram um espaço extremamente importante a imagens, gráficos, mapas, tabelas e barras cronológicas²⁵. Este atinge uma percentagem muito próxima dos 50% nos manuais escolares do nono ano, valor esse que tende a baixar quando analisamos os manuais de História do décimo segundo ano de escolaridade.

Regista-se ainda um aumento progressivo do uso da cor nas imagens, nos mapas, nas tabelas e nas barras cronológicas nas duas últimas décadas, em substituição do preto e branco, muito em voga até à década de oitenta.

²⁵ Nos manuais analisados 75% dos documentos são iconográficos e 25% são escritos.

As imagens que tendem a surgir nos manuais são as dos grandes heróis e personagens históricas, dos grandes feitos, prioritariamente os bélicos, mas também cenas da vida cultural e quotidiana. Cabe também destacar a progressiva presença de caricaturas, de cartazes, de propaganda política e fotografias de objectos e instrumentos procedentes de diferentes tipos de museus.

No que concerne à análise dos documentos iconográficos relativos ao Estado Novo, verifica-se um predomínio da fotografia, como se pode comprovar pelo seguinte quadro:

Documentos iconográficos	Percentagem
Fotografias	48%
Cartazes	20%
Quadros	9%
Gráficos	7%
Caricaturas	6%
Mapas	4%
Postais	2%
Cronologias	1%
Desenhos	1%
Esquemas	1%
Ilustrações	1%

Pela análise do quadro conclui-se que os autores dos manuais dão prioridade à utilização da fotografia, sendo que as que surgem com maior frequência são as da guerra colonial, de António de Oliveira Salazar, de trabalhadores em protesto, do embarque de tropas portuguesas para África, de Francisco de Sá Carneiro e da campanha de Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958. De salientar ainda a inclusão de um elevado número de cartazes, sobretudo de propaganda (económica, política, eleitoral, turística, colonial...) do Estado Novo, quadros, gráficos e caricaturas, todas da autoria de João Abel Manta, que visam tornar mais fácil a compreensão dos assuntos expostos.

1.5. Documentos Escritos

Os manuais escolares valem-se frequentemente dos documentos escritos para ilustrar assuntos expostos, fornecer informações mais específicas sobre determinadas matérias, apresentar o pensamento ou discurso de personagens ou historiadores e expor a opinião dos contemporâneos, mormente através do recurso a artigos de imprensa. Nos livros analisados 25% dos documentos apresentados são escritos. Destes, destacam-se claramente os discursos e entrevistas de Salazar, que constituem 21% dos documentos escritos e o Hino Legionário de 1937, que representa cerca de 7%. Para além destes surgem ainda outros documentos, como se pode verificar pelo quadro que se segue:

Documentos Escritos
Amílcar Cabral, <i>Obras Escolhidas</i> , 1972
António de Spínola, <i>Portugal e o futuro</i> , Lisboa, Arcádia, 1974
Armando de Castro e Lino Lima, <i>Política Económica do Governo de Salazar</i>
Discurso e entrevistas de Salazar
Fernando Namora, <i>Diálogo em Setembro</i> , 1971
Fernando Oneto, <i>Diário de Notícias</i> , Fevereiro de 1975
Hino Legionário, 1937
J. N. Ferreira Dias, <i>Linha de rumo</i> (1945)
José Régio, “O recurso ao medo” in <i>Depoimento contra Depoimento</i> , 1949
<i>Manifesto ao país dos candidatos da Oposição Democrática</i>
Manuel Alegre, <i>A Praça da Canção</i> , 1965
Mário de Carvalho, <i>Era uma vez um alferes</i>
Oliveira Salazar, carta de 29 de Fevereiro de 1964 in Diogo Freitas do Amaral, <i>A Tentativa falhada de um acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português</i> , Coimbra Editora, 1994
<i>Política económica</i>
<i>Programa político da CDE</i> (Comissão Democrática Eleitoral) de Lisboa de 1969
Propaganda colonial (Álbum Comemorativo da Exposição Colonial de 1934)
Resolução 1514, de 14 de Dezembro de 1960 in L. Gothier e A. Troux (org.), <i>La Rencontre des Hommes</i>
<i>Revolta estudantil de 1962</i>
“Tarrafal, campo da morte” (exposição apresentada pelos presos ao director da Colónia penal do Tarrafal em Maio de 1944) in <i>Tarrafal Testemunhas</i> , 1978
Testemunho oral da guerra colonial recolhido por Joaquim Vieira, <i>Jornal Expresso</i> , 21 de Abril de 1984
<i>Testemunho de uma presa política</i>
Vasco da Gama Fernandes, <i>Depoimento inacabado</i>
Zeca Afonso, <i>Qualquer dia</i>

1.6. Orientações didácticas

Como já referimos, os manuais de História são instrumentos pedagógicos inseparáveis das condições e dos métodos de ensino de cada época. Por isso, reflectem as tradições, as inovações e até mesmo as utopias pedagógicas e didácticas do seu tempo. Por um lado e, dentro de uma concepção clássica, os manuais são depositários dos conhecimentos, cuja aquisição a sociedade julga necessária para a perpetuação dos seus valores. Por outro, os manuais procuram reflectir concepções metodologicamente mais ricas e activas do processo de ensino e de aprendizagem. A inclusão de numerosos documentos escritos, que devem ser analisados pelos alunos, bem como as questões formuladas exemplificam esta perspectiva.

Apesar de o Currículo Nacional²⁶, que se pretende aberto e flexível, ser bastante generalista na definição dos conteúdos a leccionar, sugerir uma abordagem sucinta

²⁶ *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2001.

de alguns temas²⁷ e omitir outros²⁸, os manuais acabam por ser pouco selectivos na hora da escolha, pois contemplam e especificam todos os conteúdos que fazem parte dos programas em vigor²⁹.

No entanto, tanto o Currículo Nacional como os manuais chamam a atenção para a autonomia que o professor tem para gerir os conteúdos a reger no quadro da escola em que se insere e em função das características da turma.

No que concerne às principais características didácticas dos manuais e, começando pelos textos redigidos pelos seus autores, estes seguem um tipo expositivo e orientam-se pela mesma interpretação a respeito de um determinado acontecimento histórico. Não há pluralidade de interpretações, nem recurso a opiniões de outros autores ou historiadores.

Outro dado interessante é o facto dos manuais incluírem um número cada vez mais significativo de documentos escritos e iconográficos, mapas, tabelas, gráficos e barras cronológicas para análise dos alunos.

Ocorre ainda chamar a atenção para as tarefas, as questões e as fichas de trabalho que estão presentes em todos os manuais e nos cadernos de actividades que os acompanham, de forma interrogativa e que se propõem, na sua maioria, a serem resolvidas individualmente pelos alunos, embora também surjam sugestões de trabalho em grupo ou para toda a turma.

O tipo de questões mais frequente é aquele que visa desenvolver a capacidade de aplicar conhecimentos. Podem servir como exemplo as seguintes:

- Identificar os objectivos da educação no Estado Novo³⁰.
- Indicar de que modo o Estado Novo limitou a “liberdade de expressão” e a “liberdade de reunião”.³¹
- Identificar três opositores ao regime salazarista³².

Outras actividades de aprendizagem pressupõem uma interpretação e análise dos documentos:

²⁷ É o caso dos temas “Sociedades recolectoras e as primeiras sociedades produtoras”, “A Europa do século VI ao século IX”, “Absolutismo e Mercantilismo numa Sociedade de Ordens” e “A grande crise do capitalismo nos anos 30”. Vide *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2001, pp. 102 – 103.

²⁸ É o caso do tema “A Revolução Soviética”. Vide *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, 2001, p. 103.

²⁹ Vide *Programa História, Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, Ensino Secundário*, 3.ª edição, Lisboa, DGEBS/INCM, 1995 e *Programa História, Plano de Organização de Ensino-Aprendizagem, Ensino Básico, 3º Ciclo*, volume II, 3.ª edição, Lisboa, DGEBS/INCM, 1994.

³⁰ Natércia Crisanto, Assunção Seica, José Amado Mendes, *Novo História 9*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 1997, p. 139.

³¹ Fátima Costa, António Marques, *História e Geografia de Portugal 6.º ano*, Porto, Porto Editora, 2005, p. 115.

³² Ana Rodrigues Oliveira, Arinda Rodrigues, Francisco Cantanhede, *História e Geografia de Portugal 6.º ano*, volume 2, Lisboa, Texto Editora, 2005, p. 33.

- Com base no documento 4 responder: quantos dias demorou, aproximadamente, o interrogatório feito pela PIDE à presa Maria da Conceição? A que meios recorreu a PIDE para obrigar a presa a falar?³³
- Analisar o doc. 1 e extrair conclusões³⁴.
- Comentar os versos do doc. 1³⁵.

Outro tipo de temáticas apela à aplicação de conhecimentos na interpretação de documentos escritos ou iconográficos:

- Interpreta [a partir do documento 5] o significado das propostas do general Spínola no respectivo contexto histórico³⁶.
- Confrontar [a partir do documento 8] as propostas do governo norte-americano com a posição do governo português³⁷.

São sugeridas pequenas tarefas de pesquisa³⁸, a recolha de testemunhos orais³⁹ e a organização de debates ou exposições⁴⁰.

Nos manuais analisados, no entanto, os documentos escritos e iconográficos não estão, na maioria dos casos, devidamente contextualizados e não fornecem pistas suficientes para guiar e facilitar a sua análise por parte dos alunos. Claro está, que isso acontece, porque os autores dos manuais se limitam, muitas vezes, a uma simples legendagem, mais escassamente, à sua datação e, só muito raramente, à especificação da sua origem ou proveniência. Com frequência, a mesma imagem é usada por mais que um manual, o mesmo acontecendo com os mapas, gráficos, cartazes e cronologias. Assim sendo, a imagem tem, frequentemente, uma função mais ornamental do que pedagógica.

³³ Fátima Costa, António Marques, *ob. cit.*, p. 115.

³⁴ Natércia Crisanto, Assunção Seiça, José Amado Mendes, *ob. cit.*, p. 253.

³⁵ Eliseu Alves, Eugénia Cunha, Maria Cândida Ferrão, Rui Leandro Maia, *História 9*, 1.^a ed., Porto, Porto Editora, 2000, p. 183.

³⁶ Margarida Mendes de Matos, Maria Eugénia Reis Gomes, Ana Maria Leal de Faria, Joaquina Mendes Pereira, *História 12.º ano, 2.º volume*, 1.^a ed., Lisboa, Texto Editora, 1998, p. 241.

³⁷ *Idem*, *ob. cit.*, p. 190.

³⁸ “Recolhe informações sobre a emigração numa região do País (aquela onde vives ou outra): número de emigrantes nos últimos 40 anos; países de destino, dificuldades e benefícios trazidos à região pela emigração; influência dos emigrantes nos hábitos, na língua, na habitação, etc.; regresso definitivo dos emigrantes. Podes, com os resultados obtidos, fazer um trabalho, individual ou em grupo.” *Vide* Maria Emília Diniz, Adérito Tavares, Arlindo M. Caldeira, *História 9*, 1.^a ed., Lisboa, Lisboa Editores, 2004, p. 229.

³⁹ “Estás a estudar a história recente. Podes facilmente recolher testemunhos orais sobre este período, pois existem ainda muitas pessoas que viveram estes acontecimentos. Utilizando um gravador, entrevista algumas dessas pessoas sobre os tempos do salazarismo e, depois, se o teu professor estiver de acordo, passa na aula uma selecção das gravações recolhidas e comenta-as com os teus colegas.” *Vide Idem*, *ob. cit.*, p. 232.

⁴⁰ “A maior parte dos portugueses do sexo masculino que têm hoje entre 45 e 60 anos estiveram na guerra colonial. [Podem] organizar um debate ou uma exposição sobre este tema. *Vide Idem*, *ob. cit.*, p. 237.

Fontes

- ALVES, Eliseu, CUNHA, Eugénia, FERRÃO, Maria Cândida, MAIA, Rui Leandro, *História 9*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2000.
- BARREIRA, Aníbal, MOREIRA, Mendes, *Páginas do Tempo 9*, 1.ª ed., Porto, Edições Asa, 2003.
- BARREIRA, Aníbal, MOREIRA, Mendes, *Rumos da História 9*, 2.ª ed., Porto, Edições Asa, 2004.
- COSTA, Fátima, MARQUES, António, *História e Geografia de Portugal 6.º ano*, Porto, Porto Editora, 2005.
- COUTO, Célia Pinto do, ROSAS, Maria Antónia Monterroso, *O Tempo da História 12*, volume 2, Porto, Porto Editora, 2003.
- CRISANTO, Natércia, SEIÇA, Assunção, RODRIGUES, A. Simões, MENDES, J. Amado, *Novo História 9.º Ano*, Porto, Porto Editora, 1997.
- CRISANTO, Natércia, SIMÕES, Isabel, MENDES, José Amado, *Olhar a História 9*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2005.
- DINIZ, Maria Emília, TAVARES, Adérito, CALDEIRA, Arlindo M., *História 9*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial O Livro, 2000.
- DINIZ, Maria Emília, TAVARES, Adérito, CALDEIRA, Arlindo M., *História Nove*, 1.ª ed., Lisboa, Lisboa Editores, 2004.
- MAIA, Rui Leandro (coord. de), *História 9*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2004.
- MATOS, Margarida Mendes de, GOMES, Maria Eugénia Reis, FARIA, Ana Maria Leal de, PEREIRA, Joaquina Mendes, *História 12.º ano*, 2.º volume, 1.ª ed., Lisboa, Texto Editora, 1998.
- NEVES, Pedro Almiro, MAIA, Cristina, BAPTISTA, Dalila, *Clube da História 9*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2001.
- NEVES, Pedro Almiro, MAIA, Cristina, BAPTISTA, Dalila, AMARAL, Cláudia, *Novo Clube de História 9*, parte 2, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2004.
- NEVES, Pedro Almiro, PINTO, Ana Lúcia, CARVALHO, Maria Manuela, *História 12. Tempos, Espaços e Protagonistas*, volume 2, Porto, Porto Editora, 2001.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, RODRIGUES, Arinda, CANTANHEDE, Francisco, *História e Geografia de Portugal 6.º ano*, volume 2, Lisboa, Texto Editora, 2005.
- PINTO, Ana Lúcia, COUTO, Célia Pinto do, NEVES, Pedro Almiro, *Temas de História 12*, volume 2, Porto, Porto Editora, 1999.
- REBELO, Carlos, Lopes, António, *Olhar a História 9*, 1.ª ed., Lisboa, Didáctica Editora, 1999.
- RIBEIRO, Avelino, SOARES, Olívia, *Caminhos da História – 12.º ano*, Porto, Edições Asa, 2004.

(Página deixada propositadamente em branco)

**“AS VERDADES QUE CONVÊM À NAÇÃO”
COMO CARNEIRO PACHECO
REESCREVEU OS LIVROS DE LEITURA DO ENSINO PRIMÁRIO**

Os manuais escolares têm sido objecto de diversos estudos: tem-se discutido a “complexidade da sua natureza”, a dificuldade da sua análise e a “importância potencial ou real” das suas funções; tem-se analisado o seu papel na transmissão de conteúdos educativos e a sua influência nos processos de socialização e de doutrinação; tem-se avaliado o seu significado para a edificação das memórias (individual e social) e o seu papel no forjar da “armadura intelectual” de sucessivas gerações; tem-se equacionado o seu contributo para a história das ideias e das mentalidades. Esclarecem-nos sobre intenções políticas e orientações pedagógicas; são um reflexo da “aparelhagem conceptual”, elucidando-nos, especialmente, sobre os “níveis ideativos” (conhecimentos, saberes, valores, crenças).¹ Para além de desempenharem “um papel determinante no contexto escolar, fornecem elementos de leitura e descodificação do real ...”²

*

¹ Ver Miguel Vale de Almeida, “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in: *Lugares de Aqui. Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”* (org. de Brian Juan O’Neill e Joaquim Pais de Brito), publicações D. Quixote, Lisboa, 1991, pp. 245-261, p. 247.

² Além do mais, “no concerto ideológico do aparelho do Estado, o manual escolar tende a veicular a ideologia dominante...”; por vezes, mais do que o programa, é ele que, transformado num “instrumento todo- poderoso, influencia e determina a prática pedagógica” – Ana Parracho Brito, “A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões”, in: *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares (orgs. Rui Vieira de Castro e outros), Universidade do Minho, Braga, 1999, pp. 139-148, pp. 139-142. A autoridade do manual resulta do facto de prescrever “como verdade e como ciência determinado conhecimento” (embora silencie muitos outros saberes...) – ver Justino Pereira de Magalhães, “Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação”, in: *Manuais escolares...*, pp. 279-301. Os manuais condensam um determinado “capital cultural”; são “objectos culturais autoritários”: o seu discurso é erigido “ao plano de um universal”. (Eles “escondem a sua historicidade”). Mesmo nestes tempos, tão marcados pelos meios de informação e comunicação, continuam a ser o suporte mais difundido de aprendizagem... Ver Alain Choppin, “Les manuels scolaires – de la production au mode de consommation”, in: *Manuais escolares...*, pp. 3-17; Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990; Pierre Caspard, “De l’horrible danger d’une analyse superficielle des manuels scolaires”, in: *Histoire de l’Éducation*, n.º 21, Janv. 1984, pp. 67-74.

De pequenino se “torce” o destino e o menino... Todos os regimes – e em especial os mais autoritários, porque mais ciosos das suas verdades (que “não se discutem”) e dos seus credos – acabam por controlar a produção e a circulação dos compêndios escolares.³ Os livros de leitura, “materiais didáticos de largo alcance social”, contam-se, pela diversidade das temáticas e pela sua utilização intensiva no quotidiano escolar (sobretudo no ensino primário), entre os que são alvo de maior investimento e controlo. (Além disso, como se sublinha em 1934, a língua é o mais rendoso instrumento educativo, porque por ali se realiza o comércio das ideias e sentimentos).

1. Com Carneiro Pacheco: “a sagrada (e patriótica) oficina das almas”...

Para Fernando Rosas, o “período áureo”, correspondente à “consolidação do regime”, vai de 1935 a 1940. Na segunda metade dos anos 30, dá-se “a plena afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes carismáticos dos regimes fascistas e autoritários”.⁴

A acção do ministro Carneiro Pacheco – que assume a pasta da Instrução no Governo que toma posse no início de 1936 – foi decisiva na construção dessa escola que devia ser, como Salazar pretendia, a “sagrada oficina das almas” e “fábrica espiritual”.⁵ A sagrada e patriótica (acrescentamos nós) “oficina das almas” ia começar a servir o Chefe... A lei de 11 de Abril estabelece as novas bases de organização do Ministério (que passa a designar-se *Ministério da Educação Nacional*).

No campo da educação, o ano de 1936 marca um ponto de viragem na política educativa. Esta nova fase, que então se inicia – e que se estende até ao pós-Guerra (1947) –, caracteriza-se “pela tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral: a escola é investida

³ Tendo que ver com o universo dos manuais (em especial os de História e de Educação Cívica), às obras referidas na nota anterior e a outras citadas ao longo do artigo, juntem-se estas que aqui se mencionam... Joaquim Pintassilgo, *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*, edições Colibri, Lisboa, 1998; ver Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Ed. Notícias, Lisboa, 2001, pp. 257-276. Ver Sérgio Campos Matos, “O ultranacionalismo da memória institucional”, in: *Portugal contemporâneo (1926-1958)*, vol IV, dir. de António Reis, Alfa, Lisboa, 1990, pp. 339-348. Ver Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX- XX*, Círculo de Leitores, 1992; Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Minerva, Coimbra, 1989. Ver artigos de: Luís Reis Torgal, Maria Cândida Proença, Joaquim Pintassilgo, Maria Manuela Carvalho – in: *Um século de ensino da história* (coord. de Maria Cândida Proença), Instituto de História Contemporânea (FCSH – Univ. Nova de Lisboa), Ed. Colibri, Lisboa, 2001. Sobre os discursos historiográficos e a relação entre história e ideologia, ver António Manuel Ribeiro, “Ficção histórica infanto-juvenil no Estado Novo: colecção ‘Pátria’ de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)”, in: *Revista de História das Ideias*, 16: *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Inst. de Hist. e Teoria das Ideias, Fac. de Letras, Coimbra, 1994, pp. 161-192.

⁴ O regime, silenciadas as oposições, “consolida-se nas principais frentes”. Os anos da Guerra Civil de Espanha (1936-39) correspondem a “um dos períodos de maior crispação fascizante e repressiva do Estado Novo”. – Fernando Rosas, “Salazar, António de Oliveira” – in: *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Bertrand Editora, 1996, pp. 861-876, pp. 868-869.

⁵ É o que Salazar proclama, em 1934 – in: *Discursos (1928-34)*, Coimbra, 1939, p. 302. Com C. Pacheco, para além das acções doutrinárias e das medidas autoritárias e repressivas, foram revistos os “quadros das disciplinas e respectivos programas”.

‘principalmente como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução) mas de formação da consciência (educação)’”.⁶ Como ministro (1936-1940), C. Pacheco será o executor activo da “reforma educacional salazarista, especialmente para os ensinos primário e secundário, cuja estrutura e conteúdo das matérias sofrem sensíveis alterações de acordo com proclamados princípios ‘nacionalistas e cristãos’ de acentuado dirigismo ideológico”.⁷

O salazarismo, como refere M. Braga da Cruz, não sendo “teoricamente totalitário, não deixou, porém, de ter um desígnio doutrinário totalizante”.⁸ Não deixou de visar a “conquista das almas” pela veiculação (oficial ou oficiosa) de uma ideologia dominante, designadamente através de uma forte orientação do ensino e de um enquadramento ideológico (da juventude, da família, do trabalho e da cultura). Mas, para além do mais, “a grande questão não é tanto a da inculcação ideológica quanto a da formalização de mecanismos que transformem a conduta moral num exercício prático com origem e termo no próprio educando”.⁹ Foi, também, graças a essa “formalização” – que os responsáveis souberam realizar – que o regime se fortaleceu e durou...

Os responsáveis do Estado Novo vão acentuar, agora, a linha de pensamento político-patriótica e religiosa com uma codificação mais explícita das traves mestras do seu ideário e de fórmulas catequéticas que se vinham afirmando: mais religião; mais propaganda política e doutrinária, mais (e melhor) informação sobre os princípios inspiradores do Estado e sobre a obra edificada; mais culto do(s) chefe(s).¹⁰

⁶ António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’” (cit. de M. F. Mónica), in: *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, *Nova história de Portugal*, vol. XII (dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Ed. Presença, Lisboa, 1992, pp. 455-519, pp. 458-459. A. Nóvoa, “Educação nacional”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*, pp. 287-288. Ver Maria Manuela Carvalho, *Poder e Ensino. Os manuais de História na política do Estado Novo (1926-40)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, pp. 72-78. Para António Reis, Carneiro Pacheco teria adoptado, em relação ao período anterior (1926-36), “uma postura empenhadamente alternativa, conjugando o maior controlo ideológico, com uma relativa expansão da rede” – “A política de ensino...”, in: *Portugal contemporâneo...*, vol. IV, pp. 271-278, p. 274.

⁷ Fernando Rosas, “Carneiro Pacheco, António Faria”, in: *Dicionário enciclopédico de História de Portugal*, Alfa, 1985, p. 106. Sobre a acção do ministro e as medidas de controle (dos funcionários públicos e, em especial, dos professores) – ver os capítulos: “1936 – oficina das almas”, “1937” e “1938”, in: Helena Matos, *Salazar. A propaganda (1934-1938)*, vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 2004, pp. 141-293; ver, ainda, desta autora, “Manual em Estado Novo”, *Revista do Expresso*, 9 de Setembro de 2000, pp. 54-62; ver, também, “Pacheco, António Faria Carneiro”, in: *Dicionário de História do Estado Novo*, p. 709-719.

⁸ *O Partido e o Estado no Salazarismo*, ed. Presença, Lisboa, 1988, p. 52; o autor acrescenta: “não sendo um Estado neutro ou agnóstico, à maneira liberal, teve no entanto uma ‘doutrina totalitária’”. Para S. C. Matos “apenas será pertinente qualificar uma ideologia de dominante quando ela está ligada a um Estado ditatorial”. A aplicação desta noção ao Estado Novo não levantaria, por conseguinte, problemas. – *História, mitologia, imaginário nacional...*, p. 49

⁹ Ver “Salazar, António de Oliveira”, por Jorge Ramos do Ó/Manuel Henrique Figueira, in: *Dicionário de educadores portugueses*, dir. António Nóvoa, editora ASA, 2003, pp. 1237-1240, p. 1239.

¹⁰ Para S. C. Matos, com esta reforma prevalece (apesar de algumas divergências entre autores de manuais de História para o secundário) “uma versão ultranacionalista e sectária da memória colectiva institucional” – in: António Reis, *ob. cit.*, pp. 339 e 343-344. Maria Filomena Mónica considera que, neste período de 1936 a 1940, “na prática, as restrições curriculares traduziam-se em mais religião e menos teoria” – *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939*, Editorial Presença, Lisboa, 1978, p.282. Contudo, o “reforço da vigilância política” já se tinha dado... A inflexão da política de C. Pacheco não teria sido “exactamente um ponto de partida”, antes traduz uma mutação cujos

Neste contexto – porque “as palavras são as ferramentas das oficinas das almas”-, era necessário que os manuais escolares ganhassem mais eficácia como canais ideológicos. Num primeiro momento, vão ser mexidos e adaptados, com “alterações impostas” por determinação superior e passam a acolher textos com mensagens da “propaganda oficial” que, deliberada e preferencialmente, entram nos livros de leitura.¹¹

1.1. “Livros úteis”

Em Dezembro de 1936, Carneiro Pacheco escrevia a Salazar: “envio-lhe oito colecções de livros de leitura que estavam aprovados e contêm já alterações impostas para serem vendidos este ano. Longe de perfeitos, já são úteis”.¹² As modificações, cirúrgicas e significativas, que agora são feitas – dez anos depois do 28 de Maio e três após a institucionalização do Estado Novo –, nesses livros já aprovados, estão em sintonia com a linha programática do Ministério da Educação.

Vamos documentar como se tornaram “úteis”... Como veremos, são quase todos manuais, vivazes e persistentes, da autoria de conhecidos autores, provenientes até (num ou noutro caso) dos fins da Monarquia, o que comprova inequívocas continuidades e manifestas inércias...

O Decreto-Lei n.º 27 279 de 24 de Novembro de 1936 – que estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário – determina que, a cada classe do elementar, corresponderá um “único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas”; declara “a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário” e autoriza o ministro a adoptar as “soluções transitórias que se tornem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937”. Foi o que se fez de imediato...¹³ Os

primeiros sinais remontam a 1931. “O aprofundamento da inculcação ideológica” e “o reforço da vigilância política da escola” são já evidentes no início dos anos trinta – Nuno Rosmaninho, “Ensinar a ideologia. Uma escola primária na I República e no Estado Novo”, in: *Estudos do século XX. Educação contemporânea. Ideologias e dinâmica social*, in: *Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX*, n.º 6, 2006, Coimbra, pp. 173-191, p. 178.

¹¹ Procedimentos semelhantes não eram, aliás, inéditos: na I República, livros de leitura, do período anterior, haviam sido ajustados, com alterações que se traduziram, sobretudo, no corte de textos de cariz religioso. Em 1937, são feitas alterações nos compêndios de história da escola primária: um dos compêndios, abusivamente alterado, foi o de Arsénio Mascarenhas – cf. Maria Carlos Radich, *Temas de história em livros escolares*, Afrontamento, Porto, 1979, pp. 106-114.

¹² Ver Helena Matos, *ob. cit.*, pp. 203-207 e “Manual em Estado Novo”, *Revista do Expresso*, pp. 54-62: é com os livros da instrução primária de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista (que serão referidos) que a autora documenta as alterações introduzidas.

¹³ A Lei n.º 1941, de 11.04.1936, havia estipulado compêndios únicos de leitura para o ensino primário e para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Moral nos outros graus de ensino (à excepção do superior). O regime do livro único vai aparecer, agora, no contexto de um programa “nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária”. Mas é o Dec. 27 882, de 21 de Julho de 1937, que vai determinar a existência de “únicos livros” (livros únicos) para cada uma das classes do elementar. O problema destes “livros únicos” só se começa a resolver, como veremos, em 1940. Este regime já tinha vigorado, de 1895 a 1905, como elemento de um “projecto de socialização política nacionalista não sectária” – S. C. Matos, *ob. cit.*, 1990, pp. 62-63; Maria Cândida Proença, “Los manuales escolares: reflejo de influencias pedagógicas e intenciones políticas. Una reflexión desde la experiencia portuguesa”,

autores dos manuais – ou alguém por eles – “procederam a adaptações, substituindo e reescrevendo textos”, para que os livros pudessem ser autorizados pelo Ministério.

Estes livros de leitura “censurados”, que conheceram “metamorfoses” com diferentes graus de profundidade, foram o “fiel espelho do endurecer do regime e reflexo das guerras de propaganda”. As alterações introduzidas, para poderem ser “autorizados”, “são apenas uma parte (...) do reforço do discurso ideológico do Estado Novo nas escolas”.¹⁴

Para estarem em consonância com os desígnios da “educação nacional”, passam a incluir, como se verá, lições “receitadas” por Carneiro Pacheco (e/ou pelos seus “engenheiros das almas”). Pela carga religiosa e patriótica, pelas invectivas contra o demo-liberalismo e o comunismo, pelos elogios a Salazar, pela publicidade ao seu Estado (corporativo) e ao seu regime, são textos que têm tanto de legitimadores como de propagandísticos. Os manuais, assim “reescritos” (com poucas, mas intencionais alterações), fizeram as vezes dos “livros únicos”, enquanto estes – que deviam ser sinónimo de “obras perfeitas” – não apareciam... Dos que foram reformulados, há alguns que vão fazer uma grande caminhada, devendo-se realçar o êxito da “fórmula” fixada em 1936-1937.¹⁵

1.1.1. Livros da “Série Escolar Educação”¹⁶

Os manuais desta “Série” (que já provém da I República) são dos mais populares e duradouros... Destaca-se, especialmente, o da 4.^a classe – alvo de alguns ajustamentos, após a “reforma” de C. Pacheco – que ainda era adoptado no período marcelista.

1.1.1.1. Livro de leitura para a 3.^a classe

Pela comparação das versões de 1935 e de 1937-38¹⁷, detectam-se várias alterações... *Jesus ensina-nos a amar o próximo* (1937-38: 107) vem substituir as *Sete espigas*. Um breve e ilustrativo aditamento, na lição *A moral e a instrução cívica*, dá-nos conta do espírito que norteou estas modificações: em 1935, acaba com “Obedecei, pois, às leis

in: *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*, Alejandro Tiana Ferrer (dir.), Univ. Nacional de Educación a distancia, Madrid, 2000, pp. 319-325.

¹⁴ Helena Matos, *art. cit.*, pp. 54 e 57.

¹⁵ A matriz de quase todos os manuais, que mais se vão popularizar, é estabelecida aqui. Os “livros únicos” (de leitura) – que se foram impondo, como se verá, para as 1.^a, 2.^a, e 3.^a classes – também têm em conta estas directrizes programáticas. Muitos dos que são alterados, nesta altura (1936-1937), em especial os da 4.^a classe, continuaram a ser considerados “úteis” e fizeram, com mais ou menos êxito, um extenso percurso. Alguns só voltariam a ser “tocados” nos anos 60.

¹⁶ “Série Escolar Educação” de António Figueirinhas, Editora Educação Nacional, Porto. Sobre a prolixa obra deste autor e editor, ver *Dicionário de Educadores Portugueses*, pp. 572-576; ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, pp. 294-295.

¹⁷ Na edição de 1935 consta “aprovado oficialmente”; na de 1937 passa a ler-se: “autorizado oficialmente para 1937-38”. “Autorizado”, porque havia a esperança de se chegar rapidamente ao livro único. (Chegámos à data de 1935 pelo registo do ficheiro da Biblioteca Nacional de Lisboa).

e dai a vida pela Pátria” (p. 150); na versão de 1937-38 acrescenta-se, como remate – “Amai a Deus sobretudo e ao próximo como a vós mesmos”. Desaparece, ainda, *Inteligência de um animal* (p. 33), para dar lugar a *Boa doutrina*, com ensinamentos moralistas.

Nem de propósito: sai *O aldeão malicioso e o demónio* (p. 88) e entra *Salazar*. O providencial estadista, que se vê identificado com o Santo Condestável, restitui o esplendor perdido à pátria e à nação. Na história de Portugal, “sempre a Providência permitiu que, na hora crítica, aparecessem homens de boa vontade que, cheios de coragem e de patriotismo, conseguiram libertá-lo [a Portugal] das garras que tentavam asfixiá-lo”. Salazar, tal como o Santo, é um homem patriótico, providencial e messiânico. Tudo começou em 1926, após 16 anos de regime republicano... Homens “dotados da maior honradez”, que “souberam pôr os interesses da Pátria acima de todas as paixões e de todos os partidarismos” – o que manifestamente não havia acontecido com os demo-liberais! –, convidam Salazar para “sobraçar a pasta das Finanças”. Com ele vem o milagre... “A nossa administração pública é agora modelar, e Portugal goza, entre as outras nações, da consideração que lhe é devida”. Tornou-se conhecido “o seu nome glorioso (...) em todo o mundo. E quando, daqui a muitos anos, as gerações futuras o pronunciarem, hão-de dizer baixinho, de olhos fitos no altar da Pátria: – Foi um grande Português!”¹⁸ E não é que o disseram mesmo – e não foi baixinho – num concurso televisivo de 2007. Mais do que grande, disseram-no, de olhos fitos no “altar” da televisão, o “maior”.

1.1.1.2. Livro de leitura para a 4.^a classe

Ao cotejar um exemplar de 1933-34 com o que foi “autorizado (*sic*) oficialmente para 1938-39”,¹⁹ verificamos que são fundamentalmente dois textos que dão o tom das mudanças havidas: *Portugal corporativo* (1938-39: 34) e *A obra do Estado Novo I, II* (pp. 178-180). Esta última lição, um autêntico hino laudatório, é a que, porventura, no conjunto dos livros analisados, mais e melhor propagandeia Salazar, o homem e a sua obra, o seu programa e a sua acção. A um Salazar salvador, junta-se um Salazar “rebuçado”: “Dentro do movimento nacional de 28 de Maio, o panorama português transformou-se por completo, com o aparecimento, na cena política, de Salazar, estadista que hoje goza de reputação mundial. Foi sob a influência deste homem extraordinário que Portugal tomou novos rumos, readquirindo o prestígio que havia perdido (...). Em menos de três anos o milagre consumou-se. Uma vez restabelecido o equilíbrio financeiro e o crédito da nação, Salazar consagrou-se de alma e coração à reconstituição da economia pátria. Portugal parecia renascer para a vida (...). As greves, as arruaças e os tumultos haviam acabado (...). O Império Colonial Português

¹⁸ O texto *O Estado Novo e o corporativismo* (1937-38: 125) surge no lugar de *Os trabalhadores*. Aí se ensina que Portugal se voltou a aporuguesar com o Estado Novo. Foi o novo regime que o “nacionalizou” e que deu ao povo um “Governo Nacional”: “O Estado Novo veio dar a Portugal a posse de si mesmo” (antes “parecíamos mais estrangeiros do que propriamente portugueses”).

¹⁹ Ensino Primário Elementar. Ed. Educação Nacional, Porto. A data de 1933-34 apenas consta do ficheiro da Biblioteca Nacional de Lisboa.

não é esquecido. Para ele convergem as atenções do Estado Novo...” [É dada a lista das múltiplas obras realizadas...]. Prossegue o panegírico na seqüela II: “Depois de ‘arrumada a casa’ (...), Salazar volta a sua atenção para as almas. A mesma revolução que ele operara no terreno material, procura agora realizá-la no domínio do espírito, restituindo ao povo português as suas virtudes antigas (...). O que ontem parecia impossível, constitui hoje uma realidade (...). E porquê? Onde está a força invisível de Salazar? O insigne estadista português, sempre tão sereno, tão arguto e tão justo, é um verdadeiro sábio (...). É que Salazar – além de sábio e de patriota inconcusso – é um homem de carácter! Não é só o génio reformador que torna Salazar irresistível, é a sua absoluta probidade”. [São muitas outras as virtudes enunciadas]. “Sacrifica a sua própria saúde por amor de Portugal e dos Portugueses! (...). Salazar é o chefe ideal: manda com doçura, com autoridade moral e com firmeza. Não precisa de fazer discursos espectaculosos para se fazer obedecer. O exemplo da sua vida, voluntariamente obscura, dá-lhe um extraordinário prestígio e uma força sem igual (...)”. Neste bem construído texto, até é feita alusão à própria “invisibilidade” de Salazar (da qual se tiraram tantos dividendos políticos).²⁰

1.1.2. *Finalmente...*

Finalmente... (*Leituras para a quarta classe*) é um livro de Joaquim Tomaz, Chagas Franco e Ricardo Rosa y Alberty.²¹ Servimo-nos da 6.ª edição, datada de 1937. (Para auscultar as diferenças, consultámos uma outra de 1932). A obra conhece grande aceitação, a avaliar pelo número de edições. Nos anos 60 ainda era utilizada e aprovada oficialmente. (Vai manter a fisionomia definida em 1936-37...)

Eis alguns textos que passaram a integrar a versão de 1937... *No lançamento do “Dão”* (p. 142) é um excerto de um discurso de Oliveira Salazar. Mais um navio da armada está pronto para navegar... Salazar fala: “Não deixemos que as águas o beijem sem que algumas gotas de vinho do Dão, de que leva o nome e o sentimento bem portugueses, corram, em sinal de alegria e sinceridade, por onde um ano de árduo trabalho já fez correr o suor de portugueses também”. Portugal restaurado reentra, a “passo firme”, “na velha tradição” marítima.

O *Estado Novo* (pp. 93-94) é um texto, explicitamente doutrinário (de difícil compreensão para alunos da 4.ª classe), sobre os princípios que enformam a orientação política. “O *Estado Novo, o nacionalismo português*, partiu do facto para o conceito, das realidades para a doutrina, e tudo subordina ao bem da Nação (...)” (Com o

²⁰ Cf. José Gil, *Salazar: A retórica da invisibilidade*, Editora Relógio d’Água, Lisboa, 1995. Uma chamada de atenção especial para o outro *Livro de leitura para a 1.ª classe*. Na capa: autorizado para 1938-39; no rosto: autorizado para 1939-40. A extensa lição, *Salazar e o Estado Novo* (pp. 58-62), tem tanto de encomiástica, como de desajustada (para o nível etário destas crianças). É um tratado sobre o corporativismo e o Estado corporativo, chefiado por um Salazar “amigo dos pobres e dos trabalhadores” (Como ilustração: lusitos que fazem a saudação romana).

²¹ *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1377-1379 e 47.

liberalismo, o nacionalismo não era português! O nome do nacionalismo era Estado Novo).²²

Pela mão do cónego Correia Pinto, indefectível apóstolo salazarista, é-nos dado *Um movimento salvador* (pp. 49-50). Consagra-se o 28 de Maio – “um movimento militar eminentemente patriótico” – como uma revolução pacífica que trouxe tudo o que a pátria necessitava: “ordem, disciplina, trabalho, honestidade (...), respeito pela vida humana (...) justiça forte...” e “tudo a bem da Nação...”. Trouxe, ainda, “em vez de processos de extermínio, fórmulas de coexistência, porque a pátria portuguesa aprendeu com a Cruz de Cristo a abrir os braços a todos numa atracção permanente”. Muitos dos ortodoxos princípios da cartilha salazarista perpassam por este trecho.

1.1.3. Leituras... Quarta classe – da autoria dos Pires de Lima²³

Para poder estabelecer comparações, confrontámos uma edição de 1932 (aprovada em 1931) com uma outra de 1937 – *Leituras para o ensino primário. Quarta classe. Autorizadas oficialmente para o ano lectivo de 1936-37*.²⁴ É esta que vai constituir, mais uma vez, a matriz das muitas que vêm depois. (Em 1960, ia na 29.ª edição e vai prosseguir a sua marcha...)

Merecem destaque, nesta versão de 1937, algumas lições, muito elogiosas (que, aliás, vão desaparecer na de 1960) sobre o Chefe e a sua obra. Uma delas, *Da decadência à prosperidade* (1937: 29), sublinhava, por contraste com o período anterior, a multifacetada e magnífica obra do Estado Novo; os papéis primordiais de Oliveira Salazar (realizador do “milagre”) e de Carmona (pp 30-31). Outra é *Salazar e o Infante D. Henrique* (p. 100) – António Ferro sugeria que o Infante ressuscitado bem poderia ser Oliveira Salazar.²⁵

²² Como suplemento deste texto nada mais apropriado do que uma nota sobre *A religião*, assinada por Alexandre Herculano: “Tomaremos a defesa da religião, porque, sem ela, não há civilização verdadeira...” (p. 94). *Parábola do Samaritano* (p. 141) é outro trecho de inspiração verdadeiramente cristã.

²³ Augusto C. Pires de Lima e Américo Pires de Lima. Sobre os dois autores, ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 751-754 e 747-748 (artigos de Jorge Ramos do Ó e João Carlos Paulo); ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, p. 295.

²⁴ Depositário Livraria Simões Lopes. Edição dos autores, Porto. A de 1932 ostenta na capa e no rosto: *quinta edição. Aprovadas oficialmente* (por um dec. de 1931). Na de 1937 lê-se: *segunda edição*. Equívoco? Talvez não... A 5.ª, de 1932, pertence a uma série que se havia iniciado alguns anos antes? A de 1937 (corrigida) é a 2.ª de uma série que começou em 1936? Nos anos 40 parece ter conhecido grande circulação. Ver Judite Álvares, Lúcia Amante, Dília Ramos, “Na escola de ontem, na escola de hoje, que leituras? Breve análise de manuais de leitura da I República, do Estado Novo e período pós 25 de Abril”, in: *Análise Psicológica*, n.º 3, série V, Julho de 1987, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, pp. 441-472. O interesse do compêndio reside (também) nas considerações psico-pedagógicas e didácticas produzidas na Introdução. Só que, pelo desenvolvimento dos conteúdos, ficou (bastante) aquém das intenções que nessas páginas se proclamavam.

²⁵ “E um Infante D. Henrique que se lembrasse de ressuscitar na nossa época tormentosa, em que a felicidade de um povo oscila entre a sua finança e a sua economia, poderia bem ser um Ministro das Finanças, um Oliveira Salazar”. Há outros textos, que também fazem a sua aparição nesta versão de 1937 – *O Estado Novo e o espírito imperial* (p. 92) de Armando Monteiro e *Como os portugueses sabem morrer pela honra e pela pátria* (p. 82) – que já não constam da edição de 1960. *O Estado Corporativo*, que aparece na

A lição *Os elefantes* – que não consta em 1932, mas surge, compreensivelmente, em 1937 (p. 197) – é surpreendente. Na cidade de Goa, o naire mandou que o elefante “pusesse a cabeça na popa de um navio e que o lançasse ao rio, como era costume”. Não pôde, apesar da força que fez, porque era uma embarcação grande e pesada. O naire lançou-lhe: “Pois tu, vassalo de el-rei de Portugal, tão poderoso, não te envergonhas de ser tão fraco e mole? (...) O elefante tomou estas palavras como grande afronta. Para desagrar a sua honra, remeteu terceira vez à nau e, pondo-lhe a cabeça, fez tanta força, que a lançou ao rio, e juntamente rebentou e caiu logo morto”.²⁶ Mais desmesurado do que o orgulho patriótico do humano, só mesmo o do grande bicho Só podia ser grande uma Pátria que tinha patriotas de tamanha dimensão!²⁷

*

Em 1937 acrescenta-se, no fim da introdução, intitulada *Plano das leituras*: “A alteração ordenada superiormente foi apenas o corte das canções e de uma gravura. E, como a ordem superior foi cumprida, temos a certeza que os excelentíssimos professores continuarão a acolher bem as Leituras da 4.^a classe, agora muito melhoradas”. Confirma-se o que sabíamos: houve ordens superiores para proceder a alterações.

1.1.4. Um “best-seller” da mais popular equipa de autores

Leituras. IV classe é um manual da mais famosa equipa de autores (Manuel Subtil, Cruz Filipe, Faria Artur e Gil Mendonça).²⁸ Em 1967 já ia na 132.^a edição!²⁹

São bem visíveis alguns traços marcantes, resultantes de modificações feitas em 1936, que vão transformar este *Leituras...* num livro “salazarista”. Esta versão constitui, aliás, a base das edições posteriores.

Na 20.^a edição (de 1935) lêem-se (pp. 14 e 15) dois textos sobre *O dia da boa vontade* que já não constam da edição de 1936 (24.^a).³⁰ Mas nesta (de 1936) temos novas lições: *Educação Cristã, O Papa e a Igreja Católica e Necessidade de religião; O actual Chefe de Estado* e os doutrinários e politizados *Bons portugueses e Nacionalismo*.

edição de 1937 (p. 101), mantém-se ainda na de 1960 (p. 65): ensina como funciona o regime e historia as raízes fundas do Estado corporativo em Portugal.

²⁶ Ver, sobre esta obra, Maria de Fátima Bivar, *Ensino primário e ideologia*, 2.^a ed., Seara Nova, Lisboa, 1975, pp. 120-121.

²⁷ Sublinhe-se que, na versão de 1932 quase não aparecem textos religiosos. Surgem, em número razoável, na de 1936 (pp. 31, 47, 121, 123). Mencionem-se, pelas concepções negativas veiculadas, *O futebol e O cinema* (1932: 211-212). Já não constam da de 1937.

²⁸ Sobre estes autores ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1350, 919, 575.

²⁹ Livraria Bertrand, Lisboa. (Aprovado oficialmente). Muitos anos em vigor: desde 1931... É celebrado por uma série de lições que têm como protagonistas “os três amigos e a caixa escolar”. “Best-seller”, a avaliar pelo impressionante número de edições.

³⁰ O *Dia da boa vontade* fazia a apologia da Paz e divulgava uma mensagem pacifista. Este texto é também suprimido, como veremos, no livro da 4.^a classe de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista.

Religião e “religião da Pátria”

Em *Educação cristã* (p. 33), o avozinho, após vários conselhos e ensinamentos, agradece a “todas as mães” que, como a dos seus três netos, “sabem incutir no coração dos filhos os sublimes ensinamentos da Religião Cristã”.

Uma outra lição consagra o regime posterior a 1926. É, simultaneamente, uma narrativa exaltante de história, de civismo e de política. Os *Bons portugueses* (p. 93) estão divididos em três classes: “os que descobriram novas terras, os que as conquistaram e os que as civilizaram e engrandeceram”. É destacada, depois, a missão civilizacional dos portugueses de antanho: o propósito não era o de enriquecerem, era o de “ensinarem a esses povos uma nova religião (...) uma nova civilização que (...) os iria arrancando do estado de barbaria...” Bons portugueses, “vultos notáveis”, também os há nos “tempos de agora”: renascem a partir do 28 de Maio. Restaurada a “consideração e o respeito”, que se haviam delapidado com as lutas oitocentistas e a I República, entra-se numa “nova era de trabalho e confiança, num período de esplendor”. Faltava aludir aos líderes desses patriotas: “os vários Presidentes da República (...) e o ilustre chefe do Governo, Senhor Doutor Oliveira Salazar” (pp. 93-95).³¹

Em *Nacionalismo* (pp. 87-89) publicitam-se a religião da pátria e os ensinamentos de Salazar. As crianças lêem, num “bom jornal”, um artigo que se intitula *Nacionalismo*. Uma delas pergunta ao professor o que é *Nacionalismo*? Vêm as explicações sobre a semântica do conceito, sobre as manifestações que o nacionalismo pode assumir e são dados, ainda, vários recados... Diz o professor: “Procuremos, pois, todos ser bons *Nacionalistas*, fazendo *tudo pela Nação, nada contra a Nação*”.³² Há um mandamento da lei de Deus que “manda *amar a Deus sobre todas as coisas*”; na “Religião da Pátria” há um mandamento que manda “*amar a nossa Pátria acima de todas as outras*”.³³

³¹ Em *O actual chefe do Estado* escreve-se: “o Presidente da República Portuguesa é o Sr. General Óscar Carmona. A sua acção tem sido justamente considerada no país e no estrangeiro (...). Sob os auspícios do seu Governo, o nosso país tem conquistado um lugar de relevo no concerto das nações...”

³² Quando o professor afirmou que “amar o *Nacionalismo* é ser bom português, é ser *Nacionalista*”, os alunos deixam escapar: “ – Então todos nós somos *nacionalistas!*” Mas atenção: Portugal, ensina o mestre, “só por bons portugueses deve ser governado”. (Os que o governavam, após 1926, eram bons portugueses!...).

³³ Temos que mencionar ainda o celebrado *Leituras. II classe*, também da autoria deste criativo grupo. Cotejámos uma edição de 1933 (com um Prólogo da 1.ª ed., datado de 1929) com uma de 1937. Desta última constam vários textos, de cariz religioso... *Um chefe* (pp. 76-77) dá o tom político: Salazar, “Chefe eminente”, é festejado “como salvador desta Pátria arruinada”; são exaltadas as suas exemplares qualidades; “este nome (...) não poderá apagá-lo a acção do tempo nem a injustiça dos homens” (cf., a propósito, texto do livro da 3.ª, da “Série Escolar Educação”). Também merece uma alusão especial o livro de Ulisses Machado (autor de vários livros republicanos) – *Livro de leitura da 3.ª classe*, 18.ª edição, *aprovado oficialmente para o ano lectivo de 1936-1937*. No caso desta obra tudo se manteve praticamente na mesma... Só há duas lições significativas de propaganda política e doutrínária: *Dois homens e Estado Novo* (pp. 33-34).

1.1.5. Os livros de Romeu Pimenta e Domingos Evangelista³⁴

Os manuais destes autores, para as 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a classes, também são reformulados em 1937.³⁵ Sendo aparentemente os mesmos, são já outros...

Propaganda e religião

Começemos pela 1.^a classe... A lição *Na Escola* (p. 5) é substituída, no ano lectivo de 1936-37, pelo texto *A nova escola*. O objecto é o mesmo, mas agora é posto ao serviço da propaganda. No dia da inauguração da escola “cheia de luz”, que Antoninho tem a “felicidade” de frequentar, o senhor professor faz questão de acentuar que o “lindo edifício” se deve ao Estado Novo. E o inspector escolar relembra “que devíamos também muitos mais benefícios aos homens que há doze anos governam a Nação”.

Sai *O sobreiro* (dito em verso), para entrar *A gratidão dum povo* (p. 67). Como cenário as comemorações do X Aniversário da Revolução (que vão servir, também, para algumas cenas do filme *A Revolução de Maio*). “Óscar e Rita foram a Braga no dia 28 de Maio de 1936. O pai levou-os no carro e pediu-lhes que nunca se esquecessem das feições dos dois homens que iam ver. Eram eles o senhor General Carmona e o senhor Doutor Oliveira Salazar. Rita e Óscar chegaram a chorar de comoção e entusiasmo, ao verem que tantos milhares de pessoas davam vivas àqueles dois homens que tanto bem fazem à Pátria. Bem se via que eles estavam também contentes, por sentirem como é sincero o amor que o povo lhes tem”.³⁶ (Deve dizer-se que as comemorações, em Braga, foram a 26 de Maio).

No livro da 3.^a, como acontece no compêndio de João Grave (para este mesmo nível – cf. 1.1.6.), é introduzido um texto, assumidamente (en)doutrinador, sobre a *Mocidade Portuguesa* (p. 71). Deparamos com importantes princípios doutrinários do regime salazarista. Os intuítos doutrinários e propagandísticos sobem de tom: “Contra todo o derrotismo – que é desonra; contra toda a dissolução interna – que é crime; contra todo o internacionalismo que é morte, à escola incumbe despertar (...) o amor da Juventude à Pátria Portuguesa”. Bem podida ter sido um texto escrito por Carneiro Pacheco...

³⁴ Ver *Dicionário de educadores portugueses*, pp. 1088 e 523. Os seus livros são inovadores do ponto de vista pedagógico e didáctico.

³⁵ O *Livro de leitura para a primeira classe. Ensino Primário Elementar*, Livraria Educação Nacional, Porto, 1935 (3.^a ed.) – para o ano lectivo de 1935-36; o de 1936 (4.^a ed.) é igual; só foi “mexido” no ano seguinte (1937): já ostenta as alterações que constam da edição que consultámos – Porto, 1938, autorizado para 1938-1939. Para o livro da 3.^a, servimo-nos da versão de 1937. Para o da 4.^a classe, comparamos o de 1935 com o que foi *aprovado oficialmente para 1937-38*.

³⁶ O nome dos chefes “não é apenas citado pelos professores nas aulas”. A partir de agora, “está também inscrito nos livros por que estudam” – Helena Matos, *ob. cit.*, p. 203. No livro da 2.^a classe, no texto *A autoridade* (1937: 33), a professora ensina que “não é possível a vida entre os homens sem haver autoridade”. (Em casa, o pai, operário, reforça a explicação com vários exemplos). E à pergunta da criança, “a quem obedecem os homens do Governo?”, responde o “paizinho”: “obedecem à sua consciência de homens dignos, formada no amor sincero de Deus, da Pátria e da Família”.

Ao lançarem mão de extractos, devidamente seleccionados, das produções de Salazar e de Carneiro Pacheco, estavam-se a cumprir as orientações propagandísticas da tutela... A lição *Comunismo* (4.^a classe, 1937: 189) reproduz passagens de um discurso, do chefe do Governo, que combate com veemência o comunismo e traça a verdadeira missão da escola e da família³⁷.

*

Em 1935-36 quase não se tinha conseguido arranjar, no compêndio para a 1.^a classe, espaço para matérias religiosas.³⁸ Agora não podia faltar...

O título é o mesmo: *Natal*. Mas as festividades descritas e as mensagens veiculadas são muito diversas. O Natal da versão de 1935 – que podia eventualmente figurar num compêndio republicano – é apagado. No seu lugar vai surgir um Natal cristão (p. 59). Desaparece a árvore, desta festa de família, substituída pelo presépio trazido, não por acaso, de Fátima – “a mãe do Raúl coloca entre duas velas acesas um pequeno presépio que trouxe de Fátima...” Triunfa a religião e apregoa-se a humildade: “Nesse dia nasceu Jesus (...) Porque queria Deus que seu Filho nascesse num presépio (...)? Porque ser humilde é a maior das virtudes! (...)”³⁹

No manual da 4.^a classe, constam do novo grupo de textos religiosos: *Pensamentos*, de D. Manuel Gonçalves Cerejeira; *A religião*; *Moral cristã*; *Trecho do sermão da montanha*; *Jesus*; *A caridade*, um poema de João de Deus, onde antes se lia: *19 de Maio – Dia da Boa-vontade*.⁴⁰

³⁷ “O comunismo tende à subversão de tudo; e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça (...). Nós não compreenderíamos (...) que a escola portuguesa fosse neutra (...)” e que, “por actos positivos ou por omissão dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização (...) Queremos, pelo contrário, que a *família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização, e profundo amor à sua Pátria...*” (sublinhado nosso). Uma outra lição, *O vinte e oito de Maio* (4.^a classe, 1937: 115) também veicula “ensinamentos officiosos”. Os males de Portugal provinham do “sistema de governo denominado *liberal*” (implantado em 1820) “A instituição da Ditadura Militar foi o início do ressurgimento nacional (...)”. Ver ainda *Casas do povo* (texto de Lumbrales), p. 191.

³⁸ Embora, *Casinha de pobre* (nas duas versões, p. 39) seja bem ilustrativa de quanto se rezava na feliz habitação do pobre: “Casinha de pobre,/ Lareira de altar,/ Borrvalho quentinho,/ E tudo a rezar...”

³⁹ Ver ainda *Jesus e as crianças* e *Crucifixo* (p. 17). Uma história de exaltação da liberdade (*As aves*) deixa espaço para uma narrativa popular inspirada no maravilhoso cristão (*História do chasco e do pisco* – p. 25).

⁴⁰ Alguns textos, que figuravam no manual da 4.^a classe (de 1935), fornecem pistas acerca da lógica censória. Teriam sido suprimidos porque ainda estariam contaminados pela ideologia e pelos princípios liberais e voltados para a defesa de valores (universais e consensuais). É assim que desaparecem *A Paz e Sociedade das Nações* (1935: 189-191) – para dar lugar a *Casa do povo* – que chamavam a atenção para a necessidade imperiosa de a humanidade viver em paz. Suprime-se, ainda, *19 de Maio – dia da Boa-Vontade* (1935: 194), que transcreve uma mensagem dos jovens do País de Gales (datada de 1922) para os rapazes e as raparigas de “todos os países”. Na opinião de Justino Pereira de Magalhães – *art. cit.* in: *ob. cit.*, p. 294 –, este livro (o autor analisa a edição de 1945) é marcado por um sentido de inovação, relativo à estrutura e à organização de matérias; apresenta-se organizado por centros de interesse (segundo as propostas de Decroly). No da 1.^a classe “são retirados sobretudo textos de carácter lúdico” e nos da 2.^a e da 3.^a sacrificaram-se, geralmente, as páginas que continham “assuntos relacionados com as ciências naturais”. Algumas adaptações exaltam “valores morais, como o sacrifício e a pobreza” – cf. Helena Matos, *ob. cit.*, pp. 206-207 e *art. cit.*, p. 58.

1.1.6. Um livro de João Grave

Vejam o *Livro de Leitura. III classe*, de João Grave (1872-1934)⁴¹, em dois momentos diferentes. O primeiro é 1932. (Trata-se de uma versão que havia sido “aprovada oficialmente” em 1929). As continuidades fazem-se sentir: mantém-se, ainda, um livro “republicano”; não se detectam as transformações que vão ocorrendo no país.

Poucos anos depois – “autorizado oficialmente para o ano escolar de 1936-1937” –, apesar das semelhanças, é outro livro... Conserva a estrutura e a maioria esmagadora das lições, mas promove e “vende”, sem hesitações, nessas (poucas) páginas diferentes, o Estado Novo, a sua ideologia, as suas realizações, a sua multifacetada e ímpar obra. (João Grave, que falecera em 1934, não deve ter sido responsável pelas alterações...).

“Foi o Estado Novo...”

Onde se lia, em 1932, *O soldado e a corneta* (p. 11) – um texto pacifista –, lê-se, na versão de 1936-37, *Mocidade Portuguesa*: “ (...) No dia 1.º de Dezembro houve na vila uma bonita festa comemorativa da independência de Portugal. Lá se juntaram os alunos de todas as escolas do concelho (...). Todos desfilarão diante da bandeira de Portugal, de braço estendido (...). Os alunos da 3.ª Classe marcharam muito bem (...) E com que entusiasmo o fizeram (...), ansiosos por crescerem, serem soldados para, se for preciso, defender dos inimigos o nosso lindo Portugal (...). Na *Mocidade Portuguesa* aprende-se a ser forte, saudável de corpo e alma, a obedecer alegremente e a ter a consciência de que durante a nossa vida, a vida que não nos pertence, mas que é da Pátria, o nosso dever mais alto é ser bom patriota, trabalhar e estudar para vencer sempre”.

Ontem e hoje (p. 94) celebra a notável restauração; sublinha bem a diferença entre o que era e o que é; quer que se (re)conheça e agradeça o que foi feito. Os portugueses só tinham que ser “leais e amorosos”... (Veio substituir, o que provavelmente não aconteceu por acaso, a fábula *A raposa e a doninha* que ainda fazia a apologia da liberdade). “O avô do Chico adoeceu gravemente e o senhor Professor deu-lhe uma semana de férias para ir à terra ver o avô”. Quando regressou vinha feliz com as melhoras do avô e a transformação da aldeia.⁴² O professor explica-lhe que deve “tudo isso e muito

⁴¹ No ano de 1908 era um *Livro de leitura para a 2.ª e 3.ª classe* (sic). A versão republicana de 1922 – agora apenas para a 3.ª classe –, *Livro de leitura para a 3.ª classe*, já não tem textos de inspiração religiosa (ver Maria da Conceição Cordeiro Salgado, “O livro de leitura da 3.ª classe de João Grave no período da 1.ª República”, in: *Manuais Escolares...*, pp. 459-465). Os seus livros constituem “um bom exemplo dos materiais didácticos que se utilizavam na escola portuguesa nas primeiras décadas do século XX” – ver *Dicionário de Educadores Portugueses*, p. 658; ver Justino Pereira de Magalhães, “Um apontamento para a história do manual escolar...”, in: *ob. cit.*, p. 292.

⁴² “Antes as casas mal podiam ter-se de pé; água só a da fonte; luz só a do Sol; para lá chegar tínhamos de ir de burro ou a pé por caminhos de cabra... Agora...

– Agora? – interrogou o senhor Professor.

– Agora está tudo lindo, lindo! (...) As casas estão todas caídas; no largo da Igreja há um chafariz; à noite acende-se a luz eléctrica; em vez de caminhos de cabra, há agora uma estrada muito direita e muito lisa... se até já temos telefone!”

mais ao Estado Novo que fez estradas, pontes, barcos, e portos, que leva o conforto e a civilização a todo o país e que *só* exige em troca o amor e a lealdade de todos os portugueses.” (pp. 94-95).

O texto, *Bairros operários* (p. 22), vem na mesma linha: o senhor Professor faz notar que quem deu a linda casa nova, ao radiante Quim – que deixou “o maldito quarto de três palmos sem ar e sem luz” – “foi o Estado Novo, que não quer que os bons operários vivam em quartos sombrios (...), só tem uma preocupação, um ideal, um desejo: a felicidade de todos os *bons* portugueses”.

Na “história” intitulada *Porque chorava João Maria* (pp. 75-76) – a criança chorava porque tinha o pai desempregado –, as considerações elogiosas do Professor (sempre com maiúscula) vão para o “Comissariado do Desemprego” que “não abandona nunca os *bons* portugueses que a ele recorrem em momentos de aflição”. (O senhor professor, muito colaborante, serve, inclusivamente, como mediador na resolução do caso). O “Comissariado” consegue um novo emprego para o pai. João Maria não deve esquecer “nunca o que deve ao Estado Novo”.

O país da CAPI...

Atente-se na lição *A ceguinha já não tem frio* (p. 176)... Era assim que os novos poderes tentavam resolver os problemas dos que tinham fome e frio... A “Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno” (que podemos designar pela sigla CAPI) mandava distribuir, pelos necessitados – de preferência ceguinhas –, abafos e cobertores.⁴³ Era “mais uma linda obra do Estado Novo”. Acabado o Inverno, fechada a temporada, a CAPI encerrava as suas portas. Os pobres deixavam de ter necessidade de auxílio.

*

Para que a receita destas narrativas resultasse, utilizavam-se ingredientes apropriados: meninos caridosos; pobrezinhos, velhinhos, ceguinhas; operários resignados, leais e bons; professores e pais (mães) de sólida formação moral e cívica – apoiantes do Estado Novo –, activistas de nobres causas; instituições e organismos vocacionados para “resolver” prementes problemas sociais. Como tempero: muito sentimento...

Pátria grande; nação cristã; presidente prestigiado

Outros textos novos são para dizer a grandeza de Portugal e as razões por que se deve amar uma Pátria como esta...⁴⁴

Não deve haver nenhum texto tão bem concebido – *primus inter pares* –, que tão bem incorpore e mescle história, pátria e nação, como *Portugal não é um país pequeno* (pp. 177-181). Distingue-se, ainda, pela sua capacidade apelativa. Os colegas fogem de

⁴³ Manuela vê a ceguinha “bem agasalhada com um rico xaile de lã.” Explica à mãe que foi a Junta da Freguesia que lho deu. Manuela continuou: “Parece que o Governo não quer que ninguém tenha fome nem frio e por isso mandou distribuir pelos pobres muitos abafos e muitos cobertores. Diz ela [a ceguinha] que até veio no jornal. A mãe não leu?”

– Li, sim, filha. Ela refere-se, com certeza, à Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, mais uma linda obra do Estado Novo, que não cessa de procurar o bem-estar de todos os portugueses.”

⁴⁴ *O império português no mundo* (p. 35) de Armindo Monteiro; *Porque amo Portugal* (p. 49).

João – “um garoto esperto, simpático até, mas nenhum dos companheiros o estima”.
A razão é de peso:

– “É um toleirão! (...) Tem vergonha de ser português” – como denuncia um colega.

– “Como esteve dois anos na América, acha que Portugal é um país muito pequeno, muito insignificante, e diz que há-de ser americano!

– Pode lá ser! – repetiu o senhor Professor sem desviar os olhos de João. – Os teus pais são portugueses e tu és tão português como qualquer de nós.

João, sem perder o ar arrogante (...):

– Quando for homem, hei-de ser o que quiser! (...)

– Agora percebo porque te chamam ‘o estrangeiro!’ – E, como João se preparava para responder, o senhor Professor (...) ordenou: –Silêncio! Vamos à lição. Que temos hoje?

– História e Geografia – respondeu João, de cabeça baixa e de mau modo.

– Muito bem – respondeu o senhor Professor. – Vá ao mapa.

E, apontando-lhe um lindo mapa-mundo, todo colorido e envernizado, principiou a interrogar:

– Onde fica a Madeira?

João, que era um bom aluno, apontou sem dificuldade a linda ilha.

– Quem descobriu a Madeira?

– Gonçalves Zarco. (...)”.

[Aponta o arquipélago dos Açores. O primeiro a chegar foi também um português].

“Mostra o Cabo Bojador.

– Quem o dobrou pela primeira vez?

– Gil Eanes.

– Outro português... Adiante. Mostra o Rio do Ouro... O arquipélago das Canárias... Cabo Branco... Arguim... A Senegâmbia... O arquipélago de Cabo Verde... Muito bem. Continuemos... Aponta a Serra Leoa ... o rio Zaire... o Congo... a Guiné...

João quis falar, mas o senhor Professor não lhe deu tempo:

– (...) Onde fica o Brasil? Exactamente. Quem descobriu o Brasil?

– Pedro Álvares Cabral.

– Português?

– Sim, senhor.

(...) O senhor Professor continuou:

– Portugal, na Europa, nunca foi muito grande em superfície, mas no mundo foi enorme. Falou-se a nossa língua nas cinco partes do mundo (...). Mas vamos à lição: Que mais descobriram os portugueses?

– O caminho marítimo para a Índia.

– E essa descoberta teve importância?

– Teve, sim, senhor.

– Uma importância enorme (...). Vasco da Gama traça o caminho das suas caravelas, e Portugal, pequeno e heróico, lá vai pelos mares fora (...)

– Mas ainda não é tudo. Depois de terem passado gloriosamente na Ásia, na África e na América, os portugueses descobrem a Austrália (...).O caminho das caravelas

portuguesas foi um grande colar que envolveu o mundo e que ainda hoje abraça terras e raças de cores diferentes... Sabes, não é verdade? Pertencem a Portugal os Açores, a Madeira, o arquipélago de Cabo Verde, parte da Guiné...

– S. Tomé, Angola, Moçambique... – continuou em voz vibrante, a classe inteira.

– Índia, Macau e Timor! – concluiu João, que já olhava de frente o senhor Professor.

– Muito bem. Podes sentar-te. Vou dar-te uma boa nota. E, afinal, vamos lá a saber: de que terra és tu?

– Sou português! – gritou o João, com as lágrimas nos olhos e um nó muito apertado na garganta.

– Viva! Viva! Viva! – gritaram, entusiasmados, os seus condiscípulos.

– Silêncio! – ordenou o senhor Professor com uma voz terrível, que não fez medo a ninguém. – Venha outro menino à lição.

E, voltando a cara, o Professor enxugou disfarçadamente, com um grande lenço, duas pequenas lágrimas indiscretas”.

Se apelos patrióticos deste teor não são novos (e já vêm de longe...), é novo o elevado grau de envolvimento, acentuado pelo crescendo emocional, que é conferido a esta narrativa.

Numa nova lição, António Ferro evoca o *General Carmona* (pp. 42-43): “Dentro do país, não há ninguém que não sinta, que não adivinhe a sua benéfica influência na marcha das coisas públicas”. São enormes os dons “deste grande Chefe de Estado, que Portugal soube encontrar numa das horas mais belas da sua História”. Fora do País, “a figura simpática, veneranda do Presidente Carmona é conhecida em todo o Mundo”. Respeitado e influente, não devia ser visto como o apagado rei D. José; se Carmona não fosse influente, havia o risco de Salazar ser visto como um ministro excessivamente poderoso (um marquês de Pombal) que de tudo dispunha...⁴⁵

*

Mesmo nesta versão (de 1937), mais ao gosto e ao serviço do Estado Novo, o manual continuava a manter algumas características que haviam marcado os livros republicanos. (As continuidades, apesar das fracturas, eram significativas...) Foram fundamentalmente os textos doutrinários, apologéticos e propagandísticos, que deram à obra de João Grave um tom verdadeiramente estadonovista.⁴⁶

⁴⁵ Era também inevitável a introdução de textos que ensinassem a doutrina, a moral e, sobretudo, os sentimentos cristãos – ver pp. 12-14; 14-15; 17;18-19; 34.

⁴⁶ Há que fazer uma referência especial à obra *Leituras para a 3.ª classe das escolas de instrução primária* (60.ª edição, 1947), de José Bartolomeu Rita dos Mártires e António Francisco dos Santos. Este duradouro manual era, em 1909, o *Livro de leitura para as escolas de instrução primária. 2.ª e 3.ª classes*. (Havia uma edição de 1898). Em 1912 é republicano: são retirados os textos de significado religioso. Na 48.ª edição (destina-se agora, apenas, à 3.ª classe) junta-se-lhe mais um autor – José Nunes Baptista; traz a seguinte indicação: “segundo o programa de 07.11.1919, modificado pelo Dec. n.º 7311 de 15.Fev.1921, adoptado oficialmente”. (Ver Justino Pereira de Magalhães, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, pp. 292-293). Consultámos, ainda, a 52.ª edição (1932 – depósito legal). A edição de 1947 já tinha sido alvo de algumas intervenções em consonância com os desígnios de C. Pacheco, ver *Sindicatos nacionais* (p. 155), *Nacionalismo* (pp. 26-28); *O milagre da Casa do Povo* (pp. 131-133).

2. Os “livros perfeitos”...

Determinações legais (de 1936, de 1937 e de 1940) estipulam que cada classe terá um “único livro” com as “matérias de todas as disciplinas”. Estes manuais, que vão funcionar como “livros únicos” para as três (obrigatórias) primeiras classes do elementar, viram-se transformados, por força das circunstâncias, em “verdadeiras estrelas”... Para muito boa gente, que fez a escola primária, a partir de 1941, foram importantes obras de referência (em especial, porque mais anos em vigor, o da 1.^a e o da 2.^a classes).⁴⁷

Pelos procedimentos seguidos na sua elaboração, pelo empenhamento com que são acompanhados e pela qualidade dos produtos finais, correspondem, muito provavelmente, na perspectiva dos encomendadores, aos livros “perfeitos” tão desejados por Carneiro Pacheco. O trabalho, que conduz à organização destas obras, foi levado a cabo pelo seu ministério, mas, quando é publicado (em 1941) *O livro da 1.^a classe*, já Carneiro Pacheco não era ministro.

O livro da primeira classe, *O livro da segunda classe* (1.^a edição, 1944) e *O livro de leitura da 3.^a classe* (sai pela primeira vez em 1951; lê-se no rosto: *O livro da terceira classe*) são manuais cuja realização foi assumida pelo Ministério da Educação Nacional.⁴⁸ Os “livros únicos” prestaram, com grande sucesso, um enorme serviço.⁴⁹ Cada um dos manuais era *o livro*... Como se fosse uma súmula e, simultaneamente, uma “bíblia”.

A estrutura é idêntica nos três compêndios. Os da 1.^a e da 2.^a classes têm três secções: “leitura”, *doutrina cristã* e *aritmética*.⁵⁰ Para o da 3.^a classe: “leitura” – mais enriquecida e variada (como seria previsível) – e *doutrina cristã*.

Profundamente elucidativa é a inclusão, em cada uma das classes, de secções específicas ao serviço de uma educação religiosa formal. Cada um destes catecismos, com o inquestionável dogmatismo da sua doutrina cristã, vai contaminar (provavelmente) o resto do livro... O carácter sagrado estender-se-ia a todos os conteúdos. Os manuais

⁴⁷ Para a 4.^a classe, além de não haver livros únicos de leitura, havia outros manuais de matérias específicas (como, por exemplo, de História e de Geografia). Em 1955, tenta-se aplicar à 4.^a classe, sem resultado, o regime de livro único em vigor para o elementar.

⁴⁸ Pela sua importância e significado, são três dos cinco manuais analisados por Maria Velho da Costa, na primeira parte da sua obra (Maria de Fátima Bivar, *ob. cit.*, pp. 22 e 31-153). Pode-se dizer que o Ministério surge como “autor” destes “únicos livros”: em 1940, como os livros a concurso não tinham agradado às autoridades interessadas, “é autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional de Educação, uma comissão de pedagogos e artistas de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único destinado ao ensino primário elementar” (ver, em especial, Dec. n.º 30 316, de 14.03.1940; ver Dec. n.º 30 660, de 20.08.1940).

⁴⁹ (Até 1956 só as três primeiras classes eram obrigatórias). Nos fins dos anos 60 aparecem novos livros para estas classes, também aprovados oficialmente (e com a chancela do Ministério).

⁵⁰ Não se esqueça que o decreto n.º 27 882 (Direcção Geral do Ensino Primário, de 21 de Julho de 1937) determinava: “... com a concentração do texto relativo às disciplinas de cada classe em um só compêndio receberá a criança (...) a ideia da unidade da cultura...”. Deviam integrar a Língua portuguesa, a Moral, a Aritmética e ainda a Educação Física e o Canto Coral. O parágrafo único do artigo 2.º acabou por ter um acolhimento bem menos visível (no que respeita aos conteúdos), mas mantém-se a inspiração (o “espírito”) que o anima: “quanto às disciplinas de educação física e de canto coral, o livro único, além de explicar a sua relação com os fins e a orgânica da Mocidade Portuguesa, conterà trechos, máximas e cânticos que estimulem o seu exercício no sentido espiritual da vida e como preparação para o serviço da Pátria”.

incluem ainda vários textos que têm como objecto a doutrina (cristã) e preceitos religiosos. “Ao contrário dos Livros de Leitura do período da República e dos do período pós-25 de Abril (...), o ensino religioso aparece como parte integrante do ensino da leitura e da escrita”.⁵¹ Como é sabido, um dos superiores desígnios dos governantes e das autoridades (religiosas e civis) era recatolicizar a nação.

São também em número muito significativo os textos que fazem a apologia da *aurea mediocritas*, que remetem para o idílico Portugal campestre, que incidem sobre as virtudes e a superioridade da civilização rural.⁵²

De facto, o que mais povoa estas páginas são os *heróis* (melhor: as *heroínas*) *do lar...* e a *nação religiosa e rural...*

2.1. O livro da primeira classe⁵³

É, provavelmente, pela concepção pedagógica e didáctica e pela qualidade gráfica (profundamente inovadora em relação ao que se fazia) o melhor dos três livros⁵⁴.

Normas, princípios e deveres

Fica-nos a sensação, após uma análise dessa secção que designámos como “livro de leitura”, de estarmos perante um “bê-á-bá” de boas maneiras e de deveres. Deparamos com conselhos sobre regras que deviam ser observadas no cumprimento das obrigações para com os familiares, para com o próximo (e a sociedade), para com Deus...⁵⁵

As crianças, ao praticarem a caridade, ao fazerem boas obras, estariam a agradecer aos familiares, aos professores, a Deus... Dar aos pobrezinhos – sempre... Não importa o quê... Pode ser mesmo aquilo de que não se necessita, ou que é supérfluo. A mãe dá um prato de sopa ao pobrezinho (*Os pobrezinhos*, p. 63). O menino fica comovido:

⁵¹ Miguel Vale de Almeida, *art. cit.*, in: *ob. cit.*, p. 260.

⁵² (No da 3.^a classe formam mesmo um verdadeiro *corpus* doutrinário). Neste livro já há textos de história. Cf. Miguel Vale de Almeida, *art. cit.*, pp. 249 e 256-259. Cf. Maria de Fátima Bivar, *ob. cit.*, pp. 31-153. Ver António Gomes Ferreira, “O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário”, in: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, n.º 3, 1999, pp. 137-153: são livros capazes de serem simultaneamente eficazes no que respeita “à formação de uma mentalidade nacionalista e católica”; “na verdade, o que mais ressalta neste livros” quando comparados com os dos anos 30, “é o espaço dedicado à religião (p. 140); são “especialmente significativas as marcas relacionadas com o mundo rural” (*ibidem*, p. 142). Ver Susanne Molloy, *A escola na sociedade*, (França, 1969) Lisboa, 1976. Muitos dos manuais, que estavam ainda em vigor, nos anos 60, em França, apresentam – à primeira vista surpreendentemente – características muito idênticas; cf. II. “A representação da sociedade nos manuais de leitura”, pp. 79-165 (*maxime*, pp. 164-165).

⁵³ Servimo-nos da 3.^a edição (1944), Ensino Primário Elementar, ed. Domingos Barreira, Porto e da de 1958, 8.^a edição. (Foi esta, a 8.^a, a que Maria Velho da Costa analisou). A versão de 1958 é decalcada, com uma pequeníssima diferença, da de 1944.

⁵⁴ Não cabem aqui justificações mais detalhadas, nem comparações com os seus “émulos” espanhóis e italianos.

⁵⁵ Ver, em especial, *Quando os meninos são bons*, p. 57; ver, ainda, pp. 75, 64, 55, 56, 59-60, 88-89, 76, 79-81, 65.

“– Que pena tive do pobrezinho!” A mãe acha que “é caso para isso” e explica-lhe que “os pobres são nossos irmãos”. Invoca ainda os ensinamentos de Jesus. Esta é a célebre lição que o ex-ministro Leite Pinto vai denunciar publicamente, “porque prepara todas as crianças para a aceitação da miséria como um fenómeno natural” e traduz uma mentalidade retrógrada e um “miserabilismo” (resignadamente aceite) que obstam ao progresso. Segundo confessa, em 1966, não conseguiu que fosse retirada do manual...

“Heroínas do lar...”

A família é um “centro de interesse” com *habitat* estabelecido na maioria das páginas. Como Vale de Almeida acentua – a propósito do livro da 3.^a classe –, a família nuclear surge como “réplica” da Sagrada Família. Este importante núcleo é o “reverso de um colectivo que só tem lugar em duas actividades: a festa religiosa e o trabalho agrícola”. Filhos e filhas (mais estas do que aqueles), pais e sobretudo mães (estas vão ter um tratamento especial) entram em breves narrativas que estão, em primeira análise, ao serviço da celebração do amor e da harmonia familiares.⁵⁶

A mãe é a personagem com mais protagonismo. Exemplo de virtudes, modelo a imitar... Informa, ensina, modera, moraliza, educa... Uma só mulher verdadeira – embora três distintas: mãe, esposa e doméstica –, omnipresente no lar. São mães concebidas à imagem e semelhança da mãe de Cristo.⁵⁷ (É significativa a iconografia alusiva às mães).

São muitas as lições que veiculam imagens, representações, estereótipos, *clichés*, pré-conceitos (preconceitos) e pré-juízos (prejuízos) sobre o género feminino. As meninas realizam-se plenamente como donas de casa e, praticamente, não são referidas ocupações para além da de “doméstica”.⁵⁸

O mundo rural

A utilização de textos de “inspiração rural” representa uma continuidade, embora a sua incidência saia reforçada, em consonância com valores que conscientemente se queriam impor, nestes livros dos anos 40. Na secção de “leitura”, muitos textos, pelos cenários e pelas mensagens, remetem intencional e deliberadamente para essa ambiência. Mais do que a *pax ruris* celebra-se aqui aquilo a que resolvemos chamar *felicitas ruris*. Num mundo que aos poucos se modifica e se vai industrializando, a propaganda

⁵⁶ Ver pp. 61, 62, 65, 69, 70, 72, 74,78, 82, 84.

⁵⁷ *Nossa Senhora*, pp. 106-108: “Da mesma maneira que as mãezinhas cá na terra olham por nós, assim Nossa Senhora nos guarda e nos protege lá no Céu” (p. 107).

⁵⁸ As camponesas aparecem representadas e há uma gravura que nos mostra uma família de pescadores (p. 119). Estas mulheres também são domésticas. Transparece mesmo uma nítida divisão sexual de gostos, de actividades e de tarefas – vejam-se as ocupações femininas e masculinas que ilustram as primeiras e as últimas páginas (antes e depois do texto) e a paradigmática lição *A dona de casa* (p. 55). Ver, a propósito, Susanne Mollo, *ob. cit.*, pp. 122-147: exemplos muito idênticos integram as obras francesas.

oficial canta – com vários meios e em vários suportes – as excelências do universo rural. (Idealizado, “presepificado e folcolorizado”). Muita da iconografia – mesmo na secção *Aritmética* (profusamente ilustrada) –, aí se inspira e para aí remete...

A religião

Na “cartilha” (pp. 4-53) – primeira parte da secção de leitura -, temos alguns (brevíssimos) textos que invocam o mundo religioso. (Trata-se de alusões à Virgem, explicáveis, também, pelas ligações entre Maria e as mães).

Passemos à 2.^a parte deste capítulo... É a avó, ajoelhada “diante do Crucifixo”, que pede pelo netinho: “Fazei-o como o pai, obediente à Vossa Lei, bom para si e útil à Pátria” (*O Carlinhos*, p. 58). É *A oração de uma menina* (p. 74) de cinco anos que, depois da refeição, “ergue as mãos e diz, a sorrir: – Ó meu Menino Jesus, obrigada. Um beijo e um chi-coração, por teres dado à tua amiguinha a sopa, o doce e as uvas”. É a criança, filha do pescador, que, ao ver a agonia da mãe, suplica: “Ó meu Menino Jesus! Tem pena da Mãezinha e de mim. Não deixes morrer o meu Pai (...). Se ele morre, quem nos há-de dar o pão e a roupa, os livros e os brinquedos?!” Pescadores, com barcos pequenos, desde que não naufragassem, podiam dar aos filhos tudo o que lhes fazia falta – até brinquedos... (*O pescador*, p. 72).⁵⁹

Finalmente, vem a secção de *doutrina* (pp. 91-112) que, como dissemos, constitui um autêntico catecismo. Abre com as orações que devem ser recitadas *Antes e Depois da aula*.⁶⁰

Os melhores “projectos de futuro”; o pastor feliz; o riso do filho do carpinteiro...

Limitamo-nos a referir algumas lições que fornecem elementos para “radiografar” uma sociedade que, de acordo com os valores propostos, se queria arcaica, tradicionalista e conservadora. Assim se ia transmitindo a “ordem natural das coisas” e o “viver habitualmente”... (Era suposto o mundo não ter a “triste ideia” de ir mudando...)

Quando eu for grande

“O Manuel e o Fernando foram brincar para o jardim da casa duns amigos, seis irmãos espertos e alegres. Fazendo projectos de futuro, o Manuel declara aos companheiros:

– Eu, quando for grande, quero ser aviador. Hei-de voar como os passarinhos e ainda mais alto.

⁵⁹ Ver: *A família*, p. 61; *Os pobrezinhos*, p. 63; *O canto do rouxinol*, p. 81; *Foi Deus, meu amor!*, p. 83; *Respeitai as autoridades*, p. 75; *Quando eu for grande*, p. 84.

⁶⁰ *Antes* (...): “Todos: iluminai a minha inteligência, dirigi a minha vontade, purificai o meu coração, para que eu seja cristão fiel a Deus e cidadão útil à Pátria”. *Depois da aula*: “Professor: Abençoai, Senhor./ Todos: a Vossa Igreja, a nossa Pátria, os nossos governantes, as nossas famílias e todas as escolas de Portugal”. O Deus juiz (justiceiro), que é preciso temer, acaba por ser revelado neste capítulo (p. 97). São referidas (pp. 106-107) as aparições de Fátima, para provar quanto *Nossa Senhora* “nos ama” (aos portugueses). Principais textos: *Deus, A oração, A Santíssima Trindade, Jesus Cristo, O sinal da cruz, O Pai-nosso, Nossa Senhora, Os anjos, Confissão, Verdades da fê...*

O José: – Pois eu hei-de ser médico. Quero descobrir remédios para curar a minha avó, que está entevada.

O Carlos: – Isso é bom. Mas eu antes queria ser padre, ter uma igreja, um altar, dizer missa e pregar sermões.

– Eu então, disse o Fernando, quero ser lavrador como o meu pai: cultivar as minhas terras, montar nos meus cavalos, tratar das minhas árvores.

– E tu, Beatriz, que queres ser quando fores grande?

– Quero ser professora. Gosto muito dos livros e queria ter uma escola com muitas meninas para ensinar.

– E eu, disse a Clarinha, gostava de ser missionária, ir para muito longe ensinar doutrina aos pretinhos.

– Pois eu, gritou a Filomena batendo as palmas, quero ser dona de casa como a nossa mãe!” (pp. 84-85).

Só pode ser feliz uma Pátria que, como esta, tem pastores tão contentes, que vivem em tão perfeita harmonia com a natureza e com a sua verdadeira família (os animais do seu rebanho). *O pastor* (pp.89-90) tem diálogos e gestos comovedores com as ovelhinhas e os cordeirinhos (não há azougados cabritinhos!) e mantém uma relação de proximidade e uma interacção, com os dóceis animais, que poderão ser consideradas suspeitas por espíritos mais puritanos!⁶¹

Era fundamental aprender a respeitar os superiores e as autoridades. Aliás, “é Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades” (*Respeitai as autoridades*, p. 5). Mas era mais fácil ser submisso e grato se fossem reconhecidas as obras e a acção benfazeja dos governantes e dos servidores das instituições que se iam criando.⁶²

A cantina escolar:

“– Gostei tanto de ir hoje à escola, minha mãe! A senhora professora estava muito contente, porque inaugurou uma cantina, onde os meninos pobres podem almoçar de graça. (...) O filho do carpinteiro, a quem eu às vezes dava da minha merenda, de vez em quando ria-se para nós, como que a dizer:

– Está ótima a sopinha!

⁶¹ Eis a confissão do pastor que gosta muito da sua vida: “– São tão mansas as minhas ovelhinhas... Quando elas caminham pelos carreiros, entre giestas, parece que toda a serra escuta o tilintar das campainhas. Que linda música! Quando elas, fartas, descansam, sento-me numa pedra e então é a minha flauta que canta e diz a minha alegria. Nunca me aborreço... Quando nascem os cordeirinhos, fico todo contente porque eles são lindos e parecem meninos pequenos. Levo-os com jeito ao colo, para não se magoarem nas pedras duras. E as mães, todas satisfeitas, seguem-me, e até parece que querem dizer-me:

– Cautela, amigo! Não deixes cair o meu filhinho! Não o abandones! Olha o lobo...

E todas me conhecem. Todas me seguem e me obedecem, mansinhas e boas. Como não hei-de gostar da minha vida de pastor?” (Este pegureiro é irmão de outros homens e de outras mulheres que, alegres e felizes, trabalham no campo).

⁶² Ver, *u.g.*, *O berço*, dado à “mãezinha” pobre pelas meninas da Mocidade Portuguesa Feminina (p. 69). Ver Heloísa Paulo, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Livraria Minerva, Coimbra, 1994, p. 39.

Perguntei à senhora professora quem tinha feito tanto bem à nossa escola e ela respondeu-me:

– Foi o Estado Novo, que gosta muito das crianças e para elas tem mandado fazer escolas e cantinas, creches e parques. Mas as famílias que possam também devem ajudar. Não te esqueças de o dizer à tua mãe” (pp. 68-69).

No campo da doutrinação cívica e patriótica, são várias as alusões textuais e (sobretudo) iconográficas à Mocidade Portuguesa, a que se juntam referências aos Chefes supremos.⁶³

Breve nota final

Um magno problema é o da distância entre o que se ensina e o que se aprende... Que caminhos e descaminhos medeiam entre a recepção e a apropriação? Como é assimilada a ideologia?

Certo é que a Escola, assumida como um meio fundamental para “formar” (informar, conformar, formatar), passou a estar profundamente empenhada no trabalho de modelação (impõe-se a metáfora do *molde*, do mestre *modelador* e escultor de almas...) em curso. No ano lectivo de 1936-1937, a ideologia “vai substituir a pedagogia”. Com Carneiro Pacheco, fiel apóstolo do salazarismo, a “política do espírito” passa a materializar-se também, com evidência, nos compêndios escolares – instrumentos de formação de consciências e “importantes portas de entrada na vida e na cultura”. Como vimos, os livros de leitura tornam-se, agora, mais consequentes nos planos ideológico e axiológico.

Pelos textos censurados, pelo espaço atribuído à religião, por uma assumida doutrinação (ao serviço da legitimação do regime), estamos na presença de obras autenticamente estadonovistas. À sua maneira, acabam por servir melhor – depois dessas reformulações cirúrgicas e, sobretudo, após a imposição dos “livros únicos” – a “cruzada” dos ideólogos e dos “engenheiros das almas”. Destes manuais, vê-se melhor, e com mais nitidez, o salazarismo...

⁶³ Na letra *C* lê-se: “Carmona! Viva Carmona! Viva Carmona!” (Na 8.^a edição, de 1958 – Carmona morrera em 1951 –, passou a ler-se: “Vou a casa do Costa! Ouvei cantar cocorocó!”). Na *L* figura: “Lusitos! Lusitas! Viva Salazar! Viva Salazar!”. A capa da primeira edição (1941) era ilustrada com um lusito e uma lusita.. Lusitos e lusitas figuram ao longo do livro (mesmo na secção de *Aritmética*).

A VERDADE AUTORITÁRIA
DISCURSO, CENSURA E AUTORITARISMO NO ESTADO NOVO VARGUISTA

A implantação do Estado Novo no Brasil em 1937, trás consigo o repúdio ao paradigma liberal, onde a trilogia, liberdade, igualdade e fraternidade representam o tripé de um paradigma falido. O autoritarismo emerge como cânone mais caro deste novo paradigma, tendo à frente as figuras de Vargas e seus correligionários. Em Recife, o interventor Agamenom Magalhães, vai instrumentalizar a imprensa na construção de um discurso que utiliza de forma maniqueísta, os conceitos de ordem e desordem¹. Uma “verdade autoritária”² é instaurada, onde a imagem do “outro” aponta para os “malditos” ou “inimigos da pátria”. Esta produção de discurso constrói sentidos de complôs internacionais³, onde grupos diversos, sejam judeus, comunistas, japoneses, estariam tramando contra o Estado.

O objetivo deste ensaio é desconstruir esta produção de discurso, veiculada pela imprensa, procurando perceber os sentidos e significações conferidos a este discurso, em relação à construção de uma verdade autoritária. O *corpus* de textos a serem desconstruídos, se compõe dos jornais Folha da Manhã, porta-voz da interventoria Agamenom Magalhães; A Gazeta, periódico da matriz da Boa Vista, onde se encontrava a elite intelectual e econômica do estado; A Tribuna, porta-voz da Cúria metropolitana de Olinda e Recife; das revistas, Maria, órgão da Congregação Mariana em Pernambuco e Fronteiras, editada pelo laicato católico intelectual do estado. O arquivo pessoal de Agamenom Magalhães, no CPDOC⁴, e o Arquivo da DOPS/PE representam as fontes documentais que dão aporte à pesquisa da imprensa. O corte temporal da pesquisa fica entre 1937 a 1939, período áureo da construção deste discurso de verdade⁵.

A relevância do discurso da imprensa para entender o papel da propaganda no Estado Novo em Pernambuco se expressa na atitude do interventor que abre um

¹ BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília:UNB,1985.

² ALMEIDA, M. das Graças AA. *A Construção da Verdade Autoritária*. SP:Humanitas, 2001.

³ GIRARDET, *Mitos e Mitologias Políticas*. SP:Cia das Letras, 1985.

⁴ CPDOC-Centro de Pesquisas da História Contemporânea, da Fundação Getúlio Vargas. Botafogo/Rio de Janeiro/Brasil.

⁵ FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. SP:Loyola,1988.

jornal, o Folha da Manhã, duas semanas antes de assumir o cargo, com o objetivo claro de transformá-la em veículo de doutrinação política e legítimo porta-voz do regime. Doutrinar e formar a opinião pública, na “idéia nacionalista e nos princípios da democracia autoritária”, tornou-se meta do novo periódico⁶. Para o interventor “o bem e o mal estão dest’arte polarizados”⁷ na imprensa. Apontava ainda que o mentor da propaganda política, deveria ser o Estado, porque, sem ela, não haveria orientação. A correspondência particular do interventor sinaliza para a orientação de que as massas precisavam ser orientadas através de uma intensiva propaganda: “doutrino todos os dias pela imprensa e pelo rádio, na propaganda do Estado Novo e das questões que interessam à economia do Estado”⁸.

Este discurso tem como uma de suas marcas a propaganda do novo regime, calcada na concepção de ordem *versus* a desordem, onde o anti-comunismo e o anti-semitismo, constroem a imagem do que H. Arendt⁹ chama de “inimigos objetivos” do regime. Esta produção de discursos, investe no imaginário social¹⁰, atingindo o medo e os anseios da sociedade pernambucana, deixando um legado até os dias de hoje, na memória coletiva¹¹, que aponta estereótipos que envilecem a figura do judeu e do comunista. O anti-comunismo representou a acusação principal na construção do “outro” diabolizado. Daí a associação entre comunistas e judeus situar aquele grupo imigratório, no âmbito do *status* de indesejáveis¹².

Esta imbricação entre discurso e construção de imaginário social é bem trabalhado por Baczko¹³, quando aponta para a materialização do imaginário na “produção de discursos”, pela qual “as representações colectivas” se expressam na linguagem.

A análise de discurso (AD)¹⁴ vê o discurso como pleno de significados, e percebe sua intrínseca relação entre linguagem/pensamento/mundo. Para Orlandi, a ideologia se materializa no discurso, daí a relevância do analista de discurso ao se debruçar sobre o *corpus* a ser trabalhado, procurar entender: as formas de produção do discurso; o interdiscurso, ou seja, a memória do dito¹⁵ e as formações discursivas FDs. Entende-se aqui por formação discursiva o espaço em “o sujeito pode e deve dizer em uma

⁶ Carta de Agamenom Magalhães, interventor em Pernambuco, para Luis Vergara, secretário de Getúlio Vargas, Recife, 04.07.1938, In: Pasta AGM, 38.07.04/3 CPDOC/ FGV.

⁷ Carta de Agamenon Magalhães, Interventor de Pernambuco, para Luis Vergara, Secretário de Getúlio Vargas, Recife, 04.07.1938, In: Pasta AGM, 38.07.04/3 CPDOC/FGV.

⁸ Carta de Agamenon Magalhães, Interventor de Pernambuco, para Getúlio Vargas, Presidente da República. Recife, 20.04.1938, In: Pasta AGM, 38.04.20/4 CPDOC/FGV.

⁹ ARENDT, H. *As Origens do Totalitarismo*. SP:Companhia das Letras, 1989.

¹⁰ BAZCKO, B. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, v. 5.

¹¹ HALBACHW, M. *A Memória Coletiva*. SP:Vértice, 2003.

¹² ALMEIDA, M. G. A. A. *Construindo o mito do imigrante indesejável: o judeu*. Anais do Congresso da CEISAL/Bratislava, Julho de 2004.

¹³ BAZCKO, B. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985, v. 5, p. 311.

¹⁴ Trabalhar-se-á este discurso, na linha teórica da Análise do Discurso (AD) francesa, que privilegia os sentidos construídos pelo discurso.

¹⁵ ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas:Pontes, 1999.

situação dada, numa conjuntura, de tal forma que, remetendo seu discurso à ideologia, essa formação fará que suas palavras tenham um sentido e não outros possíveis”.¹⁶ Interessa-nos aqui perceber no discurso autoritário o amplo leque de formações discursivas que o compõem.

Tomando como base os vários textos que compõem este *corpus* documental, remetendo estes textos para as várias formações discursivas, identificando assim a fala que estamos analisando, sua construção de sentidos. Desta forma, um texto “passeia” em várias formações discursivas, por representar a construção de vários sentidos neste discurso autoritário.

A produção de discursos da imprensa autoritária em Pernambuco traz consigo¹⁷ a história social dos textos autoritários, sua temporalidade, suas rupturas e continuidades. Ao desconstruirmos este discurso, à luz do interdiscurso¹⁸, empreendemos a trajetória dos textos que constroem a imagem do “outro” diabolizado, que muda de léxico, onde os sentidos de medo e aversão apontam para a imagem do comunista. Corroborando a relevância do texto como elemento que marca no discurso uma temporalidade, representando uma determinada época, Foucault afirma que

os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época¹⁹.

A escrita deste discurso autoritário é realizada por um corpo de jornalistas, que representam a elite intelectual e econômica de Pernambuco, católicos praticantes e colaboradores diretos no *staff* político da interventoria Agamenom Magalhães.

A verdade autoritária no ordenamento urbano

Tendo como interdiscurso a reformulação arquitetônica empreendida por Hitler na Alemanha²⁰, a propaganda do novo regime em Pernambuco, se apropria deste discurso e enceta uma campanha pela reconstrução e reordenamento urbano da cidade de Recife, que deve se modernizar e se higienizar, construindo uma imagem de progresso da cidade frente aos turistas que a visitam. O poder transformador e salvador do Estado Novo deveria sanear toda a cidade, mas, enquanto isto não se realizava, um guia turístico editado pela prefeitura direcionava o turista no passeios realizados na cidade. Uma cadeia de limites e possibilidades no “olhar” dos turistas era imposto pelo poder político²¹.

¹⁶ ORLANDI, E. (org) *Palavra, Fé, Poder*. Campinas: Pontes, 1987, p. 17.

¹⁷ GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. “Efeitos do Arquivo: a análise do discurso no lado da História”, in: ORLANDI, E. (org) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 164.

¹⁸ FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense, 1997, p. 140.

¹⁹ *Idem*, p. 137.

²⁰ CANETTI, Elias. “Hitler por Speer” In. CANETTI, Elias. *A Consciência das Palavras*. SP: Companhia das Letras, 1985.

²¹ *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 11.03.1938, p. 1.

O controle dos passeios turísticos, proteger alguns pontos da cidade dos olhos atrevidos do turista, era condição necessária no direcionamento daquele olhar, seja do turista nacional e estrangeiro. Assim, no espaço permitido pelas autoridades, o turista deveria entrar em contato apenas com o que expressasse o moderno, o avanço tecnológico. As usinas de açúcar, as indústrias têxteis, alimentícias, de óleo e seus derivados representavam uma trilogia cara ao novo regime: a união em torno do trabalho, o poder de iniciativa “inerente” às novas autoridades, e a crença no Estado Novo. Elaborava-se um turismo de cunho nacionalista e que deveria ser propagado de forma a reforçar o projeto regenerador do Estado Novo, traduzido pelas categorias: trabalho e ordem.

A reificação da categoria trabalho era expressa também na forma de propaganda usada pelas indústrias, em especial pela fábrica de doces, Peixe, na cidade de Pesqueira, que levava celebridades do momento para visitas à fábrica, as quais são amplamente documentadas nos jornais. As imagens das usinas de açúcar eram veiculadas apresentando um ambiente moderno, jamais enfocando a miséria das relações de trabalho da zona da mata em Pernambuco. Neste turismo idílico, apontava-se para a construção de uma ordem que esvaziava quaisquer resquícios de conflitos entre patrões e empregados²²

Ao direcionar o olhar do turista, a Interventoria se deparou com um outro olhar que tudo capta e registra: o do fotógrafo. Tornou-se comum a prisão de turistas que ousavam fotografar locais proibidos, tidos como ambientes “feios e sem higiene”, registrando o lado da cidade que ainda não fora “regenerado”. As máquinas fotográficas eram apreendidas e quebradas na frente do visitante que ainda era advertido sobre a possibilidade de ficar retido, caso persistisse em fotografar esses “lugares proibidos”. Manuel Lubambo, Secretário da Fazenda de Agamenon Magalhães, reafirmou o papel da polícia, lembrando que a ela cabia ação de “proibir o serviço dos fotografos de rua. O Recife está se tornando a cidade mais feia do mundo nas mãos dos seus novos tiranos”²³.

Estas ingerências policiais traduziam situações de conflito decorrentes da convivência com dois Recifes: o real e o imaginado. O primeiro deveria ser evitado aos turistas-fotógrafos, enquanto que o oficial deveria emergir reluzente, moderno, perfeito e avassalador. Boris Kossoy²⁴, em sua obra *Fotografia e História*, atenta-nos para o papel que a fotografia tem na construção de uma segunda realidade e as possibilidades que esta oferece para a manipulação da imagem. Referindo-se ao papel ideológico dos albuns fotográficos que incluem roteiros turísticos, Kossoy procura demonstrar o quanto estes são direcionados. Têm, na sua essência, o objetivo de direcionar o olhar reproduzido da imagem do “oficial”:

Tais imagens que isoladamente dariam margem a uma leitura determinada, passam, uma vez associadas à linguagem escrita da publicação, a transmitir uma mensagem que pode ser verdadeira no seu conteúdo iconográfico mais que dependendo do seu uso pode tornar-se falsa numa perspectiva global.

²² Folha da Manhã, 22.07.1938 vespertino, p. 8; e 23.07.1938 vespertino, p. 8.

²³ LUBAMBO, Manuel. “*A Tirania dos Fotógrafos*”. In: *Fôlha da Manhã*, 10.05.1938, vespertino, p. 3.

²⁴ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

Ao deliberar a “caça aos fotógrafos”, a Fôlha da Manhã estimulava a população a manter uma atitude de alerta e agressão contra os mesmos. São meras sutilezas expressivas da prática do autoritarismo estadonovista em Pernambuco que, como tantos outros, apresentam-se sob as formas mais inusitadas possíveis. Portanto, o uso da polícia como instrumento de terror e violência assegurava, por sua vez, o cumprimento das normas instituídas. O olhar do turista deveria ser “organizado e domesticado” e, para tanto, a presença da polícia se fazia necessária. Separar a cidade “sã” da cidade “contaminada” e mostrar ao Brasil e ao mundo apenas os cenários positivos passou a ser tarefa da polícia.

Em editorial, “*Advertência Perigosa*”²⁵, foi trazido à baila o caso de um turista estrangeiro, preso por delito grave, pelo fato de estar fotografando lugares interditados, ainda não regenerados pelo Estado Novo. Manuel Lubambo, jornalista que assina a matéria, ressalta a liberdade que o estrangeiro tem de ir e vir pelo país como sendo um “privilégio” concedido pelo Estado e inerente à hospitalidade do povo brasileiro²⁶.

Esta construção do Brasil imaginado em detrimento do Brasil real através das imagens foi bem trabalhado por Aline Lacerda²⁷ ao se debruçar no Projeto de um álbum fotográfico pensado por Gustavo Capanema no Estado Novo. Este álbum, chamado a “*Obra Getuliana*” construía através da fotografia uma imagem idealizada dos feitos do governo varguista no Brasil. O álbum era destinado aos países estrangeiros na perspectiva de construir uma imagem de modernidade e progresso²⁸ no exterior.

A verdade autoritária e o lazer

A “esquina da Lafayette”: local nocivo à saúde pública

A “esquina da Lafayette”, como ficou conhecido o ponto de encontro de intelectuais do Recife, localizava-se no cruzamento das ruas do Imperador com a Primeiro de Março, próxima às sedes dos principais jornais de Recife: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Pequeno, Diário da Manhã, Jornal do Recife. Representava o quadrilátero da intelectualidade recifense: jornalistas, políticos, professores. Era o próprio caminho das notícias e dos “boatos”. Discutiam-se ali os livros que chegavam da Europa, a política, dizia-se que as conspirações partiam da “esquina da Lafayette”.

²⁵ LUBAMBO, Manuel. “*Advertência Perigosa*”. In: *Fôlha da Manhã*. 19.05.1938, vespertino, p. 3.

²⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1973.

²⁷ LACERDA, Aline. A “*Obra getuliana*” ou como as imagens comemoram o regime. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro/CPDOC-FGV, vol.7, n.º 14, 1994do CPDOC.

²⁸ *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 07.06.1938, p. 3; sobre as categorias de *modernidade e progresso*, ver o trabalho de R. Ortiz, analisando a presença destas categorias nas transformações de Paris no século XIX. IN ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991; NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ver também BRESCIANI, Stella (org) *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH/FAFESP, 1994.

Ali estava instalado o Bar Continental, contíguo a uma charutaria e venda de cigarros da Fábrica Lafayette, daí o bar Continental ficar conhecido como “Lafayette”.²⁹

Com o Estado Novo, a “esquina da Lafayette” passa a ser vista como espaço “enkistador” de críticas ao novo regime. A Folha da Manhã, investiu contra o “plantão na esquina” da Lafayette, eleito como “local nocivo à saúde pública”. É significativo que, após 1938 a Lafayette deixe de ser um ponto de encontro tão importante. Cremos que isto foi decorrente do controle da Interventoria em coibir encontros que suscitassem discussões políticas que fizessem emergir quaisquer críticas ao regime instaurado.

Carnaval e ordem

O Estado, ao ampliar seu controle sobre o lazer, passou a conduzir o “novo carnaval” em Pernambuco, que também foi inserido no contexto de ordem, higiene e moral, valores defendidos pelo ideário estadonovista. Desde janeiro de 1935, o Estado já exercia o controle sobre o carnaval, através da Federação Carnavalesca Pernambucana. Com a advento do Estado Novo, esta associação foi “revigorada” sob os auspícios da Secretaria de Segurança, com golila de ferro e uma série de “recomendações” ordenando a folia. Os decretos emitidos pelo Secretário, Etelvino Lins, são justificados à população como medidas profiláticas visando a um carnaval de acordo com os preceitos da “Higiene Phisica e Moral”. Estas normas garantiam ao Estado controlar e manter a ordem, “sem estragar a festa” carnavalesca. Interessante observar o medo da subversão à ordem, possibilitado pelo carnaval, quando as proibições impingidas por Etelvino Lins, recaíam sobre os motivos de fantasias, uso de máscaras e letra das músicas: nada que pudesse ofender ao Estado. Percebe-se nestas tentativas de controle sobre as festas de Momo de 1938, o medo de que a subversão à ordem, possibilitada pelo carnaval, utilizado pela oposição ao regime fosse revertido contra a nova ordem.³⁰

Da música de carnaval emergem dramatizações de valores da sociedade brasileira³¹. Neste sentido, as letras compostas para as músicas do carnaval de 1938 deveriam refletir o momento “libertador” auferido pelo Estado Novo. Esta era a recomendação transmitida pela Fôlha da Manhã e aos carnavalescos compositores. Esta forma de controle, manifestada de forma radical a partir de 1938, tolhia a espontaneidade do povo, uma vez que o carnaval representava e ainda representa uma das manifestações à inversão dos valores.

No carnaval de 1937 a célebre música “Mamãe eu Quero” traduz a ambigüidade da expressão “mamar”, que leva à sua derivada “mamata”. Esta expressão nos conduz à visão de malandragem, da dissociação entre emprego e trabalho. Roberto Da Mata,

²⁹ Sobre as críticas ao “plantão” da Lafayette, ver: *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 7.3.1938, p 3; “A Volta dos Boateiros”. In: *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 9.6.1938, p. 3.

³⁰ *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 20.2.1938, p. 8; a *Fôlha da Manhã* diariamente, na semana que antecede o carnaval, “aconselha” a população acerca do “novo” carnaval pernambucano, “orientando” acerca das músicas, das fantasias e proibindo o uso de máscaras.

³¹ DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 61.

ao analisar a expressão simbólica do ato de “mamar”, cantada em forma de marchinha, procurou comentá-la partindo de considerações políticas:

mamar então pode ser visto como metáfora de um sonho nacional, ambíguo, vergonhoso e onipresente na cultura brasileira. Quem pode-se perguntar não gostaria de uma “mamada”, de uma posição no governo, na qual pudesse sossegadamente “mamar”.³²

Assim, a música do carnaval de fevereiro de 1937, “cantada e brincada” pela sociedade, enaltecia a malandragem, o ócio, especialmente a “mamata” do serviço público. Na criação da nova ordem e do novo homem, esses valores deveriam ser extirpados, evitando-se intermediários entre o governo e o povo; nem padrinhos e nem “mamata”. Esta mensagem dominava as primeiras páginas da Fôlha da manhã, que passou a veicular este tema como uma forma de doutrinação.

O extenso controle sobre a produção musical no Estado Novo e a relação que se estabelece entre Getúlio Vargas e os compositores, cantores e músicos em geral, sob os auspícios do DIP, refletem o papel preponderante e ameaçador que a música – ouvida e cantada – poderia exercer sobre uma sociedade onde a literatura já era reservada a uma elite ³³.

O carnaval de 1938 – três meses após a instauração do autoritarismo estadonovista – demandava do Estado um grande empenho, no sentido de “organizar e ordenar” a festa máxima do recifense, sob a égide da ordem. Após os dias de folia, a Fôlha da Manhã exaltava o sucesso do carnaval pernambucano de 1938, criticando os pessimistas que boatavam no “Café da Lafayette” que o povo não iria às ruas.

A verdade autoritária e seus tentáculos na imigração

Os anos 30 trazem também a grande crise na Europa que impulsiona a imigração para o Brasil. Associar o imigrante judeu que fogia da Alemanha e do nacional-socialismo, com comunistas, concorria para o impedimento destes imigrantes se estabelecerem em terras brasileiras. Em Pernambuco, este trabalho de envilecimento da imagem do imigrante judeu frente à sociedade era apoiado pela imprensa católica que, recriminando a intervenção dos Estados Unidos para que o Brasil abrisse suas fronteiras à entrada de imigrantes judaicos, alegava que aquele país queria concorrer para a nossa desgraça, pedindo-nos para receber e agasalhar “os detrictos raciaes” expulsos da Alemanha pelo nacional-socialismo. A argumentação recaí sobre a problemática de judaísmo *versus* comunismo, sob a alegação de que aquele país havia proibido a imigração de judeus, com o intuito de “sanear o país e evitar agitações sociaes perigosas³⁴”.

³² DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993 p. 85.

³³ Sobre o tema vide: DA MATTA, Roberto. *A Conta do Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. *ob. cit.*; WISNIK, Jose Miguel. “*Algumas Questões de Música e Política no Brasil*”. In: BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira*. São Paulo: Atica, 1992; SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a Música Popular*. FGV-Instituto de Documentação, 1983.

³⁴ *Fôlha da Manhã*, Recife, vespertino, 14.05.1938, p. 1. *Gazeta*, Recife, 04.04.1938 p. 1.

Este tom irônico não foi apenas dado pelo jornal recifense. A crítica à política imigratória adotada contra os judeus foi, em diferentes momentos, tema de capa da Revista **Careta** que, através da caricatura política, trabalhava os temas do momento. Analisando as caricaturas desta revista, Maria Luiza Tucci Carneiro apresenta uma bastante significativa para esta discussão: um grupo de imigrantes judeus estão debaixo de um grande guarda-chuva, representado pelo chapéu do “tio Sam”. O diálogo entre Jacob e Jeca é sugestivo: Jacob “Você não imagina como Tio Sam é camarada. Jeca – Sim, sim, mas o guarda-chuva não é dele³⁵”.

As caricaturas apresentadas pela Revista **Careta** tiveram seu papel de alcance também em Pernambuco. Encontramos na correspondência particular de Agamenon Magalhães alusão ao trabalho “patriótico” encetado por aquela revista, que estaria realizando um “alarme diário”, no sentido de conscientizar o leitor sobre os perigos iminentes da imigração. Interessante observar a descrição que é feita por S. Cavalcanti sobre sua reação frente à caricatura “A casa de mãe Joana” [um grupo de imigrantes de vários países tentam passar pela fronteira, liderados pela figura do judeu Jacob, enquanto o “Jeca” olha para o outro lado]:

o sorriso veio-me prontamente aos lábios, mas, logo, o pensamento circunvagou pelos arcanos do cérebro, despertando a imensidão das idéas.

Nesta “viagem” do pensamento de Cavalcanti, é construída a imagem de nossas “fronteiras e praias, vastíssimas e desertas”, emergindo daí o seu medo frente à “facilidade” com que os imigrantes poderiam penetrar no Brasil.

O público leitor de Recife foi alertado em maio de 1938 para a procedência deste imigrante indesejável pelo artigo “Onde Não Há Diferença”. Neste, emergem as figuras do judeu, do integralista e do comunista, como os “inoculadores” dos bacilos que levam à desintegração dos regimes políticos³⁶. Retomando sempre a existência do complô, reafirma-se o perigo da imigração judaica, uma vez que “Israel jamais deixa de apunhalar pelas costas o país que o acolhe.

A tônica era a mesma nos artigos que noticiavam os atos nazistas impetrados contra a comunidade judaica na Europa. Os fatos reais eram minimizados, acusavam-se os judeus de manipularem as agências telegráficas e a imprensa, exacerbando aquelas manifestações de anti-semitismo.

Assim, de inseto a animal presta-se a representação simbólica do judeu que ora é serpente, ora lobo, ora verme ou cupim. O apelo às metáforas, facilmente assimiladas pela população, tornou-se uma constante. O jornal apregoava que a Alemanha estaria tentando livrar-se dos “cupins devoradores”. O argumento era sempre o mesmo: os países expulsavam os judeus por representarem uma raça no plano moral.³⁷

Este tipo de argumentação, baseada num pretenso poder político dos judeus, repetia-se nos editoriais e reportagens, colaborando para a construção da imagem de uma organização que se infiltrava rastejante, destruindo a nação e se apossando

³⁵ CARNEIRO, M. Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo Na Era Vargas – fantasmas de uma geração (1930-1945)* SP: Brasiliense, 1988, p. 445.

³⁶ MAGALHÃES, Agamenon. “Onde Não Há Diferença”. In: *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 17.05.1938, p. 3.

³⁷ MAGALHÃES, Agamenon. *A Nação Vitoriosa*. Recife, vespertino, 16.05.1938, p. 3.

dela. A repetição sistemática, através da linguagem escrita, tornava-se tão persuasiva, que prescindia da imagem iconográfica do animal viscoso que vai armando seus fios, tecendo lentamente um emaranhado, estendendo seus tentáculos que, em forma de cobra, serpente, aranha ou polvo, apontavam para a figura do imigrante judeu.³⁸

Para que o Brasil ficasse no mesmo nível destas nações “*previdentes e fortes*”, o jornal incitava a população a ir ao cais do porto de Recife para esperar os navios vindos da Europa e impedir o desembarque de imigrantes judeus no estado. Evoluía-se do nível das idéias para a práxis do ideário racista.³⁹

A **Fôlha da Manhã** justificava esta excludência em relação ao imigrante judeu num discurso ambivalente, em que estas atitudes eram explicadas como se não representassem nenhuma renúncia aos sentimentos de solidariedade humana, mas sim, como atitudes de “defesa lógica e natural”. Fazia-se necessário manter a imagem do brasileiro como homem cordial, hospitaleiro e ordeiro⁴⁰.

Ao nível do imaginário social manipulava-se a idéia de que cerca de trezentos mil judeus ter-se-iam se “infiltrado” no Brasil nos últimos tempos. Pregava-se a necessidade urgente de frear os “efeitos nefastos da raça destruidora da humanidade” que, segundo o jornal, já se fazia sentir entre os pernambucanos. Instigava-se a população para agir contra a comunidade judaica em Pernambuco: “preparemo-nos, assim, para a defesa, porque o inimigo já penetrou nos muros das nossas fortificações”. Pernambuco estaria tornando-se uma “vasta synagoga”, além de ser comparado a uma praça de guerra fortificada.⁴¹

As notícias sobre expulsão de estrangeiros eram veiculadas com grande alarde, não deixando de ser utilizadas para trazer à tona o caráter de falsário, subversivo, traficantes e anti-nacionalista do judeu:

Acionando um vocabulário insultoso e detrator, o jornalista conclui de forma preconceituosa afirmando que a escória da Europa estaria vindo para o Brasil.

A verdade autoritária e o sagrado

Na construção desta verdade autoritária, um discurso e uma *práxis* violenta se voltam para os grupos espíritas, chamados na imprensa como umbandistas, catimbozeiros, espíritas e xangozeiros. As formas de produção deste discurso trazem em seu bojo o interdiscurso da medicina eugênica em Pernambuco, que através do boletim de Higiene Mental, editado em 1932, já construía a imagem dos espíritas como loucos, insanos e desordeiros⁴². Este discurso tem grande aceitação por parte da classe médica que o reproduz através de ensaios, teses e outros trabalhos acadêmicos. Vários estudos foram realizados e publicados na década de 30 em Recife, através de *Assistência a Piscopatas*

³⁸ *Fôlha da Manhã*, Recife, matutino, 05.12.1937, p. 3.

³⁹ *Fôlha da Manhã*, vespertino, 22.03.1938, p. 3 e matutino 05.12.1937.

⁴⁰ *Fôlha da Manhã*, matutino, 27.11.1937, p. 1.

⁴¹ *Fôlha da Manhã*, vespertino, 22.03.1938, p. 3 e matutino 05.12.1937.

⁴² ALMEIDA, M.G.A.A. *Anais do Congresso Ceisal*, abril/ 2007, Bruxelas.

em Pernambuco, destacamos entre outros: Graça Araujo, Os Delírios Episódicos no Hospital de Alienados e Investigações Sobre as religiões no Recife: o “espiritismo”, de Borges Cavalcanti e Dinice Lima.⁴³

Esse abraço terrífico entre a polícia e a medicina contra os grupos espíritas se oficializa em 1934, quando a Secretaria de Segurança Pública⁴⁴, encaminhou para a *Assistência a Psicopatas de Pernambuco* os presidentes dos centros espíritas que iam requerer licença para o funcionamento do terreiro. Ali, no hospital, exigia-se a presença dos “mediuns”, os quais eram submetidos a um exame clínico, com o objetivo de se determinar o quociente intelectual e o perfil psicológico. O processo de obtenção desses resultados é claro no discurso médico: “sempre que possível procura-se fazer os mediuns se “manifestarem” e taquígrafam-se as suas palavras”⁴⁵.

A análise de uma tese para concurso público à vaga de médico da *Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, em 1934, *Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Mediuns*, defendida por Pedro Cavalcanti,⁴⁶ trás luz ao imaginário da classe médica psiquiátrica acerca dos umbandistas. O capítulo “*Mediunidade e Loucura*” merece destaque pelas conclusões apresentadas, ou seja, pela associação dos médiuns com a loucura, ao afirmar que em sua maioria são compostos de débeis mentais, pela conotação de malignidade associada à manifestação da manifestação da religiosidade espírita e pela “cientificidade” das afirmações:

pensamos tendo em vista o que ficou dito até aqui, poder proximar a maioria dos mediuns observdos à debilidade mental e ao automatismo mental. É indispensável repisar os malefícios do espiritismo. A cultura desregrada do subconsciente, nele estimulada, leva, como é sabido, o paciente ao automatismo mental(...) Vemos em nossas observações que a maioria dos mediuns é constituída por debeis mentais. Verificamos também alguns apresentando sintomas de ordem histérica.

Cavalcanti conclui sua tese sugerindo uma intervenção oficial fundamentada num “grande trabalho de profilaxia mental”. Os umbandistas tornam-se, portanto, entre os anos 30 e 40, casos de polícia, para os homens do poder, e de loucura, para a sociedade médica.

Na construção desta verdade autoritária, o Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, expede uma Portaria em 25 de janeiro de 1938 proibindo o funcionamento dos centros espíritas, baseando-se na Constituição de 1937, que permitia “liberdade de expressão a todos os brasileiros”, mas que “cohibia as práticas viciosas que corrompem e

⁴³ ARAUJO, M. Graça. “Os Delírios Episódicos no Hospital de Alienados”. In: *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, ano II, n.º 1, abril, 1932; BORGES e LIMA, Cavalcanti e Dinice. “Investigações Sobre as Religiões no Recife: o “espiritismo””. In: *Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*, Recife, n.º I ano II, abril, 1932.

⁴⁴ ALMEIDA, M. G. A.A. “Mémoire, identidade e ordem no varguismo: a DOPS e a construção da imagem do cidadão sob suspeita no Brasil dos anos 30 & 40”. In: Lemos, M. T , Brites e(org) *Brasil, espaço, memória e identidade*. Wársóvia: CESLA, 2001.

⁴⁵ CAVALCANTI, Pedro. *Contribuição ao Estado Mental dos Mediuns*. Tese de concurso para o cargo de médico da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Recife: Gráfica Gazeta de Limoeiro, 1934. p. 103.

⁴⁶ CAVALCANTI, Pedro. “Mediunidade e Loucura”. In: *Contribuição ao Estudo do Estado Mental dos Mediuns*, ob. cit., p. 10.

degradam as pessoas”. Justificava que era dever das autoridades combater estas práticas, exercendo assim a defesa do Estado e da sociedade⁴⁷.

A perseguição e fechamento dos centros espíritas é realizado com grande demonstração de poder e rituais de humilhação. Ao descreverem sobre os aspectos físicos dos líderes dos centros espíritas, apontava-se o aspecto físico como determinante do caráter: “um typo perfeito de malandro”. Valores preconceituosos serviam de parâmetros de alteridade, segundo os quais o negro era considerado como o “outro”, e sua imagem é edificada como um modelo exemplar de vagabundo⁴⁸.

Este discurso da imprensa fala de um lugar de construção de verdades, onde através da propaganda salvífica do novo regime, os sentidos apontam para a construção de um imaginário coletivo onde este ordenamento construído se volta para as várias esferas da sociedade, extrapolando o plano político, para a ordenação do espaço urbano e das relações com o sagrado. Assim, onde mendigos, ambulantes e umbandistas são apontados como “malditos” e perseguidos pela polícia.

⁴⁷ “Saneando a Cidade das Práticas Bárbaras Africanas”, in: *A Gazeta*, Recife, 31.1.1938, p. 2.

⁴⁸ WIEVIORKA, M. “Diferenças culturais e racismo”, in: Wievorka, M. *Em que Mundo Viveremos?* SP: Perspectiva, 2006.

(Página deixada propositadamente em branco)

ANTÓNIO FERRO E A PROPAGANDA NACIONAL ANTIMODERNA

Sejamos corajosos e altivos perante a ofensiva das sombras. Quando pretenderem barrar-nos o caminho, lançando-nos ao rosto pedras mortas de outras idades, saibamos responder com aprumo e serenidade: “Esse fui eu, mas não sou eu!”

António Ferro, 1934.¹

1. O falso paradoxo

O maior esforço interpretativo da figura de António Ferro tem sido aplicado à resolução de um paradoxo. Paradoxo entre o modernista da juventude e o nacionalista da maturidade, entre o internacionalista, amoralista, progressista e libertário de 1920 e o neogarrettiano, tradicionalista, moralista e intransigente de 1940.

António Quadros foi um dos primeiros a expor a ideia contra a qual delineei esta comunicação. Escreveu ele, ainda nos anos cinquenta, que a «política cultural» implementada pelo SPN/SNI «não foi senão a tradução do espírito de *Orpheu* em termos de acção institucional e política»². Ao invés, parece-me haver em António Ferro, não um paradoxo, mas uma simples contradição. A alegada síntese disfarça uma pertinaz resistência à modernidade.

A lógica antimoderna de António Quadros tende a ver o «puro modernismo» como um beco sem saída, uma irreverência gratuita, que os valores cristãos e nacionais vieram amortecer. O papel de António Ferro teria sido salvar os modernistas de si próprios, conduzindo-os à moderação que advém dos valores eternos do Espírito, da Tradição e da Pátria.

¹ António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa, Edições SNI, 1950, pp. 28-29. Discurso intitulado «Política do Espírito e sua definição», proferido em 21 de Fevereiro de 1934.

² António Quadros, «Quem foi António Ferro», prefácio a: António Ferro, *Saudades de Mim. Poemas*. Lisboa, Livraria Bertrand, s. d. (1957?), p. 17. Já nos anos sessenta, António Quadros destaca, entre as coordenadas de António Ferro, o *modernismo* e o *nacionalismo*. Se o primeiro é a «glorificação da Hora», só através do segundo vemos que «o que é temporal é a forma e a fórmula, é a epiderme e a superfície», que nunca podem alterar as «linhas indestrutíveis, como a de uma tradição nacional». (António Quadros, *António Ferro*. Lisboa, Panorama, 1963, pp. IX e X).

Não há paradoxo em o agitador dos anos vinte liderar a domesticação da arte moderna nos anos trinta e quarenta. Pelo contrário, foi essa fama de irreverente que garantiu o ímpeto domesticador. A designação de *moderno* era atraente para regimes que reivindicavam uma ruptura com o passado demo-liberal recente. Mas, perante o carácter vanguardista das correntes modernas, nasceu uma fórmula capciosa e expressiva: realizar uma arte que fosse ao mesmo tempo moderna e tradicionalista.³

O modo como António Ferro menciona a sua acção no campo da arte evidencia precisamente a intenção de *renovar dentro de certos limites*. No diário que manteve em 1953, quando vivia em Berna, fala de «uma certa actualização», quer dizer, moderada, contida nos limites do figurativismo.⁴

A ideia persistente de uma conciliação entre modernismo e tradicionalismo talvez traduza uma inesperada vitória da propaganda de António Ferro. Aceitá-la significa mantermo-nos presos à sua retórica. O intuito conciliador é aparente. A despeito dos antecedentes juvenis, António Ferro converteu-se, nos alvares dos anos trinta, no mais arguto antimodernista. Insistir em falar do propagandista moderno do SPN é não reconhecer até que ponto os ideários são diferentes e, mesmo, opostos.

2. Cinco anos de modernismo ou de irreverência?

O modernista António Ferro é autor de *A Teoria da Indiferença* (1920), de *Leviana* (1921), do manifesto *Nós* (1922), de *A Idade do Jazz-Band* (1923), de *A Arte de Bem Morrer* (1923) e da peça *Mar Alto* (1924). Cinco anos «dizendo frases para espantar os outros», segundo o próprio António Ferro.⁵ Um modernista? Ele mesmo, na véspera de se tornar «redactor especial» do *Diário de Notícias*, que quebrou um período de dificuldades financeiras familiares, era mais simples nos qualificativos: «*Mar Alto* foi a estreia de um atrevido irreverente»⁶.

³ Foi isso que Mussolini pediu em 1926. O *Duce* defendia, nesta data, que a arte devia «ser tradicionalista e ao mesmo tempo moderna», «atender ao passado e igualmente ao porvir». (Cit. por Umberto Silva, *Arte y Ideologia dela Fascismo*. Valência, Fernando Torres, 1975, p. 230).

⁴ No dia 9 de Março de 1953, António Ferro escreveu: «A propósito de Braque, sinto a necessidade de fixar (para além da combatividade que foi necessária para tentar impor em Portugal uma certa actualização da vida do espírito...) quais são os pintores não-figurativos que, na verdade, me falam, me emocionam. E chego a esta conclusão: no cubismo apenas Braque (mais ainda do que Picasso, que ficará por outras razões) me interessa verdadeiramente, porque a sua arte reconhece a vida, a realidade, porque, como ele próprio diz, *si l'on perd le contact avec la nature l'on aboutit fatalement à la decoration*.» (António Quadros, *António Ferro*, p. 203).

⁵ Do interior da extrema melancolia dos anos de Berna e de Roma, António Ferro descreveu-se aos vinte anos, não como modernista, mas como irreverente: «Sincero / na sua insinceridade, / no seu artifício, / dizendo frases, / para espantar os outros / e se espantar a si próprio, / como se a inteligência / fosse um brinquedo / que Deus lhe tivesse dado.» (António Ferro, *Saudades de Mim*, p. 163).

⁶ Cit. por Fernanda de Castro, *Ao Fim da Memória. Memórias*. Volume I: 1906-1939. Lisboa, Verbo, 1986, p. 205. António Ferro classifica os seus anos de juventude, habitualmente considerados modernistas, como de «vistoso mas oco baudelairismo», «época dissolvente, mas talvez necessária, dos estetas (1912-1918), da Arte pela Arte, a época do wildismo desdenhoso, em que os trocadilhos apareciam mascarados de paradoxos, consequência, sem dúvida, da nossa decadência política, seu reflexo literário». (António Ferro, *D. Manuel II, o Desventurado*, 1954, in: António Quadros, *António Ferro*, Lisboa, Panorama, 1963, pp.

No início dos anos vinte, é um antineogarrettiano e antitradicionalista que se confessa envenenado pela civilização e sem «tempo de ser passado»⁷, desprovido de sensibilidade à paisagem⁸ e indiferente aos avatares da pintura de costumes.⁹ Em *A Idade do Jazz-Band*, elogia o novo e vibrante. Recusa «a saudade doentia das outras épocas e a nostalgia das idades mortas». Ataca as «múmi­as da tradição e do preconceito».¹⁰ Valoriza a influência da arte negra.¹¹ Aprecia o esboço e o inacabado.¹² Anuncia uma época de dissonância e loucura.¹³ Num tempo em que o modernismo parecia triunfar na União Soviética, nem o bolchevismo o atemorizava.¹⁴ Não foi só o discurso artístico

128-129). Fernanda de Castro, sua futura esposa, deixou-se irritar, num primeiro momento, pelo «ar pedante», pelo «estilo desconcertante, cheio de ironia, de paradoxos, um pouco à Óscar Wilde», pelo «*panache*», «irreverência» e «espírito de contradição». (Fernanda de Castro, *Ao Fim da Memória*. Volume II: 1939-1987. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, pp. 129-130).

⁷ Na conferência «Uma estrofe inédita dos *Lusíadas*», proferida no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, em 10 de Junho de 1922, António Ferro afirma: «Eu sou um homem do meu tempo, um homem que não tem tempo de ser passado.» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, p. 245). E dez dias depois, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, explicou: «Mas eu sinto que não posso ser um desses portugueses, um desses portugueses que nasceram no campo, ingénuos e simples, como giestas, eu sinto que não posso ser a força da Natureza que tanto ambicionava ser, neste minuto. A civilização, a “flor do mal” da civilização, envenenou-me, mascarou-me os sentidos. [...] Só há razão para cantar o passado quando o presente não existe, quando o futuro não é uma certeza. O passado é o último refúgio de uma raça. [...] A Saudade é o museu da Raça. [...] Mas nós não estamos no museu da Raça, estamos na Raça, mas nós não estamos na saudade, estamos na vida...» (*Idem*, pp. 240 e 241).

⁸ Perante o espectáculo grandioso do Gerês, não oculta a sua insensibilidade citadina à paisagem: «Lisboeta do Chiado, da Serra do Chiado, custou-me a habituar à serra do Gerês, custou-me a receber a intimação dos montes... Ontem, porém, lá fui, lá investi com a montanha, contrafeito, esquivo, como quem vai fazer a reportagem dum crime, como quem vai para uma repartição pública, a repartição pública da Natureza...» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, p. 302).

⁹ Em artigo originalmente publicado no *Diário de Lisboa* de 7 de Abril de 1921, refere que a «exposição dos consagrados» se assemelhava a «um Panteão de pintura. Dá vontade de perguntar ao porteiro quem morreu lá em casa.» António Carneiro parecia-lhe, apesar de tudo, o melhor. José Malhoa teria o mérito de continuar a procurar, vendo-se que «recebe agora a boa influência dos impressionistas». De Columbano, aproveita os «*petits coins*, os bules, as frutas, as couves, os sorrisos caseiros do seu modelo». Em Sousa Lopes, valem certas «impressões de Veneza». Os pintores João Vaz, Roque Gameiro e Veloso Salgado e o escultor Francisco Santos pouco ou nada lhe dizem. (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*, pp. 327-328).

¹⁰ António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, p. 203.

¹¹ «A influência da arte negra sobre a arte moderna torna-se indiscutível. A arte moderna é a síntese. Os negros tiveram sempre o instinto da síntese. [...] Não há escultura de Rodin que tenha a verdade dum manipanso.» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*, p. 216).

¹² «A verdade está no esboço – não está na obra. Obra acabada é obra morta.» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*, p. 216).

¹³ «O *jazz-band*, frenético, diabólico, destrambelhado e ardente, é a grande fornalha da nova humanidade. [...] O *jazz-band* é o triunfo da dissonância, é a loucura instituída em juízo universal, essa caluniada loucura que é a única renovação possível do velho mundo. Ser louco é ser livre, é ser como a inteligência não sabe mas como a alma quer. Os loucos são os grandes triunfadores da Criação.» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*, pp. 211-212).

¹⁴ «Toda a nossa Época baila russo! / Não triunfou o bolchevismo das ideias, mas triunfou o bolchevismo das formas... Diaghilev, Nijinski, Massine são os Lenines do Ritmo.» (António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, p. 218).

que mudou. O entendimento sobre a nação também se tornou diferente. Até do ponto de vista moral há variações.¹⁵

Em 1921, António Ferro abominava visceralmente aquilo em que haveria de se tornar nos anos trinta e quarenta. Um único e breve texto é suficiente para o provar. Refiro-me ao artigo publicado no *Diário de Lisboa* de 23 de Maio de 1921, peça de uma polémica com o jornalista Avelino de Almeida (1873-1932), onde se propôs «reduzir a fórmulas algumas das ideias que dirigem a minha Arte». Tratava-se de explicar «O maior pecado da arte de Garrett»: ter viajado de mais em Portugal e nunca ter ido a Paris!

Eu quis marcar com a minha frase, frase que eu não retiro, o regionalismo estreito da obra de Garrett, esse regionalismo que eu não aceito em Arte. A Arte só tem o dever de ser actual. Nada mais. Não vá julgar o Sr. Avelino de Almeida que eu sou contra o nacionalismo em Arte. Regionalismo e Nacionalismo são duas palavras diferentes. *Para se fazer arte nacional, vou repeti-lo mais uma vez, não é necessário falar em Portugal, basta ser actual*, basta encontrar a rítmica da Hora, da Hora da Raça.¹⁶

Gozando o efeito da diatribe, remata:

A minha Arte é portuguesa, bem portuguesa, mas veste de Paris... Está no seu direito, creio eu.¹⁷

O internacionalismo militante levou-o a pôr em causa o nacionalismo artístico. Garrett teria andado por Inglaterra, França e outros países, sem que a «sua arte» tivesse chegado a Paris. A ironia é demolidora:

A Paris não foi, e ainda bem. Se lá tivesse ido, atarantada, aflita, desorientava-se, perdia-se, deixava-se morrer. Almeida Garrett, resistindo no meio em que viveu, não se mostrou inferior, mostrou-se português, teimosamente português. Eu não tinha teimado tanto. É que, para mim, em Arte, só há uma pátria que eu não sei renegar: a pátria da Beleza...¹⁸

3. A contrição de António Ferro

De 1920 para 1940, mudou em António Ferro a importância concedida ao passado e à tradição. António Ferro foi, como é natural, o primeiro a sentir a distância que se cavou entre as duas épocas. Justificou-a com «o direito da evolução quando ela é sincera e honesta, quando o passado, com que procuram vexar-nos, chega a ser uma

¹⁵ As ousadias e amoralismos do jovem António Ferro ainda são visíveis em 1926. Num dos contos de *A Amadora dos Fenómenos*, uma mulher diz ao seu amante, num espectáculo de circo: «- Dá-me aquele tigre, José Maria... Eu quero ser a amante dum tigre real!...» E levada para casa, piora ao ponto de assediar um cão da Terra Nova! (António Ferro, *A Amadora dos Fenómenos*. Porto, Livraria Civilização, 1926, p. 16).

¹⁶ António Ferro, *Obras. 1 – Intervenção modernista*. Lisboa, Editorial Verbo, 1987, pp. 259-260. Itálico nosso.

¹⁷ *Idem*, p. 261.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

calúnia!... Sejamos corajosos e altivos perante a ofensiva das sombras. – Escreveu ele em 1934. – Quando pretenderem barrar-nos o caminho, lançando-nos ao rosto pedras mortas de outras idades, saibamos responder com apurmo e serenidade: “Esse fui eu, mas não sou eu!”¹⁹

Ciente da incoerência, pediu literalmente aos críticos que esquecessem o «cadáver» do seu passado.²⁰ E, se possível, que aceitassem a evolução e não o atacassem pelas duas facetas. Não precisou, aliás, de chegar a 1948 para lamentar «aquela desordem em que a minha geração se formou e quase se deformou»²¹. Já em 1929, no prefácio à quarta edição de *Leviana*, publicada apenas oito anos antes, reconhecia, com desagrado:

Leviana [...] está cheia de exageros, de irregularidades, de desequilíbrios, de heresias [...]. Há mesmo capítulos que eu leio, hoje, com indignação que repugnam à minha sensibilidade católica [...]. A obra que eu escrevi aos vinte anos não é minha, é dos meus vinte anos, é de alguém que morreu...²²

A contrição do director do SPN perante o jovem de *Orpheu* é estética, política e moral. Foi, aliás, neste último ponto que assentou o «escândalo» de *Mar Alto*. Nesta peça em três actos, António Ferro opta, como bem assinala Raquel Pereira Henriques, «pelo adultério, pela ambição desmesurada que força ao roubo, pela dissolução dos costumes, como forma de criticar a própria sociedade»²³. Ora, uma tal atitude contrasta vivamente com o piedoso defensor das virtudes cristãs do povo, que constantemente exaltarà a propósito do Museu de Arte Popular, do turismo, do concurso da «aldeia mais portuguesa de Portugal», etc.

António Ferro repudiou várias vezes a atitude modernista de *Mar Alto*. Em ocasiões de maior distensão, como nos discursos do Brasil, abjurou-a inteiramente. Em 1941, convidado pela Academia Paulista de Letras, considerou-a uma fase de destruição inconsequente, rapidamente trocada pelo empenho nacionalista,²⁴ «uma fúria devastadora, iconoclasta», que a idade acalmou.

António Ferro abandonou o modernismo, adoptou o nacionalismo e procurou, muito retoricamente, uma síntese de ambos. Olhando, porém, para os seus companheiros brasileiros da aventura moderna, verificou que todos haviam realizado o mesmo caminho de tranquilização. «Tudo serenou» – concluiu Ferro.²⁵

¹⁹ António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa, Edições SNI, 1950, pp. 28-29.

²⁰ *Idem*, p. 27. Discurso intitulado «Política do Espírito e sua definição» (1934).

²¹ António Ferro, *Museu de Arte Popular*. Lisboa, Edições SNI, 1948, p. 23. Discurso proferido na inauguração do Museu de Arte Popular, em 15 de Julho de 1948.

²² António Ferro, «Estudo crítico», in: *Leviana*, 4.^a ed., Lisboa, 1929, p. 28, cit. por Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 36.

²³ Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e antologia*. Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 23.

²⁴ «Abandonei, portanto, o meu niilismo literário e espiritual, para me alistar na legião daqueles que procuram melhorar o Mundo melhorando, antes de mais nada, a sua própria terra.» (António Ferro, *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 95. Conferência proferida em São Paulo, a 24 de Setembro de 1941).

²⁵ António Ferro, *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 96. António Ferro alude a Cândido Mota, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti, Tarsila, Sérgio Milliet e «até o próprio Oswald de Andrade».

4. A viragem

Como é que António Ferro chegou ao artigo sobre «Política do Espírito», publicado no *Diário de Notícias* de 21 de Novembro de 1932? Quando é que transitou da irreverência esfusante da juventude para o tom circunspecto e programático deste artigo? Quando é que adoptou o nacionalismo como elemento estruturante do seu ideário?

Apesar de, como jornalista, evidenciar interesses muito ecléticos, ainda bem patentes nas crónicas de *Praça da Concórdia*²⁶, observa-se nele, ao longo dos anos vinte, uma crescente vocação política. Poder-se-á dizer que o livro *Gabriel d'Annunzio e Eu*, de 1922, marca o início de uma etapa, em que o modernista começa a ceder perante o político? Creio que sim. Foi, aliás, pela melancolia do homem político desprovido de acção que se deixou possuir no «exílio» de Berna.²⁷

É o próprio António Ferro que enumera os motivos da evolução: a permanência em África, onde trabalhou com Filomeno da Câmara, o apreço por Sidónio Pais, o contacto com Gabriel d'Annunzio, as viagens ao Brasil e aos núcleos portugueses nos EUA, a conspiração com Filomeno da Câmara e Carlos Malheiro Dias, o apreço pela revolução encabeçada por Gomes da Costa e, finalmente, a longa entrevista a Salazar.²⁸ Em tudo ressalta a afirmação do fervor patriótico e a disponibilidade para admirar os homens de acção, os homens de poder e, mais latamente, o exercício da autoridade, mas foi a entrevista que consumou a viragem:

O meu encontro com Salazar [...] definira, concluíra a minha evolução, fizera-me compreender para sempre o que o meu inconformismo sistemático, escravo, afinal, de tantos conformismos, *conformado* a tantas ideias feitas, mal feitas, não conduzia a nada, nem a essa própria beleza que perseguia, que buscava...²⁹

1932 parece ser, portanto, o ano-chave da «evolução» de António Ferro.³⁰ Ao conhecer Salazar, abandonou definitivamente o ideário juvenil. O irreverente de 1920 tornou-se um homem de acção e de poder. Adquire, assim, pleno cabimento a periodização biográfica estabelecida por Raquel Pereira Henriques: «época modernista» de 1917 a 1932, «a política do espírito» de 1932 a 1949 e «o sentimento do vazio» de 1950 a 1956.³¹

²⁶ António Ferro, *Praça da Concórdia*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1929.

²⁷ «2 de Maio [de 1953] – Quando penso que estou há três anos em Berna e quando sonho o que podia ter feito nesse mesmo período se tivesse continuado em Lisboa, no Secretariado, sinto um arrepio, uma sensação de vazio, de tempo não vivido... Gosto da Suíça, admiro este povo que consegue viver sem febre, sem calor, mas tenho a impressão de que vivo numa ilha maravilhosa onde se avistam os vapores que passam à distância, ao longe, sem se aperceberem da nossa existência... / Aqui é a Suíça... Lá fora é o mundo...» (Páginas do diário *Confissão Pública*, publicadas por António Quadros, *António Ferro*. Lisboa, Edições Panorama, 1963, pp. 202-203).

²⁸ António Ferro, *Dez Anos de Política do Espírito (1933-1943)*. Lisboa, Edições do SPN, s.d., p. 11.

²⁹ António Ferro, *Dez Anos de Política do Espírito (1933-1943)*. Lisboa, Edições do SPN, s.d., p. 12.

³⁰ É o que convincentemente argumenta Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, pp. 33 e ss.

³¹ Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, p. 10.

A longa entrevista a Salazar culminou uma campanha realizada no *Diário de Notícias* que, sendo uma reflexão sobre «as relações entre a cultura e a política»³², acabou por evidenciar a necessidade do exercício político da arte.³³ A sua época, que considerava uma das «mais brilhantes da nossa história contemporânea», carecia de alguém que desse expressão a iniciativas de valor, que morriam por falta de apoio. «Falta um *metteur-en-scène*, falta alguém que junte esses elementos dispersos, inimigos, quase sempre, que dê as entradas e saídas, que faça as marcações, que conduza o baile...»³⁴ O encenador devia compensar a reclusão em que Salazar vivia e estabelecer uma comunicação, indispensável nas ditaduras, «entre a multidão e os governantes».³⁵

António Ferro concebeu-se, desde 1932, como um propagandista da ditadura e do ditador, alguém que aspirava a pôr as artes ao serviço da ditadura e não a ditadura ao serviço das artes. A domesticação do modernismo é a consequência lógica da prioridade político-ideológica do SPN.

5. Antimodernismo

A viragem antimoderna de António Ferro ficou patente, de forma lapidar, no artigo publicado no *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro de 1932. Num forte apelo à renovação nacional, que seria coroado pela grande entrevista a Salazar no final do ano, adverte:

Que o grande ano de 1932, porém, se quiser entrar neste caminho renovador, não se esqueça de nos livrar, igualmente, dos falsos vanguardismos, do «futurismo» à *bon marché*, do «futurismo» pelintra dos borrões vermelhos, dos triângulos pendurados e do delírio verbal...³⁶

Em António Ferro confluíram as várias facetas do discurso nacional antimoderno, desenvolvido a partir do século XIX. Nas suas alocuções, somam-se os ataques em nome do academismo tardo-naturalista, da moral, de Deus, da nação e da ordem social. Em 1934, na primeira festa de distribuição dos Prémios Literários, em que o próprio Salazar esteve presente, procedeu à cuidadosa explanação do que entendia por «Política do Espírito». O SPN devia favorecer uma «arte saudável» e combater «tudo o que suja o espírito», «tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo». Devia atacar «certas ideias não conformistas, falsamente libertadoras», os «pseudo-vanguardistas», «certas pinturas *viciosas* do vício», o «diabolismo dissolvente», o «amoralismo e a morbidez». Devia impedir «a renascença duma literatura sádica» e as «escavações freudianas». Devia moderar «a inquietação

³² Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, p. 33.

³³ Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, p. 36, enumera os principais artigos publicados por António Ferro nesse ano de 1932.

³⁴ António Ferro, «Falta um realizador...», *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de Maio de 1932, *in*: Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, p. 133.

³⁵ António Ferro, «O ditador e a multidão», *Diário de Notícias*, Lisboa, 31 de Outubro de 1932, *in*: Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, p. 135.

³⁶ António Ferro, «Ano Novo – Ano Bom?», *Diário de Notícias*, Lisboa, 1 de Janeiro de 1932, *in*: Raquel Pereira Henriques, *ob. cit.*, pp. 129-130.

diabólica, niilista», «a inquietação da Desordem», «a inquietação do mal que se conhece e se mascara», «essa inquietação que se sabe doentia e que produz uma literatura e uma arte conscientemente mórbidas».³⁷ Dois anos depois, repelia os «falsos vanguardistas», o «satanismo», o «materialismo» e o «informe»³⁸.

António Ferro, o modernista dos anos vinte, desenvolveu assim, nas décadas de trinta e quarenta, alguns dos mais refinados argumentos antimodernos. A retórica amável e conciliadora não oculta a finalidade estigmatizadora. Os seus discursos apresentam o maniqueísmo e a ânsia de pureza que, em todas as circunstâncias, alimentam a intolerância, mesmo a artística.

6. Domesticação do modernismo

Foi fortalecido com estas certezas e tocado por um sentimento de superioridade espiritual que António Ferro dirigiu o SPN/SNI. Quando explicou o que entendia por «Política do Espírito», impôs «balizas morais e espirituais» à expressão artística e reconheceu que até poderia admirar pessoalmente «certas obras literárias inconformistas, que consideramos dissolventes e perigosas». No entanto: «Como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras. Não teremos forças, talvez, para as evitar, mas nada faremos – nem devemos fazer – para lhes dar alento.» Ferro vai mais longe. Afirma as «intenções *amplamente construtivas*» dos prémios do SPN, dando-lhe uma clara feição política: quem quisesse saber que intenções eram essas, devia procurá-las nos discursos de Salazar e nos «princípios morais que neles se contêm»³⁹.

Podia o SPN permitir «todas as audácias, todos os vanguardismos, todas as acrobacias, todas as dissonâncias em matéria de cores ou de linhas»? Podia o SNI admitir «as aventuras do abstracto que pode ser tudo, alguma coisa ou nada»? António Ferro responde: não!⁴⁰ Competia-lhe «estimular todos os atrevimentos saudáveis que não ultrapassem certos limites»⁴¹. Cabia-lhe, portanto, um papel que, sem custo, se pode considerar domesticador.

Se me perguntarem em que consiste a domesticação da arte moderna, respondo com as palavras de António Ferro, proferidas em 1934: é «aquela saudável inquietação que marcha, sem desvios, através de acidentais desequilíbrios, para o Equilíbrio, a inquietação da Ordem»⁴².

³⁷ António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa, Edições SNI, 1950, pp. 19-25. Discurso intitulado «Política do Espírito e sua definição», proferido em 21 de Fevereiro de 1934.

³⁸ António Ferro, *Prémios Literários*, p. 44. Discurso intitulado «Liberdade e arte», proferido em 16 de Maio de 1936.

³⁹ António Ferro, *Prémios Literários*, p. 30. Discurso intitulado «Política do Espírito e sua definição».

⁴⁰ António Ferro, *Arte Moderna*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 30.

⁴¹ António Ferro, *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa, Edições SNI, 1950, p. 145. Discurso proferido em 27 de Abril de 1943.

⁴² António Ferro ainda acrescenta: «Inquietos, sim, mas não viciosos! Artistas mas não criminosos!» (António Ferro, *Prémios Literários*, p. 22).

A domesticação do modernismo corporiza o intuito normalizador do regime salazarista, mas essa tentativa para impor uma Ordem que anula os contrários suscitou ataques ao SPN por ser pouco moderno e por ser muito moderno. Uns censuravam o Salão de Premiados por ser «demasiado conformista para se chamar moderno» e outros achavam-no «demasiado inconformista para poder ser oficial»⁴³. Os «antigos» («e esta palavra não nos parece feia», diz António Ferro) contestam o «futurismo inconcebível» e o «Internacionalismo suspeito», enquanto os «ultra-modernos gritam que: «Isto não é arte moderna, isto podia figurar na Sociedade Nacional de Belas-Artes, etc., etc., etc.»⁴⁴

O esforço de domesticação da arte moderna levou naturalmente António Ferro a acentuar a existência de duas tendências dentro da arte moderna: uma equilibrada, «autêntica», aproveitável; outra radical, estrangeira, «extravagante», «anárquica». A sua intenção é valorizar a primeira e contribuir para o que, em 1940, já lhe parecia plenamente alcançado: a existência de «uma arte moderna profundamente nacional».⁴⁵

7. Propaganda nacional

A identidade nacional foi o elemento domesticador do modernismo. A luta contra a arte moderna, levada a cabo dentro do Estado Novo, constitui uma das facetas do longo desenvolvimento da arte nacional, que emergiu em Portugal a partir de meados do século XIX e alcançou o cume precisamente nos anos de 1940. Os discursos de António Ferro culminam um processo secular porque traduzem a adopção oficial, pelo Estado, de um movimento ideológico dirigido, durante dezenas de anos, por intelectuais alheios à esfera do poder político.

O seu pensamento só fica devidamente explicado quando se articulam três noções: *arte moderna*, *arte popular* e *arte nacional*. Felizmente, o director do SPN deixou tudo claro no discurso de inauguração do Museu de Arte Popular, em 1948, num subcapítulo intitulado «Arte moderna e arte nacional»:

Entre as múltiplas vantagens do Museu de Arte Popular, de toda a campanha de ressurgimento étnico que temos desenvolvido, está, precisamente, a defesa de uma arte

⁴³ António Ferro, *Arte Moderna*, p. 29. Discurso pronunciado em 6 de Maio de 1949. A «domesticação» da arte moderna constituiu um compromisso que levou os sectores mais «avançados» a criticar a arte premiada pelo SPN. A estes, Ferro respondeu, noutro discurso, que os júris dos prémios literários se limitavam a excluir «as obras claramente anti-nacionais ou de manifesta e tendenciosa combatividade contra a ética do regime». E que, nos salões anuais de «Arte Moderna», se ia «mais longe porque as pinturas e esculturas que se oferecem ao seu exame pertencem, exclusivamente à força mais ousada, mais irreverente, mais inconformista da arte portuguesa». Mas, na trincheira oposta, os sectores mais conservadores (que incluíam até «altas figuras do Estado») acusavam António Ferro de «excessiva simpatia em face de uma suposta bolchevização das formas e das cores». (António Ferro, *Prémios Literários*, pp. 143 e 144. Discurso proferido em 27 de Abril de 1943).

⁴⁴ António Ferro, *Prémios Literários*, pp. 197-198. Discurso «O Antigo e o Moderno», proferido em 19 de Dezembro de 1947.

⁴⁵ António Ferro, *Artes Decorativas*. Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 17. Palestra proferida em Agosto de 1940.

moderna, contemporânea, que não deixe de ser profundamente nacional. O povo, com as suas tintas lisas, as suas linhas sóbrias, o seu poder de síntese é sempre o artista mais novo, mais espontâneo, *actual* em todas as épocas. Os artistas que o seguem, depois da necessária transposição intelectual, podem ter a certeza de fazer obra moderna – pintura, arquitectura, bailado ou poesia – mas não estranha à nossa maneira de ser, ao nosso carácter. Este Museu fica sendo, portanto, se for bem aproveitado, uma nascente de arte moderna portuguesa, paleta para os pintores, pedra para os escultores, régua e compasso para os arquitectos, poesia para todos... Por mim, confesso-me francamente satisfeito por ter realizado uma das grandes aspirações da minha vida: preparar a casa, o templo para o casamento, a fusão da nossa arte moderna, isto é, da arte *viva* com o espírito do nosso povo, com o espírito eterno da Nação.⁴⁶

Em nenhuma outra parte da sua obra foi tão claro a visar a falta de portuguesismo dos artistas modernos. É significativo que o tenha feito nesta ocasião, porque era na arte tradicional que acreditava estar o antídoto para a desnacionalização artística. É neste discurso que António Ferro melhor estabelece a prioridade absoluta da identidade nacional na arte. Em cinco páginas, afirma categoricamente que a arte *tem* que reflectir a nação onde nasce e acusa os defensores do «internacionalismo» de estarem simplesmente a adoptar a arte de outro país.⁴⁷ Ora, *ignorar* a arte portuguesa significava *recusá-la* e, portanto, negar a própria identidade nacional. Faria então sentido adoptar a arte moderna? Sim, se ela fosse aporuguesada:

Arte moderna, sem dúvida, pois a arte é, ao mesmo tempo, eternidade e momento, mas arte portuguesa com raízes no nosso solo e na nossa alma, tanto mais original quanto mais diferente, tanto mais universal quanto mais nacional.⁴⁸

Para entender António Ferro é preciso observar que o seu percurso ideológico obedece a um padrão. Vituperou a nação quando era um modernista irreverente e recusou o modernismo quando se colocou do lado da tradição. Dele se pode dizer, portanto, que foi modernista contra a nação e nacionalista contra o modernismo.

⁴⁶ António Ferro, *Museu de Arte Popular*. Lisboa, Edições SNI, 1948, pp. 20-21.

⁴⁷ Escreve António Ferro: «A arte não é apenas função do tempo ou da época: é também uma função do clima, do ambiente, da paisagem, da natureza do homem, daquele povo em que se cria, se purifica e se *particulariza*.» E logo a seguir: «São, aliás, ingénuos aqueles que pensam libertar-se do que eles chamam nacional porque vão cair imediatamente no nacional dos outros, ainda que esse nacional revista apenas um aspecto de moda passageira.» (António Ferro, *Museu de Arte Popular*. Lisboa, Edições SNI, 1948, p. 13).

⁴⁸ António Ferro, *Museu de Arte Popular*. Lisboa, Edições SNI, 1948, p. 15. Numa das suas múltiplas abjurações da fase moderna, António Ferro deixou patente até que ponto o seu antimodernismo adoptara uma coloração nacionalista: «Viemos dum campo extremista em matéria de literatura e de arte mas ganhámos, pouco a pouco, o necessário equilíbrio para combater, quando o sentimos falsificado ou anti-nacional, esse próprio extremismo que, aliás, cumpriu já o seu dever, que se pode considerar quase um veterano...» (António Ferro, *Apontamentos para uma Exposição*. Lisboa, Edições SNI, 1948, pp. 18-19. Discurso proferido na inauguração da exposição «14 anos de Política do Espírito», em 29 de Janeiro de 1948).

8. Conclusão

Tem sido destacada, na acção de António Ferro como líder do SPN/SNI, uma ambiguidade entre vanguarda e tradição. Tratar-se-ia, numa fórmula retórica abrangente, de conservar o que é *essencial* e de adaptar o que é *assimilável*.⁴⁹

O seu sucesso resulta, efectivamente, em grande parte, da capacidade de atrair «artistas modernos». Historicamente, António Ferro assumiu a condução oficial do antimodernismo quando a própria arte moderna parecia estar a aquietar-se e, despida do inconformismo inicial, começara a integrar a presença portuguesa em exposições internacionais.

No entanto, o apoio estatal exigia como contrapartida, nas suas próprias palavras, um «indispensável equilíbrio» que evitasse a «loucura das formas» e o potencial desagregador que lhe estava associado. O recurso à mundividência neogarrettiana é que permitiria sanar o anarquismo, a desorientação e o espírito doentio da arte moderna. Sendo uma fonte primordial de nacionalismo, a etnografia devia constituir um baluarte contra as influências estrangeiras, uma arma contra a desnacionalização. Fernando de Pamplona, que tanto se bateu contra a invasão estrangeira (isto é, moderna) na arte, saudou a inauguração do Museu de Arte Popular como o retrato de um povo «que não veste pelos figurinos da estranja».⁵⁰

A actividade de António Ferro jogou-se no exercício de clamar o inconformismo e a irreverência para atrair os artistas modernos e de moderar a sua expressão para sossegar os espíritos conservadores, que temiam a «bolchevização» e, com isso, a perda de valores estéticos e morais e da própria identidade artística nacional. Será isto paradoxal? Será isto ambíguo?

A afabilidade conciliadora contém um totalitarismo em potência e representa, no fim de contas, um esforço de «domesticação» da arte moderna. Embora anseie ser considerado moderno e tradicionalista, António Ferro só combate com denodo os *falsos modernos*, «esses avançados, que recuam»⁵¹. Nas centenas de páginas de discursos, não encontro palavras desprimorosas para os rotineiros da tradição. A tese que aqui vim defender só aparentemente choca com a figura do modernista de *Orpheu*. António Ferro é um dos melhores exemplos do processo de «domesticação» do modernismo. Foi ele que liderou esse processo de controlo e que tentou vinculá-lo a um ideário nacional que lhe era naturalmente alheio. O que pode ser visto como a vitória da arte moderna dentro do Estado Novo parece-me, afinal, uma variação dúbia e relativamente benigna do seu repúdio.

⁴⁹ Fórmula usada por Luís Chaves em *Portugal. Breviário da pátria para os portugueses ausentes*, Lisboa, Edições SNI, p. 59, onde defende a ideia de *continuidade*, obtida «conservando o que há de essencial e adaptando o que é assimilável». (Cit. por Joana Damasceno, *Museus para o Povo Português. A etnografia como elemento unificador do discurso museológico do Estado Novo*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, p. 281).

⁵⁰ Fernando de Pamplona, «O Museu de Arte Popular, documento vivo da terra e da gente portuguesa», *Diário de Lisboa*, 17 de Julho de 1948, cit. por Joana Damasceno, *ob. cit.*, p. 61.

⁵¹ «Sinto-me autorizado, como poucos, para combater esta lamentável e desagregadora tendência [...]. Sinto-me autorizado, antes de mais nada, a responder a esses avançados, que recuam, porque fui um dos primeiros combatentes do vanguardismo de que tanto se orgulham, porque pertenço ao número daqueles que desbravaram o caminho por onde agora passam.» (António Ferro, *Museu de Arte Popular*, pp. 9-10).

(Página deixada propositadamente em branco)

Massimo Morigi
Stefano Salmi

ARTE E MODERNITA' I DUE PERCORSI COMUNI DEL FASCISMO E DELL'ESTADO NOVO

Nel segno della fine delle narrazioni sorta dagli orrori totalitari del Novecento e dai quasi altrettanto inquietanti inizi del secolo che gli è succeduto, nel segno tecnologico dell'afasia di significato dell'era dell'iperriproducibilità elettronica e nel segno della crisi di civiltà che forse tutti li riassume della *finis avanguardiae*¹ si svolge il nostro racconto delle strategie propagandistiche di due regimi politici, il fascismo italiano e l' *Estado Novo* salazarista, che, al di là dei diversi stili e mezzi comunicativi dispiegati, condivisero il medesimo proposito di generazione di un uomo nuovo. Un uomo nuovo che se per Mussolini doveva “credere, obbedire e combattere” per Salazar, al di là della scontata accettazione dell'estremo sacrificio patriottico, era decisiva una sua supina accettazione dei valori tradizionali e cristiani (“Non discutiamo – ripeteva incessantemente l'autocrate portoghese – Dio e la virtù. Non discutiamo la Patria e la sua storia. Non discutiamo l'autorità e il suo prestigio. Non discutiamo la famiglia e la sua morale. Non discutiamo la gloria del lavoro”², ecc...). Ed anche noi accettando supinamente il “non discutiamo” salazariano ma rivolgendolo sia contro di lui che contro Mussolini avremmo pronta a questo punto la conclusione, veramente molto conclusiva perché assolutamente liquidatoria e rassicurante, che più o meno suonerebbe in questo modo : fascismo e salazarismo perseguirono, pur nella diversità dei metodi adottati (la mobilitazione di massa per il fascismo, l'apatia di massa nel salazarismo) il medesimo obiettivo di risolvere in via dittatoriale e/o totalitaria le tensioni che scaturirono dalla crisi dei regimi liberali del primo dopoguerra. Sotto questo punto di vista, se dal punto politico è sempre necessario mantenere alta la guardia contro nostalgici ritorni di soluzioni autoritarie, dal punto di vista storico non si può non sottolineare che ciò che ebbe origine nel quadro della crisi del primo dopoguerra del liberalismo è per sempre consegnato appunto alla storia³ senza possibilità alcuna di ritorno. E come si

¹ A questo proposito risultano seminali R. Poggioli, *The Theory of the Avant-Garde*, Cambridge, Mass., Belknap, 1968 e P. Bürger, *Theory of the Avant-Garde*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.

² Parole del dittatore che ora riecheggiano tramite You Tube presso <http://it.youtube.com/watch?v=hDQsxjX21Q8>.

³ Nelle forme, cioè, che il totalitarismo assunse dopo il primo dopoguerra.

dice, e tutti vissero felici e contenti. Felici e contenti gli odierni (neo)fascisti che se nel privato continuano a coltivare onirici sogni di “uomini forti” (nel caso del Portogallo un sondaggio televisivo certamente non scientifico ma sicuramente significativo ha eletto Salazar come “ o maior português de sempre”), pubblicamente possono dedicarsi a costruirsi un’immagine di difensori di quell’ordine liberale che in un non troppo lontano passato tanto s’impegnarono per distruggerlo. Altrettanto felici quelli della controparte di sinistra, che ormai non chiedono altro che di “glissare” sulla storia dei totalitarismi del Novecento per proporsi anch’essi come gli unici difensori della “vera fede” liberal-liberista emersa trionfante dalle macerie post ’89 della caduta del muro di Berlino. E felici e contenti, alla fine, anche gli “addetti ai lavori” alle narrazioni (per intenderci : gli storici e più in generali gli intellettuali) che, ammesso che non siano compresi (e/o presi) nelle problematiche e nelle ambascie delle categorie prima citate, dalla storicizzazione integrale del recente passato hanno se non altro da guadagnare una riposante ridefinizione del ruolo, che da coscienza critica viene convertito a più o meno gradevole cantastorie da fiera dell’era digital-televisiva.

Purtroppo (o per fortuna, se si vuole) se sembra essere perduta la capacità di costruire narrative, non altrettanto si verifica per le possibilità di accadimento di vicende significative che anzi nel segno del postmoderno assumono una capacità riproduttiva inversamente proporzionale alla inattività nel rappresentarle. Evidentemente la (relativa) tranquillità evocata dalla “fine della storia”⁴ presenta rischi di agitati risvegli per evitare i quali , pensiamo, siano altrettanto errate sia la strategia di storicizzazione integrale che relegherebbe il passato recente in una tranquillizzante preistoria senza più alcun significato a gloria ed edificazione di un presente (ed infinito) neoliberalismo sia la demonizzazione integrale delle varie manifestazioni degli autoritarismi e/o totalitarismi del Novecento (nel nostro caso in specie il fascismo italiano ed il salazarismo), che seppur mantiene tutta la sua validità assiologica a livello di proposizione delle politiche pubbliche, rivela anche una profonda incapacità di contrapporsi efficacemente alla fine delle narrazioni che sembra lo stigma ineliminabile della condizione postmoderna

⁴ F. Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, New York, Free Press, 1992. Sarebbe ingeneroso rilevare come gli scenari rappresentati dal fantasioso funzionario del Dipartimento di Stato siano stati letteralmente ridicolizzati dalle fortissime “turbolenze” degli anni che sono seguiti alla caduta del muro di Berlino. Piuttosto, è più significativo sottolineare come il sogno (o meglio l’incubo) di una fine della storia, anche se in salsa neoliberalista, altro non è che l’ultima edizione dell’utopia secolarizzata hegeliana e marxiana che nella fine di ogni narrativa storica e sociale vedevano l’obiettivo cui immancabilmente avrebbero portato le loro filosofie e la massima realizzazione delle potenzialità dell’uomo. Se è perciò ironico che in questo caso il sogno totalitaristico sia stato concepito in un “perimetro” di pensiero politico, quello liberale, che in passato era stato ritenuto (forse troppo affrettatamente) come assolutamente “altro” rispetto alle pulsioni totalitarie (per un pensiero liberale che rifiuta le lusinghe liberiste e intende risalire alle fonti della filosofia politica classica cfr. G. Giorgini, *Liberalismi eretici*, Trieste, Edizioni Goliardiche, 1999) , ci deve anche risultare non di piccolo sollievo che la produzione di anticorpi contro questa nuova versione di pensiero unico non sia affidata alle lusinghe dei cantori del postmoderno ma in particolare a coloro che nella necessità della continuazione delle narrazioni, della memoria e della metafora hanno incentrato la loro antropologia e la loro attività come storici ed intellettuali. Accanto quindi ad una visione “culturalistica” del fenomeno del fascismo e del totalitarismo e dei rapporti con le avanguardie artistiche (vedi nota 5), la presente comunicazione è ugualmente debitrice verso il magistero di Ricoeur (per una incisiva sintesi ed elaborazione del quale si rimanda a F. Catroga, *Memória, História e Historiografia* , Coimbra, Quarteto Editora, 2001) che alla memoria e alla possibilità della metafora e della *poiesis* di generare nuove narrazioni affida le speranze dell’uomo del XXI secolo.

(una condizione postmoderna di afasia, come vedremo, anche storicamente correlata all'irrisolto – ed irresolubile in ultima istanza – rapporto fra estetica ed estetizzazione della politica tipico di questi regimi).⁵

1932. Siamo alle prime avvisaglie dell'*Estado Novo* e Antonio Ferro nell'ambito della sua autopromozione d'immagine per proporsi di fronte a Salazar come il futuro responsabile dell'arte e della propaganda del nuovo regime, invita a Lisbona Filippo Tommaso Marinetti. L'incontro più importante Marinetti lo avrà con Júlio Dantas, lo scrittore provinciale e casereccio che nel 1916 Almada Negreiros aveva messo simbolicamente e giocosamente a morte nel *Manifesto Anti-Dantas e por Extenso* (il primo manifesto futurista portoghese). Ora, indignato da questo incontro, preannuncio, a suo giudizio , di una mediocre politica antiavanguardistica che in campo artistico rischiava di intraprendere il regime, Almada Negreiros, la cui ideologia, come del resto di tutta l'avanguardia artistica portoghese, è antidemocratica e autoritaria ma che sa ben sa distinguere la teoria dalle sue ricadute pratiche (nel caso in specie, il realistico scenario di una involuzione conservatrice del regime nelle scelte estetiche), prorompe in questo amarissimo sfogo:

Esattamente 23 anni dopo il Movimento Futurista, è venuto in Portogallo il suo capo e creatore F. T. Marinetti. Meglio tardi che mai. In realtà, per i futuristi portoghesi (perché ce ne furono e ce ne sono ancora) ciò che Marinetti ha portato loro l'altro ieri alle Belle Arti è vecchio di 23 anni e un giorno, né più né meno. E per chi non è futurista il compito del capo dev'essere stato splendidamente inutile o un bel numero di varietà [...]. L'ammirevole creatore del Futurismo è in quella fase accademica e nella relativa età che si prestano bellamente ad essere maneggiate dai putrefatti e dagli archivisti. Il più grave è che Marinetti non ignora che il Portogallo è l'unico paese latino, oltre l'Italia, in cui ci sia stato un movimento futurista. Ebbene, da parte di Marinetti non c'è stato un unico e semplice saluto ai suoi compagni del Portogallo e al contrario, ben custodito dagli austeri "pompieri" nazionali, è venuto in frac a stabilire più confusione di quanta già non ci fosse qui tra coloro che amano equivocare e fra gli eterni soggetti agli equivoci. Quanto all'ammirevole e sempre nuovo creatore del Futurismo, F.T. Marinetti, deploriamo noi, futuristi portoghesi, la sua amnesia relativamente al Portogallo, la sua mancanza di memoria su quanti nomi eroici del Futurismo hanno fatto qui su questa terra, in una lotta senza tregua contro i semifreddi in panciotto. Deploriamo, noi futuristi portoghesi, che il grande cosmopolita Marinetti abbia per disgrazia il grande e irreparabile difetto di non saper viaggiare, per lo meno in Portogallo. Per finire noi, futuristi portoghesi, salutiamo con il maggiore dei nostri entusiasmi il sempre nuovo creatore del Futurismo in questo suo passaggio per la capitale del nostro paese e gli auguriamo il felice viaggio di ritorno alla sua grande patria, dove lo attende il suo posto ben meritato di accademico del fascio italiano.⁶

⁵ Fondamentale, per affrontare sul piano storico ma anche politologico e della filosofia politica il rapporto fra fascismo, avanguardie artistiche ed elaborazione dei linguaggi estetici del modernismo A. Hewitt, *Fascist Modernism. Aesthetics, Politics, and the Avant-Garde*, Stanford, Stanford University Press, 1993, opera che sta alla base dell'impostazione ideologica "culturalistica" del presente lavoro e di quelli che l'hanno preceduto (cfr. nota 26).

⁶ L. Stegagno Picchio, *Nel segno di Orfeo. Fernando Pessoa e l'Avanguardia portoghese*, Genova, Il melangolo, 2004, pp.116-117.

Almada Negreiros aveva tutte le sue buone ragioni per deplorare l'imborghesimento di Marinetti che giungeva in Portogallo al traino di istanze artistiche decisamente poco promettenti e certamente connotate da mediocrità conservatrice di cui Dantas rappresentava la sintesi suprema; molto meno, purtroppo, a parlare con un "noi" collettivo a nome dei futuristi portoghesi, i quali anche nel momento del loro pubblico manifestarsi nel 1917 attraverso il numero unico di "Portugal Futurista" non furono, in fondo, che uno sparuto gruppo di individui da potersi contare sul palmo di una mano o poco più (Santa-Rita Pintor, Almada Negreiros, Amadeo de Souza-Cardoso, Raul Leal, Fernando Pessoa – o meglio il suo eteronimo Álvaro De Campos – , mentre il grande amico di Pessoa e compartecipe col massimo poeta portoghese contemporaneo dell'avventura dell' "Orpheu", Sá-Carneiro, suicidandosi nel 1916 in una indifferente Parigi protesa allo sforzo bellico, era già passato a miglior vita); uno sparuto gruppo che per soprammercato non diede mai l'impressione, al contrario dei futuristi italiani, di essere una compatta compagine tesa ad imporre al mondo ostile il proprio credo estetico (o meglio estetico-politico trattandosi di futuristi). Prendiamo ad esempio Almada Negreiros. Il *Manifesto Anti-Dantas e por Extenso* dal punto di vista formale rispecchia tutti i canoni dell'irriverenza del manifesto futurista (l'uso sprezzante di rozza carta da imballaggio per stamparlo, l'ironico impiego di procedimenti onomatopeici, il "pim" molto più ripetuto del "pum", a significare che Júlio Dantas, in definitiva, non meritava nemmeno un colpo di pistola; una pistola a sua volta rappresentata dall'indice puntato di una manina nera, un simbolo usato per gli annunci commerciali e ritenuto evidentemente da Almada Negreiros più atto della rappresentazione di una pistola vera a freddare il maggiore esponente di un' arte venduta e commerciale quale era Júlio Dantas) ma rispetto al modello italiano, nel *Manifesto Anti-Dantas* non è un gruppo di futuristi che si scaglia contro l'odiato simbolo della mediocrità artistica ma solo Almada Negreiros. Ricordiamo l'*incipit* del manifesto : "MANIFESTO ANTI-DANTAS E POR EXTENSO/ por José de Almada Negreiros/ POETA D'ORPHEU, FUTURISTA e TUDO." Solo e unicamente Almada Negreiros, il quale in mancanza di un senso collettivo di gruppo si sente – od è costretto , non sappiamo – di riassumere nel suo solo nome *tutto* il futurismo portoghese. E ancora Almada Negreiros, questa volta in riferimento a "Portugal Futurista". Dove sfogliando il numero unico della rivista del futurismo portoghese ci appare all'improvviso un guizzante e fiammeggiante Almada in tuta aviatorio-paracadustica. L'immagine ci restituisce un senso di militarità e dinamismo veramente futurista, peccato solo che a differenza del modello italiano, dove i futuristi marzionalmente agghindati si facevano fotografare in gruppo mentre volontari partivano per il fronte,⁷ qui il povero Almada appare in totale solitudine, a gloria ed edificazione della sua immagine pubblica, certamente, ma trasmettendo un'impressione di un così profondo solipsismo non certo benaugurante per le sorti del movimento. Un solipsismo addirittura con venature patetiche nel caso di Santa-Rita Pintor, dove sempre sulle pagine di "Portugal Futurista", è fotografato in veste di lunare Pierrot con bombetta e con una tuta a quadri. Come nel caso di Almada Negreiros, anche questa fotografia ritrae un uomo solo e per di più la postura di Santa-Rita-Pierrot è esattamente agli antipodi di quello che dovrebbe essere un

⁷ Per una chiara e dettagliata storia della vicende artistiche ed umane dei futuristi italiani, vedi E. Crispolti, *Storia e critica del futurismo*, Bari, Laterza, 1986.

porgersi da vero futurista: seduto, con schiena ricurva e lo sguardo perso nel vuoto. Una desolazione, una tristezza, una solitudine, che evidentemente non dovevano essere il risultato di un'istantanea che non era riuscita a restituire un senso attivistico ed energetico della vita come avrebbero voluto i dettami futuristi ma che dovevano essere propri del disastro esistenziale che connotò la vita di Santa-Rita. Già a Parigi, dove soggiornava in veste di borsista di belle arti, aveva avuto modo di rendersi fastidioso a Sá-Carneiro dichiarandosi ultramonarchico, imperialista e alla ricerca di un uomo superiore (abbiamo già detto che i futuristi portoghesi erano poco amanti del sistema liberaldemocratico ed erano ancor meno ben propensi verso la repubblica portoghese ma a tutto c'è un limite e questo guazzabuglio incoerente ed antiliberal di tradizione reazionaria e di nietzschianismo risultava particolarmente indigesto ai suoi interlocutori) e non contento di questo pretenzioso biglietto da visita ideologico, prima di ripartire nel 1914 per Lisbona, affermava che il suo ritorno era legato all'incarico ricevuto direttamente da Marinetti di tradurre in portoghese i manifesti ed i proclami futuristi e di diffondere in patria il movimento.⁸ Veramente singolare la parabola esistenziale di questo autoproclamato (ma non riconosciuto come tale dai suoi sodali) capo del futurismo portoghese. Morirà molto giovane, non ancora trentenne, nel 1918 , non si sa bene se suicida o per la spagnola o per una via di mezzo fra il suicidio e la malattia (in pratica si sarebbe lasciato morire rifiutando ogni cura) e lasciando come sua ultima volontà l'ordine di distruggere tutte le sue opere. Una fine assai poco futuristica ma molto romantica anche se gravata dal tragicomico sospetto che in realtà non ci sia mai stato quasi nulla da distruggere perché probabilmente Santa-Rita aveva dipinto pochissimo essendo le uniche opere sicuramente attribuibili al "protodfondatore" del futurismo portoghese quelle apparse nel numero unico di "Portugal futurista".⁹

Per quanta poi riguarda il segno lasciato da Fernando Pessoa su "Portugal Futurista", notiamo intanto che l' *Ultimatum* di Alvaro De Campos apparso sul primo ed unico numero della rivista del futurismo portoghese è firmata appunto solo dallo stesso Alvaro de Campos, a conferma di una vera e propria idiosincrasia di questi futuristi di parlare coralmemente (e al di là dei giudizi letterario-estetici che si possano dare sull'uso degli eteronimi in Pessoa, è da sottolineare la singolarità di non concedere il proprio nome per diffondere il nuovo movimento, un atteggiamento, comunque, assai poco nella linea di Marinetti e compagni, per i quali l'affermazione del futurismo significava oltre che una

⁸ Un compito per il quale, comunque, si voglia o no dare credito alle affermazioni di Santa-Rita, il lunare artista Pierrot non ebbe la primogenitura in quanto il 5 agosto 1909 è il "Diário dos Açores" che accanto ad una intervista a Marinetti pubblica la prima traduzione in portoghese del Manifesto di fondazione del futurismo.

⁹ Per un primo approccio, in lingua italiana, sul futurismo portoghese cfr. *Avanguardie e lingue iberiche nel primo Novecento*, a cura di Stefania Stefanelli, Pisa, Edizioni della Normale, 2007 e *I manifesti dell'avanguardia portoghese*, a cura di Valeria Tocco, Viareggio-Lucca, Mauro Baroni, 2002. Per quanto riguarda invece una prima bibliografia portoghese di base sull'argomento cfr. *Os Modernistas Portugueses. Escritos Públicos, Proclamações e Manifestos*, Porto, Textos Universais, CEP, 1954; J. Alves das Neves, *O Movimento Futurista em Portugal*, Porto, Divulgação, 1966; José Augusto França, *Cinquentenario do Futurismo em Portugal*, "Colóquio", 44, 1967 e id., *Almada, o Português sem Mestre*, Lisboa, Estúdios Cor, 1974; M. L. Machado De Sousa, "O Futurismo de Portugal futurista", in: *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 38-39, pp. 171-182; J. A. Seabra, "Marinetti e o Futurismo em Portugal", in: *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 45-46-47.

martellante politica di immagine di gruppo anche l'affermazione e la definizione quasi maniacale delle singole personalità all'interno dello stesso). Per il resto l' *Ultimatum* di Álvaro De Campos è abbastanza in linea con i dettami della casa madre futurista italiana. Per quanto riguarda la politica vi si propone l' "Abolição total do conceito de democracia, conforme a Revolução Franceza, pelo qual dois homens correm mais que um homem só, o que é falso, porque *um homem que vale por dois é que corre mais que um homem só!*", anche se, molto eccentricamente rispetto al futurismo italiano il principale oggetto degli strali dell' *Ultimatum* non è il vecchio modo di intendere la vita e la cultura che deve essere travolto a vantaggio di uno sfrenato dinamismo riassunto dal mito della macchina ma, bensì, la più significativa parte degli strali è diretta contro le potenze e la cultura straniera, impiegando verso il Portogallo una mano relativamente leggera. E se è vero che l' *Ultimatum* vuole fare piazza pulita dei vecchi soloni della cultura assunti a simbolo di passatismo, le cariatidi con cui se la prende Álvaro De Campos sono tutte straniere, a testimonianza, se non altro, che i vari Dantas locali riuscivano a suscitare, anche presso i novelli avanguardisti portoghesi, se non rispetto, certamente timore. La chiusa dell' *Ultimatum* è culturalmente in riga coll'irrazionalismo di fondo del futurismo italiano, anche se nella proclamazione finale del superuomo prossimo venturo è completamente assente il mito della macchina sostituito appunto da un superuomo che più quell'individuo al di là della morale e del bene e del male vaticinato da Nietzsche sembra presentarsi piuttosto come un superumanista (o forse come il sebastianico super-Camões versione futurista): " E proclamo tambem: Primeiro: / **O Superhomem será, não o mais forte, mas o mais completo!** / E proclamo tambem : Segundo: / **O Superhomem será, não o mais duro, mas o mais complexo!** / E proclamo tambem: Terceiro:/ **O Superhomem será, não o mais livre, mas o mais harmonico!**"

"Portugal Futurista" ospita inoltre anche un altro ultimatum, quello di Almada Negreiros. Sull'uso di questo sostantivo in ben due titoli dei manifesti futuristi portoghesi ebbe certamente un peso determinante l'ultimatum del 1890 dell'Inghilterra, che per il Portogallo significò l'abbandono di ogni speranza di espansione coloniale e a livello interno l'avvio di una traumatica ed irreversibile crisi di legittimità delle istituzioni liberali. Ma al di là di questa notazione storica, che però evidenzia il fatto che i futuristi lusitani traducevano pesantemente in portoghese, se ci si può passare l'espressione, anche gli stimoli culturali più innovativi che giungevano dall'estero, l' *Ultimatum futurista ds gerações portuguezas do Seculo XX* di Almada Negreiros è certamente più fedele ai modelli italiani. Vi troviamo il mito della giovinezza ("Eu tenho 22 anos fortes de saude e de inteligencia"), l'esaltazione della guerra ("È a guerra que accorda todo o espirito de criação e de construção assassinando todo o sentimentalismo saudosista e regressivo") ed anche, finalmente!, un accenno antitradizionalistico che se non può essere paragonato alla furia iconoclasta del futurismo italiano sintetizzata nell' "uccidiamo il chiarodiluna", alle tradizionaliste orecchie lusitane doveva risultare particolarmente sgradito, quasi una profanazione ("porque Portugal a dormir desde Camões ainda não sabe o novo significado das palavras"¹⁰). Una fedeltà, tuttavia, che,

¹⁰ Certamente Pessoa che fin dal 1912 aveva iniziato "a dormir" evocando il super-Camões non era proprio dello stesso avviso di Almada. Un altro segno, comunque, della grande difficoltà dei futuristi portoghesi di proiettare un'immagine esterna di compattezza.

more solito, si differenzia in un punto fondamentale rispetto al manifesto futurista italiano: anche qui è sempre e solo una voce che parla, in questo caso Almada Negreiros, e non la coralità dei futuristi.

A questo punto il quadro del futurismo portoghese comincia a delinearsi più chiaramente e possiamo anche azzardare un'ipotesi in merito al tardivo viaggio (il 1932!) di Marinetti in Portogallo. Marinetti, che mai si risparmiò in viaggi promozionali all'estero, non venne all'inizio in Portogallo semplicemente perché era assolutamente impossibile organizzare un gruppo di futuristi come era stato fatto in Italia. Esistevano certamente delle sensibilità avanguardiste ma si trattava di pochi individui (i futuristi che abbiamo fin qui nominato se non esauriscono il novero di coloro che erano sensibili alle avanguardie estere certamente ne costituiscono la maggioranza) e per di più con una fortissima predisposizione all'isolamento,¹¹ del tutto refrattari, quindi, al lavoro di gruppo che, almeno a livello promozionale, era solito imporre Marinetti. E se a questo aggiungiamo che il 1918 sarà segnato dalla morte di Amadeo de Souza- Cardoso e di Santa-Rita Pintor ben si comprende, dal punto di vista di Marinetti, l'inutilità di un viaggio in Portogallo in quel periodo.

Un Almada Negreiros quindi sostanzialmente in errore quando di fronte al tardivo viaggio di Marinetti in Portogallo rivendica i meriti storici e presenti del futurismo lusitano? Questa perlomeno sembra essere la risposta di coloro che sostengono che in Portogallo il futurismo e l'avanguardismo furono un fenomeno d'importazione che indubbiamente servì per l'espressione e lo sviluppo di feconde personalità artistiche (*in primis*, ovviamente, Almada Negreiros e poi anche Pessoa) ma che sostanzialmente costituì un fatto imitativo che non marcò "lo stato delle cose" della conservatrice repubblica delle lettere portoghese.¹² Ma, a nostro giudizio, la tesi del modernismo e delle avanguardie portoghesi come il risultato di una "invenzione della tradizione" dei tardi anni Venti ad opera della rivista "Presença" non rende conto dei seguenti punti. Primo, su un piano generale, è del tutto scorretto affermare che siccome in una data realtà nazionale si sviluppano movimenti politici, letterari o religiosi con marcate peculiarità rispetto al modello originale, questi movimenti hanno poco o nulla a che fare con la realtà da cui hanno tratto lo spunto. Questo vale per il futurismo, per il fascismo, per il comunismo e per il liberalismo e così via. In altre parole: l'assunzione della categoria della "imitazione" a giustificazione della non comparabilità rispetto al modello originale renderebbe del tutto impossibile ogni più timido tentativo di narrativa storica. Si tratta di una scelta forse rispettabile ma che proprio per il suo carattere postmoderno rifiutiamo metodologicamente alla radice.

Secondo. Il fatto che la rivista "Presença" abbia ordinato *ex post* sotto la definizione di "modernismo" le avanguardie portoghesi degli anni Dieci e degli anni Venti del

¹¹ Un ulteriore esempio di questa tendenza all'isolamento è quella del futurista coimbrano Francisco Levita il quale pur mettendo in pratica tutti i dettami comportamentali ed estetici del futurismo non riuscì a saldare nessun significativo vincolo di colleganza artistica al di fuori dell'ambito strettamente locale. Per Levita cfr. R. Marnoto, *A Obra de Francisco Levita, um Futurista Inconcluso*, in: "Estudos Italianos em Portugal", 51,52,53, 1988-89-90, pp. 145-162 e *Levita, Almada e Dantas. O Feitiço contra o Feiteiro*, in: "A Cidade", n.s., 9, 1994, pp. §7-21.

¹² In particolare, questa è la tesi sostenuta in: L. Stegagno Picchio, *Nel segno di Orfeo*, cit., pp. 235-245

Novecento, questo non significa necessariamente che si sia di fronte all'invenzione di una genealogia ma, più ragionevolmente, che "Presença" compì uno sforzo di riflessione teorica intorno ad un fenomeno culturale che continuava a persistere e che coinvolgeva "Presença" stessa. Detto altrimenti su un piano più generale: il fatto ad esempio che il termine "medioevo" fosse ignoto a coloro che vissero in quel periodo nulla toglie alle sue capacità euristiche. E questo vale anche per il fenomeno culturale che "Presença" volle definire come "modernismo".

Terzo e fondamentale. Un modernismo "inventato" se sotto il profilo della differenza delle suggestioni culturali dei futuristi portoghesi rispetto ai futuristi italiani e sotto il profilo dei modelli di sociabilità dei suoi componenti (futuristi portoghesi solitari V/S foto di gruppo dei futuristi italiani e, più in generale, la tendenza delle avanguardie a presentarsi come compagini fortemente coese ed organizzate) può presentare qualche non banale spunto ermeneutico, rischia di oscurare il "momento" politico del modernismo portoghese; come infatti puntualmente avviene – e con risultati totalmente catastrofici – nella valutazione dell'avanguardia e del futurismo portoghesi, che del tutto analogamente a quanto accadeva nel resto d'Europa sorsero e si svilupparono all'insegna di una fusione fra arte e vita che correva parallela all'estetizzazione della politica, uno dei tratti distintivi dell'autoritarismo del Novecento.

La prima e più illustre vittima di questo autentico disastro interpretativo è Fernando Pessoa. Del quale non si sa bene se all'insegna del *politically correct* o di una cinica politica commerciale (molto verosimilmente per entrambi i motivi) si cerca di trasmettere un'immagine di letterato quasi totalmente estraneo al dibattito politico e politologico dell'epoca. Il culmine di questa obnubilamento esegetico è raggiunto da Luciana Stegagno Picchio, la quale citando una lettera che Pessoa scrisse nel 1935 al "Diario de Lisboa" (ma che il giornale si rifiutò di pubblicare), dove lo scrittore ironizzava contro la politica estera dell'Italia fascista, ne conclude che Pessoa era per questo antifascista.¹³ Purtroppo questa interpretazione omette un fatto fondamentale, e cioè che la politica estera dell'Italia fascista aveva già da molto tempo e ripetutamente sollevato preoccupazioni nell'opinione pubblica portoghese riguardo a presunte mire dell'Italia riguardo le colonie portoghesi. E il fatto che fosse in corso la guerra d'aggressione contro l'Etiopia, un atto che comunque lo si volesse giudicare minacciava di destabilizzare il quadro del diritto internazionale (un diritto internazionale che per il Portogallo era della massima importanza rimanesse sovrano nelle controversie fra stati non potendo questo paese contare sulla sua inesistente forza militare per mantenere le colonie) e lo scacchiere africano non migliorava certo la situazione riguardo i timori che l'Italia fascista suscitava nell'opinione pubblica portoghese, timori che erano condivisi, se così ci vogliamo esprimere, sia a sinistra che a destra.

Del resto quello appena citato non è nemmeno il maggiore degli infortuni interpretativi riguardo Pessoa e i modernisti portoghesi, che a dispetto dei fantasiosi giudizi di nascita virtuale a cura della rivista "Presença", esisterono realmente e che conformemente ad ogni buona avanguardia europea cercarono costantemente di non tenere mai separato il momento prettamente creativo da quello pubblico, in una costante ricerca di fusione fra arte e vita che saltando a piè pari le mediazioni dello stato liberale conduceva ineluttabilmente all'esaltazione di soluzioni autoritarie.

¹³ *Ibidem*, pp. 246-251.

Per rimanere al profondo travisamento (o meglio , occultamento) del pensiero di Pessoa. Se ovviamente sull' *Ultimatum* di Alvaro de Campos non si può sorvolare cercando però di rubricare le affermazioni antidemocratiche qui espresse come trombonate retoriche dettate più dagli stilemi tipici del manifesto futurista che a reale convincimento (e chissà perché Pessoa e compagni non devono essere presi sul serio mentre Marinetti e tutta la sua allegra brigata invece sì), per quanto riguarda invece *Á memoria do Presidente-Rei Sidónio Pais* (1920), l' opuscolo *O Interregno: Defesa e justificação da ditadura em Portugal* del 1928, si preferisce omettere o se proprio se ne deve parlare, addebitare tutto al romantico sebastianesimo dello scrittore, quasi che rifarsi miticamente alla romantica figura del re Sebastião I, letteralmente scomparso all'età di 24 anni nel 1578 durante la battaglia di Alcácer-Quibir (non venne trovata la salma e da qui la leggenda di un suo possibile ritorno), possa di per sé costituire un antidoto riguardo a più moderne pulsioni autoritarie. Per quanto poi riguarda *Mensagem*, il solo volume di poesia in portoghese pubblicato in vita dallo scrittore, si è ancora in attesa di una spiegazione plausibile e non dissacratoria sul piano personale – ovviamente che non sia quella banale ma realistica di un'accettazione di fondo, nonostante le sue profonde riserve sulla personalità e su specifiche scelte del dittatore,¹⁴ di Pessoa all' *Estado Novo* o perlomeno alla *politica do espírito* di Antonio Ferro – del perché Pessoa avesse accettato di far concorrere *Mensagem* al concorso *Prémio Antero de Quental*, premio che si svolgeva sotto lo stretto controllo del *Secretariado da propaganda Nacional* (SPN) di António Ferro. (António Ferro, che giova ricordarlo, anch'esso poteva vantare i suoi quarti di nobiltà davanti al gruppo avanguardistico-futuristico di cui Pessoa era stato il leader, avendo addirittura ricoperto appena diciannovenne il ruolo di direttore editoriale dell' "Orpheu". Ma su questo personaggio chiave ci dilungheremo in conclusione).

Ma il culmine della rimozione su Pessoa lo si raggiunge riguardo alla sua collaborazione fra il maggio e l'agosto del 1919 alla rivista "Acção". "Acção" era la creatura di uno stretto amico di Pessoa, l'ingegnere minerario Geraldo Coelho da Jesus. Come quasi la totalità dell'intelligenza del periodo era stato un convinto sidonista e dopo l'assassinio del dittatore si adoperò per diffondere le proprie idee politiche elitiste ed autoritarie. Lo strumento per compiere questa opera di propaganda fu appunto la nascita, aiutato dall'amico Pessoa, di "Acção".

Durante i primi due numeri la rivista tenne un relativamente *low profile* compiendo un'accorta opera di depistaggio con una linea editoriale improntata farisaicamente non tanto alla critica dei partiti in quanto tali ma, come diremmo oggi, ai guasti prodotti

¹⁴ Il principale motivo di disagio di Pessoa riguardo il nuovo regime riguardò la massoneria. Sul "Diario de Lisboa" del 4 febbraio 1935 è pubblicato un lungo ed argomentato articolo di Fernando Pessoa contro il progetto di legge del deputato José Cabral di scioglimento delle società segrete, legge che sarà promulgata il 21 maggio rendendo la massoneria fuorilegge fino alla caduta dell' *Estado Novo*. Anche se è assai verosimile rispondere affermativamente sull'appartenenza all'Ordine di Pessoa, non sappiamo, prove alla mano, se Pessoa fosse massone; quello che invece possiamo affermare è che l'esoterismo fu una componente importante della personalità dello scrittore (ebbe persino un incontro con Aleister Crowley), un aspetto della sua biografia privata ed intellettuale che attende ancora una seria ed approfondita indagine. Più in generale, per un primo approccio sul ruolo della massoneria in Portogallo, imprescindibile F. Catroga, *As Maçonarias liberais e a política*, in: MATOSO, José, *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 204-211.

dalla partitocrazia. Ma col numero 3 furono svelate le vere intenzioni della rivista: sulla prima pagina campeggiava una gigantesca immagine dell'assassinato dittatore Sidónio Pais e alla base della foto una citazione in inglese scelta assai verosimilmente da Pessoa, tratta dall'*Amleto* di Shakespeare: "He was a man, take him for all in all / I shall not look upon his like again." *Alea iacta est*, e per essere ancora più chiari, scriveva su questo numero, spalleggiato da Pessoa, Coelho de Jesus:

Se procurarmos na vida nacional, qual a força capaz de *concentrar patriotismo*, qual a força capaz de, ao mesmo tempo, atingir as competências e o povo (sendo assim um esboço de coesão nacional) , encontramos só uma: *o sidonismo*, o culto [...] pela memória do chorado presidente Sidónio Pais. O resto é só bolchevismo [...] ou o bolschevismo dos nossos pobres operários [...] ou o bolchevismo disfarçado dos nossos partidos políticos [...]. Ou sidonismo ou bolchevismo: o problema está nisto para quem queira ter acção política em Portugal. Nos [...] vamos pelo sidonismo.¹⁵

Un' ultima notazione in merito al pensiero politico di Pessoa. E' assolutamente certo che se anche di Coelho de Jesus queste parole rispecchiavano benissimo il pensiero di Pessoa. Il primo elemento che ci conforta in questo giudizio è che Pessoa già nel numero 2 di "Acção", nell'articolo *A Opinião Pública*, pur non dichiarandosi esplicitamente sidonista, aveva decisamente espresso tesi elitiste e darwiniste giudicando la folla incapace di guidarsi da sola. Il secondo è il carteggio intercorso fra Pessoa e Coelho, dal quale si evince l'impegno del poeta per il compito che si era assunto di distribuire la rivista e l'entusiasmo per aver raggiunto un ottimo risultato in questa impresa. Del resto non è lo stesso Pessoa che altrove ebbe a scrivere: "entre um operário e um macaco há menos diferença que entre um operário e um homem realmente culto"? Un'affermazione totalmente politicamente scorretta e profondamente elitista e antidemocratica che, del resto, fa benissimo il paio con quest'altra di Alvaro de Campos: " A capacidade de pensar o que sinto, / que me distingue do homem vulgar, / Mais do que ele se distingue do macaco."¹⁶

Analogamente e con le medesime conclusioni si potrebbe proseguire nel far affiorare le posizioni ideologico-politiche dei protagonisti del modernismo portoghese (da Almada Negreiros che molto coerente con le sue idee elitiste ed antidemocratiche finì per collaborare, per quello che gli fu consentito (cioè molto), ad un *Estado Novo* per principio assolutamente conservatore in fatto d'arte, a Sá-Carneiro che, con sprezzo superomistico, nelle sue lettere a Pessoa arriva a definire i borghesi come "lepidotteri"; fino a giungere a Raul Leal, che contribuì a "Portugal Futurista" con *L'abstractionism futuriste* – una sorta di delirante panegirico sull'arte di Santa Pintor – , omosessuale, fascista, mistico, che voleva fondare una nuova chiesa basata sullo spirito santo, che sul n. 8 di "Presença", 1927, espone le sue idee di "Sindacalismo personalista" – idee che Almada Negreiros definì "speculazione trascendente su un Super Stato – e che nel 1959 fonderà "Tempo Presente", rivista fascista e futurista dove Raul Leal cercherà, a suo modo modo, di fare i conti con Freud, Marinetti, Homem Christo Filho , arrivando a dichiarare a chiare lettere anche se con la sua solita enfasi

¹⁵ Manuel Villaverde Cabral, *The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal*, in: "Luso-Brazilian Review", Vol. 26, n. 1, (Summer, 1989), pp. 27-28.

¹⁶ *Ibidem*, p. 29.

mistica: “Presque tous les artistes et penseurs d’ “Orpheu”, dit-il, nous avons de fortes tendances monarchistes, bien que, pour ce qui me concerne, également sublimement anarchistes. Nous étions, par-dessus tout, de nobles amants de l’ *Ordre Spirituel*.”¹⁷) ma ora il vero problema non è tanto determinare se la generazione avanguardista dell’ “Orpheu” e di “Portugal Futurista” sia stata omologa alle coeve avanguardie europee nel suo disprezzo per la *Weltanschauung* liberale e nella ricerca di una unione fra arte e vita che quasi ineluttabilmente portava a soluzioni politicamente autoritarie ma, piuttosto, la determinazione di come questo “momento” avanguardistico-autoritario portoghese sia confluito nell’ambito dell’ *Estado Novo* salazarista.

Il passaggio in Portogallo dallo stato liberale ad un sistema autoritario ebbe uno svolgimento assolutamente diverso dall’Italia e se ci si volesse soffermare sul diverso ruolo che ebbero nei due paesi i movimenti fascisti e/o le avanguardie intellettuali nella caduta dello stato liberale, ovviamente, il discorso potrebbe già qui finire. In fondo, il Portogallo non vide mai come in Italia un partito politico futurista e se pure vi fu chi volle ispirarsi direttamente al fascismo italiano (i nazionalisti lusitani di João de Castro Osório, Rolão Preto, che a capo dei *Nacionais Sindicalistas* cercherà di contrapporre un modello fascista più vicino all’originale italiano al “fascismo dalla cattedra” di Salazar – ed anche Homem Christo Filho, probabilmente agente di Mussolini e che perì in Italia nel ’28 in un misterioso incidente stradale mentre si recava in auto ad un incontro con il duce¹⁸) , la caduta della repubblica fu dovuta unicamente ai militari. Certamente una mentalità fascista e le suggestioni ideologiche che provenivano dall’Italia furono importanti nel determinare la crisi di fiducia nel sistema democratico-rappresentativo che minò alle fondamenta la repubblica ma il colpo di stato del ’26 fu unicamente opera dei militari e non di inesistenti squadracce nere e in questa svolta autoritaria fu fondamentale la misera prova di sé che fin dal 1910, anno della sua nascita, aveva dato la repubblica, e non certo l’azione di agguerrite e militarizzate minoranze come lo furono in Italia il fascismo e il futurismo.¹⁹

¹⁷ P. Rivas, *Idéologies réactionnaires et séductions fascistes dans le futurisme portugais*, in: Giovanni Lista (a cura di), *Marinetti et le Futurisme*, L’Age d’Homme, Lausanne, 1977, p.189.

¹⁸ Fra le varie iniziative intraprese da questo “commesso viaggiatore” del mussolinismo e del totalitarismo, significativo per il nostro discorso fu la direzione di Christo Filho della rivista “A Idéia Nacional”. La rivista nata nel 1915 e che traeva ispirazione dal movimento nazionalista italiano (il titolo richiamava direttamente l’organo del nazionalismo italiano “ L’idea nazionale” e nell’ “Idéia Nacional” vennero pubblicati articoli di Corradini e Federzoni) ospitò contributi, assieme a quelli dei massimi esponenti dell’Integralismo Lusitano, anche di Almada Negreiros, il quale fu l’autore di diverse copertine della rivista. Un’ennesima indicazione, se mai ce fosse ancora bisogno, verso quale parte politica batteva il cuore dell’avanguardia artistica portoghese.

¹⁹ Uno degli esempi più chiari del ruolo subordinato che a differenza che in Italia ebbero in Portogallo gli intellettuali antisistema, è la vicenda della rivista “Homens Livres”, pubblicata nel 1923 e che fu un punto d’incontro fra integralisti, *seareiros* e modernisti. I fondatori di “Homens Livres” provenivano dalle riviste “Águia”, “Lusitânia”, “Monarquia”, “Integralismo Lusitano” e “Seara Nova”. Questi “uomini liberi” erano accomunati per il disprezzo verso la partitocrazia (e nella maggior parte anche verso la democrazia) e la plutocrazia e per il favore comunque accordato ad una riorganizzazione elitista della società. Nel campo artistico gli “uomini liberi” erano a favore di un modernismo che avesse superato il naturalismo e il classicismo del XIX secolo. Tutti questi “buoni” propositi che avrebbero dovuto gettare un ponte fra destra e sinistra e portare all’affossamento dell’odiata repubblica vecchia naufragarono ingloriosamente quando due *seareiros* di “Homens Livres” aderirono al governo di Álvaro de Castro, un tradimento a favore del campo

Purtroppo questa ricostruzione trascura a nostro giudizio un elemento fondamentale. Intendiamo riferirci ad António Ferro e al ruolo che rivestì nell'ambito del *Segretariado da Propaganda Nacional*. La sola scorsa della sua scheda biografica dovrebbe già da sola dissipare una singolare vulgata che vorrebbe Ferro come un personaggio quasi macchiettistico in perenne ricerca di pubblicità personale e sostanzialmente privo di autentico spessore. Amico dal liceo di Sá-Carneiro, a 19 anni giovanissimo direttore editoriale dell' "Orpheu", subirà ancora più di altri suoi sodali avanguardisti l'influsso autoritario della tragica figura di Sidonio Pais. Il rapido declino del futurismo portoghese, dovuto e alla prematura dipartita di molti dei suoi principali protagonisti e anche alla particolare sociabilità di questo gruppo, non lo lascia tuttavia inattivo. Nel '19 si reca a Fiume ed è autore di una clamorosa intervista a D'Annunzio, che sarà il trampolino di lancio per le sue famose pirotecniche interviste con i maggiori personaggi internazionali dell'epoca, con una particolare predilezione per i dittatori. E, infatti, prima di arrivare alle famose interviste con Salazar che costituiranno l'ultimo tassello per farsi investire come responsabile della politica culturale dell' *Estado Novo* e dell'immagine pubblica dell'autocrate portoghese, Ferro nel '23 e nel '26 incontra Mussolini, raccogliendo queste interviste in *Viajem a volta das dictaduras* (1927) e *Homens e Multidões*, opera che riunisce anche le interviste ad Alfonso XIII, Primo de Rivera, Pio XI (dittatore del Vaticano per Ferro). Ma Ferro non disdegna nemmeno quello che oggi chiameremmo il *jet set* internazionale e nel 1929 con *Praça da Concordia* vengono riunite le sue interviste con Herriot, Farrère, Mistinguett, Cocteau, Citroën, Foch, Coty, Petain, Poincaré, Clémenceau.

Le interviste, anche se parte fondamentale della sua attività, non completano però l'arco espressivo di questo singolare ma non per questo non meno importante versione mondan-fascista dell'avanguardia portoghese. Nel 1920 pubblica *Theoria da Indiferença*, una serie di paradossi ad imitazione degli aforismi di Cocteau; nel 1923 *A Arte de Bem Morrer*, dove esprime "la sua visione modernista dell'arte e della morte e l'annullamento finale della stessa attraverso l'estasi"²⁰; ancora, nel 1923, *A Idade do Jazz-Band*, pubblicazione della sua conferenza tenuta in Brasile sul jazz e che con idea molto avanguardistica era stata interrotta dall'irrompere di un banda jazz ed é sempre in Brasile che partecipando nel 1922 alla settimana di arte moderna di S. Paolo pubblicherà *Nós*, l'originale e personale contributo di Ferro al genere futurista del manifesto e che rivela tutte le ambiguità dell'inedito mondan-futurismo di Ferro.

Ed è proprio quest'uomo che nel 1933 Salazar mette alla direzione dell'appena costituito SPN.²¹ Ora, se su questa scelta fecero sicuramente premio le aspettative per un

repubblicano che segnò la fine di questo esperimento d' incontro fra le diverse componenti antisistema colla conseguente cessazione delle pubblicazioni.

²⁰ P. Rivas, *Idéologies réactionnaires*, cit., p. 188.

²¹ Su António Joaquim Tavares Ferro e il *Segredariado da Propaganda nacional* attraverso il quale si sarebbe dovuta realizzare una *política do espírito* che secondo il nostro mondan-futurista avrebbe omologato il Portogallo salazarista all'esperienza modernista dell'Italia fascista di sinergia fra arte e potere politico cfr. António Quadros, *António Ferro*, Lisboa, ed. Panorama, SNI, 1963, Gastão de Bettencourt, *António Ferro e a política do Atlântico*, Pernambuco, 1960, José Augusto França, *O modernismo na arte portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979, C. Barreira, *Nacionalismo e Modernismo: de Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, ed. Assírio e Alvim, 1981, António Rodrigues, *António Ferro. Na idade do Jazz-Band*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995, H. Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI*

radicale miglioramento della scialba immagine pubblica dell'autocrate, un miglioramento cui Ferro venne ritenuto tecnicamente all'altezza e le cui famose interviste del 1932 a Salazar erano state il primo riuscito banco di prova in questa direzione, sarebbe stato del tutto illogico da parte di Salazar investire della delicatissima responsabilità della propaganda e della politica culturale un uomo come Ferro astraendo dal suo consolidato ed indiscutibile curriculum di rappresentante storico dell'avanguardia e del modernismo portoghese (anche se di un futurismo tutto virato sulla mondanità, il che dal punto di vista di Salazar, pur se personalmente totalmente avverso allo stile di vita rappresentato da Ferro, non doveva guastare, visto che l'importantissimo posto di responsabile della cultura e della propaganda non poteva certo essere assegnato ad un puro esteta ma ad uno "scafato" ed esperto navigatore, ancorché esibizionista, nel mare tempestoso della cultura moderna da attrarre nell'orbita del regime).

Di fatto, la lettura delle numerosissime iniziative intraprese da Ferro sotto l'egida del *Secretariado da Propaganda Nacional* (le grandi esposizioni organizzate in Portogallo e all'estero,²² i numerosi premi artistici e letterari, i concorsi volti ad esaltare la cultura popolare e l'identità portoghese,²³ il cinema ed il teatro itineranti fino ad arrivare

e o DIP, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, A. Portela, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982 e G. Adinolfi, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milano, Franco Angeli, 2007.

²² L'esposizione attraverso la quale l'*Estado Novo* provò ad esercitare il maggior sforzo di mobilitazione popolare e d'investimento di immagine fu la grande "Exposição do Mundo Português" del 1940. In un'Europa travolta dalla guerra, il regime voleva così presentarsi di fronte alla nazione e al mondo intero come un'isola di pace e di speranza contrapposta ad un Vecchio continente in preda alla violenza. E alla luce del grande successo di partecipazione, certamente questo messaggio fu colto dal popolo portoghese (discorso assai diverso comprendere quanto fosse creduto ed assimilato, non potendosi risolvere il giudizio su un problema articolato e stratificato come quello del consenso in regime autoritario/dittatoriale solo sulla base della partecipazione ad occasioni di sociabilità più o meno eterodiretta, come ben sappiamo riguardo al caso del fascismo italiano). Quello che per noi è però importante da rilevare in questa sede è che, se è vero che l'allestimento dell'esposizione si giovò anche di coloro che non si riconoscevano in forme espressive tradizionalistiche, ciò – al contrario di quanto invece era accaduto in Italia con la "Mostra della Rivoluzione fascista", nell'anniversario del decennale della marcia su Roma – non avvenne assolutamente all'insegna di un apprezzamento pubblicamente espresso di estetiche avanguardistiche od in vista di un loro inserimento in quanto tali nella narrativa retorica del regime. (Emblematico l'episodio di Salazar che visitando un'esposizione di arte moderna organizzata dal Secretariado Nacional de Informação – dal novembre 1944 l'acronimo SPN era stato mutato in SNI – e passando davanti un *Retrato do meu Pai* di Carlos Botelho aveva davanti a tutti esclamato: "Quem é o artista que tem um pai tão feio?", una reazione che sarebbe stata assolutamente inconcepibile in un Mussolini che aveva sempre "abbozzato", se non addirittura espresso *coram populo* esplicito apprezzamento, anche di fronte alle deformazioni più caricaturali – a patto fossero animate da sincere e "fascistissime" intenzioni agiografiche – della sua stessa fisionomia da parte di artisti modernisti e futuristi, un atteggiamento tenuto, ovviamente, non in virtù delle sue profonde conoscenze estetiche ma solo per dimostrare che il duce era protettore di tutte le arti, anche quelle più avanguardistiche). Per l'"Exposição do Mundo Português" cfr. M. Acciaiuoli, *As exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 e H. Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, cit., che pur non addentrandosi sulla tematica del rapporto avanguardie artistiche e retoriche autoritarie è tuttavia fondamentale per comprendere l'importanza di questo tipo di manifestazioni per la politica propagandistica del regime.

²³ Memorabile il concorso istituito dall' SPN per premiare il paese che meglio avesse rappresentato una presunta portoghesità dal punto di vista architettonico, culturale e paesaggistico. Il regolamento per l'*Aldeia mais portuguesa de Portugal* venne pubblicato il 7 febbraio 1938, richiedendo il bando come condizione basilare ed irrinunciabile che i paesi che concorrevano dovessero presentare negli aspetti della

alla progettazione e designazione di particolari tipologie dei luoghi di accoglienza per i turisti stranieri) non può non rilevare come filo conduttore una precisa e mai risolta dialettica fra istanze moderniste e la visione integralmente conservatrice e reazionaria (e perciò non fascista ma piuttosto tradizionalista²⁴) di Salazar e del suo regime. E che il mondan-fascio-futurista Ferro si trovasse di fronte a spinosi problemi per interpretare in Portogallo la lezione che sembrava provenire dall'Italia (in quel primo scorcio degli anni '30 l'apparente felice e proficua convivenza fra le istanze avanguardiste e/o moderniste con lo stato fascista) la storia dei primi anni dell' *Estado Novo* ne dà ampio riscontro.²⁵ Innanzitutto, a differenza dell'Italia, si poneva di fronte

vita quotidiana (architettura delle abitazioni, arredi delle case, urbanistica delle località, modo di vestire ed in generale tradizioni folcloriche) una totale impermeabilità ad influenze estere e mostrare appunto una forte connotazione tipicamente portoghese. Seppur caso tipico di "invenzione della tradizione", il concorso fu un autentico successo: ancor oggi il paese di Monsanto, che vinse il concorso, basa la sua economia turistica su quell'ormai lontana vicenda che lo indicò come l' *Aldeia mais portuguesa de Portugal* e il *Galo de Prata*, il gallo d'argento che gli fu assegnato come segno tangibile di questo primato, è tutt'oggi fonte di orgoglio e di un forte senso di appartenenza.

²⁴ Un deciso ed integrale tradizionalismo ideologico-estetico che tuttavia non impedì all' *Estado Novo* di compiere dei veri e propri orrori in fatto di conservazione del patrimonio artistico, in questo emulo del peggiore esempio che proveniva dall'Italia fascista che, ad imperitura memoria del suo passaggio sulla scena della storia, impiegò nelle città italiane (soprattutto Roma ma non solo) il "piccone risanatore" per demolire vestigia ed anche interi quartieri medievali – ritenuti non sufficientemente fascisti – e per edificare al loro posto edifici di rappresentanza in stile littorio (uno stile che tentava di fondere alcuni tratti di architettura modernista con pesanti reminiscenze classico-romane o presunte tali). Non diversamente si comportò l' *Estado Novo*, vedi il caso di Coimbra, in cui il regime, facendosi beffe della sua proclamata fedeltà ai valori tradizionali, non si peritò di demolire gran parte della vecchia città universitaria per imitare, nello stile architettonico modernista impiegato per la costruzione della nuova città universitaria e nell'intenzione che animava tutta l'operazione (lasciare un imperituro segno di sé), la triste lezione che proveniva dall'Italia sotto l'ombra del fascio (una delegazione portoghese fu inviata a Roma per prendere visione diretta dell'architettura retorico-modernista piacentiniana, che così buona prova aveva data nella progettazione della città universitaria della capitale d'Italia). Fondamentale per comprendere questa vicenda connotata da *hubris* edificatoria, n.º Rosmaninho (coordenação e apresentação de Luís Reis Torgal), *O princípio de uma "Revolução Urbanística" no Estado Novo. Os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996 e Id., *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006. Sempre per quanto riguarda l'Università di Coimbra ma sul versante di una sempre più ridotta autonomia accademica durante l' *Estado Novo*, fondamentale Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra (1926-1961)*, Coimbra, Minerva, 1999.

²⁵ Il segno che davanti alla *política do espírito* ci sarebbe stato un percorso tutto in salita ed irto di contraddizioni si ebbe già da subito nel 1934 con la pubblicazione e diffusione capillare ad opera dell' SPN del decalogo dell' *Estado Novo* che al punto 1 recitava: "o Estado Novo representa o acordo e a síntese de tudo o que é permanente e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a vanguardia moral, social e política." e al punto 10: "Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza neste caso a legítima defesa da Pátria." Veramente un compito difficile quello che indicava il decalogo: negli anni a venire Ferro e la sua *política do espírito* si sarebbero dovuti muovere da una parte fra gli imperscrutabili ossimori di tradizione e innovazione del punto 1 del decalogo e dall'altra fare i conti con le concrete promesse repressive del punto 10. Un prevedibilmente deludente esito finale della politica dello spirito già segnato dai suoi espliciti e pubblici esordi ma i quali non impedirono, tuttavia, una iniziale apertura di credito verso la *política do espírito* anche di coloro i quali obiettivamente avevano ben poco da aspettarsi dall' *Estado Novo*: il riferimento d'obbligo cade sul poeta António Botto (le cui *Canções* sull'amore omosessuale furono nel 1923 difese pubblicamente da

a Ferro il problema tutto portoghese dell'esiguità numerica del fronte modernista, che nel caso italiano fra novecentisti e futuristi poteva vantare falangi di artisti più o meno modernisti e tutti volenterosi di dare i loro particolari suggerimenti al duce in merito alla politica culturale. E così quella che Almada Negreiros volle interpretare come la volontà conservatrice di normalizzazione dell'avanguardia, stiamo parlando dell'invito di Ferro a Marinetti di visitare il Portogallo, altro in realtà non fu che un tentativo da parte del futuro direttore del *Segretariado da Propaganda Nacional* di tessere significative alleanze internazionali moderniste e di supplire così, in chiave di una inedita politica estera culturale, alla debolezza delle locali schiere dell'avanguardia. Un tentativo che si rivelò un fiasco totale visto che la ribalta fu presa da Júlio Dantas e Almada, cui le pulsioni avanguardistiche andavano di pari passo col desiderio – che venne del resto ampiamente appagato – di collaborare col regime, aveva piena ragione di dolersene. Le cose, evidentemente, presero una piega non prevista anche nel 1934 quando Fernando Pessoa venne sollecitato a pubblicare il suo primo volume di poesie, *Mensagem*, per presentarlo al *Prémio Antero de Quental*. La raccolta di tematica sebastianista e patriottica, le cui poesie furono composte dal 1913 fino allo stesso 1934, l'opera quindi di una vita ed espressione autentica del suo mondo intellettuale e spirituale, si qualificò seconda, un vero disastro esistenziale per il poeta degli eteronimi e vaticinatore del super-Camões e la motivazione formale fu che il libro non poteva concorrere per il primo premio perché non contava il minimo delle 100 pagine richieste. Si trattava di un'evidente scusa, significativa dimostrazione che il "pilotaggio" dei concorsi e dei premi letterari e artistici era ancora sotto il controllo dei vari Dantas che nel profondo conservatorismo dell' *Estado Novo* trovarono l'ambiente naturale per vivere e per prosperare (e continuare ad esercitare il loro potere). Ma è sul piano dell'organizzazione dello stato e del consenso che le contraddizioni fra la concezione elitista e modernista di forme di partecipazione politica sempre più pervasive e penetranti e la politica salazarista, semplicemente reazionaria e del tutto refrattaria a concedere questi pericolosi spazi alle masse pur se eterodirette, che la *politica do espirito* dovette subire le più dolorose sconfitte. Rifiutando Salazar esplicitamente il modello italiano dello stato totalitario, venivano implicitamente anche messe fuori gioco – anche se talvolta dall' *Estado Novo* timidamente e con poca convinzione praticate – tutte quelle pratiche di mobilitazione di massa tanto consone (ed anche care) alle avanguardie, che nell'estetizzazione della politica (in pratica: nella direzione delle masse da parte di ristrette élite di superuomini) vedevano il compimento definitivo e ultimo del programma avanguardistico e futuristico dell'atto artistico totale di fusione dell'arte con la vita.

Estetizzazione della politica pienamente raggiunta in Italia, quindi, mentre in Portogallo venne frustrata? In realtà sappiamo che le cose non andarono proprio in questo modo perché, come abbiamo detto altrove,²⁶ se durante i primi anni Trenta l'Italia

Pessoa e Raul Leal, il quale a sostegno di Botto scrisse addirittura un *pamphlet* intitolato *Sodoma divinizada*, venne così a sua volta furiosamente attaccato – e ancora Pessoa intervenne contro queste manifestazioni di intolleranza e di omofobia) la cui adesione all' *Estado Novo* non lo trarrà fuori dalla condizione di pariah emarginato dal potere in cui l'aveva gettato la sua evidente omosessualità.

²⁶ Cfr. Massimo Morigi, Stefano Salmi, *Aesthetica fascistica. Tradizionalismo e modernismo sotto l'ombra del fascio* (comunicazione inviata al convegno "Encontros a Sul 2007- Lisboa 20, 21 e 22 settembre") e

sembrò, sotto molti aspetti, quasi un alchemico laboratorio dove la feroce concussione delle libertà politiche poteva coesistere – ed anzi trarre vantaggio – con la libertà di ricerca formale delle avanguardie artistiche, il tentativo subito successivo di realizzare lo stato totalitario (in fondo il sogno delle avanguardie che nel totalitarismo scorgevano il massimo atto estetico) si rivelerà letale anche per le possibilità di espressione di queste avanguardie. Lo stato totalitario (o per essere più precisi: lo sforzo del regime per avvicinarsi a questo obiettivo) alla fine aveva sortito lo stesso effetto di depressione delle energie creative che nel Portogallo salazarista era stato raggiunto attraverso il calcolato rifiuto di questi modelli di integrale e pervasiva partecipazione politica. In entrambi i casi si trattò di un gioco a somma zero dove sia in Portogallo che in Italia risultarono sconfitte le avanguardie mentre vincente risultò lo spegnimento di qualsiasi anelito di autentica estetizzazione politica. In Italia, a causa dell'alleanza col nazismo, questa involuzione assunse coloriture più intensamente parodistiche con la pedissequa imitazione degli stilemi estetici nazionalsocialisti (premio Cremona creato da Farinacci e condanna dell'avanguardia, del futurismo e anche del novecentismo in quanto ritenuti forme d'arte giudaica). In Portogallo, in assenza di eventi epocalmente negativi come l'alleanza col nazismo e la guerra, la sconfitta della *politica do espirito* assunse più le movenze di una rallentatissima *slow-motion*, tanto che il regime aspettò fino al '49 per rimuovere Ferro dalla direzione del *Segretariado*, giudicando ormai del tutto inutile continuare ad affidarsi per la politica culturale ad un personaggio dotato di indubbie doti istrioniche e di propagandista ma il cui *pedigree* ad un tempo avanguardistico nel campo dell'arte e filofascista per quanto riguarda la cultura politica, lo rendevano sempre più inutilizzabile per un regime con equilibri sempre più arretrati²⁷ e , per converso, impresentabile di fronte ad un mondo che aveva sconfitto il nazifascismo.

Id. *Aesthetica fascistica II. Tradizionalismo e modernismo sotto l'ombra del fascio* (comunicazione inviata al convegno “IV Colloquio Tradição e modernidade no mundo Iberoamericano – Coimbra 1, 2, 3 de outubro de 2007”).

²⁷ Il 6 maggio 1949, incombente la sua rimozione dalla direzione dell' SNI, alla XIII edizione dell' Esposizione di Arte Moderna, António Ferro in difesa della sua *politica do espirito* e ribattendo ai suoi denigratori – i quali per altro erano assolutamente in linea con le opinioni su Ferro di Salazar – ebbe a pronunciare le seguenti amare parole: “ Os chamados clássicos [...] acusam-nos de simpatia tendenciosa, parcial por todas as audácias , todos os vanguardismos, todas as acrobacias, todas as dissonâncias em matéria de cores ou de linhas [...]. Os outros consideram igualmente nefasta a nossa obra porque não nos levam a bem que saibamos perfeitamente (os nossos olhos e a nossa sensibilidade têm um largo treino destas viagens e miragens ...) onde acaba a sinceridade e principia o bluff, onde termina o autêntico e principia o falso, onde finda a Arte Moderna, isto é , a arte que deve reflectir o seu tempo, e começa o antigo, ou antes, o já velho da arte moderna [...]. A selecção dos quadros deste Salão nunca obedeceu, portanto, a um critério de extremo vanguardismo mas à aspiração do nível mínimo de bom-gosto e à recusa dum mínimo de personalidade. O mal-entendido residuiu sempre na lamentável confusão que se faz ainda entre nós , apesar de tanto haveremos lutado, entre arte avançada, que já não o é, e o simples bom-gosto contemporâneo , ou melhor, simples gosto contemporâneo, simples sabor da época”. (*A. Portela, Salazarismo e Artes Plásticas*, cit., p.105). Ma l'epoca degli equilibrismi fra tradizionalismo e modernismo era tramontata definitivamente e lasciata la direzione dell'SNI, in una sorta di vera e propria fuga dall'ingratitudine del regime e dall'incomprensione degli artisti modernisti che non gli riconoscevano più alcun ruolo di *trait d'union* con il potere salazarista, nel 1950 Ferro si farà nominare ambasciatore del Portogallo a Berna e, nel 1954, a Roma. “Sono solo ... Così solo. Neppure con me stesso”, scriverà Ferro in *Suadades de mim* (pubblicato postumo nel 1957, Ferro morirà nel 1956 a Lisbona a soli 61 anni, ricoverato d'urgenza per i postumi di un precedente intervento chirurgico), l' amaro e disperato *redde rationem* di una vita naufragata

“E a musica cessa como um muro que desaba,/A bola rola pelo despenhadeiro dos meus sonhos interrompidos,/ E do alto dum cavallo azul, o maestro, jockey amarello tornando-se preto,/Agradece, pousando a batuta em cima da fuga d’um muro,/E curva-se, sorrindo, com uma bola branca em cima da cabeça,/Bola branca que Ihe desaparece pelas costas abaixo...”

L'esaurimento delle avanguardie, musica che s'interrompe come il muro che rovina di *Chuva Oblitua* di Pessoa, ha apparentemente consegnato all'inattualità qualsiasi discorso pubblico che conceda spazio all'estetizzazione della *vita activa*. Forse inevitabile pedaggio pagato per la sconfitta degli autoritarismi e totalitarismi che di questa esigenza fecero *instrumentum regni* per conculcare la libertà, l'occultamento delle pulsioni verso un'*aesthesis* liberata ha anche prodotto l'incapacità di generare racconti integralmente umani e dotati di senso. Palla bianca che scompare dietro la schiena di un sorridente (e dispettoso) maestro, la risoluzione del problema posto dall'avanguardia portoghese, in questo del tutto simile a quelle degli altri paesi, di attingere ad un momento creativo totale che confondesse le categorie di arte, vita e politica fu certamente frustrato. Ma il dispettoso maestro, sia questi Mussolini, Salazar, Stalin o qualsiasi altro autocrate o sia anche, più modestamente, l'impossibilità molto umana di essere all'altezza dei propri sogni, deve fare i conti con una possibilità, molto obliqua, ma non per questo meno reale, di trasformare attraverso la *poiesis* una sconfitta in una vittoria. E' un insegnamento che Pessoa conosceva molto bene e che sarebbe opportuno fosse preso molto sul serio anche dagli odierni cantori postmoderni della fine delle narrazioni e della storia.

cercando di saldare, esibizionisticamente ma anche con profonda sincerità e in assoluta fedeltà ai dettami futuristi e dell'avanguardismo artistico, l'arte con una visione estetizzante del potere. Una sorta di profezia. I giornali portoghesi diedero limitatissimo spazio alla sua morte; Salazar, con un comportamento che forse non intendeva essere offensivo ma che è certamente significativo dell'abisso che al di là dei rapporti di mutua convenienza aveva sempre separato i due uomini, intervenne inizialmente al funerale ma non si degnò di accompagnare il feretro all'ultima dimora.

(Página deixada propositadamente em branco)

A IRA E A ALTERIDADE O TESTEMUNHO E O SENTIDO ÉTICO

Quanto mais se o ouvia, mais claro se tornava que sua inabilidade de falar estava intimamente relacionada com sua inabilidade de pensar, especialmente de pensar em relação ao ponto de vista das outras pessoas. Não havia qualquer possibilidade de comunicação com Eichmann, não porque mentisse, mas porque estava “fechado” às palavras e à presença de terceiros, e, portanto, à realidade como tal”.

Hannah Arendt¹

Você pensa saber quem é e de repente descobre que se transformou no que os outros querem enxergar em você.

Antonio Muñoz Molina²

“No campo de concentração de mulheres alemão, em Ravensbruck, vi Milena Jesenká pela primeira vez. Era outubro de 1940. Foi num caminho estreito, entre o lado de trás das barracas e o alto muro do campo guarnecido de arame farpado fortemente carregado de eletricidade, que ela veio ao meu encontro. Estava ali apenas há poucas semanas, um “acrécimo”, como denominavam as recém-chegadas. Eu mesma fora transportada para Ravensbruck havia apenas umas dez semanas, mas em comparação aos “acrécimos” já então me sentia prisioneira velha. Num campo de concentração algumas semanas representavam muito. Além disso, pelo fato de ter estado nas prisões soviéticas durante dois anos, antes de ser entregue à Gestapo, e permanecido também num campo de trabalhos forçados na Sibéria, com experiência, portanto, em campos de concentração, fui indicada pelo Chefe de Turma no Pavilhão dos Marginais, papel para o qual eu absolutamente não estava em condições e que me causava sofrimento, pois não conseguia me haver com as prostitutas. Pouco antes da chegada de Milena, fui promovida, na qualidade de Chefe de Pavilhão, para os Pesquisadores da Bíblia; pareceu-me que saíra do inferno e fôra para o céu.

Nestas circunstâncias conheci uma das personalidades mais admiráveis que jamais me apareceram na vida. Milena era alta, dos ombros largos erguia-se uma cabecinha bonita; o rosto estava marcado pelo sofrimento profundo, os olhos ensombreados e a pele terrosa

¹ Pesquisa com financiamento CNPq e FAPESP.

Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Diagrama & Texto, 1963. p 65.

² Molina, Antonio Muñoz. *Sefarad*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

de prisão. Usava um comprido e frouxo uniforme de prisioneira e botas grandes demais. Debaixo do lenço de cabeça obrigatório escampavam-lhe alguns cabelos pela testa. Nunca me esquecerei do gesto com que me deu a mão no primeiro movimento. Quando peguei sua mão, ela me disse com leve ironia: “Por favor, não aperte nem sacuda como vocês, alemães, costumam fazer. Os meus dedos estão doentes.

*Esta era, pois, a mulher que no seu tempo de jovem fora amada por Frantz Kafka. Mas nessa ocasião eu ainda não sabia disso”.*³

Assim são os primeiros parágrafos do pequeno texto de pouco mais de cinco páginas de Margarete Buber-Neumann, publicado em 1960 na revista *Cadernos Brasileiros*. Profundamente tocantes, os escritos apareciam sem introdução, sem explicações, sem nenhuma chamada especial. Ali, apenas a citação de praxe no índice e, ao final do periódico, uma breve nota sobre a autora: “Viúva do líder comunista alemão Heinz Neumann, passou longos anos nos campos de concentração de Stalin e Hitler. Seus livros de memória relatam estas experiências”.⁴

Era estranho este silêncio da *Cadernos Brasileiros* sobre a biografia de Margarete Buber-Neumann. Conhecida e festejada na Europa e nos Estados Unidos, Buber-Neumann, ex-nora do filósofo Martin Buber, não era propriamente apenas a viúva de Heinz Neumann, importante líder comunista alemão, amigo e companheiro de Harry Berger⁵, morto pela polícia de Stalin em 1937, sem deixar vestígios. Em 1960, ano deste número da *Cadernos*, Margarete já havia publicado um de seus mais importantes livros. O *Prisioneira de Stalin e Hitler* havia saído em 1948, em suas edições em alemão e sueco, traduzido na França e na Inglaterra em 1949, e nos Estados Unidos, por Dodd Mead, já em 1950. Nele, a ex-militante comunista relatava sua experiência como prisioneira dos campos de concentração de Stalin e de Hitler, e, a exemplo do russo Victor Kravchenko, traçava um perfil de semelhanças entre os dois regimes.

Além deste livro de grande repercussão, Margarete havia sido testemunha do próprio Victor Kravchenko no rumoroso caso em que o russo movera contra a revista *Les Lettres Française* acusando-a de difamação. Kravchenko havia publicado *I Choose Freedom*, em 1946, e, em 1947, traduzido o livro para o francês, a revista insistia em afirmar que o testemunho de Kravchenko sobre os campos de concentração soviéticos eram uma invenção. A ação judicial do dissidente soviético era bastante parecida com a que David Rousset, também um dos primeiros autores do que hoje se chama de literatura de testemunho, moveria contra a mesma *Les Lettres Françaises*⁶ em 1959, e da qual Buber-Neumann também fora importante testemunha.

O julgamento de 1949, entretanto, foi mais rumoroso e chegou a ser conhecido como o Julgamento do Século. Kravchenko (1905-1966), ex-comunista e capitão do

³ Buber-Neumann, Margarete. Milena em Ravensbruck: recordações da companheira de Frantz Kafka. In: *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, pp. 53-57.

⁴ *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, p. 88.

⁵ Harry Berger e sua esposa Elisa Ewert foram presos pelo governo Getúlio Vargas logo após o levante comunista de 1935 no Brasil. Elisa foi deportada e morreu num campo de concentração nazista, tendo passado pelo campo de Ravensbruck. Berger ficou louco depois de torturado no Rio de Janeiro, tendo sido solto e enviado para a Alemanha após o final da II^a Grande Guerra.

⁶ Publicação literária francesa (1941-1972), ligada ao Partido Comunista Francês (PCF).

Exército Vermelho, pedira axilo político aos Estados Unidos, em 1943, quando servia em Washington. Em 1946, ele publicaria seu livro *I Chose Freedom: The Personal and Political Life of a Soviet Official*. Nele, estavam as denúncias contra o processo de coletivização soviético, os trabalhos forçados e a existência de campos de concentração. Victor Kravchenko foi acusado de ser espião da CIA e de mentiroso pela revista *Les Lettres Françaises*. O testemunho de Margarete Buber-Neumann foi fundamental para que o russo ganhasse a ação.

Mesmo que o livro de Margarete, *Milena – Kafkas Freundin*, de 1963, ainda não tivesse vindo a público, a trajetória da autora já era muito significativa, embora a *Cadernos Brasileiros* não deixasse antever ao público brasileiro a importância de Buber-Neumann nos círculos intelectuais e políticos da Europa, especialmente na Alemanha, onde trabalhava na rádio e na televisão e onde a primeira parte de sua autobiografia havia sido publicada. Estes escritos publicados pela *Cadernos Brasileiros* e que antecederiam ao livro sobre a amiga Milena seriam justamente aqueles em que ela reverenciava a companheira do campo de concentração de Ravensbruck, a tcheca Milena Jesenská⁷, musa de Frantz Kafka, a qual Margarete se referia neste artigo.

Ex-militante comunista, Margarete havia dividido com seus dois maridos uma longa trajetória de burguesa de posses, depois de ter se separado de Raphael Buber, em 1929, ligou-se a Heinz Neumann, e juntos militaram na Alemanha, na França e na Espanha. Em 1933, estavam refugiados em Moscou, onde ficaram hospedados no famoso Hotel Lux⁸. Em 1937, acusado de traição, Heinz foi preso e desapareceu para sempre sem deixar traços. Margarete foi presa em 19 de junho de 1938 em Moscou e enviada à Sibéria para o campo de trabalhos forçados Karaganda, até que, em 1940 – fazendo uso do Pacto Ribbentrop-Molotov, de 1939-1941 –, transferiram Margarete para o campo de Ravensbruck na Alemanha. Margarete conquistou a liberdade em junho de 1944 e aí se seguiu uma longa trajetória de buscas, de acerto de contas e de testemunhos⁹.

⁷ De família católica conservadora, Milena nasceu em Praga, em 1896, tendo perdido a mãe aos 16 anos. De temperamento libertário e com problemas de relacionamento com o pai, cedo passou a frequentar os círculos intelectuais dos cafés de Praga. Aos 20 anos se apaixonou por Ernest Pollak, 10 anos mais velho. Tornou-se amiga de Max Brod, Franz Werfel e de Franz Kafka. Milena ficou grávida de Pollak, judeu como Kafka, e fez um aborto. Foi internada pelo pai por nove meses em um hospital psiquiátrico em 1918. Quando saiu, casou-se com Pollak e mudou-se para Viena. Foi lá que obteve de Kafka a permissão para traduzir um pequeno conto do escritor do alemão para o tcheco, tendo iniciado sua correspondência e seu caso de amor. Posteriormente separa-se de Pollak, acaba voltando a Praga depois de uma passagem por Dresden e Moscou e segue uma vida amorosa atribulada em meio a uma saúde precária. Milena tornara-se militante do Partido Comunista, com quem rompeu em 1936. Em 1939, quando da invasão alemã, fazia parte de uma organização cujo objetivo era a retirada de intelectuais, judeus e gentios, da Tchecoslováquia, atividade que a levou à prisão, em 1940 e, de lá, para o campo de concentração de Ravensbruck. Morreu em 17 de maio de 1944 de problemas renais.

⁸ O legendário Hotel Lux era destinado a hospedar militantes e lideranças comunistas do mundo inteiro. São incontáveis as histórias ocorridas neste hotel, inclusive as de espionagem e de ostracismo a que foram submetidas lideranças internacionais.

⁹ Margarete Buber-Neumann nasceu em Potsdam, em 1901. Em 1921 frequentava a Juventude Comunista e, em 1926, filiou-se ao Partido. Em 1920, ao circular entre os judeus de esquerda, conheceu Rafael Buber, com quem se casou e teve duas filhas. Separaram-se em 1925 e Margarete criou as filhas até que perdeu a guarda, em 1928, para os avós paternos. Em 1929 passou a viver com Heinz Neumann,

Após a publicação do livro em que traçava o paralelo entre o comunismo e o nazismo, Buber-Neumann fez parte do Comitê de Liberação para as Vítimas do Despotismo Totalitário em resistência à Berlim Oriental¹⁰. Em 1951 e 1952, fundou e liderou o Instituto para Educação Política, dirigido a jovens e orientado para o ensinamento dos “princípios fundamentais da democracia”. Marcante ainda seria sua participação no *Congresso para a Liberdade da Cultura* (CCF), órgão que oficialmente suportava e financiava a revista *Cadernos Brasileiros*.

Juntamente com outros importantes intelectuais, como Raymond Aron, Ignazio Silone, Sidney Hook, Arthur Schlesinger, Arthur Koestler, François Bondy, Melvin Larsky, Salvador de Madriaga, Nicolas Nabokov¹¹, para citar alguns, Margarete Buber-Neumann foi uma das fundadoras do *Congresso pela Liberdade da Cultura*, cujo ato de constituição foi um imenso acontecimento em Berlim, no ano de 1950, sob a mão invisível de suporte e financiamento da CIA, fato que seria amplamente denunciado pelo *New York Times* em 1966.

Na engrenagem em que a Agência de Segurança montou mundo afora, espalhando o Congresso como forma permanente de luta contra os regimes considerados totalitários, ainda estavam o financiamento das revistas *Preuves*, na França; a *Encounter*, na Inglaterra, *Fórum*, na Áustria, *Cuadernos*, edição em língua espanhola publicada em Paris; *Soviet Survey* e *The China Quarterly*, publicadas na Inglaterra; *Quest*, na Índia; *Quadrant*, na Austrália; *Kulturkontakt*, na Suécia; *Science and Freedom Bulletin*, na Inglaterra; *Tempo Presente*, na Itália; *Der Monat*, na Alemanha; *Perspektiv*, na Dinamarca; *Examen*, no México; e *Freedom-Jiyu*, no Japão e, é claro, a *Cadernos Brasileiros*, sediada no Rio de Janeiro¹².

Margarete assumiu, logo após a fundação do CCF, o posto de Secretária do *Congresso* em Berlim¹³. O cargo era importante, ainda mais se levarmos em conta que entre 10 e 14 mil pessoas estiveram presentes no ato de fundação ocorrido na então ex-capital alemã. Some-se ainda o fato de que Buber-Neumann havia escrito um dos primeiros *livros de testemunho* sobre os horrores dos campos de concentração existentes na URSS, na Alemanha Oriental e na Espanha de Franco. A denúncia sobre a existência dos campos havia sido um dos pontos altos do encontro do *Congresso pela Liberdade da Cultura*.

o segundo homem na hierarquia do PC alemão (estava só abaixo de Thaelmann). O casal foi enviado à Espanha, em 1933, depois de passar férias com Stalin, e, posteriormente à Suíça, onde foi preso. A Alemanha pedia, então, a extradição de Newman. A União Soviética ofereceu asilo a ambos e assim eles retornaram a Moscou. Buber-Neumann era também irmã de Babete Gross, esposa de Willi Münzenberg, o líder do Komintern. Foi presa em 19 de junho de 1938 em Moscou e extraditada para a Alemanha no início de 1939. Entre 1934 e 1947, Margarete não teve contato com suas filhas. Faleceu em novembro de 1989. In: Todorov, Tzvetan. *Hope and Memory: Lessons from the Twentieth Century*. New Jersey, Princeton University Press, 2003, pp. 93 e segs.

¹⁰ Este Comitê existiu até 1952.

¹¹ A lista dos fundadores do Congresso pela Liberdade da Cultura soma mais de uma centena de pessoas da Alemanha, Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Holanda, Índia, Itália, Letônia, Noruega, Polônia, Rússia, Suécia, Suíça. Tchecoslováquia e Turquia. Cf.: Grémion, Pierre. *Intelligence de l'anticommunisme: le Congrès pour la liberté de la culture à Paris (1950-1975)*.

¹² Lista publicada na *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Ano II, n.º 4, de outubro a dezembro de 1960.

¹³ A outra secretária ficaria em Paris.



Fonte: CIA Report. *Origins of The Congress For Cultural Freedom*. www.cia.gov/csi/studies/95sunclass/warner.html/, acesso em 10 de julho de 2006. Foto do fechamento do Congresso, em 1950

A revista *Cadernos Brasileiros* omitiria a importância de Margarete Buber–Neumann, embora a própria publicação anunciasse que era “órgão trimestral da *Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura*, editado sob o patrocínio do *Congresso pela Liberdade da Cultura*”¹⁴, cujo secretariado de Berlim era o segundo mais importante na estrutura da organização, perdendo apenas para Paris.

O peso intelectual de Buber-Neumann era considerável. Ela tratava o problema de seu testemunho nos campos de concentração com rara sensibilidade. Juntamente com David Rousset, Primo Levi, Germaine Tillion, Vasily Grossman e Romain Gary, Neumann fazia parte de uma certa aristocracia intelectual que cuidava ao mesmo tempo de manter o passado como memória e, especialmente, de revivê-lo como presente¹⁵. Os membros do *Congresso pela Liberdade da Cultura*, em especial, reviviam esta memória

¹⁴ Por ocasião do número I do ano II, edição que publicou o artigo de Margarete Buber-Neumann, era Diretor da *Cadernos Brasileiros*, Afrânio Coutinho, Stefan Baciu, redator chefe; Arino Peres, secretário. Adonias Filho, Anísio Teixeira, Cassiano Ricardo, Celso Cunha, Eduardo Portela, Elmano Cardim, Érico Veríssimo, Eugênio Gomes, Evaristo de Moraes Filho, Gilberto Freyre, J. Garrido Torres, Levi Carneiro e Manuel Bandeira formavam o Conselho Consultivo.

¹⁵ Existe uma tardia tradução brasileira do trabalho de Buber-Neumann feito pela Editora Guanabara, com o título de *Milena*, e que data de 1987. Embora sensível, o livro é limitado em termos de qualidade literária.

pautada pelo reconhecimento de que totalitarismo¹⁶ era sinônimo de nazismo e de comunismo soviético, em que pese toda a resistência da esquerda simpatizante com Moscou a esta aproximação.

Esta postura aparecia fortemente na própria tecitura do texto de Margarete Buber-Neumann. Em meio à lembrança da dignidade e da bondade presentes em Milena, por exemplo, apesar da degradação humana, a autora dizia que Milena “desenvolvia uma crítica apaixonada contra os métodos terroristas dos comunistas” e que ambas foram vítimas de perseguição das comunistas tchecas presas em Ravensbruck, de seu “ódio fanático”.

Seu trabalho trazia o testemunho (portanto, a certificação da veracidade) e buscava um ajuste de contas com o passado e o presente. Seu fio condutor era a possibilidade da manutenção da dignidade e da altivez humana trazida à cena pela amiga Milena, em contraponto ao comportamento mesquinho, desumano e tirano das presas militantes comunistas em pleno reino de terror que era o campo de concentração nazista.

O pequeno trecho do livro publicado pela *Cadernos Brasileiros* seguia esta linha e apregoava a coincidência totalitária entre as duas posturas: a nazista e a comunista, ambas, atestadamente, indignas. Ambas representativas de dois regimes coincidentes¹⁷.

O relato testemunhal de Buber-Neumann quanto ao comportamento das prisioneiras que hostilizavam Milena e ela própria, Margarete, era apresentado de forma a mostrar como se construía uma espécie de amálgama perversa entre política e verdade¹⁸, ou melhor, de uma concepção de negação da política (para usarmos uma construção próxima ao entendimento de exercício democrático da política, como colocado por Hannah Arendt), já que não havia aí qualquer espaço para a dúvida e já que a verdade adquirira

¹⁶ Embora o termo tenha surgido por volta de meados dos anos 20 com o advento do fascismo italiano, e utilizado pelos próprios fascistas, seu uso foi generalizado apenas após a Segunda Grande Guerra. Primeiramente a concepção mais intelectualizada de totalitarismo foi dada pelo filósofo italiano Gentile destacava a ênfase no estatismo, no caráter religioso do fascismo e na assertiva de que o espírito totalitário do fascismo renovaria a Itália, penetrando todas as esferas da vida humana. Havia, no totalitarismo, uma aposta no caráter inovador e não reacionário do regime, uma vez que as mudanças radicais eram seu ponto de partida, e a aposta em um futuro utópico e de transformação das classes em um todo uno, seu ponto de chegada. Neste sentido, um ativismo de Estado, o fim da sociedade civil, o emprego da coerção e da violência e a disseminação de mitos sociais eram seus pressupostos. Pontos de partida que foram retomados na década de 1930 pelo filósofo alemão Carl Schmitt, o chamado jurista do nazismo, que de forma bastante elaborada adotara o princípio “decisionista”, cuja explicação de mundo reside na *vontade política que a gera*. Cf.: Gleason, Abbot. *Totalitarianism: The Inner History of The Cold War*. NY, Oxford University Press, 1995, especialmente o Primeiro Capítulo. Posteriormente, os trabalhos mais relevantes foram o de Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*, 1951); de Carl J. Friedrich (*A ditadura totalitária*, 1957) e Zbigniew K. Brzezinski. (*The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism*, 1956). Cf. Bobbio, Norbert, Mateucci, Nicola & Pasquino, Gianfrancesco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.

¹⁷ Arendt se refere a duas formas autênticas de domínio totalitário. Entretanto, no período anterior ao término da Segunda Guerra, especialmente na década de 1930, era comum o emprego do termo totalitário como equivalente positivo de experiências em regimes que negavam radicalmente os princípios do liberalismo, inclusive com remissões à experiência soviética. Vide a este respeito inclusive os intelectuais brasileiros como Francisco Campos.

¹⁸ A este respeito, gostaria de remeter o leitor a Cancelli, Elizabeth. “Pensando a América: de Thomas More a Hannah Arendt: em nome da virtude, da política e de Deus”. In: Duarte, André; Magalhães, Marionilde B; Lopreato, Christina R. *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

uma espécie de estatuto divino, incontestável, inclusive de vontade. Esta adoção de um discurso político fundamentalista e inequívoco, a exemplo dos discursos religiosos fundamentalistas que se transformam em dogma, era mostrado como eminentemente excludente, impossibilitado de qualquer interação com a diversidade, e sustentado por um profetismo milenarista¹⁹. Enfim, um mundo sustentado no fanatismo.²⁰

A crítica de Buber-Neumann, assim como a de outros escritos de lideranças do *Congresso pela Liberdade da Cultura* – e Raymond Aron era um deles com presença constante na *Cadernos Brasileiros* –, firmava-se no incessante juízo à tolerância de crimes dos regimes soviético e nazista e na crença de ambos no dogma, ou do ópio, como gostava de enfatizar Aron²¹. Segundo Aron, o profetismo marxista, típico do profetismo judeu-cristão, “esboça uma imagem do que deve ser e será, e escolhe um indivíduo ou um grupo para transpor o espaço que separa o presente indigno do futuro grandioso”.²²

É interessante notar que esta percepção que os escritos políticos traziam sobre a total inflexibilidade e sobre a presença de certezas absolutas que cercavam o discurso e a ação totalitárias, dentro ou fora dos campos de concentração, também estava presente na própria necessidade de construção do testemunho.

Como o horror havia ficado sem registro, e este registro deveria e poderia ser dado pelo testemunho e porque o que foi visto era indizível, partia do testemunho a tentativa de dar um estatuto de verdade à ação do terror. Eram narrativas autobiográficas comprometidas com o passado, com a ética e com a necessidade de explicar e dar um sentido ao inexplicável, buscavam, por assim dizer, incessantemente, o *ánthropos*. *Se questo è un uomo?* – a pergunta que Primo Levi fazia e que dava o título a seu livro – mostrava o tom de perplexidade dos que haviam enfrentado aqueles anos de sufreguidão, medo, desespero e morte²³.

Neste registros do pós-guerra, são incontáveis as passagens que narram a perplexidade das testemunhas frente ao que elas diagnosticavam como o ódio que movia e alimentava a rejeição dos agora seus inimigos.

O texto de Margarete Buber-Neumann na *Cadernos Brasileiros* questionava esta rejeição, e trazia o questionamento em forma de posicionamento ético:

Milena Jesenká foi, depois de 1930, durante alguns anos, membro do Partido Comunista da Tchecoslováquia, mas entrou em conflito com a linha do partido (“Parteilinie”) o que, devido à sua independência, não podia ficar excluído(sic), sendo expulsa do P.C.. Como redatora de uma revista civil de esquerda, ela desenvolvia uma crítica apaixonada contra os métodos terroristas dos comunistas. Apesar disso (sic) as mulheres comunistas do campo de concentração começaram imediatamente a incomodar-se. E quando souberam da amizade de Milena comigo, elas lhe impuseram um ultimato, isto é, ela teria que se decidir entre a comunidade KZ tcheca e a “trotskista” Buber-Neumann. E Milena encontrou a sua decisão,

¹⁹ Aron, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 222.

²⁰ *Idem, ibidem*, vide, especialmente a Introdução do livro.

²¹ Essa era uma das tônicas do *O ópio dos intelectuais* de Aron publicado na França em 1955, com tradução na língua inglesa em 1957.

²² Aron, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 220.

²³ A publicação italiana é de 1947.

cuja conseqüências ela sabia bem quais eram. Foi perseguida pelas prisioneiras comunistas com o mesmo ódio fanático que eu. Ameaçando-nos a ambas de, no final da guerra, após a libertação pelo Exército Vermelho, nos fuzilar”.²⁴

Dizia Buber-Neumann que as detentas comunistas tinham todas as qualidades requeridas para o trabalho de escravas²⁵.

O ódio e o fanatismo eram recordados e denunciados como comuns tanto ao nazismo quanto ao comunismo, responsáveis, em última análise, pela era de escuridão (*darkness*) do sombrio século XX. Deste paralelismo entre nazismo e comunismo se fixou também o conceito/adjetivo de totalitarismo para ambos. Nele, o questionamento era o da perda total da dimensão humana e de sua substituição por códigos brutais de ação baseados na crença de que sistemas políticos pudessem libertar o homem.

O contraponto desta crença fundamentalista era recorrentemente salvaguardada nos testemunhos: vinha acompanhada da perplexidade em relação à desumanidade e na dupla de uma espécie de antípodas que se apresentava sistematicamente: do amor que se contrapunha ao ódio (amor/ódio); e da dignidade que se contrapunha à tirania (dignidade/indignidade). Denunciavam-se dois regimes que, pressupostamente, eram faltantes em relação à ética do outro.

Os relatos de testemunho, entretanto, e o texto de Buber-Neumann é um exemplo, dificilmente percebiam que estes regimes possuíam uma profunda consistência lógica, o que dificultou sobremaneira a tarefa de encontrar algum sentido no terror. A perplexidade desconcertante percebida na literatura de testemunho revelava, na verdade, inconformismo e incompreensão relativa a concepções de mundo cuja lógica (e, insistimos, sua consistência) não estava absolutamente centrada na ética do outro, mas muito além dela. Nos sistemas totalitários, tratava-se da ética de si mesmo; uma representação que não é do outro, mas de si, que parte da lógica de si mesmo e que, portanto, não elege o outro como estranho, *unheimlich*: o outro sequer é outro²⁶. Sendo assim, a pergunta de primo Levi – É isto um homem? – nunca poderia ser respondida pelo regime; ela não cabe como pergunta.

De uma forma geral, e o texto de Buber-Neumann é emblemático, os relatos de testemunho se concentravam na questão do ódio desmesurado demonstrado pelos opressores, quase como uma espécie de capricho tirânico. Os diversos aspectos dogmáticos nos quais se baseava a consistência lógica dos regimes totalitários eram deixados de lado. Na verdade, os relatos dificilmente se davam conta de que não era o ódio a matriz da ação na disseminação do terror. Ter ódio, de uma certa forma, seria admitir o outro e manter com ele um princípio de igualdade. Ter ódio estaria fadado a dar ao outro uma dimensão de humanidade, pois o ódio, cujo lugar é o das paixões humanas, está circunscrito juntamente ao humano; portanto, passível de questionamento, de dúvida, de erro, de falibilidade. Ter ódio seria dar ao outro

²⁴ Buber-Neumann, Margarete. *Milena em Ravensbruck: recordações da companheira de Frantz Kafka*. In: Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, Ano II, número 1, janeiro-março de 1960, pp. 53-57.

²⁵ Buber-Neumann, Margarete. *Milena*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, p. 236.

²⁶ São instigantes as colocações de Alain Badiou a respeito desta inversão da ética do outro para a ética de si mesmo. Cf.: Badiou, Alain. *La etica: ensayo sobre la conciencia del mal* (texto completo). In: www.tematika.com. Acesso em 19 de maio de 2006.

o direito à dúvida e, por intermédio dela, poder admitir a injustiça ou o capricho tirânico. Portanto, o ódio seria incompatível com o dogma, porque contestável, reprovável, factível de injustiça.

A profunda consistência lógica do totalitarismo, entretanto, não estava assentada no ódio, mas, de acordo com seu radicalismo dogmático, na Ira. A relação de verdade mundana com designo divino era um dos pontos-chaves que dava consistência ao discurso totalitário. Daí a busca de verdades com sentido ético incontestável. Não seria por acaso que a alusão direta a Deus está registrada por mais de meia centena de vezes no livro de Hitler, *Mein Kampf*. Mesmo agnóstico, Hitler postulava que tudo que fugisse das verdades incontestáveis que estavam sendo apresentadas ao povo alemão estava vindo de encontro à vontade do Criador. E, portanto, era objeto de sua Ira.

A recorrência a uma dimensão religiosa que legitimasse a ira conferia a um ardoroso desejo de Deus o reconhecimento de absoluta soberania. Até porque, podia-se dizer que na própria Bíblia estava postulado que “fora do evangelho só há lugar para a Ira de Deus”²⁷:

“A. Os gentios e os judeus sob a ira de Deus

Os gentios, objeto da ira de Deus – (18) Manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda a impiedade e injustiça dos homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça. Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou.”²⁸

A um povo injustiçado, como era lida naquele tempo a realidade da Alemanha, restava a justiça divina do levante pela ira. Ao contrário do ódio, pertencente à esfera das paixões humanas, a Ira possui outra magnitude, aquela capaz de tudo justificar pela sua justiça e pela sua infalibilidade. Seja em nome do Deus da religião, seja em nome do deus do Estado.

Estar de acordo com a vontade do Onipotente criador, conferia um lugar de justiça. Era a Ira a expressão que designava o ardoroso desejo de Deus pelo reconhecimento de sua absoluta soberania. Já nos dois últimos parágrafos do segundo capítulo de *Mein Kampf*, Adolf Hitler pontifica com imensa clareza a ética e a construção da consistência lógica que guiou o nazismo: a procura da dignidade perdida do povo alemão. Esses trechos são fundamentais para se entender esta dinâmica. Ei-los:

Se os judeus, com a ajuda de seu credo marxista, triunfarem sobre a população mundial, sua coroação será a coroa funerária da raça humana, e este planeta seguirá novamente sua órbita em direção à eternidade sem nenhuma vida humana em sua superfície, como há milhões de anos atrás.

Assim eu acredito hoje que minha conduta está de acordo com a vontade Onipotente do Criador. Em posição de guarda contra os judeus, estou defendendo a obra de Deus.”²⁹

²⁷ Cf.: *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo, Edições Paulinas, 1985, p. 2120.

²⁸ *Idem, ibidem*. Romanos 1.

²⁹ Hitler, *Mein Kampf*. Project Gutenberg of Australia eBook, Translated into English by James Murphy (died 1946). www.promo.net/pg/. Acesso, 02 de julho de 2006. Constante do segundo capítulo do Primeiro Volume: Years of Suffering in Vienna. No original em inglês: Should the Jew, with the aid of his Marxist creed, triumph over the people of this world, his Crown will be the funeral wreath of mankind, and this planet will once again follow its orbit through ether, without any human life on its surface, as it

Embora estas sombrias previsões nos soem como patéticas, o discurso nazista se alimentou desta estruturada consistência lógica partindo da ética de si mesmo. Este trecho, usado como um pequeno exemplo, já que eles são inumeráveis, é precedido de um outro que, ao se referir ao “despertar” do próprio Hitler, mostra como é possível, pela auto-referência, o encontro com a verdade de si:

Um arrepio gelado correu minha espinha quando percebi pela primeira vez que era o mesmo tipo de sangue-frio, pele grossa e descarado judeu que mostrava sua contumaz destreza em conduzir a revoltante exploração da ralé da grande cidade. Foi então que peguei fogo de ira.

Agora eu não hesitava mais em trazer o problema judeu à luz. E em todos seus detalhes. Não. Daqui para frente eu estava determinado a assim proceder. Mas como aprendi a seguir os judeus nas mais diversas esferas da vida cultural e artística, e nas várias manifestações da vida, repentinamente eu os vi em uma posição em que menos os esperava encontrar. Eu compreendi que os judeus eram os líderes da Social Democracia. Em face desta revelação, as dimensões caíram sob meus olhos. Minha longa luta interior tinha chegado a um fim.³⁰

Todo o que se postasse fora de si mesmo estava pronto para a diabolização.

Hannah Arendt entendeu perfeitamente a consistência lógica totalitária, na medida em que sintetiza como “mal radical” o horror. Mesmo no livro *As origens do totalitarismo*, mas muito mais consistentemente em *Eichmann em Jerusalém*, aparece esta onipotência (in)humana, quase divina, que transforma as vidas humanas em supérfluas, em função da total destruição da esfera pública e de seus pressupostos de verdade. É interessante como os dois livros de Arendt tecem a análise a partir de seu achado de que existe uma consistência lógica³¹ nesses regimes e que esta consistência parte de premissas incontestáveis (para o caso do marxismo, sua transformação em doutrina comunista)³², que permitem que a discriminação se transforme em argumento político, e, através dele, se legitime. Uma crença total nos meios e fins. Uma crença total nas razões de Estado e uma completa aceitação dos crimes contra a humanidade instigados pelas razões de Estado.

did millions of years ago. And so I believe to-day that my conduct is in accordance with the will of the Almighty Creator. In standing guard against the Jew I am defending the handiwork of the Lord.

³⁰ *Idem, ibidem*. No original em inglês: A cold shiver ran down my spine when I first ascertained that it was the same kind of cold-blooded, thick-skinned and shameless Jew who showed his consummate skill in conducting that revolting exploitation of the dregs of the big city. Then I became fired with wrath. I had now no more hesitation about bringing the Jewish problem to light in all its details. No. Henceforth I was determined to do so. But as I learned to track down the Jew in all the different spheres of cultural and artistic life, and in the various manifestations of this life everywhere, I suddenly came upon him in a position where I had least expected to find him. I now realized that the Jews were the leaders of Social Democracy. In face of that revelation the scales fell from my eyes. My long inner struggle was at an end.

³¹ Young-Bruehl, Elizabeth. *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997, p. 264.

³² Esta assertiva diz respeito ao marxismo transformado em doutrina. Ou seja, quando se incute “opinião, ponto de vista ou princípio sectário; inculcar em alguém uma crença ou atitude particular, com o objetivo que não aceite qualquer outra”. Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001, p. 1081.

É ainda justamente este mal radical, associado à vulgaridade travestida de coragem, que torna possível a onipresença do discurso fundado na ira e que faz com que seja tão difícil, quase impossível, a literatura de testemunho apreender que o eixo da questão da destruição do outro não está em atribuir à existência do ódio desmesurado e monstruoso – como se pretendeu atribuir a Eichmann e foi denunciado por Arendt – ou do capricho tirânico ensandecido – como se quer atribuir a Hitler e a Stalin – o horror. Mas que esta ira fundamentada em uma lógica de justiça (com ou sem origem divina) é que dá sentido ao sem sentido.

De qualquer forma, a questão dos testemunhos ocupou um lugar fundamental no debate do pós-guerra sobre o sentido ético da humanidade e os regimes totalitários. Neste acerto de contas e busca de um sentido para – repetimos – o sem sentido, a importância dos testemunhos não era absolutamente jurídica, mas, como afirmara Michel de Bouïard, “quando os sobreviventes da deportação tiverem desaparecido, talvez os pesquisadores do futuro tenham em mãos papéis hoje escondidos; mas não mais disporão da fonte principal, ou seja, da memória viva das testemunhas”³³, da evidência narrativa de que houve a disseminação dos crimes contra a humanidade, do inconformismo em relação à perplexidade.

O acerto de contas fora trazido através da postura que não se furtava em buscar os pontos de encontro entre o stalinismo e o nacional-socialismo. É claro que a crítica que apontava em direção à aproximação dos dois regimes vinha sendo apropriada sistematicamente pela extrema-direita anticomunista, em especial pelos MacCarthistas, pelo sionismo³⁴ e por ex-comunistas que haviam trocado Stalin pela CIA, como no caso de alguns membros fundadores do CCF³⁵. A partir desta apropriação, o termo totalitarismo passou a ser especialmente criticado pelos neo-marxistas e pelos adeptos da “teoria dos jogos”.

O que acontecera depois que Hannah Arendt publicara seu *Eichmann em Jerusalém*, em 1961, entretanto, é que se criara um divisor de águas sobre a reconstrução do Holocausto que havia nascido da própria literatura de testemunho. Uma questão se tornara evidente: Arendt destruía a tessitura da construção de um totalitarismo que se assentava na diabolização quase religiosa do outro, até mesmo como conseqüência da mudança em suas preocupações que peregrinaram da natureza da ação política para as faculdades de pensar e julgar.

De uma certa forma pode-se dizer que falar do mal radical era aceitar que no totalitarismo não há outro, tudo se constitui a partir de si mesmo: simplesmente o mal radical está assentado na verdade de que não existe o outro, só o mesmo. Daí a observação de Hannah Arendt de que Eichmann *estava “fechado” às palavras e à presença de terceiros, e, portanto, à realidade como tal*. Além disso, a postura de Arendt em não poupar de crítica a colaboração das lideranças judaicas na máquina de extermínio negava, a priori, qualquer papel de vitimização, como ela mesma postula no livro:

³³ Bouïard, Michel de. Mauthausen. In: *Reveu de Deuxième Guerre Mondiale*, 15-16, julho-setembro, 1954, 41-80. Apud: Vidal-Naqued, Pierre. *O revisionismo da História: os assassinos da memória*. Campinas, Papirus, 1988.

³⁴ Especialmente pela instrumentalização do Holocausto pela política de direita israelense.

³⁵ Sidney Hook e Silone, por exemplo.

*o julgamento de Jerusalém falhou em expor aos olhos do mundo, nas suas verdadeiras dimensões, o que pretendia, porque oferece a mais polêmica visão da totalidade moral que os nazistas causaram à respeitável sociedade européia – não somente na Alemanha, mas em quase todos os países, não somente aos perseguidores mas também às vítimas.*³⁶

Não por um acaso, as primeiras observações de Hannah Arendt em sua publicação sobre Eichmann são contra o julgamento/ espetáculo, bem como trazem uma ácida crítica ao Estado de Israel e às razões de Estado de Bem-Gurion³⁷. As críticas corresponderiam ao que, em verdade, deveria se lutar contra: a diabolização, a perda total de sensibilidade e a falta de capacidade de julgar. Ironicamente, críticas que colocavam em questão a existência da passividade e o próprio significado do holocausto (ato de sacrifício praticado pelos antigos hebreus, ato de abnegar, de renúncia).

O depoimento dado por Arendt, quando questionada por Hans Morgenthau sobre seu apego à crítica, no outono de 1972, talvez exemplifique, de forma mais clara como eram incômodas suas questões:

– O que é você? Uma conservadora? Uma liberal? Qual é sua posição dentro das possibilidades contemporâneas?

*Arendt: Não sei. Eu realmente não sei nem nunca soube. E suponho que nunca tive qualquer posição assim. Você sabe que a esquerda pensa que sou conservadora, e os conservadores às vezes pensam que sou de esquerda, ou dissidente de Deus-sabe-o-quê. Devo dizer que não poderia preocupar-me menos. Não penso que as verdadeiras questões deste século receberão qualquer espécie de esclarecimento dessa maneira.*³⁸

Este apego irrestrito de Arendt à crítica e sua busca constante por perguntas teria um preço alto: houve forte reação a sua tese de que não era o ódio aos judeus o motor de ação de Eichmann. As questões que envolviam o horror eram muito mais profundas e precisavam ser buscadas de outra maneira, sem escamotear os fatos e sem recorrer à fácil saída da diabolização. Onde então estava assentada a “banalidade do mal”?

A revista *Cardernos Brasileiros*, que doze anos antes desta entrevista de Hannah Arendt havia publicado o pequeno trecho do livro de Margarete Buber-Neumann, arriscamos, não estava, como Arendt, preocupada em construir o apego à crítica. Naquele momento, a *Cadernos Brasileiros*, como as outras revistas financiadas pelo CCF com os auspícios da CIA, radicalizava a crítica ao totalitarismo para identificá-lo com o pensamento de esquerda de uma forma mais geral. Provavelmente esta era a razão pela qual costumava amenizar de maneira tão radical a biografia de seus colaboradores, como o fizera com Margarete Buber-Neumann, e se punha sob a confortável sombra da vitimização.

Uma especulação, provavelmente legítima, sobre o descompromisso da *Revista* com o apego à crítica, pode ser observada pelo fato de que vários de seus colaboradores e responsáveis editoriais ofereceram suporte no mundo todo a governos ditatoriais que pudessem empreender o que se chamou, a partir de meados da década de 1950,

³⁶ Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo, Diagrama&texto, 1983, p. 139.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 21.

³⁸ Young-Bruehl, Elizabeth. *Ob. cit.*, p. 393.

de “desenvolvimento necessário”. Chegaram a ponto de aceitar a criminalidade de regimes políticos como forma de organização necessária para promover o rápido desenvolvimento industrial. No caso do Brasil, vários desses intelectuais acabaram por se engajar ao IPES³⁹ e dar forte apoio ao golpe militar de 1964⁴⁰.

Ironicamente, estes regimes que deveriam promover o rápido desenvolvimento industrial – como única forma de se chegar à democracia – viriam a ser denunciados por uma nova era de relatos testemunhais sobre o indizível. Publicava-se uma nova literatura de testemunho: a sobre os “anos de chumbo”, especialmente os das ditaduras militares da América do Sul⁴¹, que haviam chegado, em sua maioria, argumentando que deveriam modernizar os países para democratizar, livres das ameaças de esquerda.

A nova onda de violência de Estado que se seguiu, quando ainda a humanidade nem se recuperara das chagas abertas pelos regimes totalitários e pela Segunda Guerra Mundial, denunciava a presença constante da tolerância ao extermínio e da negação do outro no transcorrer de todo o século XX. Uma realidade desconcertante se pensarmos no que Adam Smith já escrevera em 1759:

*“E se considerarmos todas as diferentes paixões da natureza humana, descobriremos que são consideradas decentes ou indecentes na medida apenas em que os homens estejam mais ou menos dispostos em relação a elas.”*⁴²

³⁹ O IPES, O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi criado em 29 de novembro de 1961 e declarado de utilidade pública pelo dec. 40 131 de 23 de maio de 1962. Iniciou suas atividades, no Rio de Janeiro e em São Paulo, por grupos com enfoques diferentes, e expandiu-se por Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, etc.. Formado basicamente por empresário e intelectuais, foi um importante foco de oposição e de conspiração contra o governo de João Goulart. Dirigido pelo Comitê Nacional Conjunto, um Conselho Orientador e um Comitê Executivo. Os dois documentos básicos de formação do IPES foram a Ata para a Aliança para o Progresso, conhecida como Declaração de Punta Del Este, de agosto de 1961 e a Encíclica *Mater et Magistra*. Segundo a documentação de René Dreifuss, a editora Saraiva estava ligada ao programa editorial do IPES, de cujo Grupo de Publicações/Editorial faziam parte, entre outros, Augusto Frederico Schmidt, Odylon Costa Filho, Raquel de Queiroz e Nélide Piñon. O Grupo era supervisionado por um dos líderes do IPES, José Rubem Fonseca. Arquivo Histórico Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, QL/SPD025 (1961-1971) e docs. “Definição de Atitudes”, de 20 de novembro de 1963; De Garrido Torres para Comitê Diretor, de 29 de maio de 1962; e de Garrido Torres para General Herrera, e de 9 de agosto de 1963. Arquivos do CPDOC, in: www.fgv-cpdoc.fgv.br; Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 5 ed. 1987.

⁴⁰ Desenvolva estas informações em: Cancelli, Elizabeth. *A crise dos alienados*. São Paulo, USP, mimeo, 2006.

⁴¹ Vide a respeito das origens da expressão o interessante artigo *A literatura de testemunho e a violência de Estado*, de Valeria de Marco, publicado em 2004 pela revista Lua Nova. In: www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf, acesso em 05 de junho de 2007.

⁴² Smith, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 29 e 30. “And if we consider all the different passions of human nature, we shall find that they are regarded or indecent, just in proportion as mankind are more or less disposed with them”. Smith, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. N.Y, Prometheus Books, 2000, p. 32.

(Página deixada propositadamente em branco)

I GIOVANI NELLA CRISI DI REGIME DEL FASCISMO

1. Nella fabbrica della gioventù guerriera

Nel 1937 la Gioventù italiana del Littorio (Gil), posta sotto la direzione del segretario del Pnf Achille Starace, sostituisce l'Opera nazionale balilla (Onb), ormai indebolita dai conflitti intestini alla poliarchia del fascismo e dal perdurante insuccesso tra le fasce più popolari della popolazione¹. E' la Gil, in virtù della forza prescrittiva della legge di uno stato totalitario, a stabilire dall'alto cosa sia la gioventù nell'Italia degli anni Trenta e a curarsi di essa fino alle ceneri del fascismo, riproponendo lo stesso ordinamento per fasce d'età dell'Onb: sono giovani i cittadini compresi tra sei e ventuno anni.² Prima dei sei anni c'è l'infanzia, compiuti i ventuno si diventa adulti, salvo coloro che scelgono di frequentare l'università, dilatando la stagione della formazione e restando, perciò, nei ranghi di un'organizzazione giovanile – i Gruppi universitari fascisti (Guf) – dipendente sempre dal Pnf. Per tutti gli altri, il ventunesimo compleanno coincide con un passaggio epocale che il regime si premura di celebrare solennemente: il 21 aprile, mitica giornata della nascita di Roma, si tiene una cerimonia ispirata alla consegna della toga virile che per gli antichi romani sanciva l'entrata nell'età adulta.³ Il rito segna al contempo la fine della gioventù e l'ingresso nel partito. La Gil e i Guf sono quindi il cantiere all'interno del quale sono *costruiti*

¹ Il profilo ideologico della Gil è delineato in Achille Starace, *Gioventù italiana del littorio*, Milano, 1939.

² Decreto legge n.º 1839 del 27 ottobre 1937. Le attività della Gil sono: la preparazione spirituale, sportiva e premilitare; l'insegnamento dell'educazione fisica nelle scuole elementari e medie, secondo i programmi da essa predisposti di concerto con il Ministero per l'educazione nazionale; l'istituzione e il funzionamento di corsi, scuole, collegi, accademie aventi attinenza con le finalità della GIL; l'assistenza svolta essenzialmente attraverso i campi, le colonie climatiche e il patronato scolastico o con altri mezzi disposti dal Segretario del Partito; l'organizzazione di viaggi e crociere. La Gil è così strutturata internamente: Figli della Lupa dai 6 agli 8 anni; Balilla dagli 8 agli 11 anni; Balilla moschettieri dagli 11 ai 13; Avanguardisti dai 13 ai 18 anni; Fasci giovanili di combattimento dai 18 ai 21. Per le donne: Figlie della Lupa dai 6 agli 8 anni; Piccole italiane dagli 8 ai 13; Giovani Italiane dai 14 ai 17 anni; Giovani fasciste dai 18 ai 21 anni.

³ Carmen Betti, *L'Opera nazionale balilla e l'educazione fascista*, La Nuova Italia, Firenze, 1984.

i giovani del periodo di guerra attraverso una classificazione anagrafica, un discorso ideologico e variegate pratiche di inquadramento e disciplinamento. La “generazione del littorio” non ha alternative. Essa cioè cresce integralmente nel cono di luce della “rivoluzione fascista”.⁴

Alcuni dati quantitativi aiutano a mettere meglio a fuoco la struttura e la sua coerenza nel disegno totalitario di fabbricazione dell'uomo nuovo fascista. Mentre l'Onb arriva a capitalizzare al massimo 200 milioni di finanziamento annuo da parte dello stato, la Gil vanta dei numeri ben più ambiziosi: nel 1940 ottiene 344 milioni. Con l'entrata in guerra, malgrado le indicazioni del Ministero delle Finanze di ridurre le spese inessenziali al conflitto, tra cui quelle per la Gil, Mussolini non solo si rifiuta di ridimensionare la sua “pupilla”, ma eleva a 580 milioni il contributo statale e nel 1942 si tocca il tetto massimo di 1 miliardo 130 milioni, riconfermato anche per il 1943. Si tratta di una cifra strabiliante se calata nel contesto di un paese dissanguato dalla guerra e paragonata al bilancio dei ministeri di Grazia e giustizia ed Esteri, calcolabile attorno ai 500 milioni per l'anno 1941. I dati relativi alle iscrizioni riflettono l'incremento dello sforzo finanziario del regime: nel 1936, quando l'Onb si prepara a passare sotto l'autorità del partito, conta 5 milioni 561 mila iscritti cui vanno aggiunti circa 874.000 tesserati dei Fasci giovanili di combattimento e dei Gruppi di Giovani fasciste. L'anno successivo, la Gil ne conta già 7 milioni 542 mila, i quali salgono a 8 milioni 187 mila iscritti nel 1941 e a 8 milioni 830 mila nel 1942. Una cifra corrispondente al 33% circa degli italiani inquadrati complessivamente dal Partito nazionale fascista (24 milioni 500 mila), superiore ai 4 milioni 147 mila iscritti all'Opera nazionale dopo lavoro e al milione 969 mila dell'Associazione delle massaie rurali.⁵

Questi numeri dimostrano in modo eloquente l'impegno del fascismo sul terreno della mobilitazione e della pedagogia giovanile. Tuttavia, allo stato aggregato nascondono il radicamento della Gil e l'effettiva efficacia della fabbrica della gioventù. Benché alla Gil, formalmente, si debbano iscrivere obbligatoriamente tutti, secondo quanto stabilito dalla Carta della scuola promulgata il 10 febbraio del 1939, nella realtà la struttura mostra ampie falle. Alla fine del mese di maggio del 1939 il Pnf censisce le 94 province italiane per monitorare l'adesione dei giovani. Il censimento è un chiaro sintomo delle preoccupazioni avvertite dal regime sul consenso giovanile in un momento delicatissimo in cui Mussolini sa di dover traghettare i ragazzi italiani dal Sabato fascista alla guerra totale. A giudicare dagli esiti dell'inchiesta l'allarme è giustificato, poichè circa la metà della gioventù sfugge all'inquadramento. Tutta la “questione dei giovani” o il “dibattito sui giovani”, di cui si discute a più riprese sulle pagine dei periodici fascisti, assume uno spessore che non sempre filtra dai toni

⁴ Tracy Koon, *Believe, Obey, Fight: Political Socialization of Youth in Fascist Italy 1922-1943*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1985. Per un'aggiornata bibliografia di respiro internazionale sui fascismi e l'organizzazione dei giovani, che riflette però la carenza di studi monografici sul periodo della guerra, si veda Marco Fincardi, Catia Papa, a cura di, *Movimenti e culture giovanili*, “Memoria e ricerca”, n.º 25, 2007.

⁵ Niccolò Zapponi, *Il partito della gioventù. Le organizzazioni giovanili del fascismo 1926-1943*, in: “Storia contemporanea”, n.º 3-4, 1982, pp. 572-573, 629-630.

ideologici in cui è ammantato.⁶ Il censimento però dice molto di più: formula una graduatoria tra le province da cui si evince innanzitutto una connotazione fortemente geografica della Gil. Al primo posto c'è un gruppo comprendente i capoluoghi del nord di media grandezza (Bergamo, Cremona, Novara), dove il fascismo dava prova della sua forza sin dall'inizio, con una quota di iscrizioni (dai 6 ai 21 anni) tra il 71 e il 64% sul totale degli "idonei". Al secondo e al terzo posto, con un'oscillazione tra il 64 e il 51%, si classificano due gruppi formati dalle principali aree urbane del nord, dell'Emilia e della Toscana. Tra le città più rappresentative: Milano, Brescia, Trieste, Genova e Bologna). Il quarto gruppo si assesta tra il 51% e il 46%, includendo quasi tutti i capoluoghi di provincia del centro (Roma è solo al 39° posto). L'ultimo grande gruppo presenta percentuali molto basse che arrivano al 31% di Napoli: oltre a rappresentare la maggior parte del Sud, ingloba anche alcuni capoluoghi del nord est, come Venezia (38%), dove probabilmente il radicamento cattolico sottrae forze alla Gil.⁷ Risulta evidente che l'organizzazione fascista giovanile abbia un profilo nordista ed urbano. Al Sud e nelle zone rurali la sua presenza è debole, talvolta insignificante. Nel Mezzogiorno, la carenza di un tessuto politico e civile consolidato è un Giano bifronte per le pulsioni totalitarie: rende certamente più semplice e innovativa la nascita del reticolo organizzativo dello stato e del partito che trovano la strada libera, ma ne frena al contempo la penetrazione.

Tab. 1: Percentuali degli iscritti alla Gil (8 e 21 anni) sul totale degli idonei per Provincia 1939

Provincia	Totale	%
Torino: iscritti idonei	141.123 221.890	64
Bologna: iscritti idonei	89.381 175.459	51
Roma: iscritti idonei	176.079 383.666	46
Venezia: iscritti idonei	64.866 172.203	38
Napoli: iscritti idonei	180.430 587.628	31

Fonte: Fogli d'ordine maggio-dicembre 1939

Se si guarda, inoltre, alla ripartizione interna per gruppi e fasce d'età emerge una connotazione sociale che taglia trasversalmente le aree geografiche e spiega parzialmente la stessa forbice Nord-Sud. L'adesione dei ragazzi e delle ragazze al di sotto dei 13 anni è ovunque più alta di quella dei ragazzi e delle ragazze più grandi: i giovani dai 14 anni in avanti si sottraggono con più facilità alle maglie del controllo. A Torino, dove il reclutamento si mostra particolarmente efficiente, i potenziali Balilla che non prendono

⁶ Cfr. Luisa Mangoni, *L'interventismo della cultura. Intellettuali e riviste del fascismo*, Aragno, Torino, 2001 (1974), pp. 272-419.

⁷ Dante L. Germino, *The Italian Fascist Party in Power. A Study in Totalitarian Rule*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1959, p. 145.

la tessera sono il 13,8%, i mancati Avanguardisti salgono già al 40,05% e i Giovani fascisti persi sono il 42,66%. A Bologna le forze smarrite sono il 26,92% dei Balilla, il 55,14% degli Avanguardisti e ben il 75,77% dei Giovani fascisti. Nella capitale il risultato è lievemente più confortante: i dispersi sono il 13,26% dei Balilla, il 53,88% degli Avanguardisti e il 63,62% dei Giovani fascisti. A Napoli, città che certamente offre le sue solidarietà al regime, ma che al contempo presenta sacche persistenti e multiformi di ribellismo e disobbedienza, le percentuali sono scoraggianti per il Duce: il 49,39% dei ragazzi idonei evita i Balilla, il 68,37% gli Avanguardisti e il 73% dei ragazzi tra i 18 e 21 anni si tiene alla larga dai Giovani fascisti. Il bilancio peggiore però si registra a Venezia: qui la chiamata della Gil lascia indifferenti il 36,66% dei Balilla, il 73,95% degli Avanguardisti e il 78,49% dei Giovani fascisti.⁸

Tab. 2: Percentuali dei giovani maschi non iscritti alla Gil per Provincia e classe d'età 1939

Provincia	Balilla 8-13 anni	Avanguardisti 13-18 anni	Giovani fascisti 18-21 anni
Torino	14%	40%	43%
Bologna	27%	55%	76%
Roma	13%	54%	64%
Venezia	37%	74%	78%
Napoli	49%	68%	73%

Fonte: elaborazione nostra su dati dei Fogli d'ordine maggio-dicembre 1939

È un quadro, questo, che dovrebbe incanalare la discussione sul consenso verso binari meno consunti. La domanda cui non si sfugge è: chi sono quei giovani recalcitranti? La storiografia, per ora, non consente risposte inequivocabili. Tuttavia, sono possibili ipotesi plausibili in attesa di studi più circostanziati sulle pratiche della gioventù e sulla loro genesi, sulle astuzie con cui sono usate le strutture stesse del regime e sulle gradazioni intermedie che vengono oscurate dalla contrapposizione tutta politica tra consenso e antifascismo.⁹ La Gil recluta i suoi aderenti prevalentemente nelle scuole con il ruolo attivo degli insegnanti, dove è concretamente più semplice inquadrare gli individui. Coloro che proseguono gli studi e che parallelamente popolano i contenitori preconfezionati del regime sono soprattutto i figli del ceto medio e dell'alta borghesia per due ragioni. In primo luogo, poiché hanno la possibilità economica di studiare. In secondo luogo, poiché nutrono aspettative di carriera che l'allontanamento dall'area del Partito nazionale fascista, con la mancata iscrizione alla Gil, senz'altro pregiudicherebbe. E poi sarebbe come chiudere una porta in faccia, visto che il fascismo si rivolge prioritariamente proprio al ceto medio blandendolo e assicurandone l'ascesa sociale.¹⁰ L'emorragia delle organizzazioni di massa giovanili, dunque, si estende soprattutto tra i figli delle classi subalterne: contadini, operai, braccianti, disoccupati.

⁸ Elaborazione nostra su dati di Dante L. Germino.

⁹ Detlev Peukert, *Storia sociale del Terzo Reich*, Sansoni, Firenze, 1989 e Alf Lüdtke, ed., *Histoire du quotidien*, Ed. Maison des sciences de l'homme, 1994.

¹⁰ Mariuccia Salvati, *Cittadini e governanti. La leadership nella storia dell'Italia contemporanea*, Laterza, Roma-Bari, 1997, pp. 105-109.

Un universo sociale – localizzato in buona parte nel Sud, nelle aree rurali e nei centri che assorbono manodopera poco qualificata – nel quale i tassi di alfabetizzazione sono i più bassi del paese e le aspettative di avanzamento sociale di poco conto. I giovani provenienti da questo universo già a 14 anni abbandonano la scuola ed entrano nel mercato o nel mondo del lavoro. Da questa posizione sociale aderire alla Gil e alle sue iniziative diventa insignificante, quando non una vera e propria iattura per tutta la famiglia, poiché si risolve nella sospensione del lavoro o nello scaricamento ad altri delle proprie mansioni e, in definitiva, in mancati introiti.¹¹ D'altra parte, le attività militari, che la Gil incrementa rispetto all'Onb e rende quasi indissociabili da quelle agonistico-ricreativo-sportive più gradite, non godono di grande fortuna presso alcun segmento giovanile.

In ogni caso, i giovani delle classi subalterne hanno meno tempo per socializzare con i loro coetanei. Conseguentemente si può forse ipotizzare che percepiscano con minore intensità la propria appartenenza alla gioventù, secondo gli stilemi forniti dal regime, poiché sono costretti ad una rapida accelerazione della maturazione a causa della precoce attività lavorativa. Questa constatazione non vuol certo dire che si tratti di soggetti naturalmente più antifascisti di altri alla luce di un concetto mitico ed introvabile nella realtà di classe subalterna. Tuttavia, la loro condizione sociale, economica e culturale ha degli effetti sia sull'autorappresentazione come giovani sia sul rapporto col regime. Effetti, che diventano trasparenti durante la guerra, vera e propria cartina di tornasole della tensione totalitaria volta a trasformare i giovani in guerrieri e dominatori. La distanza fisica dal disciplinamento delle organizzazioni giovanili, di cui, beninteso, è indiscutibile la penetrazione non soltanto nei *corpi* resi docili, ma anche nelle *teste* di ampi settori della “generazione del Littorio”, si traduce in una maggiore sensibilità verso altre forme di identità e di appartenenza – tra cui quella incentrata sui rapporti di classe – e, dunque, in definitiva, in una distanza anche politica.

Infine, il censimento rivela una ineguale partecipazione dei maschi e delle femmine che restano sempre meno numerose. Nel 1940, ad esempio, soltanto il 32,4% delle ragazze italiane aderisce alla Gil. È un *décalage* impressionante che si rafforza osservando la distribuzione geografica e per gruppi di appartenenza. L'anno precedente a Torino le Piccole italiane sono il 78,49% delle idonee, il 48,86% le Giovani italiane e il 38,68% le Giovani fasciste. A Roma l'adesione subisce un colpo: le Piccole italiane sono il 62,06%, le Giovani italiane il 28,81% e le Giovani fasciste il 15,75%. Poi c'è una caduta verticale al sud ben esemplificata da Napoli: le Piccole italiane sono il 37,82%, le Giovani italiane il 10,76 e le ragazze tra 18 e 21 anni che prendono la tessera l'irrisorio 8,44%. È assai probabile che su questo risultato pesi non solo la stessa considerazione avanzata per gli uomini, ma anche un'eredità culturale di lungo periodo, specie al Sud, su cui la dottrina fascista si innesta con continuità: la tenue presenza della donna nella sfera pubblica, che Mussolini si perita di connotare

¹¹ Tommaso Baris, *L'organizzazione della pedagogia totalitaria in periferia: le élite locali dopo la nazionalizzazione delle masse*, in: *Idem, Il fascismo in provincia. Politica e società a Frosinone (1919-1940)*, Laterza, Roma-Bari, 2007, pp. 145-160.

in modo ancor più seccamente maschile con il rafforzamento dello stereotipo della donna madre da relegare nella sfera domestica.¹²

Tab. 3: Percentuali delle giovani femmine non iscritte alla Gil per Provincia e classe d'età 1939

Provincia	Piccole italiane 8-13 anni	Giovani italiane 13-18 anni	Giovani fascisti 18-21 anni
Torino	22%	51%	61%
Bologna	41%	73%	76%
Roma	38%	71%	84%
Venezia	54%	75%	78%
Napoli	62%	89%	92%

Fonte: elaborazione nostra su dati dei Fogli d'ordine maggio-dicembre 1939

2. Autorappresentazione giovanile e percezione della guerra

L'articolazione della gioventù fascista assume dei colori ancor più vivi se si rovescia il punto di vista e si trova il modo per restituire almeno alcuni spaccati sulla ricezione del discorso totalitario e sull'autorappresentazione dei giovani. Gli anni della guerra sono a dir poco cruciali per comprendere il rapporto tra regime ed italiani, poiché sono l'anello di congiunzione tra l'apogeo del consenso – la fine degli anni trenta – e la “crisi di regime” con la successiva mobilitazione resistenziale, di cui i giovani sono il principale protagonista. Come fornire dunque chiavi di lettura alla repentina diffusione dell'antifascismo militante del biennio 1943-1945 tra settori estranei anagraficamente e politicamente al primo antifascismo?¹³ La giustapposizione di due spazi sociali distanti tra loro del fronte interno – l'università e la fabbrica – può essere un punto di partenza nella consapevolezza che esistano altri tasselli da riempire.¹⁴

Una tesi a lungo accreditata dalla memorialistica e anche dalla storiografia sui Giovani Universitari Fascisti (Guf) colloca il serpeggiare di un malcontento tra gli intellettuali alla fine degli anni Trenta, evidente sia sulle pagine dei periodici giovanili sia in una certa eccentricità ed effervescenza dei Littoriali. Il malcontento sarebbe diventato opposizione e antifascismo con la guerra, quindi Resistenza nel biennio 1943-1945. Ruggero Zangrandi incarnerebbe il prototipo di questo percorso lineare, che egli stesso tramuta in paradigma interpretativo di un'intera generazione, quella del

¹² Cfr. Victoria De Grazia, *Le donne nel regime fascista*, Marsilio, Venezia, 1993.

¹³ Sul rapporto problematico antifascismo-Resistenza: Alberto De Bernardi, *Discorso sull'antifascismo*. A cura di Andrea Rapini, Bruno Mondadori, Milano, 2007.

¹⁴ Basti pensare al fronte esterno. La memorialistica e le scritture popolari sono un canale di accesso a questo punto di vista: Loris Rizzi, *Lo sguardo del potere. La censura militare in Italia nella II guerra mondiale*, Rizzoli, Milano, 1984; Mario Isnenghi, *Le guerre degli italiani. Parole, immagini, ricordi 1848-1945*, Mondadori, Milano, 1989, pp. 279-291, 295-299, 301-304, 310-316; Antonio Gibelli, *Il popolo bambino. Infanzia e nazione dalla Grande guerra a Salò*, Einaudi, Torino, 2005, pp. 341-365.

Littorio, nel dopoguerra.¹⁵ Studi recenti hanno problematizzato tale interpretazione. Il malessere dei giovani, che recuperano temi e suggestioni del “fascismo movimento” con venature antiborghesi ed impennate anticapitalistiche, non si traduce mai fino alla crisi di regime del 1943 nel desiderio di una caduta di Mussolini, ma, viceversa, nell’auspicio di “più fascismo” e di una pulizia in tutti i gangli del partito e dello stato delle compromissioni, delle corruzioni della classe dirigente e dei suoi tradimenti della “rivoluzione”.¹⁶ Lo stesso stereotipo giovanile, pienamente incorporato dagli intellettuali che si esprimono eminentemente in quanto giovani nella sfera pubblica, è rideclinato lungo la linea del conflitto tra la giovinezza del fascismo delle origini, in cui si identificano, contro la decrepitezza e il vecchiume del regime nella piena maturità. I rovesci della guerra, quindi, sono imputati anziché alla crisi *del* fascismo, alla crisi *nel* fascismo, cui occorre rimediare con un’accelerazione totalitaria, con una più determinata guerra non solo esterna ma anche interna. Poche sono le differenze tra ragazzi e ragazze. Come accade durante la Grande guerra, anche ora il conflitto innesca alcune dinamiche di emancipazione. Le giovani intellettuali vedono aperte le pagine delle riviste dei Guf, dove contendono ai ragazzi il primato nella pulsione integralista. Aumenta il numero delle universitarie che passano dall’8,8% degli iscritti ai Guf del 1936 al 25,5% del 1941. Nel 1943 poi toccano la cifra complessiva di 40080 tesserate. E non manca, in contraddizione con il modello della donna madre veicolato negli anni addietro, il dilatarsi degli incarichi politici: le “gufine” sono infatti chiamate a svolgere un’opera di propaganda verso le “donne del popolo” attraverso conversazioni nei gruppi rionali, visite nelle fabbriche e presso le lavoranti a domicilio. Per quale ragione le camicie nere pensano di dover approfondire un surplus di impegno “educativo” tra questi settori sociali se non per l’esistenza di una maggiore riottosità o quanto meno per la paura di una sua manifestazione? La destituzione del Duce, infine, cadrebbe addirittura come un fulmine a ciel sereno su quella che, in tale prospettiva, può essere a ragione considerata come una delle principali casematte del consenso fascista: la gioventù intellettuale. Pur accettando questa interpretazione di fondo¹⁷, che centra probabilmente la parte più militante dei Guf, occorre sfumare il quadro, ricordando la molteplicità delle traiettorie: ci sono anche coloro che a tappe diverse nel corso degli anni Trenta maturano una scelta chiaramente antifascista (Eugenio Curiel, il gruppo di Zangrandi o quello di Antonello Trombadori) e ci sono soprattutto coloro che abitano fino a guerra inoltrata una *no man’s land* incerta tra fascismo e antifascismo. Si tratta di giovani né completamente organici al regime né dissidenti il cui posizionamento è fortemente condizionato dalla disponibilità familiare di risorse economiche, culturali e di una rete estesa di conoscenze, talvolta dentro il più pregiato

¹⁵ Ruggero Zangrandi, *Il lungo viaggio attraverso il fascismo. Contributo alla storia di una generazione*, Mursia, Milano, 1998 (1947). Si vedano anche Gino Germani, *Mobilizzazione dall’alto: la socializzazione dei giovani nei regimi fascisti: Italia e Spagna*, in: *Idem, Autoritarismo, fascismo e classi sociali*, Il mulino, Bologna, 1975, pp. 255-306 e Nicola Tranfaglia, *La prima guerra mondiale e il fascismo*, Utet, Torino, 1995, cap. 5. 3, *Il problema dei giovani. Antifascismo vecchio e nuovo*.

¹⁶ Luca La Rovere, *Storia dei Guf. Organizzazione, politica e miti della gioventù universitaria fascista 1919-1943*, Bollati Boringhieri, Torino, 2003.

¹⁷ Notazioni critiche sono espresse ad esempio da Giorgio Rochat che valorizza l’aumento delle iscrizioni all’università per sottrarsi alla guerra: *Le guerre italiane 1935-1943. dall’impero d’Etiopia alla disfatta*, Einaudi, Torino, 2005, pp. 316-318.

milieu intellettuale della nazione, da cui derivano certe comodità e privilegi garantiti al ceto medio e alle classi dominanti. Pesa, inoltre, e non poco, l'appartenenza ad una generazione integralmente formata sotto il fascismo sino al culmine del percorso previsto per le classi dirigenti.¹⁸ Su di essi sarà fondamentale il rovinoso fallimento della guerra parallela di Mussolini. Soltanto quest'ultima infatti "ha distolto materialmente gli uomini dalle loro abitudini, li ha costretti a prendere atto con le mani e con gli occhi dei pericoli che minacciano i presupposti di ogni vita individuale, li ha persuasi che non c'è possibilità di salvezza nella neutralità e nell'isolamento".¹⁹

In ogni caso, benché gli universitari rappresentino la classe dirigente del futuro e dunque abbiano questo valore aggiunto per il regime, sarebbe un'imperdonabile distorsione ottica, sovrapporli alla gioventù *tout court*. Prendendo per buono il discorso del fascismo occorre guardare anche in altre direzioni.

Alla fine degli anni Trenta, Eugenio Curiel realizza alcune interviste tra giovani operai di Padova. Un ragazzo afferma:

I giovani borghesi studiano e si divertono, mentre noi stentiamo. A trent'anni loro, se vogliono, possono fare carriera nella politica e diventare dei dirigenti, oppure seguire a studiare, (...) darsi a una professione o a un commercio comodo, facile, viaggiare e vivere insomma come preferiscono. (...) Si divertono finché possono, sfogando tutti i capricci, e quando sono stanchi di svagarsi non hanno che da chiedere un'occupazione perché tutte le vie si aprono loro. La notte vanno in «Balilla» con donne. (Noi invece) tutta la vita non c'è più da progredire e (...) quando siamo arrivati a quel massimo che ci è permesso e siamo arrivati operai di prima categoria (...) ci troviamo allora appena nelle condizioni di poter vivere modestamente, senza nessuna speranza di poter essere un giorno come gli altri.²⁰

Al di là della valutazione sul regime che indirettamente trapela e della presunzione circa la disponibilità latente al conflitto dei giovani operai, che Curiel inferisce e su cui costruisce la sua azione politica, il documento mostra un piccolo scorcio sulla percezione della condizione giovanile da parte di un lavoratore. Nei confronti dei "giovani borghesi" affiora un senso di minorità che promana da due fattori indissolubilmente collegati con il lavoro in fabbrica alla fine degli anni Trenta, di cui sono note le asprezze.²¹ Da un canto c'è la consapevolezza della mancanza di mezzi economici da dedicare ad esperienze di socializzazione e divertimento tipicamente giovanili (andare in Balilla di notte con donne); dall'altro c'è la coscienza dell'assenza di futuro. Se la gioventù consiste anche e soprattutto – almeno per ragioni biologiche – nella disponibilità di uno spazio di possibilità molto ampio davanti a sé, quel ragazzo sente che il suo futuro gli riserva la ripetizione del presente, mentre i coetanei "borghesi" possono contare nell'ascesa sociale. Da questa posizione all'interno della società fascista, il discorso del regime sui

¹⁸ Cfr. Pier Giorgio Zunino, *La Repubblica e il suo passato. Il fascismo dopo il fascismo, il comunismo, la democrazia: le origini dell'Italia contemporanea*, il Mulino, Bologna, 2003, p. 133.

¹⁹ Giaime Pintor, *Il Sangue d'Europa. Scritti politici e letterari (1939-1943)*, a cura di Valentino Gerratana, Einaudi, Torino, 1950, p. 186. Per un inquadramento storico: Giovanni Falaschi, a cura di, *Giaime Pintor e la sua generazione*, manifestolibri, Roma, 2005.

²⁰ Eugenio Curiel, *Scritti 1935-1945*, vol. 1, Ed. Riuniti, Roma 1973, p. 51

²¹ Alberto De Bernardi, *Operai e nazione. Sindacati, operai e stato nell'Italia fascista*, Angeli, Milano, 1993.

giovani è flebile. Ad essere frustrata, in definitiva, è proprio l'autorappresentazione come giovane che è soverchiata dalla dimensione del lavoro, indipendentemente dalla propaganda politica dell'antifascismo sul ruolo antagonista della classe operaia. Si può forse ipotizzare che, fin dagli anni precedenti alla guerra, i giovani inseriti nelle maglie dei rapporti di lavoro, almeno quello operaio, manifestino una tiepida devozione al regime dovuta tanto alla scarsa identificazione nel mito dei giovani quanto alla ruvida realtà della fabbrica, nonostante alcune conquiste del sindacato.²² Tutt'altro, quindi, dell'integralismo totalitario o dell'acquiescenza utilitaristica di ampi settori dei giovani intellettuali. Le distinzioni di genere, in questo caso, appaiono tenui, a maggior ragione dove la cultura socialista si era sedimentata e offre un controcanto al monologo del regime, come raccontano le storie di Emilia Sasia e Vitalina Lassandro raccontate ad Anna Bravo e Anna Maria Bruzzone.²³ Successivamente, l'immissione massiccia di ragazzi e ragazze nelle industrie coinvolte nella mobilitazione bellica allarga l'anello debole del consenso. Ai giovani operai che erano già in fabbrica negli anni trenta, si aggiungono ora nuove leve, spesso dequalificate, in un quadro di irrigidimento del mercato del lavoro, di carenza della manodopera per le imprese e per il regime. Un quadro che favorisce l'acquisizione di forza contrattuale e politica dei lavoratori, mentre le più generali condizioni di vita subiscono un peggioramento verticale per tutti gli italiani, specialmente di coloro che vivono di salario e subiscono la falce dell'inflazione. A Marghera gli assunti sotto i 20 anni toccano quote da capogiro nel 1942: il 51,5% alla Breda, 47,7% all'Ilva, il 37,3% alla Montecatini. All'Ercole Marelli, quasi la metà dei nuovi entrati nel quinquennio bellico ha meno di 20 anni: il 46,5% contro il 37,4% del periodo 1935-1939 e il 31,2% di quello 1929-1934. Contemporaneamente, all'Alfa Romeo di Milano i reclutati sotto i 20 anni sono il 29% contro il 18,5% del periodo 1934-40 e il 27,3% di quello 1915-1918. Nell'industria bolognese l'occupazione giovanile passa dal 15% del 1938 al 28% del 1942. Volendo ricavare un dato nazionale con ampia approssimazione per difetto, si può dire che durante la guerra la presenza di giovani e giovanissimi sia pari almeno ad un quarto della manodopera.²⁴

La prospettiva delineata aiuta a comprendere le condizioni di possibilità del movimento di Liberazione nazionale, sebbene non le esaurisca integralmente. Non stupisce allora che in Europa "il primo atto di resistenza di massa di un popolo assoggettato a un regime fascista autoctono"²⁵ provenga proprio dalla giovane classe operaia del nord Italia durante la primavera del 1943, dunque ancor prima della caduta

²² Sui successi sindacali: Giuseppe Parlato, *Il sindacalismo fascista, II: dalla grande crisi alla caduta del regime (1930-1943)*, Bonacci, Roma, 1988, pp. 125-133. Sul tema del consenso: Giulio Sapelli, *La classe operaia durante il fascismo: problemi e indicazioni di ricerca*, in: *Idem*, a cura di, "Annali dell'Istituto Giangiacomo Feltrinelli", XX, 1979-1980, Milano, 1981, pp. XXXVII-L.

²³ Anna Bravo, Anna Maria Bruzzone, Introduzione a *Idem*, *In guerra senza armi. Storie di donne. 1940-1945*, Laterza, Roma-Bari, 2000 (1995), pp. 44, 59, 69, 71.

²⁴ Gli addetti dell'industria complessivamente sono più di 3.800.000 durante il conflitto: Duccio Bigazzi, *La fabbrica nella crisi del regime fascista*, in: Angelo Ventura, a cura di, *Sulla crisi del regime fascista 1938-1943. La società italiana dal consenso alla Resistenza*, Marsilio, Venezia, 1996, pp. 301-302, 320-322.

²⁵ Tim Mason, *Gli scioperi di Torino del marzo 1943*, in: *L'Italia nella seconda guerra mondiale e nella Resistenza*, INSMIL, Milano, 1988, pp. 399-422.

di Mussolini, e dai ragazzi dei ceti più popolari di Napoli, vale a dire i soggetti meno esposti alla penetrazione del discorso fascista.²⁶ L'origine sociale dei caduti durante l'insurrezione del capoluogo partenopeo illumina a giorno il coagularsi dello spazio della disobbedienza al regime e il suo mutarsi in spazio del conflitto politico pienamente consapevole: il 30% sono lavoratori manuali e operai, un altro 30% sono artigiani e piccoli commercianti, seguono poi con percentuali varie i militari, i contadini, le donne, gli impiegati. Mancano le fasce medio alte della popolazione.²⁷

²⁶ Gloria Chianese, a cura di, *Fascismo e lavoro a Napoli. Sindacato corporativo e antifascismo popolare 1930-1943*, Ediesse, Roma, 2006.

²⁷ Gabriella Gribaudi, *Guerra totale. Tra bombe alleate e violenze naziste. Napoli e il fronte meridionale 1940-44*, Bollati Boringhieri, Torino, 2005, pp. 233, 235 e la memoria del figlio del barbiere a p. 278.

1926. LA CONDANNA DEL VATICANO DELL' *ACTION FRANÇAISE* IN PORTOGALLO
IL CASO «NEMO» (FERNANDO DE SOUSA)

Il 27 agosto il bollettino religioso della diocesi di Bordeaux *L'Aquitaine* pubblicò la risposta del Cardinale Andrieu ad un gruppo di giovani cattolici, i quali gli chiedevano un giudizio riguardo *Action Française*, il movimento monarchico guidato dal filosofo Charles Maurras. In tale circostanza l'Arcivescovo aveva dichiarato che il movimento ed il suo omonimo organo di stampa insegnavano ai propri discepoli "l'ateismo, l'agnosticismo, l'anticristianesimo, l'antimoralismo individuale e sociale, la necessità di restaurare il paganesimo attraverso la violenza e l'ingiustizia". Secondo l'alto prelato, i membri di *Action Française* erano cattolici per calcolo e non per convinzione e si servivano della Chiesa per raggiungere il potere e non per la divulgazione del messaggio divino¹. L'atto che portò Pio XI il 29 dicembre 1926 a condannare Maurras, le sue opere e la sua organizzazione sembrava motivato da una preoccupazione essenzialmente religiosa, per il timore, cioè, dell'influsso negativo di questi sulla gioventù francese e belga². In realtà tale condanna aveva una motivazione più complessa di carattere politico ed ebbe forti conseguenze in ambito internazionale, uscendo dai confini di Francia e Belgio. Se da un lato in Francia significò "una concessione tattica al governo per la ripresa di più distesi rapporti diplomatici dopo la tempesta della separazione all'inizio del secolo³", a livello internazionale fu un segnale diretto al fascismo, come sembrano sottolineare le parole di Pio XI nell'Allocuzione concistoriale del 20 dicembre del 1926: "le nostre parole possono avere la loro utilità e il loro profitto anche al di fuori delle frontiere della Francia⁴". Tra il 1925 ed il 1926 le relazioni tra il Vaticano ed il Partito fascista, guidato da Roberto Farinacci, si erano fatte più tese per i reiterati attacchi delle squadre fasciste. Sebbene Mussolini sapesse che per dar una base di massa al proprio potere doveva godere di un esplicito appoggio della Chiesa, le violenze squadriste contro le organizzazioni cattoliche e popolari continuavano.

¹ E. Weber, *L'Action Française*, Stock, Stanford, 1962, pp. 262-263.

² E. Fattorini, *Pio XI, Hitler e Mussolini. La solitudine di un papa*, Einaudi, Torino 2007, p. 25.

³ Ivi, p. 28.

⁴ Allocuzione concistoriale *Misericordia Domini*, in: D. Bertetto, *I Discorsi di Pio XI*, vol. I, Roma 1985, p. 648.

A differenza del duce, il quale puntava al primato dello Stato e contemplava una subordinazione delle autorità del partito al Governo, Farinacci mirava ad affermare la supremazia del partito su ogni altro potere. Il ras di Cremona, considerato un fascista intransigente, venne chiamato alla guida del partito il 12 febbraio 1925 circa un mese dopo il discorso di Mussolini del 3 gennaio, nel quale, in seguito al delitto Matteotti, il duce si era assunto “la responsabilità politica, morale e storica di tutto ciò che era accaduto”, annunciando di fatto la dittatura. Farinacci doveva realizzare un duplice obiettivo: schiacciare con la forza tutte le velleità di opposizione al fascismo e spezzare in seno al partito tutte le tendenze revisionistiche e normalizzatrici. Di qui la recrudescenza di atti terroristici⁵. L'azione violenta del PNF venne pubblicamente rilanciata da Mussolini il 23 marzo 1925, quando dichiarò dal balcone di palazzo Chigi in occasione della fondazione dei fasci⁶: “Siamo a primavera e ora viene il bello, per me e per voi, è la ripresa totale, integrale dell'azione fascista, sempre e dovunque, contro chiunque⁷”. Quando ad essere messa in pericolo fu l'esistenza della stessa Azione cattolica, “l'organizzazione ufficiale ispirata e guidata dalla Santa sede⁸”, il Vaticano, che pure verso il fascismo aveva dimostrato un certo interesse, prese delle contromisure, condannando dalle colonne de *l'Osservatore romano* le brutalità subite.

E' interessante notare come proprio la condanna di *Action Française* venne pianificata già dal 1925⁹, anno in cui molti furono i momenti di crisi. Il 6 luglio *l'Osservatore romano*, commentando un discorso di Federzoni, allora Ministro degli interni, che condannava gli episodi di violenza, scriveva che malgrado i reiterati richiami all'ordine ed alla disciplina si assisteva “a periodiche manifestazioni di brutale aggressività”¹⁰. L'organo della Santa sede sottolineava in questo modo come ad un governo che condannava la violenza, rispondesse un partito che per voce del suo segretario la giustificava¹¹. Seguirono giorni di tensione, durante i quali la polemica investì un po' tutta la stampa, mettendo in luce come per l'intransigentismo fascista la politica della mano tesa alla Chiesa avesse un valore del tutto strumentale¹². L'azione a mezzo stampa da parte Vaticano, però, tendeva soprattutto a migliorare in senso favorevole alla Chiesa quelle che erano le proposte di riforma della guarentige, elaborate dal

⁵ P. Milza, S. Berstein, *Storia del Fascismo*, Bur, Milano 2004, pp. 164-166. Trad. di *Le fascisme italien 1919-1945*, du Seuil, Paris 1980. E. Gentile, *La via italiana al totalitarismo*, Carocci, Roma 2006, I ed. 1995, pp.162-165.

⁶ R. De Felice, *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello stato Fascista 1925-1929*, Einaudi, Torino 1995, I ed. 1968, p. 75.

⁷ A. Aquarone, *L'organizzazione dello Stato totalitario*, Einaudi, Torino 1995, I ed. 1965, p. 66.

⁸ De Felice, *Mussolini...* cit., p. 102.

⁹ Weber, *l'Action Française...* cit., p. 262.

¹⁰ Ivi, pp. 103-104.

¹¹ E' nota l'avversione di Farinacci verso il Vaticano e le sue organizzazioni collaterali. Ciò ci viene confermato dal commento che egli diede della Chiesa dopo la messa all'indice da parte del Vaticano, il 24 aprile 1940, delle opere di Alfredo Oriani, considerato uno dei precursori della nuova Italia mussoliniana. In: tale circostanza il ras di Cremona definì il Vaticano “appendice cronica d'Italia” e la Chiesa “nemica costante d'Italia”. M. Tagliaferri, *La messa all'indice delle opere di Alfredo Oriani: condanna dello Stato totalitario?*, in: D. Menozzi e R. Moro, *Cattolicesimo e Totalitarismo*, Morcelliana, Brescia 2004, pp. 197-200.

¹² In questo senso è possibile comprendere come la condanna del 1926 della “politique d'abord” di *Action Française* fosse rivolta più al fascismo italiano che al movimento francese.

Parlamento tra il 1923 ed il 1925. Pio XI proprio nel 1925, con il pretesto del clima venutosi a creare, rigettò, pur ritenendoli validi, i progetti Giannini e Santucci per l'assestamento dei rapporti tra Stato e Chiesa, avendo capito che Mussolini avrebbe fatto altre e notevoli concessioni¹³. Per ciò è possibile contestualizzare la condanna di *Action Française* anche nelle discussioni tra Governo italiano e Vaticano che portarono al concordato del 1929.

La volontà del Vaticano di migliorare i propri rapporti con i governi degli Stati cattolici non riguardò solamente Francia e Italia. Alla fine del 1926, la Santa sede cercò di normalizzare le proprie relazioni con il neonato governo dittatoriale del Portogallo. In seguito alla rivoluzione democratica, che aveva sancito la fine della Monarchia nel 1910, la Chiesa portoghese era stata emarginata e posta sotto lo stretto controllo dello Stato. Il cattolicesimo non era più religione ufficiale del paese ed il governo non riconosceva la sua gerarchia sottomessa al potere di Roma. I repubblicani, inoltre, avevano confiscato i beni e avevano posto sotto la propria vigilanza le associazioni cattoliche. Le cerimonie religiose potevano svolgersi solo dopo l'approvazione scritta delle autorità amministrative. C'era stato poi il tentativo di trasformare i preti in sacerdoti di Stato anche se con scarso successo, visto che solo il 20% di essi aderì ad una sorta di clero istituzionale¹⁴. Era stato proibito ai bambini di svolgere pratiche religiose durante le lezioni scolastiche ed era stato istituito il divorzio. Benché i repubblicani parlassero dei loro provvedimenti come volti alla separazione tra Stato e Chiesa, in Portogallo ci fu una vera e propria integrazione di quest'ultima nel primo, dove per citare Eurico Seabra esisteva: "Una Chiesa sospetta, in uno Stato vigilante"¹⁵. Tale situazione aveva provocato la rottura dei rapporti diplomatici tra lo Stato portoghese ed il Vaticano, determinando, se non durante il breve governo di Sidonio Pais nel 1918, la cessazione di ogni tipo di relazione tra Governo centrale, Chiesa di Roma ed episcopato portoghese. Dopo il golpe militare del 1926 sia il Vaticano che l'episcopato lusitano avevano percepito la possibilità in primo luogo di riaprire dei canali diplomatici ed in secondo di riappropriarsi di una serie di privilegi e prerogative, che gli erano stati negati durante il periodo democratico. Per attuare tale piano, però, era necessario garantire l'unità dei cattolici e non indispettire l'esercito, detentore del potere governativo e fortemente legato ai valori repubblicani. In questo senso era opportuno sostenere la Repubblica, emarginando quei fedeli nostalgici della Monarchia. Dopo la deposizione del Re Manuel II di Bragança, a cui era seguito lo scioglimento del Partito Nazionalista¹⁶, tra i cattolici si erano creati due blocchi: uno a favore della restaurazione monarchica, l'altro sostenitore della dottrina del "ralliement" di Leone XIII, per la quale: "il diritto di comandare non è per se stesso legato necessariamente a una forma di governo, ma in ogni forma di governo i

¹³ De Felice, *Mussolini... cit.*, pp. 105-109.

¹⁴ A. Albonico, *Breve storia del Portogallo contemporaneo 1890-1976*, Morano, Napoli 1977, pp. 56-57.

¹⁵ J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. 6, R. Ramos, *A Segunda Fundação*, Estampa, Lisboa 2001, p. 356.

¹⁶ Il Partito Nazionalista, tra il 1901 ed il 1910, aveva rappresentato i fedeli del paese in seno alla monarchia. Riguardo l'assunto leggesi: Amaro Carvalho da Silva, *O Partido nacionalista no contexto do nacionalismo católico*, Colibri, Lisboa 1996.

governanti debbono avere riguardo Di Dio, padrone supremo del mondo¹⁷”. Mentre il primo gruppo era rappresentato dal movimento dell’Integralismo lusitano e dalla Causa monarchica, il secondo costituiva la frangia maggioritaria del Centro cattolico portoghese. Queste due anime si esprimevano attraverso due giornali: i centristi controllavano il quotidiano *Novidades*, organo ufficiale dell’episcopato portoghese, ed i monarchici *A Época*, quotidiano diretto da Fernando de Sousa¹⁸, già deputato nazionalista tra il 1906 ed il 1910¹⁹. Attraverso lo studio dei fascicoli degli Affari ecclesiastici straordinari, custoditi presso l’Archivio segreto del Vaticano, sappiamo che le prime frizioni tra cattolico monarchici e centristi si svilupparono tra il luglio e l’ottobre del 1921. Con il rapporto 2369 del 26 ottobre 1921, infatti, il Nunzio apostolico presso la sede di Lisbona monsignor Achille Locatelli metteva al corrente il Segretario di Stato Cardinal Pietro Gasparri dei violenti attacchi portati dai monarchici costituzionali al Centro cattolico ed al suo presidente Lino Neto. Questi erano rei di non aver voluto adattare “al carro monarchico costituzionale” i propri elettori in occasione delle elezioni del 10 luglio dello stesso anno. Artefici di tali critiche i quotidiani *Correio da Manhã* e appunto *A Época*, definito dallo stesso Ambasciatore vaticano “il più importante giornale cattolico del paese”. Se le azioni del primo erano state considerate innocue, quelle del secondo per Locatelli avrebbero potuto nuocere all’episcopato portoghese schierato con il Centro cattolico. A causa di ciò il Nunzio durante un incontro con Nemo chiese a quest’ultimo di cambiare rotta e di rientrare negli schemi del Centro cattolico²⁰. De Sousa, però, non accettò l’invito, spingendo il Nunzio a chiedere al Patriarca di Lisbona “un atto qualunque da parte dell’episcopato che potesse ricondurre in campo cattolico la fiducia verso il Centro cattolico ed il suo presidente ed impedire le diserzioni che si andavano notando nel partito”²¹.

Nemo tornò ad attaccare il Centro cattolico portoghese dopo il suo 2° congresso, criticando le tesi del giovane professore di Coimbra e dirigente del partito António Oliveira Salazar. Se per Nemo l’organizzazione dei cattolici doveva occuparsi “urgentemente” di restaurare la Monarchia, secondo il futuro dittatore “il problema dell’organizzazione dei cattolici non doveva preoccuparsi del destino della Repubblica o dell’avvento della Monarchia -ma più semplicemente- trovare una formula di organizzazione che, in quelle circostanze, elevasse nella legalità la forza difensiva e offensiva dei cattolici poroghesi”.²²

L’intransigenza de *A Época* e del suo direttore verso le posizioni di raliement del Centro portò la Chiesa portoghese a prendere una posizione netta. Il 18 febbraio del 1925 *Novidades* pubblicava una nota dell’episcopato di quattro giorni prima, nella quale era scritto che “*A Época* non si poteva in nessun modo considerare come

¹⁷ Leone XXIII, enciclica *Immortale Dei*, pagina web: [bhttp://www.Vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_01111885_immortale-dei_it.html](http://www.Vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_01111885_immortale-dei_it.html)

¹⁸ Fernando de Sousa firmava i suoi articoli con lo pseudónimo di “Nemo”.

¹⁹ A. Carvalho da Silva, *O Partido nacionalista...* cit., p. 205.

²⁰ Fernando de Sousa aveva aderito al Centro cattolico fin dalla sua fondazione nel 1919, ricoprendo il ruolo di membro della commissione centrale in rappresentanza dei cattolici del sud del Portogallo.

²¹ AES, Portogallo 1921-1922, pos. 757-759, fasc. 436, ff. 44-46.

²² A. O. Salazar, *Inéditos e Dispersos I, Escritos Político-sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Bertrand, Venda Nova 1997, p. 287.

orientatore dell'azione sociale e della politica dei cattolici". A tale attacco de Sousa rispondeva che il suo giornale avrebbe rinunciato a questa prerogativa, non mutando però le proprie posizioni e mantenendo i suoi principi monarchici.

Nei mesi successivi il quotidiano cattolico monarchico venne posto sotto il fuoco incrociato del Vescovo di Porto António Barbosa Leão e del Vescovo di Bragança José Lopes Leite de Faria. Entrambi attraverso delle "istruzioni pastorali" cercarono di dissuadere i fedeli dalla lettura di *A Época* reo di lederne l'unione²³.

L'occasione per arginare Fernando de Sousa ed il suo giornale si presentò pochi mesi dopo il colpo di Stato del maggio del 1926, in seguito alla condanna operata da Papa Pio XI di *Action Française*²⁴.

Fin dai primi anni del XX secolo le idee del gruppo dell'estrema destra francese si erano radicate anche in Portogallo, dove le classi sociali più colte avevano uno spiccato interesse per la cultura francese, come dimostrato dalla loro ottima conoscenza della lingua²⁵. Ad esserne influenzati i gruppi monarchici, i quali si costituirono dopo la rivoluzione repubblicana del 1910 come l'*Integralismo lusitano*. Gli integralisti subirono le suggestioni di Maurras e del suo movimento²⁶, con il quale erano entrati in contatto già dal 1911²⁷. Il poeta e intellettuale António Sardinha, figura carismatica e punto di riferimento del movimento, affermò nel 1914: "la campagna intellettuale che in Francia è comandata da Maurras, in Portogallo è diretta dall'Integralismo²⁸".

L'ascendente di *Action Française* non coinvolse solo gli integralisti ma anche gli stessi militanti cattolici. Tra i giovani animatori del Centro Accademico della Democrazia Cristiana di Coimbra la rivista di Maurras circolava regolarmente, tanto che Salazar, anche dopo la condanna, mai rinnegò la sua ammirazione verso il movimento francese ed il suo capo, benchè a posteriori si disse contrario alla politique d'abord²⁹, ovvero l'uso strumentale della religione per fini politici. L'ammirazione da parte dei cattolici

²³ A. Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Horizonte, Lisboa 2006, pp. 80-81. La pastorale del Vescovo di Bragança José Lopes Leite de Faria, venne pubblicata anche dalla rivista legata al Centro Accademico della Democrazia Cristiana di Coimbra. *Estudos*, ano IV, Fasc. IV e V, Agosto-Settembre 1925, pp. 255-259.

²⁴ Sollecitato dai vescovi francesi ,nel dicembre del 1926, il Santo padre aveva emanato la condanna del movimento *Action Française* guidato da Charles Maurras, colpevole di fare della religione cattolica uno strumento della propria azione politica.

²⁵ Weber, *l'Action* cit., p. 532. La conoscenza del francese da parte delle classi colte portoghesi, determinò che nello Stato lusitano circolassero opere di autori d'oltralpe in lingua originale senza necessità di traduzione.

²⁶ Weber, *l'Action...cit.*, pp. 531-532.

²⁷ Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Dom Quixote, Lisboa 1986, p. 28. Si può concretamente supporre che *Action Française* fu la fonte principale d'ispirazione per il movimento dell'Integralismo lusitano. Integralisti come Hipólito Reposo cercarono di marcarne nettamente le differenze solo a partire dal 1929, dopo che il movimento di Maurras era stato condannato dal Vaticano.

²⁸ A. Sardinha, *A prol do Comum. Doutrina&Historia*, Ferin, Lisboa 1934, p. 238.

²⁹ F. Nogueira, *Salazar*, vol. I, *A mocidade e os principios*, civilização, Porto 1986, pp. 70-73. A. Ferro, "Pequenas e grandes interrogações", in: F. Rosas, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Pereira, Lisboa 2003, pp. 97-98. L'interesse di Salazar per Maurras e la sua opera, si trasformò presto in uno stretto legame tra il movimento reazionario francese ed il Primo ministro portoghese, che sfocerà nel 1940 in una interessante influenza lusitana sul dibattito istituzionale del regime di Vichy. Helena Pinto Jacairo, *Salazar e Pétain, relações luso-frances durante a II guerra mundial (1940-1944)*, Cosmos, Lisboa 1998.

del movimento fu condivisa anche dal futuro Patriarca di Lisbona ed amico intimo di Salazar: Manuel Gonçalves Cerejeira. Quest'ultimo, rispondendo al capo del Partito democratico Afonso Costa, il quale considerava Maurras "un cretino", scriveva nel 1914 su *Imparcial*, in un articolo dedicato alla legge di separazione tra Stato e Chiesa, che l'ideologo francese era destinato al cielo³⁰.

Ben diverso fu il giudizio che Cerejeira diede nel novembre 1926, quando *Action Française* divenne una scuola anti-cristiana e Maurras un politico che vedeva nella Chiesa "un' istituzione umana" subordinata allo Stato³¹.

Il futuro cardinale Patriarca aveva ovviamente cambiato atteggiamento in conformità con l'orientamento del Vaticano, che, come sottolineato in precedenza, sin dalla fine del 1925 stava pianificando la condanna di *Action Française*³². Questa sarebbe stata sancita con la pubblicazione da parte del Sant'Uffizio del decreto di condanna delle opere di Maurras e del suo periodico³³.

Gli echi dell'azione Pontificia erano giunti in Portogallo fin dall'agosto del 1926, quando la questione venne seguita da vicino dai giornali *A Época* e *Novidades*.

La battaglia a mezzo stampa tra le due maggiori testate cattoliche portoghesi divampò nel settembre dello stesso anno. Il 17 *A Época* pubblicava la carta del cardinal Andrieu ed il giorno seguente la protesta dei dirigenti e degli studenti legati ad *Action Française*.

Da quella data fino al gennaio del 1927 vennero pubblicati sul giornale articoli che riportavano fedelmente le vicende della lotta tra parte del clero ed il gruppo della destra francese, in un modo che con gli occhi di oggi avremmo tranquillamente potuto definire esempio di buon giornalismo. Non era dello stesso avviso, però, l'episcopato portoghese, il quale attraverso il proprio organo di stampa lanciò una serie di violenti attacchi al giornale di de Sousa. Anche *Novidades* aveva seguito fin dall'inizio le vicende della condanna di *Action Française*, infatti, già l'11 settembre 1926, una settimana prima de *A Época*, aveva pubblicato la lettera del cardinal Andrieu³⁴. A differenza del giornale di "Nemo", però, quello della Chiesa lusitana privilegiò il punto di vista vaticano, non lasciando spazio a nessuno scritto in difesa del movimento francese. *Novidades* accusava *A Época* di appoggiare le idee di Maurras, usando il concetto caro a Pio XI "di porre i cattolici al di sopra i partiti", come principio di libertà di scelta in campo politico³⁵.

Lo scontro tra i due giornali raggiunse la sua fase acuta tra la fine di dicembre del 1926 e la fine di gennaio del 1927. Il 22 dicembre, infatti, *Novidades* lanciò una rubrica dal titolo: *Obra de Traição*, nella quale il redattore Thomaz de Gambôa criticava apertamente il numero di *A Época* del 9 dicembre, nel quale veniva sostenuta

³⁰ *Imparcial* del 14 novembre 1914.

³¹ M. G. Cerejeira, "A Questão da Action Française" in: *Estudos*, n.º 55, ano V, Novembro de 1926, pp. 463-479.

³² Weber, *l'Action Française...* cit., p. 262.

³³ Fattorini, *Pio XI...* cit., p. 24-25. Emma Fattorini ci racconta come le opere di Maurras fossero già state messe all'Indice da Pio X nel 1914, ed il filosofo francese considerato condannabile ma "non condannato".

³⁴ *Novidades* del 11 settembre 1926.

³⁵ *Novidades* del 14 de ottobre del 1926 n.º 9453

la libertà dei fedeli di tutelare i propri interessi nazionali³⁶. Egli si chiedeva: “come certi cattolici potessero andare contro la dottrina del Vaticano in nome di una certa libertà religiosa, ponendo la fede al servizio di un Partito”. Nello stesso pezzo Gambôa definiva pericolosi “certi Cattolico nazionalisti” che “si presentano più papisti del papa al punto di correggere gli errori della Chiesa”. Lo stesso giudicava la difesa di *Action Française* come “un atto di tradimento nei confronti della Chiesa”, che *A Época* perpetrava anche “occultando ai propri lettori note ufficiali della Chiesa³⁷”. Significativo per esplicitare la posizione del giornale di Fernando de Sousa fu l'articolo che egli stesso firmò il 30 dicembre, diffuso in seguito all'uscita dell'allocuzione concistoriale di condanna del movimento di Maurras. In esso Nemo ribadiva che non aveva mai avuto la minima intenzione di “porre la religione al servizio della politica”. Accusava però l'episcopato portoghese “perchè si era voluto decapitare il fronte cattolico monarchico a favore della repubblica”, aggiungendo che “la Santa sede non avrebbe avuto figli più sottomessi di loro”, ma che era un errore “far morire *Action Française*” ed impedire ai cattolici di conservare la propria libertà in campo politico³⁸. Il 3 gennaio 1927 *Novidades* accusò *A Época* di non obbedire alle disposizioni dell'episcopato portoghese, che chiedeva di appoggiare la Chiesa nell'accusa al movimento maurrassiano³⁹. Lo stesso giorno Nemo pubblicava un fondo, nel quale difendeva l'imparzialità del proprio quotidiano, facendo la cronistoria degli articoli diffusi dal 27 agosto riguardo l'assunto⁴⁰. Nel numero successivo *A Época* presentò la pastorale dell'Arcivescovo di Parigi Dubois che sintetizzava la condanna di *Action Française* nei seguenti punti:

- 1 – un cattolico non deve aderire a una scuola che professa la massima “Politique d'abord” e pone la religione al servizio dell'interesse di un partito
- 2 – Dobbiamo sottrarre gli altri, principalmente i giovani, a tutte le influenze pericolose per la fede e per la morale, pregiudicando la formazione dell'anima
- 3 – Non è permesso a un cattolico mantenere, propagandare e leggere *Action Française*, tale come oggi è redatta e diretta.
- 4 – I cattolici hanno libertà di preferire qualunque ideale politico, qualunque forma legittima di governo
- 5 – Per la difesa della Chiesa e delle libertà religiose i cattolici devono unirsi fuori da tutte le considerazioni politiche.⁴¹

³⁶ Ciò significava la libertà dei cattolici portoghesi di lottare per dotarsi della forma di governo migliore, che per *A Época* corrispondeva alla Monarchia. Nel numero del 22 ottobre del 1926 il giornale riportava come la presa di posizione di Pio XI verso *Action Française*, non determinasse una richiesta di rinuncia dei cattolici francesi di volere per la propria patria la restaurazione della Monarchia. Madureira, *A Igreja...* cit., pp. 85-86.

³⁷ *Novidades* del 22 dicembre 1926.

³⁸ *A Época* del 30 dicembre 1926.

³⁹ *Novidades* del 3 gennaio 1927.

⁴⁰ *A Época* del 3 gennaio 1927.

⁴¹ *A Época* del 4 gennaio 1927.

Il 6 gennaio però *Novidades* continuava la propria campagna denunciando il giornale di de Sousa, che “se non appoggiava esplicitamente *Action Française* manteneva a riguardo un silenzio eloquente”, palesando la volontà di fomentare la confusione per “distruggere l’unità dell’episcopato portoghese”⁴². Due giorni dopo *A Época* pubblicò un articolo di Alfredo Pimenta, nel quale veniva esplicata la concezione dei monarchici cattolici dell’espressione “Politique d’abord”, base del pensiero maurassiano e oggetto principale della condanna papale. Pimenta scriveva che esistevano due rappresentazioni dell’espressione “Politique d’abord”. Per il Papa significava anteporre la politica alla religione. Per Maurras, come per Comte, significava creare una stabilità politica che assicurasse efficacemente gli interessi della Chiesa. Lo stesso concludeva che il Pontefice aveva condannato la “Politique d’abord” nella sua “erronea interpretazione”⁴³. I numeri dello stesso giorno e del 10 gennaio di *Novidades* affermavano che mai il Papa avesse detto che in politica “i cattolici avessero la piena libertà, ma piuttosto la giusta libertà”⁴⁴. In risposta de Sousa scrisse il giorno 14 che lui appoggiava la causa monarchica, secondo la libertà d’azione lasciata ai cattolici dalla pastorale del 1925. In base a questa, infatti, era prevista la collaborazione tra il Centro ed i cattolici che non volessero sacrificare la propria attività politica, come de Sousa impegnato nella direzione della Causa monarchica. Quest’ultimo inoltre scriveva che sosteneva la Causa monarchica ma non le pretese regaliste, che intendevano sovrapporre le prerogative dello Stato a quelle della Chiesa. Aggiungeva, poi, che se l’Autorità ecclesiastica avesse chiesto ai fedeli di interrompere ogni attività politica di partito, egli avrebbe rinunciato ad ogni suo incarico. In conclusione si appellava alla legge, perchè *Novidades* non aveva pubblicato nessuna replica ai propri articoli contro *A Época*⁴⁵. Dopo tale sollecito, che pretendeva la pubblicazione delle repliche agli articoli del giornale dell’episcopato in base all’articolo 53 del decreto regolatore della libertà di impresa, *Novidades* pubblicava piccoli stralci di protesta contro i propri servizi, criticandoli poi duramente⁴⁶.

A questo punto, sciolte le resistenze del Cardinal Patriarca di Lisbona António Mendes, un gruppo di prelati, guidati dal Vicario generale Manuel Anaquim, prese l’iniziativa. Il 19 gennaio 1927 quest’ultimo inviò a *A Época*, con richiesta di pubblicazione, una lettera nella quale chiedeva a de Sousa di rispettare le direttive del Santo padre riguardo la condanna di *Action Française*. Per fare ciò Anaquim fece leva sul passato del giornalista, del quale si lodavano i servizi resi alla chiesa, che lo avevano “quasi investito di una magistratura morale tra i cattolici portoghesi”⁴⁷. La missiva venne pubblicata il 21 gennaio⁴⁸, il giorno successivo in cui *Novidades* ne pubblicò un’altra, inviata dallo stesso Vicario generale a Tomás Gamboa, nella quale veniva annunciata la riprovazione formale da parte del patriarcato di Lisbona della

⁴² *Novidades* del 6 gennaio 1927.

⁴³ *A Época* del 8 gennaio 1927.

⁴⁴ *Novidades* del 8 e 10 gennaio 1927.

⁴⁵ *A Época* del 14 gennaio 1927.

⁴⁶ Madureira, *A Igreja...* cit., p. 89, 246.

⁴⁷ AES, *Portogallo 1927-1935*, pos. 350-351, fasc 73 pp. 21-22.

⁴⁸ *A Época* del 21 gennaio 1927 in: *Aes Portogallo 1927-1935*, pos. 350-351, fasc 73, p. 31 (busta).

condotta di *A Época*, il cui atteggiamento era “in assoluta discordanza con le istruzioni e gli orientamenti della santa Sede”⁴⁹. Dopo tali accuse il 26 gennaio Nemo risolse chiudere *A Época*. Nell’articolo di commiato egli spiegò:

A Época venne accusata di perturbare la pace religiosa, di essere un elemento di discordia tra credenti ed un fattore di indisciplina.

Ci asteniamo di discutere queste accuse e di discriminare le responsabilità.

A Época cessa oggi la sua azione sacrificandosi per la pace, che l’accusavano di perturbare. Dio giudicherà e nella sua inflessibile giustizia confidiamo⁵⁰.

Il 27 *Novidades* scrisse:

Con la chiusura di *A Época*, chiusa in vista di una riprovazione formale, i cattolici in Portogallo riprendono il loro cammino.

Non trionfa così *Novidades* ma la Chiesa⁵¹.

Il giorno successivo Fernando de Sousa pubblicò il primo numero del suo nuovo quotidiano *A Voz*, uscendo però sconfitto dalla sua battaglia contro *Novidades* e di fatto contro l’episcopato portoghese.

Nel gennaio del 1927 l’eco della vicenda raggiunse il Vaticano, mettendo in allarme il Segretario di Stato. Il Vescovo di Braga Emanuel Vieira de Mattos, infatti, il 22 gennaio 1927 aveva spedito al Cardinal Gasparri una missiva, nella quale annunciava l’invio di molti numeri del quotidiano cattolico *Novidades*. Questi denunciavano il tradimento del “sedicente” quotidiano cattolico “Epoca” rispetto all’orientamento della Santa sede e dei vescovi ai cattolici portoghesi. Il Vescovo di Braga affermava di voler avvertire il Papa che “questo incidente rassomigliava tanto a quello dell’*Action Française*, anche se differisse in certi punti”. Aggiungeva, poi, che *A Época*, dopo la condanna di *Action Française*, aveva preso la difesa di questa, facendo credere che la condanna papale fosse il frutto di “una polemica impertinente tra *Osservatore romano* ed il noto periodico francese”. Chiedeva, infine, una parola in sostegno di *Novidades* da parte del Vaticano, che avrebbe costituito una condanna implicita del giornale diretto da de Sousa⁵². Il Cardinal Gasparri rispose inviando il 1 febbraio un telegramma al Nunzio apostolico di Lisbona Sebastiano Nicotra, nella quale informava dell’arrivo della lettera e chideva di indagare sulla vicenda e di ringraziare il Cardinale patriarca⁵³. Il giorno successivo Nicotra inviò al segretario di Stato una lettera con allegate le traduzioni delle missive inviate da Anaquim a *Novidades* e a *A Época*. Nel rapporto il Nunzio affermava che *Action Française* aveva molti aderenti presso i monarchici e ciò determinava l’arrivo presso la nunziatura di molte domande di permesso per leggere libri proibiti e l’omonimo giornale, così da evadere la condanna della Chiesa. Egli però giudicava “forse un poco eccessiva la campagna” di *Novidades* contro il giornale di De

⁴⁹ Madureira, *A Igreja...* cit., p. 90.

⁵⁰ *A Época* del 26 gennaio 1927.

⁵¹ *Novidades* 27 gennaio 1927.

⁵² AES, *Portogallo 1927...* cit., pp. 12-14.

⁵³ Ivi, p. 16.

Sousa, ⁵⁴. Il 23 febbraio, però, Gasparri sollecitò Nicotra a chiedere all'Arcivescovo di Lisbona una lettera di condanna sul modello di quella dell'Episcopato Belga. Il Nunzio rispose 3 giorni dopo che aveva fatto richiesta al Patriarca di pubblicare tale missiva, firmata anche dai vescovi di Evora, Braga e di tutte le città più importanti del Portogallo. Nicotra, però, si stupiva che nei documenti del patriarcato da lui stesso visionati non si facesse menzione dell' *Action Française*, ma si rimprovera "unicamente l'attitudine anticentrista dell' EPOCA". Inoltre affermava che le lettere di Anaquim erano state inviate all'insaputa del Patriarca⁵⁵. Questi elementi ci confermano come la priorità dell'episcopato portoghese non fosse tanto quella di condannare *Action Française*, quanto piuttosto quella di rafforzare l'azione del Centro Cattolico, impegnato nel sostegno del nuovo regime dittatorial-repubblicano. Il 6 Aprile lo stesso rendeva pubblica la lettera di condanna di *Action Française*, definita: "manifestazione di paganesimo, fonte di deviazioni dei giovani, movimento ateo, che usava strumentalmente la religione per fini politici". La missiva inviata a Roma il 19 aprile venne pubblicata il 30 sull' *Osservatore romano* accompagnata da tale commento:

Il Santo padre si lamenta e procura impedire che i cattolici, con pregiudizio di ciò che più importa per se stessi e per lo stato della chiesa, continuino per molto tempo a rimanere disuniti ed in discordia per motivi politici, poiché "al contrario per tutto e per tutti sarebbe sommamente utile che tutti unissero strettamente sul terreno religioso, cioè nella difesa dei diritti divini della chiesa, del matrimonio cristiano, della famiglia, dell'educazione dell'infanzia e della gioventù, insomma di tutte le sacre libertà che sono il fondamento degli Stati.⁵⁶

Due giorni prima della pubblicazione sull'Osservatore Romano della lettera il 28 aprile, monsignor Nicotra aveva, però, inviato una missiva a Gasparri, nella quale evidenziava la sua posizione. Il Nunzio si diceva sinceramente convinto che la condanna di *Action Française* non avesse nulla a che fare con la lotta intrapresa da *Novidades* e dai vescovi portoghesi contro Fernando de Sousa ed il suo giornale. Sottolineava, anzi, come questa fosse iniziata molto prima della condanna del movimento francese, ripercorrendo la storia politica di "Nemo". Quest'ultimo per il Nunzio era reo solamente di aver continuato la propria attività di militante monarchico contro il volere dei vescovi, non commettendo, però, "nessun errore riguardo fede e morale". Per Nicotra le parole di de Sousa erano sempre "mal interpretate", tanto da consigliare a quest'ultimo, durante un'udienza privata, di non rispondere agli attacchi per non creare divisione tra i cattolici. L'Ambasciatore della Santa sede metteva in risalto, poi, come il prestigio del direttore di *A Época* non fosse stato per nulla scalfito da tutti quegli attacchi. Anzi, aggiungeva che parecchi repubblicani, in contrasto con le sue idee monarchiche, vedendolo vittima della persecuzione, cominciavano ad elogiarlo e a difenderlo⁵⁷. Egli concludeva la sua epistola consigliando al Cardinal Gasparri

⁵⁴ Ivi, p. 18.

⁵⁵ Ivi, pp. 28-34.

⁵⁶ Ivi, pp. 49-54 e Archivio Nunziatura di Lisbona busta 428 p. 378-384.

⁵⁷ A sostegno di questa tesi di Nicotra un articolo del giornale repubblicano *A Tarde* del 26 gennaio 1927 definiva *A Época* vittima di un attacco "solo perchè non aveva nascosto le proprie simpatie per *Action Française*". In: Madureira, *A Igreja* cit..., p. 88.

di far visita al dottor. Trindade Coelho, ministro del Portogallo presso il quirinale, “il quale, pur non approvando la maniera di agire del Fernando de Sousa riguardo alla sua ostinazione di non voler aderire alle ammonizioni dategli dai vescovi”, aveva dichiarato a Nicotra ed anche agli stessi redattori del giornale *Novidades* essere cosa impropria di dichiararlo un traditore, un ribelle, un disobbediente”.⁵⁸ La posizione di Nicotra produsse la “furente” reazione del cardinal Gasparri. Il segretario di Stato scrisse al Nunzio:

“Ho ricevuto il rapporto n.2044 del 28 aprile 1927, nel quale l'eccellenza vostra reverendissima mi informa come sempre solo in seguito a mia richiesta intorno al Sg. De Sousa e alla di lui attività. Con meraviglia trovo confermato dal suo rapporto come ella abbia adottato da tempo e di sua iniziativa, verso il sig. De Sousa e i giornali di lui, un atteggiamento che è in contrasto con quello dei vescovi che seguono fedelmente le direttive della santa sede. Il che ingenera incertezze ed equivoci presso i cattolici. Non minore meraviglia mi ha procurato il suo suggerimento di consultare il rappresentante portoghese presso il Quirinale, poiché vostra eminenza dovrebbe sapere che il segretario di Stato di sua Santità ignora tali rappresentanti.

L'eccellenza vostra rilegga le istruzioni che le furono date quando venne inviato in Portogallo e si guardi dall'intralciare la provvida opera che svolge questo benemerito episcopato⁵⁹”.

Nicotra rispose esprimendo il suo dolore per le parole di Gasparri, aggiungendo che non aveva mai mancato di rispetto all'Episcopato portoghese e aveva guardato sempre con favore al Centro Cattolico. Ribadiva, comunque, che l'azione di de Sousa non aveva nulla a che vedere con *Action Française* se non nel comune sentimento monarchico. Aggiungeva, poi, che egli era vecchio stanco e malato⁶⁰.

Sebastiano Nicotra venne sostituito alla nunziatura di Lisbona l'11 maggio da monsignor Giovanni Beda, uomo più incline alle direttive vaticane, le quali sostenevano l'episcopato portoghese⁶¹.

L'appoggio del Vaticano all'azione dell'episcopato portoghese costituì un implicito sostegno al Centro cattolico portoghese. Il partito con la chiusura di *A Época* conseguiva non solo raggiungere una posizione privilegiata tra i cattolici, ma anche accrescere la propria credibilità verso il governo dittatoriale come rappresentante dei fedeli e dei loro interessi. La collaborazione tecnica presto acquistò un peso politico rilevante con l'entrata di Salazar nel governo nel 1928⁶². Le fortune del Centro cattolico portoghese, però, durarono poco, nel 1934 fu questo a pagare il prezzo della stabilizzazione del regime. Con Salazar Presidente del consiglio e dopo l'istituzione dell'Unione nazionale, il partito unico del regime, il Centro si sciolse. Dal punto di vista politico venne assorbito nelle istituzioni dittatoriali, mentre dal punto di vista

⁵⁸ AES, Portogallo 1927-1935, Pos. 35., fasc. 74, pp. 3-6.

⁵⁹ Ivi, p. 8.

⁶⁰ Ivi, p. 22-25.

⁶¹ Archivio Nunziatura di Lisbona, cit., p. 384.

⁶² M. Braga da Cruz, *As origens da Democracia cristã e o salazarismo*, Presença, Lisboa 1980, p. 356.

sociale e religioso dall’Azione cattolica⁶³ con buona pace del Papa. Achille Ratti, infatti, “guardava con sufficienza i partiti politici, strumenti di traffici e di poteri personali più che di possibile crescita sociale⁶⁴”. Per questo durante il suo pontificato indirizzò l’azione della Chiesa verso il rafforzamento dell’Azione cattolica a svantaggio delle stesse formazioni politiche cattoliche.

⁶³ Ivi, pp. 370-371.

⁶⁴ Fattorini, *Pio XI...* cit., p. 24.

NORTON DE MATOS E A AUTO-DEFESA FACE À HISTÓRIA COEVA E FUTURA

1. A Memória e a História como espaço de confronto político-ideológico

O Estado Novo português (1933-1974), sobretudo na fase fascista até ao final da II Guerra Mundial, não hesitou em configurar as bases de um pensamento único e (re)fazer a Memória para uma História representativa e legitimadora do seu Poder. O uso da Memória e da História pelo Estado Novo nada tem de original, constituindo a estratégia comum aos que disputavam e assumiam pleno controlo sobre o aparelho estatal; aos que entendiam legítimo e necessário estender a luta ideológica e política à “gestão” do que se devia nacionalmente evocar e do que merecia ficar escrito nos manuais escolares e nos “anais” da “História pátria”. E, também, do que devia ser, para sempre, esquecido.

Os republicanos e, em especial, os apoiantes de Afonso Costa, que o golpe militar de 28 de Maio de 1926 afastou do Poder, haviam já assumido essa estratégia ideo-política e ao passarem para a oposição mais ou menos frontal, reviralista e político-eleitoral primeiramente contra os governos militares da proclamada “Ditadura Nacional” e, depois, contra os governos do Presidente do Conselho todo poderoso, o lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, não abandonaram o espaço memorialístico e historiográfico para manter vivo o seu combate.

Um e outro lado da barricada – o Estado Novo salazarista e a Oposição republicana e democrática – exercitaram um discurso em que há simetria entre os actos de recordar e de esquecer, ou seja, em que são evocados apenas acontecimentos e situações (além de premissas ideológicas) que valorizam e enaltecem a acção das hostes a que pertence o narrador, o que implica o apagamento completo de um mínimo traço dissonante. Não faltam, aliás, exemplos de informação “manipulada” em um campo e no outro: referimo-nos sobretudo a narrativas de cariz memorialístico e auto-biográfico e de pretensos contributos para a escrita da História¹. Memórias, diários e auto-biografias

¹ Ver SILVA, Armando Malheiro da – A Escrita vária da história da I República. *Ler História*, Lisboa, 38 (2000) pp. 197-254; *Idem* – Sidónio e sidonismo entre a história e a literatura. *Revista de História das*

são vistos como géneros literários por uns e fontes primárias por outros (isto é, pelos historiadores), mas sem ilusões, quanto ao rigor e veracidade do seu conteúdo. Posicionamento influenciado pela crítica epistemológica ao positivismo absorvida e assumida pela historiografia do pós II Guerra Mundial. E assumida tão profundamente que não tardaria a abraçar o relativismo extremo propenso a negar à História a condição de cientificidade e a valorizar o primado da narrativa aberta ao jogo livre e contingencial das interpretações provisórias e subjectivas.

Memórias e diários, a par da edição de correspondência pessoal (fonte mais genuína e muito menos “retocada”), constituem matéria-prima para o trabalho historiográfico, mas são, também, uma arena de esquecimentos e de revelações intencionais, bem como de ajustes de contas, de ressentimentos e de afirmação de princípios, valores e programas de acção caros ao protagonista/narrador. Pode ainda dizer-se que o diário funcionou como minuta ou “borrão” preparatório do trabalho memorialístico. E no caso de Norton de Matos verificou-se naturalmente a redacção diarística como prática selectiva de registo, mais ou menos coevo, dos acontecimentos e situações vividas, base informativa essencial para o acto justificativo e legitimador de (re)memorar. No respectivo Arquivo/Biblioteca ou Sistema de Informação da Família Norton de Matos (localizado na Casa da vila de Ponte do Lima) facilmente se detecta um distanciamento no tempo entre a escrita dos Diários, usados como *aide-mémoire* sobretudo do político republicano e maçom convidado a servir o novo regime em altos postos e com elevadas responsabilidades, e a escrita das Memórias, concretizada nos anos quarenta, período doloroso do ponto de vista familiar e particularmente intenso e grave do ponto de vista político interno e internacional.

As *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, reeditadas (com dois tomos inéditos) já neste século² e apenas dois anos após a primeira biografia merecedora desse qualificativo³, são a fonte principal desta comunicação e a ela voltaremos adiante, porque nela encontramos bem desenvolvida a sua estratégia discursiva de auto-defesa face à História oficial do Estado Novo e, sobretudo, face às versões de alguns ex-correligionários e dos seus adversários políticos a respeito de alguns tópicos centrais do seu pensamento/acção colonial e político-militar.

De imediato e embora haja, acessível e credível, informação biográfica do general, não podemos deixar de sublinhar, aqui, os traços marcantes da sua personalidade e da sua vida.

2. A figura singular do General José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955)

Ideias, Coimbra, 21 (2000), p. 307-388; e *Idem* – Variações ideológicas da historiografia em torno da 1.ª República Portuguesa. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA; Armando Malheiro da; e ISAÍAS, Artur César (coord.) – *Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal (1889-1910)*. Coimbra; Uberlândia: Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2007. pp. 411-428.

² MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos da minha vida. Planificação, justificação e organização Armando Malheiro da Silva e José Pedreira Castro Norton*. 3 volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

³ NORTON, José – *Norton de Matos: biografia: fronteiras do tempo*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002.

O general Norton de Matos permanece, sem dúvida, como uma figura proeminente da I República portuguesa (1910-1926) e do republicanismo democrático e maçónico que se prolongaria, de forma resistente, para lá do 28 de Maio de 1926. Figura singular também, porque não sendo um republicano da fase da propaganda anti-monárquica, produzida antes do 5 de Outubro de 1910, fará a sua adesão imediata ao Partido Republicano Português (PRP), alinhando depois ao lado de Afonso Costa e da sua facção, conhecida por Partido Democrático. Soube, aliás, conciliar a vertente política e uma militância maçónica intensa (chegará a Grão Mestre), com o seu espírito e perfil militares e a sua carreira de ultramarino, que, na Índia, tomou contacto com o colonialismo inglês (contacto favorecido pelas suas raízes familiares paternas na velha *Albion*), tornando-se, naturalmente, um especialista em matéria colonial.

Várias são as singularidades de Norton de Matos, mas importa destacar o facto de ter mantido um posicionamento muito próprio dentro das hostes afonsistas. Foi-se afastando, sem romper, da dupla Afonso Costa e Bernardino Machado (líderes do Comité de Paris após 1926), conseguiu firmar, a partir de 1930, o seu exílio em terra portuguesa (entre Lisboa e Ponte do Lima) e fez-se respeitar por Salazar, que nunca ousou “tocar-lhe” e pelos camaradas de armas, nomeadamente pelos que sustentaram o Estado Novo salazarista. Esta singularidade ajudou e não o impediu de ser, até perto da sua morte e já octogenário, o chefe da Oposição republicana em Portugal, o que, por si só, é outra curiosa singularidade que o evidencia.

Podemos, assim, sumariar e rever a sua trajectória de vida, de formação e de acção multifacetada através de um conjunto de tópicos bem vinculados.

Berço minhoto e liberal

Natural de Ponte de Lima, onde nasceu a 23 de Março de 1867, tinha, pelos Norton, raízes em Dartmouth, South Devon, Inglaterra⁴, descendia de abastadas famílias de comerciantes, de proprietários rurais, de militares e de bacharéis fixados na Ribeira Lima.

O jovem José, quarto filho, entre nove, de Tomás Mendes Norton e D. Emília da Conceição de Matos Prego e Sousa, cresceu e formou-se num círculo familiar estável, monárquico-liberal, culto e socialmente elevado.

Após ter frequentado, durante dois anos, o Colégio do Espírito Santo, ingressou, aos treze (Março de 1880), na Escola Académica⁵, em Lisboa, cujos preparatórios concluiu

⁴ Sobre este ramo D. Rita Mendes Norton de MATOS, irmã do general, escreveu o seguinte: *Casou um inglês de nome André Norton, meu Bisavô paterno, que emigrou da Inglaterra para Portugal ao terminar o século XVIII, com uma senhora portuguesa de nome D. Ana Rosa Tavares de Rezende, da Casa de Avanca, Estarreja, de que faz parte o homem de ciência Doutor e Professor Egas Moniz único português a quem, até hoje, coube um Prémio Nobel. Muito me orgulho em ser com ele aparentado em tão directa linha, como se vê na Primeira Parte deste livro. Do casamento de André Norton com D. Ana Rosa Tavares de Rezende nasceu minha Avó paterna, D. Rita Norton (MATOS, Rita Norton de A Família Norton de Matos. Aspecto político e social duma família portuguesa. Ponte do Lima, Edição da Autora, 1953, p. 63).*

⁵ O contraste entre este novo meio colegial e o anterior mereceu-lhe o seguinte comentário: “[Na Escola Académica] *Falava-se livremente; liam-se jornais e livros vários; discutíamos acontecimentos públicos; e havia rapazes monárquicos e rapazes republicanos. Era já então, muito reservado em questões políticas e partidárias. A*

em 1884, matriculando-se de seguida no Curso de Matemática da Universidade de Coimbra. Este curso durava quatro anos e *era necessário fazer* – como nos explica – *para poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços que então se chamavam superiores: – artilharia, engenharia ou estado maior*⁶. Da passagem pela Academia de Coimbra ficou-lhe a recordação do confronto entre “polainas” (estudantes ricos) e “briosos” (os mais “pobres e modestos”, animados por “ideias niveladoras”), as *diferenças de modos de pensar e de proceder entre os estudantes de Direito, de Medicina, de Matemática e de Teologia*⁷, a indiferença com que os lentes de Direito encaravam os estudantes de Matemática a propósito da cadeira comum de Economia Política ou ainda as leituras extra-curriculares, que iriam influir bastante no seu quadro mental e ideológico: *Por outro lado – conta-nos nas Memórias – já nesse tempo [1884-1888] principiaram a circular pela Academia folhetos socialistas e num deles apresentava-se em resumo, “O Capital” de Karl Marx. Adquiri-os e a sua leitura levou-me a comprar as obras de Proudhon. Direi, a propósito, que do que li no meu tempo de estudante e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon*⁸.

Marcante seria, também, o período que se seguiu à conclusão do curso de oficial do Estado Maior, em 1890, e decorreu até 1898⁹, na medida em que o projectou para fora do rectângulo nacional e para muito longe – as “possessões” restantes da quinhentista Índia portuguesa.

Militar agrimensor ultramarino

Na carreira profissional de Norton de Matos foi decisiva, de facto, a partida para a Índia¹⁰, nomeado, a 4 de Agosto de 1898, para director da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, criada nesse mesmo dia por portaria provincial nº 569. Começou, então, um tirocínio de dez anos no domínio do fomento colonial, preenchido pela execução da triangulação secundária do território e do cadastro predial, rural e urbano, tarefas acumuladas com várias missões de estudo técnico-administrativo à Índia inglesa, com outros serviços e muitas comissões, como a de administrador das Matas, director das Obras Públicas, membro do Conselho do Governo, etc. O testemunho da irmã,

política de facto nunca me disse muito e os partidos só mais tarde, após a proclamação da República, principiei a ver bem o que eram, os seus inconvenientes e as suas vantagens, a sua absoluta necessidade para a moralização da vida pública” (MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos da minha vida, ob. cit.*, vol. 1, tomo 1, p. 69).

⁶ *Idem, ob. cit.*, p. 87.

⁷ *Ibidem*, p. 90.

⁸ *Ibidem*, p. 91.

⁹ Reconhece-o nas suas *Memórias*, mas de um modo evasivo e genérico: *Bem ou mal, os anos que decorreram de 1890 a 1898 marcaram na minha vida profundamente. Tenho de fazer um esforço para me recordar do que nêles se passou de essencial para a formação do meu espírito, para destacar dessa nublosa época as pedras brancas e negras que foram ficando ao longo do meu caminho. Será difícil... Hesitações, absoluta dificuldade de adaptação a um meio inteiramente contrário ao meu íntimo sentir, algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade, mas ao mesmo tempo um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou de maldade, que nunca permitiram durante a minha longa vida a prática de qualquer baixaza que leve fôsse* (*Ibidem*, vol. 1, tomo 1, p. 96-97). Ver NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 73-107.

¹⁰ Ver NORTON, José – *ob. cit.*, pp. 107-164.

D. Rita¹¹, leva-nos a admitir que ao cabo de tão longa e intensa permanência nessas longínquas paragens do Império, onde se pressentia ainda a “concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque”, Norton de Matos descobrira uma paixão e um desígnio – o estudo e a prática da colonização no Mundo moderno.

Regressado à Metrópole em 1908, o capitão Norton de Matos seguiu, pouco depois, para Macau na qualidade de secretário da missão diplomática presidida pelo General Joaquim Machado e destinada a tratar com a China os limites daquele território¹².

Servir a República e a Maçonaria, ir à Guerra e gizir a Nação Una a partir de Angola

Em meados de 1910, estava de volta a Portugal e os dois anos seguintes seriam vividos na “caserna”: começou por fazer serviço no corpo do Estado Maior, sendo depois colocado na Divisão Militar sediada em Viseu, mas por muito pouco tempo... Em serviço de confiança do General Correia Barreto, então Ministro da Guerra, passou, já como major, a exercer o lugar de Chefe do Estado Maior em Coimbra. Data, também, deste período a sua nomeação, por concurso, para professor de Geodesia e Topografia do Instituto Superior Técnico de Lisboa, donde será compulsivamente afastado, a 16 de Maio de 1935, por motivos políticos.

Em Abril de 1912 era nomeado Governador-Geral de Angola e a 17 do mês seguinte era iniciado *maçon* na Loja “Pátria e Liberdade”, nº 332, de Lisboa (rito escocês), com o nome simbólico de *Danton*, tendo-se comprometido, no acto da iniciação, a *abolir efectivamente a escravatura*. Parte para Luanda no navio “Beira” a 1 de Junho e irá permanecer, aí, até 8 de Março de 1915, dia do regresso a Lisboa, após ter pedido a demissão ao Ministro das Colónias do Governo Pimenta de Castro.

Esses dois anos e cerca de nove meses em Angola ficariam marcados por um vasto conjunto de medidas e de iniciativas típicas do modelo fomentista, assimilacionista e descentralizador com que Norton de Matos defendeu a colonização. Foi um período de intensa actividade e de momentos graves, especialmente a invasão alemã do sul de Angola, o combate de Naulila a 18 de Dezembro de 1914 e a retirada das forças portuguesas comandadas por Alves Roçadas.

Estes factos causaram-lhe uma forte impressão. Juntou, por isso, muitos documentos e deixou muitas páginas escritas, em artigos de jornal, no *Diário* (inédito) e nas *Memórias* (volumes publicados e inéditos), mas o que mais interessa ressaltar são os seus sentimentos anglófilos e anti-germânicos. Assim se expressa, por exemplo, neste pedaço de prosa memorialista: *Tinha, por todas estas razões, de reconhecer que o aparecimento da Alemanha no continente africano nos estava criando uma situação cheia de mal entendidos*

¹¹ Merece ser transcrito o seguinte comentário de D. Rita Norton de Matos: *Nessa dezena de anos passados na Índia foi grande a influência que teve na “formação” de meu irmão o passado de grandeza que nessas paragens deixamos e muito o impressionou, como revela em cartas que nos escreveu, a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque, consistindo na transformação do pequeno Portugal num grande império, graças à sua expansão para a África e para o Oriente, livrando-o assim de constantes ameaças. Começou então a germinar no seu espírito a ideia da Nação Una, da Unidade Nacional, resultante da fusão íntima e completa, sob o ponto de vista nacional, social, territorial e económico, de todas as regiões portuguesas pelo mundo espalhadas (Idem – A Família Norton de Matos, ob. cit., p. 109).*

¹² Ver NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 165-172.

*entre nós e a Inglaterra, e de grandes perigos. O meu coração de homem, de português e de aliado sentia-se profundamente ferido com o que se passara em 1898, que imperfeitamente conhecia então, e com o que, tudo mo dizia, se estava passando em 1912. Aquele fermento germânico, que tanto perturbava o povo português em horas amargas, estava a alterar o carácter britânico, límpido e leal, que tanto me habituara a apreciar*¹³.

Interrompidas, pois, a seu pedido, as funções de Governador Geral, e regressado, entretanto, a Lisboa, o major Norton de Matos embrenha-se na luta partidária, participando, ao lado de outros democráticos ou afonsistas – Álvaro de Castro, Sá Cardoso, António Maria da Silva e Freitas Ribeiro – numa conspiração triunfante contra a ditadura de Pimenta de Castro (o célebre 14 de Maio de 1915). A conjuntura era dramática e complexa. Uma guerra de proporções inusitadas, com várias frentes (europeia, africana, palestiniana...) trucidava, implacável, milhares de pessoas.

Os dois efêmeros Governos de José de Castro, que se sucedem de 17 de Maio de 1915 até à formação do segundo Governo de Afonso Costa, em 29 de Novembro desse mesmo ano, contam já com a presença do deputado democrático Norton de Matos, primeiro como Ministro das Colónias e depois, nas pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No segundo Governo Afonso Costa, no da efêmera “União Sagrada” (à qual não aderiram os unionistas) e no terceiro Governo afonsista, Norton de Matos manteve-se nessa decisiva pasta da Guerra.

Durante tão difícil e instável fase governativa, o coronel Norton de Matos viu o seu prestígio crescer de forma exponencial quer dentro do Partido Democrático (chegou a membro efectivo do Directório), quer no seio da Maçonaria (transitou da sua Loja de origem para a Loja “Acácia” de rito francês e integrada no Grande Oriente Lusitano Unido), e conseguiu organizar, com poucos meios e manifesta falta de tempo, o Corpo Expedicionário Português – motivo tanto de orgulho próprio e dos seus correligionários, como de crítica cerrada por parte dos anti-guerristas¹⁴. Não admira, por isso, que a ira dos descontentes o vitimasse, a par, obviamente, de Afonso Costa e de Bernardino Machado, na sequência do golpe sidonista de 5 a 8 de Dezembro de 1917, ao qual não conseguiu, enquanto Presidente interino do Ministério e Ministro da Guerra, opor uma eficaz resistência. A sua casa na Avenida Miguel Bombarda, nº 109, foi assaltada e teve de se refugiar no navio de guerra inglês *Woodnut*. Considerado desertor pelo 1º Governo do major doutor Sidónio Pais foi demitido do Exército.

Enquanto durou a experiência sidonista, ou seja, até ao assassinato de Sidónio a 14 de Dezembro de 1918, Norton de Matos permaneceu exilado em Londres, de onde seguiu o evoluir dos acontecimentos políticos em Portugal e os dramáticos episódios da guerra, sobretudo, na frente europeia.

Reintegrado no Exército com o posto de coronel até ser promovido, em 4 de Setembro de 1919, a general, agraciado com a grã-cruz da Torre e Espada, na vigência do Governo José Relvas (formado a 27 de Janeiro de 1919, após o malogro das tentativas restauracionistas da Monarquia do Norte e de Monsanto), foi nomeado delegado à

¹³ MATOS, Norton de – *Memórias...*, *ob. cit.*, vol. 2, tomo 3, p. 35.

¹⁴ Ver MEDINA, João (apresentação) – *Portugal na Grande Guerra. “Guerristas” e “Antiguerristas”. Estudos e documentos*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

Conferência de Paz¹⁵ e manteve-se nessas funções até Julho desse ano, mês em que regressa a Portugal e aqui se fixa, mas por pouco tempo... Em Abril de 1920 recebe o convite do Ministro das Colónias, Utra Machado, para ocupar o cargo, recém-criado, de Alto Comissário em Angola.

Investido de amplos poderes, dado que a Lei nº 1005 de 7 de Agosto de 1920 concedia às colónias uma acentuada autonomia e as Leis nº 1130 e 1131 (de 26 de Março de 1921) autorizavam os Altos Comissários a fazerem empréstimos e a relacionarem-se directamente com o Banco Nacional Ultramarino, apostou, de novo, num programa colonial “recortado” na acção e no pensamento do Marquês de Sá da Bandeira¹⁶ e de Paiva Couceiro, e projectado num vasto rol de medidas. Mas a ousada aplicação de um tal programa acabou por chocar com os interesses de poderosas entidades como eram a Companhia dos Diamantes de Angola e o Banco Nacional Ultramarino. O seu “estilo” de governação, o recurso a empréstimos e o alegado descontrolo das despesas públicas deram pretexto a campanhas hostis na Metrópole, como a encabeçada por Cunha Leal e condensada no seu verrinoso livro *Calígula em Angola* ou como a que germinou no seio do Congresso dos Deputados e a par de uma relação, por vezes, tensa e conflituosa com a tutela (é o caso do conflito com o Ministro das Colónias Rodrigues Gaspar). Em Setembro de 1924 parte para Lisboa e em Fevereiro de 1925 enfrenta e participa no debate parlamentar sobre a sua política. Sente-se “traído”, defende-se com o livro *A Província de Angola*¹⁷ e aguenta a pressão das “críticas e calúnias” até ao mês de Junho desse ano. Pede e é-lhe concedida a demissão de Alto Comissário.

Não tardou, porém, a ser nomeado Embaixador de Portugal em Londres¹⁸, para onde partiu no mês de Agosto de 1925 e onde, como se sabe, estivera exilado durante a “situação” sidonista. E será nesse posto diplomático que a Ditadura Militar, saída do 28 de Maio de 1926, o foi encontrar e logo que pôde – a 21 de Junho – exonerou-o.

Contra o “revirvalho”, a “ditadura das armas” e a “tirania de Salazar”

Com cerca de 59 anos de idade, o general Norton de Matos entrava numa nova e difícil fase da sua vida, marcada pelo confronto político com as autoridades da Ditadura e depois com o Estado Novo de Salazar. Em consequência da sua participação

¹⁵ Sobre os trabalhos da Conferência e o contributo de Norton de Matos, no âmbito da delegação portuguesa, ver FERREIRA, José Medeiros – *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 72-77; e ainda NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 266-272.

¹⁶ Da correspondência particular entre o general Norton de Matos e o coronel Henrique Pires Monteiro destacámos uma carta deste último, de 18 de Janeiro de 1945, onde se lê a dado passo: *De Gastão Sousa Dias recebi uma carta datada de 29 de Setembro, de Sá da Bandeira, em que me diz, em resposta: “Li já, como não podia deixar de ser, os dois volumes das “Memórias” do Sr. General Norton de Matos, que aqui em Angola têm sido muito apreciadas. São livros de uma grande elevação patriótica e moral, que focam todos os problemas angolanos, sobretudo o do indígena com visão verdadeiramente genial. Depois de Sá da Bandeira ninguém mais falou assim”. E Sousa Dias continua: “Dias antes tinha eu acabado de ler “O trabalho rural africano” dessa grande figura do Constitucionalismo. São filhos da mesma alma...”* (Sistema de Informação Família Norton de Matos [S.I.F.M.N.] - *Correspondência com o Pires Monteiro. Papéis para classificar*. Carta de Pires Monteiro de 18-1-1945, fls. 1v.-2. Pasta “Memórias”).

¹⁷ Ver MATOS, Norton de – *A Província de Angola*. Porto, Edição de Maranus, 1926, p. 390.

¹⁸ Ver NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 282-312.

na revolta falhada de 3 a 9 de Fevereiro de 1929 foi preso e enviado para a ilha de S. Miguel (Açores), fixando residência na cidade de Ponta Delgada, onde se lhe juntou a mulher, D. Ester Newton Pereira de Matos, companheira de jornadas desde a já remota e saudosa partida para a Índia...

Durante a permanência em Ponta Delgada verá o seu nome proposto pela Loja “Acácia” (a 6 de Dezembro de 1928) para Grão-Mestre adjunto da Maçonaria Portuguesa. A 7 de Dezembro morre o Grão Mestre Sebastião de Magalhães Lima e o sucessor eleito, António José de Almeida, morrerá, também, uns meses depois – a 31 de Outubro de 1929. Já regressado a Portugal, Norton de Matos acaba por ser eleito Grão Mestre, a 31 de Dezembro, para os anos de 1930 e 1931, mas só tomará posse a 30 de Abril de 1930. Desenvolverá, então, intensa actividade, participando em encontros maçónicos de carácter internacional. Reeleito Grão-Mestre prosseguirá, nos anos seguintes, os seus esforços em prol dos ideais maçónicos. No início de 1935, protestou publicamente contra o projecto de lei da Assembleia Nacional que proibia as associações secretas¹⁹ e que seria, não obstante a controvérsia gerada e os protestos de pessoas de quadrantes diversos e de intelectuais como Fernando Pessoa, aprovada e publicada no Diário do Governo de 21 de Maio desse ano.

A par de um tão intenso empenhamento na vida interna da Maçonaria Portuguesa, não deixou de se envolver politicamente na luta contra a Ditadura e o Estado Novo, presidindo à Aliança Republicano-Socialista (1931) e sendo vítima da repressão estatal. Durante a revolta da Madeira, iniciada em 4 de Abril de 1931²⁰ e logo propagada aos Açores, foi detido no Hospital Militar da Estrela, desde 10 de Abril até meados de Maio. Não voltará a ser preso, mas a sua acção ficará sob vigilância e a sua carreira profissional afectada: em 1935 é obrigado a abandonar o I.S.T., passa à situação de reforma no Exército e liga-se à actividade empresarial²¹.

Alternando a residência entre os arredores de Lisboa e Ponte de Lima, o general Norton de Matos dedicou os seus últimos dez anos de vida ao estudo de matérias técnico-científicas, nomeadamente a Fotogrametria, e político-coloniais, preparando para a História um conjunto de trabalhos, em que avultam as referidas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, *África Nossa* e *A Nação Una*²², além de um considerável acervo de artigos para a imprensa (colabora, desde 29 de Maio de 1931, *n’O Primeiro*

¹⁹ Data de 31 de Janeiro de 1935 a importante carta de Norton de Matos, Grão Mestre da Maçonaria, ao Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto Reis. É um documento de 4 fls., dactiloscrito, policopiado e estruturado em XII pontos argumentativos contra à lógica repressiva do referido projecto-lei. O exemplar que conhecemos possui umas notas autógrafas de Norton de Matos nas margens da 1.ª fl, a saber: *Para a Rita e o Raul lerem e guardarem. // José // Lisboa, 31 de Janeiro de 1935 (...)* *Para a Emilinha, sobrinha querida ler e guardar como recordação do meu proceder e do meu espírito. // Ponte de Lima, 15 de Setembro de 1946* (S.I.F.N.M. – dossier Maçonaria).

²⁰ Para a história desta revolta política veja-se, por exemplo, VARÃO, António Fernandes – *Infantaria 13 no movimento político da Madeira de 4 de Abril de 1931. (Palavras dum vencido)*. Faro de Vigo, 1932. Citámos o exemplar existente em Ponte de Lima e que tem a seguinte dedicatória: *Ao Ex.mo Snr. General Norton de Matos, ilustre republicano e estadista, homenagem do subordinado e amigo // António Fernandes Varão // Cabo Verde, S. Vicente // 16 de Setembro de 1933* (S.I.F.N.M.).

²¹ Ver NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 353-354.

²² MATOS, Norton de – *África nossa. O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto, Edições Maranus, 1953; e *Idem – A Nação una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Com um prefácio do Prof. Egas Moniz. Lisboa, Paulino Ferreira, 1953.

de Janeiro, estendendo-se ainda ao *Diário de Lisboa, República e Província de Angola*) e de “séries” temáticas, tais como o *Diário* ou *Memórias e Diário*, onde continuou a registar a sua impressão sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, e que constitui – basta ler o sub-título – o núcleo básico da presente comunicação.

Apesar do natural desgaste da idade, do “recolhimento literário” que impusera a si mesmo e dos desgostos de ordem pessoal que o abalaram imenso (a morte da sua única neta Ester Cândida a 20 de Dezembro de 1940 e a da esposa a 7 de Abril de 1941), o oposicionista Norton de Matos não se esquivou aos apelos para um regresso à política activa, assumindo em 1943 a presidência do MUNAF e da Junta Consultiva do MUD e aceitando, por fim, candidatar-se à Presidência da República²³, numa conjuntura particularmente difícil e delicada para o Estado Novo, dada a vitória dos Aliados e das ideias democráticas e socialistas sobre o fascismo e o nazismo. Quase octogenário, tornou-se o chefe incontestado de uma “oposição indomada e indomável”, congregação heteróclita de facções, que o seu perfil de moderado e o seu constante anti-salazarismo permitiu unir num objectivo comum: “o derrube da ditadura pelas forças democráticas”²⁴. Mas a autarcia salazarista estava empenhada em defender-se dos ataques dessas forças por todos os meios. E a 12 de Fevereiro de 1949, o velho general, alegando falta de condições para poder levar até ao fim, de forma pacífica, a sua candidatura, anunciava a inevitável desistência.

Saía, assim e de novo, vencido de um confronto desigual com Oliveira Salazar e com o candidato presidencial do regime – o Marechal Carmona –, mas continuava disponível para novos combates. Aos 86 anos de idade, mais precisamente em Agosto de 1953, profere uma conferência, em Aveiro, por ocasião da campanha eleitoral para deputados, e exprime aí, taxativamente, o seu ideário político e a sua mentalidade cívica: (...) *Respondi que diligenciaria levar o Executivo a fazer-lhes [aos comunistas] a maior das oposições: – na Metrópole sem quaisquer violências, mas pela maior propaganda e a melhor organizada possível, ainda que para isso tivesse o Estado de gastar avultada quantia: no Ultramar por meio de uma lei que não permitisse que qualquer comunista se conservasse naquela parte dos territórios portugueses e que fossem mandados todos eles regressar à Metrópole para ouvirem a propaganda que contra eles estavam fazendo os brancos metropolitanos e para publicamente dizerem de sua razão. De modo algum, se pode consentir a propaganda comunista feita a pretos de civilização primitiva, que em consequência dela serão levados a uma única conclusão – a da necessidade de eliminar todos os brancos. (...) O “meu segundo apelo” consiste em apontar a absoluta necessidade de se entrar francamente e rapidamente num regime de liberdade que politicamente coloque Portugal ao nível das grandes nações como sejam a França, a Inglaterra e os Estados-Unidos da América*²⁵.

²³ Ver SILVA, Armando Malheiro da – Para a história da oposição ao Estado Novo: a candidatura à Presidência da República do general Norton de Matos e o boletim Eleições Livres no distrito (1949). *Bracara Augusta*, Braga, 50, 104-105, fasc. 117-118 (2001-02) p. 327-405; e *Idem* – O Major e o General: o apoio de Miguel Ferreira e de seus correligionários, no distrito de Braga, à candidatura presidencial de Norton de Matos (1948-49), In: *Actas das Terceiras Jornadas de História Local: Fafe Século XX: alguns aspectos*. Fafe: Câmara Municipal, 2002, pp. 455-551.

²⁴ ROSAS, Fernando et al. (org.) – *Uma oposição indomada e indomável. Campanha eleitoral do general Norton de Matos 1948/49. Catálogo*. Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa, 1994. Veja-se, sobretudo, “Fontes e bibliografia de apoio: obras consultadas”, pp. 54-56.

²⁵ MATOS, Norton de – *Conferência*. Aveiro, Edição dos Candidatos Democratas por Aveiro, 1953, pp. 14-15

Doente e atormentado, fixou-se na sua casa de Ponte de Lima, em “convívio” constante e balsâmico com livros, jornais, revistas e velhos papéis. Confiado num “juízo” favorável da História, aguardou a morte. E ela chegou num dia de Inverno – 2 de Janeiro de 1955²⁶.

3. “Memorar”²⁷ contra a difamação e contra um “mau juízo” da História

A sinopse biográfica evocada permitem enquadrar e, em especial, pôr em relevo quatro tópicos controversos do comportamento político e ideológico de Norton de Matos quando exerceu certas funções públicas:

- (A) como Governador-Geral de Angola na década de dez e Alto-Comissário em Angola na primeira metade da década de vinte a sua acção (reflexo vivo do seu ideário maçónico e democrático) distinguiu-se e impôs-se, deixando marcas indeléveis, mas também uma contestação feroz que o atingiria duramente;
- (B) como Ministro da Guerra entre 1915 e 1917 foi o responsável pelo, então denominado, *Milagre de Tancos*, ou seja, a preparação do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), contingente de tropas que num prazo relâmpago de meia dúzia de meses embarcou para a Flandres a fim de combater, ao lado dos Aliados, contra os alemães;
- (C) o golpe militar de Sidónio Pais de 5 a 8 de Dezembro de 1917 lançou-o na sua primeira dura experiência de exílio político em Inglaterra e possibilitou que os anti-guerristas como o general Amílcar Mota ensaiassem no Congresso dos Deputados um “processo de condenação” política e pública desse *Milagre*, visto por eles como *Pesadelo*²⁸; e
- (D) na sequência da sua tão vigorosa, quão difícil e atribulada candidatura à Presidência da República, tendo desistido quase à boca das urnas contra a sua vontade, guardou até morrer uma profunda mágoa e desconfiança crítica contra os comunistas.

Enunciados os tópicos, chegou o momento de os observarmos com atenção.

Tópico A:

É, sem dúvida, o mais central no seu *curriculum vitae* e em prol do qual investiu tanta energia, tantos cuidados e colheu bastante amargura. O seu biógrafo deteve-se no Capítulo 9 a acompanhá-lo na sua missão de Alto-Comissário em Angola, que significou um regresso ao local do seu visionarismo de fomentista colonial e de mentor

²⁶ Para a elaboração deste apontamento biográfico recorremos à imprescindível *Cronologia* in: GRÊMIO LUSITANO – *Norton de Matos (1867-1955) no 25º aniversário da sua morte. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa organizada pelo... e com introdução de A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa, Biblioteca Nacional, Junho de 1980 (policop.).

²⁷ São do punho do general estas palavras: “*Memorar*” é, sem dúvida, a função deste volume e dos mais que se lhe vão seguir... “*Recordar*” é o trabalho que a mim próprio impus para não meditar demasiadamente... (MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, ob. cit., vol. 1, tomo 1, p. 118).

²⁸ Ver SILVA, Armando Malheiro – *Sidónio e Sidonismo: vol. 1 História de uma vida; vol. 2 – História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

de um vasto Portugal uno e diverso, capaz de reeditar a mitológica epopeia, cantada por Luís de Camões em *Os Lusíadas*, de Nação descobridora e civilizadora pelas sete partidas do Mundo. Foi um regresso estimulante e uma aventura espinhosa, no fim da qual, em finais de 1923 e meados de 1924, havia, como sintetizou José Norton, *Muita gente a bater num homem só*²⁹:

O Banco Nacional Ultramarino, pela mão do seu governador João Ulrich, publica uma carta aberta à Associação de Luanda, em resposta aos ataques desta. O objectivo do banco, segundo Quirino de Jesus, técnico que o governo encarregara de estudar a situação monetária e creditícia de Angola, era “atirar para cima do alto-comissário todas as responsabilidades da crise. Tentava mesmo voltar, se fosse possível, contra o primeiro magistrado de Angola o comercio da província”. Cinicamente o banco declarava-se pronto a salvar o comercio se o governo regional prescindisse das transferências mensais que contratara e devolvesse uma parte dos empréstimos concedidos, pondo então esses meios ao serviço das transacções mercantis!

Foi com este problema sem resolução, com a economia de Angola estrangulada, que se agendou a interpelação ao ministro das Colónias sobre o resultado da acção dos altos-comissários (para Moçambique também tinha sido nomeado um), que se viria a prolongar por vários dias.

Cunha Leal funcionou como o testa-de-ferro de todos aqueles que em Angola se sentiam descontentes com Norton de Matos, mas sobretudo os que lhe disputavam o poder. Não foi só Venâncio Guimarães. Muitos outros lhe foram fornecendo a lenha com que haviam decidido queimar Norton de Matos. Continuava activo em Angola o grupo de Simões Raposo que já em 1912 se lhe opusera, a que outros nomes se vieram juntar, não sendo dos menos activos, Galileu Correia, cambista, membro do Conselho Legislativo e com peso na forte Associação Comercial de Luanda.

Fruto de despeitos, invejas ou verdadeiras situações de injustiça, chegaram-lhe à mão elementos pormenorizados de um sem-número de questões isoladas, relacionadas com a administração de Angola.

Por outro lado, com a ajuda de pessoal do Ministério das Colónias, que como perdigueiros andavam no rasto de Norton, trouxe a público muitos documentos reservados e confidenciais, que traduziam divergências de opinião e críticas do funcionalismo em relação a actuações do alto-comissário.

O próprio governo de Angola, através dos muitos que na cara de Norton de Matos se acobardavam, mas que pela calada o traíam, promoveu caudalosa fuga de informações.

Mesmo sem ter conhecimento directo de muitos dos casos, Cunha Leal conseguiu pinta-los com as cores fortes da sua veia de tribuno, arrasando por completo a acção de Norton de Matos³⁰

A demolidora carga de Cunhal Leal sobre a actuação governativa de Norton de Matos em Angola, esmiuçada, como se vê, pelo seu credível biógrafo e de que extractamos apenas uma parcela significativa, ajuda a compreender como o abandono de funções

²⁹ NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, p. 293.

³⁰ NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 293-294.

foi traumático para o general e foi-o, sobretudo, por ser ferido por farpas saídas das hostes republicanas. E contra elas se procurou defender redigindo em 1925, quando já desempenhava funções diplomáticas como Embaixador de Portugal em Londres, e publicando em 1926, o livro *A Província de Angola*, que constituiu um primeiro e urgente acto de auto-defesa. Seguiu-se-lhe até quase ao fim da vida, até ao seu *A Nação Una*, submetido, sem sucesso e apesar do voto favorável de seu parente Professor Egas Moniz, a concurso do Prémio Abílio Lopes do Rego sobre administração colonial da Academia das Ciências de Lisboa, em 1952, uma profusão imensa de páginas escritas sobre questões coloniais e, forçosamente, sobre a justeza das medidas que tomou quando investido do difícil dever de passar da teoria à prática num vasto território ultramarino onde quase tudo estava por fazer. Onde urgia, na sua visão fomentista e civilizadora, impor a presença institucional e administrativa da República por todo o lado através de uma concepção descentralizadora face à Metrópole, ensinar a língua pátria, assimilar as populações indígenas, abolir formas directas e indirectas de escravatura (o regime do indigenato era, por isso, para ele um alvo a abater) e atrair abundantes somas de capital à província mediante a celebração de empréstimo e da criação de oportunidades de negócio nos sectores primário e secundário³¹.

As questões coloniais e a defesa do programa fomentista em Angola avultam, de facto, como o tópico dominante na escrita de Norton de Matos para a posteridade. Desde 1931, na colaboração periodística que manteve com o *Primeiro de Janeiro* e se estendeu a outros jornais, nomeadamente, a *Província de Angola*, e em apontamentos manuscritos, que foram engrossando dossiês rotulados de *para as Memórias*, teceu paciente e persistentemente um *corpus* de doutrina teórico-prática tendente a modernizar e a perpetuar, utopicamente, o que Gervase Clarence-Smith designou de *terceiro império português*³² ou, simplesmente, *império africano* na expressão usada por Valentim Alexandre³³. Utopicamente, porque a concepção colonial de Norton de Matos, fruto de uma época e de uma mentalidade, baseava-se na idealização do papel de Portugal como potência civilizadora com vocação e destino especiais, ditados pelo legado da ínclita geração (sécs. XIV-XV) e pelo caso modelar do Brasil, no modo de relacionar-se com diferentes povos, arrancando-os alegadamente das trevas e da barbárie. A utopia do general ficou consubstanciada nas suas *Memórias e trabalhos da minha vida*³⁴ (nos quatro volumes de 1943-1945 e nos dois que ficaram inéditos até

³¹ Ver SILVA, Armando Malheiro da; GARCIA, José Luís – Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 17 (1995), p. 349-404; e SILVA, Armando Malheiro da – General Norton de Matos (1867-1955): aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico: o militar, o colonialista e o democrata. *Africana Studia. Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto, 6 (2003), pp. 176-192.

³² Ver CLARENCE-SMITH, Gervase – *O Terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

³³ Ver ALEXANDRE, Valentim – Origens do colonialismo português moderno (1822-1891). In: *Portugal no século XIX: antologia de textos históricos*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

³⁴ Parece-nos oportuno destacar a explicação editorial dada no estudo inserto no primeiro volume das *Memórias* (re)editadas (em três volumes, contendo dois tomos cada um): *Antes porém de juntar num mesmo todo as duas partes, a já conhecida e a inédita, parece útil que nos detenhamos sobre algumas questões que, sendo de interesse biográfico, nos ajudarão a melhor compreender o trabalho e o seu autor. Tentemos perceber, em primeiro lugar, o motivo ou motivos que terão levado à interrupção após a edição do volume IV em 1945.*

2004) e teve o seu texto culminante em *A Nação Una*, em cujo capítulo de abertura *Designio* é dito de forma lapidária:

I – O fim deste estudo, o seu propósito único, é clamar perante o povo português na sua totalidade, seja qual for a terra onde habite, a sua raça, a sua cor, que crie a *Nação Una*, que a erga forte e esplendorosa.

II – A Unidade da Nação não existe ainda, apesar de a termos visionado há cinco séculos. Apenas a sentimos, mais do que a vemos, na região a que se chama “Metrópole”; à sua não existência se deve o início de pretensões separatistas em cada uma das partes da Nação, que, a desenvolverem-se, serão a causa de isolamentos, de afastamento ao invés de ligação; na Metrópole só poderá manifestar-se em forte verdade a unidade nacional, quando essa unidade se expandir intensamente para as outras partes da Nação e quando delas voltar de ricochete ao seu ponto de partida. Tudo continuará a depender da força de atracção do velho Portugal; se esta força cessar, a Pátria desaparecerá e as diversas partes da Nação ou se tornarão independentes ou irão alargar outras nações³⁵

Por este extracto capta-se a convicção de Norton de Matos no seu colonialismo nacionalista e moderno (articulando vários matizes diferentes: socialismo utópico, eurocentrismo antropológico, demoliberalismo político, humanismo maçónico e capitalismo de cariz keynesiano, ou seja, estimulado pelo investimento público forte), mas também o seu lúcido receio de que o pós-Guerra e a tensão crescente gerada pela Guerra Fria ameaçavam a presença portuguesa no Ultramar e das duas uma: ou se construía a sua Utopia colonial ou se esfumaria a derradeira e melhor “ideia de Império”!...

Sabemos pelo autor que interrompeu a redacção do V volume a partir de inícios desse ano, informando-nos ainda que entregou como pronto o volume IV em Maio de 1945. Estaria assim a trabalhar ao mesmo tempo, tendo suspenso a escrita de um, para terminar o outro. Não reatou, porém, o labor já encetado. Porquê? Poderia pensar-se que alguma pressão ou mesmo imposição de natureza política tivesse levado a essa suspensão. Mas, por um lado, estava-se ainda na aparente primavera de esperança que acompanhara a vitória dos Aliados e, por outro, a intervenção na Grande Guerra, tema do volume V, havia muito que tinha sido assumida por todas as correntes políticas como página gloriosa da História de Portugal e do seu Exército (o processo da evocação patriótica começara logo durante o sidonismo). É o próprio autor que, no texto do último volume, nos dá uma pista: circunstâncias diversas, e que não vêm para o caso, obrigaram-me a suspender tão largo projecto. Continha-se nesta frase, de tom reservado, um desabafo relacionado com factos da sua mais recolhida intimidade. Na verdade, nesse ano de 1945 agudizou-se um conflito que se arrastava com o genro, obrigando o general a afastar-se não só da sua filha doente como da própria casa que sonhara e construíra. Essas circunstâncias encheram-no de desgosto e perturbaram profundamente a sua vida. Não deixou, porém, de desenvolver uma importante actividade política, mas não lhe foi possível desfrutar da tranquilidade necessária à continuação do trabalho que se tinha proposto. E só passado o auge desta nova e intensa fase existencial, – a campanha para a presidência da república e o respectivo rescaldo psicológico –, voltou Norton de Matos às Memórias e Trabalhos da sua vida. Mas cabe agora perguntar também porquê e como recomeçou. Por um lado, voltava a estar do ponto de vista político numa posição intocável e de destaque. A idade, a acentuada demarcação relativamente aos comunistas e a legitimidade que as primeiras brisas dos ventos da história davam aos pontos de vista que defendia, reforçavam a autoridade da sua voz. Por outro lado, é de supor que amigos e editor tenham juntado as suas vozes para o convencer a deitar novamente mãos à obra. Aliás, a continuação estava por ele mesmo anunciada e fazia falta para rematar o edifício que decidira construir (SILVA, Armando Malheiro; NORTON, José Pedreira Castro – O General Norton de Matos e o seu tempo, 1867-1955. In: MATOS, Norton de – Memórias e trabalhos..., ob. cit., vol. 1, pp. 38-39).

³⁵ MATOS, Norton de – *A Nação una*, ob. cit., p. 7.

Mais adiante na mesma obra deparamos – e destacamos, aqui, a titulo meramente ilustrativo – o seu *Designio* ou *Utopia do Portugal Maior*:

V- A *Autonomia Administrativa* de cada uma das partes da Nação (...)

VI – A *Civilização* dos habitantes que os portugueses encontraram nas terras que descobriram e ocuparam e que há cinco séculos estão diligenciando transformar em portugueses como eles. (...)

VII – O *Povoamento*, com portugueses de cor branca, das terras ocupadas, tendo sempre em vista a constituição da nação Una como um povo único, oriundo de diversos povos e raças, que continuará perenemente a ser o povo português, cuja cor como que desapareça em presença da civilização igual, da língua única, dos mesmos usos e costumes, de mentalidade nacional idêntica – o Portugal Maior dos nossos sonhos seculares. O povoamento tem de ser feito por famílias, por grupos de famílias, principalmente. Nunca esquecer no seu planear a mulher portuguesa.

VIII – Vem a seguir o levantar, sobre estes três pilares, do edificio grandioso que será Portugal de Aquém e de Além-Mar. Esta grande acção nacional conseguir-se-á principalmente pelo *desenvolvimento* em larga escala das regiões portuguesas do Ultramar³⁶

Lendo com atenção o seu último livro, publicado em vida, percebe-se tratar-se de um manifesto de reafirmação do seu visionarismo político-colonial e do prolongamento das *Memórias e trabalhos...*, como é evidenciado pelos títulos de vários capítulos no quadro abaixo:

[parte] Evocação	A minha acção em angola: governador geral, de 17 de junho de 1912 a 6 de março de 1915. Alto comissário da república, de 16 de abril de 1921 a 30 de junho de 1924 (p. 21-202)
Cap. 1	A Posse (pp. 23-25)
Cap. 2	A Conspiração (pp. 26-28)
Cap. 3	A Primeira Transformação de Angola. Passagem da organização administrativa militar para a organização administrativa civil (pp. 29-36)
Cap. 4	A Segunda Transformação de Angola. As Estradas (pp. 37-42)
Cap. 5	A Terceira Transformação de Angola Proibição do comércio de pólvora e armas e o desenvolvimento da Província (pp. 43-45)
Cap. 6	A Quarta Transformação de Angola. Assistência média aos indígenas e melhoria das suas condições de vida (pp. 46-55)
Cap. 7	O Congresso de Medicina Tropical [16 a 23 de Julho de 1923] (pp. 56-60)
Cap. 8	A Quinta Transformação de Angola. Proibição de bebidas alcoólicas (pp. 61-64)
Cap. 9	A Sexta Transformação de Angola. O novo indígena: – da condição de trabalhador recrutado para o de proprietário e cultivador rural. O aumento de produção. Os géneros pobres (pp. 65-89)
Cap. 10	A Sétima Transformação de Angola. A Educação e a Instrução (pp. 90-108)
Cap. 11	A Oitava Transformação de Angola. A vida de família e conforto dos europeus. Habitações, transportes, comunicações, segurança e ordem pública (pp. 109-117)

³⁶ MATOS, Norton de – *A Nação una, ob. cit.*, pp. 8-9.

[parte] Evocação	A minha acção em angola: governador geral, de 17 de junho de 1912 a 6 de março de 1915. Alto comissário da república, de 16 de abril de 1921 a 30 de junho de 1924 (p. 21-202)
Cap. 12	A Organização Financeira. O pouco que pude fazer como Governador Geral; o que fiz como Alto-Comissário da República (pp. 118-144)
Cap. 13	Organização e Montagem das Instituições Administrativas (pp. 145-174)
Cap. 14	Concessões de terrenos e Outras (pp. 175-181)
Cap. 15	A Questão Racial (pp. 182-202) NB: os Capítulos 16 [Explicação do Desígnio A) A Unidade Nacional Números 1 a 7] e 17 [Continuação B) Organização e Administração [Números 8 a 36] concentram o plano estratégico de princípios e medidas concretas para que Portugal Maior se cumpra

No mesmo ano de 1953, mas em Janeiro, saía dos prelos *África Nossa*, servido por um subtítulo longo com a força de todo um programa: *o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Na folha de rosto, o autor achou por bem incluir uma epígrafe da sua lavra que sintetiza na perfeição a sua aposta perene num memorialismo de defesa e combate:

Tudo o que fizeste e julgaste bom, o que o teu trabalho criou, o que a tua experiência aperfeiçoou, tudo o que dos teus actos crês ter resultado de bem, de confiança, de esperança e de alegria para os homens, tudo o que te consola e te orgulha por a ti se dever, – conta-o, proclama-o e repete-o continuamente, como de cima de uma alta coluna onde estivesses colocado: – e que no solo onde ela se levanta, fiquem os teus erros, as tuas fraquezas e os teus desânimos.

Este livro de 199 páginas formou-se em torno de dez artigos publicados, havia pouco tempo, por Norton de Matos em *O Primeiro de Janeiro*, como explicou nas primeiras linhas do Prefácio e cujas linhas finais rezam assim:

Os dez artigos que vão ler-se neste opúsculo; alguns que os antecederam e que indicam a evolução no meu pensamento; as palavras deste Prefácio e as que se lhe seguem; a exposição da Unidade Nacional; a minha Circular de 17 de Abril de 1913; e a legislação que, mais ou menos directamente, se prende com a protecção, à dignificação e à assimilação dos bantas, mostrarão o que mais conveniente julgo para se realizar a obra civilizadora em que há tantos séculos estamos empenhados.

Apresento apenas as traves mestras do edifício a erguer; os alicerces fui busca-los à nossa história, ao génio do povo português e procurei humildemente seguir o exemplo que nos deixaram os nossos maiores em terras da África e da Índia; os pormenores, se alguns tracei, foi apenas para me fazer compreender melhor, para indicar a linha geral do caminho a seguir e para pedir que o percorram depressa³⁷

³⁷ MATOS, Norton de – *África nossa, ob. cit.*, p. 28. A estrutura deste livro é a seguinte: I – Prefácio (pp. 9-28); II – Exortação aos habitantes do Ultramar Português (p. 31-51); III – Os dez artigos de “O Primeiro de Janeiro” [em que repudia, em prol do assimilacionismo, a tese “a África para os Africanos” e evoca o seu passado de Governador Geral e de Alto-Comissário em Angola] (p. 55-113); IV – Referencia e considerações sobre artigos antecedentes [inclui quatro artigos seus, três dos quais publicados em “O Primeiro de Janeiro”]: (1) *Como pretendi povoar Angola*, de Outubro de 1933; (2) *Ocupação intensiva do território nacional*, de 28 de Junho de 1948; (3) *A Civilização Africana*, de 16 de Outubro de 1951; (4) *Uma*

Estendendo a leitura de *A Nação Una* e de *África Nossa* ao tomo 6 da reedição em três volumes das *Memórias e trabalhos...* não repugna admitir que estas unidades textuais aparecessem interligadas num único volume, “limpo” de algumas repetições. Bastam, para confirmar esta ideia, as palavras iniciais do *Esclarecimento* (de abertura do tomo VI, vol. III): *Não me foi possível, apesar das suas 368 páginas, incluir inteiramente no tomo III das minhas “Memórias” as linhas principais do meu plano de transformação de Angola, que tentei levar a cabo em dois governos desta grande província de Portugal*³⁸. Mas podemos ir um pouco mais longe e reproduzir aqui a titulação dos capítulos das primeira e segunda partes da obra:

<p>Parte I A projecção do passado sobre o presente</p>	<p>Cap. 1 Uma conferência realizada na Bélgica Cap. 2 discurso pronunciado na sessão solene do congresso de medicina tropical, primeiro que se realizou em África Cap. 3 “Regimento” dado pelo rei d. Manuel I sobre os passos a dar para colonizar o Congo Cap. 4 Finalidade histórica (discurso de 23 de novembro de 1923) // discurso na câmara municipal de Lisboa Cap. 5 Um artigo</p>
<p>Parte II Os regimes aduaneiros do ultramar português no quadro da unidade nacional</p>	<p>Cap. 1 Regime alfandegário dentro da nação una Cap. 2 Preferências Cap. 3 A minha reforma aduaneira de Angola Cap. 4 Decreto nº 169, de 23 de junho de 1922, do alto-comissário da república em Angola Cap. 5 Portaria provincial do governador geral de Angola, Norton de Matos, de 12 de março de 1913 Cap. 6 Comentários finais Cap. 7 A minha concepção de nação portuguesa (artigo publicado no boletim da sociedade luso-africana do Rio de Janeiro, em setembro de 1933)</p>

E se continuarmos a ler da frente para trás, as ressonâncias e semelhanças prosseguem nos dois tomos reunidos no segundo volume das *Memórias e trabalhos...* No tomo 3 há duas partes. A primeira intitulada *A Situação de Angola em 1912-1913*, com dois capítulos (Cap. 1 – *Análise Geral*, p. 7-64, e Cap. 2 – *Os Obstáculos Permanentes*, p.65-113). A segunda intitulada *As Sete Grandes Transformações de Angola em oito capítulos salpicados de gravuras e que corresponde bastante à parte *Evocação* do livro *A Nação Una*. Pode dizer-se, sem exagero, que a segunda parte do tomo 3 das *Memórias e trabalhos...* reaparece, com modificações e supressões, no último grande sopro discursivo do general.*

No tomo 4 do vol. 2 é possível detectar a intenção do autor de evocar o importante papel desempenhado na preparação do C.E.P. e da intervenção de Portugal na Guerra de 1918-1918. Ela está patente no Cap. 2 *A preparação da invasão de Angola*

Experiência de colonização em Angola] (p. 117-143); V – A Unidade Nacional (p. 147-150); VI – Circular do Governador Geral de Angola, de 17 de Abril de 1913 (p. 153-174); VII – Cópia de alguns artigos do regulamento das Circunscrições Cíveis, de 17 de Abril de 1913, a que se refere a circular da mesma data, que acaba de ler-se (p. 175-184); e VIII – Medidas, deliberações e legislação sobre os naturais dos territórios portugueses d’Além-Mar (pp. 187-199).

³⁸ MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, ob. cit., vol. 3, tomo 6, p. 471.

e *Moçambique pela Alemanha* (p. 339-443), onde se sucedem elementos dispostos de forma a reforçar a tese, cara a Norton de Matos, de que a Alemanha pretendeu expulsar Portugal de Angola e de Moçambique, tese que formou e pôde constatar no terreno enquanto Governador Geral e que o motivou na sua postura guerrista e intervencionista: Portugal não poderia deixar de ir para a Flandres a fim de derrotar os Impérios Centrais e defender as suas possessões ultramarinas. O seu anglofilismo genealógico e intelectual impediam-no de ver a Grã-Bretanha como uma infiel e pouco fiável Aliada. Uma espécie de germanofobia obcecou-o plenamente, impedindo-o de desconfiar da atitude dúbia e comprometida dos ingleses face ao expansionismo imperial germânico. No seu estilo algo avulso e dispersivo Norton de Matos não se esqueceu dos argumentos denunciadores das pretensões africanas dos alemães na parte primeira intitulada *Angola no Mapa de África* (p. 251-261) e na parte terceira *África Política* (p. 305-400) do tomo 2 do vol. 1 das *Memórias e trabalhos...*

A evocação da obra político-administrativa iniciada, retomada e interrompida em Angola, bem como as premissas e valores do Portugal Maior ou da Nação Una pressupõem uma crítica que se percebe patente no livro de 1953 e no tomo 6, dedicado à sobrinha D. Emília da Silva Dias Norton de Matos, em Ponte de Lima, a 25 de Outubro de 1951, ao modelo colonial que o Estado Novo adoptou e implementou através da acção ministerial de Armindo Monteiro³⁹, modelo patente no essencial das críticas dirigidas por Cunha Leal e outros à política do Alto-Comissário em Angola de 1921 a 1924 e que não rompia com a estreita visão de controlo apertado da administração e finanças dos governos coloniais e de aproveitamento dos recursos das colónias, explorando a mão-de-obra e investindo pouco em infra-estruturas de acordo com uma lógica absentista e avara de risco financeiro mínimo em territórios que se possuíam e se exibiam como legado imperial, mas em que não se deveria mexer muito...

A auto-defesa de Norton de Matos em matéria colonial e, especificamente, sobre Angola dirigiu-se sempre para os que dentro da “sua” República o criticaram e contra os que partilharam as mesmas ideias desses críticos já sob a batuta de Oliveira Salazar. Por isso, não deixou de ser surpreendente e uma efectiva reviravolta, justificada pelo eclodir da guerra colonial, quando, em 13 de Abril de 1961, foi empossado Ministro do Ultramar o Doutor Adriano José Alves Moreira (permaneceu em funções apenas até 4 de Dezembro de 1962), cujo pensamento e acção se revelariam próximos e até na linha da Utopia nortoniana. Só que o anacronismo em política só pode redundar em fracasso... Um modelo concebido e praticado na primeira metade do séc. XX (e já com reconhecido atraso) poderia ser viável na segunda metade desse mesmo século quando as principais potências colonizadoras haviam enveredado por processos em domínio de descolonização?!... Conhecemos a resposta... Nesse ano e alguns meses de governação ultramarina, se o general Norton de Matos ainda estivesse vivo (falecera seis anos antes) não deixaria de se sentir recompensado por ver as suas ideias de novo em prática. Uma sensação, porém, efémera, pois não tardaria muito a saborear, de novo, a amargura da derrota.

³⁹ Ver OLIVEIRA, Pedro Aires – *Armindo Monteiro: uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2000, pp. 75-126.

Tópico B

Não deve surpreender que nos tenhamos estendido bastante no tópico anterior dada a centralidade que ele teve na estratégia memorialística de auto-defesa de Norton de Matos. Os outros tópicos recenseados tiveram uma expressividade menor e daí que possam ser abordados de forma mais sucinta.

A preocupação com a salvaguarda e o fomento das províncias ultramarinas, de acordo com a legislação e o modelo autonomista de final da Monarquia que a República haveria de consagrar e desenvolver, influenciou decisivamente o desempenho político-militar assumido por Norton de Matos como Ministro da Guerra nos Governos de Afonso Costa e da “União Sagrada”, resultante da efémera aliança do Partido Democrático afonsista e do Partido Evolucionista de António José de Almeida⁴⁰. Não se pode dizer que todos os guerristas se moveram pelo mesmo *leit-motiv* básico e não custa compreender que para um Afonso Costa ou um João Chagas o rompimento da “neutralidade beligerante”, mantida pelos Governos até à insurreição militar de 14 de Maio de 1915 que derrubou o Executivo conservador do general Pimenta de Castro, fosse justificado pelo imperativo de criar um objectivo galvanizador e heróico capaz de superar as divisões internas no campo republicano, prestigiar a República no cenário internacional e junto das potências Aliadas, nomeadamente a Inglaterra, e neutralizar o “perigo espanhol”. Estes objectivos não passaram indiferentes a Norton de Matos, mas na sua cabeça os apetites coloniais alemães constituíam a razão primeira para que Portugal ajudasse nas planícies da Flandres a cortar as cabeças da “hidra boche”...

Deixou descritos, logo nos tomos 1 e 2 das suas *Memórias e trabalhos...*, os contornos históricos dessa ameaça, mas foi no tomo 5 que concentrou a *Segunda Parte* (a primeira ficara no tomo 4) intitulada *A Caminho da Formação do Corpo do Exército Português. Do início da Primeira Guerra Mundial (3 de Agosto de 1914) à Parada de Montalvo em Tancos (22 de Julho de 1916)*. Escreveu-o não só para se defender dos anti-guerristas e de alguns germanófilos, sendo certo que a opção por um neutralidade condicionada pelo espírito do tratado da velha aliança com a Grã-Bretanha grassou entre o oficialato e as hostes republicanas, mas também e sobretudo para homenagear e exaltar *o esforço da Raça, manifestado na intervenção militar de Portugal nos diferentes teatros de operações da Grande Guerra*⁴¹. Não foi, aliás, por acaso que o texto de abertura se intitula *Apresentação em Palavras Antigas* e solicitado para um relatório final da “Comissão dos Padrões da Grande Guerra”, organismo composto por *oficiais do exército, da armada e indivíduos da classe civil, antigos combatentes portugueses da Grande Guerra*, empenhados em erigir de norte a sul do país padrões ou monumentos à memória dos soldados mortos nos campos de aço e sangue da Flandres.

A “Comissão dos Padrões da Grande Guerra” não mereceu ainda a atenção devida, mas ela teve influência no processo de decadência da I República e no comportamento político dos militares nos anos 20. No que respeita a Norton de Matos, o papel de destaque que exerceu desde a primeira hora⁴² e os laços de solidariedade que reforçou

⁴⁰ Ver TORGAL, Luís Reis – *António José de Almeida e a República: discurso de uma vida ou vida de um discurso.. Selecção de imagens de Alexandre Ramires*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 141-151.

⁴¹ MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, *ob. cit.*, vol. 3, tomo 5, p. 15.

⁴² Sobre este organismo ver Apêndice 1 de MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, *ob. cit.*, vol. 3, tomo 5, pp. 257-258.

com camaradas de armas, de terra e mar, contribuiu, seriamente, para montar o “escudo protector” que o envolveu e protegeu do Estado Novo e seus algozes, recebendo de militares ligados à Ditadura Nacional e ao regime subsequente uma estima e um respeito que se entende no âmbito daquilo a que Raoul Girardet designou por *société militaire*⁴³. Este aspecto explica, em parte, o seu posicionamento face ao “reviralhismo” ou à estratégia oposicionista de derrubar Salazar pela acção armada⁴⁴. Distanciou-se desta via, alegando que se opunha ao enfrentamento fratricida entre militares: os camaradas de armas tinham o dever de solidariedade e cumplicidade entre si.

No Cap. 1 (p. 19-80) demarca-se da ambiguidade perante a Grande Guerra reflectida pelos Governos em contraponto à “atitude nacional” expressa nas ruas de várias cidades, onde a multidão *congregava-se e ouviam-se as primeiras vivas à França, à Inglaterra e à Bélgica. Sentia-se que a Alemanha era o inimigo e que era mister atacá-lo*⁴⁵. Nesse período, porém, ainda não seria visível a contestação à Guerra, transversal a diferentes sectores e grupos sociais de uma ponta a outra do país e que era publicamente notória e reconhecida em finais de 1917. Ou, pelo menos, não o era, nem nunca foi para o obreiro do “Milagre de Tancos”. No Cap. 2 não são poupadas críticas duras ao Governo, apelidado também de “ditadura”, do general Pimenta de Castro:

Quanto ao seu espírito e à sua maneira de actuar foi esta ditadura caracterizada pelo desprezo, o rancor e o ódio, a tudo o que representasse liberdade, democracia e respeito pela dignidade humana e, acima de tudo, pelo mais abjecto de quanto representasse manifestação verdadeira da opinião pública, quer encarnada em instituições parlamentares e livremente eleitas, quer exposta pela imprensa e pela palavra em reuniões públicas ou em assembleias de homens livres, quer emanada dos corpos municipais, quer manifestada na defesa e na acusação dos tribunais judiciais, quer erguida em clamor de protesto contra injustiças, violências, torturas e assassinatos policiais⁴⁶

Elegantes e compreensivas são as referências ao Presidente da República desse conturbado período, o prestigiado e histórico republicano Manuel de Arriaga, que entregara o Poder ao seu velho amigo Pimenta de Castro. Sidónio Pais, futuro protagonista cimeiro da *Segunda Ditadura* (1917-1918), já nessa altura Ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim, é denunciado como incapaz de perceber as intenções expansionistas da Alemanha em Angola concretizadas no incidente de Naulila. Denúncia firmada nos documentos oficiais do *Livro Branco*, que constituem a principal fonte da narrativa tecida a partir do Cap. 2 até final do tomo e se acham alinhados muitos deles na Segunda Parte reservada a Apêndices (p. 257-466).

A sua participação na Junta revolucionária que depôs Pimenta de Castro é evocada, com contenção, no Cap. 2 (A Primeira Ditadura e o 14 de Maio de 1915), mas onde se espraia e se sente à vontade é a explicar as circunstâncias, os princípios e as medidas que assumiu para formar *um Exército digno da Pátria ao lado das potencias amigas*.

⁴³ GIRARDET, Raoul – *La Société militaire*. Paris: Plon, 1953.

⁴⁴ Ver FARINHA, Luís – *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁴⁵ MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, ob. cit., vol. 3, tomo 5, p. 21.

⁴⁶ MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, vol. 3, tomo 5, p. 99.

Este propósito apologético derrama-se pelos Caps. 4 (A Formação de um Exército) e 5 (A Concentração de Tancos) sem revelações novas ou surpreendentes. Em sua defesa transcreve aí trechos de autorizadas penas que justificam porque a revista e parada em Montalvo, em 22 de Julho de 1916, foram consideradas o coroar do *Milagre de Tancos* e porque não vingaram os boatos e as intrigas dos defectistas reunidos, pelo general, sob o epíteto depreciativo de *5.^a columna*. Dando voz ao general Ferreira Martins, que *era um dos mais ilustres escritores militares dos nossos tempos*⁴⁷, mostra como lhe pareceu adequada a expressão que se espalhou num ápice qual rastilho:

... enorme e prestantíssimo trabalho de organização e de instrução militar, cujo efeito surpreendente foi bem traduzido no nome por que ficou sendo conhecido no exército, – Milagre de Tancos! Milagre pode realmente chamar-se esse esforço hercúleo que conseguiu fazer sair em pouco tempo do nada, que era então o misérrimo exército português, uma divisão devidamente organizada e apetrechada que, durante cerca de três meses de trabalho insano de instrução no campo e nos arredores de Tancos, se preparou convenientemente para entrar em campanha na metrópole ou fora dela, onde quer que a chamasse o sagrado dever de bem servir a Pátria.

Milagre, na verdade, foi esse enorme prodígio realizado pela energia inflexível do ministro da Guerra, secundado pela actividade do seu gabinete e pelos esforços dedicados dos oficiais escolhidos para o comando, que tudo venceram, dificuldades, atritos, deficiências, tudo enfim quanto se opunha à efectivação de uma ideia que tinha como objectivo preparar tropas para a guerra⁴⁸

Não é difícil aceitar que se tratou de uma operação gigantesca feita em tempo excepcionalmente curto, mas a historiografia actual vem mostrando que as deficiências e limitações, a excessiva dependência dos transportes ingleses e a falta de missão de muitos oficiais que deveriam dar o bom exemplo obrigam a olhar para o C.E.P. e para a intervenção portuguesa na Grande Guerra sem entusiasmo e sem glorificações patrióticas⁴⁹. É possível, contudo, reconhecer, a esta longa distancia, que Norton de Matos foi sincero, coerente e fervoroso nas suas convicções guerristas...

Tópicos C e D

Tanto empenho e tanta expectativa no esforço épico que entendeu ser impelido a realizar por vontade do Destino e da Pátria idolatrada, foram interrompidos brutal e dolorosamente pelo golpe militar de 5a 8 de Dezembro de 1918, liderado pelo major lente de Coimbra e ex-ministro em Berlim, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918). A mágoa e humilhação que Norton de Matos sentiu, não lavrou directamente nas *Memórias e trabalhos...*, ficando no recato dos seus apontamentos diarísticos, como este:

⁴⁷ *Ibidem*, p. 249.

⁴⁸ Cit. MARTINS, Ferreira – Portugal na Grande Guerra in: MATOS, Norton de – *Memórias e trabalhos...*, *ob. cit.*, vol. 3, tomo 5, pp. 249-250.

⁴⁹ Ver SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e sidonismo*, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 51-60 e 245-255.

Londres, 8 de Dezembro de 1918.

Faz hoje um ano que do Palacio de Belem segui para bordo do navio inglez Woodnut, depois de saber que a minha casa tinha sido saqueada e que me andavam a procurar por toda a cidade para me assassinarem. Quando escrevi a carta junta (Doc. nº 29) que a Esther trouxe consigo para Hespanha, ainda não sabia do saque da minha casa. Como podia eu adivinhar tamanha infamia. O amigo que me deu guarida, a que me refiro na carta, foi o Bernardino Machado, que, depois de eu ter deixado de ser Ministro, me ofereceu para ficar escondido no Palacio de Belem. O João de Menezes, que esteve comigo no mesmo Palácio na madrugada de 8, tambem me ofereceu para ir para casa dele. Igual oferecimento me fez o Mousinho de Albuquerque pelas 14 horas de 8, fazendo-me ver os inconvenientes que havia em eu ficar onde estava. Por fim, como as noticias de Lisboa fossem cada vez peores, resolveu que eu fosse para bordo do navio inglez que se encontrava no Tejo e que estava armado em navio de guerra com flamula, o que representaria, como representou, absoluta segurança para a minha pessoa⁵⁰.

Também é verdade que já não teve nem forças, nem vontade de alargar a narrativa memorialística à experiência empolgante e árdua que, com coragem e elevação, aceitou viver como candidato à Presidência da República ao longo de 1948, evidenciando, nesta aceitação e nos traços vários da sua conduta até à desistência imposta de dentro das suas fileiras de apoio, as matrizes da sua personalidade. Mas não calou a sua voz, nem evitou partilhar a lucidez do analista sempre bem informado e assaz atento ao que de significativo e impactante acontecia pelo Mundo, escolhendo um derradeiro acto público promovido pelos candidatos democratas de Aveiro às eleições para a Assembleia Nacional. Na impossibilidade de estar presente a uma sessão de propaganda efectuada em 21 de Outubro de 1953, aceitou o desafio para proferir uma conferência após um almoço na cidade aveirense.

O texto seria prontamente publicado e nele Norton de Matos não escondeu os crescentes receios perante o evoluir da política mundial e a “ameaça comunista” para a qual despertou emotivamente na sequência das divergências surgidas com os comunistas na fase final da sua candidatura presidencial⁵¹. De forma clara e na parte final da sua locução lança a pergunta: *E dito isto para que vim eu aqui?* Atalha célere: *Vou dizê-lo:*

Em primeiro lugar para fazer dois apelos, e o meu primeiro apelo será para que se combata o comunismo. (...)

O “meu segundo apelo” é dirigido ao actual Governo da Nação e principalmente a Sua Excelência o Senhor Presidente da República e ao Senhor Presidente do Ministério.

Consiste esse apelo em apontar a absoluta necessidade de se entrar francamente e rapidamente num regime de liberdade que politicamente coloque Portugal ao nível das grandes nações como sejam a França, a Inglaterra e os Estados-Unidos da America⁵²

⁵⁰ *Miscelanea vol. 1º 16 de Setembro de 1918 a 15 de Setembro de 1919. De pag. 57 a pag. 72 desta “Miscelanea” fazem-se referencias a factos sucedidos desde 5 de Setembro de 1917 a 7 de Junho de 1918”, pp. 57-58 (S.I.F.N.M.).*

⁵¹ Ver NORTON, José – *Norton de Matos, ob. cit.*, pp. 403-410.

⁵² MATOS, Norton de – *Conferência, ob. cit.*, p. 14-15. Texto transcrito na íntegra por SILVA, Armando Malheiro da – Para a história da oposição ao Estado Novo, art. cit., pp. 379-389; e *Idem* – O Major e o General, in: *ob. cit.*, pp. 518-531.

Muito mais que apelos, o essencial da mensagem do general configurou um grave e lúcido aviso que o Governo não saberia ouvir e que se perdeu no pó do tempo, embora viesse a ser validado pela História – a destinatária solene das centenas e centenas de laudas de evocações e de considerações legitimadoras do seu agir, querer e pensar.

Com efeito, a conferência de Aveiro, classificada pelo seu biógrafo como *excepcional e última intervenção em público*⁵³, revestiu-se de uma extraordinária importância pelo que contém explícito e, sobretudo, implícito – o Mundo estava a mudar muito e as incertezas adensavam-se. Que fazer? Meter a cabeça e a “alma da raça” no passado? Ou encarar o futuro com os valores da liberdade, da democracia, da razão solidária e iluminista que puseram a Humanidade numa rota de progresso nunca vista? Uma rota de progresso e de novos perigos e ameaças, que urgia enfrentar e vencer...

O general deixou enunciado em Aveiro, “terra de liberdade” desde o primeiro quartel de oitocentos, um combate sério a travar. Legava-o, porém, aos amigos e admiradores, regressando ao seu quartel-refúgio para a retirada final... Tranquila e naturalmente.

⁵³ NORTON, José – Norton de Matos, *ob. cit.*, pp. 416.

UMA MEMÓRIA DOS OPOSITORES SOBRE O REGIME E SOBRE A OPOSIÇÃO

Em memória do Dr. Alberto Alberto Vilaça

1. História e Memória: a historiografia e as fontes para a compreensão da oposição antislazarista.

“Vim encontrar a tua carta, datada de 23 pp, que me entristeceu por todos os problemas familiares que te aconteceram, mas espero que reajas e que não demores a responder ao Coronel Varela Gomes. Só que eu gostaria que a tua resposta não constasse apenas de uma simples carta, mas sim de uma completa “biografia” tua, e com a maior soma de detalhes possível sobre o teu pai, como ideólogo e organizador do “Plano L”, e logicamente dos seus colaboradores: a começar pelo Jaime Cortesão, Moura Pinto, César de Almeida – o operacional do Plano, Alexandrino dos Santos, etc. Eu creio que o Oliveira Pio, se não falha a memória, também esteve incluído no Plano. O que é necessário, para já e para a história, é dar coesão e força ao plano, e esquecer algumas desinteligências (especialmente acerca do Alexandrino) tanto mais que toda a gente que acompanhou o tem[...].

Estou a insistir com o próprio Pedro, para não levantar quaisquer dúvidas ou problemas sobre a unidade dos portugueses – dentro e fora do Plano L, para que as pessoas agora muito interessadas em fazer a história da nossa participação, do lado da República, não possam fazer julgamentos erróneos sobre o verdadeiro comportamento de quantos expuseram a vida e se sacrificaram pela causa da liberdade”.¹

A publicação de estudos sobre a história da oposição ao Estado Novo é ainda escassa, em contraposição ao número abundante de biografias e livros de memória dos que nela participaram². Os trabalhos de investigação propriamente ditos são muito escassos e,

¹ Carta de Mário Fernandes a Oscar de Moraes, datada do Porto de 5 de Janeiro de 1984, duas folhas datilografadas. Arquivo Oscar de Moraes. Posse da Família.

² Para uma visão das memórias da oposição ver : Ventura, António. *Memórias da Resistência*. Lisboa, Biblioteca Museu da República e da Resistência-Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

quase sempre restringidos ao período posterior ao final da Segunda Guerra Mundial³. A grande maioria utiliza como fontes a documentação provinda dos meios de repressão, nomeadamente a PVDE e a PIDE, os depoimentos dos sobreviventes, ou ainda, os documentos cedidos por grupos ou partidos, para além de impressos e publicações periódicas. Em todos os casos, como ocorre com a maior parte das fontes utilizadas pelos historiadores, estes materiais envolvem problemas de interpretação, alguns mais complexos do que outros, tanto mais se forem disponíveis para o historiador.

No primeiro caso apontado, a documentação proveniente dos relatórios dos agentes de repressão podem conter verdadeiras armadilhas para o historiador: esses agentes ou os informadores em que se apoiam condicionados pela necessidade de manutenção do ideal da “conspiração”, elaboram os seus relatos dentro dos parâmetros do próprio discurso oficial acerca do comportamento dos seus “inimigos”. Mais do que fonte de informações, estes relatórios traduzem a imagem que o regime “constrói” a respeito dos seus opositores, na qual a realidade é enquadrada de acordo com a necessidade do informante de reproduzir o sistema. Assim sendo, a hipérbole e a simples menção a boatos, muitos deles criados pelos próprios informantes, podem induzir leituras equívocas por parte do investigador⁴.

De igual forma, a memória pessoal dos militantes está condicionada pelo discurso oficial da “história do partido”, o que contribui para a “reelaboração” constante da memória histórica da oposição. À medida que um elemento ou determinado episódio ganham vulto no contexto partidário cresce a sua importância na memória “militante”. A memória individual passa a aceitar como realidade vivida os dados que lhe são apresentados pela história “oficial” ou oficiosa, seleccionando acontecimentos, incorporando como experiência própria as versões que lhe são apresentadas a posteriori⁵. Pacheco Pereira atesta este processo quando trata da actuação de Álvaro Cunhal nos seus primeiros anos no PCP:

“A viagem de Álvaro Cunhal a Espanha tornou-se, com o tempo, num acontecimento envolto em mistério, sobre o qual o próprio Cunhal e o PCP foram dando versões contraditórias. No entanto, se analisarmos os testemunhos e os documentos acessíveis, o que aparece é uma ‘construção’ dos objectivos da viagem que muda, com o tempo, à medida que a importância de Cunhal no PCP vai aumentando e a sua biografia se vai fazendo e refazendo.”⁶

³ A grande referência para os estudos da oposição continua a ser o livro de Raby, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa, Salamandra, 1988. Sobre o movimento socialista e a sua constituição como partido no exílio temos Martins, Susana. *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*. Lisboa, Casa das Letras, 2005.

⁴ Sobre o tema, ver, entre outros: Paulo, Heloisa. “A imagem Oficial: os Budas e a espionagem salazarista”, comunicação apresentada no Congresso Internacional “Intolerância em tempos de fascismo”, de 20 a 22 de Novembro de 2006, promovido pela Universidade de São Paulo, Ceis 20 e Universidade de Bologna, Universidade de São Paulo, Brasil (Actas no prelo).

⁵ A memória pessoal é selectiva e passível de reelaboração à medida que novos dados da história colectiva são incorporados como “verdades” oficiais ou oficiosas. Sobre a temática ver, entre outros, Fentress, James e Wickham, Chris. *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994.

⁶ Pereira, José Pacheco. Álvaro Cunhal. *Uma biografia política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941)*. Lisboa. Temas e Debates, 1999, p. 190.

Este processo é comum a todos os grupos de opositores, não se limitando aos partidários. Assim sendo, cada sector da oposição “elabora” a sua própria memória, edificando uma imagem positiva da actuação dos seus membros. O texto em epigrafe é um dos exemplos deste tipo de elaboração, no qual um participante da resistência republicana em Espanha, ele próprio um dos dissidentes do Plano Lusitânia, solicita ao filho do Comandante Jaime de Morais que omita as discordâncias e cisões entre militantes quanto ao rumo da operação militar, de forma a manter uma imagem de consenso entre os participantes⁷.

Desta forma, cada grupo afirma-se deetentor da veracidade dos factos, apresentando os testemunhos como “provas” incontestáveis de uma história que pretende ser a única versão possível do combate contra o salazarismo. Esta lógica está presente na apresentação feita por Oliveira Pío ao livro de Mário Mendez da Fonseca, um dos principais líderes da oposição emigrada na Venezuela:

“[...]En ellos se reproducen documentos, se narran hechos, se denuncian crímenes, que constituirán elementos decisivos en el proceso contra el salazarismo, el día en que éste fuera llamado a la barra del grande tribunal de la Historia. Además la lucidez de sus conceptos, la claridad de sus observaciones, el detalle con que nos presenta los acontecimientos que mejor caracterizan o definen el sistema salazarista, serán de enorme valia para quienes, en el futuro, pretendan efectuar un estudio sério, imparcial y verdadero de aquel régimen nefasto e inhumano”⁸

No que respeita à documentação oriunda das instituições partidárias, os panfletos, jornais etc..., ou seja, o material de propaganda dirigido ao público constitui a fonte privilegiada das investigações. Tal decorre do facto de que os documentos internos dos partidos, tais como relatórios, actas e demais documentação, na sua grande maioria, estarem fora do alcance do investigador. Em alguns casos, como a documentação respeitante ao Movimento Nacional Independente, vinculado aos apoiantes de Humberto Delgado no Brasil, é o próprio local em que se encontram depositados que não garante a manutenção e o fácil acesso aos documentos⁹. Em resumo, o controlo do acesso à documentação produzida pelos partidos condiciona as análises e a memória da oposição, limitando-as ao recorte definido pelas directrizes partidárias: é o caso, por exemplo, do PCP, que ainda mantém os seus arquivos fechados aos historiadores.

A “história” presente nestes três tipos de documentos é, portanto, repleta de contradições, oscilando e divergindo de acordo com a fonte escolhida, quer seja a das forças da repressão, quer a das diversas versões dentro da própria oposição. Não

⁷ Mário Fernandes participa do Plano Lusitânia e, segundo o relato de Jaime de Morais em carta para Moura Pinto, ele é um dos que se nega a prosseguir com o planeado após o incidente envolvendo Pedro Rocha, também mencionado no texto, e a morte de um anarquista no Campo de Centelhas onde estavam acantonados. Ver carta de Mário Fernandes endereçada a Óscar de Morais, datada do Porto de 5 de Janeiro de 1984, duas folhas dactilografada. Arquivo da Família.

⁸ Prefácio de Oliveira Pío ao livro de Mario Mendez Fonseca. *42 años de “Estado Novo”*. *Pátria sin Hombres y Hombres sin Pátria*. Caracas. Ediciones do Movimiento Democrático de Liberacion de Portugal y sus Colonias. 1969, p. 13.

⁹ O material encontra-se no Museu da República e da Resistência, tendo permanecido durante mais de duas décadas em uma caixa de ferro, a mesma que serviu de transporte da documentação do Brasil para Portugal.

sendo os opositores um grupo uniforme, dificilmente as interpretações das acções empreendidas possuem a mesma leitura, variando conforme as versões oficiosas de cada um dos grupos envolvidos. A busca de protagonismo é uma tónica presente em todos os discursos, quer de opositores, quer de repressores. A justificação do fracasso é sempre atribuída ao inimigo, salvo algumas excepções, como nos casos dos republicanos que participam dos primeiros movimentos de contestação ao regime ditatorial. Na grande parte das vezes, prevalece a noção de que a oposição, qualquer que fosse a sua directriz ideológica, sempre esteve a um passo da vitória; os fracassos são imputados, invariavelmente, à repressão exercida pelo regime sobre os seus opositores. Este argumento é recorrente na maioria dos relatos dos combatentes do regime, estando presente directa ou indirectamente nas fontes referenciadas.

Uma das grandes lacunas nesta “história da oposição” diz respeito aos exilados políticos e às suas actividades fora do país, que, ainda não possuem um estudo sistemático, malgrado a existência de trabalhos como o de Cristina Clímaco¹⁰, ou ainda, obras de cunho mais sociológico, como o trabalho de Douglas Mansur da Silva sobre o *Portugal Democrático*, jornal de uma parcela da oposição portuguesa em São Paulo, Brasil¹¹. Contribuindo para este “branco” na historiografia, está a falta de “memória histórica” acerca de alguns dos mais combativos opositores do regime, que, ao morrerem fora de Portugal ou/e antes do 25 de Abril, foram alijados da imensa lista de memórias individuais e, aparentemente, fadados ao esquecimento a que foram relegados pelo salazarismo. Nomes como o de Jaime de Morais, Moura Pinto, Abílio Águas, Oliveira Pio e tantos outros cujos escritos e anotações autobiográficas poderiam acrescentar mais uma possibilidade de leitura acerca dos opositores e da sua postura frente aos diversos segmentos da oposição e ao regime.

2. A Oposição republicana e a sua história: novas versões acerca dos movimentos oposicionistas republicanos.

“Permita-se a uma relíquia da velha guarda tentar a defesa da sua dama.”¹²

Para os movimentos oposicionistas ao governo da Ditadura Militar, a historiografia contemporânea, fora os trabalhos já clássicos de Oliveira Marques¹³, conta com investigações temáticas, como a Revolta de Fevereiro de 1927, sublinhada pelo trabalho de Luís Farinha, ou as revoltas da Madeira e dos Açores, tema da publicação de Célia

¹⁰ Ana Cristina Clímaco, *L'Exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), (Paris: 1998).

¹¹ Silva, Douglas Mansur. *A Oposição ao Estado Novo no Exílio Brasileiro 1956-1974*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

¹² Morais, Jaime. “Rabugices da Velhice”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. 1. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

¹³ Ver, entre outros, Marques, A.H. de Oliveira. *A unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Lisboa, Europa-América, 1973; ou, Marques, A. H. Oliveira. *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927/1928)*, Lisboa, Europa-América, 1976.

Reis¹⁴. De uma forma geral, a oposição é considerada como uma força expressiva de resistência ao regime, tomando como referência a actuação organizada de alguns sectores ou partidos em momentos específicos: as revoltas contra a ditadura ou a acção conjunta da oposição nos processos eleitorais, cujo exemplo mais paradigmático é o de 1958¹⁵.

Ao contrário da produção memorialista da oposição mais recente sobre a sua própria acção, os movimentos do chamado “revirinho” possuem poucos relatos na primeira pessoa. Neste núcleo de memórias, o movimento de 1927, descrito como a primeira tentativa real de afrontamento à ditadura, ganha realce, nomeadamente no relato de Sarmento Pimentel ou nas notas biográficas de Jaime de Morais¹⁶. Em todos os casos, e, em especial, no relato “historiográfico” officioso dos republicanos, realizado por um dos participantes do levantamento – Raul Rêgo, e a sua *História da República* –, o balanço das razões do fracasso do movimento reflecte os diversos níveis de desarticulação dos opositores. Entre os factores apontados, são destacadas a falta de sincronia dos apoiantes e as divergências políticas dos republicanos, que marcam a trajectória de combates da oposição revirinhista:

“Eu tinha cometido um erro imperdoável, donde ai resultar o nosso desastre. Não trouxe de Lisboa um grupo dos meus brilhantes oficiais de ligação. Se a meu lado estivessem no Porto, e se tivessem percorrido outras cidades do Norte e do Centro, o fracasso que nelas se deu ter-se-ia evitado.”¹⁷

“Havia que acabar com a ditadura, pensavam até os mais moderados liberais, mas os políticos da República não se entendiam [...]

Após infrutíferas, penosas, irritantes *démarches* políticas, resolveram os conspiradores ir para a revolução sem qualquer apoio partidário. [...]”¹⁸

“A Revolução estala em 3 de Fevereiro, no Porto. Não apanhou o Governo de surpresa, já que os ares andavam turvos, mesmo na calma com que decorrera a visita de Carmona ao Porto. O Governo estivera reunido, durante toda a noite de 2 para 3, no Quartel de Artilharia 3. Esperava-se a revolta simultânea, em Lisboa e Porto. Mas não. Daí o desastre. Não sai igualmente com toda a força de que dispunha ou que estava comprometida. A organização poderia e deveria ter ido mais longe, arrostando com as dificuldades dos ronceiros; mas o optimismo, contando com adesões que não vieram e outras que demoraram, foi fatal.”¹⁹

¹⁴ Ver, Reis, Célia. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Farinha, Luís. *O revirinho : revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*. Publicação/Produção Lisboa: Estampa, 1998.

¹⁵ Ver, entre outros. Delgado, Iva; Pacheco, Carlos; Faria, Telmo (coord.). *Humberto delgado, as eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.

¹⁶ Ver, Pimentel, J. Sarmento. *Memórias do Capitão*. Porto, Editorial Inova, 1974 e as notas biográficas de Jaime de Morais no seu arquivo pessoal depositado na Fundação Mário Soares.

¹⁷ Morais, Jaime. “O 3 de Fevereiro de 1927”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. XXII. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

¹⁸ Pimentel, J. Sarmento. *Memórias do Capitão*. Porto, Editorial Inova, 1974, p. 206.

¹⁹ Rego, Raul. *P História da República*. Volume V. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1987, p. 84.

[...]Recorda-se o J.C., que, do nosso Comité Político inicial, onde JC representava a Seara Nova, chamada a primeiro plano das formações políticas; onde Tamagnini e Feliciano da Costa representavam os nacionalistas; onde António Maria e David Rodrigues representavam os democráticos; onde o cabeludo Lopes de Oliveira falava pelos radicais, e eu, pela legião de conjurados militares autónomos?

E não é verdade que, em face da recusa formal que democráticos (e mesmo nacionalistas?) fizeram de aceitar um delegado de Esquerda, Eu os forcei (contra o desejo deles e mesmo contra a resistência dos próprios interessados, que nunca compreenderam a nossa leal atitude) a aceitarem-me, também, como representante da Esquerda Democrática?

E não é certo que, arrostando contra tudo e quase todos acabei por impor a representação esquerdista em todos os comités regionais e mesmo impus um ministro deste Partido, no Ministério que saíria do 3 de Fevereiro, no caso o Pina de Moraes, na pasta do Comércio, o que tão pouco serviu, não digo para ser agradecido, mas mesmo hostilizado e mais que isso, pelo próprio Pina de Moraes, que nunca acabou por compreender o que se passava e passou?

[...]

E lembrar-se-á ainda das ridículas instruções que Afonso nos mandava de Paris, procurando impor nomes que nem o Diabo conseguiria fazer vingar, e opondo vetos de que os nossos colegas se riam a gargalhadas?²⁰

Assim sendo, os depoimentos dos republicanos constatarem a divisão interna dos opositores do chamado “revirinho”, atestando uma “continuidade” do clima de instabilidade política dos últimos anos da antiga República. A admissão das dissidências leva à descrição do próprio golpe militar de 1926 como consequência directa da cisão existente no seio do próprio republicanismo. A “Revolução de Maio” seria o fruto de uma escolha mal sucedida, realizada por sectores republicanos, que, no primeiro momento, esperavam o fim das querelas políticas e do caciquismo político da I.^a República:

“No dia e hora marcados, a procissão saiu para rua. Quem especialmente quiser ver a verdade, facilmente reconhece que, nesse dia e hora, apenas se manifestaram unidades comandadas por oficiais republicanos [...]

O meu vaticínio resultou certo o 28 de Maio ia ser feito por republicanos exclusivamente [...]

Uma coisa, porém, jamais compreendi: a integral inércia do governo presidido por António Maria dos Santos, considerado como o da preparação de revoluções e bem assim da sua inutilização. Nenhuma resistência parte do governo. Mais ainda faz-se resistência as resistências que surgem espontaneamente.”²¹

²⁰ Morais, Jaime. Documento solto dactilografado, possível resposta ao pedido de apoio a carta de protesto de Henrique Galvão. p. 3. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

²¹ Morais, Jaime. “O 28 de Maio”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado. p. 2. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

“A Revolução triunfara em Lisboa com a nomeação de Cabeçadas para a chefia de governo, sem disparar um tiro. Não se compreende como, se em Braga, a 29 à noite, ainda Gomes da Costa está disposto a render-se”.²²

A falta de consenso entre os republicanos e a incoerência entre o ideal e a prática política, subentendida nas actuações dos últimos governos anteriores ao 28 de Maio, persistem na análise dos membros da oposição republicana e nas suas tomadas de decisão:

“Não julgue que entre nós, republicanos, havia uma total fraternidade de pensamento e de acção. [...]

No nosso clan havia indiscutíveis e indiscutidas vedettes, como hoje se diz. Sem dúvida alguma que Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado, Alexandre Braga, Teófilo Braga, M. de Arriaga, Brito Camacho, eram as personalidades mais destacadas, mais conhecidas do povo e que nos nossos admiráveis comícios eram os verdadeiros ídolos.

Note-se, porém, que se no plano da propaganda eram indiscutíveis, no da organização talvez deixassem muito a desejar.”²³

Em 1928, uma nova tentativa revolucionária fracassa. A análise das razões do insucesso retoma as questões anteriores, e, mais uma vez, é realçada a necessidade de uma articulação maior entre os revoltosos perante o endurecimento das forças governamentais:

“O desastre de Julho de 1928 fora irreparável. Nele perdermos preciosos elementos, mas o pior foi que se tinha perdido a fé e a confiança. Dificilmente encontraríamos oficiais que se comprometessem seriamente. A posição do governo era militarmente cada vez mais forte. A supremacia que tínhamos até Maio deste ano desaparecera. Éramos de opinião que uma revolução na base da sublevação de unidades regulares em número suficiente já não era viável”²⁴

A solução apontada para o dilema dos revolucionários é construída a partir destes argumentos. A falta de envolvimento dos oficiais e dos soldados demitidos e “obrigatoriamente na reserva” e a inexistência de material bélico suficiente para os armar passam a ser elementos chaves para explicar o fracasso dos movimentos de 1927 e 1928. A necessidade de mobilizar todos os elementos aquartelados e a angariação de fundos para a compra de armamento²⁵, são medidas a ser tomadas a partir de então:

“[...]como não pretendíamos desmoralizar as Forças Armadas da Nação, as forças atacantes seriam exclusivamente constituídas por militares: oficiais, sargentos, cabos e soldados, fossem do activo, da reserva, reformados ou demitidos. [...] friso este pormenor

²² Rego, Raul. *P História da República*. Volume V. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1987, p.18.

²³ Carta de Jaime de Morais a Sarmento Pimentel, rascunho, sem data.

²⁴ Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 3.^a Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

²⁵ Segundo Jaime de Morais, “os republicanos eram, por definição, pobres de pedir” Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 4.^a Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

pois a sua não compreensão ia ser, em breve, a causa de um desastre que nunca teve solução e que nos arrastou implacavelmente a catástrofe.”²⁶

No entanto, o grande problema entre os opositores republicanos, sempre apontado pelas memorialistas, é o da divisão interna. A mais célebre é a que demarca o grupo de Ribeiro de Carvalho e o do grupo dos “Budás”, composto por Jaime de Morais, Moura Pinto e Jaime Cortesão. A falta de articulação dos revoltosos é o grande tema das divergências. Sarmento Pimentel, a propósito das revoltas de 3 de Fevereiro e 1931, esboça a cisão que demarcara os dois grupos de opositores:

“Quando, passada mais de uma hora, despertei para a triste realidade de foragido da justiça totalitária [...] as perguntas vinham de toda gente:

- E Lisboa, por que não saiu?
- E o Aires de Abreu e a artilharia de Viana porque não aderiram?
- Onde está a coluna do Major Varão?
- E os seus companheiros e amigos – o José Mascarenhas, Ribeiro de Carvalho, Francisco Aragão, Capitão Batista das Metralhadoras, o Cunha Leal, o Pires Monteiro, o Hélder Ribeiro e tantos outros republicanos?
- Não sei, não compreendo, não posso explicar. A política partidária meteu-se no meio, e aqueles que não vieram contra nós, ficaram neutros. Talvez ainda venham a arrepender-se, mas já será tarde.”²⁷

Nas considerações acerca do movimento de 1931, em Lisboa, liderado por Sarmento de Beires e Utra Machado, a cisão e falta de coordenação entre os republicanos torna a ser uma constante. Nos relatos de Sarmento Pimentel, que, na Galiza, espera as ordens de Ribeiro de Carvalho para iniciar a revolta, e de Horta Catarino, que assiste à revolta em Lisboa, a falta de coordenação entre os sectores da oposição republicana é denominador comum mais destacado:

“Não fôramos prevenidos nem convidados para participar daquela revolução, feita, evidentemente, porque quem queria antecipar-se e sobrepor-se à organização de um movimento nacional para o qual estava comprometida a maioria do Exército e da Marinha. Soubemos depois que o comandante Sarmento de Beires e o coronel Utra Machado resolveram, descontentes com os adiamentos ordenados pelo coronel Ribeiro de Carvalho, “por a procissão na rua” por sua conta e risco, invocando aos mais ardidos e inquietos oficiais a falta de decisão daquele oficial. Esse pretexto e as rivalidades entre os republicanos, divididos, afinal, em dois grupos que se digladiavam, consolidou a ditadura por estes 40 anos.”²⁸

“No próprio dia 26 de Agosto era eu cabo da guarda na Amadora e tinha conhecimento de os sargentos da unidade se encontrarem comprometidos a apoiar o Movimento,

²⁶ Morais, Jaime. “Últimas fantasias”. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 5.^a Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

²⁷ Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 218. O único nome que participa e apoia o movimento de Fevereiro e, por desconhecimento da sua prisão, é incorrectamente citado por Sarmento Pimentel é o de Helder Ribeiro.

²⁸ Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 342.

aguardando apenas a chegada do tenente-coronel Sarmento de Beires para os comandar. Infelizmente, os sargentos reunidos secretamente na casa do primeiro-sargento Abrantes, contígua ao quartel, nada puderam fazer por erro de ligação e comunicações entre os conspiradores. Já de madrugada chegou-lhes uma informação errada de que o Movimento fora adiado e afinal ao amanhecer uma parte das unidades comprometidas arrancou, desencadeando a luta, por não terem sido informadas a tempo de tal movimento.”²⁹

“Se o Governo houvesse encomendado zaragata quarteleira para depois fazer a limpeza geral e definitiva, não teria êxito mais completo. [...]

Não vale a pena dizer que quando os carros sedeados em Mafra avançaram sobre Lisboa, já a revolução estava perdida pelos republicanos que ali foram comprometidos pela ambição, indisciplina, inconsciência dos líderes cheios de complexos, invejas e incompetência para destruir a máquina poderosa do Estado Novo”³⁰

Outro aspecto destacado é a visão que os diferentes sectores da oposição republicana possuem com relação à participação popular nos movimentos revolucionários. Defendida por Ribeiro de Carvalho, é aceite pelo grupo dos Budas, desde que visasse “fins democráticos”³¹. O grande problema é a incerteza quanto ao rumo político originado por um movimento revolucionário “popular”:

Os Budas pretendiam fazer uma revolução leal e sincera por cima e evitar, com ela , uma revolução caótica e possivelmente destruidora por baixo.

Pensariam assim ainda por um novo motivo: talvez pensassem que o nosso povo estava muito alquebrado, que dava indícios de reacções defeituosamente coordenadas, que sofrera demasiadamente, que vivia numa miséria excessiva para temerem que um sobressalto mais brusco e mais profundo, em vez de lhe provocar a salvação redundasse na sua morte.”³²

No entanto, numa análise mais global e posterior, o fracasso dos movimentos revolucionários é atribuído, por fim, à própria falência dos princípios democráticos na velha Europa. O ideal republicano seria vítima das mudanças ocorridas no cenário político internacional, marcado desde a década de vinte pelo aparecimento de regimes autoritários. A incapacidade dos regimes democráticos de apresentar soluções para os problemas económicos e sociais surgidos no final da Primeira Grande Guerra seria o grande motivo para a sua própria decadência:

“Porque fracassou a democracia do nosso tempo? Porque foi parlamentar e liberal? Estávamos certos de que não. O seu erro consistira em que, sendo evidente a ânsia de reformas sociais nas massas não interveio no terreno económico por forma a criar a possibilidade dessas reformas e gerando com a sua ausência a possibilidade, a inevitabilidade de revoluções sociais.”

²⁹ Catarino, Horta. *Falando do Revivalho*. Lisboa, Ed. Do Autor, 1977, p. 20.

³⁰ Pimentel, João Sarmento. *Ob. cit.*, p. 342.

³¹ Morais, Jaime. “O 3 de Fevereiro”. Manuscrito dactilografado. Sem paginação. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

³² Morais, J. “O pensamento político dos Budas”, *Nota Manuscrita*, p. I. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

Na verdade, o que temos nestas argumentações é a convicção de que só um levantamento bem coordenado de determinados sectores militares seria suficiente para garantir o retorno à ordem constitucional, atendendo à efectiva implantação do, já nos anos trinta, do Estado Novo:

“Este nome de Revirvalho, popularizara-se, talvez, com intuítos depreciativos para designar aqueles que combatiam pela Restauração da República Democrática Portuguesa, fazendo com que eu próprio me considerasse um reviralhista, tal como o Capitão Vilhena e muitos outros persistentes nessa luta.

Nas prisões onde os Comunistas passaram a estar sempre em maioria, cantava-se até uma cantiga “O amanhã” para deprimir os que se mantinham animados da esperança de virem a conseguir o Revirvalho, recusando-se a enfileirar-se, como eu, nas hostes Marxistas e na sua tese de movimento de massas para conseguir a Revolução, tese que eu sabia impossível de realizar contra um governo em Ditadura.

Não há massas populares que possam resistir ao fogo das armas modernas. A deposição do Salazar, tal como a de qualquer outro ditador, só podia ser derrubada de golpe e de surpresa, por forças devidamente armadas”³³

3. As oposições e as suas versões da história: um olhar comum sobre o passado?

“De tal forma a História tem andado ao sabor dos regimes que acabámos amnésicos”³⁴.

“Em Fevereiro de 1927, um organismo militar que eu desconhecia organizou uma revolta no Porto, no dia 3, e em Lisboa, no dia 7. Era para ser no mesmo dia, mas a coisa saiu desfasada. Em Lisboa, o Agatão lança e mais dois ou três oficiais foram ao Quartel de Marinheiros, mandaram tocar a reunir e fizeram um discurso a dizer que era preciso ir para a revolução. Armaram toda a gente, distribuíram carabinas e cartuchos, e marchámos a pé desde a Praça de Armas [...] De um lado, nós, os marinheiros, mais uma dúzia de polícias e de guardas da GNR, todos sob o comando de Agatão Lança, e com o reforço de alguns marinheiros [...]

Aquilo pode dizer-se que era uma luta entre oficiais. Nós éramos só comandados e quanto a participação de civis era muito reduzida. Havia um grupo de anarquistas que andou pela Rua da Escola Politécnica a arrancar pinhas de ferro das varandas para fazerem bombas. Mais nada. No entanto, quando subimos até ao Largo do Rato, assim como quando descemos até ao Arsenal, as pessoas olhavam-nos com simpatia. Mas participação popular, como no 25 de Abril, isso não houve.

Tudo aquilo acabou assim que os oficiais nos mandaram depor as armas e retirar, senão éramos todos massacrados. [...]

³³ Catarino, F.H. *Ob. cit.*, p. 101.

³⁴ Mónica, Maria Filomena. “Biografia e Autobiografia”, in: Sousa, M. de (coord). *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa, Esfera do Caos, 2007, p. 25.

Foram assim os meus primeiros passos revolucionários, mais por espírito de revanche do que com a consciência do que era fazer uma revolução contra o fascismo [...] não tinha ainda consciência política.”³⁵

A história da oposição ao salazarismo é ainda uma história facetada, onde existem grandes espaços por preencher, quer em termos de novas análises quer de novas investigações³⁶. A predominância do Partido Comunista, como órgão organizado e combativo, ao tempo do 25 de Abril e nos anos imediatos após a Revolução dos Cravos, favoreceu a existência de uma gama diferenciada de publicações memorialistas dos membros do regime, ainda que os estudos historiográficos acerca da sua actuação sejam bem menores do que o número de obras “partidárias”³⁷. Neste quadro, pouco espaço há para a memória dos demais movimentos oposicionistas, que, por vezes, quando aparecem, são analisados pela óptica dos comunistas. No entanto, temos de assinalar a importância da divulgação destes relatos e de trabalho de recolha dados³⁸, já que servem de ponto de partida para o estabelecimento de novas pesquisas e de parâmetros para outras análises.

Assim sendo, o relato historiográfico da oposição republicana é ainda um imenso campo a explorar com a “descoberta” dos arquivos dos seus membros. A documentação existente, cartas, diários, manifestos políticos e outros documentos afins, podem guardar novas versões acerca das dissidências internas dos reviralhistas e das suas actuações revolucionárias, assim como revelar as nuances de opinião dos diversos círculos de opositores.

³⁵ Jorge, Joaquim Pais. *Com uma alegria imensa. Notas autobiográficas*. Lisboa, Avante, 1984, pp. 17 a 21.

³⁶ Neste quadro, cumpre assinalar o esforço de algumas instituições, como o Museu da República e da Resistência no sentido de divulgarem as obras sobre o tema como *As eleições de 1958 e a Imprensa Portuguesa*, ; *Emídio Guerreiro – Cem Anos de História*, ou ainda, o já citado Ventura, A. *Memórias da Resistência. Ob. cit.* É de mencionar igualmente a extensa bibliografia compilada na Internet, sob o título “Estudos sobre o Comunismo”, abrangendo publicações das mais diversas, desde artigos de jornais, revistas científicas e livros, sobre os mais diferentes sectores da oposição, apesar da ênfase dada aos trabalhos centrados na actuação do Partido Comunista. Ver, <http://estudosobrecomunismo.weblog.com.pt>.

³⁷ Em destaque, a obra de Madeira, João. *Os engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

³⁸ Ver, como exemplo deste tipo de recolha o trabalho de Vilaça, Alberto. *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*. Lisboa, Campo das Letras, 2003.

